A Brasiliana da B.N.

1972
março
3

HISTÓRIA
DA
IMPRENSA
NO
BRASIL

NELSON
WERNECK
SODRÉ

HISTORIA DA IMPRENSA NO BRASIL

civilização
brasileira

OBRAS

DE

NELSON WERNECK SODRÉ:

História da Literatura Brasileira, Seus Fundamentos Econômicos, S. Paulo, 1938; 2.ª edição, Rio, 1940; 3.ª edição, Rio, 1960; 4.ª edição, Rio, 1964 § Panorama do Segundo Império, S. Paulo, 1939 § Oeste, Ensaio Sôbre a Grande Propriedade Pastoril, Rio, 1941 § Orientações do Pensamento Brasileiro, Rio, 1942 § Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil, S. Paulo, 1943 § Formação da Sociedade Brasileira, Rio, 1944 § O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil, Rio, 1945; 2.ª edição, Rio, 1960 § Introdução à Revolução Brasileira, Rio, 1958; 2.ª edição, Rio, 1963 § Narrativas Militares, Rio, 1959 § A Ideologia do Colonialismo, Rio, 1961; 2.ª edição, Rio, 1965 § Formação Histórica do Brasil, S. Paulo, 1962; 2.ª edição, S. Paulo, 1963; 3.ª edição, S. Paulo, 1964 § Quem é o Povo no Brasil, Rio, 1962; 2.ª edição, Rio, 1962; 3.ª edição, Rio, 1963 § Quem Matou Kennedy, Rio, 1963; 2.ª edição, Rio, 1964 § História da Burguesia Brasileira, Rio, 1964 § História Militar do Brasil, Rio, 1965 § O Naturalismo no Brasil, Rio, 1965 § Ofício de Escritor, Rio, 1965 § História da Imprensa no Brasil, Rio, 1967.

A aparecer:

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA DO BRASIL § HISTÓRIA DA PROPRIEDADE NO BRASIL § MEMÓRIAS DE UM SOLDADO.

Índice

Introdução

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O contrôle dos meios de difusão de idéias e de informações — que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquêle está inserido — é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interêsses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido contrôle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa. Mas há, ainda, um traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquêle acompanhando a êste numa ligação dialética e não simplesmente mecânica. A ligação dialética é fàcilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sôbre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço consiste na tendência à unidade e à uniformidade. Em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras linguísticas, de barreiras culturais, — como a imprensa tem sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista, particular-

mente em suas técnicas de produção e de circulação — tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. As inovações técnicas, em busca da mais ampla divulgação, acompanham e influem na tendência à uniformidade. É interessante verificar o paralelismo entre o esfôrço técnico de produção, na imprensa, e o progresso dos meios de comunicação e de transporte, afetando o problema fundamental da grande imprensa, que é o do volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação têm oportunidade.

O estreito vínculo entre a imprensa e a ordem capitalista aparece, também, na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar. Assim, não devido ao rudimentarismo dos meios — que, na maioria dos casos, eram orais — carece de sentido recordar os sistemas de divulgação anteriores à invenção de Guttenberg e seu generalizado uso: a transmissão de notícias nas tribos primitivas, a *Acta diurna* dos romanos, o reaparecimento de seu processo em Veneza, nada têm a ver com a imprensa. Como tôdas as invenções, a de Guttenberg resultou de necessidade social, que o desenvolvimento histórico gerou e a que estava vinculada a ascenção burguesa, em seu prelúdio mercantilista. Como as trocas interessavam apenas a elementos de classes e camadas numèricamente reduzidas, entretanto, o desenvolvimento da imprensa foi muito lento naquela fase, e ela foi fàcilmente controlada pela autoridade governamental. Poderosas fôrças econômicas empenharam-se, desde então, por debilitar êsse contrôle, — eram as fôrças do capitalismo em ascenção: o princípio da liberdade de imprensa, antecipado na Inglaterra, vai ser encontrado, então, tanto na Revolução Francesa quanto no pensamento de Jefferson, que correspondia aos anseios da Revolução Americana, sintonizando com a pressão burguesa para transferir a imprensa à iniciativa privada, o que significava, evidentemente, a sua entrega ao capitalismo em ascenção. Nos países em que essa ascenção operava-se agora muito mais no plano político, pois estava já consolidada no plano econômico, a liberdade de imprensa encontrava barreiras nos remanescentes feudais, adrede mantidos, por vêzes, pela própria burguesia, como escudos contra o avanço, embora ainda lento, do proletariado e do campesinato — a Inglaterra e a França particularmente — o problema permaneceu longamente no palco. Foi a ausência, nos Estados Unidos, de passado feudal, que permitiu ali a solução rápida de tal problema, colocada a liber-

dade de imprensa — isto é, o seu contrôle pela burguesia — como postulado essencial e pacífico, abrindo-se ao seu desenvolvimento, então, as mais amplas perspectivas. Assim, enquanto, na Inglaterra, a *stamp* tax só desapareceu em 1855, e, na França, a liberdade de imprensa permaneceu relativa até 1881, — nos Estados Unidos surgiu ampla, pràticamente, com a independência.

A corrida para a revolução nas técnicas de imprensa, iniciada na Inglaterra, quando o *Times*, em 1814, utilizou a máquina a vapor na sua impressão, seria por isso ganha pelos Estados Unidos em pouco tempo. Era o ponto de partida para a produção em massa que permitia reduzir o custo e acelerava extraordinàriamente a circulação. Era outra prova da interligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento das bases da produção em massa, de que a imprensa participou amplamente, acompanhou o surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana; paralelamente, a produção ascensional provocou a abertura de novos mercados, a necessidade de conquistá-los conferiu importância à propaganda, e o anúncio apareceu como traço ostensivo das ligações entre a imprensa e as demais formas de produção de mercadorias. A ascenção capitalista, que a imprensa acompanhava passo a passo, como as suas mais significativas características, agravaria o contraste entre as áreas que se antecipavam naquela ascenção e as que se atrasavam; nas primeiras, era marcante e ascenção do padrão de vida e a divisão do trabalho se multiplicava, impondo a extensão da democracia política burguesa e o surto da educação, alargando extraordinàriamente o público dos jornais e a clientela dos anunciantes; nas segundas, o quadro era inteiramente diverso. A luta pela rapidez e pela difusão, associando as alterações nas técnicas de impressão às que afetavam as comunicações e os transportes, modificou radicalmente o quadro em que a imprensa operava: nas primeiras áreas, isso ocorreu depressa; nas segundas, muito lentamente.

A luta pela rapidez exigiu da imprensa sucessivos inventos, conduzindo à velocidade na impressão, acompanhando o enorme e crescente fluxo de informações, devido ao telégrafo, ao cabo submarino e, depois, ao telefone e ao rádio. Em tôda a área capitalista do mundo, essas transformações se alastraram ràpidamente: nos Estados Unidos, na primeira metade do século XIX, Benjamin Day utilizaria um método já amplamente dominante na Inglaterra, ao desligar o seu jornal *Sun* da subordinação passiva e doutrinária

aos agrupamentos partidários, para dar realce às notícias relacionadas com os processos judiciais e com os crimes, indo às fontes dos choques de interêsses individuais e ao fundo das paixões humanas, ao palco em que desembocavam, finalmente, as enxurradas da sociedade capitalista. Day tornou, assim, em poucos meses, o *Sun* o jornal mais difundido nos Estados Unidos; em quatro anos, estava com a tiragem no nível dos 30.000 exemplares diários, tendo de dobrar o tamanho das páginas para poder acomodar os anúncios cujo afluxo crescia sempre. Era a diferença de formato, de pequeno, semelhânte ao do livro, para grande, específico do jornal, um dos sinais da distinção que se estabelecia entre os dois processos de difusão de idéias. Foi êsse, também, o caminho seguido, ali, pelo *Morning Herald*, em que James Gordon Bennet demonstraria a possibilidade de publicações de baixo preço para consumo em massa, outra distinção entre livro e jornal. Contra o *rush* empreendido por homens como Day e Bennet seria inviável a resistência do jornalismo de cunho pessoal, cujo grande representante foi, nos Estados Unidos, Horace Greeley, quando o seu *Tribune* recusava o noticiário de crimes e de escândalos, optando pelo fervor editorial, pela predominância da opinião sôbre a informação; a Guerra de Secessão provaria que esta interessava mais do que aquela, e exigia que aparecesse e se multiplicasse a ação dos correspondentes, deslocados junto ao teatro dos acontecimentos, como o *Times*, de Londres, fizera, quando da Guerra da Criméia. Logo a grande imprensa capitalista compreendeu, também, que é possível orientar a opinião através do fluxo de notícias; as associações especializadas em colhê-las, prepará-las e distribuí-las facilitaram o trabalho dos jornais, quando o custo dos serviços telegráficos se tornou proibitivo para cada um, isoladamente, e conflitante com a necessidade de baixo preço unitário para a venda avulsa. A partir do início da segunda metade do século XIX, o problema estava na luta entre essas agências de notícias que, adiante, seriam associadas aos monopólios industriais em ascenção, e terminariam concentrando-se, como aquêles.

A luta entre a informação e a opinião não foi a única que marcou o desenvolvimento da imprensa; logo apareceu a luta entre a opinião e a publicidade, que era a forma organizada que a propaganda assumia. Já em 1803, o *Evening Post* confessava que "de fato é o anunciante quem paga o jornal ao subscritor", mas a realidade é que o anúncio tinha papel ainda secundário, sendo grande

a resistência dos profissionais da imprensa ao seu avanço gráfico, que temiam como séria ameaça a valores éticos peculiares ao capitalismo de concorrência, e até estéticos, ligados à paginação, à arte gráfica, que, na verdade, estavam em liquidação. É surpreendente que um inovador da visão de James Gordon Bennet tivesse lutado longamente no sentido de impedir que as colunas do *Morning Herald* fôssem quebradas para acomodar largos anúncios, obrigando os anunciantes ao recurso de repetir a mesma sentença, em tipo pequeno e coluna única, ao longo de uma página inteira. A imprensa francesa foi pioneira no sentido de dar ao anúncio a apresentação gráfica destacada e, nos fins do século XIX, essa era a norma da imprensa por tôda a parte em que alcançara desenvolvimento. A mudança seguinte foi no conteúdo do próprio anúncio: os velhos modelos de anúncios de estabelecimentos foram substituídos pelos novos, de mercadorias isoladas, valorizadas ao máximo pelas ilustrações, ganhando relêvo quase artístico quando as côres foram introduzdas. Era a supremacia do fabricante sôbre o comerciante; da produção sôbre a circulação, peculiar ao capitalismo plenamente caracterizado e desenvolvido. O extraordinário volume da publicidade comercial que afluía à imprensa tornou impossível o entendimento entre os produtores ou os comerciantes que operavam com as mercadorias anunciadas e os periódicos que as anunciavam. Surgiu o intermediário especializado, escritório ou agência, assumindo, em nossos dias, proporções de emprêsas gigantescas, encarregadas de organizar a publicidade para numerosos produtores e de distribuí-la à imprensa. Essa divisão de trabalho concentrou nas agências de publicidade enorme poderio, ascendência natural sôbre a imprensa: delas passou a depender a prosperidade dos jornais. Como as agências de notícias, especializadas em colhêr e distribuir informações, as agências de publicidade, especializadas em colhêr e distribuir anúncios, cedo se entrosaram na estrutura da economia de monopólio, gerada pelo desenvolvimento capitalista nos fins do século XIX. Essas organizações fizeram a imprensa simples instrumento de suas finalidades: o desenvolvimento da imprensa, em função do desenvolvimento do capitalismo, as gerara; depois de servir à imprensa, serviram-se dela.

O segrêdo da imprensa consistia, à medida em que o capitalismo avançava, na rapidez com que chegava aos leitores e na possibilidade de contá-los aos milhões. Era necessário, por isso, que a produção atendesse à multiplicação de exemplares, e que os trans-

portes atendessem à distribuição oportuna, rápida, vertiginosa, dos exemplares velozmente multiplicados. As invenções que tornaram os periódicos emprêsas industriais aparelhadas, eficientes, capazes de produzir, todos os dias, milhões de jornais, seguiram-se umas às outras, a curtos intervalos. Nos Estados Unidos, a conversão da *woodpulp* em *newsprint* marcou essa evolução, caracterizada ainda pelo aparecimento da linotipo. Reproduzindo ilustrações ràpidamente e a baixo custo, pela velocidade na impressão, nos fins do século, as novas máquinas faziam correr rolos de papel com a velocidade de um trem expresso, saindo os jornais em côres, quando era desejado, e sempre automàticamente contados e dobrados. Isso permitia enorme redução no custo da unidade fabricada, ao mesmo tempo que melhorava a sua qualidade. Tudo conduzia, finalmente, ao rebaixamento do preço pago pelo leitor, em difusão cada vez mais numerosa, em influência cada vez mais larga, tudo em benefício dos anunciantes. Nos fins do século, nos Estados Unidos, Pulitzer podia oferecer o *World* a dois *cents*, reduzidos à metade na edição vespertina, com extensas ilustrações, numerosas faixas de historietas, grandes títulos, notícias sensacionais, enquanto Hearst, partindo da aquisição do decadente *Morning Journal*, construía o seu império na imprensa, proporcionando ao público inclusive uma guerra, a de Cuba. É fácil avaliar a terrível fôrça da engrenagem que se compõe de agências de notícias, agências de publicidade e cadeias de jornais e revistas, sua influência política, sua capacidade de modificar a opinião, de criar e manter mitos ou de destruir esperanças e combater aspirações. Quando se verifica que essa gigantesca engrenagem é simples parafuso de engrenagem maior, a que pertence, do capitalismo monopolista, ainda mais fácil é estimar o seu alcance e poder. Sem considerar êsses dados, que a fria realidade apresenta, é impossível, entretanto, discutir problemas como o da liberdade de imprensa, aspecto parcial do problema da liberdade de pensamento. E quando são inseridas no quadro as novas técnicas de mobilização da opinião, como a televisão e o rádio, também submetidas, em muitos países, à iniciativa privada e associadas, inclusive, à imprensa, e também submetidas a organizações em cadeia, verifica-se quanto aquêle problema fundamental se apresenta complexo e depende do regime predominante.

✩

A questão da periodicidade apresenta-se sempre como preliminar nas exposições históricas. Trata-se de recurso didático, destinado a facilitar a compreensão do desenvolvimento de qualquer processo ou fenômeno. No caso da história da imprensa brasileira, verifica-se, pela visão de conjunto, que a única repartição acorde com a realidade seria em imprensa artesanal e imprensa industrial. Tomado o fenômeno como específico, visto em separado, isolado do conjunto em que se desenvolveu, essa divisão, ainda assim, é a mais cabível. Acontece, porém, que a fase de imprensa industrial é relativamente recente, entre nós, e demasiado curta por isso mesmo. Aceitar a divisão mais aconselhável seria apresentar um conjunto desequilibrado: o longo período artesanal e o curto período industrial, contrastando. Preferimos optar por uma divisão que, embora arbitrária quanto ao processo estudado, quando visto separadamente, tem a virtude de integrá-lo no conjunto do desenvolvimento histórico do país. A nossa imprensa, no que tinha de específico, não mudou com a passagem do Império à Regência, ou do Império à República. Mudou muito, entretanto, quanto ao conteúdo, quanto ao papel desempenhado. A divisão escolhida não tem maiores vantagens, pois, mas apresenta, em sua rudimentariedade, recurso aceitável, visando melhor e mais fácil compreensão de seu desenvolvimento. Isso permitiu ligar sempre a situação da imprensa ao quadro geral do tempo, suas características, suas necessidades. Tal ligação não foi sempre fácil, como costuma ocorrer quando se destaca um fenômeno do conjunto dos outros fenômenos. É certo, também, que êste trabalho ganharia em clareza se tivesse considerado com mais vagar e detalhe problemas como os demográficos; os do desenvolvimento da vida urbana; os das técnicas de transmissão sistemática da cultura, a educação principalmente; os das técnicas de transmissão do pensamento, como o telégrafo, o cabo submarino, o telefone, o rádio; os dos meios de transporte, navegação, ferrovias, aeronavegação; e mesmo os mais ìntimamente ligados ao problema específico da imprensa, como os do desenvolvimento da arte gráfica, com as suas técnicas e servidões. Seria interessante, realmente, verificar, a cada etapa, a área geográfica de circulação dos jornais, a composição do público, e outros aspectos sempre em mudança. Para tudo isso, entretanto, o espaço de um volume seria pouco.

Não nos foi possível, por outro lado, detalhar alguns aspectos importantes na história da imprensa brasileira, talvez mais apro-

priados para trabalhos monográficos: as grandes campanhas políticas nela desenvolvidas, como a da Abolição, a da República, a do Civilismo e tantas outras; a evolução do anúncio, refletindo o desenvolvimento do artesanato, do comércio, da indústria, de atividades outras; as influências estrangeiras, desde as do comércio aqui estabelecido a partir da abertura dos portos até a das grandes corporações monopolistas hoje presentes entre nós; os diferentes estágios que a arte gráfica apresentou, através do tempo, com estudo mais acurado do almanaque, da circular, do panfleto avulso, do pasquim, do folheto, do opúsculo; o papel dos órgãos de instituições culturais ou especializadas; as alterações na distribuição, desde a venda nas livrarias, as assinaturas, até à venda na via pública; as mudanças no preço de vendas avulsa e sua ligação com os custos de produção e o valor da moeda; as alterações no que toca ao papel, seu fornecimento, seu preço, sua qualidade, suas ligações com as máquinas; o desenvolvimento das técnicas de impressão, a litografia, a xilogravura, até as modernas; a evolução do maquinário, desde as prensas de madeira às modernas rotativas elétricas, passando pelo complexo aparelhamento de uma oficina moderna de jornal de grande tiragem, com a sua complexa divisão do trabalho que a faz, hoje, tão semelhante a uma grande fábrica; a evolução da tiragem de jornais e revistas; o estudo do público, na diversidade de suas camadas sociais; o papel do folhetim romântico e das seções permanentes; a função do noticiário do exterior, da fase dos paquetes à do rádio; a das gravuras, desde a litografia até à rádiofoto; as mudanças na paginação, acompanhando o destaque primitivo do editorial político, às vêzes matéria única do jornal, até a prepoderância da parte informativa sôbre a opinativa, e a estreita relação entre elas; as transformações na crítica ilustrada, das caricaturas à *charge* moderna; as relações entre Govêrno e imprensa e a legislação sôbre censura; o aparecimento, desenvolvimento e mudanças nos métodos como a entrevista, a reportagem, o inquérito; o desenvolvimento do jornal como emprêsa, quanto aos recursos necessários e os disponíveis e suas fontes; os órgãos especializados em medicina, agricultura, economia, humorismo, etc.; o interessantíssimo estudo da imprensa clandestina; a apreciação mais demorada da imprensa de província, ao longo do tempo. Certo, todos êsses aspectos são interessantes ou importantes, mas dificilmente caberiam numa síntese como esta. Nem foi preocupação dêste trabalho o arrolamento de periódicos, a fixação de suas prio-

ridades de aparecimento, de suas datas, de seu tempo de circulação, — os casos individualizados permanecem à guisa de exemplo. destinados a tipificar situações ou etapas.

No que se refere à imprensa, mais talvez do que em outro qualquer gênero de trabalho intelectual, cabe recordar as palavras do grande economista, que foi também homem de pensamento: "Houve tempo, como na Idade Média, em que não se trocava senão o supérfluo, o excedente da produção sôbre o consumo. Houve, também, tempo em que não sòmente o supérfluo, mas todos os produtos, tôda a existência industrial, passaram ao comércio, em que a produção inteira dependia da troca. Veio, finalmente, tempo em que tudo o que os homens tinham visto como inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico, e podia ser alienado. Êste foi o tempo em que as próprias coisas que, até então, eram transmitidas mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; adquiridas, mas jamais compradas — virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc. — em que tudo, enfim, passou ao comércio. Êste foi o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em têrmos de Economia Política, o tempo em que tudo, moral ou físico, tornando-se valor venal, é levado ao mercado para ser apreciado no justo valor".

É talvez interessante salientar, por último, que êste trabalho pretende também contribuir para a compreensão do óbvio, isto é, de que só existe imprensa livre quando o povo é livre; imprensa independente, em nação independente — e não há nação verdadeiramente independente em que o seu povo não seja livre.

A IMPRENSA COLONIAL

O pecado do livro

Coincidência interessante fêz do aparecimento do Brasil na História e do da imprensa acontecimentos da mesma época, só nisso aproximados, porque a arte de multiplicar os textos acompanhou de perto, e serviu, a ascenção burguêsa, enquanto a nova terra, integrada no mundo conhecido, iniciava a sua existência com o escravismo. Se o impulso que deu aos portuguêses o mérito de ocupar o Brasil estava ligado à expansão do capital comercial, foi êle responsável também pelo surto da arte gráfica na metrópole. Cedo cessou, porém, quando lhe faltaram as condições, com o deslocamento daquele capital para outras áreas, expulso pela vitória feudal no reino. Instalou-se, impedindo a continuação daquela arte, a violência da Inquisição; mais de trinta mil portuguêses vitimou ela, — a fina flor da intelectualidade e muitos dos homens de pecúnia. De sorte que o livro, e a técnica de fazê-lo,

assumiram ali, pouco depois do início da existência histórica brasileira, o aspecto herético que atraía maldição e condenações.

Estavam, em Portugal, sujeitos os livros a três censuras: a episcopal, ou do Ordinário, a da Inquisição, e a Régia, exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576, cuja superioridade firmava-se nas Ordenações Filipinas, que proibiam a impressão de qualquer obra "sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição". A partir de 1624, os livros dependiam das autoridades civis para serem impressos, isto é, das autoridades reconhecidas pelo Estado, entre as quais, para êsse fim, estavam as da Igreja; mas dependiam ainda, para circularem, da Cúria romana. Pombal, em 1768, encerrou êsse regime, substituindo-o pelo da Real Mesa Censória, que vigorou até 1787. Ora, se na metrópole feudal essas eram as condições, fácil é calcular quais seriam as que imperavam na colônia escravista, particularmente depois do advento da mineração, com o arrôxo que deu à clausura.

Não é de surpreender que os inventários seiscentistas, que Alcântara Machado utilizou para escrever a *Vida e Morte do Bandeirante*, não mecionassem um só livro. Os setecentistas não indicariam grande avanço, a êsse respeito. Foi o surto minerador que alterou as condições anteriores: cresceu a população ràpidamente, decuplicando no século XVIII; cresceu o mercado interno e ampliou-se a divisão do trabalho com o aumento do poder aquisitivo e a especialização de atividades, em que se destacou logo a mais lucrativa. Surgiram novas condições, pois, peculiares à nova sociedade. Não por acaso o setecentismo apresenta o hábito senhorial de mandar um dos filho a Coimbra; e não só a Coimbra, pelos fins do século, mas a outras universidades européias, que o ensino, na colônia, não ultrapassava o que hoje conhecemos como nível médio. É sabido que a Universidade, no Brasil, é recente: os motivos são os mesmos que atrasaram o desenvolvimento da imprensa.

Muito se indagou sôbre os motivos do contraste apresentado pela América espanhola, sem falar na inglêsa: México e Peru conheceram a Universidade colonial; de outro lado, o México conheceu a imprensa, em 1539; o Peru, em 1583; as colônias inglêsas, em 1650. Que razões teria êsse contraste de orientação se, à época, Portugal e Espanha, submetidos ao mesmo regime, o feudal, deviam ter o mesmo interêsse em manter o atraso em suas colônias? Se diversidade devesse ocorrer, teria sido antes da Espanha, no

sentido de maior rigor no impedimento à cultura, pois encontrara, desde o início da colonização, ouro e prata nos territórios americanos, o que não aconteceria aos portuguêses, que encontraram ouro dois séculos depois e, quando o encontraram, o apêrto da clausura foi maior ainda do que antes.

Os portuguêses encontraram, no litoral americano do Atlântico, comunidades primitivas, na fase cultural da pedra lascada, que não puderam aproveitar para o trabalho, pela impossibilidade em fazê-lo, nas grandes emprêsas que montaram, e que destruíram, física e culturalmente, nas áreas em que levantaram aquelas emprêsas, as que lhes permitiram dar estabilidade e continuidade à ocupação. Nessas áreas, preponderou a destruição física; nas áreas secundárias, em que o trabalho indígena foi aproveitado, preponderou a destruição cultural, de que foi instrumento a catequese jesuítica. Haveria alguma ilusão, no que diz respeito à inanidade dos resultados do destino aos curumins, nas escolas de ler, escrever e contar? Não, certamente. Mais importante do que alfabetizar as crianças indígenas — e alfabetizar para quê? — era destruir nelas a cultura de seus pais.

A situação na zona espanhola foi inteiramente diversa: os europeus que ocuparam as suas áreas nelas encontraram culturas avançadas que, inclusive, conheciam a mineração e aproveitavam os metais preciosos. Êles eram preciosos, para aztecas e incas, não pelos mesmos motivos que fascinavam os europeus da fase mercantil, mas por outros, intimamente ligados à cultura que tais povos conheciam. Não se tratava de comunidades primitivas, na idade da pedra lascada, como no Brasil, mas de culturas já em nível adiantado de complexidade. Essas culturas precisavam ser destruídas e substituídas, sob pena de graves riscos para a ocupação, tanto mais que os elementos locais com prática na mineração constituíam ali a fôrça de trabalho necessária à retirada do ouro e da prata que o mercantilismo colocava em destaque.

Assim, onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a Universidade nem a imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não

tinha existência prática, não representava risco algum. O aparecimento precoce da Universidade e da imprensa, assim, estêve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração.

Instrumento herético, o livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro. As bibliotecas existiam nos mosteiros e colégios, não nas casas de particulares. Mas ainda aquelas foram pouquíssimas, de livros necessários à prática, constituindo exceção mesmo os edificantes. A dos jesuítas da Bahia, quando da expulsão pombalina, levada a hasta pública, não encontrou licitantes, deteriorando-se os livros seqüestrados, ou utilizados pelos boticários, para "embrulhar adubos e ungüentos". O mesmo aconteceu com a do Maranhão: mantida em depósito, foi examinada decênios depois, não encontrando nela Araújo Viana um só livro aproveitável.

Nos fins do século XVIII, começaram a aparecer bibliotecas particulares. Os autos das "inconfidências" as revelam, no intuito de agravar a sorte dos acusados: ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inexpiáveis. Os que estudavam na Europa, traziam livros, entretanto, e até os emprestavam. A entrada de livros, — salvo aquêles cobertos pelas licenças da censura, — eram clandestinas e perigosas. Os que contavam coisas da terra não tinham aquelas licenças, ou, em alguns casos, quando as recebiam, como o de Antonil, impresso em 1711, no Reino naturalmente, sofriam apreensão imediata.[1] Foi confiscado e destruído. Sobraram, por sorte, três exemplares, e isso permitiu que, um século depois, fôsse novamente impresso e circulasse.

Nos fins dos século XVIII, começou o comércio de livros e surgiram as obras heterodoxas, cuja presença nas mãos de "incon-

[1] Frei Veloso fêz aparecer dêle um extrato, em 1800. Mas a edição inicial, pràticamente, porque de texto integral e de circulação livre, apareceu sòmente em 1837, no Rio, feita por Julius de Villeneuve, graças aos cuidados de José Silvestre Rebelo. O sucesso editorial do século XVIII foi do *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, escrito na Bahia, em 1725, publicado em Lisboa, em 1728, com mais quatro edições no século XVIII.

fidentes" tanto os inculpariam: o cônego Luís Vieira juntava, em biblioteca, Condillac, Montesquieu, Mably e a *Enciclopédia*. Tiradentes possuía, em francês, a *Coleção das Leis Constitucionais dos Estados Unidos da América;* consta dos autos da devassa que pedira a um cabo, em Vila Rica, que lhe traduzisse o diário em que se descrevia o levante das colônias inglêsas da América do Norte. Partindo para o Rio, em 1775, Antônio Máximo de Brito teve permissão para trazer os seus livros; entre êles estava pelo menos um condenado, o *Gil Blas*. Vidal Barbosa sabia de cor pedaços de um livro de Raynal. Álvares Maciel comprara, em Londres, a *História Americana Inglêsa*, que deixou no Rio, ao recolher-se a Vila Rica, vindo da Europa. Acioli aponta o caso, na Bahia, do padre Agostinho Gomes, acusado como *francês* porque comera carne numa sexta feira e lia Voltaire. Muniz Barreto, envolvido na conspiração de 1798, possuía a *Nova Heloísa*, de Rousseau, e a *Revolução*, de Volney. Cipriano Barata, outro elemento daquela conjura, tinha a *História da América Inglêsa* e as *Obras* de Condillac; o tenente Hermógenes de Aguiar, o *Dicionário Filosófico*, de Voltaire. No Rio, em 1786, a *Sociedade Literária*, continuação da *Academia Científica*, fôra transformada, segundo as autoridades, em motivo de tertúlias conspirativas.[2] Silva Alvarenga, tido como um dos *franceses* do grupo foi apertado pelo desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, na devassa, sob a acusação de "posse e uso" de livros de Mably e Raynal; confessou que comprara aquêle, inocente de seu conteúdo, a um marinheiro, o segundo lhe fôra emprestado por Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá, que confessou, esclarecendo que nunca o lera.[3]

Como entravam na colônia os livros? Da mesma forma que na metrópole, onde sofriam a mesma perseguição. Pereira de Figueiredo estranhava que a mocidade lusa estudasse em livros proíbidos e estrangeiros. João Ribeiro contaria que, tendo fornecido

[2] Antônio Diniz trazia prática de devassas envolvendo escritores, com a que realizou sôbre os acontecimentos da Conjuração Mineira. Nos *Autos da Devassa*, estão apensos os documentos de arrolamento das bibliotecas encontradas nas casas de alguns dos conjurados.

[3] Foi o miserável rábula José Bernardo da Silveira Frade, quem denunciou o professor régio de retórica Manuel Inácio da Silva Alvarenga e seus confrades da *Sociedade Literária*, que se reuniam à rua do Cano, 78 (hoje Sete de Setembro) ao conde de Rezende. Sofreram dois anos de prisão preventiva, carregados de ferros; eram acusados de idéias republicanas.

tinha existência prática, não representava risco algum. O aparecimento precoce da Universidade e da imprensa, assim, estêve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração.

Instrumento herético, o livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro. As bibliotecas existiam nos mosteiros e colégios, não nas casas de particulares. Mas ainda aquelas foram pouquíssimas, de livros necessários à prática, constituindo exceção mesmo os edificantes. A dos jesuítas da Bahia, quando da expulsão pombalina, levada a hasta pública, não encontrou licitantes, deteriorando-se os livros seqüestrados, ou utilizados pelos boticários, para "embrulhar adubos e ungüentos". O mesmo aconteceu com a do Maranhão: mantida em depósito, foi examinada decênios depois, não encontrando nela Araújo Viana um só livro aproveitável.

Nos fins do século XVIII, começaram a aparecer bibliotecas particulares. Os autos das "inconfidências" as revelam, no intuito de agravar a sorte dos acusados: ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inexpiáveis. Os que estudavam na Europa, traziam livros, entretanto, e até os emprestavam. A entrada de livros, — salvo aquêles cobertos pelas licenças da censura, — eram clandestinas e perigosas. Os que contavam coisas da terra não tinham aquelas licenças, ou, em alguns casos, quando as recebiam, como o de Antonil, impresso em 1711, no Reino naturalmente, sofriam apreensão imediata.[1] Foi confiscado e destruído. Sobraram, por sorte, três exemplares, e isso permitiu que, um século depois, fôsse novamente impresso e circulasse.

Nos fins dos século XVIII, começou o comércio de livros e surgiram as obras heterodoxas, cuja presença nas mãos de "incon-

[1] Frei Veloso fêz aparecer dêle um extrato, em 1800. Mas a edição inicial, pràticamente, porque de texto integral e de circulação livre, apareceu sòmente em 1837, no Rio, feita por Julius de Villeneuve, graças aos cuidados de José Silvestre Rebelo. O sucesso editorial do século XVIII foi do *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, escrito na Bahia, em 1725, publicado em Lisboa, em 1728, com mais quatro edições no século XVIII.

fidentes" tanto os inculpariam: o cônego Luís Vieira juntava, em biblioteca, Condillac, Montesquieu, Mably e a *Enciclopédia*. Tiradentes possuía, em francês, a *Coleção das Leis Constitucionais dos Estados Unidos da América;* consta dos autos da devassa que pedira a um cabo, em Vila Rica, que lhe traduzisse o diário em que se descrevia o levante das colônias inglêsas da América do Norte. Partindo para o Rio, em 1775, Antônio Máximo de Brito teve permissão para trazer os seus livros; entre êles estava pelo menos um condenado, o *Gil Blas*. Vidal Barbosa sabia de cor pedaços de um livro de Raynal. Álvares Maciel comprara, em Londres, a *História Americana Inglêsa,* que deixou no Rio, ao recolher-se a Vila Rica, vindo da Europa. Acioli aponta o caso, na Bahia, do padre Agostinho Gomes, acusado como *francês* porque comera carne numa sexta feira e lia Voltaire. Muniz Barreto, envolvido na conspiração de 1798, possuía a *Nova Heloísa,* de Rousseau, e a *Revolução,* de Volney. Cipriano Barata, outro elemento daquela conjura, tinha a *História da América Inglêsa* e as *Obras* de Condillac; o tenente Hermógenes de Aguiar, o *Dicionário Filosófico,* de Voltaire. No Rio, em 1786, a *Sociedade Literária,* continuação da *Academia Científica,* fôra transformada, segundo as autoridades, em motivo de tertúlias conspirativas.[2] Silva Alvarenga, tido como um dos *franceses* do grupo foi apertado pelo desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, na devassa, sob a acusação de "posse e uso" de livros de Mably e Raynal; confessou que comprara aquêle, inocente de seu conteúdo, a um marinheiro, o segundo lhe fôra emprestado por Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá, que confessou, esclarecendo que nunca o lera.[3]

Como entravam na colônia os livros? Da mesma forma que na metrópole, onde sofriam a mesma perseguição. Pereira de Figueiredo estranhava que a mocidade lusa estudasse em livros proíbidos e estrangeiros. João Ribeiro contaria que, tendo fornecido

[2] Antônio Diniz trazia prática de devassas envolvendo escritores, com a que realizou sôbre os acontecimentos da Conjuração Mineira. Nos *Autos da Devassa,* estão apensos os documentos de arrolamento das bibliotecas encontradas nas casas de alguns dos conjurados.

[3] Foi o miserável rábula José Bernardo da Silveira Frade, quem denunciou o professor régio de retórica Manuel Inácio da Silva Alvarenga e seus confrades da *Sociedade Literária,* que se reuniam à rua do Cano, 78 (hoje Sete de Setembro) ao conde de Rezende. Sofreram dois anos de prisão preventiva, carregados de ferros; eram acusados de idéias republicanas.

a certo economista a relação das obras condenadas pela Mesa, soubera depois que servira para que aquêle as encomendasse para constituir a sua biblioteca. Acrescentava ter visto, na alfândega, o caixote de livros trazidos por um bacharel: todos proíbidos. Pina Manique denunciava que "a maior parte dos livros ímpios e sediciosos que aparecem no público de mão em mão saem da alfândega". Teófilo Braga explica que quase todos os livreiros de Lisboa eram franceses e "fundavam casas com uma honradez proverbial, pondo em circulação tôdas as publicações modernas por meios das quais o espírito crítico do enciclopedismo entrava neste desgraçado país marasmado pela imbecilidade".[4]

A polícia fiscalizava severamente tais livrarias e livreiros. Manique relataria que um dêles fôra "duas vêzes prêso pela achada de livros incendiários que espalhava e vendia nesta cidade". Diogo Borel introduzira em Portugal, segundo se escreveu, nada menos que doze mil exemplares da Constituição Francesa. Na colônia, onde chegavam, muito provàvelmente, parte dêsses livros, o processo era o mesmo. É o que se conclui de declaração como a do governador da Bahia, nos fins do século XVIII, D. Fernando José de Portugal, justificando-se de não ter agido contra o padre Agostinho Gomes porque não lhe parecera razoável fazê-lo "só porque lê *Correios* da Europa, *Gazetas* inglêsas e outros papéis desta natureza, quando êles correm sem proibição e são remetidos dessa Côrte e diferentes pessoas". No Rio, observara já o conde de Rezende que, à chegada dos navios da Europa, tratavam muitos de "obter notícias e gazetas estrangeiras para o que até haviam estabelecido uma sociedade". Papéis, gazetas, livros eram vendidos no cais por marinheiros inglêses. Revelam os *Autos da Devassa* que Tiradentes, em 1788, andara procurando no Rio livros que tratassem do levante dos inglêses. O *Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro,* de 1792, mencionava e existência de uma só livraria; mas o de 1799 acusa a existência de duas. Que livros seriam vendidos nelas? O *Livro de Carlos Magno,* o *Almocreve das Petas,* almanaques, folhinhas. Tudo impresso no Reino, evidentemente. Os bons livros, os livros autênticos, entravam de contrabando.[5]

[4] Teófilo Braga: *Bocage*, Pôrto, 1902, pág. 266.
[5] Na devassa da conjuração do Rio de Janeiro, isso ficou provado. Antônio Diniz informaria às autoridades lisboetas, a respeito dos acusados: "Contra nenhum dos presos se diz ou se prova que êles entrassem no projeto de conspiração, sendo tôda culpa que se lhes imputa,

Com a abertura dos portos, "os abomináveis princípios franceses" — como diria D. Rodrigo de Sousa Coutinho — passaram a entrar em maior volume. Não tardariam providências: a provisão de 14 de outubro de 1808 ordenava aos juízes da alfândega que não admitissem a despacho livros ou papéis impressos sem que lhe fôsse mostrada a licença do Desembargo do Paço. O Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, baixaria edital, a 30 de maio de 1809, determinado que os avisos, anuncios e notícias de livros à venda, estrangeiros ou nacionais, só fôssem publicados depois da aprovação policial. Já então entrava, entretanto, o *Correio Brasiliense* e, dos prelos antes destinados à Secretarias dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, começavam a sair livros.

Mas, até aí, e principalmente depois, com o arremêdo de imprensa iniciado com a transferência da Côrte joanina para o Brasil, parece que se seguia, aqui, com atenção os acontecimentos europeus que caracterizavam o triunfo da burguesia: conversas nas esquinas, nos adros, nas lojas, nas casas. No Rio e nas províncias, aliás: o padre Francisco de Sousa Pinto, de Cachoeira de Macacu, opinava que "o governo atual da França é melhor que o de Portugal"; o licenciado Gervásio Ferreira, de Itaboraí, talvez por influência de seu primo, o médico Jacinto José da Silva, formado em Montpellier, "era partidário da situação política da França". Antes, Silva Alvarenga tivera de explicar não apenas a posse e a leitura de determinados livros, mas porque a *Sociedade Literária* permitia que os seus membros tivessem iguais direitos, e isso em sucessivos interrogatórios: a igualdade de direitos era sacrílega.

Profunda era a desconfiança dos estrangeiros, e tinha as suas razões. Carta Régia de 1792 recomendava muito cuidado com o navio *Le Dilligent* que andava nos mares do sul em busca do explorador La Pérouse: "era pretexto para introduzir nas colônias estrangeiras o mesmo espírito de liberdade que reinava neste país"

e que contra alguns se prova, a de sustentarem em conversações, ou particulares ou públicas, que o govêrno das repúblicas deve ser preferido ao das monarquias, que os reis são uns tiranos, opressores dos vassalos... que o govêrno democrático era melhor do que o monárquico, que louvavam e aprovavam a instituição da República Francesa..." Tais idéias, aliás, eram sempre objeto das acusações, quando das devassas do tempo: estão presentes também nos interrogatórios relativos à Conjuração Mineira, como nos interrogatórios relativos à Conjuração Baiana.

(a França), e acrescentava que a Constituição Francesa já estava traduzida em português e espanhol. Mas as idéias chegavam, realmente, burlando a vigilância: boletins espalhados na Bahia, às vésperas do movimento de 1798, diziam: "Animai-vos, povo baianense, que está para chegar o tempo feliz de nossa liberdade, o tempo em que todos serão iguais." Em Pernambuco, o Seminário de Azeredo Coutinho tornara-se um dos centros de pregação liberal: entre os seus primeiros mestres estavam os padres Miguel Joaquim de Almeida e Castro — depois celebrizado como Padre Miguelinho — e João Ribeiro, figura extraordinária do movimento de 1817. Ensinava o primeiro Retórica e Poética; Desenho, o segundo. Mais adiante, ali lecionou outro padre de cultura invulgar, Miguel do Sacramento Lopes Gama, — o Padre Carapuceiro. As teorias de Rousseau influiam em pastorais, como a do deão Manuel Vieira de Lemos Sampaio, governador do bispado que, em 1817, sustentaria não ser a revolução republicana contrária ao Evangelho, visto que o direito da casa de Bragança se fundava em contrato bilateral, de que estavam desobrigados os povos, por ter a dinastia faltado primeiro às suas obrigações.

As sociedades secretas multiplicavam-se. O *Areópago de Itambé* parece datar dos fins do século XVIII e ensejou as academias Suassuna e Paraíso, inspiradas pelo sábio Manuel de Arruda Câmara, carmelita secularizado, médico, formado em Montpellier, com passagem por Coimbra, entusiasta das idéias francesas, iniciado na maçonaria quando de sua estada na Europa. A sombra das lojas maçônicas, aliás, vivem Domingos José Martins, espiritosantense que foi comerciante na Bahia e em Londres, jacobino apaixonado; Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, mulato viajado que punha, em sua casa, em lugar de destaque, o retrato das figuras mais notáveis das revoluções francesa e americana; e tantos outros, ao longo de muitos decênios.

Mas não apenas a maçonaria permitia agrupar os que pensavam melhor, na fase final do período colonial, — também a Igreja, pelas suas figuras mais eminentes, senão como organização, pelo menos pela ação individual de destacados servidores, homens como Luís Vieira, Francisco Vidal Barbosa, Matias Alves de Oliveira, Rodrigues da Costa, Carlos Correia, José Lopes de Oliveira, Silva Rolim, conjurados mineiros de 1789; Agostinho Gomes, João Ribeiro, Albuquerque Lins, Pereira de Albuquerque, Miguelinho, Tenório, Roma, pregadores ou mártires da Liberdade; Jaime Be-

zerra, Montenegro, Fortuna, Coelho, Alencar, Venâncio de Rezende, Barbosa Cordeiro, João de Alburquerque, Muniz Tavares, Ornelas, Santa Mariana Brito, frei Pescoço e os mais que fizeram parte dos cinqüenta e sete padres comprometidos na rebelião de 1817, alguns com ação militar, como Souto Maior, João Loureiro, Gomes de Lima, Francisco de S. Pedro, o Cachico; os vinte padres que fizeram parte da representação brasileira às Côrtes lisboetas; os guerrilheiros baianos Breyner, Manuel de Freitas e Dendê Bus, Bernardo, Sampaio, Januário, Ferreira Barreto, Batista Campos, Belchior Pinheiro, José Custódio, José Bento, Lopes Gama, frei Caneca, dirigente invulgares de rebeliões, protestos, motins, aferrados aos princípios liberais, alguns chegando ao martírio em sua defesa. Um clero, portanto, em que o fermento cultural fêz crescer as tendências políticas, que participou profunda e generalizadamente das lutas do tempo, que discerniu com clareza as necessidades do povo brasileiro e soube serví-las com heróico devotamento. Clero em que se recrutariam, logo adiante, os jornalistas mais ardorosos e também alguns dos mais lúcidos que a época conheceu. Figuras, essas do clero, a que a história não fêz ainda justiça, esquecendo a maior parte delas, reduzindo as dimensões de outars, deixando sem adequada análise êsse fenômeno singular que foi a participação dos religiosos na vanguarda liberal da fase da autonomia.

O sacrilégio da imprensa

Os holandeses, dominando a área mais rica da colônia, no século XVII, introduziram no Brasil alguns elementos característicos da atividade burguesa, de que foram pioneiros. Não a imprensa, porém. Apesar de lhe terem dado singular desenvolvimento, na área metropolitana, na proporção do avanço de sua burguesia, não se empenharam em trazer ao seu nôvo domínio americano a arte tipográfica. Inúteis foram os esforços de Nassau nesse sentido. É curioso o fato, porque mostra como as condições da colônia constituiam obstáculo mais poderoso ao advento da imprensa do que os impedimentos oficiais que caracterizaram a atitude portuguêsa. Claro que êstes, na sua vigilância permanente, concorreram também para o retardo com que conhecemos a imprensa. Mas a razão essencial estava

nas condições coloniais adversas: o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa. Quando surgiram as iniciativas isoladas, no século XVIII, o papel das autoridades coloniais foi importante. Elas não decorreram, assim, de uma imposição social, mas de esforços isolados. Nem êstes, entretanto, permitiu a metrópole que surgissem, liquidando-os na nascedouro.

Em 1706, sob os auspícios do governador Francisco de Castro Morais, instalou-se no Recife pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações devotas. A Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano, entretanto, liquidou a tentativa. Determinava que se devia "seqüestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprissem livros ou papéis avulsos". Essa iniciativa pioneira tem significação meramente cronológica, pois não teve nenhuma função efetiva, nem a suspensão de sua atividade despertou atenção. Até mesmo as informações a respeito, numa época em que os fatos insólitos mereciam registro burocrático rigoroso, são escassas. Não se sabe muito mais a respeito do caso do que o registrado aqui. É o que repetem tôdas as fontes, sem variações.

Já o mesmo não acontece com o que se relaciona com a outra tentativa conhecida, a de 1746, no Rio de Janeiro. Recebeu, como a anterior, o bafejo da autoridade local, o governador Gomes Freire. Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, transferiu-se à colônia, trazendo na bagagem o material tipográfico com que montou no Rio pequena oficina.[6] Chegou a pô-la em atividade, pois imprimiu alguns trabalhos, entre os quais se destaca a *Relação da Entrada* do bispo Antônio do Destêrro, redigida por Luís Antônio Rosado da Cunha, com dezesete páginas de texto. Moreira de Azevedo conta, nos seus *Apontamentos Históricos*, que a metrópole agiu ràpidamente para liquidar a oficina: "man-

[6] Antônio Isidoro da Fonseca era impressor conceituado, em Lisboa, segundo Carlos Rizzini (*O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, Rio, 1945, pág. 312); entre os seus clientes figuravam o conde da Ericeira, Caetano de Sousa e outros; imprimira a 5.ª edição da *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade, as *Obras*, de Duarte Ribeiro de Macedo, as *Notícias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria, as três óperas de Antônio José da Silva publicadas em vida do autor. Parece que dificuldades financeiras obrigaram-no a tentar a sorte na colônia.

dou a Côrte abolí-la e queimá-la, para não propagar idéias que podiam ser contrárias ao interêsse do Estado". Parece que teve relação com o episódio a ordem régia, de 6 de julho de 1747, onde se dizia ser sabido terem vindo para o Brasil "quantidade de letras de imprimir", que mandava seqüestrar para o Reino, por conta do dono, notificando-o que "não imprimissem livros, obras ou papéis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças que tivessem para dita impressão, sob pena de que, fazendo o contrário, seriam remetidos presos para o Reino para se lhes impor as penas em que tivessem incorrido, de conformidade com as leis e ordens a respeito".

A ordem insistia ainda em explicações elucidativas: "Não sendo conveniente haver aí tipografias, nem mesmo utilidade para os impressores, por serem maiores as despesas que no Reino, de onde podiam vir impressos os livros e papéis, no mesmo tempo em que deviam ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais não se podia imprimir nem correr obras". No dizer de Moreira de Azevedo, "não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas e da ignorância". A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros, indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude.[7]

[7] Na *Carta de Guia de Casados*, de 1650, como tem sido lembrado, D. Francisco Manuel de Melo, que viveu algum tempo no Brasil, prega a ignorância da mulher como fundamento de sua virtude, referindo o dito de que se guardasse o homem "de mula que faz *him* e de mulher que sabe latim", e contando o pitoresco caso seguinte: "Confessava-se uma mulher honrada a um frade velho e rabujento; e, como começasse a dizer em latim a confissão, perguntou-lhe o confessor: — Sabeis latim? Disse-lhe: — Padre, criei-me em mosteiro. Tornou a perguntar: — Que estado tendes? Respondeu-lhe: — Casada. A que tornou: — Onde está vosso marido? — Na Índia, meu padre (disse ela). Então, com agudeza, repetiu o velho: — Tende mão, filha: sabeis latim, criaste-vos em mosteiro, tendes marido na Índia. Ora, ide-vos embora e vinde cá outro dia, que vos é fôrça que tragais muito que dizer, e eu estou hoje muito depressa". A noção da beatitude da ignorância, aliás, é evangélico, como se sabe, e ali a ignorância é irmanada à humildade e à conformação com a sorte, fundamento da idéia de que os males do mundo só no céu têm cura, devendo as criaturas conformar-se com a sorte que lhes cabe.

Segundo versão difícil de elucidar, Antônio Isidoro da Fonseca empregava "a fraude nas suas impressões, alterando a data das edições da tipografia, a fim de escapar à perseguição". O confisco do material liquidou-o. Em 1750, requereria licença real para voltar a trabalhar no Rio, "com o intento de ganhar o que lhe era preciso e à sua mulher". Esperava da autoridade real permissão para "estabelecer a dita imprensa no Rio de Janeiro, na mesma forma e para o mesmo fim de que usava dela, ou na Bahia". O despacho foi inexorável e sêco: "escusado". O nome de Antônio Isidoro da Fonseca tem o interêsse de fixar as dificuldades, mais do que as realizações da imprensa, na colônia. Coube-lhe, de qualquer maneira, a prioridade: a *Relação da Entrada* foi o primeiro folheto impresso no Brasil. Rizzini esclarece que o primeiro livro em lígua portuguêsa impresso na América foi o *Luzeiro Evangélico*, de frei João Batista Morelli de Castelnuovo, nome que tomou no claustro Fulgêncio Leitão, publicado no México, em 1710.

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil, — e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial — com o advento da Côrte de D. João. Antônio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da *Medusa* o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Barbonos.

Daí o ato real de maio: "Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há de oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde êles se estabeleceram sirva inteiramente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente tôda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente pertencendo o seu govêrno e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprêgo da oficina a maior extensão e lhe dará tôdas as instruções e ordens necessárias e participará a êste respeito a tôdas as estações o que mais convier ao meu Real Serviço. Palácio do Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1808."

Por decisão de 24 de junho, a administração da Impressão Régia caberia a uma junta, composta de José Bernardes de Castro, oficial da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, Mariano José Pereira da Fonseca, algum tempo atrás submetido aos rigores da justiça metropolitana, com os seus companheiros da *Sociedade Literária*, por crime de idéia, e José da Silva Lisboa. Competia à junta, conforme regimento da mesma data, além da gerência, "examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o govêrno e os bons costumes". Era a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais, frei Antônio de Arrábida, o padre João Manzoni, Carvalho e Melo, e o infalível José da Silva Lisboa.

Dessa oficina, a 10 de setembro de 1808, saíu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão sòmente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4.º, poucas vêzes mais, semanal de início, trisemanal, depois, custando a assinatura semestral 3$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martin Filho, mercador de livros. Dirigia êsse arremêdo de jornal frei Tibúrcio José da Rocha. Trazia como epígrafe, dentro da praxe, os versos de Horácio:

Doctrina sed vim promovet insitam,
Rectique cultus pectora roborant.

Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nêle constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado. Armitage situou bem o que era a *Gazeta do Rio de Janeiro*: "Por meio dela só se informava ao público, com tôda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias, natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume".

Claro que havia queixumes. Como expressá-los, porém, numa fôlha cujo material de texto era extraído da *Gazeta*, de Lisboa ou de jornais inglêses, tudo lido e revisto pelo conde de Linhares e,

depois, pelo conde de Galveias, e que não tinha outra finalidade senão agradar à Coroa de que tão estreitamente dependia? Frei Tibúrcio nada ganhava "para ser gazeteiro": quatro anos aturou o ofício, e demitiu-se, sendo substituído por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Hipólito da Costa lastimaria que se consumisse "tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria". A qualificação era merecida, sem qualquer dúvida, mas caberia, ao longo dos tempos, com a mesma justeza, a muitas outras fôlhas. Consagrada como marco inicial da imprensa brasileira, a de frei Tibúrcio não teve nenhum papel daqueles que são específicos do periodismo, salvo o cronológico.

Papel específico teve, sem dúvida, o *Correio Brasiliense*, mas é discutível a sua inserção na imprensa brasileira, menos pelo fato de ser feito no exterior, o que aconteceu muitas vêzes, do que pelo fato de não ter surgido e se mantido por fôrça de condições internas, mas de condições externas. Hipólito da Costa justificou-se de fazer no estrangeiro o seu jornal: "Resolvi lançar esta publicação na capital inglêsa dada a dificuldade de publicar obras periódicos no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos". Razões óbvias: teria sido mesmo difícil, senão impossível, manter fôlha imune à censura, aqui, no início do século XIX. Mas não é isso que suscita a dúvida. Muitos exilados fizeram jornais fora dos seus países, como forma e meio de participar de suas lutas internas. Tais jornais, como o *Correio Brasiliense*, entravam clandestinamente onde deviam entrar. O que lhes dava o caráter nacional era a estreita ligação com as condições internas em que procuravam também influir; a impressão no exterior era circunstância. A questão fica mais clara quando se considera o jornal de Hipólito — do tipo doutrinário e não do tipo noticioso — como ângulo externo de ver o Brasil, perspectiva externa: todos os nossos grandes problemas foram por êle tratados muito mais segundo as condições internacionais do que das nacionais.

A visão costumeira do problema parece padecer de vício formal. Ela se reparte em duas direções: a dos que glorificam Hipólito e a dos que o denigrem. A posição típica dos que glorificam pode ser exemplificada com a opinião de Oliveira Lima, que estudou o período joanino no Brasil: "O *Correio Brasiliense*, com ser o único periódico português do tempo que podia manifestar independência, porque se editava fora dos domínios reais e tinha

à sua frente um homem de espírito desassombrado e clarividente, constitui o melhor, senão o exclusivo repositório das falhas da administração brasileira". A posição dos que a denigrem pode ser tipificada com o exemplo de Fernando Segismundo que, no seu requisitório,[8] alinha os seguintes argumentos: Hipólito não foi precursor do abolicionismo; tratou da questão dos escravos, pela primeira vez, em 1814, afirmando-se contrário ao instituto servil; voltou ao assunto em 1815, entendendo "chegado o tempo em que esta questão de escravatura deve ser decidida afinal", e achando que o problema do tráfico poderia ser contornado com a introdução de máquinas e início da imigração; voltando ao tema, em 1822; teve antecipadores, entretanto[9]; não foi precursor da imigração européia, nem da idéia da transferência da capital para o interior[10]; ficou ao lado das Côrtes, quando estas tentaram recolonizar o Brasil, censurando a sua "tendência democrática" (p. 548, II); apoiou a determinação de fazer voltar ao Reino o príncipe D. Pedro, para manter a "desejada união entre Brasil e Portugal" (p. 551, II).[11]

Hipólito da Costa fundou, dirigiu e redigiu o *Correio Brasiliense*, em Londres, durante todo o tempo de vida do jornal. O número inaugural dêste apareceu a 1.º de junho de 1808, três meses antes, portanto, da data em que surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro* na Côrte. Aceitando o jornal de Hipólito como integrado na imprensa brasileira, seria, conseqüentemente, a data de aparecimento de seu primeiro número o marco inicial, naturalmente, do nosso periodismo. Já dois números do *Correio Brasiliense* circulavam, e possìvelmente no Brasil — considerando o tempo do trans-

8 Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas.

9 O padre português Manuel Ribeiro da Rocha, autor de *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado*, Lisboa, 1757; os conjurados mineiros e baianos; o desembargador paulista Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, na *Memória Sôbre o Melhoramento da Província de São Paulo Aplicável em Parte a Tôdas as Outras Províncias do Brasil*, de 1822, mas escrita em 1810.

10 Veloso de Oliveira dirigiu memória ao príncipe regente, em 1810, sôbre isso.

11 A idéia de separação entre Brasil e Portugal aparece tarde, realmente, na área de direita das fôrças que participaram do processo da Independência. Na Inglaterra, essa idéia apareceu tarde, também: se a conquista do mercado brasileiro e sua manutenção fôsse possível sem a independência, seria bem aceita a continuação do regime que mantinha o Brasil submetido a Portugal.

porte marítimo dos portos inglêses aos brasileiros, na época da navegação a vela — quando, a 10 de setembro, apareceu o número inicial da fôlha dirigida por frei Tribúrcio. Além do problema da precedência, há que considerar, no caso, que eram diferentes em tudo, mesmo pondo de lado a questão da orientação, quando a diferença chegava quase ao antagonismo. Representavam, sem a menor dúvida, tipos diversos de periodismo: a *Gazeta* era embrião de jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas fôlhas, preço baixo; o *Correio* era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto.

Pretendia, declaradamente, pesar na opinião pública, ou o que dela existia no tempo, ao passo que a *Gazeta* não tinha em alta conta essa finalidade. Como todos os órgãos de govêrno do tipo do joanino, na época do absolutismo, não se preocupava com isso mesmo porque não tinha que disputar a outros órgãos, de orientação antagônica, que não existiam, a preferência da leitura. O jornal de Hipólito, ao contrário, destinava-se a conquistar opiniões; esta era a sua finalidade específica. Mensalmente, reunia em suas páginas o estudo das questões mais importantes que afetavam a Inglaterra, Portugal e o Brasil, questões velhas ou novas, umas já postas de há muito, outras emergindo com os acontecimentos. Em tudo o *Correio Brasiliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal; em tudo a *Gazeta* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como jornal — embora fôsse exemplo rudimentar dêsse tipo.

Hipólito da Costa chegara à Inglaterra em fins de 1805, fugido dos cárceres da Inquisição portuguêsa. Em fins de 1807, as fôrças francesas ocuparam Lisboa, ocasionando a fuga da Côrte joanina para o Brasil, sob a proteção inglêsa. Ora, foi êsse o exato momento em que lançou o *Correio Brasiliense*. A que obedeceria essa decisão? É impossível deduzí-la de problemas e aspectos subjetivos. Os dados objetivos para o julgamento dela, — e de seu desenvolvimento, — são os números do próprio jornal, são as posições assumidas pelo seu fundador, diretor e redator diante dos problemas que foram sendo colocados pela realidade. O melhor biógrafo de Hipólito admite que o jornal surgiu com o fim de "preparar para o Brasil instituições liberais e melhores costumes po-

líticos". Mas admite, também, que "evidentemente, não foi fundado para pregar a independência e não na pregou".[12] O próprio jornalista deixaria entrever, ou expressaria claramente, as suas finalidades, nas matérias que divulgava. Em 1819, por exemplo: "Ninguém tem atacado mais os defeitos da administração do Brasil do que o *Correio Brasiliense*. Começou êste periódico há mais de onze anos só para êsse fim, sendo acidentais as outras matérias e para isto se foram ajuntando nesta coleção tôdas as notícias oficiais pertencentes à época em que escrevemos, pôsto que nisso tenhamos tido grandes dificuldades, já porque escrevemos em país estrangeiro, mais distante do nosso, já porque escrevemos contra os defeitos da administração, tôdas as pessoas em autoridade, principalmente as em que se fala diretamente, devem ser inimigos desta obra e embaraçar-lhe os meios de obter informações autênticas".

Trata-se, assim, de uma finalidade moralizadora e não modificadora, ética e não revolucionária. Até que ponto a tarefa moralizadora, em que o jornalista pretendia melhorar os processos administrativos, poderia ir só é possível verificar acompanhando a sua análise dos problemas, número a número. Isto é trabalhoso, mas não é difícil. Conquanto a publicação não indicasse quem a dirigia e fôssem poucos os trabalhos assinados, podem ser atribuídos a Hipólito, que confessou mais de uma vez que a fazia sòzinho: "Agora é essencial ao nosso argumento o declarar aqui que todo o incansável trabalho de redação, edição, correspondência, etc., etc., dêste periódico tem recaído sôbre um só indivíduo que, aliás, carregado de outras muitas e mui diversas ocupações, que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros da produção literária dêste jornal, já para manter a sua situação no círculo público em que as circunstância o obrigam a viver".[13] Há, aqui, duas confissões: a de que redigia o jornal pràticamente sòzinho, e a de que não vivia disso, mas de outras atividades. Ambas são interessantes. A segunda porque é fácil deduzir, e até provar, que tais atividades estavam relacionadas com a orientação do jornal, e eram atividades comerciais. Não se discute aqui o problema sob o aspecto ético,

[12] Mecenas Dourado: *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, Rio, 1957, pág. 145, I.
[13] *Correio Brasiliense*, pág. 174, XXIII.

se era lícito ou não. De qualquer forma, o *Correio Brasiliense* foi tarefa gigantesca e reflete, constituindo para isso insubstituível fonte, o quadro da época da independência, visto do ângulo da burguesia inglêsa.[14]

Até que ponto circulou na colônia o *Correio Brasiliense,* até que ponto cumpriu a sua finalidade doutrinária de influir na oipnião, até que áreas da opinião influiu, são problemas mais ou menos difíceis de elucidar. Durante um ano, ao que parece, hesitou o embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, em comunicar às autoridades que representava a existência do jornal. Fê-lo, finalmente, em ofício secretíssimo de 20 de junho de 1809: "Como assunto da mesma delicadíssima natureza me resolvo enfim fazer chegar à presença de Sua Alteza Real, se o mesmo Senhor assim o permitir, um papel que eu desejaria que nunca tivesse saído à luz do dia, e que há perto de um ano que estou indeciso se o devo mandar ou não". Êste papel era o *Correio Brasiliense.*

Ignorariam antes as autoridades do Rio de Janeiro a existência do jornal? Teria êle chegado ou não aos seus leitores aqui? Claro que há um ano chegava ao Brasil, era lido e comentado, e

[14] O *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário,* primeiro periódico publicado por brasileiro, e primeiro livre da censura portuguêsa, circulou de 1.º de junho de 1808 a dezembro de 1822, impresso na oficina de W. Lewis, em Londres, saindo regularmente todos os meses, num total de 175 números, de 96 a 150 páginas in 8.º, formando 29 volumes. Trazia abaixo do título os versos de Camões: "Na quarta parte nova os campos ara/ E se mais mundo houvera lá chegara". Dividia-se em seções: *Política,* contendo documentos oficiais, nacionais e estrangeiros; *Comércio e Artes,* com informações sôbre o comércio nacional e internacional; *Literatura e Ciências,* com informações científicas e literárias, livros e sua crítica; *Miscelânea,* com matéria variada, informações do Brasil e de Portugal e até polêmicas; *Reflexões,* sôbre as novidades do mês, com os comentários dos acontecimentos recentes; e *Correspondência,* que inseria as comunicações recebidas, às vêzes anônimas, às vêzes sob a responsabilidade de estranhos, com o próprio nome ou pseudônimos. O jornal não se ocupava de acontecimentos ou problemas internos da Inglaterra, mas destacava sempre uns e outros, quando, no plano internacional, diziam respeito a Portugal ou ao Brasil. Refletia nos seus comentários a posição da burguesia inglêsa que, no processo de autonomia da área americana de ocupação ibérica, era uma em relação à Espanha e outra em relação a Portugal, de cuja subordinação se esperava sempre soluções dos problemas de interêsse britânico sem quebra da aliança.

chegava também a Portugal. Que, depois do aviso do embaixador luso em Londres, chegava e influia, é fácil comprovar com depoimentos insuspeitos da época. Em junho de 1809, organizando lista diplomática cifrada, para uso daquele mesmo embaixador, as autoridades do Rio de Janeiro nela incluiam o nome de Hipólito da Costa, entre cem outros, reis, generais, funcionários. Em 1810, o referido embaixador voltava a informar sôbre o *Correio Brasiliense*, mencionando que o jornal era largamente lido em Londres pelos portuguêses que ali residiam — numerosos desde a invasão napoleôniza na península — e mesmo por aquêles que ali iam a negócios, e ainda por comerciantes inglêses que tinham correspondentes no Brasil e em Portugal, e que assinavam o jornal e o remetiam a êsses correspondentes, o que é bastante elucidativo. Segundo o barão d'Eben, a circulação em Portugal se tornava cada vez maior. Essa afirmação seria confirmada, em 1817, pelo encarregado de negócios da França em Lisboa, Lesseps, que comunicaria ao seu ministro em Paris, o duque de Richelieu, que o *Correio Brasiliense* era também lido no Brasil "por todos".

Em conseqüência de conhecer da circulação do Jornal, ou por fôrça da comunicação do embaixador em Londres, — e as datas fazem crer que pelo primeiro motivo — a Côrte do Rio de Janeiro tomou as providências usuais: já a 27 de março de 1809, o conde de Linhares determinava ao juiz da Alfândega, José Ribeiro Freire, a apreensão de material impresso no exterior, contendo críticas ao govêrno: "O Prícipe Regente Nosso Senhor, a cuja Real Presença levei o ofício de V.M., juntamente com o Aviso e a brochura vinda de Londres, cheia de calúnias contra a nação e o govêrno inglês; cheia de atrozes falsidades contra várias pessoas e das maiores absurdidades sôbre a economia política, o qual V.M. justamente deteve. É servido ordenar que V.M. mande guardar o mesmo Aviso e obras, não o entregando a pessoa alguma e que o mesmo pratique com tôdas as cópias, e exemplares de semelhantes obras que possam vir para o futuro, não querendo S. A.R. permitir que se divulgue nos seus Estados uma obra cheia de veneno político, e falsidade, e que pode iludir gente superficial e ignorante, além de ser um verdadeiro libelo. É igualmente S.A.R. Servido que V.M. mande mais um exemplar e Aviso para ficar nesta Secretaria de Estado, e que remeta outro ao Intendente Geral da Polícia, a quem expedem as ordens particulares sôbre o procedimento que deve tomar a êste respeito". Era, segundo Mecenas

Dourado, "o primeiro ato proibindo a circulação do *Correio Brasiliense* no país" e, como vemos, provocado pela apreensão, que fêz o juiz da Alfândega, de exemplares dêste jornal e dos "Manifestos impressos que o autor da obra mandou para o público ter conhecimento da mesma", como diz a informação do porteiro daquela repartição. Tais manifestos seriam impressos de Hipólito da Costa recomendando o seu jornal.[15]

Quais seriam as "calúnias contra a nação e o govêrno inglês", atribuídas a Hipólito da Costa por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e quais as "absurdidades sôbre a economia política" de que seria também responsável o jornalista? Aqui está, sem dúvida, um dos aspectos essenciais não apenas da posição de Hipólito da Costa mas do surto capitalista e do processo da independência brasileira. Os estudos de Economia Política eram proíbidos em Portugal, até mesmo na Universidade de Coimbra, e por justas razões, do ponto de vista da classe feudal dominante no Reino.[16] Raros os portuguêses do tempo que dêles tinham informação, mais raros ainda os brasileiros. Hipólito da Costa estava entre as exceções, pelas viagens e permanência no exterior, primeiro, pelas necessidades de sua atividade de jornalista eminentemente político, depois.

As "absurdidades", como as "calúnias" provinham das críticas que fizera ao decreto de 11 de junho de 1808, evidentemente redigido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, discriminando os portos brasileiros pelos quais se permitia a entrada de mercadorias estrangeiras, completando o ato de janeiro que os abrira ao comércio internacional. Êsses portos eram os do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, S. Luiz e Belem. As mercadorias estrangeiras entradas por qualquer outro eram consideradas contrabando. Hipólito da Costa, na sua crítica, mostrava que isso era "efeito do antigo prejuízo

[15] Mecenas Dourado: *op. cit.*, pág. 271, I.

[16] Idem: pág. 44, I. Hipólito escrevia: "Os estudos de Economia Política são proibidos na Universidade de Coimbra, e não sabemos que haja no Reino escolas em que se aprendam". (*Correio Brasiliense*, pág. 1.819, 1 e 84, XXII.) É interessante verificar como, na colônia, José da Silva Lisboa, conhecia os problemas de Economia Política, como Azeredo Coutinho e poucos mais. Para assegurar a manutenção do regime de monopólio comercial, que se chocava com o desenvolvimento da economia colonial, era necessário vedar o conhecimento de uma ciência que desvendava a absurdidade, agora verdadeira, daquele regime, face aos interêsses da classe dominante colonial, ela mesma.

do sistema de monopólio que tem sempre em Portugal feito preferir o interêsse de certos indivíduos ao da nação em geral". A condenação era frontal: "Em outra ocasião falarei mais por extenso dêstes regulamentos, que estou certo têm a desaprovação geral de todos os homens que têm algum conhecimento de Economia Política e da situação do Brasil". Ora, se assim começava a sua luta, prosseguiria aprofundando o estudo do problema, sempre em obediência à mesma posição, contra o regime de monopólio".[17] Em sucessivas oportunidades, e particularmente na oportunidade em que negociavam, Portugal e a Inglaterra, os acôrdos de 1810, que subordinariam economicamente o Brasil à nação que Strangford representava, voltou ao assunto, referindo-se aos monopólios como "manifestamente injuriosos à prosperidade das nações", estigmatizando o "mil vêzes reprovado sistema de monopólio", meio "de sufocar a indústria, de destruir o espírito de emulação, e de perpetuar os abusos".

Em 11 de setembro de 1811, o mesmo D. Rodrigo de Sousa Coutinho determinava aos governadores de Portugal a proibição de entrada do jornal de Hipólito da Costa: "O Príncipe Regente Nosso Senhor tem sido servido determinar imediatamente que se proiba nesse Reino e seus domínios a entrada e publicação do periódico intitulado *Correio Brasiliense,* assim como de todos os mais escritos de seu furioso e malévolo autor". Esta ordem, não publicada na época, foi ressuscitada em 1817, quando da revolução de Pernambuco e da conspiração de Gomes Freire em Lisboa. Os tempos exigiam cautela e repressão da parte da autoridade. Há informação de que o jornal de Hipólito da Costa era lido no Rio Grande do Sul, até que o governador D. Diogo de Sousa o proibisse, como no Pará, até que o governador D. Narciso de Magalhães o apreendesse: os dois atos são de 1810.

De qualquer forma, duas coisas parecem certas: uma é que a perseguição ao *Correio Brasiliense* sofreu altos e baixos, não sendo a mesma ao longo do tempo e em todos os lugares; outra, é que foram repetidos os entendimentos das autoridades com Hipólito da Costa, mesmo de pessoas acreditadas por D. João para êsse fim. As perseguições, segundo alguns, não partiram do príncipe, mas de subordinados seus, inclusive ministros. Com a revolução do Pôrto, em 1820, as perseguições cessaram e o jornal

[17] *Correio Brasiliense,* pág. 423/425, I.

passou a circular normalmente no Reino e no Brasil. Era vendido aqui, a 1$280 o exemplar, segundo anunciava o mercador J.J. Dodsworth. Por êsse tempo, o *Correio Brasiliense* já não desempenhava o mesmo papel de relativo destaque, fôsse porque surgira a imprensa, realmente, no Brasil, com órgãos que refletiam mais de perto a opinião, fôsse porque o jornal de Hipólito da Costa já não tinha condições para, do estrangeiro, acompanhar, sentir e transmitir o que interessava aos brasileiros.

Até onde teria influído, realmente, o *Correio Brasiliense* na opinião brasileira do tempo? É problema sôbre o qual algo se pode deduzir, mas não se pode afirmar muito. Desde logo, é preciso frisar quão pouca seria a gente capaz de ler um periódico dêsse tipo, o doutrinário, no Brasil dos primeiros lustros do século XIX. Depois, é ainda necessário verificar, ou estimar, quais os grupos, camadas ou classes sociais receptivos à pregação de Hipólito. Parece evidente que, sendo o problema fundamental, na época, o do rompimento do regime de monopólio, a que o *Correio Brasiliense* dera a sua adesão desde o início, refletindo os interêsses da burguesia inglêsa mais do que os daqueles grupos, camadas ou classes no Brasil, haveria aqui, pelo menos em potencial, elementos capazes de receber e assimiliar a doutrinação mensal que lhes era oferecida. Disso não parece restar dúvida.

Dois fatôres, entretanto, enfraqueceram os efeitos daquela doutrinação: a lenta tomada de consciência da necessidade de liquidar o regime de monopólio, e o fato de que a abertura dos portos, em janeiro de 1809, ainda com as limitações do decreto de junho, resolvia o problema. Ora, o *Correio Brasiliense* apareceu com os portos já abertos: a reivindicação fôra atendida, e não por fôrça de luta, de conquista, mas por fôrça das circunstâncias. Com a metrópole dominada pelos franceses, era indispensável permitir aos barcos estrangeiros trazer e entregar as mercadorias diretamente na colônia. A classe dominante brasileira, a dos grandes proprietários, a que mais interessada estava no livre comércio, constituía o público potencial do órgão editado em Londres. O mesmo ocorria, e por razões óbvias, com a camada dos comerciantes. E, por outras razões, com a camada média. Aquela classe e estas camadas, entretanto, não eram dadas à doutrinação, à postulação dos problemas, atitudes próprias de uma classe, a burguesia, inexistente no país, uma vez que não eram burgueses, a rigor, os elementos da camada mercantil, que operavam com a forma pré-

capitalista do capital, o capital comercial, haurido na esfera da circulação e não na da produção.

O atraso da imprensa no Brasil, aliás, em última análise, tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu. A influência do *Correio Brasiliense*, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada. E por isso é que só por exagêro se pode enquadrar o *Correio Brasiliense* no conjunto da imprensa brasileira. Quando começou a circular, com a clandestinidade obrigada ou não a que se submeteu — clandestinidade porque proibido ou clandestinidade porque pouco lido — não se haviam gerado aqui ainda as condições para o aparecimento da imprensa. O que existia era arremêdo. Quando surgiram aquelas condições, o *Correio Brasiliense* perdeu a razão de ser.

Não foi coincidência o seu desaparecimento no ano da Independência. Seu pensamento a respeito, aliás, era claro: "Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam essas reformas feitas pelo povo. Reconhecemos as más conseqüências dêsse modo de reformar. Desejamos as reformas, mas feitas pelo govêrno, e urgimos que o govêrno as deve fazer enquanto é tempo, para que se evite serem feitas pelo povo".[18] As palavras são de 1811, mas Hipólito da Costa permaneceu fiel ao que elas traduziam de conteúdo político. Essa era, sem dúvida, também a posição da classe dominante, no Brasil e na época. Mas esta evoluiu, progressivamente, esposando, em 1822, a solução da Independência. Hipólito da Costa não a esposou; aceitou-a. Foi ultrapassado pelos acontecimentos e, portanto, pela parte mais importante de seu público. E o *Correio Brasiliense* perdeu a razão de existir, por isso mesmo.

A imprensa áulica

A característica principal da fase protohistórica da imprensa brasileira, válida apenas do ponto de vista cronológico, foi a iniciativa oficial, de que o aparecimento da *Gazeta do Rio de Janeiro* constituiu o primeiro fato. A iniciativa

[18] *Correio Brasiliense*, pág. 573, VI.

correspondia a determinadas causas, — não era gratuita. Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio. Já precisava dos louvores, de ver proclamadas as suas virtudes, de difundir os seus benefícios, de, principalmente, combater as idéias que lhe eram contrárias. Ao mesmo passo que, com a abertura dos portos, crescia o número de impressos entrados clandestinamente, inclusive jornais, e não apenas o *Correio Brasiliense*, apareciam as fôlhas que tinham bafejo oficial e que pretendiam neutralizar os efeitos da leitura do material contrabandeado. O absolutismo luso precisava, agora, defender-se. E realizou a sua defesa em tentativas sucessivas de periódicos, senão numerosas pelo menos variadas.

Depois da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1808, surgiu na antiga capital colonial, a Bahia, a segunda cidade brasileira, a *Idade de Ouro do Brasil*, título sintomático de fôlha de formato in 4.º, quatro páginas, circulando às terças e sextas feiras, ao preço de 60 réis o exemplar e 8$000 a assinatura anual. Era impressa na oficina de Silva Serva, escrita pelos portuguêses bacharel Diogo Soares da Silva e padre Inácio José de Macedo, tendo aparecido o primeiro número a 14 de maio de 1811, trazendo como epígrafe os versos de Sá de Miranda: "Falai em tudo verdades / A quem em tudo as deveis". Fôra lançada sob os auspícios do conde dos Arcos, que traçou as regras a que o periódico deveria obedecer, apresentando "as notícias políticas sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública".

Essa pretensa isenção, entretanto, não deveria impedir a fôlha de mostrar "como o caráter nacional ganha em consideração no mundo pela adesão ao seu govêrno e à religião". Assim, deveria ser imparcialmente a favor do absolutismo e constituir-se em órgão de sua louvação. Já pelo título, supondo ser uma idade de ouro para o Brasil o período joanino, a fôlha trazia o timbre que a caracterizaria. E, conquanto os redatores apelassem para os comerciantes, a fim de que êstes lhes fornecessem as notícias que recebiam em sua correspondência — eram êles, realmente, pelos seus contatos com o exterior, os únicos elementos informados — o compromisso com a verdade obedeceu às injunções severamente traçadas pela autoridade, isto é, a nenhum respeito por ela, o que é fácil verificar pelo que publicou o jornal em tôda a sua existência. Êsse

órgão do pior oficialismo durou até 24 de junho de 1823, naufragando com a derrota do general Madeira e a expulsão das fôrças portuguêsas da Bahia. Por doze anos, coerentemente, sustentou a posição defendida pelos dominadores lusos. Chegou a ser tão odiado por isso que o livreiro Paul Martin, seu agente no Rio, desistiu de vendê-lo, restituindo a importância das assinaturas recebidas.

As *Variedades ou Ensaios de Literatura* tirou dois números, no início de fevereiro e nos fins de julho de 1812, êste duplo. Propunha-se a divulgar discursos, extratos de história antiga e moderna, viagens, trechos de autores clássicos, anedotas, etc. Suas características de jornal, assim, eram muito vagas. Foi ensaio frustrado de periodismo de cultura — destinava-se a mensário — que o meio não comportava. Tanto assim que, apesar de todos os esforços, durou dois anos apenas *O Patriota*, do mesmo gênero — entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814 — fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que sucedera a frei Tibúrcio na redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, nela permanecendo até 1821. Foi mensário em 1812, passando a bimestral em 1813, vendido o número avulso a 800 e depois a 1.200 réis, ascendendo a assinatura de 4$000 a 6$000 o semestre. Ostentava por apígrafe os versos de Ferreira: "Eu desta glória só fico contente, / Que a minha terra amei e a minha gente." Acolheu colaboração de homens de letras da época: Borges de Barros, depois visconde da Pedra Branca, Mariano José Pereira da Fonseca, depois marquês de Maricá, Silva Alvarenga, Silvestre Pinheiro Ferreira e outros, todos servidores do govêrno joanino.

Não foram êstes os únicos exemplos da imprensa áulica que o govêrno joanino forjou ou amparou aqui e fora daqui. Pela necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do *Correio Brasiliense*, estimulou algumas tentativas de periodismo, começando pelos folhetos de tipo panfletário e completando-se, logo depois, com órgãos específicos do jornalismo. Já em 1809, em Lisboa, surgiam as *Reflexões sôbre o Correio Brasiliense*, redigido por frei Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, de que apareceram seis números, saídos da Impressão Régia à custa do govêrno. O desembargador José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda tirou também naquela oficina quatro cadernos de combate às idéias e às posições de Hipólito da Costa. Panfletos e verrinas em grande número foram fornecidos pelo govêrno, aqui e em Lisboa, desde

a expulsão dos franceses. Dos mais destacados foliculários que os escreveram foi o padre Agostinho de Macedo. As formas esporádicas de ataque não deram resultado: continuou a circular o jornal de Hipólito da Costa e seu prestígio cresceu com elas. Como cresceu com as tentativas de reduzir o próprio Hipólito ao silêncio, por intervenção do govêrno inglês, por expulsão da Inglaterra ou por processo. Foi preciso empregar um antídoto semelhante ao veneno: a fundação de periódico em Londres, destinado a neutralizar o *Correio Brasiliense*.

Em 1811, dois médicos portuguêses, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo José de Abrantes e Castro, lançavam em Londres, a mando da representação lusa e sob proteção do príncipe regente, *O Investigador Português*, que começou a circular em julho, recebendo aquêles redatores uma pensão para mantê-lo. Êsse jornal não teria direito algum de ser considerado na história da imprensa brasileira — como é duvidoso que o tenha tido o *Correio Brasiliense*, conforme vimos — se a sua circulação não visasse particularmente o Brasil e o seu exemplo não fôsse, como foi, claramente característico da imprensa áulica, a única que a fase joanina nos permitiu, e isso tem interêsse indubitável para aquela história.

Porque, em junho daquele mesmo ano de 1811, o conde das Galveas expedia aos governadores da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão e Pará a seguinte e elucidativa circular: "Sendo o jornal denominado *O Investigador Português* em Londres recebido debaixo dos auspícios de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor e convindo muito promover a sua leitura nestes Estados, a fim de confirmar nos ânimos portuguêses os sentimentos de lealdade e patriotismo, de que têm dado sempre as mais conspícuas provas, e preveni-los contra sinistras insinuações que se possam tentar fazer acreditar, é portanto S.A.R. servido mandar recomendar particularmente a V. Exa. haja de promover nessa capitania o maior número possível de subscritores para o mesmo jornal, procurando indiretamente insinuar e persuadir a sua utilidade sem parecer que o faz por positivas ordens que para isso teve". Documento delicioso, como se vê.

D. Domingos de Sousa Coutinho, conde de Funchal e irmão do conde de Linhares, orientava diretamente o jornal, como embaixador português na Inglaterra, regulando mesmo a substituição de redatores pois, em 1814, retirando-se Abrantes de Londres, fê-lo substituir por Miguel Caetano de Castro, também médico e há

pouco formado em Edimburgo. Abrantes fizera outra escolha, entretanto, a de Liberato Freire de Carvalho, que seria o principal redator do jornal de 1814 a 1819, auxiliado por Nolasco e Castro. Substituído, em 1819, na embaixada, D. Domingos de Sousa Coutinho por Cipriano Ribeiro Freire, que não orientou de perto o órgão português, Liberato tomou-se de idéias próprias, de tal sorte que o conde de Palmela, que o substituiu depois, queixou-se a Lisboa, afirmando que era necessário ter na Inglaterra "um jornal inteiramente ministerial por meio do qual possam o govêrno e seus ministros rebater os sofismas dos outros e exercer uma saudável influência sôbre a opinião da nação". Era indispensável, assim, quanto a *O Investigador Português*, a que cabia naturalmente tal missão, "sujeitá-lo a uma espécie de regulamento e fazer por assim dizer um ajuste com os redatores". Liberato entrou em conflito com Palmela, fazendo ressalvas, de início, ao "ajuste", para, depois, em 1818, começar a destemperá-lo. A quisília prendeu-se principalmente à posição de Liberato que, no jornal, combatia a permanência da Côrte no Brasil. D. João não teve dúvidas: mandou suspender o auxílio à fôlha, que Liberato abandonou em outubro de 1818. Em fevereiro do ano seguinte, o jornal desapareceu.

Era preciso substituí-lo. Palmela sugeriu que se publicassem "no Rio de Janeiro e em Lisboa jornais que defendessem a causa do govêrno com talento e conhecimento", enquanto tentava, de sua parte, conseguir jornais que combatessem "a indecência e o atrevimento dos periódicos portuguêses que se imprimem em Londres". Dessas tentativas surgiu *O Contemporâneo*, redigido por Manuel Inácio Martins Pamplona, ex-sentenciado, que recebia mil francos mensais da legação lusa em Londres pelos seus serviços. Não foram excelentes êsses serviços pois o embaixador português, agora especializado em conseguir penas de aluguel, cogitava logo de captar a do padre Joaquim Ferreira de Freitas, redator do *Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária*. Alugado o padre, verificou o alugador, logo depois, que êle se vendia a todos. Fêz-se necessário aumentar-lhe o subsídio. O padre se tornaria profissional do mister: foi alugado, adiante, por Caldeira Brant, quando das negociações para o reconhecimento de nossa Independência e, mais tarde, pelo Chalaça, para descompor o Brasil e os que haviam levado D. Pedro I à abdicação. Notável precursor, êsse, de alguns notórios jornalistas atuais, desonra da classe que não pode por êles ser aferida.

Circularam em Londres, entrando no Brasil, outros periódicos, não estipendiados pelo govêrno de D. João. *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, por exemplo, seqüência do efêmero semanário *O Espelho*, de João Bernardo da Rocha, visando particularmente os comerciantes, que começou a circular em abril de 1814 e findou em dezembro de 1821, combatendo a política de D. João. Como o *Correio Brasilense* e *O Português*, sairia em fascículos *O Campeão Português*, que Liberato Freire de Carvalho redigiu, depois de abandonar *O Investigador Português*. Sua independência em relação ao govêrno luso não significava de forma alguma simpatia pelo Brasil. Muito ao contrário, o seu redator declararia que, para êle, tratava-se de libertar Portugal "de uma escravidão em que estava e da vil sujeição em que o tinha o Brasil". Outros periódicos portuguêses, de existência efêmera, circularam em Londres, na fase entre a fuga da Côrte de D. João para o Brasil e a nossa Independência, mas não exerceram influência alguma no público brasileiro. Em grande parte, os seus redatores justificavam a sentença de D. Domingos de Sousa Coutinho, que tanto lidou com êles em Londres e tanto dêles sofreu: "com gazeteiros geralmente não convém mais correspondência do que a prova de alguma falsidade que êles dizem".[19] Claro que os escribas áulicos mereciam êsse julgamento.

Criavam situações difíceis, como no caso de *O Investigador Português*, quando escapou ao contrôle do embaixador luso em Londres. De subsidiado, passou a perseguido: a Provisão Régia de 9 de julho de 1818, dirigida aos governadores, visava, entretanto, outra fôlha londrina, *O Português*, e rezava: "D. João, por Graça de Deus Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves d'Aquém e d'Além Mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da India, etc. Faço saber a vós, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais. Que eu fui Servido Proibir a entrada e publicação do Periódico intitulado — *O Português* — e Ordeno que nenhum dos meus vassalos residente neste Reino e Domínios Ultramarinos o receba e venda ou retenha em seu poder o mesmo, o espalhe por qualquer modo, que seja debaixo das penas impostas pelas Leis contra os que divulgam ou retêm Livros e Pa-

[19] Oliveira Lima: *Dom João VI*, 2.ª ed., 3 vols., Rio, 1945, pág. 766, II.

péis sem Licença ou proibidos pelas minhas Reais Determinações, e Fui outrossim Servido mandar remeter Editais aos Ouvidores das Comarcas para fazerem afixar, fazendo logo apreender os exemplares que do tal Periódico existirem em seus Distritos para M'os remeterem. O que tudo Mando participar-vos para vossa inteligência e para que o façais executar pela parte que vos toca. El Rei Nosso Senhor o Mandou fazer por Seu Especial Mandado, pelos Ministros abaixo assinados do Seu Conselho e Srs. Desembargadores do Paço. — João Pedro Mounard d'Afonseca e Sá a fêz no Rio de Janeiro, a 9 de julho de 1818. Bernardo José de Sousa Lobato a fêz escrever. Bernardo Gusmão de Vasconcelos, Antônio Felipe Soares de Andrade de Brederode. Por aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em 25 de junho de 1818 e Despacho da Mesa do Desembargo do Paço a 10 de julho do mesmo ano".

Essa Provisão Régia seria desdobrada em editais, como o seguinte: "Em conformidade da Régia Provisão de 9 de julho próximo passado dêste corrente ano, que me foi expedida pela Mesa do Desembargo do Paço, remeto a Vmcê um dos editais que acompanhava a mesma Régia Provisão para Vmcê fazer publicar nessa vila e afixar no lugar do costume, pela qual S. Mage. proíbe a introdução do periódico intitulado — *O Português* — fazendo apreender todos os exemplares que do tal periódico existirem, remetendo-os a êste Juízo, para serem remetidos à Mesa do Desembargo do Paço, como me ordena; outrossim processará Vmcê sumàriamente a tôdas aquelas pessoas (seja qual fôr a sua graduação) que, depois de publicada a proibição, continuarem a leitura e introdução do dito periódico, remetendo-os com o processo a êste Juízo, para serem remetidos ao Illmo. Conselheiro Intendente Geral de Polícia, conforme me ordena, por ofício de 4 de julho dêste mesmo ano, registrando-se nos livros próprios competentes o mesmo Edital, a esta ordem, para constar e servir de corpo de delito aos processos que se formarem, passando-se certidão da publicação do Edital. Deus Guarde a Vmcê. Vila de Itú, 12 de setembro de 1818. Felipe Neri de Campos — Sr. Juiz Ordinário da Vara de Pôrto Feliz."

Em outubro de 1819, outra Provisão era baixada, visando agora proibir "a entrada e publicação do periódico com o título *Campeão ou O Amigo do Rei e do Povo*. Em novembro do mesmo ano, nova Provisão, referente a êsse mesmo periódico, buscando

impedir a "publicação de tão perigoso e perverso escrito". A circulação do *Correio Brasiliense* fôra objeto de atos de setembro de 1811, março de 1812 e junho de 1817. A vigilância era tenaz.

Considerar essa imprensa áulica — impressa no Brasil ou fora do Brasil — como brasileira, e mesmo como imprensa, parece exagero. Nenhum critério, salvo o simplesmente cronológico, fundamenta essa consideração, de todo imerecida. A fase serve, entretanto, para caracterizar a adversidade de condições políticas para o estabelecimento da imprensa. Porque, na verdade, as condições materiais começavam a surgir. Eram insuficientes, tomadas isoladamente, para permitir o aparecimento de periodismo regular, mesmo em bases modestas, porque faltavam as condições políticas. Quando estas surgiram, existindo as materiais, a imprensa teve função efetiva, desempenhou um papel. Claro que a função e o papel que lhe permitiam tôdas as condições, em conjunto, e com a influência proporcional a êsse conjunto de condições. Por aí se começa a verificar como o problema da imprensa é, na realidade, em última análise, político.

As condições materiais

As exigências materiais da imprensa artesanal, mesmo considerando a relatividade do tempo, foram sempre reduzidas. E isso se comprova fàcilmente não apenas pela constatação do que ocorreu no Brasil como pela generalidade dos exemplos. A constatação dos traços do caso particular brasileiro são eloqüentes, nesse sentido. Já em 1807, em Vila Rica, o padre José Joaquim Viegas de Menezes cometera a proeza, extraordinária para a colônia, de publicar um opúsculo de 18 páginas, das quais 15 impressas, abertas em chapas de cobre, com uma gravura, também calcográfica, representando o governador e sua mulher. Viegas de Menezes aprendera a arte na Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária, do Arco do Cego, em Lisboa, dirigida por Conceição Veloso. Sua capacidade ficara obscurecida na modéstia do meio colonial, a que retornara, até esplender na referida façanha e nas gravuras de cenas brasileiras que preparou para o pintor francês Pallière. Em 1820, a instâncias do português Manuel Joaquim Barbosa Pimenta e Sal, chapeleiro e sirgueiro, improvisou

uma tipografia inteira, dos tipos ao prelo, aparelhando o tórculo e moldando e fundindo as letras. Concluída a oficina, nos fins de 1821, Pimenta e Sal solicitou isenção militar para os seus artífices, alegando "a prontificação de uma tipografia que bem merece o epíteto de *Patriótica* pelo emprêgo de letras e máquinas construídas na mesma imperial cidade".[20] Nessa oficina seria impresso o primeiro jornal minero, *A Abelha do Itacolomi*, em 14 de janeiro de 1824.[21]

A façanha seria repetida no Pará, por João Francisco Madureira que, em 1820, abriu, moldou e fundiu caracteres e construiu o tórculo, "sem mais socorro que a sua indústria e verdadeiro patriotismo", amparado em algum dinheiro, conseguido por subscrição pública, podendo, a 28 de maio, apresentar à Junta do Govêrno Provisional, em letra de fôrma, requerimento para usar a sua oficina que, atendido, começou a imprimir pequenos avulsos.[22] Desde o último quartel do século XVIII, ao que parece, produzia-se no Brasil cartas de jogar, havendo aqui, pois, prensas para reproduzir as figuras de baralho, abertas em chapas de madeira, e deveria ser rendosa a fabricação uma vez que foi objeto de diversos atos oficiais para sua regulamentação e, depois, de concessão em regime de monopólio, o que tornaria também rendosa a falsificação dêsse material destinado ao jôgo. Assim, não apenas houve aqui precedência nos tipos soltos de metal como na xilogravura.

Da Impressão Régia, por outro lado, começaram a sair artífices, ao mesmo passo que, em 1809, construía-se o primeiro prelo de madeira e, no ano seguinte, anexava-se uma fundição de tipos. Nesse mesmo ano, ao que parece, surgiu a arte da gravura, provàvelmente com atífices trazidos por frei José Mariano da Conceição Veloso da oficina metropolitana que dirigira, permitindo a impressão de obras em que aquêle recurso era indispensável, como os *Elementos de Geometria*, de Legendre.[23] Desenhistas, gravadores, tipó-

[20] Carlos Rizzini: *op. cit.*, pág. 313.
[21] Informa Rizzini que o primeiro foi o *Compilador Mineiro*, ali impresso a 13 de outubro de 1823.
[22] Carlos Rizzini: *op. cit.*, pág. 325.
[23] Em 1808, a Impressão Régia começou logo a imprimir livros: naquele ano, as *Observações Sôbre o Comércio Franco do Brasil*, de Silva Lisboa; em 1809, além do citado livro de Legendre, publicou o *Tratado de Trigonometria*, do mesmo Legendre, os *Elementos de Álgebra*, de Euler; em 1810, o *Ensaio Sôbre a Crítica*, de Pope, a *Marília de Dirceu*, de Gonzaga, o *Preâmbulo do Ensaio*

grafos começaram a aparecer, feitos aqui ou vindos de fora. O monopólio da Impressão Régia era oneroso a quantos precisavam imprimir qualquer coisa, e entre êstes estavam principalmente os comerciantes. A própria *Gazeta do Rio de Janeiro* acabaria publicando anúncios do tipógrafo baiano Silva Serva, com oficina ali desde 1811, que prometia "preços cômodos e boa letra inglêsa", recebendo encomendas da Côrte. Depois da revolução do Pôrto, apareceram outras oficinas: o processo da independência se acelerava, com o regresso da Côrte a Lisboa, os acontecimentos começaram a suceder-se ràpidamente e, em conseqüência, surgiriam as condições políticas para a imprensa periódica autêntica, embora modesta. Com as condições políticas, ampliavam-se as condições materiais.

Em 1821, realmente, surgiram mais duas tipografias no Rio de Janeiro, a Nova Tipografia e a de Moreira e Garcez. No ano seguinte, o da Independência, instalaram-se mais quatro: a de Silva Pôrto e Cia., de Felizardo Joaquim da Silva Morais e Manuel Joaquim da Silva Pôrto, oriundo da Impressão Régia e livreiro; a de Santos e Sousa; a do *Diário do Rio de Janeiro*, de Zeferino Vito de Meireles, também oriundo da Impressão Régia; e a de Tôrres e Costa, de Inocêncio Francisco Tôrres e Vicente Justiniano da Costa. Na Bahia, desde 1811, funcionava a de Manuel Antônio da Silva Serva, permitida por Carta Régia de 5 de janeiro daquele ano e onde foi impresso, a 13 de maio, o *Prospecto da Gazeta da Bahia* e a *Idade de Ouro do Brasil*. No Recife, o comerciante Ricardo Rodrigues Catanho importou, em 1815, oficina tipográfica para cujo funcionamento solicitou permissão, que só foi concedida em novembro do ano seguinte, mas não teve efeito, por falta de pessoal habilitado; foi nela que os rebelados de 1817, pelo esfôrço e dedicação de "dois frades, um inglês e um marinheiro francês" imprimiram aquilo que, a rigor, caracteriza o início da imprensa brasileira: a 28 de março daquele ano, realmente, era impresso ali o documento político conhecido como *Preciso*, em que José Luís de

Filosófico e Político Sôbre o Ceará, de Silva Feijó, o *Tratado de Aritmética*, de Lacroix e o *Tratado Elementar de Física*, de Haüy; em 1812, várias traduções do francês e a da obra de Adam Smith, os *Ensaios Morais*, de Pope, e a segunda edição do *Uragay*, de Basílio da Gama. Até 1822, saíram de seus prelos, segundo Vale Cabral, 1.154 trabalhos, incluindo avulsos e opúsculos. A *Corografia Brasílica*, de Casal, saiu em 1817.

Mendonça afirmava as razões dos revolucionários e colocava o problema da liberdade, até aí pôsto em plano secundário, no processo da independência.[24] Sufocado o movimento, as autoridades, considerando o "infame abuso" que se fizera ali da tipografia, determinaram o seu fechamento e remessa do material para a Côrte, ordem

[24] "PRECISO dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esfôrço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real.

Depois de tanto abusar de nossa paciência por um sistema de administração combinado acinte para sustentar as vaidades de uma Côrte insolente sôbre tôda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos, restava caluniar agora a nossa honra com o negro labéu de traidores aos nossos mesmos Amigos, Parentes e Compatriotas naturais de Portugal; e por ventura a derradeira peça que faltava de se pôr a máquina da política do insidioso govêrno extinto de Pernambuco.

Começou o pérfido por ilaquear a nossa singeleza, proclamando pùblicamente a 5 dêste mês que era amigo sincero dos pernambucanos, que tinha repartido o seu coração com êles, escrevendo êstes enganos com a mesma pena com que acabava de encher, no segrêdo do seu gabinete, lista de proscritos que tinha de entregar às mãos do algoz, brasileiros de tôdas as classes, a mocidade de mais espírito do país, os oficiais mais bravos das tropas pagas, em uma palavra, os filhos da Pátria de maior esperança e mais distinto merecimento pessoal.

Amanheceu enfim o dia seis, em que as enxovias haviam de ser atulhadas de tantos patriotas honrados, e suas famílias alagadas de dor e de lágrimas: convoca o maldito um conselho de oficiais de guerra, todos invejosos de nossa glória, e depois de ter assinado com êles a atroz condenação daquelas inocentes vítimas, despacha dali mesmo os que lhe pareceram mais capazes de lhe dar execução. Uns correm aos quartéis militares, outros a casas particulares; fervem prisões por tôda a parte e já as cadeias começam a se abrir para ir engolindo um por um dos nossos bons Compatriotas.

Aqui, porém, mostraram os nossos como tinham capacidade para saber conhecer que a desobediência tem todo preço de heroísmo em certos casos, e é quando com ela se salva a causa da Pátria. Um bravo capitão deu o sinal do dever de todos, fazendo descer aos infernos o principal agente de injustíssima execução; correu-se às armas, e poucas horas daquele mesmo dia foram todo o tempo de começar e acabar tão ditosa revolução, que mais pareceu festejo de paz que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido tôda obra da Providência e benefício da bênção do Todo Poderoso.

O ex-general tinha se recolhido à fortaleza do Brum, e onde supunha achar uma praça de defesa, achou a prisão de sua pessoa e dos seus. Recorreu a proposições pacíficas, que acabaram num con-

que o governador cumpriu apenas em parte, mas só em 1819, permitindo que, com o restante e um prelo de madeira, surgisse, em 1821, outra oficina, em que foram impressos documentos oficiais e os primeiros periódicos pernambucanos.

A oficina que foi instalada no Maranhão, a 10 de novembro de 1821, com material importado da Inglaterra, foi já conseqüência

clusum (*sic*) com que foi obrigado a conformar-se no dia sete, pelas seis horas da manhã.

Desde logo foi restabelecida tôda a ordem pública, não se ouviram mais outras vozes que de aclamações gerais dignas do dia em que um imenso povo entrava na posse de seus legítimos direitos sociais. Foi consequência disso não ter havido até agora sequer um só disturbio, nem motivo qualquer de queixa.

A oito se instalou o Govêrno Provisório, composto de cinco Patriotas tirados das diferentes classes: o qual Govêrno tem sido sempre permanente em suas sessões. O seu primeiro cuidado foi desabusar os nossos Compatriotas de Portugal dos medos, e desconfianças, em que os tinham inquietado os partidistas da tirania, recebendo a todos com abraços e ósculos, segurando as suas famílias, e pessoas, e propriedades de tôda a sorte de injúrias, fazendo-os continuar em seu comércio, tráfegos e ocupações com maior liberdade que dantes, proclamando enfim por um bando os sentimentos do Govêrno, e do Povo, e não haver mais daqui por diante diferenças entre nós de brasileiros e europeus, mas deverem todos ser tidos em conta de uma só e única família, com igual direito a uma só e mesma herança, que é a prosperidade geral de tôda esta Província.

A nove, tudo se achava no mesmo espírito de concórdia e pacificação geral, sem que o povo se ressentisse de outra novidade que das bondades do Govêrno, todo aplicado a promover a segurança interior e exterior por medidas acertadas, buscando esclarecer a sua marcha com dividir as matérias de maior importância por comitês compostos de pessoas de maior capacidade conhecida para cada uma delas, com que tem obtido ao mesmo tempo popularizar as suas deliberações o mais possível.

Naquele mesmo dia o Govêrno foi permanente até a meia-noite para continuar diversos despachos, que hoje apareceram, sendo dos mais importantes fazer entrar os funcionários públicos nas suas ocupações, como dantes, sem tirar ninguém do seu ofício, proscrever as fórmulas de tratamento até agora usadas, sem admitir nenhuma outra que a de vós — mesmo com êle, Govêrno, abolir certos impostos modernos, de manifesta injustiça e opressão para o Povo, sem vantagem nenhuma da Nação, etc., etc. E tal é o nosso estado político, e civil, até hoje, 10 de março de 1817.

VIVA A PÁTRIA

Vivam os patriotas e acabe para sempre a tirania real."

da revolução do Pôrto, a que aderiu o governador Bernardo da Silveira Pinto, mas o pessoal veio de Portugal. No Pará, em 1820, surgiu a oficina de João Francisco Madureira, de que saiu, também como efeito daquela revolução, o folheto *O Despotismo Desmascarado ou a Verdade Denodada;* ao movimento aderiria a província, e muito pela influência da singular figura de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, agitador político audacioso que, em janeiro de 1822, voltaria de Lisboa, onde fôra levar a adesão do Pará à revolução, com a oficina ali adquirida, de sociedade com Simões da Cunha, José Batista da Silva e com o impressor Daniel Garção de Melo, acompanhada dos tipógrafos Luís José Lazier, francês, e João Antônio Alvarez, espanhol, já posta no Brasil, e lançando, a 1.º de abril, *O Paraense*. Em Vila Rica existiam duas tipografia : a que surgira do engenho do padre Viegas de Menezes e outra, chamada *Provincial*, instalada pelo govêrno provisório mineiro, logo após a Independência.

Havia, na Côrte, em 1813, apenas duas livrarias, ambas de franceses, Paul Martin Filho e Jean Robert Bourgeois. Em 1821, havia pelo menos nove: a de Manuel Joaquim da Silva Pôrto, à rua da Quitanda; a de Antônio José Rebêlo, no largo do Destêrro; a de Jerônimo Gonçalves Guimarães, à rua do Sabão; a de João Batista dos Santos, à rua da Cadeia; a de Francisco Luís Saturnino da Veiga, à rua da Alfândega; a de Cipriano José de Carvalho; a de Francisco Nicolau Mandillo; a da rua Direita, defronte do Arsenal, que vendia folhetos com os discursos pronunciados nas Côrtes de Lisboa; a de Paul Martin, à rua da Quitanda. Em 1823, proclamada a Independência, surgiram outras: a de José Antônio da Silva, à rua Direita; a de Joaquim Antônio de Oliveira, à rua da Quitanda; a da rua dos Latoeiros; a da rua da Ajuda; a de Vera Cruz & Cia., à rua da Quitanda; a da rua das Violas; a da rua Nova do Senado; a da rua dos Arcos. Eram, algumas vêzes, lojas mistas. Mas já a imprensa dava sinal, em anúncios, da venda de livros usados e, em 1823, o livreiro Francisco Luís Saturnino da Veiga, desejando contrair segundas núpcias, auxiliava os filhos a abriem nova casa do gênero, sob a firma João Pedro da Veiga & Cia., à esquina das ruas da Quitanda e S. Pedro, prova de que o negócio de livros dava para viver.

Aí Evaristo da Veiga se iniciou no ramo, vendendo, por exemplo, o *Curso de Política Constitucional,* de Benjamin Constant, Benthan, Blackstone, Foy, Ricardo, Say, as fontes prediletas do

pensamento político dos primeiros legisladores brasileiros. Em 1827, os irmãos se separariam, permanecendo ambos no mesmo mister, no entanto: João Pedro continuou na rua da Quitanda, Evaristo montou sua loja à rua dos Pescadores, onde vendeu muito Rousseau, Montesquieu, Beccaria e outros. O ramo, aliás, teve muitos franceses a exercê-lo: M. Cremière, Cogez, Ogier, Plancher, etc. A partir da época da Regência, Paula Brito tinha loja, no largo do Rocio. Havia, assim, um público razoável, considerando o pêso dos longos séculos de passado colonial e de tudo o que isso significou sempre, e aqui particularmente, de atraso, ignorância e miséria. Essa expansão do comércio de livros estava em consonância com as condições políticas que evoluíam ràpidamente: era um país nôvo que começava a emergir, com a sua camada culta ansiosa por definir-lhe os rumos e necessitada, para isso, de informar-se. O livro, assim, rompia a clandestinidade, deixava de ser estigmatizado como coisa diabólica, começava a interessar. Mais do que isso: a ser necessário. E o saber, de que era ferramenta, encontrava agora, nas classes ou camadas menos desfavorecidas, aquelas que tinham acesso ao ensino, um lugar e uma função. Ler, aprender, eram atividades que continham, em si mesmas, como sempre, um sentido anticolonialista — representavam um esfôrço de libertação.

Dêsse esfôrço, de sua importância, deram sinal os revolucionários pernambucanos de 1817. Na Constituição republicana que elaboraram, um dos artigos prescrevia: "A liberdade de imprensa é proclamada, ficando porém o autor de qualquer obra e seus impressos sujeitos a responder pelos ataques à religião, à Constituição, aos bons costumes e caráter dos indivíduos, na maneira determinada pelas leis em vigor". Liquidada a rebelião, tudo voltou ao que era. Por pouco tempo, porém. Um dos primeiros atos do govêrno interino, em Lisboa, na decorrência da revolução do Pôrto, foi o de "facilitar a impressão e leitura dos bons livros e papéis nacionais e estrangeiros, para que se não retarde a notícia dos acontecimentos, nem a comunicação de idéias úteis para se dirigir a opinião pública segundo os princípios de uma bem entendida liberdade civil". É digna de nota a insegurança com que os rebeldes brasileiros de 1817 se referem à liberdade de pensamento, proclamando-a mas temendo-a. Tal o hábito da servidão. A liberdade é também um hábito, e difícil de adquirir, de entrar para a normalidade da aceitação e do comportamento. As declarações citadas

refletem ainda o mêdo à liberdade que a servidão secular inspirava. Tal como hoje, havia então revolucionários com mêdo da própria revolução, traço inconfundível de classe: de classes que desejam as meias-revoluções, as revoluções limitadas, aquelas que se destinam a proporcionar liberdade não ao povo, mas a determinadas parcelas dêle, e não mais do que isso. Mais do que isso, pondo o risco de alastramento da liberdade, alarma os reformadores que se dizem revolucionários.

As novas autoridades lisboetas, por isso mesmo, colocavam claramente limitações à liberdade, à "bem entendida liberdade civil", nomeando comissão para expedir as necessárias licenças, tendo em vista "não fôsse a impressão veículo de paixões particulares e de princípios subversivos da ordem e tranqüilidade pública, nem de doutrina e ainda expressões que pudessem alterar a harmonia e relações políticas, que felizmente subsistem com outras nações, mas sim um meio de ilustrar o verdadeiro patriotismo e de consolidar a moderação, fraternidade e generoso esquecimento dos males passados". A revolução não queria quebrar os pratos, de forma alguma: liberava os jornais lusos publicados no estrangeiro e recomendava aos censores — que continuavam a existir e a funcionar — razoável liberalidade quanto aos livros importados.

Ora, se assim era na metrópole, seria pior na colônia, onde estava ainda a Côrte e onde não chegavam senão os reflexos do movimento do Pôrto. As autoridades, aqui, recomendavam ao Desembargo do Paço apenas urgência nos despachos de censura, porque era "indispensável nas atuais circunstâncias franquear-se a imprensa, para que se facilite a leitura de papéis que possam dirigir a opinião pública". O verbo "dirigir" era sugestivo. O decreto de 2 de março de 1821, realmente, colocava o problema entre duas pontas: "o embaraço que a prévia censura opunha à propagação da verdade" e "os abusos que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer à religião, à moral ou à pública tranqüilidade". Assim, ardilosamente, a censura não se faria mais sôbre os manuscritos, mas sôbre as provas tipográficas. E continuavam proibidos os escritos contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do rei, a tranqüilidade pública — contra qualquer coisa, contra tudo, em suma.

Entre as Bases da Constituição, entretanto, as Côrtes de Lisboa viriam a proclamar a liberdade de imprensa: "A livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo

cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar". No Brasil, o efeito imediato foi o Aviso de 28 de agôsto: "Tomando S.A. Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Côrtes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguêsa sôbre a liberdade de imprensa, encontrem os autores e editôres inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretenderem imprimir: É o mesmo Senhor servido mandar que se não embarasse por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo ùnicamente servir de regra o que as mesmas Côrtes têm determinado sôbre êste objeto".

Tendo, apesar da amplitude dêsse Aviso, surgido restrições, da parte da antiga Impressão Régia, agora Tipografia Nacional, por sua Junta Diretora, quanto ao anonimato dos escritos, e em face do alarma despertado pela proliferação de prelos, folhetos e periódicos que dêle usavam, como era norma do tempo — e só isso comprova a insegurança quanto à proclamada liberdade de expressão — José Bonifácio, logo que assumiu o ministério do Reino e de Estrangeiros, regulou o assunto: "Porquanto algum espírito mal intencionado poderia interpretar a portaria expedida em 15 do corrente... em sentido inteiramente contrário aos liberalíssimos princípios de S.A. Real e à sua constante adesão ao sistema constitucional, manda o Príncipe Regente pela mesma Secretaria de Estado declarar à referida Junta que não deve embaraçar a impressão de escritos anônimos pois, pelos abusos que contiverem, deve responder o autor, ainda que o seu nome não tenha sido publicado, e na falta dêste o editor ou impressor, como se acha prescrito na lei que regula a liberdade de imprensa". Era o que determinava a portaria de 19 de janeiro de 1822, o ano da Independência.

O problema seria submetido, entretanto, às contingências da luta que caracterizou o processo da independência. Assim, o Conselho de Estado constituído por D. Pedro com os procuradores das províncias e os ministros, instalado em junho, encarou aquêle problema de modo diferente. Em uma de suas primeiras reuniões, decidiu fôsse levado a juízo o redator do *Correio do Rio de Janeiro* e, para solucionar o caso particular, optou por legislação que visasse a generalidade. A decisão, em forma de portaria, reflete bem o temor à liberdade que a classe dominante, que empresara a Inde-

pendência, conservava e que provava os seus esforforços para limitá-la à separação entre os dois países. Não fazia referência, como os atos anteriores da espécie, aos abusos contra a religião, os bons costumes, o caráter dos indivíduos. Concentrava as atenções na defesa do Estado, prescrevendo medidas destinadas a preservá-lo das "doutrinas incendiárias e subversivas e princípios desorganizadores e detestáveis". Pela primeira vez, em nossa história, e logo nos primeiros dias de vida política autônoma, aparecia o chavão das "doutrinas subversivas", tão pròdigamente utilizado até hoje para acobertar os atentados à liberdade.

Os originais deviam ser assinados e as provas tipográficas submetidas ao procurador da Coroa. Era a censura: a mesma do período joanino. A classe dominante, ao estruturar o seu aparelho de Estado, mostrava que desejava conter a independência nos limites da preservação dos seus interêsses. Tinha da liberdade de imprensa o mesmo conceito que os antigos dominadores metropolitanos. Pretendia manter a estrutura colonial. Mantida essa estrutura, a liberdade de pensamento não encontraria espaço e condições para existir e desenvolver-se. Um lustro antes, os revolucionários pernambucanos, na tentativa de 1817, haviam colocado o problema da liberdade de imprensa em outros têrmos. E isso apenas comprova que a liberdade tem conteúdo e forma dependentes da correlação de fôrças econômicas, sociais e políticas: cada classe tem o seu conceito de liberdade, que supõe absoluto e eterno, e defende-o — para defender-se.

A IMPRENSA DA INDEPENDÊNCIA

As condições políticas

Para bem entender o desenvolvimento da imprensa periódica no Brasil, na turbulenta fase em que se processa a independência, é indispensável informação mínima sôbre as condições políticas da época. E, em primeiro lugar, cabe prevenir contra a tendência de encarar os acontecimentos históricos como instantâneos e estáticos. A separação entre Brasil e Portugal resultou de longo processo, em cuja duração as condições políticas evoluíram, as personagens mudaram, ou por substituição ou por alteração de conduta e de pensamento, os problemas se sucederam. Depois dela consumada, o processo prosseguiu, e o problema essencial passou a ser outro, o da estrutura do Estado. No primeiro — o da separação entre a colônia e a metrópole — influíram condições externas que não podem ser esquecidas. No segundo — o da estruturação do Estado — elas também influíram,

mas de forma diferente, muito menos ostensiva. É preciso não esquecer, quanto a esta última fase, que coincidiu com as negociações internacionais para o reconhecimento da Independência. É uma ilusão supor que a idéia de separação da colônia surgiu de súbito, em todos os espíritos. Foi o contrário o que aconteceu: ela só ocorreu às vésperas do ato de setembro de 1822; não ocorreu ao mesmo tempo a todos os que participavam das lutas políticas, uns a aceitaram mais cedo, outros a aceitaram mais tarde; não se apresentou acabada a cada um: uns a desejavam de uma forma, outros a desejavam de outra forma. Assim, o processo da independência foi longo, tortuoso, cheio de altos e baixos, com avanços e recuos, dependente de muitos fatôres. Tudo isso influiu na imprensa do tempo; e em tudo isso influiu a imprensa do tempo.

A tendência predominante, quando os acontecimentos desencadearam o processo, isto é, quando do advento da Côrte de D. João — seus antecedentes são muito anteriores, podem ser constatados desde o declínio da mineração — gira em tôrno da rutura do regime de monopólio comercial. O que unia as fôrças políticas internas — e estas, poderosas embora, tinham fraca organização e poucas possibilidades para expressar as suas tendências — era a luta contra o monopólio. Essa luta unia, também, as fôrças internas às externas: a contradição em tôrno do monopólio era a contradição principal. Mas, evidentemente, não era a única. Estava entrelaçada com outras contradições. Inclusive com as contradições de classe. Mas, ainda aqui, o quadro era complexo, pois, enquanto no exterior, nesse plano, a contradição era entre a burguesia ascensional e a classe feudal em declínio, no Brasil a contradição era entre a classe de senhores de terras e de escravos ou de servos e os escravos e servos. Para que, nesse plano, que não era o único — o das contradições de classe — o regime de monopólio ruísse era preciso que, no exterior, a contradição se aprofundasse e, no interior, que se atenuasse; que, no exterior, as fôrças ligadas ao colonialismo se desunissem, mas que, no interior, as que combatiam o colonialismo se unissem. E está claro que o colonialismo não se resumia no regime de monopólio; sem o rompimento dêste, entretanto, a luta contra o colonialismo seria muito mais difícil: o rompimento do monopólio era a etapa necessária da luta contra o colonialismo. A extrema complexidade dêsse quadro não poderia permitir a visão clara, instantânea e generalizada que, por êrro de

julgamento, se atribui aos homens do tempo, aos protagonistas da história.

No que se refere à imprensa brasileira, é fácil hoje compreender como a restrição à sua liberdade interessava às fôrças feudais européias, à metrópole lusa e seu govêrno; enquanto a sua liberdade interessava à burguesia européia e às fôrças internas que, aqui, lutavam contra o colonialismo. Mas que fôrças eram estas últimas? Apresentavam-se unidas e homogêneas nesse particular? Longe disso: como pertenciam a classes diversas, não eram homogêneas nem se apresentavam unidas. Nem quanto ao problema da imprensa, nem quanto aos outros problemas. É na medida em que compreendem a necessidade de mobilizar e de unir as classes para a luta contra a dominação lusa que os representantes da classe dominante colonial fazem concessões à liberdade de imprensa. Tal compreensão é lenta, porém, e deve vencer poderosas e antigas resistências de classe. É na medida em que compreendem a necessidade de limitar a independência que os representantes da classe dominante colonial opõem restrições à liberdade da imprensa. Daí as oscilações, os altos e baixos, os recuos e avanços, acompanhando o desenvolvimento do processo.

Quando êle se desencadeia, em 1808, a rutura do monopólio surge de imediato, por fôrça das circunstâncias, com a decisão do príncipe regente, tomada ainda na Bahia. Não é conseqüência de uma luta. Aparece como dádiva. Aparece; não é. E isso fortalece o poder vigente que, também por fôrça de circunstância, é o próprio poder metropolitano transladado ao Brasil. Assim, para a imprensa, não há liberdade: nem aquêle poder está disposto a concedê-la, nem a classe dominante colonial está disposta a conquistá-la. A abertura dos pontos deixou-a satisfeita. O que unia as classes desapareceu, nessa fase. Quanto à imprensa, pois, estão de acôrdo em restringí-la tanto o poder metropolitano aqui instalado quanto a classe dominante local. E o que existe é a imprensa áulica, cujos traços principais foram descritos. O processo da independência sofre a natural queda de ritmo no seu desenvolvimento: não há perspectiva alguma para a imprensa brasileira. Não existem as condições políticas para isso, embora existam as condições materiais mínimas.

Mas o problema que une as classes, internamente, volta a ser colocado, quando do retôrno da Côrte a Portugal, com a ameaça de regresso ao regime de monopólio. De Lisboa, onde havia sur-

gido pouco antes o avanço do constitucionalismo portuense — com um avanço correspondente e transitório na colônia — surge agora aquela ameaça de regresso a uma situação que não poderia ser suportada pela classe dominante brasileira: a conquista anterior, que parecera simples dádiva, fica em perigo, e o perigo une. Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar, é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, a sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retôrno da Côrte joanina a Portugal e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro marca a evolução dos acontecimentos. Mas, nessa fase, não está em jôgo apenas a questão do monopólio de comércio, como antes.

A revolução do Pôrto e o próprio desenvolvimento político interno, no Brasil, impulsionara o processo da independência, já sèriamente denunciada a alteração com o movimento pernambucano de 1817. Se era clara, agora, a presença de uma direita, que abrange desde os que desejam a separação entre os dois países àqueles que aceitariam uma união dêles em pé de igualdade, todos aceitando, entretanto, a manutenção da estrutura colonial e a monarquia, havia também uma esquerda, que abrange desde os que desejam a separação sem condições àqueles que pretendiam ir adiante, e pregam alterações na estrutura colonial e mudança no regime político, batendo-se pela república. A redução de ritmo no processo — durante a regência joanina — transferira a crise, mas também a aprofundara. Isso não constitui uma originalidade histórica: via de regra, quando as fôrças retrógradas conseguem paralizar o avanço, pela fôrça ou pela manobra, provocam inevitável radicalização da etapa subseqüente, por processo dialético de que os protagonistas raramente se dão conta. Assim, o problema de 1821-1822 não é o mesmo de 1808-1810. Enriqueceu o seu conteúdo, aprofundou-se, ganhou complexidade.

A correlação de fôrças, agora, não resume o problema no regime de monopólio, sôbre cujo retôrno a maioria esmagadora não tem nenhuma dúvida, condenando-o. O divisor deslocou-se — e a favor do Brasil, contra o colonialismo político. O problema é, agora, muito mais profundo: é o problema da independência. Em tôrno dêle é que vão girar as posições: das classes, conforme se interessem pela separação com a mesma Coroa ou a mesma pessoa real, ou a separação com outra pessoa real, ou a separação com outro regime; dos indivíduos, conforme desejam esta ou aquela

fórmula, logo ou um pouco depois, nesta ou naquela oportunidade, e se situem funcionalmente, nesta ou naquela atividade, e tenham maiores ou menores possibilidades para se manifestar e para influir. É o momento em que a imprensa, recebendo os reflexos da realidade, influi sôbre a realidade, porque atravessa fase de liberdade. Trata-se de liberdade concedida; não de liberdade conquistada. A diferença entre a liberdade concedida e a liberdade conquistada reside em que aquela pode ser anulada sem alteração das condições políticas e esta exige, para ser anulada, que sejam alteradas as condições políticas, isto é, a correlação de fôrças.

Alcançada a Independência, com a proclamação de setembro de 1822, o problema sofre nova alteração: a unidade que se forjara para conseguir a separação cessa. É outro o problema, agora: é o da estruturação do Estado, problema de poder. Direita e esquerda que, quanto ao problema da independência, trabalhavam no mesmo sentido, separam-se nitidamente. A direita age logo, e a concedida liberdade de imprensa é pràticamente anulada. Não só por atos do poder, que se sucedem, como por atentados a jornalistas, que se repetem. Esses atentados são, via de regra, associados à linguagem empregada pelos pequenos jornais na interpretação usual. Essa explicação é vazia, entretanto: a violência de linguagem, própria da época, não era peculiar à imprensa de oposição. Isso sem considerar — o que é lícito — que a linguagem áulica é uma violência feita à liberdade e ao pensamento. Além de não se considerar, naquela pretensa justificação, que é sempre menos grave a violência de linguagem do que a violência das ações, e nisto se esmerava o poder, considerando lícita essa conduta. Esta a análise, pelo método lógico. Resta, agora, a análise, pelo método histórico.

A independência e a liberdade

No processo de que se gera, a pouco e pouco, a separação entre a colônia e a metrópole, confundem-se os dois problemas: o da independência e o da liberdade. Para determinadas fôrças, tratava-se apenas, ou principalmente, da independência. Para outras, tratava-se também da liberdade. Aquelas eram as fôrças ligadas à classe dominante, de senhores de terras e de escravos ou de servos, a partir do momento

em que aceitam a separação; antes, nem isso aceitavam. Estas eram as fôrças ligadas às camadas médias, destacadamente o grupo comercial: forçava-as a colocar em destaque o problema da liberdade o apoio e a pressão que recebiam de camadas populares ainda mais baixas do que as do comércio, cuja presença se fizera sentir nas conspirações e rebeliões, desde o século XVIII, e cuja pressão aumentava, agora, nas principais áreas urbanas. A mistura entre os dois problemas, o da independência e o da liberdade, denuncia a complexidade da fase política, explica enganos individuais, justifica mudanças de posição nas figuras mais destacadas e reflete-se de imediato na imprensa.

Desenvolvendo-se normalmente o processo, no prolongamento das contradições vigentes e na medida em que cada uma fôsse, pela realidade, erigida em principal, tudo indica que os dois problemas se confundiriam, com o passar dos tempos: a luta pela independência seria, naturalmente, a luta pela liberdade. É claro que a independência, nesse caso, teria outro conteúdo, diferente, e muito, daquele que apresentou em 1822. E aconteceu assim, na realidade, porque as fôrças que colocavam em primeiro lugar a independência prevaleceram sôbre aquelas que colocavam em primeiro lugar a liberdade. Interferiu no processo, em sua fase final, entretanto, um acontecimento externo que mais confundiu ainda os dois problemas: a revolução portuguêsa de 1820.

Tudo o que acontecia na área metropolitana, naquela fase particularmente, afetava a área colonial. Mas o acontecimento, embora ligado à situação brasileira — principalmente à permanência da Côrte joanina aqui — resultara de contradições específicas do Reino. Tratava-se da luta contra o absolutismo; tratava-se, portanto, do problema da liberdade; não se tratava do problema da independência. A correlação interna de fôrças, na área metropolitana, permitia êsse primado: porque, nela, só existia o problema da liberdade, não existia o da independência. A correlação de fôrças na área colonial não poderia permitir o destaque, a separação entre um e outro problema, e o primado do da liberdade: a luta contra o absolutismo, aqui, não tinha perspectivas. Para tê-las, era necessário ligar-se à luta pela independência.

Mas a revolução portuguêsa de 1820 animou aqui extraordinàriamente a esquerda, isto é, aquelas fôrças que colocavam a liberdade acima da independência, na intuição de que, aqui, seriam inseparáveis, uma puxaria naturalmente a outra. Em teoria, isso

era certo. Na prática, no caso concreto, não era. Mas só os acontecimentos, na sua sucessão, provariam isso, inclusive pelo processo interno da própria revolução portuguêsa, que consistiu num regresso ostensivo de conteúdo. O fato é que, ao eclodir, o movimento metropolitano foi recebido na colônia como inequívoco avanço. No seu desenvolvimento, demonstraria que tal avanço, real quando da irrupção, não tinha condições para prolongar-se em conseqüências necessárias. Não é aqui o lugar para o estudo do movimento constitucionalista do Pôrto. Mas é preciso lembrar que, resultante de composição de fôrças, em que predominou, no primeiro momento, o núcleo liberal mercantil portuense, evoluiu depois no sentido do retrocesso, passando a predominar a componente feudal, que resumia as suas reivindicações no retôrno da Côrte à sua sede. Não poderia prolongar-se nas conseqüências necessárias, entre as quais estaria, inevitàvelmente, a independência brasileira: não há liberdade quando não se concede liberdade aos outros, isto é, não há verdadeira liberdade em nações metropolitanas que a recusam a povos coloniais. Isso era verdadeiro naquele tempo, de colonialismo político; sabemos bem que continua verdadeiro hoje, na época do colonialismo econômico, de sua pestilenta agonia.

Quando eclodiu o movimento de 1820, o que apareceu, o que foi percebido na colônia, entretanto, foi apenas o avanço quanto ao problema da liberdade: a aceitação foi imediata, por entusiasmo, da parte das fôrças que colocavam o problema da liberdade em primazia; por ardilosidade, da parte de outras, mesmo as que recusavam apoio ao problema da independência e permaneciam fiéis ao absolutismo. Na sua debilidade, o núcleo liberal portuense afirmara a liberdade de imprensa, mas as Côrtes Gerais Extraordinárias nem chegariam a impor à colônia a regulamentação do uso dessa liberdade. E o retôrno da Côrte joanina a Lisboa não atenderia apenas à exigência da componente feudal que golpeara o absolutismo, participando do movimento apenas para impor à Coroa o regresso, mas à necessidade de fortalecer ali o absolutismo momentânea e aparentemente derrotado mas não derrocado: as revoluções que param no meio da jornada retrocedem sempre.

Para o desenvolvimento da imprensa brasileira, o movimento de 1820 teve conseqüências favoráveis. Foi em função delas que o processo da independência prosseguiu, mudando a sua qualidade mas encontrando um mínimo de imprensa para nêle influir. A confusão que se apresenta nessa imprensa é a do quadro político.

quando os dois problemas se confundem, o da liberdade e o da independência. Tomam assento nas Côrtes lisboetas republicanas de 1817, como José Martiniano de Alencar, o padre Virgínio Rodrigues Campelo e monsenhor Francisco Muniz Tavares, seu futuro historiador; Antônio Carlos, mal saído dos cárceres da Bahia, onde penara pelo crime de rebeldia contra o poder real; Cipriano Barata, agitador já envolvido em conspirações e pregações; o padre Agostinho Gomes, suspeito, como Barata, de cumplicidade no movimento baiano de 1798 — homens da esquerda brasileira do tempo, que colocavam o problema da liberdade em primazia e que viram na situação portuguêsa perspectivas de avanço, quando se dirigiram a Lisboa. "O ano de 1821 foi denominado em nossa história política com acêrto como o do constitucionalismo português", escreveu um historiador.[25] E isso apesar da posição contrastante da maioria da representação brasileira e de figuras como a de José da Silva Lisboa a que, pouco antes, em 1818, se devera a condenação do movimento de independência das colônias inglêsas da América do Norte, para êle "hórrido parricídio nacional de infiéis vassalos e filhos desnaturados".[26]

Quando ocorreu o movimento constitucionalista, circulavam no Brasil apenas a insípida *Gazeta do Rio de Janeiro*, redigida ainda por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães — que a deixaria em julho de 1821 — a *Idade de Ouro do Brasil*, na Bahia, redigida pelos portuguêses Diogo Soares da Silva de Bivar e padre Inácio José de Macedo, periódicos típicos da imprensa áulica. *O Patriota* havia desaparecido em 1814. A censura era implacável. Sob a sua férula, apareceram, em 1821, antes que o movimento portuense dispusesse sôbre a liberdade de imprensa e, portanto, integrando a imprensa áulica, o *Semanário Cívico*, que começou a circular, na Bahia, a 1.º de março daquele ano, fundado e dirigido pelo comerciante luso José da Silva Maia, fazendo côro com a *Idade de Ouro do Brasil* e merecendo o apelido de "semanário cínico" que lhe puseram os baianos; a *Minerva Brasiliense*, bi-semanário de pequeno formato que circulou também na antiga sede do govêrno colonial, de abril a dezembro; o *Jornal de Anuncios*, de

[25] Otávio Tarquínio de Sousa: *Fatos e Personagens em Tôrno de um Regime*, Rio, 1957, pág. 81.
[26] José da Silva Lisboa: *Memórias dos Benefícios Políticos do Govêrno de El Rei Nosso Senhor D. João VI*, Rio, 1818, pág. 43.

que saíram sete números, no Rio, de 5 de maio de 16 de junho, hebdomadário vendido a 40 réis o exemplar, com assinatura semestral de 960 réis, anúncios a 80 réis por linha cheia e 40 por linha incompleta, gratuitos para os assinantes, tentativa publicitária prematura, que não logrou êxito; *O Amigo do Rei e da Nação*, que circulou no Rio, entre março e junho, tirando apenas três números; *O Bem da Ordem*, que também circulou na Côrte, entre março e dezembro, tirando dez números; e *O Conciliador do Reino Unido*, de José da Silva Lisboa, que surgiu em março.

O primeiro periódico brasileiro a circular sob os efeitos do movimento portuense apareceu no Recife, com a adesão do governador Luiz do Rêgo aos princípios constitucionais. Aproveitando parte do material apreendido da oficina de Catanho e não recolhido ao Rio de Janeiro como fôra determinado, e com um tórculo feito na Casa do Trem, montou-se pequena tipografia de que saiu, a 27 de março de 1821, o primeiro número da *Aurora Pernambucana*, orientada pelo governador e dirigida e redigida por seu genro e secretário, o português Rodrigo da Fonseca Magalhães. Pretendia defender junto ao público a causa do Rei e da Nação, "predispondo os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições que a augusta Assembléia Nacional está formando em Lisboa, para estabelecer-se a nossa liberdade política, e assegurando sôbre inabaláveis fundamentos os direitos da majestade e os direitos da Nação". Durou menos de seis meses, até 10 de setembro, saindo em quatro páginas de 4.º e vendendo-se a 80 réis o exemplar. Continuava o tipo de imprensa áulica: nada do que publicava trazia o timbre brasileiro.

A 1.º de junho de 1821 aparecia na Côrte o *Diário do Rio de Janeiro*, fundado e redigido pelo português Zeferino Vito de Meireles, que ascendera, na Impressão Régia, de operário a vice-administrador. Aparecendo quatro dias antes do juramento das Bases da nova Constituição portuguêsa, isso em nada alterou a sua orientação, desde que a fôlha era deliberadamente omissa nas questões políticas. Foi, realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Diário, ocupava-se quase tão sòmente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassínios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; êstes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros. O jornal aparecia

até às oito horas da noite e os interessados encontravam na livraria de Manuel Joaquim da Silva Pôrto e em outros pontos da cidade caixas onde deveriam lançar os seus escritos, até às 16 horas. Em março de 1822, o jornal passou a ser impresso em oficina própria, a segunda a ser instalada no Rio de Janeiro, ao que parece. A popularidade do periódico cresceu; passou a ser conhecido como *Diário do Vintém*, pelo preço, e como *Diário da Manteiga* porque trazia os preços, entre outros gêneros, da manteiga que chegava à Côrte para consumo da população. Seu distanciamento das questões políticas era tal que não noticiou a proclamação da Independência, inserindo apenas, a partir de 24 de setembro, editais a respeito do acontecimento. Não mencionou a aclamação, nem o golpe ministerial de 30 de outubro. Apesar da isenção absoluta de que fazia alarde, Meireles sofreu atentado, em agôsto de 1822, de que veio a falecer. Sucedeu-o na direção Antônio Maria Jourdan. O *Diário do Rio de Janeiro* circulou até 1878. Do ponto de vista da imprensa, como a entendemos hoje, foi precursor originalíssimo, e teve tôdas as características do jornal de informação. Do ponto de vista político, entretanto, em nada alterou o quadro. Se não fêz o aulicismo da fase anterior, em vias de ser rompido, não realizou também nada em contrário.

O primeiro periódico que defendeu os interêsses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agôsto de 1821. Foi o *Diário Constitucional*. Apareceu com intenção de travar luta política nesse sentido, e travou-a. A 10 de fevereiro, a tropa e o povo haviam, ali, escolhido — a expressão eleito parece eufemística — uma Junta Provisional para substituir o governador, conde da Ponte, em conseqüência de adesão da província ao movimento constitucionalista. A Junta compunha-se de nove membros; seis eram portuguêses. Com uma Junta dêsse tipo, a adesão era ardilosa. Convictos do avanço que o movimento portuense representava, facções populares baianas tentaram alterar-lhe a composição. Para isso é que se juntaram Francisco José Côrte-Real — depois Côrte-Nacional e, adiante, Côrte-Imperial — Eusébio Vanério, José Avelino Barbosa e, mais tarde, em setembro, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma.

A 4 de agôsto, redigido pelos três primeiros, apareceu o *Diário Constitucional*, impresso na oficina da Viúva Serva & Carvalho, com a usual epígrafe, no caso os versos de Camões: "A verdade que eu conto nua e pura, / Vence tôda a grandíloqua escritura".

Travava-se a luta em tôrno da eleição do nôvo govêrno local, determinada pelas Côrtes de Lisboa. Desejavam os brasileiros a renovação da Junta Provisional, substituindo-se os seus membros para que os nacionais ficassem em maioria: o *Diário Constitucional* era o órgão dessa corrente. Desejavam os portuguêses e os que os acompanhavam a simples reeleição daqueles membros, mantida portanto a maioria de que dispunham na Junta: eram órgãos dessa corrente o *Semanário Cívico* e a *Idade de Ouro do Brasil* Foi a primeira campanha eleitoral travada pela imprensa, em nosso país. "A tal violência chegou a disputa e tão arbitrárias se revelaram as autoridades empenhadas na reeleição — conta Rizzini — que o *Diário Constitucional* teve de suspender a sua circulação, a 15 de dezembro".[27] Os brasileiros ganharam as eleições, apesar de tudo· um dos primeiros atos da nova Junta foi a extinção da comissão de censura. Voltou, então a circular o *Diário Constitucional* que, a 10 de maio de 1822, reduzia o título para *O Constitucional* porque deixava de ser diário.

Contra êle, tudo fêz a prepotência dominante, acobertada pela tropa metropolitana do general Madeira. Não satisfeita em combatê-lo pelos seus órgãos áulicos tradicionais, os dois citados, fomentou o aparecimento de numerosos periódicos de vida circunstancial: *A Sentinela Baiense*, do mesmo Silva Maia, que circulou de 21 de junho a 7 de outubro; *O Analisador Constitucional*, de Manuel José da Cruz, que circulou de julho de 1821 a fevereiro de 1822; *O Baluarte Constitucional*, de Antônio Tomás de Negreiros, que circulou de julho a dezembro; *O Espreitador Constitucional*, de Francisco das Chagas de Jesus, que circulou de agôsto de 1821 a junho de 1822; *O Despertador dos Verdadeiros Constitucionais*, com meia dúzia de números que circularam em setembro de 1821; *A Abelha*, que circulou de dezembro de 1821 a maio de 1822.

Em agôsto dêste último ano, o da Independência, não podendo vencer pelos argumentos, a prepotência utilizou o seu método normal, suprimindo violentamente o órgão nativista, por assalto militar de que deu notícia *O Espelho*, do Rio de Janeiro, com a seguinte nota: "*O Constitucional* era o único periódico que se atrevia a lançar em rosto àqueles tiranos sua arbitrariedade, sua injustiça, sua barbaridade. E que fizeram êles? Assanharam primeiro uma matilha de escritores venais, sem nome, sem luzes, tirados

[27] Carlos Rizzini: op. cit., pág. 412.

mesmo das filas; surgiram *Sentinelas*, *Analisadores* e tantos outros papéis, que fazem a vergonha da literatura, para escoltarem a *Idade de Ferro* e o *Semanário*. Mas ainda isto não aterrou o patriotismo dos redatores do *Constitucional*. Suscitam-se embaraços na tipografia, reduz-se a um têrço o número de fôlhas, multiplicam-se as despesas. Assim mesmo continua aquêle sisudo periódico. Assaltam-se muitas vêzes as casas dos redatores, por tôda parte se fazem ameaças; desamparam seus lares, mas sustentam a causa da pátria. É preciso lançar mão de procedimento mais iníquo, perseguindo, não já os escritores escudados pela lei, mas o mesmo impressor e os inocentes vendedores".

A Junta de maioria brasileira estava a mercê da soldadesca de Madeira. Ficara posta a questão, com a divergência entre os governos de Lisboa e do Rio de Janeiro, que evoluiriam para o rompimento, de obedecer a um ou a outro: a Junta, com a maioria de brasileiros, desejava obedecer ao do Rio de Janeiro; os portuguêses, garantidos pela tropa de Madeira, a Lisboa. O papel de *O Constitucional* consistia em tonificar as autoridades que pendiam para a obediência a D. Pedro, enquanto se organizava, no Recôncavo, a fôrça capaz de enfrentar a tropa de Madeira. Em junho de 1822, apresentou êste violento protesto à Câmara, contra o acôrdo desta com o príncipe regente, enquanto, escrevia, *O Constitucional* mostrava-se incendiário e os seus redatores perturbavam a ordem. Como a Câmara manobrasse e a Junta afirmasse a impossibilidade de guerra civil "estando o povo inerme e V Ex. à frente da fôrça armada", Madeira cercou com a tropa os passos do Conselho. Protestou *O Constitucional*. Madeira acusou-o de desfigurar "os princípios que a nação jurou".

Avançavam os brasileiros, entretanto, em seus aprestos: a revolução começaria em Cachoeira, onde D. Pedro fôra aclamado protetor e defensor perpétuo do Brasil. *O Constitucional*, a 3 de julho, mostra a inutilidade de enviar tropa para submeter o interior: "os povos não abjurarão fàcilmente", escrevia. A 21 de agôsto publicaria violenta correspondência contra o "cordão de despotismo" que "circulava a província inteira, depois de a terem vendido a Portugal". Foi o fim: à frente de tropilha de militares, o coronel Almeida Serrão invadiu a oficina, descompôs o dono, proibindo-lhe continuar a imprimir o jornal, correu à residência de Côrte-Real e, não o encontrando, quebrou os móveis à vista da família.

terminando por assaltar as lojas onde se vendia a fôlha, depredando-as. Na Cachoeira, a 1.º de março de 1823, os redatores tiraram *O Independente Constitucional*, em oficina que lhes proporcionara o imperador, depois transferida à capital da província; o jornal improvisado circulou até 1827. A 2 de julho de 1823, a Bahia era libertada da horda do general Madeira; os valentes de Pirajá vingaram *O Constitucional*.

A 15 de setembro de 1821, começava a circular, no Rio de Janeiro, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que se tornaria o órgão doutrinário da independência brasileira. Redigido por "dois brasileiros amigos da nação e da pátria", durou treze meses, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, ano em que passou de quinzenário a semanário, com 48 números ordinários e três extraordinários, impresso na tipografia de Moreira & Garcez, depois na Nacional e, finalmente, na de Silva Pôrto, compôsto de 12 páginas, às vêzes 14 e 16, in 4.º, vendido a 120, 140 ou 160 réis conforme o número de páginas, trazendo como epígrafe o moto de Horácio: "Redire sit nefas". Publicava extratos dos jornais de Lisboa, Paris e Londres, particularmente do *Correio Brasiliense*, polemizava com os órgãos que defendiam os interêsses lusos, destacadamente o *Semanário Cívico* da Bahia. O seu forte, porém, eram os artigos doutrinários, que evoluíram, acompanhando o processo da independência, na fase que culminou com a proclamação do Ipiranga.

Começaria almejando "um govêrno liberal e permanente, regulado por leis fixas e bebidas na natureza". Agradecia à revolução portuense a liberdade: "Obtivemos de vós tudo quanto desejávamos e em vós tudo confiamos, porque uma parte da nação livre não há de querer escravizar a outra." Prevenia que "se a metade de uma família quiser tudo para si e não quiser repartir nada com a outra, apesar de todos os seus laços de educação e de sangue, a desunião e a guerra entrarão entre elas, e a separação e a inimizade serão inevitáveis". Era advertência profética.

Começaria logo, pois, a combater as medidas emanadas de Lisboa: a do regresso de D. Pedro, que discutiu com serenidade, aplaudindo depois o *Fico*, foi ponto de partida para orientação deliberadamente favorável à autonomia, embora não colocada com

clareza desde logo.[28] Partiu de Joaquim Gonçalves Ledo e de Januário da Cunha Barbosa, os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, a representação, que contou com a adesão de outras figuras destacadas, para a convocação do Conselho de Procuradores, primeira e rudimentar forma de delegação eleitoral a vigorar no Brasil, no nível geral, e decisão a que o govêrno de Lisboa não poderia considerar senão como de rebeldia. Se isso aconteceu em fevereiro de 1822, a edição extraordinária de 12 de maio transcrevia do *Correio Brasiliense* o artigo "União de Portugal com o Brasil", em que Hipólito da Costa aceitava a separação entre a colônia e a metrópole. A linguagem do jornal de Ledo e Januário aumentava em vigor, a cada dia, acompanhando a evolução dos acontecimentos e a crescente exaltação dos brasileiros. Foi essa consonância com o sentimento e a opinião que alicerçou o seu papel e lhe conferiu, e aos seus dois redatores, o grande prestígio de que desfrutaram.

Mas a decisão a que dariam o máximo de esforços e cuja significação política era a mais profunda, naquela fase, foi a da convocação da Constituinte, idéia levantada pelo *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa. O número extraordinário do *Revérbero* de 18 de maio adota aquela idéia e defende-a com vigor. Essa intuição, virtude política máxima, de perceber o essencial, na confusão em que se mistura ao secundário e transitório, e que caracteriza o protagonismo político, tiveram Ledo e Januário naquele momento. Criar um órgão de poder oriundo da vontade popular, ao tempo, era dar conteúdo nôvo ao processo que vinha sendo desenvolvido à sua revelia. Não importa, no caso, discutir e verificar a precariedade da consulta eleitoral, suas limitações. Tais medidas, normalmente, têm profundidade que excede essas limitações e até mesmo as subverte.

O sentido democrático da decisão não podia escapar ao senso dos mais sagazes. E tanto foi assim que as opiniões, na cúpula po-

[28] As dificuldades técnicas da imprensa doutrinária, a que pertencia o *Revérbero Constitucional Fluminense*, ficam caracterizadas, segundo a informação de Rizzini, com o exemplo do *Fico*, que o jornal não pôde noticiar a 15, vindo a exaltá-lo na edição de 22, porque a pequena tipografia de Moreira & Garcez consumia oito dias para compor e imprimir as doze páginas do periódico. Salvo a *Malagueta*, nenhum jornal se ocupou do *Fico*, omissão que May ressaltou, quando constituiu exceção.

lítica, dividiram-se. O problema passou ao centro dos acontecimentos e dos debates — constituiu divisor. Sua significação, como avanço para a independência, era fundamental. A manobra foi bem articulada e desenvolvida: pediu-se ao príncipe, primeiro, que aceitasse o título de protetor e defensor perpétuo do Brasil, comprometendo-o decisivamente com a sorte do país. Mas não se pediu tão simplesmente por entendimento de cúpula: pediu-se num processo de mobilização da opinião em que concorreram formas diversas, somando efeitos: boletins, cartazes, artigos na imprensa, reuniões privadas e públicas. Criou-se o clima propício à decisão. Preparou-se, logo depois, a convocação da Constituinte, em documento minutado por Ledo e lido por José Clemente Pereira, como presidente do Senado da Câmara, o poder local de origem popular.

A direita conservadora percebeu o alcance da manobra e tentou sustá-lo. O infalível José da Silva Lisboa combateu-a, na *Reclamação do Brasil*. A Constituinte, no seu dizer, seria "mera farsa e paródia da que perdeu a França". O *Revérbero* retrucou a Silva Lisboa de forma acertada, quando fixou no velho áulico que "o amor do despotismo e o da vida são mui fortes nos velhos emperrados nos seus vícios". E o *Correio do Rio de Janeiro*, mais desabrido ainda, indicou que Silva Lisboa "largara a máscara. Largou-a, mas o certo é que vergonhosamente e com a maior indignidade". D. Pedro não teve hesitações: instalou, com os procuradores das províncias e os ministros, o Conselho de Estado e, no dia seguinte, convocou a Constituinte. Era, dizia, "a vontade dos povos de que haja Assembléia Geral Constituinte e Legislativa". Aceitava essa vontade. Claro que, a partir dessa decisão, embora não se declarasse explìcitamente, havendo mesmo cuidado em não o declarar, a independência estava consumada. Não era esta a razão que impedia a direita, certamente. O que a colocou em campo oposto, no caso, foi sentir que, no ato de criação da Constituinte e em sua concretização, o problema da liberdade vinha inserido no da independência — e o que a repugnava era a liberdade, não a independência.

A cisão entre a esquerda e a direita se pontilharia, daí por diante, pela violência. E, como sempre acontece, a direita não trepidaria em fazer côro com o inimigo, o dominador português, no caso. O fato é que a direita temia a independência, como tantos pretensos revolucionários que, no fundo, temem a revolução. Temem que ela lhes escape, que se realize realmente, que se torne

autêntica. Ora, o que a direita menos desejava era a independência autêntica. Pretendia uma separação em que não se rompesse com o passado, sem quebrar a louça, sem arranhão na estrutura colonial. Permitir a existência de poder de origem popular, como a Constituinte, que desempenharia, além disso, tarefa legislativa, era grave lesão aos seus interêsses e ameaça gravíssima ao destino da classe que vinha dirigindo o processo, pelos seus elementos mais válidos.

Assim, enquanto, de Lisboa, as Côrtes criticavam a reunião do Conselho de Procuradores, enviava reforços ao general Madeira, tomava as medidas para o retôrno do regime de monopólio de comércio colonial, Ledo e a esquerda redigiam o "Manifesto aos Brasileiros", enquanto José Bonifácio e a direita redigiam o "Manifesto às Nações". Ambos combatiam a posição das Côrtes — a repulsa ao retôrno do regime de monopólio as unia — mas enquanto, no primeiro, tocava-se apenas de leve no problema da união entre Brasil e Portugal, no segundo se punha na bôca do príncipe compromisso dêste teor: "Prometo... que não desejo cortar os laços de união e fraternidade que devem fazer de tôda a nação portuguêsa um só todo político bem organizado". A direita se aproximava dos dominadores, portanto. Na Bahia — onde *O Constitucional* sustentava luta árdua e perigosa, face às baionetas de Madeira — o *Semanário Cívico* metia a ridículo a idéia de elevar-se a Estado um território colonial, em referência direta ao documento redigido por Ledo. Na sua audaciosa crítica, o jornal dos dominadores mostrava como não tinha nenhum sentido sério a elevação do Brasil à categoria de Reino, não passando de manobra destinada a embair a vaidade dos brasileiros: Angola e Algarves também eram reinos...[29]

A 20 de agôsto, em reunião da maçonaria, Ledo propõe "a proclamação da nossa independência e da realeza constitucional", sendo sua proposta aprovada por unanimidade e decidindo-se enviar emissários a tôdas as províncias em busca de adesões. É curioso que, precipitados os acontecimentos, proclamando D. Pedro a Independência, em São Paulo, as edições do *Revérbero* de 17 e 24 de

[29] É interessante assinalar como, ainda hoje, se procura embair os incautos com a tese de que essa elevação a Reino tinha significação, até mesmo em compêndios didáticos. Para determinada corrente da historiografia brasileira, dominante no ensino oficial, a posição é a de quem se desculpa de têrmos tido a insanidade de nos emanciparmos de Portugal.

setembro não deram a mínima notícia a respeito. Essa inconcebível falha jornalística — nos critérios atuais — significaria que, para a corrente de que aquêle jornal era órgão, a independência já estava feita mesmo.

Quando do regresso, Ledo e seus companheiros saudaram D. Pedro como Imperador Constitucional do Brasil. Mas tiveram o cuidado de obter de José Clemente que, na circular às câmaras relativa à aclamação, incluísse a cláusula de aceitar D. Pedro a Constituição que a Assembléia viesse a elaborar. A cisão entre a direita e a esquerda aprofundava-se. No penúltimo número do *Revérbero*, a 1.º de outubro, declarava-se: "A independência do Brasil é hoje uma nova religião: embora punam sôbre novas rodas de navalhas os seus defensores, há de progredir, há de consolidar-se, e os agressores hão de ficar submergidos no abismo que pretendiam abrir sob os nossos pés".

A 15 de outubro já não circulou o *Revérbero*. Pelas colunas do *Correio do Rio de Janeiro*, nesse dia, seus redatores comunicavam ao público a suspensão: "Empreendido só para o fim de proclamar a independência de seu país, nada mais lhe resta a desejar, uma vez que êle (o país) vai ter uma Assembléia Constituinte e Legislativa, que já tem um Imperador da sua escolha, que é Nação e Nação livre". Estavam enganados: muito havia ainda que fazer. O processo da independência continuava em desenvolvimento. Disso tinha plena consciência a direita: Ledo e Januário, com outros elementos da esquerda daquela fase, foram implacàvelmente perseguidos. Ledo escapou para Buenos Aires; os demais foram deportados para a França. Haviam cometido o inexpiável crime de confundir o problema da independência com o problema da liberdade.[30] Eleito para a Constituinte, Ledo não pôde tomar posse, só regressando do exílio em novembro de 1823: mas a Constituinte tinha sido

[30] "Muitos outros cidadãos viram-se empoados na *bonifácia*. Pronunciados, acabaram absolvidos, exceto João Soares Lisboa, condenado a prisão e depois anistiado. José Bonifácio aplicou em os trâmites desse cerebrino processo a mentalidade e o linguajar de Pina Manique. Acolhia delações e mexericos, inclusive de negros, moleques e "mulheres da vizinhança". Levava a sério as patranhas do cônsul Correia da Câmara. Fazia espionar os cidadãos da sua antipatia. Determinando a captura das vítimas, possìvelmente homiziadas no Sul, qualificava-as de "monstros perversos". Na circular de 11 de novembro, chamava ao partido liberal "facção tenebrosa de furiosos demagogos e anarquistas". (Carlos Rizzini: op. cit., pág. 381.)

dissolvida e a imprensa estava novamente sob censura. A direita elaborava a independência à sua feição, excluindo dela qualquer resquício de liberdade. O *Revérbero Constitucional Fluminense* foi, sem dúvida, o órgão doutrinário da facção democrática, na fase da proclamação de Independência: preparou-a, com a sua doutrinação, e desapareceu com ela.

Órgão áulico, com pretensões à imparcialidade e à neutralidade — e não há forma mais torpe de participação do que a omissão — foi *O Espelho*, que Manuel Ferreira de Araújo Guimarães fundou, ao abandonar a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Trazia dela o calo do jornalismo oficial, de que nunca se livrou. Não tinha posição, não opinava. Transcrevendo muito dos jornais de Lisboa, do *Correio Brasiliense*, das fôlhas da Bahia e de Pernambuco, e acolhendo matéria oficial, constituiu-se em repositório importante de informações da fase em que existiu, talvez o mais completo: as sessões das Côrtes, por exemplo, ficaram regularmente recolhidas às suas páginas. Circulou, no Rio, entre 1.º de outubro de 1821 e 27 de junho de 1823, feito sempre na Imprensa Nacional. Custava 80 réis o exemplar de 4 páginas in 4.º e 120 réis o de 6 páginas, saindo a assinatura trimestral a 1$200 réis, ascendendo a 2$400 em janeiro de 1822, quando passou de semanário e bi-semanário. Sua neutralidade salvou-o da repressão que destruiu a imprensa livre da época.

Vida curta teve *O Alfaiate Constitucional*, de José Anastácio Falcão, que começou a circular, na Côrte, a 12 de outubro de 1821 e só tirou quatro números e um suplemento, vendido a 200 réis o exemplar, com a assinatura anual fixada em 2$000, prometendo passar de mensário a quinzenário. A sêde de imprensa era grande também nas províncias. Sinal eloqüente foi o aparecimento, no Maranhão, da gazeta manuscrita *O Conciliador do Maranhão*, a 15 de abril de 1821; a 10 de novembro começou a circular impresso, em prelo importado de Londres pelo governador, marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, tendo como redatores Antônio Marques da Costa Soares e o padre José Antônio da Cruz Ferreira Tèzinho. Saía duas vêzes por semana e circulou até 23 de julho de 1823; de 6 de abril de 1822 em diante passou a intitular-se apenas *O Conciliador*, mantendo orientação indefectìvelmente áulica, servindo com fúria os interêsses portuguêses, na administração daquele governador e na da Junta que o substituiu em fevereiro de 1822. Sotero dos Reis caracterizou-o assim: "logo se demandou em excessos e personalidades contra os chamados 'conspícuos', os opo-

sicionistas de então, se tal nome se lhes pode dar, visto como os meios empregados eram todos revolucionários, e sucediam-se logo as prisões e deportações por movimento projetados e denunciados, ou simplesmente supostos e imaginários". Vieira da Silva assegurou que "essa fôlha foi o facho da discórdia que para logo dividiu brasileiros e portuguêses em dois campos inimigos, não poupando sarcasmos e injúrias contra aquêles que presumia afetos à causa da Independência". Proclamada esta e estando o padre Tèzinho já em Portugal, Costa Soares recusou-se a aceitá-la, sendo expulso do país. *O Conciliador* foi substituído, sob a nova Junta, pela *Gazeta Extraordinária do Govêrno Provisório*, distribuída gratuitamente até 1824.

Em Pernambuco, a inquietação política teria reflexos também no aparecimento de periódicos, além da *Aurora Pernambucana*, desaparecida em setembro de 1821. Na oficina da antiga Casa do Trem, que a Junta Governativa ampliaria, apareceu, a 8 de dezembro, a *Segarrega* que, circulando ora uma ora duas vêzes por semana, durou até 27 de outubro de 1823, dirigida por Felipe Mena Calado da Fonseca. Antigo revolucionário de 1817, português de nascimento, Mena Calado era liberal: como a maioria dos liberais da época, acompanhou a princípio a orientação da Côrte de Lisboa, defendendo a união dos dois países, sob regime constitucional que preservasse os interêsses brasileiros e os princípios da liberdade, aderindo ao govêrno do Rio de Janeiro depois, quando a separação se tornou inevitável.

Não compreendia como homens que se batiam pela liberdade na metrópole a negassem aos da colônia: "perdido o caminho da liberdade, não convém a portuguêses voltar o rosto; franqueá-lo aos mais e fazer que o pavilhão tremule sôbre a mais erguida grimpa do templo da perfeição, eis o nosso dever." Tentando orientar-se na confusão posterior, quando a direita assumiu o domínio da independência, suspendeu a circulação do jornal e refugiou-se no Ceará, após a dissolução da Constituinte. Cinco dias depois do aparecimento da *Segarrega*, a 13 de dezembro de 1821, começou a circular no Recife também *O Relator Verdadeiro*, de que apareceram dez números, entre aquela data e 25 de maio de 1822, a prazos irregulares. Dirigido pelo padre Francisco Ferreira Barreto, absolutista apaixonado, foi uma espécie de órgão oficial da Junta Governativa sucessora de Luís do Rêgo, integrando-se, assim, na imprensa áulica.

Na Côrte, a 8 de dezembro de 1821, aparecia o primeiro número da publicação de Silva Lisboa *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, cujos cinco números circularam, sem o nome do autor, nas semanas entre aquela data e 5 de janeiro de 1822. Tratava-se, para Silva Lisboa, com esta publicação cujas semelhanças com as características da imprensa periódica foram vagas, de "formar cidadãos úteis à Igreja, à pátria e à humanidade". Exemplo de tentativa frustrada, muito repetida nessa fase, foi a do *Despertador Brasiliense*, de Francisco de França Miranda, que só tirou um número, em dezembro de 1821, combatendo com veemência a decisão das Côrtes de fazer o príncipe D. Pedro recolher-se a Portugal, decisão que essa fôlha de circunstância qualificaria de "ilegal, injuriosa e impolítica", aconselhando claramente a sua desobediência e contribuindo, assim, para o *Fico*.

Na luta doutrinária de preparação à Independência, assim, o papel da imprensa foi destacado. Poucos foram os periódicos que esposaram a causa da separação da colônia, e só a esposaram quando o desenvolvimento do processo tornou claro que o absolutismo português dominara o liberalismo inicial das Cortes. Nesse sentido, *O Constitucional*, na Bahia, teve papel inconfundível, travando luta em condições extremamente difíceis. Mas foi o *Revérbero Constitucional Fluminense* o melhor arauto das reivindicações brasileiras. Aquêle foi fechado pela ação de militares portuguêses; êste foi suspenso pela ação da direita brasileira. Alcançada a independência, prosseguiria a luta pela liberdade.

A perseguição à imprensa

As fôrças presentes no palco da política brasileira, no alvorecer da existência autônoma, assim como se haviam unido na repulsa ao regime de monopólio de comércio, permaneceriam unidas quanto ao papel do príncipe D. Pedro, aclamado imperador. Mas divergiam quanto à Constituinte: a direita colocava o governante acima da Assembléia, que era o poder popular; a esquerda colocava a Assembléia acima do governante. Para aquêles, ao executivo caberia moldar as instituições, no essencial; para êstes, caberia à Constituinte traçar os rumos. Havia, no

sicionistas de então, se tal nome se lhes pode dar, visto como os meios empregados eram todos revolucionários, e sucediam-se logo as prisões e deportações por movimento projetados e denunciados, ou simplesmente supostos e imaginários". Vieira da Silva assegurou que "essa fôlha foi o facho da discórdia que para logo dividiu brasileiros e portuguêses em dois campos inimigos, não poupando sarcasmos e injúrias contra aquêles que presumia afetos à causa da Independência". Proclamada esta e estando o padre Tèzinho já em Portugal, Costa Soares recusou-se a aceitá-la, sendo expulso do país. *O Conciliador* foi substituído, sob a nova Junta, pela *Gazeta Extraordinária do Govêrno Provisório*, distribuída gratuitamente até 1824.

Em Pernambuco, a inquietação política teria reflexos também no aparecimento de periódicos, além da *Aurora Pernambucana*, desaparecida em setembro de 1821. Na oficina da antiga Casa do Trem, que a Junta Governativa ampliaria, apareceu, a 8 de dezembro, a *Segarrega* que, circulando ora uma ora duas vêzes por semana, durou até 27 de outubro de 1823, dirigida por Felipe Mena Calado da Fonseca. Antigo revolucionário de 1817, português de nascimento, Mena Calado era liberal: como a maioria dos liberais da época, acompanhou a princípio a orientação da Côrte de Lisboa, defendendo a união dos dois países, sob regime constitucional que preservasse os interêsses brasileiros e os princípios da liberdade, aderindo ao govêrno do Rio de Janeiro depois, quando a separação se tornou inevitável.

Não compreendia como homens que se batiam pela liberdade na metrópole a negassem aos da colônia: "perdido o caminho da liberdade, não convém a portuguêses voltar o rosto; franqueá-lo aos mais e fazer que o pavilhão tremule sôbre a mais erguida grimpa do templo da perfeição, eis o nosso dever." Tentando orientar-se na confusão posterior, quando a direita assumiu o domínio da independência, suspendeu a circulação do jornal e refugiou-se no Ceará, após a dissolução da Constituinte. Cinco dias depois do aparecimento da *Segarrega*, a 13 de dezembro de 1821, começou a circular no Recife também *O Relator Verdadeiro*, de que apareceram dez números, entre aquela data e 25 de maio de 1822, a prazos irregulares. Dirigido pelo padre Francisco Ferreira Barreto, absolutista apaixonado, foi uma espécie de órgão oficial da Junta Governativa sucessora de Luís do Rêgo, integrando-se, assim, na imprensa áulica.

Na Côrte, a 8 de dezembro de 1821, aparecia o primeiro número da publicação de Silva Lisboa *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, cujos cinco números circularam, sem o nome do autor, nas semanas entre aquela data e 5 de janeiro de 1822. Tratava-se, para Silva Lisboa, com esta publicação cujas semelhanças com as características da imprensa periódica foram vagas, de "formar cidadãos úteis à Igreja, à pátria e à humanidade". Exemplo de tentativa frustrada, muito repetida nessa fase, foi a do *Despertador Brasiliense*, de Francisco de França Miranda, que só tirou um número, em dezembro de 1821, combatendo com veemência a decisão das Côrtes de fazer o príncipe D. Pedro recolher-se a Portugal, decisão que essa fôlha de circunstância qualificaria de "ilegal, injuriosa e impolítica", aconselhando claramente a sua desobediência e contribuindo, assim, para o *Fico*.

Na luta doutrinária de preparação à Independência, assim, o papel da imprensa foi destacado. Poucos foram os periódicos que esposaram a causa da separação da colônia, e só a esposaram quando o desenvolvimento do processo tornou claro que o absolutismo português dominara o liberalismo inicial das Côrtes. Nesse sentido, *O Constitucional*, na Bahia, teve papel inconfundível, travando luta em condições extremamente difíceis. Mas foi o *Revérbero Constitucional Fluminense* o melhor arauto das reivindicações brasileiras. Aquêle foi fechado pela ação de militares portuguêses; êste foi suspenso pela ação da direita brasileira. Alcançada a independência, prosseguiria a luta pela liberdade.

A perseguição à imprensa

As fôrças presentes no palco da política brasileira, no alvorecer da existência autônoma, assim como se haviam unido na repulsa ao regime de monopólio de comércio, permaneceriam unidas quanto ao papel do príncipe D. Pedro, aclamado imperador. Mas divergiam quanto à Constituinte: a direita colocava o governante acima da Assembléia, que era o poder popular; a esquerda colocava a Assembléia acima do governante. Para aquêles, ao executivo caberia moldar as instituições, no essencial; para êstes, caberia à Constituinte traçar os rumos. Havia, no

fundo, o temor de que a Assembléia, refletindo velhas tendências, jamais extintas, se inclinasse mesmo a decisões extremadas, a adoção da República, por exemplo.

A monarquia apresentava-se como escudo, a segurança de que as alterações impostas pela Assembléia encontrariam limite na sacralidade da pessoa do imperador. Precisavam as fôrças interessadas em evitar alterações, em manter a estrutura colonial, robustecer o poder do executivo, detendo as possibilidades de reformas. Por isso mesmo, haviam resistido à idéia de convocação da Constituinte, perigosa e inadequada como lhes parecia, trazendo representantes do povo para a arena das grandes decisões. A forma tutelar de govêrno foi sempre o ideal supremo dos conservadores, aferrados ao passado, temerosos do futuro: os homens bons sempre souberam governar, os do povo sempre trouxeram agitação, aos mais qualificados deveria caber sempre, pois que o são, a tarefa de decidir, porque decidem bem, uma vez que possuem os requisitos para isso, experiência, prática, educação, cultura, discernimento. A idéia de povo, para êles, estêve sempre associada à de anarquia, tumulto, desordem. A Constituinte era ameaça de tudo isso.

Na segunda quinzena de setembro, dirigindo-se o povo para o Senado da Câmara a fim de assistir à discussão do problema se devia ou não o imperador jurar a Constituição a ser elaborada no ato da aclamação, esbirros da polícia dissolveram a reunião a pedradas. Era apenas o prelúdio: na aclamação, o imperador não se comprometeu com a Constituição futura e, com o golpe ministerial de 30 de outubro, a direita liquidou os que colocavam o problema da liberdade. Quando da coroação, em dezembro, D. Pedro dispunha de ilimitado poder, o liberalismo estava derrotado, criara-se clima insuportável para a imprensa. E, no desenvolvimento do processo, pelo aprofundamento das contradições, a situação desembocaria no fechamento da Constituinte e na suspensão da liberdade de imprensa. Êsse é o período que vai ficar assinalado pelo aparecimento ou desaparecimento de numerosos periódicos, que refletem e influem nas lutas políticas. É a imprensa do ano da Independência e do ano da Constituinte dissolvida, com a direita em ascenção — a imprensa que luta pela liberdade e que, como no período anterior às Côrtes, será perseguida e amarrada ao tronco do poder.

A 18 de dezembro de 1821 começou a circular no Rio de Janeiro um dos periódicos mais típicos da imprensa da época, *A Malagueta*. Fundado e dirigido por Luís Augusto May, antigo militar,

depois funcionário português, que chegara ao Brasil em 1815, teve quatro fases: a inicial, de 18 de dezembro de 1821 a 5 de junho de 1822, com 31 números; a segunda, compreendendo os sete números das *Malaguetas Extraordinárias*, aparecidas irregularmente entre 31 de julho de 1822 e 10 de julho de 1824; a terceira, de 19 de setembro de 1828 a 28 de agôsto de 1829, com 91 números; e a quarta, de 2 de janeiro de 1831 a 31 de março de 1832, com 36 números. Aparecia, salvo na segunda fase, ora uma ora duas vêzes por semana. Constava geralmente de um só artigo e era vendida a 100 réis. Tinha como epígrafe a frase de Rousseau: "Quando se diz acerca dos negócios do Estado — que me importa? — deve-se dizer que o Estado está perdido." Foi impressa, sucessivamente, nas tipografias de Moreira & Garcez, de Silva Pôrto, da *Astréia* e de R. Ogier.

A Malagueta alcançou grande repercussão, consideradas as características do tempo, nos meios fluminenses, provocando o aparecimento de algumas publicações de contradita, até mesmo em Portugal.[31] Atribuíam os compatriotas de May sua posição ao ressentimento: "Não representa a vontade geral da província do Rio; é a expressão de 2.000 desempregados que vivem de seus ordenados e agora sentem o incômodo que lhes causa êste necessário transtôrno de suas comodidades particulares." May fôra atingido realmente, pela medida das Côrtes relativa aos funcionários estabelecidos no Brasil cujas repartições foram extintas. A popularidade da *Malagueta* nas suas duas primeiras fases, e particularmente na inicial, foi objeto de comentários e depoimentos de muitas testemunhas. Como prova, uma delas alegava que o jornal de May chegara a tirar mais do que todos os outros, tendo cêrca de 500 assinantes na Côrte. Isso nos dá uma idéia também das dimensões da imprensa da época.

A Malagueta apresentou-se ao público como independente, o que significava, naquele momento, no personalismo peculiar ao tempo, que não estava a serviço do grupo de Ledo, Januário e José Clemente, de que era órgão o *Revérbero Constitucional Fluminense*,

[31] No prefácio à edição facsimilar da *Malagueta*, publicada na coleção dirigida por Rubens Borba de Morais, Hélio Viana relacionou essas publicações. A referida edição reúne os números da primeira e da segunda fase do jornal de May, 31 da primeira e as 7 *Malaguetas Extraordinárias* da segunda, constituindo o primeiro volume da obra que, infelizmente, não teve continuação.

com três meses de circulação quando apareceu o jornal de May, nem a serviço do grupo dos Andradas, que poria em circulação outras fôlhas. O fato é que, aparecendo no momento mesmo em que chegava ao Rio a notícia da decisão das Côrtes de fazer regressar ao Reino o príncipe D. Pedro, *A Malagueta* colocou-se contra essa decisão e esposou, assim, a causa dos brasileiros. Na medida em que a luta interna se acirrava, sua posição se definiria melhor.

Tanto assim foi que, apesar do caráter doutrinário do jornal e de sua linguagem muito menos corrosiva do que o comum do tempo, o que pode ser fàcilmente constatado, ainda em confronto com a dos órgãos da imprensa áulica, em que a virulência era normal, teve de suspender a circulação, em junho de 1822, aparecendo a primeira *Malagueta Extraordinária* a 31 de julho. Passaram-se dez meses: só a 5 de junho de 1823 circulou o segundo número, dando margem à agressão que tôda a imprensa da época comentou. Que se teria passado? Parece que May esperava nomeação para cargo no estrangeiro; não o conseguindo, nas condições que esperava, anunciou que voltaria a pôr em circulação o seu jornal, em oposição ao govêrno.

Para atalhar essa ameaça, estimada como perigosa, o órgão áulico *O Espelho*, a 10 de janeiro de 1823, vinha com tremenda descompostura em May. Segundo se assoalhava, a descompostura fôra redigida pelo próprio D. Pedro. Se não era verdadeira, era verossímil: se o estilo é o homem, a verrina retratava nìtidamente o desatinado Bragança. Começava por definir o caráter do jornalista: "esturdíssimo, esturradíssimo, politiquíssimo, cachorríssimo sr. autor de um periódico cujo nome é o de uma pimenta que se chama aqui malagueta ou, por outra, p. que o pariu (a êle)." Prosseguia, descrevendo a figura de May, em linguagem chula, destacando as suas deficiências físicas. Entrava a descrever o lar da vítima, acusando-a de deixar mulher e filhos "fazer o que lhes parece". Denunciava May como tendo aceito subôrno e como responsável por furto de papéis ao conde de Funchal, quando de sua estada na Inglaterra.[32]

[32] "Realmente, mal se pode imaginar tanta torpeza. O introito é uma descrição física da vítima, nas dimensões de cujo nariz se encontravam os motivos da predileção que lhe votava o conde de Galveas, assunto que adiante repisa em têrmos impossíveis de repetir ou mascarar. O nome indígena da pimenta, chamada também bacupari, servia para nojento trocadilho, acompanhado de frase chula e indecente

May cometeu a fraqueza de pretender alcançar do imperador desmentido quanto à autoria da verrina. Para isso, fêz circular a *Malagueta Extraordinária* n.º 2, a 5 de junho, em que atacava a direita, mostrando a vilania das "tenebrosas devassas privativas e secretas" de novembro, decorrência do golpe ministerial de 30 de outubro, verberando a supressão da liberdade de imprensa. A reação não se fêz esperar e ocorreu na noite seguinte. Conta-a o próprio May:

"Que tendo eu esperado tôda a tarde pela visita prometida do ex-ministro (José Bonifácio), anoiteceu; e achando-se em minha casa algumas pessoas de fora, e tendo saído a visitas para a cidade a minha mulher, com alguns de meus filhos, mandei a minha gente que servissem o chá, conservando-me todo êsse tempo pronto a receber a visita do ex-ministro; e que poucos minutos depois do chá, estando ainda em minha casa e comigo na mesma sala o cirurgião da Academia dos Guardas-Marinhas Antônio José da Silva Calado e o padre Luís Lôbo Saldanha, vigário de São Sebastião, entraram de repente na sala em que nos achávamos alguns homens que o tempo não permitiu contar; e declararam muito especialmente que êles levavam espadas nuas e paus grossos que eu vi, e com os quais perpetraram em minha pessoa o massacre que constou de grande primeiro golpe de espada que foi parado no castiçal, e na mão esquerda, e do qual resultou o aleijão e ferida aberta que ainda hoje conservo, de mais cinco golpes ou cutiladas, maiores e menores, na cabeça, que se me deram enquanto as luzes se não apagaram, além de dez ou doze contusões violentas no pescoço e corpo, de que resultou também o aleijão do dedo index da mão direita; e isto além da rutura que me sobreveio com os esforços que eu fiz quando na minha fugida dos assassinos, passei a vala que divide a minha chácara da do padre Serafim dos Anjos, para cuja casa eu me refugiei com o auxílio da escuridão".

e era aproveitado para indicar a pessoa a quem o autor mandava ao jornalista dirigir-se. A sua família não era poupada, nem mulher, nem filhos. O ataque era em represália, por ter êle querido desacreditar o ministério, principalmente a José Bonifácio, cujo elogio é feito pelo autor, a quem causa indignação May ter pretendido responsabilizar aquêle ministro por atos despóticos, entre os quais a perseguição de Ledo e seus amigos". (Tobias Monteiro: *História do Império. A Elaboração da Independência*, Rio, 1927, pág. 841.)

A agressão a May repercutiu na Constituinte, onde o deputado Joaquim Manuel Carneiro da Cunha a comentou. A autoria permaneceu misteriosa e continua objeto de controvérsias. Não estaria alheio ao fato o imperador, para uns; para outros, foram os Andradas os mandantes; para terceiros, o próprio D. Pedro teria participado da tropelia. May não ousou desvendar tudo o que sabia, por temor, provàvelmente, a princípio; por conveniência, depois. No *Protesto Feito à Face do Brasil Inteiro* afirma que reconhecera um dos agressores, o qual ocupava "alto cargo". Um jornal do tempo, em quadrinha muito repetida, ao estilo da época, glosou assim o acontecimento:

> *"Chamam servis os Andradas,*
> *É calúnia, é falso, é peta:*
> *São liberais a matar,*
> *E que o diga o Malagueta".*

O *Protesto* de May só apareceu a 31 de março de 1824; fôra promovido no ano anterior e aposentado em fevereiro: não estava mesmo em condições de fazer denúncias.[33] Tôda a história que, nas versões correntes, envolve a agressão permite deduzir que se tratava mesmo da ameaça de fazer circular novamente o jornal, mas com orientação participante, ao lado dos que defendiam o problema da liberdade. May, provàvelmente, faria essa escolha por motivos de ordem pessoal: os antigos amigos não lhe perdoaram a prometida defecção. Trataram-no como tratavam todos os que adotavam aquela posição.

O ano da Independência assinalou o aparecimento de numerosos periódicos, na Côrte e nas províncias, caracterizando a tensão política vigente e assinalando as tendências. Vindos do ano anterior,

[33] Com o prestígio conquistado na imprensa, May foi eleito deputado, participando da primeira legislatura regular brasileira; nela opinou que os tratados firmados com Portugal, Inglaterra e França, os primeiros após a Independência, deviam ser desconhecidos pela Câmara. Filiou-se à oposição e, em 1828, ressuscitou *A Malagueta.* Em agôsto de 1829, criticando o jornal medidas relativas ao nôvo casamento de D. Pedro, sofreu outro atentado, a 26, ao sair da Câmara. Evaristo da Veiga, no número 28 da *Aurora Fluminense,* noticiou o fato, mostrando como, nêle, haveria mandante e executante. May voltou à Câmara, em 1831 e, no início de 1832, retomou a publicação de *A Malagueta.*

continuavam a circular, na Côrte, o *Diário do Rio de Janeiro,* na sua omissão política; o *Revérbero Constitucional Fluminense,* em seu destacado papel; *O Espelho,* mantendo a orientação que o motivara; *A Malagueta,* que atingiria agora o auge de seu prestígio; e a *Gazeta do Rio de Janeiro,* como fôlha oficial, mudando o título, depois da Independência, para *Diário do Govêrno;* no Maranhão, prosseguia *O Conciliador;* em Pernambuco, a *Segarrega,* durante todo o ano e, até maio, o *Relator Verdadeiro.* Novas tentativas surgiriam agora, juntando-se a estas e substituindo as que haviam malogrado.

Logo a 5 de janeiro de 1822, apareceu a primeira, com o *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense,* impresso na Tipografia Nacional, que se agüentou até o início de maio, dirigido pelo português José Joaquim Gaspar do Nascimento, a que se juntou pouco depois o paulista João Batista de Queiroz, que se destacaria na fase da Regência como pasquineiro audacioso. Circularam dêsse jornal 15 números, vendidos a 80 réis, adotando posição descompromissada, no choque entre a facção andradina e a do *Revérbero,* o que não impediu que José Bonifácio o forçasse a passar à oficina de Moreira & Garcez, onde foram impressos os seus dois últimos números, recomendando o ministro ao intendente de polícia que "coibisse semelhantes escritos incendiários".

Silva Lisboa compareceu, em 1822, com mais alguns de seus periódicos doutrinários, difìcilmente enquadráveis no gênero que define a imprensa: a *Reclamação do Brasil,* que circulou semanalmente entre 9 de janeiro e 22 de maio, tirando 14 números, substituindo a *Sabatina Familiar,* que desaparecera a 5 de janeiro: apoiava a resistência às decisões das Côrtes, mas atacando a idéia da convocação da Constituinte; a *Heroicidade Brasileira,* de que circulou apenas um número, a 13 ou 14 de janeiro, confiscado, não se sabe bem porque, pelo govêrno. Silva Lisboa descansou até a Independência, quando gestou dois outros panfletos: *A Causa do Brasil no Júzo dos Governos e Estadistas da Europa,* que circulou em 16 folhetos, entre 15 de outubro de 1822 e 20 de março de 1823; e *O Império do Equador na Terra de Santa Cruz,* cujos 12 folhetos apareceram entre 15 de outubro de 1822 e 28 de janeiro de 1823, superpondo-se, assim, à circulação dos dois produtos do engenho do escritor baiano. E êle não parou aí: em novembro de 1822, começou a lançar os 11 folhetos do *Roteiro Brasílico ou Coleção dos Princípios e Documentos do Direito Político em Série de Números,*

divulgando extratos de Burke, Montesquieu, Hume e outros, e combatendo as idéias de Rousseau. O incorrigível grafômano continuava o mesmo.

A tentativa dos *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, do início de 1822, de José Vitorino dos Santos e Sousa, ficou no primeiro número. A 23 de março, surgiu o fascículo inicial dos oito a que atingiu, até 26 de maio, a *Correspondência turca interceptada a um emissário secreto da Sublime Porta residente na Côrte do Rio de Janeiro*, de Antônio Manuel Correia da Câmara, serviçal do govêrno, aventureiro recompensado com funções diplomáticas em que se caracterizou pelos desatinos cometidos. A 1.º de abril, começava a circular, em Belém, *O Paraense*, uma ou duas vêzes por semana, impresso na oficina que Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente adquiriria no exterior, de sociedade com Domingos Simões da Cunha e Batista Camecran, antes José Batista da Silva, despachara para a província e viera encontrar a serviço dos dominadores portuguêses. Patroni não teve meias medidas: expulsou os responsáveis por tal orientação e iniciou a fôlha com outra, a sua: não levantava o problema da separação do Brasil, mas colocava o problema da liberdade em têrmos tais que Raiol menciona que "a sua linguagem aterrou os dominadores da província, que desde logo empregaram todos os meios para fazê-lo emudecer".

Patroni colocava a liberdade acima da independência, pois, e os meios para liquidá-lo não seriam mansos; imprimia o jornal em esconderijo, compondo-o à noite, com o auxílio de Antônio Dias Ferreira Portugal. Prêso a 25 de maio e embarcado para a metrópole, passou a missão ao cônego João Batista Gonçalves Campos, outra extraordinária figura de agitador e patriota. Batista Campos começou por colocar o problema da separação e por atacar as autoridades locais. Em agôsto, sofreu atentado que não o impediu de prosseguir na luta; a 18 de setembro — depois da Independência — foi prêso, sôlto, prêso outra vez, em novembro, pelo crime de ter publicado o manifesto de D. Pedro datado de 1.º de agôsto. Pôsto novamente em liberdade, refugiou-se no interior, para escapar à fúria dos dominadores da província, deixando o jornal com outro cônego, Silvestre Antônio Pereira da Serra, em cujas mãos, em fevereiro de 1823, veio a perecer a fôlha. A reação chegara ao auge, na perseguição aos que apoiavam a Independência e tinham ligações com o govêrno do Rio de Janeiro. Os que pensam ter sido pacífico, fácil e manso o processo da Independência podem

verificar, por casos como o do Pará, quais as suas verdadeiras dimensões. Na província realmente, os dois problemas, o da liberdade e o da independência, fundiram-se, não foi possível separá-los: daí a Cabanagem. As oficinas de *O Paraense* passaram a imprimir *O Luso-Brasileiro*, sob a responsabilidade de José Ribeiro Guimarães, e a serviço dos dominadores locais, contrários à Independência. Quando, finalmente, a província foi integrada no Império, pela adesão à Independência, a oficina passou a imprimir *O Independente*.

A 9 de abril de 1822, no Recife, Cipriano José Barata de Almeida iniciava a sua curiosa série de *Sentinelas*. Era a primeira a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, que circulou até 16 de novembro. Prêso, tirou, a 19 de novembro, a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Prêsa na Fortaleza do Brum por Ordem da Fôrça Armada Reunida*, viril protesto contra a violência de que era vítima. Figura extraordinária de agitador, que encheu uma época inteira, a do processo da independência justamente, Cipriano Barata aguarda ainda a justiça da História. Nascido na Bahia, em 1764, chegou a Coimbra aos vinte e quatro anos, ali encontrando, já em fim de curso, José Bonifácio e Câmara Bithencourt, bacharelando-se em julho de 1790 e ercebendo ali os reflexos da Revolução Francesa. De regresso à colônia, foi obrigado a tornar-se lavrador de cana, no engenho de João Inácio de Siqueira Bulcão, depois barão de São Francisco, onde o encontrou a vil denúncia do padre José da Fonseca Neves, de ligação com os conspiradores baianos de 1798. Prêso, com a biblioteca seqüestrada, penou mais de ano, sendo libertado por falta de provas. Ainda na Bahia, aderiu à revolução pernambucana de 1817. Participou, depois, em fevereiro de 1821, da deposição do conde da Ponte. Seu prestígio assegurou-lhe lugar na representação brasileira às Côrtes portuguêsas reunidas em conseqüência do movimento constitucionalista. Nativista radical "transitava naquela Lisboa cheia de influências francesas e inglêsas com roupas de algodão tecido no Brasil, sapatos de bezerro sem tinta, chapéu de palha e um tôsco bengalão".[34] Na tribuna, tinha audácias que surpreendiam os seus pares: "Enquanto aqui se gastam palavras, os infelizes morrem de fome ao desamparo". Desesperado de ver reconhecida a causa do Brasil, refugiou-se na Inglaterra, com sete

[34] Otávio Tarquínio de Sousa: *Fatos e Personagens em Tôrno de um Regime*, Rio, 1957, pág. 223.

companheiros, negando-se a jurar a Constituição elaborada pelas Cortes. Regressando ao Brasil, encontrou desencadeado o processo da independência. Estava, entretanto, no número daqueles que punham a liberdade em primeiro lugar.

Suas inclinações eram pela República: fundou o primeiro jornal republicano que circulou no Brasil. A Bahia estava ocupada pelas tropas de Madeira. Permaneceu, por isso, em Pernambuco. Iniciou-se, então, na imprensa, e nem só na que êle próprio dirigia, como na *Gazeta Pernambucana*. Sua emprêsa máxima foram, entretanto, as diversas *Sentinelas* que tirava onde estivesse.[35] Barata, pioneiro da imprensa libertária no Brasil, tem sido omitido diminuindo e no mínimo ridicularizado pela historiografia oficial brasileira: é uma de suas maiores vítima.[36] Sua influência foi extensa e profunda: outras *Sentinelas* apareceram, imitando a sua. Entre elas, a *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande Refugiada em Buenos Aires*, do Grandona, que combatia D. Pedro

[35] As *Sentinelas* mudavam de nome, de acôrdo com os lugares em que apareciam e as prisões a que era levado Barata. Foram as seguintes: 1) *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, com 66 números: 2) *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Atacada e Prêsa na Fortaleza do Brum por Ordem da Fôrça Armada Reunida*, com um número; 3) *Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*, em Niterói e 1823, com 32 números; 4) *Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá na Bahia de Todos os Santos*, parece que de 1830; 5) *Nova Sentinela da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro na Bahia de Todos os Santos*, de 1831, com 37 números; 6) *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá Hoje Prêsa na Guarita da Ilha das Cobras em o Rio de Janeiro*, de 1831; 7) *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá Hoje Prêsa na Guarita de Villegagnon em o Rio de Janeiro*, parece que de 1832; 8) *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá Hoje Prêsa na Guarita da Fragata Niterói em o Rio de Janeiro*, de 1832; 9) *Sentinela da Liberdade em o Rio de Janeiro*, parece que também de 1832; 10) *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá Mandada Despoticamente para o Rio de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia Donde Generosamente Brada Alerta!*, de 1833; 11) e a *Sentinela da Liberdade em sua Primeira Guarita, a de Pernambuco, Onde Hoje Brada Alerta!*, de 1834-1835.

[36] Cipriano Barata, eleito pela Bahia para a Constituinte, foi, apesar das imunidades, prêso em Pernambuco, levado para o Rio, passando de prisão em prisão, por mais de sete anos, sofrendo "como nem nos tempos coloniais talvez se sofresse". Estava quase septuagenário: voltou à Bahia, em 1831, fêz circular novamente o seu jornal, parti-

I no Rio da Prata, em 1830; a *Sentinela da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra de São Pedro do Sul*, antimonárquica e incitadora da rebelião farroupilha; a *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, de Vicente Ferreira Lavor, o Papagaio, propagadora da Cabanagem; a *Sentinela do Serro*, fundada por Teófilo Otoni, na Vila do Príncipe, depois cidade do Serro Frio, ao deixar a Academia de Marinha, perseguido por suas idéias liberais, e que circulou entre 1830 e 1833.

O ambiente de agitação em que fôra natural inserir-se uma fôlha do tipo da de Cipriano Barata em Recife prosseguiria em 1822, por tôda a parte e principalmente na Côrte, onde se jogava o destino político imediato do Brasil. Êsse ambiente gerou novos órgãos de opinião: um funcionário público, oficial da Secretaria de Estrangeiros, Luís Moitinho Lima Alves e Silva, fêz imprimir, na oficina de Moreira & Garcez, começando a circular a 4 de maio, o semanário *O Papagaio*, outro dos vários periódicos áulicos, fundados para o fim único de servir ao govêrno, e durou até princípios de agôsto, tirando 12 números. Moitinho ganhou, em paga, função diplomática na Europa, onde viria a falecer, já aposentado, em 1863.

Vida ainda mais curta teve o bi-semanário *O Macaco Brasileiro*, que circulou entre junho e agôsto, tirando 16 números, redigido por Manuel Zuzarte e Pedro da Silva Pôrto, tentando a graça e, com ela, a crítica aos costumes. Outro jornal governista, isto é, andradista, e também de vida curta, foi *O Constitucional*, que circulou irregularmente entre 5 de julho e 30 de setembro, redigido por José Joaquim da Rocha e pelo padre Belchior Pinheiro de Oliveira. *O Volantim* foi tentativa frustrada de seguir o exemplo do *Diário do Rio de Janeiro*, aparecendo diàriamente e explorando os pequenos anúncios insertos gratuitamente, mas transcrevendo também matérias das fôlhas já em circulação nas províncias: circulou entre 1.º de setembro e 31 de outubro. Foi outro que não tomou

cipou do Sete de Abril; foi prêso outra vez, levado para o Rio e, sôlto em 1832, pôs novamente na rua a *Sentinela*, na Bahia e em Recife. Faleceu no Rio Grande do Norte, em extrema pobreza, ensinando francês. Disse um historiador: "patriota puro, sincero, profissional, num derradeiro arranco, gritou: 'Viva a Pátria!" A pátria esqueceu-o". Não é verdade: foi a historiografia oficial que o esqueceu.

conhecimento do que acontecera em 7 de setembro, começando apenas a publicar editais a êsse respeito a 24.

A 10 de abril começava a circular, na Côrte, o jornal que disputaria com o *Revérbero Constitucional Fluminense* e que logo se destacaria na primazia pela sua combatividade. O jornal de Ledo e Januário colocaria em destaque o problema da independência: o *Correio do Rio de Janeiro*, o da liberdade. Circulou êste em duas fases, a primeira encerrada a 21 de outubro de 1822, logo após a data da Independência, quando impresso na Tipografia de Silva Pôrto & Cia.; a segunda entre 1.º de agôsto e 24 de novembro de 1823; no intervalo, preparando a segunda fase, em junho e julho, apareceram sete ou oito números com intervalos irregulares. Era diário de quatro páginas de fólio pequeno, custando 80 réis o exemplar e 10$000 a assinatura anual, ostentando por divisa os versos de Filinto: "Neste limpo terreno / Virá assentar seu trono / A sã filosofia mal aceita."

Além dos artigos de seu redator, o português João Soares Lisboa, publicava correspondência, noticiário dos trabalhos das Côrtes e matéria polêmica, de ataque aos órgãos da imprensa áulica, especialmente os jornais baianos, o *Semanário Cívico* em destaque, o fluminense *Compilador*, depois o órgão andradista, *O Tamoio*. Soares Lisboa era articulista fácil, simples, contundente, eficaz em sua argumentação, apreciado pelos que tinham as mesmas idéias e seguiam as mesmas tendências, temido pelos adversários, com influência muito grande na opinião. Viu claro, quase sempre, no tormentoso e por vêzes confuso quadro da fase em que viveu.

Proclamou, primeiro, a necessidade de reunir os procuradores das províncias, fazendo do conjunto dêles uma espécie de legislativo, cuja ausência parecia grave. Teve a primazia da idéia da convocação da Constituinte, logo aceita pelo *Revérbero:* organizou a representação que, ràpidamente, foi assinada por cinco mil pessoas. Compreendeu a significação da existência daquele órgão de poder, originado de consulta popular. Defendeu, conseqüentemente, a fórmula do compromisso prévio do príncipe com a Constituição, antes da aclamação. Soares Lisboa conheceu a prisão, processo, expulsão do país, condenação. A essa figura singular, cuja fôlha diária foi expressão das fôrças mais democráticas da fase, esqueceram os historiadores oficiais, e não inconscientemente alguns, na obediência da valorização sistemática, no amplo período do processo da independência, como em outros, de figuras menores, mas conser-

vadoras ou retrógradas, que as gerações vêem homenageando, imerecidamente, como as que realizaram a Independência e deram forma ao nôvo Estado.

A coerência do pensamento de Soares Lisboa, aliás, foi excepcional numa fase difícil como aquela em que procurou orientar a opinião brasileira, a da Côrte em particular, quando figuras as mais iminentes mudavam, passavam do avanço ao recúo, permaneciam cegas, distanciando-se do essencial pela atração do secundário, circulando de um lado a outro, ora em posição liberal ora em posição conservadora. Tudo natural, dentro de certos limites, numa fase confusa, tormentosa, mutável, de sucessão rápida de acontecimentos. Mas por isso mesmo é que a lucidez da visão de Soares Lisboa, a sua clareza na orientação, a sua firmeza na conduta e a sua coerência no processo é surpreendente e lhe dá a marca de grandeza até agora omitida. Não era êle homem culto, pelo menos não recebera a formação sistemática que marcava as pessoas cultas do tempo — não passara pelos bancos de Coimbra, por exemplo. Ao que indagava, não sem espírito: "mas quantos estúpidos foram a Coimbra e voltaram da mesma forma, senão piores?"

Português de nascimento, vindo jovem para o Brasil, orgulhava-se de ter sido o primeiro a reclamar de público a independência. Quando apoiou a convocação dos procuradores provinciais, viu o perigo de faltar ao príncipe um legislativo e justificou com objetividade a sua existência: "Como havia êle (o príncipe) satisfazer melhor os bons desejos dos povos do que ordenando-lhes que nomeassem seus procuradores, para com êles discutirem o melhor método e mais fácil meio de alcançar tão justos como necessários fins?" Buscando esclarecer a opinião sôbre a necessidade de convocar uma Constituinte, escreveria: "Concidadãos, a nossa liberdade está em perigo, nosso risco é iminente, o remédio deve ser pronto e legal. Temos o mais legítimo de todos os legítimos podêres executivos, na pessoa do nosso Regente; não podemos dispensar-nos de ter o legislativo. Só gozando os mesmos direitos e liberdade que gozam os nossos irmãos de Portugal, podemos conservar com êles a união. Só assim seremos como êles felizes. Seja uma voz de todos e representemos ao nosso Regente que queremos, porque precisamos, já, já e já, Côrtes, Côrtes, Côrtes."

Hesitando D. Pedro no caso da Constituinte, não trepidou em interpelá-lo, audaciosamente: "Senhor, falemos claro: ou V.A.R. quer representação nacional no Brasil ou não quer. No primeiro

caso, pode contar com um defensor denodado dos seus direitos, no segundo, não posso servir a V.A.R. e atrevo-me a dizer que perde o Brasil para sempre." Acrescentando: "Nunca V.A.R. verá escrito meu de servilismo; deixei de ser vassalo e não voltarei à escravidão. Se os portuguêses se deixarem avassalar, deixarei de ser português e buscarei em terra estranha a augusta liberdade." Vitoriosa a campanha pela convocação da Constituinte, proclamou: "o Brasil jáo não é colônia, já não é reino, já não são províncias ultramarinas: O Brasil é mais do que tudo isso: é nação livre, independente."

Essa compreensão do alcance da Constituinte — cuja convocação era, no caso, gesto de soberania — levou-o adiante, apostrofando o príncipe: "Ah! Senhor, que fizestes? Uma Assembléia Constituinte em que se acha representada a soberania da nação é superior a vós, e no momento de sua instalação vós deixais de ser príncipe de fato, conservando só vossa dignidade de direito!!!" Era a nítida consciência de que a luta se travaria, daí por diante, tendo a Constituinte como centro. Soares Lisboa havia pleiteado que a eleição de seus membros fôsse direta; as instruções ministeriais, preparadas pelos que haviam combatido a convocação da Constituinte e trataram de podá-la no berço, determinaram a forma indireta. O jornalista não deixou passar em silêncio o atentado: "Quem autorizou S.A.R. para mandar o contrário daquilo que lhe representaram os povos desta província?"

A interpelação valeu-lhe processo por abuso da liberdade de imprensa, o primeiro intentado no Brasil. Soares Lisboa foi absolvido, a 1.º de agôsto. Estava o país às vésperas da proclamação do Ipiranga, cujo eco foi mínimo e tardio na imprensa fluminense. A 21 de setembro, o *Correio do Rio de Janeiro* clarinava a sua alegria. Mas era o decreto da anistia que destacava. Sua missão, agora, era defender os podêres da Constituinte. Queria, portanto, com os liberais, que o príncipe assumisse compromisso com a Constituição a ser elaborada, antes ou no ato da aclamação. A 19 de outubro veiculou pensamento que atribuiu a D. Pedro, a respeito do próprio regime e dos podêres que teria a Constituinte para alterá-lo. O Príncipe teria declarado: "O Brasil precisa e deve ser livre para ser feliz, e, se os povos manifestam geral desejo de serem republicanos, não acharão em mim oposição; antes farei quanto puder para que o consigam e eu me contento em ser seu concidadão."

Nunca se saberá ao certo se tais palavras, ou o pensamento que elas revelam, foram realmente do príncipe. O fato é que a direita do tempo, que impugnara a idéia de convocação da Constituinte, que a reduzira de muito com a escolha indireta de seus membros, tinha como questão fechada que a carta constitucional a ser elaborada admitisse como premissa indiscutível o regime monárquico, com o príncie de Bragança como sua figura inicial. Tocar no problema, pois, pondo em dúvida tal premissa, representava gravíssima ameaça à classe dominante, que desejava a independência mas sem alterações estruturais, absolutamente desinteressada do problema da liberdade. Aquela classe vinha conduzindo o processo da independência com o máximo de cautela, por isso mesmo. Diante disso, a posição do *Correio do Rio de Janeiro* aparecia como essencialmente subversiva. Como todos sabem, subversivo é tudo aquilo que contraria os interêsses da classe dominante. Em 1822, era subversiva, assim, a idéia da República.

No dia seguinte, o Intendente Geral de Polícia intimou Soares Lisboa a suspender incontinenti o jornal e a deixar o país em oito dias. Foi obrigado, conseqüentemente, a despedir-se dos leitores. Dizem uns que seguiu para Buenos Aires, onde se juntou a Ledo. O *Revérbero Constitucional Fluminense* fôra obrigado a suspender a circulação: seu último número saiu a 8 de outubro. A 19, desaparecia também o *Correio do Rio de Janeiro*. Estávamos há pouco mais de um mês do grito do Ipiranga: o povo brasileiro começava a compreender, com tais e tão eloqüentes provas concretas, que tipo de independência lhe fôra concedido. O desenvolvimento do processo mais ainda o esclareceria, a êsse respeito. A 17 de fevereiro de 1823, realmente, Soares Lisboa regressou ou ficou em circulação: foi imediatamente prêso. A Constituinte estava instalada: dirigiu-se, então, a êsse poder, que desejara e supunha supremo. "Desde 10 de abril de 1822 — escreveria — eu fui a fortaleza rude mas inabalável, onde meus concidadãos fizeram tremular a bandeira da liberdade; em 22 do mesmo abril, soltei o grito de independência do Brasil; em 12 de outubro, cantei com os meus concidadãos a graciosa exaltação de D. Pedro ao imperial e constitucional trono; êste dia foi a véspera da minha queda, e comigo caiu a liberdade de imprensa. Deportado indefinidamente, voltei a acolher-me ao abrigo desta soberana Assembléia, paládio das seguranças individuais e nacionais; enganei-me no meu cálculo, tombei no abismo de um cárcere! A lei não me aparece e eu desconheço meu perseguidor."

Pedia alívio dos ferros e transferência para a fortaleza da Conceição ou para a ilha das Cobras, de modo a poder continuar o seu periódico. A Assembléia decidiu que êle se dirigisse ao govêrno, isto é, omitiu-se. A 7 de julho, foi condenado a 10 anos de prisão. Mas a 16, com a queda de José Bonifácio, começou a melhorar a sua sorte. Até aí, conseguira pôr em circulação os números do *Correio do Rio de Janeiro* que, aparecendo com irregularidade, preludiaram a sua segunda fase, iniciada logo a 1.º de agôsto de 1823, quando buscou ajustar contas com os Andradas, que tiveram de lançar *O Tamôio* para se defenderem.

Da prisão, defendeu a Constituinte, combateu o seu fechamento mas, a 24 de novembro, foi obrigado a suspender definitivamente a circulação de seu jornal, com o melancólico aviso: "os srs. subscritores queiram ter a bondade de mandar à Cadeia receber o que lhes resta." Anistiara-o o imperador, com a condição de deixar o país. Em março de 1824, embarcou para a Europa mas, na passagem pelo Recife, decidiu descer a aderir à causa dos que fariam a Confederação do Equador. A 25 de junho, lançou, ali, o *Desengano dos Brasileiros*, de que tirou seis números, o último a 6 de agôsto, defendendo o regime republicano. Com o levante, pegou em armas, combatendo nas ruas e, depois, acompanhando os rebelados na retirada para o interior. Na emboscada do Couro d'Anta, a 29 de novembro, foi morto. Seu corpo foi sepultado no álveo do rio Capibaribe. Frei Caneca fêz o elogio de suas ações: "A Confederação do Equador não teve de certo partidário mais leal do que João Soares Lisboa. Bateu-se pela independência; morreu pela liberdade." Foi a maior figura da imprensa brasileira de seu tempo.

Na segunda metade de 1822 apareceram uns poucos jornais. O ambiente começava a tornar-se difícil. A 4 de julho, no Recife, surgia *O Conciliador Nacional*, dirigido por uma das figumas mais lúcidas da época, o beneditino Miguel do Sacramento Lopes Gama, lente de Retórica do Seminário de Olinda, aparecendo quinzenal ou mensalmente. Interrompeu a circulação em outubro, quando Lopes Gama foi chamado a dirigir a fôlha da Junta Governativa. Voltou dois anos depois, em outubro de 1824, para encerrar suas atividades em abril de 1825. Na primeira fase, colocou-se, decididamente, na esquerda liberal, como exemplifica Rizzini com alguns pronunciamentos de Lopes Gama: "Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos aos caprichos de um só"; "as Côrtes são superiores

ao Imperador"; "os povos têm o direito de dissolver a forma de govêrno"; "Os reis não são pais dos povos, antes os povos são pais dos reis"; "os povos não são herança de ninguém"; "os reis não são emanações da divindade, sim autoridades constitucioanis"; "o povo do Brasil deu por generosidade o trono ao Imperador"; "a nobreza hereditária é prejudicial ao Brasil". Não é de surpreender que, com essa posição, tivesse de suspender a circulação no mesmo mês em que, na Côrte, a suspendiam os órgãos dirigidos por Ledo e Soares Lisboa. Na fase iniciada em 1824, entretanto, Lopes Gama combateu a Confederação do Equador. Estava apenas iniciando a atividade, que culminaria ao fim da primeira metade do século.

Apareceu também no Recife, durante dois meses, entre 25 de julho e 1.º de outubro de 1822 — mês fatídico para a imprensa o de outubro do ano da independência — o quinzenário *O Maribondo*, redigido pelo padre José Marinho Falcão Padilha, sob o pseudônimo de Manuel Paulo Quintela, mestre régio de Retórica. Apresentava, no alto, espavorido corcunda, o português que a alcunha e a imagem identificavam, acossado por enxame de maribondos, símbolos dos brasileiros. Só isso seria suficiente para lhe definir o nativismo. Os textos eram correspondentes. Por isso mesmo, ao cair a junta presidida por Gervásio Pires Ferreira, o redator escreveu: "Em uma província onde as armas têm o império da lei e onde se procura sustentar partidos à custa do sangue de seus conterrâneos, não é possível que se possa escrever com liberdade; e por isso participamos ao público ser o derradeiro n.º do nosso periódico êste que se acha na tipografia desde algum tempo antes dos últimos sucessos desta malfadada província."

Na Côrte, a 29 de julho, começaria a circular, sintomàticamente, o semanário *Regulador Brasílico-Luso*, redigido por frei Francisco de Sampaio e por Antônio José da Silva Loureiro, que apareceu até 12 de março de 1823, defendendo a união entre Brasil e Portugal e o govêrno andradista. Passou a denominar-se, depois do Sete de Setembro, *Regulador Brasileiro*, mas só o foi no título. "Foi a nossa primeira fôlha oficiosa, no sentido de servir o govêrno à custa dos cofres públicos", informa Rizzini. José Bonifácio mandou que lhe dessem o papel, confessou que solicitara às províncias assinaturas para êle e financiou mesmo a sua circulação. Saía com 10 a 20 páginas in 4.º e custava 7$200 a assinatura anual. Não publicava notícias, resumindo-se na doutrinação elaborada por frei Sampaio, traduzida ou trânscrita. Quando desapa-

receu êsse exemplo de imprensa áulica, passou o frade a dirigir o *Diário do Govêrno*, nome com que circulou, depois da Independência, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era autêntica vocação para o aulicismo.

Quando começou a circular, a 14 de setembro de 1822, a *Gazeta Pernambucana* não se sabia, no Recife, da proclamação da Independência. Mas o jornal não pretendia mesmo participar das lutas políticas. A intenção de Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, sócio da única tipografia existente na cidade, era apenas informar. Mas, a partir do quarto número, de 9 de novembro, mudou de rumo: pela mão do padre Venâncio Henriques de Rezende, mergulhou nas controvérsias gerais e locais, particularmente quando, convocado o padre para a Constituinte, substituiu-o Cipriano Barata que já era o combativo e conhecido redator da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*. Prêso Barata, restou a Manuel Cavalcanti a obrigação de redator, colocando o jornal a serviço da causa do govêrno, depois da dissolução da Constituinte, o que levou os revolucionários da Confederação do Equador a confiscar-lhe a oficina, sob pretexto de dívidas. A 12 de abril de 1824, o jornal suspendia a circulação.

O padre Venâncio Henriques de Rezende não voltou a ligar-se à fôlha que redigira: revolucionário de 1817, fôra acusado de republicano, o que lhe dificultou a posse na Constituinte. Reconhecido o seu mandato, finalmente, manteve posição liberal: padre, votou a liberdade de cultos. Dissolvida a Assembléia, retornou ao Recife, participou da Confederação do Equador, fugiu para o estrangeiro e, regressando em 1829, representou quatro vêzes a província de Pernambuco na Assembléia Geral. Acabou conservador, depois do golpe da Maioridade; os pernambucanos deram-lhe o castigo merecido: deixaram de escolhê-lo para qualquer mandato popular, permitindo que vegetasse até o fim da vida, velho e pobre. Depois de dirigida por homens como o padre Venâncio e Cipriano Barata, a *Gazeta Pernambucana* afundou-se no aulicismo e degringolou até o seu desaparecimento.

De forma sumária, com êsses periódicos se constituiu a imprensa brasileira, na tormentosa fase do processo da independência que antecedeu e sucedeu imediatamente a sua proclamação: o jornalismo de 1821 e 1822. No ano seguinte, o primeiro da existência brasileira autônoma, o processo continuaria a desenvolver-se, assinalando o predomínio da direita: os que colocavam o problema

da liberdade seriam afastados ou liquidados. Essa tendência surgiu logo após o Sete de Setembro, com o golpe de cúpula de outubro, capitaneado por José Bonifácio e que encerrou a circulação de periódicos que defendiam a posição liberal.

Nos autos da devassa então aberta, há depoimentos interessantes: o do padre José Cupertino de Jesus, por exemplo. Ouvira êle, em jantar na casa de Januário da Cunha Barbosa, a que estava presente Gonçalves Ledo, "que não convinha por enquanto outro govêrno senão o monárquico-constitucional, e que só depois de aclarado o povo poderia admitir-se o govêrno federativo, à imitação do da América Setentrional, atenta a nímia distância entre umas e outras províncias".[37] Era o momento em que a esquerda liberal, pela pena de Cipriano Barata, colocava o problema nestes têrmos: "Como é possível que cidadãos honrados e livres possam conter sua indignação ao saber que o nosso imperador, depois de haver convocado uma Câmara Legislativa, ainda continua a fazer uso das frases — *Minha munificência imperial, os meios de remunerar serviços que me são prestados?* (...) Quem quer que presta serviços, presta-os à nação e nunca ao imperador, que é apenas uma parte da nação. (...) Nosso imperador é um imperador constitucional e não o nosso dono. Êle é um cidadão que é imperador por favor nosso e chefe do poder executivo, mas nem por isso autorizado a arrogar-se e usurpar podêres que pertencem à nação. (...) Os habitantes do Brasil desejam ser bem governados, mas não submeter-se ao domínio arbitrário."[38]

A Constituite instalou-se a 3 de maio de 1823 e seus membros demonstraram logo que encaravam com extrema seriedade a missão que lhes incumbia, dentro da diversidade de tendências imediatamente surgida: as primeiras discussões foram a respeito dos limites de seu poder e da colocação do trono imperial no recinto das sessões. O conflito fôra trazido no próprio discurso de abertura, quando o imperador repetira a ressalva levantada na coroação: "juro defender a Constituição que está para ser feita, se fôr digna do Brasil e de mim". Ora, a Constituinte não poderia deixar de tomar conhecimento das violências que se vinham cometendo desde outubro de 1822, prisões, deportações, espionagem policial, restrições à liberdade de imprensa. Nas discussões, a crítica ao govêrno.

[37] Melo Morais: *Brasil Histórico*, 2 vols., Rio, 1867, pág. 75, II.
[38] J. Armitage: *História do Brasil*, S. Paulo, 1914, pág. 238.

e ao próprio imperador, seria inevitável. O ambiente de insegurança era tal que alguns deputados não tinham podido empossar-se. Ledo deixara-se ficar em Buenos Aires; Cipriano Barata, no Recife, o que não o salvou da prisão. Não havia terminado ainda a primeira semana de sessões e, a 9 de maio, aparecia projeto de "plena e completa anistia" a todos aquêles que, direta ou indiretamente, estivessem "presos, ausentes ou expatriados".

José Martiniano de Alencar, defendendo o projeto, descreveria a situação em côres sombrias: "Desde 30 de outubro do ano passado, a marcha dos negócios públicos não é serena nem regular. O govêrno tem tomado medidas violentas e anticonstitucionais; tem-se prendido homens sem culpa formada; tem-se deportado outros, abrindo-se uma devassa não só na Côrte como pelas províncias, que nada menos é que uma inquisição política; a liberdade de imprensa está quase acabada, se não de direito, ao menos de fato. O Rio de Janeiro, de onde saíram tantos papéis liberais até aquela data, está hoje reduzido ao *Diário das Vendas*, ao do *Govêrno* e ao *Espelho*. Os escritores de maior nomeada estão deportados ou presos; os espíritos, aterrados; muita gente, timorata e vacilante; teme-se, desconfia-se do despotismo; e o desgôsto é geral, finalmente; até mesmo os estrangeiros que estão entre nós parecem reconhecer e sentir esta verdade: num dêstes dias, dois inglêses, aliás homens de bem, amigos do Brasil e muito da liberdade de todos os povos, me disseram em minha casa, em confiança de amizade: Senhor, na sua pátria não há agora liberdade; a imprensa não está livre; existe uma inquisição política; os ânimos estão desconfiados, — é necessário que a Assembléia dê a isto algum remédio".[39] Mas o projeto de anistia foi rejeitado por 35 votos contra 17.

A 6 de junho, Luís Augusto May, redator de *A Malagueta*, que estava na fase dos números extraordinários — a fase regular ficara encerrada — sofreu o brutal atentado que o colheu em sua própria residência, preludiado na afrontosa reprimenda publicada no *Espelho* em janeiro. No dia 16 de julho, caía o ministério presidido por José Bonifácio. Os Andradas e seus amigos, que haviam arrazado a imprensa liberal, colocavam-se agora em oposição. Para isso, além da tribuna parlamentar, disporiam de um jornal, *O Tamôio*, cujo primeiro número apareceu a 12 de agôsto. Era pequeno jornal do tipo doutrinário, de 4 páginas, a maior parte do

[39] *Anais da Constituinte*: pág. 73, I.

espaço ocupado por um só artigo, de comentário dos acontecimentos mais recentes, mas tão sòmente os políticos. Impresso na oficina de Silva Pôrto & Cia., aparecia uma vez por semana, às têrças-feiras, em seguida duas vêzes, às têrças e sextas, depois três vêzes, às têrças, quintas e sábados, prova de que grangeara leitores e assinantes.

Fazia oposição ao govêrno, ressalvando, entretanto, a pessoa do imperador. Era um tipo de oposição que encontrava a mais ampla receptividade, pelas condições do tempo, pois assentava no puro jacobinismo, atacando os portuguêses em linguagem desabrida. Dois grandes amigos de José Bonifácio eram os diretores e redatores: Vasconcelos Drumond e França Miranda. Ainda que nêle não fôsse direta a responsabilidade de José Bonifácio, dêle era a inspiração do jornal e, possìvelmente, parte de sua matéria. De qualquer forma, a orientação refletia o pensamento político andradista e resultava do impasse a que fôra levada a conduta pública de José Bonifácio, em conseqüência de suas contradições.

A tecla principal de sua argumentação era a jacobina: "Desde o título, para o qual se escolherá o nome de uma nação indígena — dirá Caio Prado Júnior — que se mostrara particularmente hostil aos colonizadores lusos. Mas será um ataque indiscriminado e incoerente, cheio dos mais absurdos exagêros. José Bonifácio, refletido por seus amigos no *Tamôio* tomara-se de um ódio que se pode dizer pessoal aos portuguêses. Tocará, com isso, uma fibra muito sensível da opinião popular. Mas nada mais: não era possível construir sôbre tal base puramente emotiva uma política eficiente e construtiva. À oposição revolucionária dos democratas contra os privilégios econômicos e sociais de que os portuguêses eram os principais titulares (mas não os únicos), o *Tamôio* substituirá uma oposição estéril aos *indivíduos* nascidos no Reino. Conseguirá com isto mobilizar a opinião brasileira — no que será aliás ajudado por outro periódico de igual feição mas muito mais violento, *A Sentinela da Praia Grande*, cujas relações com os Andradas ainda não estão suficientemente apuradas. Mas será uma mobilização puramente demagógica que acabará por se desmoralizar."[40]

Êsse foi, realmente, o papel do *Tamôio*, nos seus três meses de campanha apaixonada, secundado, em linguagem ainda mais vio-

[40] Caio Prado Júnior: "Introdução" à edição facsimilar de *O Tamoio*, Rio, 1944, pág. XVI.

lenta, pelo jornal do sardo Giuseppe Stephano Grandona, *A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, que circulou na Côrte entre agôsto e novembro de 1823, isto é, no mesmo período em que circulou *O Tamôio* e, ao que se dizia, mas do que não ficou prova documentária, ser órgão também da inspiração de José Bonifácio e exemplo a mais de fôlha por êle animada, mas agora fora do poder.

É preciso inserir no quadro brasileiro, na fase que decorre entre a liquidação da imprensa liberal pelo govêrno de José Bonifácio, em outubro de 1822, e o fechamento da Constituinte, em novembro de 1823, os acontecimentos portuguêses, iniciados em maio dêste último ano, mas cujas notícias chegaram ao Rio de Janeiro em agôsto, mês justamente em que começam a circular, a 5, a *Sentinela*, do Grandona, a 12, *O Tamôio*, de Vasconcelos Drumond e França Miranda. Que acontecimentos eram êsses? Os relacionados com o golpe absolutista que investira novamente D. João VI na plenitude dos podêres do Estado, motivando a ofensiva lusa para retôrno à união dos dois países. A Independência estava, assim, duramente ameaçada, tanto mais que a esquerda liberal fôra destruída na Côrte e era severamente reprimida nas províncias. Nesse quadro, pois, devia repercutir pèssimamente a incorporação às fôrças militares brasileiras dos oficiais e soldados lusos que haviam optado pela permanência no Brasil e que, nas lutas do tempo, somavam esforços com os negociantes lusos das principais praças do país, reforçando consideràvelmente as suas posições e permitindo-lhes atitudes acintosas. Ora, nesse quadro, quando se rearticulavam manobras para reaproximar o imperador do rei português, visando o retôrno à união entre os dois países, a campanha da *Sentinela* e do *Tamôio* tinha significação positiva. Ainda aqui, entretanto, a ressalva de Caio Prado Júnior tem todo cabimento: "É de lamentar que o ódio de José Bonifácio à democracia e ao liberalismo — que ainda no *Tamôio* aparece a cada passo — o tivesse impedido de ser inteiramente conseqüente em sua atitude, ligando-se com aquêles que lutavam mais coerentemente contra os privilégios portuguêses e portanto a soberania da ex-metrópole; e que estavam com isto efetivamente empenhados em liquidar a herança colonial e cimentar a obra da independência nacional do Brasil sôbre uma larga e sólida base democrática."[41]

[41] Caio Prado Júnior: op. cit., pág. XVI.

A 1.º de setembro, na Constituinte, a comissão especial, depois de quase quatro meses de espera, tinha pronto o projeto de Constituição, refletindo o direito burguês da época e assegurando as liberdades individuais. Ia começar a discussão em plenário a 15 de setembro. Na imprensa — resumida, a que não seguia, na Côrte, as ordens do govêrno, ao *Tamôio* e à *Sentinela* — cresciam os protestos contra a admissão de oficiais portuguêses nos corpos do exército brasileiro, a nomeação de portuguêses para as funções de confiança e as manobras de reaproximação com a antiga metrópole. Na *Sentinela,* destacavam-se, pela sua violência, os artigos do agitador Francisco Antônio Soares, que os assinava com o pseudônimo de *Brasileiro Resoluto*. Num dêsses artigos, mencionava dois oficiais lusos, o major José Joaquim Januário Lapa e o capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire que, ofendidos, decidiram punir por suas próprias mãos o autor do artigo. Mal informados, procuraram, numa botica do largo da Carioca, quem pensavam fôse o culpado e aplicaram uma surra de bengala no farmacêutico David Pamplona Côrte Real que, assim, pagou pelo que não fêz. Deu-se a ocorrência na noite de 5 de novembro.

Pamplona queixou-se à "soberana Assembléia", onde se levantaram protestos contra o atentado, decidindo a comissão especial, entretanto, que "o agredido devia recorrer aos meios ordinários e prescritos nas leis". O assunto foi discutido em plenário, na sessão de 10 de novembro, provocou inusitado comparecimento popular. Silva Lisboa, áulico incorrigível, protestou contra a invasão do recinto dos deputados, recebendo a resposta veemente de Antônio Carlos que se declarava espantado de que houvesse "tanto mêdo do povo e tão pouco da tropa".[42] Martin Francisco, no mesmo dia-

[42] O discurso de Antônio Carlos na sessão de 10 de novembro de 1823, reproduzido pelo *Tamoio,* no dia seguinte, ao circular o seu último número, foi um dos grandes momentos da eloqüência parlamentar brasileira de todos os tempos: "Sr. Presidente. Assás desagradável me é ter de dizer hoje coisas que não sejam muito em decôro da Assembléia. Na última sessão, casos se passaram que me obrigaram a perguntar a mim mesmo: *ubinam gentium sumus?* É no Brasil, é no seio da Assembléia Geral Constituinte do Brasil que eu ergo a minha voz? Como, Sr. Presidente, lê-se um ultraje feito ao nome *Brasileiro* na pessoa do cidadão David Pamplona, e nenhum sinal de marcada desaprovação aparece no seio do ajuntamento dos Representantes Nacionais? Diz até um Representante Nacional que êle mesmo se não acha seguro, e nenhuma mostra de indignação dão

pasão, exclamaria: "Grande Deus! já é crime amar o Brasil, ser nêle nascido e pugnar pela sua independência e as suas leis!"

O ambiente na Côrte era de tensão: a 9, os ministros da Guerra e da Justiça, portuguêses de nascimento, haviam pedido demissão. seguidos, a 10, por Carneiro de Campos e Nogueira da Gama. Ao reunir-se, a 11, a Assembléia sabia que se preparava contra ela um golpe. Ia em meio a sessão, realmente, quando chegou ofício do ministro do Império, Francisco Vilela Barbosa, já formado o nôvo

os Ilustres Deputados? Morno silêncio da morte, filho da coação, peia as línguas, ou o sorriso, ainda mais criminoso, da indiferença salpica os semblantes. Justo Céu, e somos nós Representantes? De quem? Da Nação *Brasileira* não pode ser: quando se perde a dignidade, desaparece também a nacionalidade. Não, não somos nada, se estúpidos vemos, sem remediar, os ultrajes que fazem ao nobre povo do *Brasil* estrangeiros que adotamos nacionais, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões. Como disse pois a Comissão que o caso devia remeter-se ao Poder Judiciário, e que não era da nossa competência? Foi êle simples violação de um direito individual, ou antes um ataque feito a tôda a Nação? Foi o cidadão ultrajado e espancado por ter ofendido aos indivíduos agressores, ou foi por ser *Brasileiro*, e ter afêrro e afinco à Independência do seu País, e não amar o bando de inimigos que, por descuido nosso, se tem apoderado das nossas fôrças? Os cabelos se me eriçam, o sangue ferve-me em borbotões à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito: *vingança!* Se não podemos salvar a honra *Brasileira*, se é a incapacidade, e não traição do Govêrno, quem acoroçoa os celerados assassinos, digamos ao iludido Povo que em nós se fia: *Brasileiros, nós não vos podemos assegurar a honra e vida; tomai vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos ofendidos.* Mas será isto próprio de homens que estão em nossa situação? Não, por certo; ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder a confiança que em mim pôs o brioso Povo *Brasileiro*. Poderei ser assassinado: não é nôvo que os defensores do Povo sejam vítimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará vingança, e eu passarei à posteridade, como o vingador da dignidade do *Brasil*. E que mais pode desejar ainda o mais ambicioso dos homens? Ainda é tempo, Sr. Presidente, de prevenirmos o mal, enquanto o vulcão não arrebenta; desaprove-se o parecer da Comissão, reconheça-se a natureza pública e agravante do ataque feito ao Povo do *Brasil*, punam-se os temerários que ousaram ultrajá-lo, abusando da sua bondade, não poluam mais com a sua impura presença o sagrado solo da liberdade, da honra e do brio; renegue-os o Império, e os expulse de seu seio. Sr. Presidente, os assassínios repetem-se; ainda anteontem foi atacado por ímpios rufiões um *Brasileiro* de *Pernambuco*, Francisco Antônio Soares: se a espada se não desembainha, se tôda a fôrça nacional não esmaga os cerelados que querem fazer-nos guerra por traições noturnas, somos a zombaria do mundo, e cumpre-nos abandonar os lugares que enxovalhamos com a nossa

ministério. Narrava que os oficiais da guarnição haviam representado ao imperador contra os insultos que vinham recebendo da imprensa, que acusavam de incendiária; o imperador fôra de parecer que os militares não se deveriam imiscuir nos negócios políticos, mas esperava da Assembléia providências relativas à tranqüilidade pública. A Assembléia respondeu com moderação: pedia acusação concreta, com menção dos oficiais e dos jornais. A informação voltou pela madrugada: a representação fôra dos oficiais de todos os corpos da guarnição, os jornais eram o *Tamôio* e a *Sentinela*, com os Andradas como responsáveis pela redação daquele e influência neste.

Defenderam-se os Andradas e a Assembléia convidou o ministro do Império a comparecer, para explicações. Eram cinco horas da madrugada: Vilela Barbosa, coronel do exército, compareceu atrasado e armado, começando a falar sentado. Advertido

gestão. Eu mando a Mesa a minha emenda. Diga-se ao Govêrno que, ainda que o caso do insulto feito ao cidadão David Pamplona pareça violação de um direito individual, como por sua natureza e circunstâncias seja uma injúria pública ao *Brasil* faça inquirir dêles; e verificados os autores, a Assembléia o autoriza para os expulsarem do território do Império, que poluem." Na mesma sessão, Martim Francisco fêz breve discurso: "Dar-se-á o caso que, submergidos na escuridão das trevas, tememos encarar a luz? Que, amamentados com o leite impuro do despotismo, amamos ainda seus ferros e suas cadeias? Ou que, vergados sob o pêso de novas opressões, emudecemos de susto, e não sabemos deitar mão da trombeta da verdade, e com ela bradar aos Povos: sois traídos? Todavia, não antecipemos juízos, não tiremos ainda conseqüências, consideremos o fato por tôdas as suas faces, com tôdas as circunstâncias e acessórios que o acompanharam e agravaram, e então poderemos classificar a natureza do crime ou crimes cometidos. Disse-se que semelhante atentado estava no caso dos crimes ordinários, era filho dos abusos da Imprensa: examinêmo-lo. Na noite do dia tal, são 7 para as 8 horas, foi atacado, em sua botica, no largo, ao pé da guarda da Carioca, o boticário David Pamplona, pelos *Sargento Mor Lapa* e *Capitão Moreira*, e horrìvelmente espancado; e por quê? Por ser Brasileiro resoluto; por quem? Por perjuros que, menoscabando a religião do juramento, que cobertos com o manto postiço e emprestado de brasileirismo, pagam o benefício de os havermos incorporado à nossa Nação, com repetidas traições, e persuadidos talvez de impunidade, cevam seus ódios contra nós, derramando o nosso sangue, e solapando indiretamente as bases da nossa Independência: infames, assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, e o honorífico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevamos! (. . .) Ainda vivem, ainda suportamos em nosso meio semelhantes feras!"

pelo presidente, levantou-se e declarou que havia necessidade de "pelo menos uma lei que coibisse o abuso da liberdade da imprensa". Disse e retirou-se. Pela manhã, chegou um oficial, com o decreto dissolvendo a Constituinte por ter falhado ao compromisso de defender a integridade do império, sua independência e a dinastia de D. Pedro.[43] Terminara a longa "noite da agonia". Reinava o absolutismo. O *Tamôio* e a *Sentinela* deixaram de circular. Restava agora a imprensa áulica e única. A outra, a que fôra liquidada em outubro do ano da Independência, cumprira exemplarmente a sua missão; a que restara, a andradina, liquidada em novembro de 1823, tivera também o seu papel. A direita em ascenção, empolgando o poder, não apenas destruíra a liberdade, mas devorava agora aquêles que a haviam servido, de permeio com aquêles que a haviam combatido. A vítima maior era o Brasil.

Assim todo o trabalho dos que colocavam o problema da liberdade entrava em derrocada: o poder popular, que tanto se haviam esforçado por gerar, defendendo a idéia da convocação de uma Constituinte e do recrutamento de seus membros por via direta, na consulta mais ampla que as condições do tempo permitiam, fôra podada, de início, com a eleição indireta e, depois, com a redução do podêres da Assembléia, agora dissolvida. Os avanços progressivos eram respondidos com o súbito e total recuo: a classe dominante apoderava-se do comando, exercendo-o em sua plenitude. Para isso, teria de, tomando medidas violentas, suprimir tôdas as manifestações de liberdade, inclusive e principalmente a de imprensa.

Era o primeiro retrocesso no longo e torturoso processo da independência; não seria o único. Como o avanço anterior não

[43] O ofício dizia: "Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, por decreto de 3 de junho do ano próximo passado; a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes: e havendo esta Assembléia perjurado ao tão solene juramento que prestou à nação de defender a integridade do Império, sua independência e a minha dinastia: Hei por bem, como imperador e defensor perpétuo do Brasil, dissolver a mesma Assembléia, e convocar já uma outra na forma das instruções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sôbre o projeto de Constituição que eu lhe hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que o que a extinta Assembléia acabou de fazer. Os meus ministros e secretários de Estado de tôdas as diferentes repartições o tenham assim entendido e façam executar a bem da salvação do Império."

havia sido o único. Entre o fechamento da Constituinte e o movimento de Sete de Abril, decorre nova etapa, em que, gradativamente, as liberdades vão sendo reconquistadas, até o episódio da abdicação, quando se abre a etapa libertária por excelência, a do período regencial em que, com um regente eleito e com um legislativo renovado, o problema da liberdade é recolocado e parece preponderar. É, por isso mesmo, período rico, quanto à imprensa, quando aparecem, e proliferam, os periódicos, até aqui mal situados, os jornais de circunstância, de combate, de linguagem virulenta, em que a historiografia oficial tem visto apenas os aspectos negativos, sem sentir nêles o fecundo exemplo de sentido libertário e de avanço no esclarecimento da opinião.

O PASQUIM

A luta pela liberdade

Pouco antes de retirar-se do Brasil, o govêrno joanino, a 2 de março de 1821, determinava numa das derradeiras leis firmadas aqui por D. João: "Todo impressor será obrigado a remeter ao diretor dos Estudos, ou a quem suas vêzes fizer, dois exemplares das provas que se tirarem de cada fôlha na imprensa sem suspensão dos ulteriores trabalhos, a fim de que o diretor dos Estudos, distribuindo um dêles a algum dos censores régios e ouvido o seu parecer, deixe prosseguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura, ou a faça suspender, no caso ùnicamente de se achar que contém alguma coisa contra a religião, a moral e bons constumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a pública tranqüilidade, ficando êle responsável às partes por tôdas as perdas e danos que de tal suspensão e demoras provierem, decidindo-se por árbitros tanto a causa principal

da injusta censura, como a secundária de perdas e danos".[44] É preciso notar que tal decisão é posterior à das Côrtes lisboetas, cujas Bases Constitucionais haviam determinado a liberdade de imprensa. Tal era o temor das autoridades coloniais, isto é, mandatárias da metrópole absolutista, a essa liberdade, que a Junta Governativa Provisional, no Pará, criaria, a 3 de janeiro de 1822, a Junta Censora, à qual seriam submetidos, prèviamente e em três vias, os escritos, isto é, agravava ainda as disposições da autoridade central e constituía a censura quando e onde não havia ainda imprensa.

A luta pela autonomia fêz letra morta, por algum tempo, dos dispositivos legais, até que o golpe ministerial de outubro, menos de dois meses depois do Ipiranga, arrasou a imprensa de oposição. Formalmente, a censura só foi interrompida cinco anos depois, abolida pelo decreto de 28 de agôsto de 1827; para encontrar jornais livres era preciso viver nas áreas rebeladas, como em Pernambuco de 1824. O ato de 1827 denunciava, por si só, o nôvo impulso da esquerda no processo da independência, impulso que levaria ao Sete de Abril e à Regência. As Falas do Trono, em 1829 e em 1830, reclamariam da Assembléia Legislativa medidas especiais contra a imprensa. Era, agora, impossível contê-la, entretanto. Victor Viana caracterizou bem o periodismo dessa fase conturbada: "A imprensa era então panfletária e atrevida. Nos períodos de tolerância ou de liberdade, atingiu a grandes violências de linguagem e as polêmicas, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegavam a excessos, a ataques pessoais, a insinuações maldosas."

Não é o exame da legislação a respeito da imprensa, assim, que nos permite acompanhar o seu desenvolvimento, mesmo sob o aspecto da liberdade de expressão, mas o exame da realidade: a legislação, objetivo constante das preocupações conservadoras, foi posta de lado, desobedecida, algumas vêzes, outras serviu a desmandos que não previa, tudo conforme o desenvolvimento dos acontecimentos políticos, conforme a correlação das fôrças em disputa. Êsse ambiente agitado, e de cujo desenvolvimento, em regra, só a agitação nos tem sido transmitida pela historiografia oficial, esquecida de seus motivos, deu lugar a um tipo de imprensa, o pasquim, de características específicas. As razões do apareci-

[44] *Coleção das Leis do Brasil, Decretos, Cartas e Alvarás.* 1821, Rio, 1889, pág. 25.

mento e do desenvolvimento dêsse tipo de imprensa residiram na realidade, entretanto. Não surgiram de desejos, de deficiências dos jornalistas do tempo: brotaram da vida. Sem a análise dêsse quadro, por isso mesmo, seria impossível entendê-las e situar com precisão as características que acabaram por definir a imprensa do tempo.

A historiografia oficial tem se preocupado em transmitir a impressão de que a Regência foi o caos. Se analisarmos a sua gestação, entretanto, desde a Independência ao Sete de Abril, e o seu desenvolvimento, do Sete de Abril ao golpe da Maioridade, verificaremos que, nesse caos aparente, há uma ordem, há fôrças que se defrontam e lutam, surgindo com clareza, por bons e sólidos motivos. A imagem do caos resulta da recusa em situar êsses motivos, do horror que êles inspiram. O período inteiro, da Independência à Maioridade, compreende duas fases: a que se encerra com o Sete de Abril e a que se encerra com a Maioridade: na primeira, caracteriza-se um período conservador inicial, quando periga a própria Independência, e um período liberal, que leva à abdicação do primeiro imperador; na segundo ao inverso, ocorre um período liberal inicial, a que se segue um período conservador. corroados pelo golpe da Maioridade. Justapostos, como na realidade o foram, os dois períodos liberais, representam a continuidade do avanço liberal, quando as fôrças progressistas do processo da independência conseguem deter e fazer refluir as fôrças conservadoras: o ápice é o Sete de Abril e o estabelecimento de um tipo de govêrno quase republicano, com a supremacia do Legislativo e o regente eleito. Segue-se a retomada de avanço das fôrças conservadoras, que derrotam as liberais e alcançam a vitória da Maioridade, imediatamente explorada, abrindo a longa fase do Segundo Império, em que a historiografia oficial vê sempre a ordem, a democracia, o desenvolvimento, quando, na verdade, foi a mais apagada, a mais estreita, a mais atrasada de nossa história desde a autonomia. A grande época, ao contrário, é aquela, de ascenção liberal, quando os valores nacionais se afirmam, — justamente aquela que a historiografia oficial se esmera em caracterizar como o caos, a desordem. Época fecunda, teve uma imprensa peculiar, cujos traços de grandeza e de autenticidade são normalmente apresentados como impuros.

O que predomina, na primeira fase, a que transcorre entre o Sete de Setembro e o Sete de Abril, é o perigo que a Independência corre. Contra êsse perigo é que se levantam os brasileiros que

compõem a corrente que conjuga a independência com a liberdade, a corrente liberal, que pretende aprofundar o processo, que não teme levá-lo às últimas conseqüências. Daí o surto nativista, o ódio ao português, a crítica implacável, a oposição vigilante e virulenta. Ora, o que as fôrças conservadoras mais temiam era, justamente, o aprofundamento do processo da independência, a conjugação entre esta e a liberdade, as alterações estruturais, a perda de seu domínio tradicional, as inovações, as reformas, qualquer coisa que trouxesse risco ao domínio da classe que empresara a autonomia e a desejava dentro dos moldes convenientes aos seus interêsses, e que encontrava, para tudo isso, como encontrara para a autonomia, o apoio ostensivo da burguesia européia, e particularmente a britânica, também interessada em que não houvesse perturbação no mercado de importância destacada que era o Brasil, ponte, além de tudo, para outros amplos mercados do continente, como o platino. A luta se desencadeia, como se viu, logo após o Ipiranga e prossegue, no ano seguinte, com a dissolução da Constituinte. Qual o motivo fundamental dessa decisão antidemocrática? O motivo estava na autonomia do Legislativo, que pretendia limitar os podêres do Executivo, e justamente numa fase em que a sua ambiguidade, em relação a Portugual, era manifestada, seguindo-se as negociações de reconhecimento, culminando com a fórmula encontrada, em que Portugal nos "concedia" a independência.

A luta entre as fôrças que encontravam condições para emergir e desenvolver atividades políticas generalizou-se a todo o país, assumindo formas particulares em cada caso. O geral, do quadro, estava na autonomia e no grau de profundidade a que seria levada, uma vez que se tratava, agora, de constituir o aparelho de Estado: era problema de poder. Ficava claro, com a dissolução da Constituinte, que se negava aos brasileiros o direito de elaborar as leis a que obedeceriam. Iniciava-se o aprofundamento da separação entre o imperador e largas camadas de opinião que o haviam aceito como governante. O golpe contra a Constituinte repercutiu em tôdas as províncias, provocando repúdio e revolta. Cada uma delas funcionava como país autônomo, desde a revolução do Pôrto: haviam constituído, então, suas Juntas Governativas, tão instáveis quanto o govêrno central, ou ainda mais. O estudo da luta pelo predomínio nessas Juntas espelha a situação particular de cada província. Em algumas, as Juntas representavam muito mais a metrópole do que o Brasil, e resistiam ao govêrno do Rio de Janeiro,

considerado subversivo: no caso da Bahia, por exemplo, só com a derrota militar das fôrças do general Madeira se conseguiu estabelecer uma Junta de predominância nacional; no caso do Pará, em circunstâncias diversas, repetiu-se a tenaz resistência aos elementos nacionais que, mesmo depois da autonomia, foram cruelmente perseguidos. Assim, éramos muito menos independentes do que parecia, mesmo depois de 1822. E tudo isso se refletiria, naturalmente, na imprensa, na Côrte e nas províncias. Nesse particular, destaca-se o esfôrço das províncias por ter imprensa e, conseqüentemente, o esfôrço por tê-la em condições de liberdade de expressão, da parte dos liberais, ou cerceada, da parte dos conservadores.

A província de Minas Gerais só conheceu a imprensa em 1823, quando, a 13 de outubro, apareceu, em Ouro Prêto, o *Compilador Mineiro*. Em 1824, na velha capital, apareceu a *Abelha do Itacolomi*, logo a 12 de janeiro, que circulou até 11 de julho de 1825, ano em que surgiram *O Universal*, a 18 de julho, *O Companheiro do Conselho*, *O Patriota Mineiro*, e, finalmente, *O Diário do Conselho do Govêrno da Província de Minas Gerais*. Em 1827, começaram a circular os primeiros jornais do interior mineiro, em São João d'El Rei, o *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, seguidos pelo *Eco do Serro*, de Diamantina, aparecido em 1828. Nesse mesmo ano, em Ouro Prêto, circularia também *O Precursor das Eleições*, cheio de conselhos sôbre a escolha dos representantes mineiros à Assembléia Geral. *O Universal* durou até 1824. Nativista foi *O Patriota Mineiro*, mas o grande jornal liberal da província seria a *Sentinela do Serro*, fundada por Teófilo Otoni, em 1830, na Vila do Príncipe, depois cidade do Serro Frio, ao deixar, perseguido por sua idéias, a Academia de Marinha, e que parece ter resistido até 1833.

As dificuldades para a imprensa foram também grandes em S. Paulo. De tal sorte, em contraste com a necessidade em estabelecê-la, que o primeiro periódico paulista foi manuscrito: Antônio Mariano de Azevedo Marques, o *Mestrinho*, apresentava assim o problema, em junho ou julho de 1823: "Como, desgraçadamente, não tem sido possível a província de São Paulo obter um prelo para se comunicarem e disseminarem as idéias úteis e as luzes tão necessárias a um país livre, para dirigir a opinião pública, cortando pela raiz os boatos que os malévolos não cessam de espalhar para conseguir seus fins ocultos, é mister lançar mão do único meio que nos resta. Deverá pois ser suprida a falta de tipografia pelo

uso de amanuenses, que serão pagos por uma sociedade patriótica, e aos quais incumbe escrever o número de fôlhas, que devem ser repartidas pelos subscritores no dia determinado para a sua publicação." Era um processo medieval: o dos copistas. *O Paulista* durou uns poucos meses.

Martim Francisco, quando titular da Fazenda, mandou estabelecer em São Paulo uma tipografia; o material nunca foi enviado, porém, a destino. O primeiro presidente da província, Lucas Antônio Monteiro de Barros, futuro visconde de Congonhas do Campo, que a governou de 1824 a 1827, não teve êxito também. O primeiro jornal impresso em São Paulo apareceu sòmente a 7 de fevereiro de 1827. Foi *O Farol Paulistano*, dirigido por José da Costa Carvalho, depois barão, visconde e marquês de Monte Alegre, presidente da província em 1842, depois de ter sido um dos regentes, em 1831. Era jornal liberal que contava com a colaboração de Antônio Mariano de Azevedo Marques, Odorico Mendes e Vergueiro. Costa Carvalho seria responsável ainda pela vinda para S. Paulo de um jornalista que as lutas do tempo celebrizariam e sacrificariam: Libero Badaró. Porque o seu jornal, *O Observador Constitucional*, que começou a circular a 23 de outubro de 1829, foi o segundo a aparecer em São Paulo. Para conceder permissão a Azevedo Marques, que faria um jornal manuscrito, a Junta Governativa fôra cuidadosa: "Para isto não precisa de licença, contanto que não abuse, e deve por isso o redator assinar cada fôlha, visto não ser impressa". Mas, entre 1827, quando apareceu *O Farol Paulistano*, e 1854, ao surgir o *Correio Paulistano*, apareceram, segundo registrou Afonso A. de Freitas, 64 periódicos, todos de vida efêmera. No Rio Grande do Sul, a imprensa inaugurou-se com o *Diário de Pôrto Alegre*, que começou a circular a 1.º de junho de 1827, cinco anos depois da Independência, portanto, como em São Paulo.

O cerceamento à liberdade de imprensa, desencadeado em outubro de 1822, prenunciava a marcha para a direita, com o absolutismo. Na Côrte, o sucesso dessa política era manifesto e levaria à dissolução da Constituinte. Nas províncias, entretanto, e particularmente naquelas em que havia imprensa, a luta foi prolongada. No início de 1823, Cipriano Barata assumira, em Pernambuco, a direção da *Gazeta Pernambucana*, dando "às suas colunas o tom rubro dos seus habituais exagêros patrióticos", conforme anotou Alfredo de Carvalho, sintomàticamente, pois verificar exa-

gêros no patriotismo é posição típica dos que nêle vêem uma deficiência que a autoridade deve sanar com a fôrça. Em abril, começava a sair a sua primeira *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*. Em setembro, já não tinha meias medidas o jornal de Barata, definindo a atitude que as províncias deveriam assumir, "no caso de que os batalhões do Rio de Janeiro, insubordinados, ignorantes, escravos sem amor à Pátria, acometam e dissolvam o Congresso ou, ao menos, o suplantem de modo que êle, aterrado e sem liberdade, não se oponha a nada e tudo vá por água abaixo e a Constituição se reduza a água de bacalhau, e os soldados, como os pretorianos em Roma, aclamem o govêrno absoluto e dêem as leis que o imperador quiser, à sua única vontade, segundo o voto dos Severianos e outros que tais servís desembargadores." Barata, deputado à Constituinte, não pudera tomar posse de sua cadeira, e fôra substituído pelo suplente, José da Silva Lisboa, o áulico mais destacado do tempo. Em outubro, exemplares da *Sentinela da Liberdade* foram rasgados, nas ruas do Recife, por soldados. A 17 de novembro, Cipriano Barata "foi cercado em sua casa, às duas horas da madrugada", sendo efetuada a sua prisão. Já a 4 de dezembro estava convenientemente recolhido à fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

O pensamento de Cipriano Barata pode ser conhecido pela leitura de seu jornal, nas edições diversas que teve, mas também em documentos parlamentares e em folhetos que distribuiu. Um dêstes, de 1823, faz a análise da situação posterior à Independência. Tem longo título: "Análise do Decreto de 1.º de dezembro de 1822, sôbre a criação da nova Ordem do Cruzeiro: com algumas notas. Ilustração ao Brasil e ao nosso Imperador, o sr. D. Pedro I. Oferecida ao público pelo Desengano". Era desengano, evidentemente, com o modo e os rumos da Independência. Que razões alinharia o panfletário? Barata separava o imperador dos ministros, aliviando aquêle e carregando na responsabilidade dêstes, ponto de que partiram quase todos os que, depois, aprofundaram suas posições. Os ministros pretenderiam transformar o imperador num déspota, restabelecendo, dessa forma, a monarquia absoluta; instalavam o terrorismo para isso e conduziam-se como aristocratas, ameaçando a unidade do país. Acentuava que o povo brasileiro estava em luta contra Portugal não apenas por causa de sua condição nacional, mas ainda porque a Constituição oferecida pelos portuguêses não era a que interessava. Se as províncias aceitavam a direção do Rio

de Janeiro, aduzia, era porque esperavam receber nôvo sistema político, fundado no constitucionalismo liberal, uma carta que "destrua Ordens, Privilégios e Isenções, Classes, Morgados, Comendas & C., que não se lembre de suas Câmaras e nem de veto absoluto". Pensamento de clareza irrespondível, como se vê. Mas os ministros pretendiam o contrário: "Querem emendar o sistema nôvo com o velho, isto é, querem fazer êste Govêrno Imperial uma continuação do Govêrno Monárquico passado, fazendo reviver o monstro do despotismo". Afirmava que o imperador era brasileiro e o Império havia sido criado por vontade dos brasileiros; condenava o direito divino dos reis e a sagração; ao contrário dos que acreditavam que o poder do imperador emanava de Deus, esclarecia que tal poder emanava do povo. Idéias libertárias, evidentemente, que o levariam ao cárcere.

Na Côrte, o clima era o do arrasamento da imprensa de oposição, a fase das *Malaguetas Extraordinárias* e da agressão verbal e física a May, culminando com a dissolução da Constituinte. Às vésperas dessa dissolução, a comissão de legislação, composta de Silva Maia, Bernardo José da Gama, Ribeiro de Rezende, Fonseca Vasconcelos e João Antônio Rodrigues de Carvalho, apresentara parecer favorável ao projeto sôbre a liberdade de imprensa, que se transformou no decreto de 22 de novembro de 1823, sanção da lei de 2 de outubro anterior. Ficara letra morta na Côrte, com o desenvolvimento dos acontecimentos. Não nas províncias, porém, ou pelo menos na de Pernambuco, que conhecera a imprensa desde 1817, com os rebelados da época: a 25 de dezembro de 1823, realmente, frei Joaquim do Amor Divino Caneca lançava o primeiro número do *Tifis Pernambucano*. Anunciava, desde logo, que a pátria parecia "uma nau destroçada pela fúria oceânica, ameaçando soçobro, carecendo da ajuda decidida e abnegada de todos os seus filhos". Concitava os pernambucanos e permanecer alerta. Informava da dissolução da Constituinte, tomando posição: "Para desgraça dêste Império, realizaram-se os temores dos que sabiam pesar o perigo da fôrça armada nas mãos de um príncipe jovem, rodeado de lisongeiros sem caráter, inimigos encarniçados do Brasil."

Pregava a união para a defesa da independência e da liberdade. Combatia a cúpula da Igreja, no caso do cabido de Olinda, cujos membros, dizia, "estimulam a servidão e o despotismo". Sua linguagem ia em crescendo, aproximando-se da rebeldia. Elogiava o Ceará: "Ali alçou o grito a liberdade, e o seu eco fêz estremecer o

coração do Império". Vergastava o massacre dos patriotas, assassinados, no Pará, no porão do brigue *Palhaço*: "Pois não vêdes que aquêle horrendo massacre foi feito pelos infames inglêses, a sôldo do imperador, combinados com os portuguêses, seus patrícios, e o govêrno de então do Pará, valongo de seus escravos?" Quer que todos participem da luta e caustica os apáticos: "Eis a razão por que se louva a lei de Solon, que reputava infames aquêles que não tomavam algum partido nas sedições populares". Combatia o preconceito de raça, afirmando: "já está à porta o tempo de muito nos honrarmos do sangue africano". Seu adversário pior era José Fernandes Gama, da *Arara Pernambucana*, a quem atacava, esclarecendo que "idéias velhas não podem reger o mundo nôvo". Revidando a frei Sampaio, do *Regulador Brasileiro*, declarava: "Não admitimos mais imposturas, conhecemos o despotismo, havemos de decepá-lo. Primeiros de todos os portuguêses, concebemos a idéia de sermos livres, começamos a saborerar as doçuras da liberdade e, para a defendermos e conservá-la, aventuramos afoitamente o amor da vida: somos indomáveis, e ainda nos jactamos de pisar sôbre os ossos dos companheiros de Nassau". Quando se assina o tratado de reconhecimento da Independência, aceitando cláusulas "cujo sentido vale por um opróbio", combate-as àsperamente.

Era bem o homem da rebeldia de 1817, um daqueles que haviam transformado, segundo o conde dos Arcos, Pernambuco num "covil de monstros infiéis", indivíduos "infames, ridículos, desprezíveis e bandidos". Que servidores portuguêses assim proclamassem, não espanta; espanta que a historiografia oficial tenha continuado a qualificá-los assim. Indivíduos que se portavam, entretanto, com austeridade indestrutível, comprovada pelo cronista que esclarece: "quando as tropas realistas retomam Pernambuco, lá vão encontrar, intato, num cofre, no engenho onde acampavam os revoltosos, tudo quanto as autoridades do govêrno haviam deixado no dia da capitulação." Frei Caneca esposara a rebelião, estivera entre os trinta patriotas que a corveta *Mercúrio* levara para a Bahia, onde haviam sido metidos na cadeia da Relação, nela penando até que as Côrtes lisboetas os mandassem libertar, em 1821. Vinculara-se às fôrças rebeldes, com frei Breyner, chefe de guerrilhas, como o padre Sousa. Fôra acusado de "aprender o ofício de soldado, de ser muito influído no serviço, de ser declamador, de fugir de Utinga para o Recife, de ser capitão de guerrilhas, de ir no exército do sul para missionar, de fugir com os rebeldes e, na debandada, de ser

prêso."[45] Fôra mandado para a Bahia, em condições infamantes: "Antes de embarcar, ataram-lhe ao pescoço uma grossa corrente de ferro. Com a cabeça descoberta, êle e mais três, e êstes três amarrados os braços com cordas, precediam a marcha dos demais que, em filas, caminhavam, rodeados de forte destacamento de tropa, na populosa cidade do Recife". Mais adiante: "grilhões aos pés substituem os laços de corda nos braços dos três que os traziam; uma gargalheira atando estreitamente os pescoços de todos os presos, com as duas pontas cravadas no pavimento, obrigava-os a permanecerem deitados, sem outro leito fora das alcatroadas tábuas do mesmo porão." Foram êsses homens que transformaram os cárceres da Relação numa "escola de altos estudos", na promiscuidade dos escravos que ali iam receber castigos de açoites, às vêzes 500, à noite, alumiados por magro candeeiro de óleo de baleia, acorrentados. Muniz Tavares conta: "Entrando os presos na cadeia, pareceu-lhes entrar no inferno, e que tôdas as legiões de demônios se preparavam para recebê-los". Pois ali frei Caneca escreveu a sua Gramática Portuguêsa, lecionou e fêz versos.

Começara, em 1824, assim, combatendo a dissolução da Constituinte e a nova carta magna, outorgada. Caldeira auxiliado por Miguel Calmon e Lino Coutinho, conseguira dobrar a resistência da Bahia ao ato despótico do imperador. Mas os pernambucos não queriam ser dobrados. Brant escreveu a Muniz Tavares: "O marquês do Maranhão está aqui a chegar e seguirá logo para Pernambuco, onde temo se renovem as desgraças de 1817, se V.S. e outros patriotas de igual saber e virtude não aproveitarem o tempo para remediar despropósitos cometidos por espíritos exaltados." Assim, o despotismo misturava blandícias e ameaças. Frei Caneca comentou a carta de Brant: "Qual será o pernambucano digno dêste nome que possa ler sem indignação os atrevimentos, as insolências dêsse impostor?" Discutindo a Constituição outorgada, repele o Poder Moderador, "chave mestra da opressão da nação brasileira e garrote mais forte da liberdade dos povos". Assim, nega posse a Pais Barreto no govêrno da província, e apoia a Confederação do Equador. Prêso a 29 de novembro de 1824 e levado ao calabouço, no Recife, sua postura diante do sacrifício inibe os carrascos. A rebeldia, afogada em sangue, definha pouco a pouco, mantida ainda pela indomável energia de Pedro Ivo. O terror implantado na

[45] Melo Morais: op. cit., pág. 205, II.

província espanta até os apologetas de D. Pedro: "Que por decreto de 26 de julho D. Pedro suspendesse em Pernambuco a garantia do paragrafo 8.º do artigo 179 da Constituição, a respeito da prisão sem culpa formada, ou outras garantias nesse artigo especificadas, era medida a que o autorizava o parágrafo 35 e a gravidade dos acontecimentos determinava. O mesmo não se diria no tocante a mais um decreto de igual data, criando uma comissão militar para processar sumaríssima e verbalmente os chefes e cabeças do nefando crime. (...) "Bernardo Vasconcelos chamou as Comissões Militares (porque outra se criou para o Ceará) de invento infernal, talvez pelo que nelas havia de insensibilidade moral e de desdém pela inocência."[46]

Frei Caneca, um dos grandes jornalistas brasileiros, espírito rebelde e indomável, sagrou-se como herói e como mártir. Sua figura, que a historiografia oficial omite, esqueceu ou amesquinha, ao mesmo tempo que esconde os crimes cometidos pelas Comissões Militares, cresce com o passar do tempo e começa a ser restituída ao conehcimento e à memória das gerações, como das mais puras. Seu jornal, numa fase de supressão da liberdade no país, manteve desfraldada a bandeira da resistência — "nefando crime" que pagou com o martírio.

A rebelião de 1817 durara menos de três meses. Reinava em Pernambuco aquela corrupção que foi característica do período joanino no Brasil; o governador mostrava-se "ignorante dos abusos de jurisdição e crimes de peculato dos ministros de justiça; do atos de violência e despotismo dos chefes militares."[47] No levante, participaram comerciantes, padres, militares, intelectuais, artesãos, trabalhadores livres, que constituiram um govêrno republicano: o *Preciso* foi o documento em que definiram os seus propósitos. Êsse govêrno preocupava-se, desde logo, em alcançar o reconhecimento externo. Para isso, despachou à Inglaterra o comerciante Kesner, com a missão também de conseguir o apoio de Hipólito da Costa; para os Estados Unidos, Antônio Gabriel da Cruz, o *Cabugá*, homem de posses. Não conseguiram nem reconhecimento nem apoio externo. Hipólito, muito ao contrário, condenou com

[46] Otávio Tarquínio de Sousa: *A Vida de D. Pedro I*, 3.ª ed., 3 vols., Rio, 1957, pág. 608, II.
[47] F. A. Varnhagen: *História Geral do Brasil*, 3.ª edição, 5 vols., S. Paulo, s/d., pág. 181, V.

veemência a rebelião.[48] Internamente, o latifúndio ilhou-a e, em pouco tempo, estrangulou-a brutalmente.[49]

Foi a essa rebelião que frei Caneca deu tudo o que estava ao seu alcance "Incorporou-se voluntário e por lá se achou nas diversas refregas e combates.[50] Por ela sofreria o cárcere, por quatro longos anos, na Bahia. A repressão foi violentíssima: o padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, "que não vivia, com êle próprio dizia, senão para a liberdade", teve o cadáver exumado, após o suicídio, para ser mutilado; José Inácio Ribeiro de Abreu Lima, o Padre Roma, foi arcabuzado; outros padres pagaram com a vida o sacrifício: Antônio Pereira de Albuquerque, Pedro de Sousa Tenório, Miguel Joaquim de Almeida e Castro, Miguelinho. Muitos dos sessenta padres envolvidos na rebelião bateram-se como guerrilheiros. Mas não foram êles os únicos executados, a pena máxima coube também ao comerciante Domingos José Martins, ao militares Domingos Teotônio, Jorge Martins Pessoa, José de Barros Lima, o *Leão Coroado,* José Peregrino Xavier de Carvalho, tenente coronel das fôrças rebeladas, morto com dezenove anos incompletos. Frei Caneca teve grandes companheiros.[51]

[48] "Êsse acontecimento desastroso produzirá um efeito benéfico: demonstrar ao povo do Brasil que as reformas nunca se devem procurar por meios injustos, quais são os de oposição de fôrça ao govêrno e efusão de sangue. Os demagogos, em Pernambuco, esperaram ou talvez intentaram persuadir a seus ignorantes sequazes que deviam esperar socorros de potências estrangeiras. Êste é o voto absurdo de quem supõe que as revoluções são o meio de melhorar a nação. No caso atual de Pernambuco, aconteceu que a Inglaterra proibiu logo a exportação de armamentos, e até que se enviassem cartas para Pernambuco. Os Estados Unidos passaram uma lei para o mesmo fim." (In *Correio Brasiliense,* vol. XIX.)

[49] "Não tardou a contra-ofensiva imperial, auxiliada pelos comerciantes portuguêses que viam suas conveniências em perigo. Ofereceram êles 200 contos para a reconquista da província. Um doou 7 navios; a alta nobreza, segundo depoimento do cônsul Maler, fundiu suas ricas baixelas e ofereceu o produto ao Govêrno. Fôrças navais e terrestres, partidas da Bahia e do Rio de Janeiro, juntaram-se no território pernambucano e lograram, após vários combates, sufocar a rebelião, impondo novamente o jugo português em Pernambuco." (Fernando Segismundo: *Imprensa Brasileira. Vultos e Problemas,* Rio, 1962, pág. 149/150.)

[50] Antônio Joaquim de Melo: *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca,* Recife, 1875, pág. 10.

[51] Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, um dos mais puros heróis brasileiros, nasceu em Recife, em 1779, filho de Domingos da Silva

Os pernambucanos guardavam ainda muito viva a lembrança dessa tenebrosa repressão, quando ocorreu a dissolução da Constituinte, a 12 de novembro de 1823. Já a 25 de dezembro, frei Caneca lançava o primeiro número do *Tifis Pernambucano* e ocupava lugar de vanguarda na luta contra o absolutismo. O jornal assim comentava aquela dissolução: "Amanheceu nesta Côrte — tratava-se de correspondência do Rio de Janeiro — o lutuoso dia 12 de novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua independência; dia em que o partido dos chumbeiros do Rio de Janeiro conseguiu dissolver a suprema Assembléia Constituinte Legislativa do Império do Brasil. Verificaram-se tôdas as previsões do espírito pressago da *Sentinela da Liberdade*...[52] Em seu oito meses de existência, o jornal não deu tréguas ao absolutismo. Combateu o projeto da Constituição que seria outorgada em fevereiro de 1824, como a escolha de Pais Barreto para governar a província, como a carta de Felisberto Caldeira Brant a Francisco Muniz Tavares, pedindo apoio para aquela Constituição, como o manifesto de Taylor, ameaçando os pernambucanos: "Baixezas, vilanias, servilismos, indignidades, nem se devem exigir de ninguém, nem são coisas imitáveis, nem se acham no caráter pernambucano", escreveu então. Dicutindo a Constituição outorgada, proclama: "Nós queremos uma Constituição que afiance a sustente a nossa independência, a união

Rabelo e Francisca Maria Alexandrina de Siqueira. O apelido Caneca foi devido à profissão de seu pai, dono de uma oficina de tanoeiro. Ordenou-se em 1799, aos vinte anos, e dedicou-se ao ensino. Envolveu-se na rebelião de 1817, aos trinta e oito anos. Foi um dos cabeças da Confederação do Equador, aos quarenta e cinco anos, e seu principal doutrinador. O *Tifis Pernambucano* circulou de 25 de dezembro de 1823 a 5 de agôsto de 1824. Na noite de 28, a esquadra imperial bombardeou o Recife; frei Caneca abandonou a cidade, com a tropa rebelada. Foi prêso em combate. Havia escrito: "Quando a Pátria está em perigo, todo cidadão é soldado; todos se devem adestrar nas armas para rebater o inimigo agressor." A 17 de dezembro foi conduzido ao Recife; a 20, prestava depoimento; a 23, foi condenado à morte. Desautorado das ordens religiosas, foi fuzilado no lugar da fôrca das Cinco Pontas, às nove horas da manhã de 15 de janeiro de 1825. Tobias Monteiro escreveu admirável página sôbre a execução de frei Caneca. (*História do Império. O Primeiro Reinado*. Rio, 1939, pág. 223-229. Encerra com esta frase: "A primeira descarga abateu-o e iluminou-lhe o caminho da História". Frei Caneca permanece, também, como das mais gloriosas figuras da imprensa brasileira.

[52] Referência ao jornal de Cipriano Barata.

das províncias, a integridade do Império, a liberdade política, a igaldade civil, e todos os direitos inalienáveis do homem em sociedade; o ministério quer que, à fôrça de armas, aceitemos um fantasma ilusório e irrisório da nossa segurança e felicidade, e mesmo indecoroso ao Brasil. . ."

A 1.º de julho de 1824, em seu 24.º número, o *Tifis Pernambucano* apresenta as bases de programa elaborado por intelectuais da província, documento político do maior interêsse, destacando, como princípios, a liberdade de imprensa, a admissão livre dos cidadãos às funções públicas e uma referência ao trabalho escravo nestes têrmos: "Todo homem pode entrar no serviço de outro pelo tempo que quiser, porém não pode vender-se, nem sem vendido." Com a irrupção da luta armada, o jornal não pôde mais circular. Frei Caneca preferiu continuar a luta por outros meios, e bateu-se, sucedendo a João Soares Lisboa como secretário e orientador político das fôrças rebeladas, agora no interior da província. Às vésperas da morte, compôs alguns versos, de que os últimos diziam:

"A vida do patriota
Não pode o tempo acabar."

Cipriano Barata travava o mesmo combater, aos sessenta anos, na *Gazeta Pernambucana*, fundada por Manuel Clemente do Rego Cavalcanti e por êle dirigida, e fazendo aparecer, a 9 de abril de 1823, a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, que circulou até novembro, quando foi prêso. O *Tifis Pernambucano*, circulando a partir de dezembro, continuaria a luta.[53] Barata foi levado para o Rio de Janeiro e metido na fortaleza de Santa Cruz. Ainda no Recife, a 19 de novembro, faria circular o 66.º número de seu jornal, agora com o título *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e prêsa na fortaleza do*

[53] A historiografia oficial assim compreendeu essa sucessão: "Preparando o ambiente favorável à desobediência à escolha imperial, desde 25 de dezembro de 1823, começou a ser ali publicado, sob a direção de frei Joaquim do Amor Divino Caneca, bem aproveitado discípulo de Barata, o *Tifis Pernambucano*, que pode ser considerado legítimo herdeiro dos métodos desabridos e violentos da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*." (Hélio Viana: op. cit., pág. 472.)

Brum por ordem da fôrça armada reunida. A outra *Sentinela,* a primeira, de nome mais curto, seria continuada, sob a direção do padre João Batista da Fonseca, aparecendo dela ainda cinco numeros, entre 14 de fevereiro e 13 de março de 1824, na linha traçada por Barata.

De sua masmorra na fortaleza de Santa Cruz, o destemoroso jornalista acompanharia a luta travada em Pernambuco. Nem há dúvida de que foi dos preparadores doutrinários da Confederação do Equador.[54] Por isso mesmo, Pais de Andrade, ao conclamar a adesão dos compatriotas das províncias vizinhas ao movimento pernambucano, chamava-o "impetérrito campeão da liberdade, o imortal Barata", vítima de prisão "atroz e arbitrária". Antes da rebelião, mandara o govêrno central abrir devassa contra Barata, em Pernambuco. Os acontecimento transferiram-na. Em novembro de 1824 foi, realmente, iniciada. Foram inúteis os clamores pela sua liberdade. Pediu-a a Junta do Govêrno da Bahia, a 17 de dezembro de 1823, como a Câmara do Salvador. Pediu-a a Junta do Ceará, a 31 de março de 1824, chamando-o "ídolo do povo brasileiro", por quem os povos tinham "a mais terna saudade". A tudo o govêrno central fazia ouvidos moucos. A devassa foi realizada, finalmente, em novembro e dezembro de 1824, esmagada a Confederação do Equador e no clima de sangrenta repressão que se seguiu. Cipriano Barata e João Mendes Viana foram condenados à prisão perpétua.

A 17 de junho de 1824, fôra transferido para a fortaleza da Laje onde, em abril de 1825, redigiu a memória *Motivo de minha perseguição e desgraça em Pernambuco e no Rio de Janeiro;* nesse mesmo ano, apareceu na Côrte o folheto: *Defesa do bacharel Cipriano José Barata contra as falsas acusações da devassa tirada em Pernambuco em novembro e dezembro de* 1824; e, ainda, a *Cópia dos acórdãos proferidos na Casa de Suplicação dêste Império nos autos crimes em que eram réus Cipliano José Barata de*

[54] Assim como condena a rebelião, a historiografia oficial se esmera em confirmar isso, para justificar a prisão de Barata: "Acima de tudo, contribuiria para o prolongamento de sua retenção no Rio de Janeiro o desdobramento do caso pessoal da indébita manutenção no poder de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, tendo como conseqüência a Confederação do Equador, de que Barata pode ser, com tôda justiça, considerado um dos mais autorizados precursores." (Hélio Viana: op. cit., pág. 472.)

Almeida e João Mendes Viana.[55] Barata e Miguel Borges de Castro de Azevedo e Melo, seu advogado, tudo fizeram para que a justiça reconsiderasse a decisão de 1825. Vitorioso o recurso, afinal, na Relação da Bahia, a magistratura prendeu o alvará de liberdade. Reclamou contra mais essa infâmia Antônio Pereira Rebouças, deputado pela Bahia, a 23 de setembro de 1830. Dias depois, Cipriano Barata foi pôsto em liberdade. Passara este anos nas masmorras das fortalezas do Rio de Janeiro. A imprensa recebeu-o como mártir; o povo o acompanhou, do cais à casa de João Mendes Viana, agora deputado. Os tempos eram outros: estava-se em pleno avanço liberal. O jornalista do momento era agora Antônio Borges da Fonseca. Cipriano Barata foi cumulado de homenagens. Mas estava com sessenta e oito anos, alquebrado pela moléstia adquirida no cárcere. "Impressionante seria decerto a figura daquele ancião egresso das prisões militares, cujo corpo franzino era dominado pela cabeça coberta de compridas cãs, que lhe chegavam ao ombro."[56] Contra êsse velho cevara-se o ódio da tirania. Os dois maiores jornalistas da época, frei Caneca e Cipriano Barata foram por ela assim tratados: um morreu fuzilado, o outro foi condenado à prisão perpétua.

O clima não era propício, evidentemente, para a imprensa. Luís Augusto May, que se notabilizara com *A Malagueta*, na fase anterior, tivera de retirá-la da circulação, a 5 de junho de 1822, fazendo circular, a 31 de junho, o primeiro número da *Malagueta Extraordinária*. A 5 de junho de 1823, apareceu o segundo número, valendo ao seu redator a tentativa de assassínio já narrada e ocorrida no dia seguinte, motivando o seu *Portesto à Face do Brasil*

[55] Folhetos importantes, ligados à prisão de Cipriano Barata e sua luta pela liberdade apareceram mais tarde: o *Requerimento que à Augusta Câmara dos Senhores Deputados dirigiu Cipriano José Barata de Almeida em 15 de junho de 1827; a Alegação em defesa do réu Cipriano José Barata de Almeida, apresentada ao Supremo Tribunal de Justiça, em o recurso de revista interposto da sentença que o condenou à prisão perpétua em uma fortaleza; e a Fala que fêz o Deputado Barata em o Congresso de Lisboa, por ocasião do parecer da Comissão sôbre os negócios do Brasil*, reprodução de seu pronunciamento nas Côrtes. Não foi reimpresso, então, e bem o merecia, o seu folheto: *Manifesto à Bahia de Todos os Santos, por um Deputado às Côrtes Gerais Constituintes de Portugal, Cipriano José Barata de Almeida, com algumas notas. Desengano para brsileiros e europeus residentes no Barsil*, Recife, 1823.

[56] Hélio Viana: op. cit., pág. 479.

Inteiro, de 31 de março de 1824, muito retardado, portanto. Entre 28 de maio e 10 de julho de 1824, circularam os números 3 a 7 da *Malagueta Extraordinária,* que mereceram revides impressos os mais variados, destacando-se os de José da Silva Lisboa. May viria a fazer parte da primeira legislatura do Império, exercendo o mandato de 1826 a 1829. Não era homem da têmpera ou dos princípios de frei Caneca e Cipriano Barata, porém. A imprensa que o absolutismo estimava era outra: a de José da Silva Lisboa.

Êsse áulico impedernido continuaria a desovar impressos. É discutível incluí-los na categoria de imprensa, mas são característicos e por isso devem ser mencionados. Mal se findara o seu sexto periódico, a *Causa do Brasil,* a 20 de março de 1823, engendrou o *Atalaia,* de que apareceram 14 número pelo menos. Retornaria em 1825, com o periódico *Triunfo da Legitimidade contra Facção de Anarquistas,* assinados pelo adequadíssimo pseudônimo de "Imperialista Firme", circulando entre 9 de dezembro de 1825 e 28 de janeiro de 1826. Era dedicado especialmente ao problema da Cisplatina, mas não deixava de conter uma que outra referência a questões internas. Assim, no quinto número, congratula-se com a repressão à Confederação do Equador.[57] Silva Lisboa e suas publicações, de distante parentesco com a imprensa, mostra o grau de

[57] Não pertencem à imprensa, sem a mínima dúvida, os panfletos de Silva Lisboa, de combate aos interêsses brasileiros, publicados em 1824: o *Rebate Brasileiro contra o Tifis Pernambucano,* de 30 de abril; o *Apêlo à Honra Brasileira contra a Facção dos Federalistas Pernambucanos,* em seis partes, publicadas entre 29 de julho e 11 de agôsto; a *História curiosa do mau fim de Carvalho & Cia. à bordoada de pau-brasil,* de 12 de agôsto; e a *Pesca de tubarões do Recife, em três revoluções dos anarquistas de Pernambuco,* de 3 de setembro, assinado com o pseudônimo de "Matuto", que era o apelido dos partidários de Pais Barreto naquela província. São panfletos contra a Confederação do Equador, contendo as calúnias veiculadas, na época, contra os seus chefes, a de que Domingos José Martins falira, em Londres, por exemplo, insultos os mais soezes e prova de servilismo ao trono. Coisas em que Silva Lisboa foi pródigo, aliás, então e sempre. Sua linguagem era a de um periódico da Côrte, *A Estrêla Brasileira,* que não o excedia na sabujice. Os confederados pernambucanos, para Silva Lisboa, não passavam de "incorrigíveis jacobinos"; as suas idéias, "espantalho democrático"; Soares Lisboa era chamado "João Burro"; Manuel de Carvalho era "Murzelo Carvalho"; todos "liberais só do alheio". O problema do reconhecimento de Independência deu aso a que Silva Lisboa publicasse, entre 1824 e 1826, seis panfletos. Não são melhores do que os citados.

decadência a que ela chegara em 1825: era o mais fundo o abatimento a que o absolutismo conduzira o país. Em 1825, por outro lado, encerravam-se, com os acôrdos presididos pelo representante inglês Stuart, as negociações para o reconhecimento da Independência, cujos têrmos revoltaram os espíritos. Ia começar, dêsse fundo de poço, a arrancada liberal, em que a imprensa desempenharia papel relevante.

O avanço iberall

O tratado do reconhecimento da Independência foi publicado, no Rio de Janeiro, a 7 de setembro, terceiro aniversário da proclamação do Ipiranga. Conservou-se secreta, entretanto, a convenção pecuniária. A impressão geral, que os festejos oficiais pretenderam enganar, foi contristadora. José Bonifácio afirmaria, na linguagem rude que sabia empregar às vezes, que "a sobrerania nacional recebeu um coice na bôca do estômago". O biografo do imperador, comentando a expresstão do Andrada, acrescenta: "Mas o orgulho do Brasil e a glória de D. Pedro tinham sofrido senão 'um coice' pelo menos um duro golpe."[58] Na Inglaterra, um jornal de exilados, a *Sentinela da Liberdade do Brasil na Guarita de Londres* publicava extrato do *Sunday Times* em que se atribuía à missão de Stuart a tarefa de "restaurar para Portugal, num rasgo de pena, tudo quanto êle havia perdido pelas armas; roubar a independência do Brasil com o socorro de D. Pedro e de seu ministro mulato".[59] O ambiente de repressão, a que os acontecimentos de Pernambuco haviam dado o tom e as dimensões, impedia qualquer manifestação. Jornalista francês, que acreditara no liberalismo da autonomia brasileira e aqui fundara *O Verdadeiro Liberal*, Pierre de Chapuis, ousara avançar, em folheto, opiniões e críticas ao acôrdo de reconhecimento. Foi dado como anarquista, prêso, recolhido a um navio e forçado a deixar o país. Êste não podia ser, como divulgaria o *Diário Fluminense*, só excedido por Silva Lisboa no servilismo, "cloaca de malvados".

[58] Otávio Tarquínio de Sousa: op. cit., pág. 639, II.
[59] Otávio Tarquínio de Sousa: op. cit., pág. 643, II.

O "malvado" Chapuis, fora aquelas críticas, glorificava o imperador chamando-o "herói".

A 6 de maio de 1826, finalmente, instalou-se a Assembléia Geral, Senado e Câmara. Essa instalação criava condições para o reaparecimento da imprensa, — pois o que existia, como em 1808, não apresentava nenhum parentesco com o que se conhece como tal. Circularia, em conseqüência, a *Astréia*, com oficina à rua do Sacramento 23, redigida por Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, que duraria até 1832 e teria destaque nos acontecimentos da agitada fase que culminaria com o Sete de Abril. Foi essa imprensa — à *Astréia*, dentro em pouco, vieram reunir-se outras fôlhas, — que refletiu e aprofundou a cisão entre o imperador e as fôrças políticas que haviam realizado a autonomia com êle e consagrando-o. Já a 22 de julho de 1826, a *Astréia*, noticiando a chegada de Luís do Rêgo Barreto, mostrava o contraste entre essa visita e a que, há pouco, Lafaiette fizera aos Estados Unidos. Aquela cisão se caracterizaria pelas divergências entre o imperador e a Câmara, cujos debates a impresa refletia e acompanhava.

Êsse início de discussão livre pela imprensa obrigou o monarca a, como na fase anterior — em tôdas as fases, por tôda a parte, em todos os tempos, aliás, em que o poder se desmanda e necessita embair a opinião pública — enveredar pelo bafejo oficial a jornais áulicos ou simplesmente comprados, ou financiados.[60] Já não lhe bastaria o servilismo do *Diário Fluminense*. Foi assim que apareceu a *Gazeta do Brasil*, a 30 de maio de 1827, para circular até 5 de janeiro do ano seguinte, com oficina própria, à rua da Conceição 13. Era distribuída às quartas e sábados, vendida a 80 réis o exemplar, com assinatura semestral a 640 réis, nas lojas dos livreiros, como era costume no tempo. Dirigiam o pasquim João Maria da Costa e José Joaquim de Carvalho.

[60] "Um dos mais arrojados pasquins do Rio — a *Gazeta do Brasil*, do aventureiro português João Maria da Costa — publicado com o objetivo de solapar o prestígio da Câmara, injuriando os deputados independentes, mereceu o apoio financeiro e a colaboração de Gomes da Silva, oficial do Gabinete Imperial e amigo íntimo do imperador. Êste influía na orientação do jornaleco, insistia para que continuasse a sair. 'Por satisfazer os desejos de S.M., manifestados por V. Exa., vou indo, com os trabalhos da *Gazeta;* lembrou o jornalista, em carta a Chalaça, o qual lhe pagaria, a 8 de fevereiro de 1828, por saldo de contas, a importância de um conto e quinhentos mil réis." (Otávio Tarquínio de Sousa: op. cit., pág. 721, II.)

Dizia-se que D. Pedro escrevia no jornal, que se propunha defender o trono e o altar, sob a epígrafe: "Quem quer ser livre, deve ser escravo da lei".[61]

Havia, também, o *Diário da Câmara dos Deputados à Assembléia Legislativa do Império do Brasil*, que circulou a partir de 1826 e encerrou sua existência em 1830, divulgando os debates naquela casa. Naquele ano apareceria a quarta revista literária brasileira, na sucessão cronológica, o *Jornal Científico, Econômico e Literário* que se propunha recrear e instruir os leitores, dirigido por José Vitorino dos Santos e Sousa e Felisberto Inácio Januário Cordeiro, aquêle redator dos efêmeros *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, professor da Real e Imperial Academia Militar. A tentativa não logrou êxito: parece que só sairiam três números da revista. Além dêsses, circulavam *O Verdadeiro Liberal*, cujo diretor, Pierre Chapuis, como ficou narrado, foi expulso do país em março. Contra êle não se voltara apenas a denúncia de Silva Lisboa, já mencionada, mas ainda a dos *Diário Fluminense* e *Spectador Brasileiro*, órgãos áulicos que constituiam a imprensa possível antes da instalação das Assembléia Legislativa.[62]

Foram relativamente numerosos os franceses que chegaram ao Brasil, na fase da fase da indepndência, aqui se radicando a maioria; boa parte dêles era constituída por livreiros, tipógrafos, jornalistas mesmo: "No I Reinado, a par dos primeiros livreiros que se estabeleceram no Rio de Janeiro, como Paul Martin, J. B. Bompard, M.S. Cremière e Cogez, jornalistas franceses se tornavam militantes da imprensa nascente que ajudavam a fundar como M. Jourdan ainé, no *Diário do Rio de Janeiro* (1823), redator efetivo, como o foi J.F. Despas, além de outro mais afoito,

61 Informação curiosa, da própria *Gazeta do Brasil*, dá uma idéia do círculo dos seus assinantes: negociantes nacionais: 187; exército: 115; padres e frades: 101; negociantes estrangeiros: 59; marinha: 43; médicos e cirurgiões: 35; senado: 28; câmara: 19; corpo diplomático e consular: 18; empregados na Alfândega: 15; oficial da Secretaria do Estado: 1; demais classes: 72. Total: 793.

62 Informando a respeito do incidente que motivou a expulsão de Chapuis, Hélio Viana se coloca ao lado de seus denunciantes. Chama o jornalista francês de "audacioso publicista estrangeiro" e, referindo-se à *Contradìta* em que êle procurou defender-se, afirma: "De acôrdo com as suas páginas, lançou Chapuis funestíssimos elementos de desconfiança entre brasileiros e portuguêses, não podendo, portanto, ser considerado nosso amigo". (Op. cit. pág. 432/433). É uma historiografia que se desculpa de têrmos lutado pela nossa independência...

Pierre Chapuis, expulso do país por crime de idéias. Sem esquecer, é claro, Pierre Plancher, dono da tipografia que passaria a imprimir, em 1827, o *Jornal do Comércio*. Em cada um dêsses jornalistas franceses a exaltação liberal encontrou porta-voz. Alguns eram até republicanos.[63]

Não apenas os franceses contribuiram para o impulso que a imprensa brasileira recebe, a partir de 1826, desde a instalação da Assembléia Legislativa: criadas as condições políticas, as materiais começaram a surgir, e quase sempre proporcionadas por estrangeiros. Segundo memória *Acêrca da introdução da arte litográfica e do estado de perfeição em que se acha a cartografia no Império do Brasil*. lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1869, por Pedro Torquato Xavier de Brito, os trabalhos da primeira oficina litográfica fundada aqui, em substituição à seção de gravuras em aço ou em cobre do Arquivo Militar, para a reprodução de mapas, cartas e planos, "começaram em 25 de janeiro de 1826, na casa em que residia João Steiman, na rua da Ajuda, canto do beco de Manuel de Carvalho". Contava com Steiman, como professor litógrafo, dos soldados do 27.º Batalhão de Estrangeiros I. Needergessas e K. Mohr, do alferes Carlos Abelée, como professor de Desenho, e de três soldados, como alunos, e de um civil.

Steiman teria trazido da Europa o material, por encomenda do diretor do Arquivo Militar, brigadeiro Joaquim Norberto Xavier de Brito. Viera contratado por cinco anos, e armara o material em sua casa: uma prensa portável, uma prensa grande, uma caixa com setenta e cinco fôlhas de zinco, dois caixilhos de ferro, quatro rolos, três peneiras, duas pedras mármore, papel, tinta, água-forte, etc. Findo o contrato de Steiman, ficou em seu lugar Carlos Abelée, substituído, depois por Pedro Victor Larée que, em 1835, se estabeleceu por conta própria. Estevão Leão Borroul, entretanto, opina que já em 1809 e 1810 havia, na Bahia e em Olinda, artistas litógrafos, e dá a primazia, no Rio, não a Steiman, mas a Hercules Florence, que teria feito, em 1825, para a tipografia de Seignot Plancher, fundador do *Jornal do Comércio*, adiante, vários trabalhos gravados sôbre pedra, em janeiro, e, no fim de 1825, em S. Paulo, outros inclusive retratos, embora com deficiência de

[63] Francisco de Assis Barbosa: *Alguns Aspectos da Influência Francesa no Brasil*, Rio, 1963.

meios. Depois de Steiman, informa Melo Morais, apareceu Louis Aleixo Boulanger, que inaugurou seu estabelecimento em 15 de agôsto de 1829. O uso da litografia era restrito, assim, pràticamente desconhecida a xilografia. Em 1837, estava também estabelecido no Rio com litografia Frederico Guilherme Briggs. A caricatura apareceu, no Brasil, primeiro em avulsos: só em 1844 surgiria a primeira publicação periódica ilustrada com desenhos humorísticos. Era já outra fase da imprensa brasileira, como veremos. Na fase a que nos referimos, suas técnicas evoluíram muito lentamente. E os estrangeiros tiveram, nesas evolução, papel pioneiro, sem a menor dúvida, e isso foi perfeitamente natural.

Um dos problemas mais importante de que trataria a Assembléia Legislativa foi o da fundação dos cursos jurídicos, que teriam grande influência no desenvolvimento da cultura, das lutas políticas e da imprensa. Quando se cogitou da sede dêsses cursos — Rio ou S. Paulo — Aires do Casal opinou por esta última cidade, aduzindo curiosa razão: ali, provàvelmente, "os insetos danificariam menos as bibliotecas". Mas só havia ali duas, segundo Martius: a do convento dos Carmelitas e a do "venerando bispo". Koster observaria que o único recurso para se conseguir livros, nos portos brasileiros, era o contrabando, tamanhas as dificuldades opostas a êsse desejo. Fôra criada, em S. Paulo, entretanto, em 1825, pelo presidente provisório daquela província, a Biblioteca Pública, com os livros que haviam pertencido ao bispo D. Mateus Pereira, mais os que haviam pertencido aos Franciscanos, os 600 doados pelo tenente-general Rendon e a coleção do desembargador Chichorro da Gama. Aquela biblioteca funcionava junto do convento dos Franciscanos e foi anexada, em 1827, à Faculdade de Direito. Kidder visitou-a, em 1837, informando que tinha 7.000 volumes, mas poucos de Direito e Literatura, muitos de Teologia, "ainda não lidos e que certamente jamais o seriam". *O Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, de Daniel Pedro Muller, foi dos primeiros livros impressos na província, senão o primeiro, editado em 1838 pela tipografia de Costa Silveira.

Essa a cidade que os legisladores escolherão, com Olinda, para sede dos cursos jurídicos, após prolongados e acalorados debates. Mas, a êsse propósito, é instrutivo acompanhar as discussões desde os tempos da Constituinte dissolvida, e em que a idéia havia irrompido, como das mais fascinantes, sintoma de afirmação na-

cional, uma necessidade mesmo. José Feliciano Fernandes Pinheiro, pouco mais de um mês após a instalação da Constituinte, formula a indicação para se criar no país "uma universidade pelo menos, para assento da qual parece dever ser preferido a cidade de S. Paulo, pelas vantagens naturais e razões de conveniência geral". Era necessária a medida, argumenta, porque "uma porção escolhida da grande família brasileira, a mocidade, a quem um nobre estímulo levou à Universidade de Coimbra, geme ali debaixo dos mais duros tratamentos e oposição, não se decidindo, apesar de tudo, a interromper e a abandonar a sua carreira, já incertos de como será semelhante conduta avaliada por seus pais, já desanimados por não haver ainda no Brasil institutos onde prossigam e rematem seus encetados estudos".

A idéia merece aplausos gerais, mas muito se discutirá a localização. Bernardo Pereira de Vasconcelos aproveita para definir o ensino de Coimbra: "Estudei Direito Público naquela Universidade e por fim saí um bárbaro: foi-me preciso até desaprender. Ensinaram-me que o reino de Portugal e acessórios era patrimonial; umas vêzes sustentavam que os portuguêses foram dados em dote ao senhor D. Afonso I, como se dão escravos ou dotes de bestas; outras vêzes diziam que Deus, nos campos de Ourique, lhe dera todos os podêres e à sua descendência; umas vêzes negava-se a existência das Côrtes de Lamego; outras confessava-se a existência, mas negava-se a soberania que os povos nela exerceram. Dizia-se que aquela e as outras assembléias da nação portuguêsa apenas tiveram de direito e de fato um voto consultivo. O direito de resistência, êsse baluarte da liberdade, era inteiramente proscrito; e desgraçado de quem dêle se lembrasse! Estas e outras doutrinas se ensinam naquela Universidade, e por que? Porque está inteiramente incomunicável com o resto do mundo científico. Ali não se admitem correspondências com as outras academias; ali não se conferem os graus senão àqueles que estudarem o ranço dos seus compêndios: ali estava aberta contìnuamente uma inquisição, pronta a mandar às chamas todo aquêle que tivesse a desgraça de reconhecer qualquer verdade, ou na religião, ou na jurisprudência, ou na política. Daí vinha que o estudante que saía da Universidade de Coimbra devia, antes de tudo, desaprender o que lá se ensinava, e abrir nova carreira de estudos."

O país recém-autônomo não poderia compadecer com êsse tipo de ensino. Mais do que isso. Não poderia aceitar que a mo-

cidade tivesse de buscar luzes em terra estranha. Pereira da Cunha, futuro marquês de Inhambupe, analisava também o passado: "Emendemos êsse êrro grosseiro do antigo sistema, com o qual pretendia a política portuguêsa conservar-nos na escravidão e na dependência de irmos buscar a duas mil léguas de distância a habitação e luzes de que precisávamos para sermos empregados, custando-nos excessivas despesas", etc. Araújo Viana, marquês de Sapucaí, era do mesmo parecer: "Quem negará o grande bem de poder a nossa mocidade instruir-se no seu próprio país, quando antigamente só o podia fazer indo a Portugal que, de mais a mais, é, hoje, depois de feita a separação, um reino estrangeiro e inimigo?" Cercada de apoio, a indicação de Fernandes Pinheiro foi aprovada e transformada em lei, a 4 de novembro de 1823. Oito dias depois a Constituinte foi dissolvida; a lei não chegou a ser promulgada.

A 9 de janeiro de 1825, o ministro do Império, Estêvão Ribeiro de Rezende, baixou decreto criando, em caráter provisório, um curso jurídico com sede da Côrte, em vista da "notória falta de bacharéis formados". O futuro marquês de Valença, assim, pretendia preencher um vazio, face às necessidades do provimento do nôvo aparelho do Estado. O conselheiro Luís José de Carvalho e Melo redigiu o regulamento que seria adotado por êsse curso. Instalada a Assembléia Legislativa, em 1826, a idéia ressurgiu, na Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. levantada pelo representante mineiro Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. Depois do andamento natural, converteu-se na lei de 11 de agôsto de 1827, que criou realmente os cursos jurídicos no Brasil. Como nas discussões da Constituinte, em 1823, a controvérsia girou em tôrno da questão de sede para êles. Teixeira de Gouveia defendia a solução paulista; Januário da Cunha Barbosa e José Cardoso Pereira de Melo preferiam o Rio; Francisco de Paula Sousa e Melo propôs, finalmente, a criação de dois cursos, em S. Paulo e em Olinda.[64] Caberia a José Feliciano Fernandes Pinheiro, como

[64] Curiosa a intervenção de Bernardo Pereira de Vasconcelos, a êsse respeito: "Disse-se que no Rio de Janeiro tudo é caro, e que em São Paulo tudo é barato. Se houver cinqüenta ou sessenta estudantes em São Paulo, digo que não terão onde morem, e no Rio de Janeiro haverá casas ainda que êles sejam seicentos ou mil. Na minha terra não faltariam casas, onde até se lhes pagaria para êles morarem, pelo estado de miséria a que tem chegado aquela terra; pois os seus proprietários lucrarão em as ter abertas e habitadas e não fechadas, como estão, a cair em ruínas." Não menos curiosa a de Vergueiro: "Pelo

ministro do Império, referendar o decreto de criação dos cursos jurídicos, para cuja efetivação fôra o primeiro a propor iniciativa, na Constituinte. Em outubro, indicou êle ao imperador os professôres. Os cursos inauguraram-se, efetivamente, em 1828: o de S. Paulo, a 1.º de março, no convento de São Francisco; o de Olinda, a 15 de maio, no mosteiro de São Bento, transferido para o Recife em 1854. Na tramitação legislativa, as discussões se acaloraram apenas quanto à escolha de sede; criando-se cursos jurídicos no norte e no sul ficou atendida a injunção das distâncias, um dos pontos mais discutidos na tramitação do projeto.[96]

que respeita ao edifício, no Rio de Janeiro não há uma só casa desocupada; em São Paulo contam-se uns poucos de conventos de frades inteiramente vazios; aqui há uma biblioteca pública, em São Paulo também há uma, muito boa e muito bem servida; os alimentos são incomparavelmente mais baratos, apenas os artigos de luxo são mais caros do que aqui; mas bem se vê que os estudantes não vão ali sustentar luxo." A controvérsia sôbre instalação dos cursos jurídicos serviu para dividir as opiniões e mostrar como os representantes intervinham muito ao sabor dos interêsses de seu eleitorado, como sempre acontece e nada tem de extraordinário.

96 Acaloradíssimas, na verdade, as discussões a êsse respeito, na Constituinte, quando da indicação de Fernandes Pinheiro. Êste propuzera uma Universidade, reduzida logo, modesta e realisticamente, a uma Faculdade apenas. Almeida e Albuquerque desejava-a na Côrte; Antônio Gonçalves Gomide, em Minas, na vila de Caeté; Montezuma, na Bahia. Antônio Carlos contestou Montezuma com veemência, defendendo S. Paulo, de "clima temperado, os víveres não são caros e não há distrações"! Concluía, azedamente: "A Bahia em que tenho ouvido falar, nunca eu escolheria para isso; é a segunda Babilônia do Brasil, as distrações são infinitas e também os caminhos de corrupção; é uma cloaca de vícios". A expressão era forte e Montezuma respondeu ao Andrada ilustre também com calor, apoiado por Silva Lisboa e Pedro José da Costa Barros. Silva Lisboa alinhava argumentos interessantes, contra S. Paulo: a "pronúncia mui desagradável" de seus habitantes; era preciso que a Faculdade ficasse onde "se conserve a pureza e pronúncia da língua portuguêsa". Nessa base, Teixeira de Gouveia sentia "pureza no linguajar mineiro". Luís José de Carvalho e Melo, depois visconde de Cachoeira, pronuncia-se, então, por duas escolas, uma no norte, outra no sul, tal como os legisladores decidiriam, mas em 1826. Dos debates de 1823 consta ainda a seguinte e ufanista tirada do deputado Antônio Gonçalves Gomide: "Tempo virá (e já me lisonjeio em prevê-lo) em que cada uma de nossas províncias terá Universidade e academias. O Pará terá um dia a opulência da Rússia; o Maranhão, a da Alemanha; Pernambuco, a da França; a Bahia, a da Grã-Bretanha; esta, a de tôda a Itália; São Paulo, a da Espanha; Santa Catarina, a da Ir-

O ano de 1827 não fica assinalado apenas pela fundação dos
cursos jurídicos, realmente em funcionamento no ano seguinte,
mas também pelo impulso que a imprensa recebeu, e que derivou
de condições políticas novas, que o desenvolvimento histórico co-
locava. A imprensa começava a alastrar-se pelas províncias. Na de
São Pedro do Rio Grande do Sul surgiu precisamente em 1827,
e por fôrça de necessidades militares. Felisberto Caldeira Brant, ao
embarcar para assumir o comando das tropas que ali operavam a
chamada Guerra da Cisplatina, solicitou a remessa de uma tipo-
grafia da campanha. O material teria chegado à província em de-
zembro de 1826; outros pensam que nos fins de janeiro de 1827.
De qualquer maneira, foi com êle que se imprimiu o segundo
Boletim do Exército, à margem do rio Palma, a 5 de fevereiro,
como os subseqüentes. Foi com dois desertores das fôrças de Alvear,
os franceses Dubrenil e Estivalet, ajudados por Lourenço de Castro
Júnior, que se imprimiu o primeiro jornal da província, com a
provável proteção do brigadeiro Salvador José Maciel, o *Diário
de Pôrto Alegre*, que começou a circular a 1.º de junho de 1827:
"Na capitalzinha, modorrenta e canhestra, da então província de
S. Pedro do Rio Grande do Sul, o jornal que inaugurou a divertida
enfiada das fôlhas impressas foi o *Diário de Pôrto Alegre*, aqui
surgido em 1827, sob a direção do major Lourenço de Castro
Júnior, e saído, com caráter oficial, dos vagos tabuleiros da Tipo-
grafia Rio Grandense."[66]

O Ceará conhecera a imprensa em 1824, quando, a 1.º de
abril, começou a circular, em Fortaleza, o *Diário do Govêrno do
Ceará*; já aparecera em Minas, em 1823, a 13 de outubro, o *Com-
pilador Mineiro*. Apareceria em Niterói só em 1829, com o *Eco
na Vila Real da Praia Grande*; só em 1830 em Goiás, a 5 de março,

landa; a parte meridional do Brasil equilibrará, só por si, os Estados
Unidos do norte do nosso mundo, enquanto Minas, compreendendo
Goiás e Mato Grosso, será tão opulenta como é hoje a Europa tôda."
Estas citações são dos *Anais da Assembléia Constituinte de 1823*. A
criação dos cursos jurídicos registrou, naquela Assembléia, uma série
de pronunciamentos os mais interessantes, que nos dão uma visão
clara do ambiente, dos interêsses, da mentalidade dos representantes,
de suas ilusões, de suas concepções sôbre o país recem-autônomo.

66 Atos Damasceno Ferreira: *Jornais Críticos e Humorísticos de Pôr-
to Alegre no Século XIX*. Pôrto Alegre, 1944, pág. 6.

com a *Matutina Meiapontese;* só em 1831 em Santa Catarina, a 11 de agôsto, com *O Catarinense;* só nesse mesmo ano em Alagoas, a 17 de agôsto, com o *Iris Alagoense;* só em 1832 no Rio Grande do Norte, com o *Natalense;* só nesse mesmo ano em Sergipe, com o *Recopilador Sergipano;* só em 1840 no Espírito Santo, com *O Estafeta;* só na segunda metade do século em províncias como o Paraná, com *O Dezenove de Dezembro*, de 1853; ou o Amazonas com a *Estrêla do Amazonas,* de 1854. Lento desenvolvimento, portanto, geralmente iniciado com jornais oficiais, oficiosos ou ligados aos governos provinciais. Jornais de vida efêmera, como regra, refletindo o interêsse transitório de alguma autoridade, de algum intelectual, de algum grupo. A imprensa se desenvolve em estreita ligação com a atividade política: aparece antes e cresce mais depressa nos centros em que aquela atividade é mais intensa; demora e cresce lentamente nos outros, nas províncias que se mantêm pollticamente atrasadas. Chega ao máximo em tôdas as áreas em que, daí por diante, as formas de luta política se apresentarem mais variadas e avançadas: assim quando dos movimentos armados de rebelião que vão sacudir o país na primeira metade do século XIX.

Ela tem desenvolvimento mais rápido, assim, e naturalmente, na Côrte, e na proporção em que avança o processo político que conterá o movimento de Sete de Abril; mas alcança desenvolvimento expressivo e característico em Pernambuco, quando da Confederação do Equador e, adiante, quando da rebelião Praieira, e na Bahia e em São Paulo. Mesmo nesta última província, o seu aparecimento foi tardio: o primeiro jornal impresso é o *Farol Paulistano,* semanário, depois bi-semanário, fundado por José da Costa Carvalho, com quatro páginas, dimensões de 21 por 31 cm, duas colunas, começando a circular a 7 de fevereiro de 1827, tendo como redatores Manuel de Campos Melo, Manuel Odorico Mendes e, principalmente, Antônio Mariano de Azevedo Marques, que redigira, em 1823, o jornal manuscrito *O Paulista,* professor de latim e retórica, conhecido como *Mestrinho.* A epígrafe do *Farol Paulistano* era esclarecedor: *La liberté est une enclume que usera touts les manteaux.*

O centro em que o processo político iria sofrer extraordinária aceleração era, a partir de 1827, e ainda sob os efeitos da brutal repressão aos rebelados pernambucanos e cearenses da Confedera-

ção do Equador, a Côrte. O *Diário do Rio de Janeiro*, fôlha que se esmerava em permanecer meramente informativa — conhecida como *Diário do Vintém* ou *Diário da Manteiga* — anunciava, a 14 de dezembro de 1827, o próximo aparecimento de nôvo jornal: "No dia sexta-feira, 21 do corrente, se há de publicar o primeiro número do nôvo jornal Político Literário, intitulado *A Aurora Fluminense*, que deverá sair daí em diante tôdas as segundas e sextas-feiras. O estilo em que deve ser escrito êste jornal; a marcha que constantemente se observará no desenvolvimento das matérias; enfim a imparcialidade de sua linguagem, esperamos lhe assegurarão um porvir favorável, e nem se pode deixar de assim crer quando se não tem por guia mais que a razão e a virtude, únicos móveis de felizes resultados". Informava ainda que as assinaturas podiam ser tomadas na tipografia do *Diário do Rio de Janeiro* e nas lojas de livros de João Batista dos Santos, à rua da Cadeia, e de Evaristo Ferreira da Veiga & Cia., à rua dos Pescadores.

A *Aurora Fluminense* começou a circular, efetivamente, a 21 de dezembro de 1827, graças aos esforços de José Apolinário de Morais, Francisco Valdetaro e do francês — mais um francês no alvorecer da imprensa brasileira — José Francisco Sigaud. Evaristo da Veiga juntou-se a êles, mais tarde e passou a ser "redator principal e finalmente único". "A imprensa do Rio de Janeiro ao tempo em que surgiu a *Aurora Fluminense* — comenta um historiador — era, sem exceção, deplorável pelo desmando da linguagem, pelo feitio pasquineiro, tôda de jornais incapazes de discutir uma questão sem personalismo, fôsse para louvar, fôsse para deprimir, oscilando entre 'o perifraseado servil dos periódicos ministeriais e o tom licencioso e anárquico adotado pelos liberais', como notaria Armitage".[67]

Adotando posição eqüidistante dos extremos, o jornal de Evaristo da Veiga provocou iras na imprensa áulica e reparos nas fôlhas mais violentas de oposição, que começaram a proliferar à medida que se aproximava o Sete de Abril. Para a *Gazeta do Brasil*, por exemplo, a fôlha de Evaristo não passava de "fedorenta sentina da demagogia e do jacobinismo que, graças à fraqueza do nosso Govêrno, tanto pulula por ora entre nós". A *Astréia*, outro jornal de boa circulação, era, para a *Gazeta do Brasil*, "insolente" e "dema-

[67] Otávio Tarquínio de Sousa: *Evaristo da Veiga*, 2.ª edição, Rio, 1957, págs. 45/46.

gógica". *O Universal*, de Ouro Prêto, orientado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, merecia-lhe os qualificativos de "jacobino" e "anárquico". O servilismo do foliculário João Maria da Costa não tinha limites. Nem a sua linguagem, de que pode ser amostra, se as anteriores não forem suficientes, esta nota: "Tenho duas mãos e muita vontade de lh'as assentar na cara. Já o procurei; recusou-se; em querendo experimentar, apareça de dia ou de noite; tôda a hora é boa, todo o lugar é bom. Sou, Sr. Patife, João Maria da Costa".

A orientação da *Aurora Fluminense* era a da direita liberal, que começava a ascender, então, e que precederia o aparecimento da esquerda liberal, com a qual se confundiria no Sete de Abril, para dela separar-se em seguida.[68] Combatia o aulicismo, o absolutismo, os vícios administrativos, os gastos perdulários, o deficit orçamentário, as "enfermidades morais". Não oferecia senão doutrina; a informação era mínima, salvo quanto à política; a publicidade, nula. Defendia as prerrogativas do Legislativo; queria o progresso, lamentando a rotina de nossas indústrias, mas ressalvando que o Brasil teria de ser "por muitos anos nação essencialmente agrícola". Circunstancialmente, tomava posições mais ousadas: combatendo o morgadio, apoiando a abolição do celibato dos padres, grande tema parlamentar, a certa altura.[69] "Liberdade e ordem legal, eis os mais preciosos dos nossos bens", afirmava o jornal. A sua oposição era aos ministros; o imperador era cuidadosamente poupado. À proporção que os acontecimentos se agravaram, essa posição evoluiu, e a linguagem tornou-se mais violenta. Mas, ainda em dezembro de 1829, pontificava, serenamente: "Nada de jacobinismo de qualquer côr que êle seja. Nada de excessos. A linha

[68] Para a caracterização das fôrças políticas da época, que prepararam o período da Regência e ocuparam o cenário nesse período — esquerda liberal, direita liberal, direita conservadora — ver o livro do autor *As Razões da Independência*, Rio, 1965.
[69] "A propósito, contava o caso de certa paróquia em que, durante mais de quarenta anos, os vigários sempre tiveram mulher, de tal sorte que, quando chegava um nôvo, logo entre o povo se perguntava: 'Quem é aqui a mulher do vigário?' Todos têem a sua santa Eva". (Otávio Tarquínio de Sousa: op. cit., pág. 56) O projeto, segundo a *Aurora Fluminense*, vinha apenas ao encontro do que já existia. Note-se que tratar assim o tema não importava em escândalo, na época. Feijó foi o campeão da luta contra o celibato do clero, como se sabe.

está traçada — é a da Constituição. Tornar prática a Constituição que existe sôbre o papel deve ser o esfôrço dos liberais". Mais adiante, seria categórico: "Queremos a Constituição, não queremos a Revolução".

Quando a esquerda liberal irrompeu, com o ímpeto de movimento antes represado, a *Aurora Fluminense* manteve sua posição recuada: "Confundem alguns a violência, o furor com a energia, estão persuadidos que a moderação é indício da fraqueza, que em política se deve lançar mão de todos os meios para sustentar a causa de um partido, e que convém sair fora dos princípios para melhor os fazer triunfar. Nada mais perigoso do que semelhante doutrina, especialmente nos tempos de mudanças políticas e quando se opera nos costumes e nas instituições uma revolução, cujo complemento só pode ser obra do tempo, da reflexão e de cálculos sisudos". São palavras de 1830. A ascenção política dos liberais era já visível. Os cursos jurídicos ajudaram essa ascenção: no de S. Paulo, os cem alunos de 1829 passaram a duzentos e sete, no ano seguinte. As eleições para a nova legislatura, a de 1820-1831, confirmam ascenção.[70] Evaristo da Veiga nela ingressaria, deputado por Minas Gerais, província em que jamais estivera. O jornalismo dava prestígio, realmente.

Uma das grandes fôrças da sociedade fluminense — hoje se escreveria sociedade carioca — era o comércio, de que participavam numerosos elementos estrangeiros, destacadamente portuguêses, como era natural, inglêses e franceses. Os primeiros influíam na imprensa de maneira ostensiva e por vêzes afrontosa, na época.

70 "Um dos fatos mais característicos da nossa história é o seguinte: 1.º que durante todo o primeiro reinado, não só nunca Pedro I conseguiu alcançar na Câmara dos Deputados uma maioria sua; mas que ainda vindo a Minas e aí se empenhando com tôdas as suas fôrças pela reeleição de um de seus ministros, nem isto sequer êle o pôde conseguir; 2.º) que durante a menoridade ou todo o período regencial quem exclusivamente governou o País foi a Câmara dos Deputados, e por tal forma que todos os governos dêsse tempo nada mais foram do que simples executores da sua vontade; e 3.º) finalmente, que durante todo o 2.º reinado, ao passo que não houve um só govêrno que presidisse uma eleição, que a não ganhasse, por outro lado, a Câmara dos Deputados foi constantemente perdendo do seu prestígio e por tal forma que, ùltimamente, o seu poder, em vez de real e efetivo, como deveria ser, foi pelo contrário se tornando cada vez mais um simples poder de ficção". (Francisco de Paula Ferreira de Rezende: *Minhas Recordações, Rio,* 1944, pág. 123.)

Os franceses mantinham um jornal, o *Courrier du Brésil*, que discutia abertamente os problemas do país, em posição sempre reacionária, em contraste com o papel destacado que os elementos franceses tiveram aqui, no desenvolvimento da tipografia e do jornal. Os inglêses mantinham *The Rio Herald*, em que defendiam os seus interêsses, evidentemente, mas evitando imiscuir-se nas querelas partidárias internas que constituíam o alimento quase único da imprensa do tempo. Em 1834, apareceria outro jornal inglês, *The Rio Packet*, sem participação nos nossos problemas. Numa cidade de 130.000 habitantes e menos de cem ruas, cujo centro se constituía de estreitas artérias, becos ainda mais estreitos, marginados de velhas casas de rótulas e balcões, cujos limites extremos eram a Lapa e o Campo de Santana, o poderio do grupo comercial era naturalmente grande.[71] Considerando que êsse grupo se constituía de esmagadora maioria de estrangeiros, é fácil constatar o sentido de sua influência.

Foi nessa cidadezinha que desfrutava das honras de capital de país extenso e de autonomia recente que se instalou, vindo de seu país por motivos políticos, Pierre Plancher, trazendo o seu meio de vida, uma oficina tipográfica completa, que logo pôs em funcionamento, imprimindo folhinhas, leis, papéis avulsos, e vendendo na loja também livros e calendários. Plancher tinha, entretanto, a coceira jornalística e logo começou o *Spectador*, que êle mesmo redigia, sob o transparente pseudônimo de *Hum francês brasileiro*. Foi na oficina, instalada à rua da Alfândega 47, que Pierre Plancher iniciou, a 1.º de outubro de 1827, o *Jornal do Comércio*.

A fôlha pretendia explorar e ampliar o filão que vinha sendo pràticamente monopolizado pelo *Diário do Rio de Janeiro* e que lhe permitira superar o caráter efêmero dos jornais da época. E, realmente, foi o que lhe permitiu isso, fazendo-o chegar aos nossos dias, embora com fisionomias diferentes conforme as diversas fases que atravessou, acompanhando o desenvolvimento do país e em particular o de sua capital. Assim, a fôlha não se destinava apenas a dar melhor e maior divulgação às notícias comerciais — preços,

[71] A fôrça do grupo mercantil está espelhada no *Almanaque dos Comerciantes*, Rio, 1827, em que aparecem especificados segundo o ramo a que se dedicavam. Havia ramos em que se notava preferência de nacionais de determinada origem — os franceses no vestuário e modas, por exemplo. Os portuguêses dominavam o comércio a retalho, particularmente o de gêneros alimentícios.

movimento de paquetes, informações sôbre importação e exportação, noticiário do país e do exterior e, particularmente, anúncios — como a fornecer os elementos mais importantes do quadro político, participando, assim, dos episódios principais daquela fase. Os primeiros redatores do *Jornal do Comércio* foram, além do próprio Plancher, Emil Seignot, João Francisco Sigaud, Júlio César Muzzi, Francisco de Paula Brito e Luís Sebastião Fabregas Surigué. Pouco adiante, Plancher, por ter de regressar à França, deixou o jornal a cargo de Seignot, que o vendeu, a 4 de fevereiro de 1834, a Julius de Villeneuve e Reol de Mongenot. Aquêle comprou, pouco depois, a parte dêste, e impulsionou o jornal, fazendo de Francisco Antônio Picot seu braço direito. Desde 1868 o jornal teria como colaborador, enviando correspondência de New York, a José Cardos Rodrigues, que viria, a 15 de outubro de 1890, a adquirir a Villeneuve e Picot a propriedade do jornal. Muito avançara a imprensa brasileira, entretanto, quando isso aconteceu. À época a que nos referimos, o *Jornal do Comércio* estava longe de ser a fôlha que se tornaria quando José Carlos Rodrigues a adquiriu.

Os Plancher, Seignot, Sigaud, Picot, Mongenot, Villeneuve eram figuras comuns no comércio fluminense, como então se dizia, inclusive no ramo, ainda pouco promissor, da tipografia. Preferiram alguns dêles fazer jornais governistas, oficiosos, áulicos, outro preferiram o inverso. A Imperial Tipografia, de Plancher, imprimiria, entre 8 de abril e 20 de agôsto de 1828, o típico periódico de polêmica que foi a *Honra do Brasil Desafrontada de Insultos da Astréia Espadachina,* em trinta e um números, assinados por *Escandalizado,* que outro não era senão o indefectível Silva Lisboa. E nem só à *Astréia* respondia o jornalista áulico mais fecundo daquele tempo; também ao *Universal,* de Ouro Prêto, orientado por Bernardo Pereira de Vasconcelos; ao *Astro de Minas,* de S. João d'El Rei, redigido por Batista Caetano de Almeida; ao *Nôvo Censor,* do Rio; ao *Farol Paulistano;* à própria *Aurora Fluminense*. Silva Lisboa queria ser o único de passo certo no batalhão. Com êsse periódico, despedir-se-ia do gênero, mas não da colaboração de imprensa; marcou sempre sua posição direitista, participando ativamente no debate dos problemas que se sucediam no palco político.

Pouco a pouco, no tempo, mas acentuadamente, quanto às posições, a imprensa definiria o quadro de agitações que culminaria em 1831. A partir de 1827, aprofundando-se ano a ano, os periódicos dividem-se, quanto à orientação, refletindo a realidade. Como

as fôrças políticas cindem-se, caracterizando as três componentes principais — direita conservadora, direita liberal e esquerda liberal — a imprensa acompanha a cisão. Na esquerda liberal recrutam-se alguns dos maiores jornalistas da época e surge o pasquim com fisionomia própria.[72] Na direita conservadora alinham-se os órgãos da imprensa áulica, agora conhecida como *absolutista*, tendo à frente, na Côrte, o *Diário Fluminense* e contando com o *Jornal do Comércio* e com *O Analista* como acompanhantes principais. Não faltava a essa corrente, assim, o concurso de jornalistas estrangeiros, nem de jornais estrangeiros aqui publicados: o *Courrier du Brésil*, por exemplo, francamente empenhado na política interna do país.

Na direita liberal, vinha à frente a *Aurora Fluminense*. Pregava a monarquia constitucional, o respeito à carta básica, o govêrno de gabinete, a responsabilidade dêste perante a Câmara. Timbrava em distinguir-se dos órgãos da esquerda liberal.[73] A *Astréia* seguia, pouco mais ou menos, a linha traçada pelo jornal de Evaristo da Veiga: combatiam ambos os excessos do govêrno mas também a pregação violenta da imprensa liberal de esquerda.

Nas ásperas polêmicas do tempo, participou pessoalmente D. Pedro. Não se limitou a estimular os seus escribas. Tomou da pena êle mesmo, muitas vêzes, e extravasou os seus impulsos. Já ao tempo da *Estrêla*, assim procedia. Continuou assim com a *Gazeta do Brasil*. Mas foi no *Diário Fluminense* que mais freqüentemente se manifestou. Assim, ora agia no terreno legal, promovendo denúncias por crimes de imprensa cometidos pelos que o combatiam — João Clemente Vieira Souto, redator da *Astréia*, foi algumas vêzes submetido a processo — como brandia a mesma arma

[72] "Dessa desastrosa separação entre o monarca e a opinião liberal, sempre maior a partir da dissolução da Assembléia Constituinte, não haverá documentário mais valioso do que as coleções dos jornais da época, essas intrépidas *Aurora Fluminense* e *Astréia*, êsse vivo e ágil *Diário Fluminense*, para não mencionar outros que pelejaram nas províncias. Já então se patenteava a fôrça da imprensa e como realmente à liberdade desta está ligado o funcionamento dos governos representativos". (Otávio Tarquínio de Sousa: *A Vida de D. Pedro I*, 3.ª edição, 3 vols., Rio, 1957, pág. 780, III.)

[73] Entende a historiografia oficial distinguir a imprensa de esquerda da de direita, e claro que não a classificando assim, apenas pela linguagem: de esquerda seriam os jornais, e particularmente portanto os pasquins, de linguagem virulenta. É êrro palmar de julgamento.

de seus adversários e utilizava a mesma linguagem, quando não a excedia. Para a imprensa áulica, a de oposição estava "preparando a revolução, fomentando a anarquia". O *Diário Fluminense* prevenia os leitores: "Temos razão bem fortes para clamar aos nossos concidadãos que se ponham em guarda contra as sugestões dêsses gritadores *Universais, Astros* de pestífera influência, *Faróis* que só conduzem a estuosos cachopos, *Astréias* sem justiça, sem pejo e sem tino, e outros cometas de mau agouro".[74] Mas novos jornais apareciam, e aumentava a circulação dos antigos. A vida política quase se resumia na imprensa. O *Imparcial* e o *Moderador* vinham juntar-se aos que defendiam o govêrno.

O agravamento das lutas políticas iria proporcionar espaço aos órgãos da esquerda liberal. Reapareciam as sociedades secretas. Em 1828, era notória a existência da que se denominava *Colunas do Trono,* pelo menos no nordeste, particularmente em Pernambuco. Para combatê-la, surgiria a *Jardineira* ou *Carpinteiros de São José*. Organizou-a, na Paraíba, com outros, Antônio Borges da Fonseca, ainda com vinte anos mas já conhecido ali pelos seus pendores republicanos. Borges da Fonseca, então, fundou a *Gazeta Paraibana,* que circulou em 1828 e 1829 e foi o segundo jornal daquela província. As autoridades absolutistas locais não lhe permitiram liberdade de ação: Borges da Fonseca foi prêso e processado. Só em março de 1829, liberto por decisão do conselho de jurados, o jornalista voltou às lutas políticas, mas agora em Pernambuco. Foi quando fundou, no Recife, a *Abelha Pernambucana,* cujo primeiro número circulou a 24 de abril de 1829, e o último a 31 de agôsto de 1830, combatendo os "colunistas" e o órgão local dêstes, *O Cruzeiro*. O nome de Borges da Fonseca começou a ser conhecido no país. De tal sorte que os seus companheiros de idéias políticas pediram sua presença na Côrte. Em 1830, achava-se no Rio de Janeiro, onde viria a ter papel destacado na imprensa da esquerda liberal.

Nela teve papel meteórico e trágico o médico italiano Giovanni Baptista Libero Badaró, que assistira, no Rio, em dezembro de 1827, o lançamento da *Aurora Fluminense* e transferira-se para S. Paulo, no início de 1828, recomendado por José da Costa Carvalho, fundador do *Farol Paulistano,* e onde se iniciara lecionando. A 23 de outubro de 1829, Libero Badaró começou ali a publicação do

[74] *Diário Fluminense*, de 12 de março de 1829.

Observador Constitucional, revolucionando a cidade, hostilizando o bispo, o ouvidor e o presidente e entrando logo na luta pela liberdade de imprensa pois o *Farol Paulistano,* em cujas oficinas se imprimia o seu jornal, estava sendo processado por crime de opinião. A ação flamejante de Libero Badaró refletia, na província, o clima tempestuoso que irradiava da Côrte, onde os acontecimentos se precipitavam. Em agôsto de 1829, Luís Augusto May, redator do órgão liberal *A Malagueta,* sofria brutal agressão, sob o protesto dos jornais da mesma linha, a *Aurora Fluminense,* a *Astréia,* a *Nova Luz Brasileira.* As eleições haviam resultado numa Câmara em que os liberais estavam fortemente representados. D. Pedro I pensou em um movimento de arrôcho autoritário. Circunstâncias e opiniões afastaram-no dêsse propósito. As grandes linhas do Sete de Abril começavam a definir-se.

O Sete de Abril

A Fala do Trono com que foi aberta, em 1830, a segunda legislatura, reclamava, apesar de tudo. medidas enérgicas contra a imprensa: "Vigilante e empenhado em manter a boa ordem, é do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir, por meios legais, o abuso que continua a fazer-se de liberdade de imprensa em todo o Império. Semelhante abuso ameaça grandes males; à Assembléia cumpre evitá-los". Mas a nova Câmara vinha animada de acentuado espírito crítico e, principalmente, ciosa de seu papel, firme na intenção de preservar sua autonomia e ressentida ainda com a dissolução de 1823. Refletia, como a imprensa, os sentimentos da opinião válida no país. Logo de início deu provas disso, quando do reconhecimento de deputados como José Clemente Pereira, Oliveira Álvares e Salvador José Maciel, apontados como absolutistas. Tomaram posse, mas depois de muita discussão e de ouvirem admoestações de extraordinária severidade. A resposta à Fala do Trono, redigida por Martim Francisco, era altiva e mencionava explìcitamente o "ministério que havia perdido a confiança pública por contínuas violações da Constituição e da lei, pelo terror incutido da volta do absolutismo".

Ciosa de suas funções, a Câmara fiscalizava, agora, tudo, particularmente os deslizes administrativos: o orçamento do Exército,

como o da Marinha, foi minuciosamente discutido. Holanda Cavalcanti declarou que conhecia militares com mais anos de serviço do que de idade; comentou-se a existência de brigadeiros sem brigadas, de corpos pagos mas sem efetivo. Em decisão radical, liquidou o militar mercenário, determinando a exclusão dos estrangeiros que serviam às fôrças armadas brasileiras. Em meados de setembro, chegava ao Rio a notícia da revolução que derrubara do trono francês Carlos X e dera lugar ao advento de Luís Filipe. A imprensa liberal saudaria o evento com entusiasmo: Evaristo escrevia, na *Aurora Fluminense*, que o ano de 1830 era "o da liberdade, não já na Europa, mas no mundo inteiro"; a *Astréia* saudava a França que "acaba de mostrar como um povo amante de sua liberdade e que por ela tem feito grandes sacrifícios, sabe ostentar a sua dignidade, resistindo ao furor de um govêrno que (...) supunha ter disposto tudo quanto era mister para fazer reconhecer ao monarca francês como senhor absoluto da vida, das pessoas e da fazenda dos cidadãos franceses. Assim obrará sempre a nação que não souber transigir com os seus tiranos. (...) E oxalá que esta lição sirva tanto aos Povos como aos Governos".[75] Na Câmara, Bernardo Pereira de Vasconcelos afirmava que "acaba a nação francesa de salvar a liberdade do mundo civilizado", insinuando que, em caso de medidas absolutistas, "persuadirei ao povo para que resista em massa contra tôda invasão que houver em dano das suas liberdades e dos seus direitos e também para derribar as cabeças que ainda tentarem sujeitá-lo à escravidão". As referências eram ostensivas.

A arregimentação liberal era evidente: direita e esquerda tendiam à unidade, isolando a área conservadora. Borges da Fonseca, com exagêro embora, escreveria: "Eis-me em 1830 na Côrte e à frente da direção suprema do partido liberal brasileiro, partido democrata, partido republicano. Eram membros dêsse Grande Conselho comigo, eu ainda jovem, e os mais patriotas veteranos, os seguintes: Bernardo Pereira de Vasconcelos, padre José Custódio Dias, José da Costa Carvalho, ao depois marquês de Monte Alegre, Manuel da Fonseca Lima, ao depois barão de Suruí, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Vieira Souto, José Lino Coutinho, Francisco de Paula Sousa, padre Diogo Antônio Feijó,

[75] *Astréia* de 21 de setembro de 1830.

padre José Martiniano de Alencar, Manuel Odorico Mendes". A 2 de outubro de 1830, saía o primeiro número do *Repúblico*, assim anunciado pela *Astréia* de 5 dêsse mês: "Saiu à luz o primeiro número de um nôvo periódico intitulado *O Repúblico* e sua leitura nos enche de esperanças; contamos com mais um forte guerreiro que, acossando o despotismo e os mandões, ajudará a fazê-los entrar em seus limites. Não é preciso dizer do seu redator senão que foi o da *Gazeta Paraibana* e da *Abelha Pernambucana;* as perseguições que sofreu e a firmeza de caráter constante e rìgidamente sustentada são os mais fortes documentos que abonam o seu mercimento. Oxalá que dêstes aparecessem ao menos *cem!*"

O jornal de Borges da Fonseca trazia como epígrafe, segundo o uso da época, as expressões do *Contrato Social*, de Rousseau: "Povos livres, lembrai-vos desta máxima. A liberdade pode-se adquirir mas, depois de perdida, não se pode recobrar". Nos seus números iniciais, o jornal declarava-se monarquista, explicando que o título adotado derivava de que o redator só desejava o *bem público*. A atrevida linguagem do *Repúblico* caracterizava o clima de então. A pessoa de D. Pedro não era poupada, ao contrário do que acontecia antes. Borges da Fonseca chamava-o "caríssimo", não no sentido de querido mas no de custoso ao Tesouro. Os jornais trocavam insultos, cada um na defesa de sua facção. Quando a *Gazeta do Brasil*, órgão da direita conservadora, considerava a *Aurora Fluminense*, órgão da direita liberal, de "fedorenta sentina", isso constituía apenas amostra do que se escrevia e como se escrevia na imprensa de então.

Em setembro, os estudantes paulistas comemoraram com ruidosa passeata a revolução ocorrida na França. A manifestação foi reprimida pelo ouvidor como gravíssimo crime, sob o protesto indignado do jornal de Libero Badaró. O caso repercutiu na Câmara, onde a Comissão de Justiça, contrapondo-se à opinião do ministro do Império, Silva Maia, consideraria legítima a manifestação pela derrubada do "govêrno tirânico e inconstitucional da França". O ano de 1830 aproximava-se do fim quando, a 20 de novembro, Libero Badaró foi assassinado. As circunstâncias que cercaram o crime, os comentários que despertou, a larga repercussão alcançada, deram extraordinário relêvo ao caso. A frase do jornalista — "morre um liberal mas não morre a liberdade" — foi glosada por

tôda a parte.[76] Estavam abertos, daí por diante, todos os caminhos que levariam ao Sete de Abril, em que a imprensa liberal, e destacadamente a de esquerda, teria papel principal. À frente dela, o *Repúblico* comentou o crime em três números seguidos, os de 19, 20 e 21 de dezembro. Acusado pelo promotor e pelo procurador da Coroa perante o Tribunal do Júri, Borges da Fonseca foi absolvido, a 17 de janeiro de 1831, e "a assistência de mais de 200 pessoas, depois da leitura da sentença, prorrompeu em vivas à Constituição, à liberdade de imprensa e ao artigo sôbre a federação", como noticiou a *Aurora Fluminense* em seu número de 19.

A imprensa vinha se desenvolvendo na medida em que o problema político se tornava mais agudo. Em 1825, haviam aparecido *O Universal*, editado em Ouro Prêto, sob a orientação de Bernardo Pereira de Vasconcelos; *O Grito da Razão na Côrte do Rio de Janeiro* e *O Triunfo da Legitimidade contra Facção de Anarquistas*, de que apareceram catorze números, entre 9 de dezembro de 1825 e 28 de janeiro de 1826, uma das criações do prolífico José da Silva Lisboa. Em 1826, apareceriam a *Astréia*, de papel destacado, e *O Verdadeiro Liberal*, redigido por Pierre de Chapuis, além da revista intitulada *Jornal Científico, Econômico e Literário*, de José Vitorino dos Santos e Sousa, que publicou apenas três números. Em 1827, surgiram, em S. João d'El Rei, dois jornais, *O Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, o primeiro redigido por Batista Caetano de Almeida e que durou até 1839; em S. Luiz do Maranhão, outros dois, *O Farol Maranhense* e *A Minerva*, o primeiro redigido por José Cândido de Morais e Silva e que teve segunda fase, em 1832 e 1833, quando foi dirigido por João Francisco Lisboa, o segundo dirigido por Daví da Fonseca Pinto, circulando de 29 de dezembro de 1827 a 5 de março de 1829; no Rio, apareciam a famigerada

[76] "Dera João Hilário à filha educação apurada, instruindo-a não só no conhecimento de tôdas as línguas vivas, como nas artes da música, da pintura e do desenho. E legara-lhe, sobretudo, uma esplêndida formação moral, pela cultura e pelo exemplo. Oficial da Guarda Imperial, tinha por Pedro I verdadeira veneração. Mas, no dia em que o monarca ordenou o assassinato de Líbero Badaró, levou pessoalmente ao Paço a sua demissão. E disse-lhe, de viva voz, que assim procedia porque "amara o Príncipe que fizera a Independência de sua terra, mas não podia amar o Imperador que perseguia os patriotas cujo único crime era serem brasileiros". (Carlos Sussekind de Mendonça: *Salvador de Mendonça. Democrata do Império e da República*, Rio, 1960, pág. 15.)

Gazeta do Brasil, com que se destacou João Maria da Costa, e a revista *O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia.*

Em 1828, o número de periódicos aumenta muito: aparecem dois em Ouro Prêto, *O Precursor das Eleições* e o das *Átas das Sessões do Conselho do Govêrno da Província de Minas Gerais*, aquêle circulando apenas em agôsto e setembro, contendo conselhos aos eleitores para a escolha de candidatos; êste órgão oficial apenas. Em Diamantina, apareceria *O Eco do Serro;* na Paraíba, a *Gazeta Paraibana*, de Borges da Fonseca; no Recife, a *Abelha Pernambucana*, do mesmo, como *A Tesoura*. No Rio, circulariam a nova série de *A Malagueta*, o panfleto de José da Silva Lisboa, *A Honra do Brasil Desafrontada de Insultos da Astréia Espadachina*, e a *Nova Luz Brasileira*, de Ezequiel Correia dos Santos, em que escrevia João Batista de Queiroz, além da *Revista Semanária dos Trabalhos Legislativos da Câmara dos Senhores Deputados*, órgão oficial.

Em 1829, imitando o exemplo de Cipriano Barata, aparecem três *Sentinelas:* a *Sentinela do Serro*, em Ouro Prêto, que durou até 1832, dirigida por Teófilo Otoni; a *Sentinela Constitucional*, em Fortaleza; na vila do Rio Grande de São Pedro do Sul, a *Sentinela da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra de São Pedro do Sul*, que começou na oposição, mudou de tendência adiante, com interrupção em 1836, quando reapareceu no Rio de Janeiro. Em S. Paulo, aparecia *O Amigo das Letras*, de Josino do Nascimento Silva, definindo a iniciada participação dos alunos do curso jurídico local nas lides literárias, políticas e jornalísticas. Apareciam, no Rio, dois periódicos estrangeiros, o *Litterary Intelligencer* e a *Revue Brésilienne*, dados às letras ou assuntos externos. Surgiam também a *Revista Brasileira de Ciências, Artes e Indústria* e *O Beijo-Flor*, cujo sub-título *Anais Brasileiros de Ciência, Política, Literatura*, dá idéia de suas finalidades. O *Beija-Flor* tirou oito números que circularam dos fins de 1820 a princípios de 1831. É curioso que no seu quarto número, além de comentários sôbre os acontecimentos da França, tivesse dado o balanço da imprensa brasileira. É informação idônea e interessante: "Se os progressos da imprensa fôssem os degraus certos dum termômetro para o adiantamento da civilização, podíamos nos felicitar do nosso avançamento, pois que de quatro anos para cá o número das publicações periódicas tem quadruplicado no Brasil. Em 1827, apenas se contavam 12 ou 13, e

hoje, conforme a conta tirada da *Aurora*, de sexta-feira, 26 do corrente, 54 saem à luz no Império: destas, 16 pertencem à Côrte. Em 1827, apenas haviam 8, e portanto o número tem dobrado; é verdade que as revoluções e eclipses são freqüentes neste giro da letra redonda: v.g. uma das publicações enumeradas pela *Aurora*, *La Revue Brésilienne* (sic), já desapareceu. Mas outras duas a renderam imediatamente: o *Espelho da Justiça* e *Le Messager*, jornal francês". O balanço feito pelo *Beija-Flor* era completo: o pessoal da imprensa — diretores, compositores, impressores, distribuidores e, ainda, livreiros e encadernadores — ia a mais de 200; a mais de 200 contos o capital empregado.

Apareceram ainda, em 1830, no Rio de Janeiro, *O Tribuno do Povo* e *O Pirilampo Popular*, o primeiro de Francisco das Chagas de Oliveira França, que começou a circular a 18 de dezembro, mantendo-se até 6 de março de 1832 e com destacado papel no Sete de Abril. Surgiu em 1830 o jornal de Borges da Fonseca, o *Repúblico*. Êste, *O Tribuno do Povo* e outros refletiam o pensamento da esquerda liberal; os jornais de Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos, além de outros, refletiam o pensamento da direita liberal; aquêles que dependiam do trono, o da direita conservadora. Ao aproximar-se o ano de 1831, forjava-se a unidade dos liberais, esquerda e direita somavam esforços; o isolamento de D. Pedro era irremediável, a direita entrava em colapso na área conservadora, perdendo fôrças na opinião, no legislativo, na imprensa. Os acontecimentos começaram a precipitar-se com o assassínio de Libero Badaró. Seguiram o seu curso tumultuoso com a viagem de D. Pedro a Minas e com a *noite das garrafadas*, culminando no Sete de Abril. O roteiro dêsse agravamento ficou nìtidamente refletido na imprensa. Paula Sousa poderia dizer, na Câmara, depois, que se travara, então, "uma luta constante entre a opinião nacional e o poder", êste encarnado no monarca, aquela no parlamento e nos jornais.

Até 1830, era clara a distinção entre a direita e a esquerda liberal e, conseqüentemente, entre as fôlhas que refletiam uma e outra dessas tendências, comuns apenas na crítica à direita conservadora e ao próprio imperador. A *Aurora Fluminense* e a *Astréia* eram "severas na crítica mas buscando guardar regras de decência e polidez". Mas a *Nova Luz Brasileira*, o *Repúblico* e o *Tribuno do Povo* atacavam com virulência, "mal encobrindo planos de agi-

tação popular e subversão da ordem pública".[77] "As campanhas dos jornais de João Clemente Vieira Souto e de Evaristo — assinala um historiador — ficavam num plano de pregação das doutrinas liberais e de censura a erros e desmandos do govêrno, sem nenhum intuito revolucionário, e só afinariam por êsse diapasão na fase paroxística dos acontecimentos, depois da viagem do imperador a Minas Gerais".[78] É curioso verificar como João Batista de Queiroz, desde logo, colocava em seu jornal problemas de conteúdo social, denunciando as mazelas da escravidão, defendendo a igualdade de direitos para os homens de côr, atacando a "canalha recolonizadora". Era pouco mais ou menos a orientação de Borges da Fonseca. Enquanto a *Aurora Fluminense* qualificava o movimento de 1830 na França como "generoso", o Repúblico saudava-o com veemência e acrescentava que "era mister muita desvergonha para o govêrno da Boa Vista ao menos não se acomodar aparentemente à vontade nacional". Em dezembro de 1830, escrevia: "Contra a vontade Soberana da Nação Brasileira, não podem *nem reis nem roques*. (...) O Brasil quer ser monárquico-constitucional e jamais sofrerá que um *ladrão coroado* se sente no trono que a Nação ergueu para assento de um monarca constitucional". A *Nova Luz Brasileira* e o *Repúblico* começaram, depois, a pregar a federação. Apontaram a viagem do imperador a Minas como tentativa de preparação de golpe absolutista. Por coincidência ou não, ao chegar D. Pedro a Barbacena e outras cidades mineiras, os sinos badalavam pela morte de Libero Badaró. Houve quem assinalasse mais do que isso: "Apesar de ter sido bem recebido em tôda a parte, tem tido os seus desgostos e cartas anônimas; é sabido que, quando sai das vilas, levam pedradas as casas em que habitou e têm sido assobiados alguns dos que mais o obsequiaram".[79]

D. Pedro chegou ao Rio a 11 de março, encurtada e completada a viagem a Minas. Haveria ainda remédio para a crise? O certo é que a direita liberal hesitava; preferia ainda "um bom ministério", um "govêrno jeitoso". Os conflitos começaram a 11 mesmo; no dia seguinte, sábado, saíram às ruas grupos numerosos de brasileiros, dando vivas à Constituição; na noite de domingo, 13, os portuguêses reagiram e a situação agravou-se: seria a *noite*

[77] Otávio Tarquínio de Sousa: op. cit., pág. 883, II.
[78] Otávio Tarquínio de Sousa: op. cit., pág. 883, II.
[79] *Revista do* I.H.G.B., tomo 76, parte 2.ª, pág. 370.

das garrafadas. Os ânimos vinham em exaltação crescente, no primeiro trimestre de 1831. A 7 de março, o *Tribuno do Povo* iniciara a sua publicação; a epígrafe do nôvo jornal era elucidativa: "Mais vale morrer livre do que viver escravo", palavras de Catão ao agonizar. Era aniversário da chegada da côrte de D. João ao Brasil e o jornal comentava o evento como de "funestas recordações para o Brasil"; aquela côrte viera "para desdita nossa"; tudo aqui piorara com a sua vinda. A 17 de março, o jornal glorificava a memória de João Guilherme Ratcliff, o rebelado da Confederação do Equador, sacrificado pela implacável repressão monárquica.[80] Nas manifestações do dia 13, a casa de Evaristo da Veiga foi ameaçada; Borges da Fonseca foi procurado por tôda a parte; Francisco das Chagas de Oliveira França chegou a ser agredido. Pedro I foi acusado de participação nos distúrbios: estaria em casa do comerciante português Domingos Guimarães e teria mesmo feito dali disparos de pistola.

Tais manifestações liquidaram o pouco que restava de simpatia pelo imperador entre os brasileiros. Em reunião na residência do deputado José Custódio Dias surgiu logo a proposta de que se recorresse às armas. A direita liberal permanecia hesitante quanto ao uso da fôrça, conquanto, nessa altura, tivesse unido os seus protestos à esquerda. A 17 de março, representação dirigida ao imperador e firmada por vinte e quatro parlamentares assumia forma de ultimatum: "As circunstâncias são as mais urgentes e a menor demora pode em tais casos ser funestíssima. A confiança que convinha ter no govêrno está quase de todo perdida, e se porventura ficarem impunes os atentados (...) importará isto uma declaração ao povo brasileiro de que lhe cumpre vingar êle mesmo por todos os meios sua honra e brio tão indignamente maculados. (...) A ordem pública, o repouso do Estado, o trono mesmo, tudo está ameaçado se a representação (...) não fôr atendida e os seus votos completamente satisfeitos". Assinavam Vergueiro, Evaristo, Odorico Mendes, José Custódio Dias, José Martiniano de

[80] Característica a maneira como Hélio Viana comenta êsse fato: "Abriu o n.º 22 do *Tribuno do Povo*, de 17 de março, um artigo destinado a explorar outro aniversário, o da morte do revoltoso de 1824, João Guilherme Ratcliff, cuja lenda de brasilidade já foi desfeita por historiadores dignos de todo aprêço, como o barão do Rio Branco e o sr. Tobias Monteiro." (Op. cit. pág. 598.)

Alencar, Henrique de Rezende, Honório Hermeto, Limpo de Abreu e mais dezesseis deputados.

D. Pedro reformou o ministério, o que, no dizer do *Repúblico*, "em nada veio melhorar a crise". Januário da Cunha Barbosa, no *Diário Fluminense*, conclamava "os brasileiros dignos dêste nome" a se unirem em tôrno do imperador, mas a imprensa da direita conservadora já não influía nos acontecimentos. A imprensa liberal de direita usava, agora, a mesma linguagem que a da esquerda: a *Aurora Fluminense* de 21 de março mencionava que "o sangue derramado pede sangue", acrescentando: "os brasileiros querem a desafronta de todos os insultos: a sua paciência está exausta". Nos primeiros dias de abril, a agitação invadiu os quartéis. O *Repúblico* pregava "o dever sagrado da resistência à tirania".[81] As ruas viviam sob o signo da inquietação, sempre cheias de grupos exaltados. No dia 6, numerosos dêsses grupos juntaram-se, desde o amanhecer, no Campo de Santana, ao circularem boatos de represálias do imperador aos que o combatiam; à tarde eram já alguns milhares os que ali estavam reunidos; às 11 horas da noite vieram juntar-se os corpos de tropa. Na madrugada de 7, D. Pedro abdicou.

A luta política

A frente formada pelos liberais de esquerda e de direita, que permitiu a vitória do movimento de Sete de Abril, iria cindir-se a prazo curto. A direita conservadora aproveitar-se-ia dessa cisão para operar o *regresso*, isto é, a retomada do poder. Enquanto D. Pedro viveu, alimentando as esperanças da ala conservadora mais extremada, a dos *caramurus*, que pregavam o seu retôrno ao trono brasileiro, essa ameaça manteve ligados, mal ou bem, os liberais que a temiam. Depois de sua morte, porém, desaparecendo tal ameaça, liberais de esquerda extremar-se-iam nas rebeliões provinciais e nas agitações da Côrte, enquanto liberais de direita e conservadores se comporiam, pouco a pouco, para o *regresso*. Assim, o isolamento dos conservadores, que permitira o avanço liberal e o Sete de Abril, seria sucedido pelo isolamento da esquerda liberal, que permitiria

[81] *O Repúblico* de 2 de abril de 1831.

a repressão às rebeliões e agitações, o *regresso* e o golpe da Maioridade.

O pêndulo balançou para a esquerda, na luta contra o absolutismo, derrocando o trono, e balançou depois para a direita, restabelecendo o trono. No intervalo, o Brasil conheceu um regime republicano, na prática: o regente eleito por voto direto, a primazia do Legislativo, a ampla liberdade de imprensa, a reforma política e administrativa caracterizavam o regime como republicano, embora sem o nome e com um príncipe cuidadosamente mantido na reserva, para utilização oportuna. Foi essa uma fase de intensa luta política de que resultou, pelo triunfo conservador, a fisionomia do país na segunda metade do século XIX. Uma luta dessas proporções teria de refletir-se profundamente no desenvolvimento da imprensa, mas foi um desenvolvimento político, não um desenvolvimento técnico. Sob os aspectos formais — impressão, distribuição, circulação — os jornais não apresentam mudanças sensíveis. Nos aspectos essenciais, porém, as mudanças foram muito grandes. A fase da Regência foi, realmente, um dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relêvo e influiu profundamente nos acontecimentos.

Uma relação, naturalmente incompleta, dos periódicos que apareceram em 1831 comprova o destaque que a imprensa assumiu ou manteve porque, na verdade, vinha assumindo desde que se delineou a luta política que desembocou no Sete de Abril. Em julho de 1831, já nítida a cisão entre os liberais de esquerda e de direita, Antônio Borges da Fonseca deixaria a Côrte "a Evaristo e sua influência maléfica", aceitando o cargo de secretário do govêrno da Paraíba. Nesse mesmo ano e naquela província, aparece a segunda fase de *O Repúblico*, que duraria até 1832, com mais de duzentos números, incluindo-se três que foram lançados no Recife, quando da permanência rápida de Borges da Fonseca ali. A 17 de abril de 1833, depois de muitas peripécias, inclusive a demissão do cargo que exercia, Borges da Fonseca lançou, ainda na Paraíba, *O Publicador Paraibano*, em que continuou a sua exaltada pregação, através de tempestuosas polêmicas, destacadamente com *O Raio da Verdade*. A 24 de abril de 1834, viria a lançar, na Côrte, novamente, *O Repúblico*, agora na terceira fase. No Recife apareceria, ainda em 1831, *A Bússola da Liberdade*, dirigida pelo padre João Barbosa Cordeiro, órgão da esquerda liberal caracterizado pela violência de linguagem, e que circulou até 1834. Ainda no Recife

foi impresso *O Olindense*, que começou a circular a 3 de maio, refletindo o triunfo liberal de Sete de Abril; até setembro, teve de ser feito no Recife, daí por diante passou a ser impresso em Olinda. O jornal, redigido por Álvaro e Sérgio Teixeira de Macedo e Bernardo de Sousa Franco, acadêmicos então, não pode ser classificado como puramente estudantil; muito ao contrário, em suas páginas há muita informação sôbre as lutas políticas da época, as da Côrte, as do Pará, as de Pernambuco especialmente. *O Olindense* circulou até 1832.

O ano de 1831 viu aparecer algumas edições do célebre jornal de Cipriano Barata: a *Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos*, a *Nova Sentinela da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro, na Bahia de Todos os Santos*, lançadas na Bahia; a *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá, Hoje Prêsa na Guarita da Ilha das Cobras, em o Rio de Janeiro* e a *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá, Hoje Prêsa na Guarita de Villegagnon*, em o Rio de Janeiro, lançadas na Côrte. É de 1831, no Rio de Janeiro, por outro lado, o aparecimento do *Semanário Político, Industrial e Comercial*, que só teve um número, comprovando, mais uma vez, que a fase excluía a possibilidade de êxito para periódicos especializados, concedendo-a apenas aos que se afirmassem como políticos no sentido mais estrito.

O que se destaca, em 1831, porém, é a proliferação dos pasquins. Só na Côrte, e sem preocupação de lista completa, apareceram *O Buscapé, O Narciso, O Doutor Tirateimas, O Nôvo Conciliador, O Enfermeiro dos Doidos, Cartas ao Povo, Os Dois Compadres Liberais, O Velho Casamenteiro, O Médico dos Malucos, O Ferrabrás da Ilha das Cobras, O Minhoca-Verdadeiro Filho da Terra, O Verdadeiro Patriota, O Grito da Pátria contra os anarquistas*. São pasquins de 1832: *O Martelo, A Trombeta dos Farroupilhas, O Carijó, O Caramuru, A Sentinela da Liberdade no Rio de Janeiro*. São pasquins de 1833: *O Torto da Artilharia, O Cidadão Soldado, O Soldado Aflito, O Hospital Fluminense, O Grito dos Oprimidos, O Brasil Aflito, O Saturnino, O Mestre José, O Pai José, O Carpinteiro José, O Evaristo, A Lima Surda, O Pedro 2.º, Teatrinho do Senhor Severo, O Homem de Côr, O Mulato, O Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho, O Meia-Cara, O Tamôio Constitucional, O Indígena do Brasil, O Trinta de Julho, O Restaurador, A Lusitânia Triunfante, A Marmota, O Burro Magro, A Loja*

do Belchior, A Mineira no Rio de Janeiro, A Liberdade Legal, O Macaco, O Crioulo, O Carioca, O Par de Tetas, A Formiga.

Em 1832, Cipriano Barata, ainda na Côrte, voltaria com a *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá, Hoje Prêsa na Guarita da Fragata Niterói, em o Rio de Janeiro;* em 1834 estaria de volta ao Recife, e ali apareceria com a *Sentinela da Liberdade em sua Primeira Guarita, a de Pernambuco, onde Hoje Brada Alerta!* No Salvador, em 1832, nova tentativa, agora provincial, de periódico sério, o *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia,* que duraria até 1836, dirigido, até 1835, por Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá e, com a morte dêste, por Miguel Calmon du Pin e Almeida. Em 1833, surgiria *O Auxiliador da Indústria Nacional,* na Côrte, revista econômica, órgão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, redigido por Januário da Cunha Barbosa e outros. Se revistas dêsse tipo apareciam pouco e tinham, normalmente, vida curta, os pequenos jornais, também efêmeros, multiplicavam-se: "Durante a Regência, os jornais pulularíam, multiplicando-se, no Rio e nas províncias. Aos que já existem antes do 7 de abril, vieram juntar-se novos, quase todos agressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas gerais do que com as pessoas, espalhando a confusão e sem o menor respeito pela vida privada de ninguém".[82] "Novos jornais, novos pasquins, surgiam todos os dias. Uns duravam semanas, meses; outros vingavam. Os que morriam, ressurgiam às vêzes com nome mudado, mas sempre animados do mesmo espírito de intriga, da mesma vocação para a calúnia. Em princípio de 1832, havia cêrca de cinqüenta jornais no Brasil, muito com as denominações as mais estranhas. Ao lado da *Malagueta,* da *Mutuca,* do *Jurujuba,* aparecia *O Filho da Terra,* o *Republicano da Sempre-viva,* o *Caramuru* e o *Carijó,* os dois últimos francamente restauradores e obedecendo à inspiração de Martim Francisco e Antônio Carlos".[83]

A imprensa definia-se quanto à orientação, nos três campos, o dos conservadores de direita, embalados no sonho da restauração, o dos liberais de direita, que faziam papel de centro, e o dos liberais de esquerda, Evaristo da Veiga, figura central do liberalis-

[82] Otávio Tarquínio de Sousa: *Evaristo da Veiga,* 2.ª edição. Rio, 1957, pág. 114.
[83] Idem, pág. 123.

mo de direita, era violentamente combatido pelos jornais das outras duas facções: "O combate que lhe moviam os jornais adversos assumia por vêzes um caráter extremamente pessoal: o *Caramuru*, o *Carijó*, o *Catão*, a *Trombeta*, o *Clarim*, o *Diário do Rio* procuravam expô-lo à antipatia pública, desfigurando-o por completo".[84] A 8 de novembro de 1832, o redator da *Aurora Fluminense* foi alvejado a tiros, quando conversava com amigos, na livraria de seu irmão. O atentado partira do campo conservador: o *Caramuru*, dirigido por Daví da Fonseca Pinto, escriba dos Andradas, chegou a lastimar que Evaristo tivesse escapado. Mas a esquerda liberal também não o poupava. Paula Brito, que começava então sua carreira, atacava-o em versos, na *Mulher do Simplício;* o general Abreu e Lima, pela *Tôrre de Babel*, chamava-o "ignorante" e "indigesto". No côro, formavam muitas vozes: "tais as injurias dos pasquins que surgiam e desapareciam — o *Par de Tetas*, o *Pai José*, o *Caolho*, a *Lima Surda*, e os que tinham vida menos efêmera — o *Catão*, o *Carijó*, o *Caramuru* e o antigo *Diário do Rio* que, de jornal de anúncios, de *Diário da Manteiga*, passara a servir à política caramuru, publicando grandes artigos do visconde de Cairu, sob o pseudônimo de *Jurista*, hostís e Evaristo".[85]

As sociedades que agrupavam restauradores tornavam-se audaciosas; os distúrbios de rua sucediam-se. Tudo repercutia na Câmara e na imprensa. A sessão de 1834 tinha finalidade especial: a Câmara assumia podêres de Constituinte e ia discutir a lei magna do país. Entre os seus 90 membros, havia 23 padres, 22 magistrados, militares, funcionários, agricultores e jornalistas. Nela tinham assento os redatores da *Bússola*, do *Tempo*, do *Diário da Bahia*, do *Universal*, da *Tolerância*, do *Astro*, do *Homem Social*, do *Independente* e da *Aurora Fluminense*. Havia algumas mudanças na imprensa, ao lado da proliferação dos pasquins: desapareceria, em 1832, o *Tribuno do Povo;* o *República* deixaria de circular na Côrte, saindo na Paraíba; surgiriam *O Brasileiro* e *O Nacional*, que haviam circulado antes, de tendência centrista; começaram a circular *O Independente*, dirigido por Sales Tôrres Homem, e *O Sete de Abril*, orientado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Eram sintomas do esfôrço do centro e da direita para disputar a opinião pública à influência dos pasquins de esquerda.

[84] Idem, pág. 137.
[85] Otávio Tarquínio de Sousa; op. cit., pág. 144.

Tudo isso iria influir na Câmara, erigida em Constituinte que baixaria o Ato Adicional e estabeleceria a Regência singular e eletiva — quase a República. A escolha do Regente, assim, concentrou as atenções: foi eleito Feijó. Alcançara, em total de 6.000 eleitores, 2.826 votos, menos da metade, e isso indica a estreiteza do campo eleitoral da época. Os liberais de direita marchavam para a união com os conservadores, para esmagar a esquerda. Grande artífice dessa união, Evaristo da Veiga suspenderia a publicação da *Aurora Fluminense*, com o número de 30 de dezembro de 1835 — sua missão estava cumprida.

As paixões políticas estão retratadas nos pasquins, mais do que nos jornais dotados de certa continuidade e estabilidade: "A êles não se poderá negar certa influência no desenrolar dos acontecimentos, de modo ponderável tendo contribuindo- seguramente, para a formação do ambiente de polêmicas que, a partir de então, se tornou normal em todo o país, logo degenerando em conflitos e rusgas, motins e levantes que, em alguns casos, chegariam a verdadeiros movimentos revolucionários, de extensa envergadura".[86] Na Bahia e no Rio, Cipriano Barata persistiria em sua pregação impressa. Antônio João Rangel de Vasconcelos, major de Engenharia, era redator do *Filho da Terra*. Francisco das Chagas de Oliveira França comandaria os acontecimentos, com o *Tribuno do Povo*. Clemente José de Oliveira redigia *O Brasil Aflito*. Silvério Mariano Quevedo de Lacerda fôra o responsável pela *Luz Brasileira*, a que sucedera a *Nova Luz Brasileira*. Pascoal Bailão foi o redator da virulenta *Marmota*, que durou apenas sete números.

Morreira de Azevedo explica a proliferação dos pasquins como conseqüência da violência das lutas políticas do tempo: "Diversas causas explicam o descomedimento da imprensa dessa época: era o Govêrno considerado regressista, estava sem prestígio: irritado contra os insultos da oposição, mostrava-se violento na imprensa; em vez de aplicar com sabedoria e tino a imprensa para dirigir a opinião pública e promover o adiantamento cultural do povo, servia-se dela para ferir os seus contrários e perdê-los no conceito público. Julgando comprometidos os princípios democráticos, e corrompido o Govêrno, se exaltava a oposição, e tudo isso explica a aparição dêsses períodicos veementes, insultuosos, lembrando represálias, excitando o patriotismo e tratando de aumentar o ardor,

[86] Hélio Viana: op. cit., pág.

a luta dos partidos, luta que mui breve devia trazer grande mudança à política do país".[87] Em outro lugar, considera o problema: "Foi o ano de 1832 a 1833 um daqueles em que a imprensa assumiu entre nós maior grau de exaltação; saíram dos prelos, em 1832, 35 periódicos, dos quais 14 sustentavam o Govêrno e 21 faziam-lhe guerra aberta, sem medidas, nem tréguas; foi em 1832 que feriram, em 5 de novembro, com um tiro de pistola, a Evaristo Ferreira da Veiga, o redator da *Aurora Fluminense*".[88]

Calógeras mencionou que "a orientação geral era oposicionista, indo até o limite da federação e da república". [89] Referia-se à imprensa do tempo que, segundo J.C. Fernandes Pinheiro, era constituída de "miríadas de jornais... escritos pela maior parte em estilo desabrido e empregando a sátira burlesca, e muitas vêzes desonesta", mas cuja "virulenta linguagem" era "própria da época".[90] Vieira Fazenda relata que "os jornais daquele tempo foram a válvula, de onde partiram ofensas e calúnias contra os governantes. A linguagem cáustica e desabrida de alguns artigos ainda hoje provoca verdadeiras náuseas".[91] Em outro de seus trabalhos, salienta "a linguagem cáustica, ferina, desabrida e imoral das fôlhas de oposição. Nunca a imprensa, entre nós, desceu tão baixo, não poupando a vida íntima dos moderados, governantes ou não, e até invadindo o lar da família de uns e outros".[92]

Se a análise de Moreira de Azevedo é superficial, a de Vieira Fazenda é facciosa, pois não era virulenta apenas a imprensa da oposição. Evaristo da Veiga, apesar de participante e algumas vêzes vítima, no caso, situou melhor o papel e as características dos foliculários que serviam ao govêrno e à facção conservadora: "Tiradas poucas exceções, o jornalismo caramuruano do Rio de Ja-

[87] Moreira de Azevedo: "Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro", *in Revista* do I.H.G.B., tomo 28, parte 2.ª, vol. 31, págs. 194/195, Rio, 1865.

[88] Moreira de Azevedo: "Motim político de 17 de abril de 1832", *in Revista* do I.H.G.B., tomo 38, parte 2.ª vol. 51, pág. 129, Rio, 1875.

[89] J. Pandiá Calógeras: *Formação Histórica do Brasil*, Rio, 1930, pág. 170.

[90] J. C. Fernandes Pinheiro: *in Revista Popular*, Rio, 1859.

[91] José Vieira Fazenda: "Aspectos do período regencial", *in Revista* do I.H.G.B., tomo 77, parte 2.ª, vol. 129, pág. 56, Rio, 1914.

[92] Idem: "Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro", *in Revista* do I.H.G.B., tomo 88, vol. 142, págs. 332-333, Rio, 1920.

neiro, cuja variedade de título pode de longe fazer algum ruído, divide-se em jornais 'Queiroz' e em jornais 'Daví'; são os Srs. João Batista de Queiroz, ex-redator da *Matraca* e do *Jurujuba dos Farroupilhas*, e Daví da Fonseca Pinto, ex-redator do *Poraquê* e do *Verdadeiro Patriota*, os quais inundam a cidade com periódicos, que de ordinário não passam do quarto número. Êstes dois paladinos da retrogradação, ambos empregados por D. Pedro I e detidos da revolução, ambos igualmente notáveis pela imoralidade de sua conduta, pelas ações vergonhosas com que se têm feito conhecidos na sociedade, são, contudo, distintos um do outro como escritores, por qualidades que denunciam à primeira vista as suas produções e que os diferenciam: *A Lima Surda*, o *Pai José*, *A Babosa*, o *Restaurador*, o *Tamoio Constitucional* e parte de *O Caolho* e do *O Permanente* são o lote do Sr. Queiroz; pesam sôbre os ombros do Sr. Daví: o *Adotivo*, o *Papeleta*, o *Brasileiro Pardo*, o *Andradista*, o *Lafuente* e parte do *Bentevi*, da *Loja do Belchior* e do *Esbarra*. O primeiro afeta finura, profundidade e estilo misterioso, procura com desvêlo analogias recônditas e falsas e quer parecer filósofo e pensador à maneira dos cínicos mais depravados. O segundo tem fumos de literato, pilha Filinto Elísio e mais alguns quinhentistas para ter o ar de purista em linguagem e é sempre declamador e pedante. O primeiro, não contente da imundície que encontra na superfície da terra, vai cavá-la no fundo e com esfôrço. O segundo contenta-se com o que acha à superfície, para enfeitar os seus inúmeros escritos. O primeiro, pregando a restauração e facilitando-lhe os caminhos, a cada passo manifesta que zomba com papelões aristocráticos a quem a está fazendo e cujos interêsses defende por um cálculo de perversidade. O segundo aspira a ser popular e adular a multidão e não pode disfarçar a aversão, o antigo ódio que vota aos brasileiros e a sua simpatia exclusiva por tudo que é do outro mundo. O primeiro encara a restauração como um modo de chegar à anarquia ensanguentada, ao regime do terror, à dominação dos demagogos ferozes. O segundo olha a anarquia como o caminho que vai ter à restauração e à tirania imperial. O primeiro alia o prazer bárbaro de decapitar vítimas no tribunal revolucionário e de sacrificar à sua inveja e raiva negra tôdas as notabilidades sociais, adulando para êsse fim as paixões da populaça. O segundo conta enviar à fôrca e às galés os amigos da li-

berdade brasileira, gozando o favor do príncipe, em cujo serviço se tem arrastado tanto".[93]

Mas havia, também, outro tipo de imprensa, pouco numeroso, evidentemente, mas significativo, que pode ser exemplificado com *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que começou a circular a 15 de janeiro de 1833, como órgão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada na Côrte, em 28 de fevereiro de 1828, por Inácio Alves de Almeida, contando, inicialmente, com 49 sócios, chegando a 75 em 1833, quando secretário José Silvestre Rebelo. Tal Sociedade, que gastava com o jornal, em forma de revista, como era comum na época, 689$258 anuais, tinha Conselho Administrativo composto de comissões, inclusive a de Redação de Jornais, Programas e Revisão de Memórias, constituida, em 1833, por Januário da Cunha Barbosa, frei Custódio Alves Serrão e Baltasar da Silva Lisboa, que redigia o jornal. Publicava êste memórias sôbre café, açucar, mandioca, fabricação de produtos de origem vegetal e animal, velas, sebo, tabaco, conservação de utensílios, etc. Era impresso na tipografia de J. F. Tôrres, à rua da Cadeia, 63; seu preço por subscrição era de 8$000 anuais, 4$000 semestrais, assinatura que baixou, em 1827, para 4$000 anuais; era vendido nas lojas de Laemmert, à rua da Quitanda, de Sousa, à rua dos Latoeiros, e de Lorena, à rua do Ouvidor. Dentro da significação amplíssima que indústria tinha, na época, tratava de assuntos os mais diversos. No número inicial, trazia amarga análise do país: "Não precisamos ir longe para vermos provas palpáveis desta últimas tristes verdades. No vasto, rico e importantíssimo Império do Brasil, que por felicidade nossa habitamos, uma máquina é exótica; não existe uma estrada perfeita; não se navega por um canal; e isto porque ainda não resolvemos a associar os poucos meios de cada um para, com o coletivo de todos, obtermos os resultados que os capitais reunidos fazem todos os dias surgir naqueles países onde o espírito de associação comanda a natureza bruta e a força e apresentar nova face polida, tudo efeito, tudo obra da reunião de indivíduos." Comentava nesse número a vantagem da navegação a vapor entre o Rio e Campos para o transporte de açúcar, visto que, enquanto um barco a vela cobria aquêle percurso em 60 dias, um barco a vapor cobria-o em um só dia. Nota sôbre a produção e o consumo do café informava que a produção

[93] Otávio Tarquínio de Sousa, op. cit., pág. 148.

ascendera a 250 milhões de libras, de que a parte brasileira era de 60 milhões; que o consumo crescera, de 1825 a 1830, de 60%, e os principais consumidores eram a Holanda e Países Baixos, com 85 milhões; Alemanha e costa do Báltico, com 85 milhões; França, Espanha, Portugal e Mediterrâneo, com 60 milhões; e Estados Unidos, com 50 milhões.

A Sociedade comprava máquinas, que mantinha em exposição, em 1833, possuía 90 delas: de descascar café, de lavar ouro, de descaroçar algodão, de cortar capim, de tornear metais, de fazer cordas, etc. A revista traduzia artigos de publicações estrangeiras, que assinava, como *American Farmer, O Agricultor Americano*, americanas, a *Revista Britânica*, inglesa, o *Jornal dos Conhecimentos Úteis*, francês, o *Semanário de Agricultura e Artes*, inglês, e outras. Januário da Cunha Barbosa era o tradutor habitual dêsses periódicos, dêles extraindo as matérias de maior interêsse para os leitores brasileiros. No número 6, por exemplo, aparecia, em tradução, artigo de J.B. Say, com anotações por sinal muito sagazes do cônego brasileiro, "Vantagem do Emprêgo das Máquinas". Os números de 1834 apresentam artigos de interêsse, um sôbre "Caminhos", outro sôbre" Canais de Navegação", terceiro sôbre a necessidade da construção de um canal entre Campos e Macaé. Nesse ano, no número 10, aparecia curiosa "Memória sôbre a necessidade que há de estradas no Brasil e algumas idéias sôbre o método de fazer as mesmas". O título era demasiado longo, mas a matéria tinha interêsse: os senhores de terras, que seriam, naturalmente, os leitores e os assinantes do jornal, sonhavam com um país próspero, cortado de bons canais, de estradas que permitissem o escoamento da produção, do café com destaque, tudo aquilo que, mais adiante, homens como Teófilo Otoni, ou Mauá, ou Mariano Procópio tentariam empreender. É curioso lembrar que a assinatura do *American Farmer* custava, à revista brasileira, naquela época, apenas 10 mil réis, conforme notícia de 1834. Nesse ano, a revista divulgou importante trabalho de Carlos Augusto Taunay sôbre imigração. Vemos, assim, pela coleção dêsse precioso periódico, de vida relativamente longa, números bastante volumosos, da ordem de trezentas páginas, como os que comandavam a vida política brasileira sonhavam com grandes novidades, com empreendimentos, com a remodelação da face colonial, esquecidos, apenas, da estrutura colonial que peiaria tudo isso.

Falecido D. Pedro, em Portugal, a 24 de setembro de 1834, desaparecia a razão de ser dos restaurantes. Era o único obstáculo a uma composição da direita conservadora com a direita liberal, composição que se esboça nesse fim de 1834, o ano da alteração constitucional, e afirma-se no ano seguinte, sob a batuta álgida de Feijó, feito Regente, para consolidar-se com Araújo Lima, a partir de 1837, e desembocar no golpe da Maioridade, em 1840. O caminho do *regresso* não foi longo, mas tortuoso, pontilhado de tempestades, entre as quais se destacaram as rebeliões provinciais, abalando o país. Nesse período, a imprensa continuou no seu papel, refletindo as contradições sociais e políticas e influindo no andamento dos acontecimentos. Papel que se particularizaria em cada uma daquelas rebeliões, até à de 1848, em Pernambuco, que encerra a fase de turbulência. Abre-se, então, para o país, a fase imperial: só ao aproximar-se o fim do século irromperia nova tormenta, que derrocaria o regime, e em que a imprensa participaria também com relêvo. Os que viviam sob Feijó, entretanto, não poderiam imaginar isso.

O regresso conservador

O desenvolvimento da imprensa não ocorreu apenas na Côrte e em função das lutas políticas nela travadas. Estendeu-se a todo o país, particularmente nas províncias em que as lutas políticas alcançaram nível mais alto, interessando profundamente, em alguns casos e episódios, camadas muito mais amplas do que teria sido possível supor à base dos choques meramente eleitorais. Êsse avanço preocupou sèriamente a classe latifundiária, que detinha o poder: a união entre conservadores e liberais de direita, o isolamento da esquerda liberal e seu esmagamento foi a forma que assumiu a tendência conhecida como *regresso*. A palavra decisiva, para essas fôrças, passou a ser a "ordem". Levantaram o espantalho da "anarquia" e até o da secessão. Apresentaram-se como fiadores e asseguradores da unidade nacional. Criaram instrumentos adequados de repressão. Podaram as manifestações eleitorais, garantindo maioria nas Câmaras: a partir da Regência de Feijó, assinala-se progressivo declínio na representação parlamentar da esquerda liberal. Esta se viu logo compelida às ações

de fôrça. Em algumas províncias, a solução estêve no apêlo às armas.

S. Paulo era cidade de cêrca de 10.000 habitantes, a que os estudantes começavam a dar algum movimento. Nela, em 1835, o govêrno local comprou *O Paulista Oficial* e a oficina do *Farol Paulistano*, para poder enfrentar as lutas políticas. A província pouco excedia de 300.000 habitantes. Em 1831, circulava na sua capital a *Voz Paulistana*, de Francisco Bernardino Ribeiro, de oposição ao trono; em 1832, aparecera *O Federalista*, de José Inácio Teixeira da Mota; em 1833, a *Revista da Sociedade Filomática*, de um grupo de acadêmicos. A primeira oficina instalada no interior, em 1832, foi a de Antônio Hercules Romualdo Florence, que a comprara no Rio por oitocentos mil réis, levando-a para Campinas. Hercules Florence chegara ao Rio em 1824, vindo de Toulon. Na Côrte, continuavam a parecer novas fôlhas: *A Novidade* e *A Novidade Extraordinária*, de 1835, que durou até novembro, quando apareceu o efêmero *O Sapateiro Político;* em dezembro, surgia *O Compadre de Itú a Seu Compadre do Rio*, impresso na Tipografia Patriótica, de M.J. de Lafuente, de oposição a Feijó. Outros apareciam em Niterói, como *O Sorvete de Bom Gôsto*, nascido em dezembro e que durou até 8 de janeiro de 1836, quando circulou o seu segundo número; *A Nova Caramuruada*, de fins de dezembro de 1835; e *O Barriga*, de janeiro do ano seguinte.

Outros pasquins, como *O Eleitor*, *O Café Reformado*, *O Café da Tarde*, *O Capadócio*, mostram que, em 1835, a pequena imprensa panfletária continuava ativa. Continuou nos anos subseqüentes, com *O Paquete do Rio*, em 1836; *A Pepineira*, *O Progresso* e *O Semanário do Cincinato*, em 1837; *O Correio de Petas*, *A Rolha*, *O Popular*, *O 22 de Abril*, em 1838; *O Pregoeiro*, *O Sova*, *O Dois de Dezembro*, *O Monarquista do Século XIX*, *O Instinto*, em 1839; *A Verdade Núa e Crua*, *O Grito da Razão*, *Sentinela da Monarquia*, em 1840. Mas já estava em visível declínio o gênero. Em maio de 1837, falecia Evaristo da Veiga, já desencantado dos métodos de Feijó. No sul, a rebelião dos *farrapos*, iniciada em 1835, continuava a absorver as preocupações do govêrno, como a Cabanagem amazônica. Feijó compreendeu a fragilidade de sua posição: não podia agir sem apoio parlamentar e não queria sujeitar-se a isso. Sem saída, deixou suas altas funções. Assumiu-as Pedro de Araújo Lima, em 1837, propenso às acomodações e por

isso muito mais útil na fase de composição de ampla frente conservadora. As fôrças regressistas articulavam-se para, derrotando o liberalismo rebelado, constituir um poder mais forte, capaz de ser realmente impôsto ao país.

O setor mais importante da imprensa da época viria a ser, com as rebeliões, o que estava ligado, nas províncias, aos movimentos que nelas surgiram. Guardando cada um características regionais ou locais, revelavam, como traço geral, a resistência ao *regresso* conservador que modelaria o segundo Império. Se, em cada uma das províncias conflagradas, a imprensa local denunciou os aspectos fundamentais das lutas políticas e nelas influiu, parece inequívoco que a imprensa pernambucana, quando da revolução Praieira, foi aquela que melhor situou e refletiu os traços gerais da época. Em tôdas encontrou-se, entretanto, o sulco profundo dos papéis impressos, o clarão das pregações, a nota das idéias que buscavam multiplicar influências, abalar situações, mobilizar a opinião. É surpreendente que a história dêsse movimentos de rebeldia não tenha aproveitado, até agora, e via de regra, êsse material informativo extraordináriamente rico e esclarecedor — o dos jornais. Isso comprova apenas que, na verdade, a história das rebeliões da Regência está por ser escrita. E precisa ser escrita, aproveitando o manancial dos jornais da época, os das províncias e os da Côrte, êstes para mostrar o eco e repercussão e reações que nela encontravam os acontecimentos distantes.

Ao Rio Grande chegavam também as conseqüências do que se passava na Côrte; ali se repetia, como nas outras províncias, a luta entre conservadores e liberais de esquerda e de direita, aquêles com a ala extremada dos restauradores, entre a abdicação e a morte de D. Pedro. *O Inflexível*, redigido pelo panfletário português Joaquim José de Araújo, era o órgão dessa facção. Professava odiosa campanha contra os sentimentos nativistas da gente local e combatia violentamente a federação e a república, reformas que andavam no espírito de muitos sulinos. No *Noticiário*, Francisco Xavier de Oliveira profetizava grandes lutas. No *Constitucional Rio-Grandense*, Pedro José de Almeida, o agitado e gordo Pedro Boticário, defendia a reforma federativa. No *Recopilador Liberal*, Magalhães Calvet clamava: "Os brasileiros, verdadeiros amigos de sua pátria, não querem a guerra civil, querem a federação: o que não convém à caterva infame dos caramurus traidores, nem à fingida moderação; porque sendo feita aquela, ficam

burlados os planos de uns e outros". Tito Lívio Zambeccari, que começara escrevendo no *Continentino*, órgão moderado, passaria a fazê-lo em *O Republicano*. Deflagrada a luta armada, Rossetti redigiria o órgão dos farroupilhas, *O Povo*, em cujas páginas se espelham as agruras da revolução, corrida do litoral e acolhida à campanha, passando de Pôrto Alegre a Piratini, onde surgira o jornal, e de Piratini a Caçapava.

Em setembro de 1842, surgiria, no Alegrete, *O Americano*, para substituir *O Povo*, que deixara de circular desde a ocupação de Caçapava pelos imperiais. Surgia da necessidade de combater "os escritores venais do Rio de Janeiro e seus satélites, que desfiguram os atos da nossa gloriosa revolução e propalam mil calúnias, dirigidas a aviltar nosso caráter e a deprimir nosso govêrno". A doutrinação política exercida pelo nôvo órgão farroupilha era democrática: "a soberania reside nos povos, todo o poder legítimo dimana da vontade popular", pregava. Quando Caxias apareceu, defendendo a solução conciliadora para pôr têrmo à longa campanha que devastava a província, *O Americano* respondia com sarcasmo: "Quem há por aí que reprove a moderação e a decência com que S. Ex. fala de si mesmo? Quem duvidará que o Senhor Supremo, por um dos seus incompreensíveis mistérios, o tenha elegido para satisfazer os ardentes desejos do Imperador e do Brasil? Rio-grandenses, rendei as armas; entregai vossos pulsos às cadeias... Êle foi mandado, qual outro Moisés, a libertar um povo querido do cativeiro e da tirania: sua missão é augusta e sagrada, seu poder, imenso e sobrenatural..." Sem a leitura de *O Povo*, que circulou de 1838 a 1840, de *O Mensageiro*, que circulou de 1835 a 1836, de *O Americano*, que circulou de 1842 a 1843, da *Estrêla do Sul*, que circulou em 1843 e uns poucos mais, a história farroupilha é incompleta. Nessas fôlhas, impressas quase sempre sob condições extremamente difíceis, o movimento ficou espelhado, em todos os seus traços, os gerais e os particulares.

Mas, ainda antes que, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a luta entre conservadores e liberais da esquerda e da direita deflagrasse o movimento armado, em 1835, no outro extremo do país, na província do Pará, aquela mesma luta provocaria a insurreição que viria a ser conhecida como Cabanagem em que a imprensa teve também papel relevante. A arte tipográfica ali se desenvolvera com grande lentidão: depois de *O Paraense*, que iniciaria sua circulação em março de 1822, sob

a direção de Fellipe Patroni e, depois, do cônego João Batista Gançalves Campos, e, adiante, do cônego Silvestre Antunes Pereira da Barra para, finalmente, ser redigido por Antônio Ferreira Portugal, desaparecendo o jornal em fevereiro de 1823, após ter lançado 70 números — depois de *O Paraense*, surgiria, ainda em 1823, e da mesma oficina, *O Luso-Paraense*, redigido por José Ribeiro Guimarães e Luiz José Lazier, em tudo antipoda do anterior. Tal oficina comporia também *O Independente* em dezembro de 1823 e, entre êsse ano e o de 1829, *O Verdadeiro Independente*, *O Telegrafo Paraense* e *O Brasileiro Fiel à Nação e ao Império*. Só neste último ano surgiria outra oficina tipográfica, a de João Antônio Alvarez. Foi dela que saiu, em 1829 mesmo, o órgão liberal *O Sagitário*. Das lutas entre conservadores e liberais, aprofundadas com o avanço dêstes na época do Sete de abril, surgiram *O Correio Oficial Paraense*, dirigido pelo padre Gaspar de Siqueira Queiroz, panfletário atrevido que servia aos conservadores, fixando a sua fúria particularmente em Batista Campos e na *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, de Clemente Malcher, redigida pelo não menos virulento Vicente Ferreira Lavor Papagaio, cearense que Batista Campos mandara vir a Belem. O clima político da província agravava-se progressiva e ràpidamente. Batista Campos, figura típica de agitador e de jornalista liberal, faleceu no último dia do ano de 1834. Ao iniciar-se o ano seguinte, eclodiria a Cabanagem.

Enquanto durou a luta armada, na sucessão de choques de extrema violência, a atividade da imprensa quase desapareceu. As dificuldades observadas no sul para a circulação de jornais repetiram-se no norte, mas em proporções muito maiores: no sul circularam fôlhas impressas, com irregularidade mas com a continuidade para não deixar desaparecer de todo o mister, no norte, as dificuldades eram agravadas por uma série de fatores e a impresa dos rebelados só existiu nos intervalos curtos de uma luta extraordinàriamente acirrada. Na fase preparatória, a da pregação, sua atividade foi importantíssima, porém. Os conservadores defendiam suas idéias no *Sagitário*, redigido pelo francês Lazier; em *A Opinião*, de que era redator João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha; em *O Despertador*, onde escreviam José Soares de Azevedo, Tenreiro Aranha e Marcos Antônio Rodrigues Martins. Os liberais pregariam as suas no *Orfeu Paraense*, de Batista Campos; no *Publicador Amazoniense* de Batista Campos e Silvestre Antunes Pe-

reira; no *Paraguaçu*, dos mesmos cônegos; e na *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*, de Ferreira Lavor. Esmagada a rebelião, em 1836, surgiria, logo no ano seguinte, ali, o Partido Conservador e, avançando êste no ritmo do *regresso* e sobrevindo o golpe da Maioridade, seria seu órgão, ironicamente, desde 1844, *O Tribuno do Povo*, redigido por Joaquim Mariano de Lemos e Vitório de Figueiredo e Vasconcelos.

A província da Bahia seria também palco de graves episódios ligados à luta entre conservadores e liberais, generalizando-se a agitação em sucessivos choques violentos, desde 1830. A imprensa desempenhou função destacada nesse período: de 1831 a 1837, sessenta periódicos foram editados na Bahia. Como as facções agrupavam-se em clubes políticos, êstes tinham os seus órgãos impressos: o da Sociedade Federal era *O Precursor Federal*, redigido por Luíz Ganzaga Pau Brasil; o da Sociedade Conservadora chamava-se *O Conservador Social*; o da Sociedade Militar, monarquista, tinha por título *O Militar*. Os restauradores, enquanto existiram como fôrça organizada, falavam pelo *Jornal do Comércio*. Os federalistas pregavam pelas colunas de *O Pirilampo*, *O Federal pela Constituição* e *O Guia Federal*. Havia os que pretendiam desligar a Bahia do Império, e mantinham *O Separatista*. Isto sem falar, naturalmente, nas *Sentinelas*, de Cipriano Barata.[94]

Em 1832 e 1833, a esquerda liberal estava, na província, quase totalmente batida: refugiara-se na maçonaria e na imprensa. O govêrno de Feijó levara os seus adeptos ao desespêro. Em julho de 1837, Sabino Vieira, um dos mais exaltados, lançava o *Nôvo Diário da Bahia*, que viria a ser instrumento básico da rebelião que tomaria o seu nome, empregando a linguagem desabusada do tempo. *A Luz Baiana*, de João Carneiro Filho, viria fazer eco ao jornal de Sabino. A 7 de novembro, irrompia a insurreição que, ilhada na capital da província, publicou um jornal, o *Nôvo Sete de Novembro*, distribuído gratuitamente à população sitiada. Esmagada no brazeiro da cidade a que as tropas imperiais atearam fogo, fuzilados os responsáveis ainda no calor da luta, instalou-se, em junho de 1838, o "júri de sangue". Sabino Vieira, exilado em Goiás, re-

[94] "Jornais em todos os formatos, com tôdas as côres, com tôdas as paixões. Poucos tinham uma existência longa. A maioria finava-se depois de poucos números. Outros mudavam de nome. E os editôres cercavam o público, fazendo imprimir até quatro periódicos com títulos diferentes." (Luís Viana Filho: *A Sabinada*, Rio, 1938, pág. 55.)

digiu ali um jornal de que tirava apenas doze exemplares, *O Zumbi*, tal o rigor da repressão. Mandaram-no, então, para o forte Príncipe da Beira, cento e noventa léguas distante da cidade mais próxima em 1844. No trajeto, na vila de Mato Grosso, colheu-o contra-ordem, mas preferiu ali permanecer e redigiu outro jornal, *O Bororó*, vindo a finar-se pelo Natal de 1846.

A agitação ganharia, depois, as províncias de São Paulo e de Minas Gerais. Naquela, desde 1835, era órgão do govêrno *O Paulista Oficial*, fundado em 1834, substituido nessa função, logo depois, pelo *Paulista Centralizador*. Em 1838, depois de deixar a Regência, Feijó fundara ali o *Observador Paulistano* e, em 1840, Antônio Manuel de Campos Melo punha em circulação *O Solitário*. destinado a combater a política conservadora. Hercules Florence lançou, em Sorocaba, no ano de 1842, *O Paulista*, que seria o órgão da rebeldia que Caxias não teve dificuldade em abafar. O jornal sorocabano tirou apenas quatro números, a 27 e 31 de maio e a 8 e 16 de junho. Diria, num dêles: "continuamos a fazer parte do Império, salvo se o govêrno, longe de ouvir-nos, procurar hostilizar-nos e nos puzer na necessidade de lançar mão de medidas extremas ... abram os olhos todos os interessados em a nossa união... e não nos obriguem, não nos violentem: já temos sido muito provocados. Lembrem-se que paulistas não recuam". Derrotado o movimento, foi a oficina enterrada na estrada de Sorocaba. Anos depois, desenterrado o material, foi vendido aos irmãos João e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva que, em abril de 1858, lançariam o semanário *Aurora Campineira*. *O Observador Constitucional*, de Feijó, deixou de circular quando o padre deslocou-se para Sorocaba a fim de participar do movimento de 1842. Como a *Sabinada*, em que influira Bento Gonçalves, prêso e depois evadido do forte do Mar, o movimento paulista e mineiro tinha ligação com o dos *farrapos*. Eram rebentos do liberalismo que declinava a pouco e pouco, triturado pelo *regresso* conservador.

Em algumas províncias, êsse *regresso* começou bem cedo: no Maranhão, por exemplo. Ali, como escreveu um historiador, logo após o Sete de Abril, começou um "período de desânimo, em que desapareceram os partidos para dar lugar aos corrilhos, em que se fecharam os jornais para surgir a época do silêncio".[95] Êsse silêncio seria quebrado, a 30 de junho de 1838, por Estevão Rafael

[95] Astolfo Serra: *A Balaiada*, Rio, 1946, pág. 251.

de Carvalho que, não conseguindo reeleger-se à Assembléia Geral, no declínio do liberalismo, fundaria *O Bentevi*, na província a que voltara, abrindo, desde logo, virulenta campanha contra a situação nela dominante. Era um jornal pequeno, um quarto do formato almaço comum, impresso na oficina de José Inácio Portugal, aparecendo tôdas as semans, sem dia certo: quando ia circular, avisava com foguetório grosso. Redigido por Carvalho, Francisco Baltasar da Silveira e Raimundo Cantanhede, despertava grande interêsse e circulou até 6 de outubro, tirando 31 números. Provocou o aparecimento de fôlhas da situação, para contraditá-lo: *O Caçador de Bentevi* e *O Despertador*. Outro órgão liberal, mas de feitio diferente, seria o de João Fransico Lisboa, a *Crônica Maranhense*, que foi dotado de continuidade. Nela apareceu, a 23 de dezembro de 1838, o primeiro rebate da *Balaiada*: "consta-nos que há poucos dias uma partida de proletários (ao muito 15 homem) atacaram o quartel da vila de Manga, do qual se apossaram".

João Francisco Lisboa acompanhou, em seu jornal, o desenvolvimento da rebelião, sem penetrar as suas razões, sem explicá-las, mas não formou no côro dos que a invectivaram, capitaneados pelo órgão do govêrno da província, *O Publicador Oficial*. Coube a José Cândido de Morais e Silva, no Maranhão, o papel de jornalista liberal típico. Com a sua fôlha, *O Farol*, abriu caminho, que Lisboa seguiria depois. O historiador maranhense escrevia, ante o fundo feudal que constituia a base que sustentava a facção conservadora: "Receais a guerra civil, não existe ela já porventura, quando se assassina, e quando os matadores, à frente de uma tropa numerosas e em atitude ameaçadora, estão ainda brandindo os punhais ensanguentados? Não poderá ela acaso rebentar também do criminoso abandono em que se deixa uma população inteira? Quer-se-à que cada um entregue às suas próprias fôrças, deixado a caminho da lei, encete o das vinditas particulares tão funestas e desastrosas?" João Francisco Lisboa não esposaria, entretanto, a causa dos amotinados. Nem mesmo Estêvão Rafael de Carvalho, mais extremado na pregação, a esposaria. As acusações a ambos, nesse sentido, levantadas e pugnazmente sustentadas por Sotero dos Reis, carecem de fundamento.

Foi a *Balaiada*, sem qualquer dúvida, movimento camponês deflagrado e mantido por fôrça de condições regionais específicas, em circunstâncias também específicas. A pregação da imprensa liberal da província teve influência muito remota e frágil nela.

O movimento era plebeu, com razões e métodos plebeus. Liberais de direita ou de esquerda, no Maranhão, influiram pouquíssimo nêle. Capistrano de Abreu teve razão, quando o qualificou como "revolta da plebe contra os potentados do Maranhão". O elemento intelectual mais próximo dos amotinados, com papel indiscutível nos acontecimentos, foi Lívio Castelo Branco, que exerceu sua atividade no Piauí e se integrou no movimento a partir do instante em que a coluna de Raimundo Gomes entrou naquela província. Livio figurou no cêrco de Caxias, participou do assalto a Piracuruca, bateu-se em Santa Rita. Foi, no caso, um militante, um combatente, — não um jornalista.

Esmagado o movimento, desapareceu no sertão do Ceará e ocultou-se em Pernambuco. Anistiado, voltou ao Maranhão e foi então que começou a sua infatigável atividade de imprensa. Redigiu, em 1844, *A Malagueta Maranhense*, em S. Luiz. Passando a Caxias, lançou *O Liberal Piauiense*. Em 1850, encontrava-se em Oeiras, à frente do *Ancapura*, a que se seguiu, ainda ali e no ano seguinte, o *Argos Piauiense*. Em 1856, agora em Terezina, redigiu o *Correio Piauiense*, enquanto divulgava, para o povo, simultâneamente, *O Patuléia*. Em 1857, publicou *O Conciliador Piauiense*. De 1858 a 1864, com Deolindo Mendes da Silva, redigiu *O Propagador*. Foi, realmente, uma atividade infatigável: sete jornais em pouco mais de vinte anos. Mas não refletiu a luta da *Balaiada*, que não teve imprensa. Nem a perdoaria o latifúndio, que não poupou as vidas e não pouparia papéis impressos: "Ordens reservadas mandaram que se fizesse espingardeamentos em massa, sob pretexto de não haver prisões para tantos prisioneiros! As expressões de que usava o barão (da Parnaíba), em suas ordens secretas de extermínio, eram as seguintes: *sejam estoporados êsses tratantes, não tenho onde guardá-los*. A Maioridade, reconhecida por isso mesmo, passou-o de barão a visconde.

A imprensa praieira

O último reduto liberal seria Pernambuco Depois do golpe de 1840, por isso mesmo, com a monarquia restabelecida e os conservadores consolidados pela repressão das rebeliões regenciais, ali encontrou a imprensa o cenário que lhe permitiria ainda expandir-se. Pelas suas características, assim, a imprensa

praieira está ligada ao período da Regência. Não se expandiria ela apenas com órgãos como o *Diário de Pernambuco*, em circulação desde 7 de novembro de 1825 e que defendia as posições conservadoras, mas em órgãos liberais os mais variados, que proporcionam, ali, entre a Maioridade e o movimento de 1848, um dos mais intensos espetáculos da imprensa brasileira. Antônio Borges da Fonseca viria a ser a ponte entre a imprensa liberal da Côrte, que fundamentara e gerara o Sete de Abril, e essa imprensa liberal pernambucana, de cuja pregação surgiria a rebelião praieira.

Em janeiro de 1837, estava o ardoroso panfletário, que regressara à Côrte, na direção do *Repúblico*, agora em sua quarta fase, lutando pelos mesmos princípios por que se batera antes e travando memoráveis debates com o *Diário do Rio de Janeiro*, *O Sete de Abril*, *O Semanário do Cincinato* e outros menores ou avulsos, defendendo os *farrapos* e escalpelando o *regresso* que se processava. A repercussão de sua campanha provocaria o ódio dos adversários, que o ameaçavam com os rigores da lei. Assim, o *Sete de Abril*, a 28 de janeiro, propalava que a promotoria pública iria "imediatamente acusar todos os números do *Repúblico*, pretéritos, presentes e futuros, o que de nôvo fará com que o Sr. Borges da Fonseca se ausente dêste Rio de Janeiro, como fêz em outra ocasião por motivo semelhante". Justiniano José da Rocha, um dos mais caracterizados escribas da época — "o mais notável dos nossos jornalistas", para a historiografia oficial — ao combater Borges da Fonseca, levantava já a idéia da Maioridade. Queriam antecipá-la os "regressistas", como viriam a fazer; Borges da Fonseca queria protelá-la: a seu ver, o herdeiro do trono só deveria assumí-lo após completar vinte e cinco anos. Justiniano, em *O Cronista*, esboçava a manobra que, três anos depois, seria consumada. A êsse escriba, que a historiografia oficial se esmera em glorificar, juntar-se-ia, logo adiante, José Cristino da Costa Cabral, colaborador do *Diário do Rio de Janeiro* e, a partir de fevereiro, escrevendo em seu próprio jornal, o *Semanário do Cincinato*. Costa Cabral viria a ser, merecidamente, redator do *Correio Oficial* e do *Jornal do Comércio*, êste entre 1838 e 1842, dirigindo o *Correio da Tarde*, a partir de 1855. Borges da Fonseca deixaria a direção do *Repúblico* em março; o jornal suspendeu a circulação em seguida.

Estava de volta ao norte, mas não para repouso da atividade jornalística. Entre 20 de novembro de 1841 e 19 de janeiro de 1842,

apareceram os catorze números do seu *Correio do Norte,* logo em polêmica com a fôlha conservadora *A Ordem,* também publicada no Recife, redigida pelo Juiz de Direito José Tomás Nabuco de Araujo, cujo pai, do mesmo nome, governara a Paraíba em 1831, e que viria a ser o julgador dos rebelados de 1848. A agitação crescia, na província — Borges da Fonseca nela encontraria o clima de seu gôsto. Impresso em Nazaré, em Afogados ou no Recife, apareceu, em 1843, o seu nôvo jornal, *O Nazareno,* que lançou 136 números, entre êsse ano e o de 1845; 71 em 1846; 80 em 1847; 81 em 1848, com interrupção entre 5 de agôsto de 1847 e 6 de março de 1848, por fôrça da prisão do panfletário, aparecendo três vêzes por semana, até 1847, a partir de cujo número 50 tornou-se diário.

Isso não impediu Borges da Fonseca de lançar alguns pasquins, simultâneamente, como *O Foguete,* cujo único número apareceu a 29 de junho de 1844; *O Verdadeiro Regenerador,* que viveu 35 números, entre 1844 e 1845; *O Espelho,* que circulou cinco vêzes, a partir de fevereiro de 1845; *O Verdadeiro,* que circulou três vêzes, em setembro dêsse mesmo ano; e *O Eleitor,* que só circulou duas vêzes, em abril de 1846. *O Nazareno* foi, entretanto, o órgão em que Borges da Fonseca caracterizou nìtidamente a sua posição na imprensa que ajudaria a deflagrar o movimento praieiro.

Justiniano José da Rocha, que redigia, então, na Côrte, *O Brasil,* tinha razão quando situava a nova fôlha de Borges da Fonseca como outra ressurreição do *Repúblico.* O movimento de rebeldia estava em gestação; o terrível panfletário colocar-se-ia desde logo na esquerda das fôrças oposicionistas; o centro e a direita da *Praia* não o poupariam por isso mesmo. Em agôsto de 1847, foi levado a julgamento: não negou suas idéias republicanas e confessou-se adversário de D. Pedro I. Foi condenado a oito anos de prisão por ter, em seu jornal, "injuriado a pessoa do Imperador e escrito a favor da desmembração do Império". Em dezembro, a Relação de Pernambuco anulava a iníqua sentença. Foi no período de julgamento que Borges da Fonseca lançou *O Tribuno,* que circulou entre 13 de agôsto de 1847 e 4 de novembro de 1848 e em que se pode acompanhar o processo de sua aproximação com a *Praia,* iniciado de uma posição de veemente repulsa. A epígrafe de seu nôvo jornal, de que circularam 120 números, era significativa: "Isto é verdade, mas vós a não deveis dizer". Com a rebelião, o jornal desapareceu e, a 12 de janeiro de 1849, o Chefe de Polícia, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, apreendeu a tipografia de

Borges da Fonseca e recolheu-a ao Arsenal de Guerra, pois sua atividade "não podia deixar de ser sumamente danosa à causa da ordem e da legalidade".

A posição inicial de Borges da Fonseca foi de combate à *Praia;* em seus ataques aos elementos dessa facção, dominada pelo centro naquela fase, quando não pela direita liberal, não poupou mesmo a Joaquim Nunes Machado, a quem acusava de ter consentido na aquisição de *O Regenerador Brasileiro,* acarretando o seu desaparecimento nas mãos de elementos portuguêses: o jornal, impresso na oficina de Borges da Fonseca, cuja redação foi atribuída, sem fundamento, a Jacinto Manuel Severino da Cunha, mereceu do infalível Justiniano José da Rocha nova diatribe. Para o servidor do *regresso,* cabia àquela fôlha "espalhar na classe inferior as suas monstruosas doutrinas", pondo-as "ao alcance dos que menos tempo têm para ler, menos ainda para refletir, dos que por triste predisposição fàcilmente se inflamam com incendiárias declamações". Posição característica da reação, em todos os tempos, como se verifica pela repetição dela, inconformada em que se consentisse em ouvir os que lhe contrariavam os interêsses, em não ver as "classes inferiores" concordar na tutela dos Justinianos e seus mandantes, encarregando-os de ler por elas, de pensar por elas, mas, ao contrário, com "a triste predisposição" para a liberdade.

A 8 de fevereiro de 1848, Borges da Fonseca foi novamente submetido a julgamento.[96] Enquanto publicava *O Tribuno,* lançaria

[96] A sessão do júri de Borges da Fonseca assim foi descrita pelo *Diário de Pernambuco,* em notícia transcrita no *Jornal do Comércio,* do Rio de Janeiro: "Essa sessão foi com efeito muitíssimo calorosa: o povo desenvolveu grande entusiasmo pelo acusado e vitoriou-o por diversas vêzes; a polícia como se arreceou de alguns pronunciamentos de conseqüências funestas; tanto que, durante a noite, postou grandes troços de tropa no Arco de Santo Antônio e no da Conceição; reforçou com praças de cavalaria a guarda do tribunal, a qual, segundo nos informam, constava de 70 homens do Corpo de Polícia, fêz evacuar as galerias, quase a ponta de baioneta; mandou carregar sôbre a gente que se achava apinhada à porta do edifício, e não pôs têrmo às suas fadigas senão depois de vê-la dispersada. — Mas de que valeu ao sr. Borges tanto favor popular? De que lhe serviu êsse afã com que os seus irmãos lhe manifestaram o interêsse que tomaram pela sua causa?... Afinal, condenaram-no a nada menos de cinco anos de prisão e à multa correspondente à metade do tempo! É mais um triunfo do poder sôbre a imprensa; mais um triunfo bárbaro e mesquinho. — Entretanto, talvez que a Relação desta província melhore a sorte do sr. Borges da Fonseca, provendo ao recurso que êle interpôs, da decisão

êle dois pasquins: *A Mentira*, que circulou entre 17 de fevereiro e 14 de setembro de 1848, com nove números, e *O Advogado do Povo*, que tirou também nove números. Condenado a quatro anos e oito meses de prisão, de onde conseguiu ainda ativar os protestos populares de junho, Borges da Fonseca foi libertado em setembro pelo nôvo presidente da província, Herculano Ferreira Pena. A situação dominada pelos liberais levara-o ao cárcere; a dominada pelos conservadores libertava-o. Entre setembro e novembro, entretanto, o processo de radicalização da *Praia*, com os liberais agora na oposição, acentuou-se rapidamente e Borges da Fonseca aceitou o movimento armado que esposava os princípios que defendera sempre: participou dêle, desde o início, a 6 de novembro, agora como combatente e dos mais destemerosos.

Na fase histórica que culminaria com a rebelião Praieira, teve destaque, também, nas lides de imprensa, a figura do padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Professor, político, parlamentar, mas principalmente diretor e redator de jornais, Lopes Gama variou entre a doutrinação e a polêmica mais áspera. Naquela, seu mérito foi muito grande; nesta, apesar de sua combatividade, nem sempre esteve na posição mais justa. As contradições que marcaram suas atividades têm perturbado o julgamento de seu papel. Lopes Gama apreciou os grandes problemas do tempo, com visão lúcida quase sempre, e às vêzes excepcionalmente exata. Mesmo no pasquim *A Ratoeira*, de que só circulou um número, a 3 de setembro de 1847, teve oportunidade de esclarecer que "em nossos dias, três homens distintos têm tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma da sociedade em geral: St. Simon, Fourrier e Owen". Alfredo de Carvalho acha que o período áureo de Lopes

pela qual o sr. Presidente do Júri não quis admitir a exceção que o sr. Borges oferecera, baseado em uma sentença que julgava outrem o responsável pelos atos de que o acusava". (*Jornal do Comércio*, Rio, 26 de setembro de 1848). O *Diário de Pernambuco*, fonte da transcrição, tomava posição simpática a Borges da Fonseca, quando do julgamento, porque êle atacava então a *Praia*, que estava no poder. O órgão conservador estava na oposição; os liberais revidavam aos ataques de Borges da Fonseca ao poder, que detinham, com o processo e a prisão. Como sempre, a direita liberal fazia o jôgo consciente ou não da direita conservadora. Borges da Fonseca, que vinha combatendo os liberais de direita, no exercício do poder, parecia simpático aos conservadores de direita, colocados na oposição. Com o movimento armado, tudo se esclareceria.

Gama teria sido o de *O Conciliador Nacional* e de *O Constitucional*. Amaro Quintas opina de modo diferente: o melhor Lopes Gama estaria em *O Sete de Setembro*, que circulou entre 7 de setembro de 1845 e 16 de abril de 1846. A razão está sem dúvida com êste último julgamento.

Pouco depois do lançamento dêste jornal, no número de 10 de outubro, Lopes Gama se definiria, em relação ao quadro que a província apresentava: "O partido praieiro em Pernambuco é todo o povo que reage contra a facção oligárquica que o oprime por tantos anos". A 31 do mesmo mês, tomava posição face a uma das reivindicações mais sentidas da época, a da nacionalização do mercado de trabalho: "O que resta, porém, aos míseros filhos do país? O mesquinho recurso dos empregos públicos, cujo círculo de necessidade é muito limitado. Fora dêste, aliás dificílimo recurso, o que fica para os brasileiros? Os que ainda podem dedicar-se às letras, vão formar-se no Curso Jurídico; mas êste ramo de indústria de dia em dia se torna menos importante, pelo crescido número de bacharéis, muitos dos quais já por aí andam sem terem em que ganhem a vida. Os que não dão para bacharéis, nem para nada de conhecimentos humanos, com poucas exceções, fazem-se padres. Os mais que se engajem no corpo de polícia, sejam recrutados para o exército e para a marinha, ou que andem por aí gandaiando, etc., etc. E ainda se diz que o nosso povo é preguiçoso e vadio".

No número de 4 de novembro de 1845, *O Sete de Setembro* assim aprecia a luta de classes: "Em todos os países e em tôdas as épocas, essas classes privilegiadas, ciosas das vantagens que possuíam, desveladas por estendê-las tôdas as vêzes que julgaram oportuno o ensejo, já por egoísmo, já por orgulho e cobiça, sempre procuraram manter-se em um poder discricionário, e por isso sempre se constituíram em guerra permanente com os povos por elas deserdados e oprimidos. (. . .) Tôdas as páginas da História oferecem-nos exemplos desta verdade. Tal foi em Roma a luta dos plebeus e dos patrícios; tal na Revolução Francesa a dos comuns nascentes contra o feudalismo; e, ainda hoje, pode-se dizer que é a grande questão de todo o mundo civilizado. Posterguemos nomes, que não fazem ao caso; atentemos para as coisas, e conheceremos que os regressistas, os reorganizadores, os ordeiros de agora são ou querem ser os patrícios de Roma, ou os senhores feudais da Meia Idade. Como êstes, aquêles propugnam, não pelas invariáveis leis da vida social, senão por formas variáveis de organização, enferrujadas do

tempo, destruídas na razão e consciência pública... E será justo que alguns membros da comunidade absorvam, à custa dos demais, as vantagens reais, atribuam-se direitos, que denegam aos restantes dos cidadãos, assim atirados para a condição de um cativeiro real, e concentrem em suas mãos ambiciosas o monopólio do poder e da riqueza? O povo, excluído de fato de todo o direito político, privado de tôda a influência legal na decisão dos negócios comuns e dos que mais imediatamente o interessam, deverá ficar nesse estado de abatimento e de torpor e carregar com todos os ônus da sociedade, sem outra compensação mais do que a miséria, a nueza e a fome?"

Nesse mesmo número de *O Sete de Setembro*, Lopes Gama situava com precisão o laço entre o nacional e o popular "... porque pelo povo é que se perpetua a pura tradição das idéias e sentimentos, que constituem o verdadeiro laço social, nêle é que subsistem imorredouras as noções essenciais do justo e do injusto, nêle é que a humanidade, a piedade, o instinto vital do bem, a consciência em suma, encontra o seu verdadeiro asilo". No número de 12 de dezembro, tomava posição clara contra o *regresso* conservador: "Não julguem, porém, os doutores do *Lidador* e mais pasquins da facção ordeira que eu tenho o regime representativo pelo *non plus ultra* do aperfeiçoamento social. Não: conheço-lhe muitos defeitos, mas sei que é um sistema de transição, é uma necessidade da época em que vivemos; é uma passagem para um futuro mais feliz. Com a escola socialista, eu reconheço que um vício radical deteriora tôdas as associações humanas; o remédio a tão profundos males só pode provir de uma lenta e pacífica revolução nas idéias, nos hábitos, nos costumes. Que forma de govêrno adotarão os povos para êsse porvir, que ainda tanto se alonga de nós? Não sei, nem talvez ainda o saiba a próxima geração. O que sei é que o regresso é repugnante ao gênero humano, de sua natureza progressiva". Tais amostras comprovam que, com *O Sete de Setembro*, atingiu Lopes Gama, no plano doutrinário, o auge de sua atividade na imprensa.

Não o pouparam nunca os partidários do *regresso*, como os da *Praia*. *A Carranca*, pasquim conservador, comparou-o ao diabo, em seu número 76, de 18 de abril de 1846, numa "demonstração em verso do nosso artigo de fundo", como dizia: "O sete caras, frade de aluguel / Sete seixos atira em seus iguais, / Sete partidos teve entre os mortais, / Sete maldades tem, como Lusbel. // Mentiroso, impostor, ímpio, infiel, / Servil, libidinoso... e verão mais, / Que além das sete caras principais, / Já foi cavalcantista o pape-mel! //

Atolado na Praia até o nariz, / Da Praia urdindo os planos d'inversão, / Não ser praieiro agora êle nos diz!... // Que será êste monstro, em conclusão? / É tudo, é nada, é frade, é meretriz, / É moeda xem xem, negro gabão". Lopes Gama estivera com a *Praia*, realmente, no período de govêrno de Chichorro da Gama. Já a 31 de janeiro de 1846, *A Carranca* levantava, ainda em versos, torpe acusação contra o redator de *O Sete de Setembro*, curiosa amostra da linguagem dos pasquins do tempo, ainda os mais conservadores: "Certa menina seduz / O padre carapuceiro, / Para dar-lhe, sem dinheiro, / Do francês alguma luz. / Fiou-se ela no capuz / Mas, coitada! se perdeu! / Tais lições o frade deu / Que, semeando francês, / Ao cabo do nono mês, / Um brasileiro nasceu!"

Lopes Gama, de seu lado, não poupava os adversários. Na polêmica com monsenhor Joaquim Pinto de Campos, baluarte conservador, êste o insultou e, ameaçado de processo, permitiu que assumisse a responsabilidade da verrina Joaquim Bonifácio Pereira. Lopes Gama, simulando acreditar na substituição, desancou o colega: "não havia de ser tão vil, tão covarde, tão patife, tão bandalho, tão infame, tão cachorro, tão servandija que subscrevesse uma correspondência tão indigna; e, caso o fizesse, que tivesse a vilania de esconder-se e, dêste modo, comprometer ao miserável Joaquim Bonifácio". Lopes Gama foi combatido pelos pasquins *O Lidador*, *O Eco da Verdade*, *O Clamor Público*, *O Esqueleto*, *O Raio*, *A Carranca*, *O Vulcão*, *A Barca de Vigia*, *O Artista*, *O Proletário*, *O Bezerro de Pêra*, o *Um dos Cinco Mil*, dirigido êste pelo padre João Capistrano de Mendonça, o célebre *frei Cometa*, por ter feito o seu nome no jornal *O Cometa*, que apoiava a *Praia*. Tanto o combateram praieiros quanto *guabirus* e seus órgãos, conforme as circunstâncias e as posições de Lopes Gama nelas. De um lado, estava a imprensa da esquerda liberal, combativa e virulenta; de outro lado, a imprensa que apoiava o latifúndio. Lopes Gama combatia a oligarquia latifundiária mas, com a radicalização da *Praia*, abandonou aquêles que também a combatiam. Não poupava os senhores, mas não queria participar da solução de fôrça a que os praieiros tendiam. Detestava os barões do massapê, mas desejava ficar longe dos que chamava demagogos. Se êstes lhe pareciam desorientados, aquêles eram execráveis.[97] Demais, um homem que fazia

97 "Acusações incidiam, com visos de verdade, sôbre inúmeros dos parentes do Barão, como vemos nos periódicos da época. Além do

a análise política de que registramos alguns tópicos, e que até combatia o ensino do latim, por "desnecessário ao comum da vida... estudo de luxo", não poderia ser bem visto na terra em que o latifúndio tinha quatro séculos de existência e apresentava ainda forte estrutura. Por todos os títulos, foi Lopes Gama um dos mais notáveis jornalistas da época[98]

O jornalismo doutrinário teve, entretanto, como seu representante mais destacado na época, a Antônio Pedro de Figueiredo que, tendo colaborado na imprensa recifense, distinguiu-se particularmente com a sua própria publicação, a revista *O Progresso* que circulou na capital pernambucana, de julho de 1846 a setembro de 1848. Como Lopes Gama, e talvez com mais profundidade, Figueiredo analizou e combateu o latifúndio: "Hoje mais de 3/4 da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar

caso do Arraial, onde a polícia praieira encontrou, nas suas diligências, ossadas de vítimas do irmão de Boa Vista, falava-se nas violências e desonestidades de seu primo Francisco do Rêgo Barros, cognominado Chico Macho, e de outro primo, José Maria Pais Barreto, senhor do engenho Pindobinha, e que enriquecera roubando escravos. Por sinal que, dotado de espirito de eqüidade, tanto roubava os escravos dos praieiros, como dos seus correligionários, o que ficou comprovado quando a polícia de Chichorro devassou o seu engenho, medida que também foi tomada com outros engenhos de potentados rurais. Alguns elementos da parentela eram acusados de passar moedas de falsas ou de contrabandear pau-brsil." (Amaro Quintas: *O Padre Lopes Gama Político, Recife*, 1958, págs. 47-48.)

[98] Miguel do Sacramento Lopes Gama nasceu em 1791, estudou no Mosteiro de S. Bento, em Olinda, entrou na Ordem Beneditina em 1807, vindo a ser, em 1817, lente de Retórica do Seminário de Olinda, secularizando-se em 1834. Foi diretor dos Cursos Jurídicos de Olinda e do Colégio de Órfãos, professor do Liceu Pernambucano. Fêz parte da Assembléia Provincial nas 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª legislaturas bienais, a partir de 1835, não conseguindo reeleger-se à Geral, em 1845, a que passaria, em 1846. Combateu os movimentos de 1817, 1824 e 1848. Redigiu vários jornais: *O Conciliador Nacional*, o *Diário da Junta do Govêrno*, *O Constitucional*, *O Popular*, *O Carapuceiro*, de que lhe proveio o apelido, *O Despertador*, *O Pernambucano*, *O Sete de Setembro*. Escreveu *A Coluneida* (1832), poema satírico contra a Sociedade Colunas do Trono e do Altar, *A Farpeleida* (1841), o *Código Criminal da Semi-República do Passamão na Oceania* (1841), sátira em prosa, além de outros trabalhos e traduções. Professor, parlamentar, político, tem sido acusado de versatilidade, em críticas que se despojam de sentido histórico. Homem de cultura invulgar para o seu tempo e o seu meio, permanece como dos maiores nomes da imprensa doutrinária brasileira.

e numa profundeza de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções, tôdas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários, que delas mais cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300.000 dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário, cujos ódios, partido político & C. são obrigados a esposar. Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos *Latifundia,* deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de imenso poder que lhe dá essa massa de vassalos obedientes". Concluía, com precisão: "êste regime arbitrário provém da organização atual da propriedade no interior... matai o despotismo na pessoa da grande propriedade territorial". Figueiredo compreendia, entretanto, que as "revoluções radicais são obra do tempo, e apenas meia dúzia de exaltados podem conceber a esperança de realizá-las imediatamente". O despotismo não fôra "inventado pela família Cavalcanti", nem provinha "do maior ou menor grau de moralidade do govêrno". Ao latifúndio se devia "a impunidade dos crimes, os escândalos das eleições, assim como o vagar com que caminha a nossa província na senda de tôda espécie de progresso".

Informando os leitores sôbre o movimento de 1848 na França, esclarecia que se tratava de uma luta "entre o capital e o trabalho: entre uma minoria de privilegiados e a imensa maioria da nação". Como os revolucionários franceses, os brasileiros deviam pretender do govêrno que interviesse "nos fenômenos da produção, distribuição e consumo". Socialista utópico, Figueiredo compreendia que já não reinavam "as máximas selvagens dos Malthus e J. B. Say". Nas páginas de *O Progresso,* é fácil encontrar sinais de suas inclinações, como no prefácio à tradução do livro de Ortolan, *Da Soberania do Povo e Princípios do Govêrno Republicano Moderno,* ou à tradução, também sua, do *Curso da História da Filosofia,* de Victor Cousin, que lhe valeu o pejorativo *Cousin fusco,* por ser mulato. Já nos trabalhos da revista valorizava o "direito de viver", sem o qual, acrescentava, "a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade não são senão audaciosas mentiras empregadas por alguns para disfarçar a dependência e depredação indireta que exercem sôbre o resto da humanidade", expressões que lembram, conforme observou bem Amaro Quintas, as de Lacordaire, autor entre os preferidos de Fi-

gueiredo, quando frisou que "entre o forte e o fraco, é a liberdade que oprime e a lei que liberta".

Idéias que esplanaria, quando da polêmica, em 1852, com o professor da Faculdade de Direito de Olinda Pedro Autran da Mata e Albuquerque, a propósito da afirmação dêste de que "o socialismo cifra-se na comunhão das mulheres e dos bens", polêmica em que Autran atacava pelas colunas da reacionaríssima *A União*, e Figueiredo valia-se da acolhida do *Diário de Pernambuco* que, em seu conservadorismo, faltou-lhe no melhor da refrega. O antigo redator de *O Progresso* teria de bater às portas de *A Imprensa*, com muita humildade, explicando que era só aquela vez: "Pelo *Diário de Pernambuco* me havia eu comprometido a defender o socialismo da acusação, que o Sr. Dr. Pedro Autran da Mata e Albuquerque lhe fizera de cifrar-se êle na comunhão dos bens e das mulheres. Para êste fim, publiquei no mesmo *Diário* uma correspondência e, no dia 24 do corrente, entreguei outra sôbre o mesmo assunto. Entretanto, como o proprietário da dita gazeta, além de ter exigido que eu fizesse na primeira correspondência certas modificações, a que me sujeitei, exige, agora, para publicar a segunda, mudança tais que tirariam tôda a fôrça à minha argumentação, rogo a VV.SS. o obséquio de admitir nas colunas da sua gazeta a dita correspondência, a qual também será a última que a tal respeito publicarei". Antônio Pedro de Figueiredo não foi apenas um dos precursores das idéias socialistas no Brasil, mas jornalista doutrinário de extraordinário relêvo para a época em que viveu.[99]

O órgão da *Praia* seria o *Diário Nôvo*, assim batizado para contrastar com o *diário velho*, o *Diário de Pernambuco*, que servia de vanguarda impressa e tradicional dos conservadores e "emulava então, em tamanho, variedade de conteúdo e número de leitores,

[99] Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), homem de côr, de origem humílima, estudou de favor com os frades do Convento do Carmo. Jornalista e professor, distinguiu-se particularmente na redação de *O Progresso*, cujo sub-título, *Revista Social, Literária e Científica*, esclarece suas finalidades, precioso repositório de análises, informações e críticas dos acontecimentos e idéias da época. O govêrno de Pernambuco, exercido então por Barbosa Lima Sobrinho, criou as condições em que Amaro Quintas fêz reimprimir *O Progresso*, em volume, editado em 1950, e precedido de estudo pelo organizador da edição. Mais conhecido pela alcunha de *Cousin fusco*, de sentido pejorativo evidente, Figueiredo começa apenas a merecer a atenção dos estudiosos.

com os grandes cotidianos da capital do Império", segundo Alfredo de Carvalho. O pesquisador da imprensa pernambucana, deslumbrado com o velho jornal, esclareceria ainda: "Com uma tiragem de quatro mil exemplares, já em 1856, era, sem metáfora, o órgão genuíno de todo o norte brasileiro, circulando profusamente, de Alagoas ao Amazonas, onde não ocorria uma contenda política nem uma controvérsia judiciária que se não viesse debater em suas colunas".[100] O *diário velho* seguia técnica secular de engôdo, a do alarmismo, no que era acompanhado pelas outras fôlhas conservadoras. *O Lidador*, por exemplo, fazia eco aos seus gritos, destinados a atemorizar as camadas médias: "Todos temem, até mesmo os estrangeiros, pelas suas vidas, honras e fortunas, vendo o desenfreamento da plebe, a exacerbação de paixões funestas: a anarquia enfim erguendo o seu medonho colo põe em completo e universal alarme tôda a cidade!" Êsse brado apareceu na edição de 1.º de outubro de 1845. Na de 14 de dezembro de 1847, como outro exemplo, o refrão continuava, agora em acusação à imprensa praieira: "Leiam-se êsses jornais que ela publicou ainda recentemente, e nêles se verá que só se ocupavam em excitar tôdas as baixas paixões do vulgacho contra os que, procurando os nossos lares, aqui se entregavam à indústria e obtinham alguma fortuna". Já em abril de 1849, Maciel Monteiro deblaterava, na Assembléia Provincial, e o *Diário de Pernambuco* lhe divulgava a diatribe, em sua edição de 1.º de maio, acusando ainda os praieiros "... pregou-se o comunismo, a lei agrária; fêz-se acreditar que os bens de certa classe de proprietários deviam ser repartidos pelo povo". Nabuco de Araújo, em opúsculo de 1847, formularia a acusação que repetiu quando, em acinte à justiça, foi o juiz dos rebelados: "A *Praia* abriu uma cruzada contra a propriedade, sublevou os moradores dos engenhos contra os seus proprietários, fêz renascer os ódios entre os brasileiros e portuguêses, e suscitou enfim a rivalidade de côres".[101]

No bôjo dessa tempestade é que devia navegar o *Diário Nôvo*. Era o órgão do partido liberal, com oficinas à rua da Praia 55, de

[100] Alfredo de Carvalho: *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, Recife, 1908, pág. 109. Tôdas as simpatias do autor, como da maioria dos que estudaram a imprensa, vai para as fôlhas conservadoras, com desprêzo total pelas fôlhas populares.

[101] J. T. Nabuco de Araújo: *Justa Apreciação do Predomínio do Partido Praieiro*, Recife, 1847.

que derivou o nome de *praieiros*, dados aos seguidores dêsse partido em Pernambuco naquela época. Durou cinco anos, de 1842 a 1848, dirigido por Luís Inácio Ribeiro Roma.[102] Não era a única fôlha liberal do Recife, mas foi publicado com regularidade, tirando cêrca de 2.000 exemplares. Quanto à orientação, teve duas fases: enquanto os liberais estiveram no poder, quando, por contrato, publicava as notícias administrativas da província, como fôlha oficial; e depois da queda dos liberais, quando se concretizou a frente que desembocaria no movimento armado. Ao irromper êste, sofreu as conseqüências: a 23 de novembro, a polícia tentou empastelar as oficinas, sendo repelida pelo povo; a 11 de janeiro de 1849, no govêrno Tosta, com o facinoroso Figueira de Melo como chefe de polícia — para quem a imprensa liberal era "facciosa" e "desordeira", como lembra Edison Carneiro — sofreu confisco da edição, sendo espancados e prêsos os distribuidores, declarando Tosta, ante os protestos de Abreu e Lima que ficara no lugar do irmão, que estava

[102] "Luís Inácio também tivera vida aventurosa; fôra prêso em 1817, com seu irmão José — futuro 'general das massas' — convivera com seu pai, o padre 'Roma' nos últimos momentos, acompanhara o irmão à América do Norte e à Venezuela — onde enriqueceu no comércio porém resolveu retornar antes a Pernambuco, em 1827. No mesmo ano, começou a publicar, na Bahia, 'pasquins incendiarios' que lhe valeram o exílio na Inglaterra. De nôvo no Recife, no ano seguinte, se meteu, em 1.º de fevereiro de 1829, numa sedição logo abafada pelo govêrno, fugindo para Sergipe, onde foi prêso, condenado ao degrêdo em Fernando de Noronha e liberto só depois da abdicação de D. Pedro I, em 1831. Tornou a envolver-se noutra fracassada sedição, em 14 de janeiro de 1834, no Recife, sendo porém absolvido pelo tribunal. Em panfleto da época, proclamou-se antigo republicano ('em nossos mais verdes anos'), reconhecedor em seguida das vantagens da monarquia representativa para o Brasil (sem com isto se tornar monarquista) e, por fim, 'caramuru', lamentando os 'funestos efeitos do 7 de Abril.'. Deve ter contribuído para a adesão do seu irmão José ao mesmo Pedro I. Paradoxalmente, foi ao Pará, em 1840, no exército legalista que abafou a Cabanagem. Na volta, sentiu de nôvo a coceira revolucionária, fundando o jornal que era o denominador comum das várias alas internas praieiras. Varejada sua casa, quando da insurreição, e quando se encontrava doente acamado, morreu em 19 de dezembro de 1848 com o choque. Suas últimas palavras, de rebelde impenitente, foram: 'Não deixem cair a *Praia;* quero que a minha tipografia continue a ser o órgão das idéias do partido...' Respeitaram seu pedido: a 'Tipografia da Viúva Roma & Filhos' continuou, até vários anos depois, imprimindo panfletos subversivos, pasquins incendiários, guarida certa dos agitadores da época..." (Vamireh Chacon: *História das Idéias Socialistas no Brasil,* Rio, 1965, págs. 163-164).

disposto "a fazer calar o *Diário Nôvo* até, se fôr preciso, mandar fechar a tipografia".

A polícia varejou, realmente, a casa do impressor Santos Caminha, prendeu e recrutou tipografos e distribuidores, apreendeu edições nas ruas. A 13 de janeiro, o jornal explicava que estava sendo composto por amigos e curiosos, por leigos na arte. A partir de 17, saía com colunas em branco, nos locais onde deveriam aparecer notícias da insurreição. A 25, foi novamente apreendido; o impressor Santos Caminha foi prêso e recrutado para o exército, depois do combate do Recife. A circulação foi suspensa, finalmente, a 1.º de fevereiro de 1849, véspera dêsse combate. A 24 de abril, na tentativa de tirar uma edição dedicada à morte de Nunes Machado, a polícia confiscou-a, prendeu, espancou e recrutou os tipógrafos e distribuidores. Voltou a circular, de 9 de junho a 16 de novembro, sem condições para expressar a opinião dos liberais. Depois de longo silêncio, reapareceu, a 2 de fevereiro de 1852, circulando até 30 de abril, mas já não encontrava ambiente para a sua ação, e desapareceu definitivamente. A terrível luta do *Diário Nôvo* contra a opressão e o cerceamento da liberdade de imprensa constitui dos mais significativos e dignificantes exemplos que a história do periodismo brasilero registra.

Desde seu aparecimento, participou da redação a figura singularíssima de José Inácio de Abreu e Lima.[103] Êsse soldado, escritor,

[103] José Inácio de Abreu e Lima (1796-1869) ingressou na Academia Real Militar, no Rio de Janeiro. Capitão de artilharia ainda muito jovem, foi designado para servir na guarnição de Angola, mas não seguiu a destino. Em 1816, na Bahia, foi envolvido em processo de "assuada, resistência e ferimentos", sendo prêso numa das fortalezas locais. Ali estava prêso, quando chegaram à Bahia, em jangada, o pai e o irmão Luís, emissários da revolução pernambucana de 1817. Abreu e Lima descreveria, mais tarde, em página antológica, a dignidade do velho padre Roma e a prostração do môço "atirado, doente e nu, no chão enlodaçado da enxovia". Por decisão iníqua do conde dos Arcos, foi obrigado a assistir à execução de seu próprio pai, fuzilado com um comportamento heróico, pelas idéias que defendia. Meses depois, pôsto em liberdade, abandonou o Brasil, dirigindo-se à Venezuela, onde ficou adido ao estado-maior de Bolivar. Participou das campanhas do libertador das colônias espanholas, combatendo nas batalhas de Carabobo e Boiacá. Chegando ao generalato das fôrças de libertação, abandonou a campanha, após a morte de Bolivar, voltando aos Estados Unidos, de onde passara à Venezuela. Daí dirigiu-se à Europa, onde assistiu à revolução de 1830. Estava de volta ao

historiador e jornalista, que seria um dos precursores da introdução das idéias socialistas em nosso país, herói da libertação das colônias espanholas, era articulista de pulso e a êle coube, na verdade, a orientação do *Diário Nôvo*, particularmento depois da morte do irmão. Enquanto órgão do govêrno liberal, a fôlha defendeu as posições assumidas pelo partido no poder e que tanto o desgastaram; não podia ser de outra maneira, então. Nessa fase, Borges da Fonseca, representando a esquerda, qualificava Chichorro da Gama, governador liberal, "baiano infame e vil"; o *Diário Nôvo,* órgão do govêrno, qualificava Borges da Fonseca "o mais famoso anarquista do Brasil... verdadeiro bandido, sem crenças, sem princípios, sem convicções; especulador em tôda a extensão do têrmo, conhecido e assinalado com todos os defeitos de um espírito rebelde, arrogando-se o pomposo título de advogado do povo, incutindo-lhe princípios errôneos, idéias perigosas, arrastando-o a um precipício certo, prostituindo e estragando a imprensa, a mais sublime das instituições liberais, e proclamando como direito do povo o punhal e o bacamarte".

Brasil, em 1832, idolatrando a Pedro I, em que via o campeão da independência brasileira. Começou a escrever, então, o seu *Bosquejo Histórico,* em que dizia temer a implantação da oligarquia no Brasil. Combateu Feijó, no pasquim *O Raio de Júpiter* (1836), tendo redigido antes *O Mensageiro Niteroiense* (1835) e escreveu na *Revista Médica Fluminense*. Após a Maioridade, dedicou-se ao *Compêndio de História do Brasil,* editado em 1843, em dois volumes, muito criticado por Varnhagen, a quem Abreu e Lima respondeu bem. Retornou a Pernambuco, em meados de 1844, ligando-se à *Praia* e escrevendo no *Diário Nôvo,* impresso na tipografia de seu irmão Luís Inácio. Redigiu também, na época, *A Barca de S. Pedro* (1848). Sufocada a rebelião praieira, foi prêso na fortaleza do Brum e depois enviado à ilha de Fernando de Noronha. Libertado, dedicou-se aos estudos históricos e escreveu *O Socialismo,* editado em 1855. Travou depois a polêmica com o cônego Pinto de Campos, a propósito das biblias falsificadas. Faleceu do coração, a 8 de março de 1869, negando-se o bispo a sepultá-lo no cemitério católico, sendo por isso levado ao cemitério dos inglêses, caso que agitou a opinião pernambucana. Herói da libertação americana, Abreu e Lima tem sido propositadamente esquecido ou amesquinhado pela historiografia oficial. Seu outro irmão, João Roma, ferido mortalmente na cabeça, no combate do engenho Pau Amarelo, quando da rebelião praieira, capitão reformado da primeira linha, participante da Confederação do Equador, foragido também nos Estados Unidos, tendo regressado ao Brasil em 1828, e degredado para o Rio Negro, fôra delegado de polícia, no govêrno liberal, vivendo na ilegalidade até o irrompimento da rebelião.

Enquanto os liberais estavam no poder, representavam bem a direita do partido, desinteressada de solução profunda e particularmente de solução de fôrça, em posição contemporizadora. Era com isso que não concordava Borges da Fonseca. Em *O Nazareno*, a 23 de junho de 1848, prevenia: "Não se iluda o povo. Há espertalhões que, falando em nome da república, querem uma oligarquia, onde só governem os brancos, e daí vem a guerra que nos fazem. A liberdade deve ser conquistada para todos, porque todos descendemos de Adão, porque todos somos filhos de Deus. A república é para garantir os direitos de todos e portanto ninguém suponha que pode ser mais que outro — os direitos são iguais. Pernambucanos, não caiais nas rêdes dêsses realistas cobertos com o capote republicano". Era bem aquêle que o policial Figueira de Melo acusava de "enfarinhado nas doutrinas inexequíveis de escritores demagógicos, desde Rousseau até Cabet, que tinha por oráculos; pertinaz sobremodo em sustentá-las pela imprensa e pela palavra entre as classes baixas da sociedade". Era bem aquêle que, no Sete de Abril, decidiria em favor do povo: "Teve de eleger-se a Regência; a parte aristocrática queria Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio Francisco Paula de Holanda Cavalcanti e Pedro de Araújo Lima; os chinelos apresentaram outros nomes. De mim dependia a vitória, decidi pelos chinelos". Mas era claro que a *Praia*, enquanto no poder, não tinha interêsse algum em decidir pelos chinelos: em sua primeira fase, o *Diário Nôvo* reflete essa posição.

Estavam os pernambucanos lembrados ainda não apenas dos movimentos de 1817 e de 1824, implacàvelmente esmagados, mas das tentativas reacionárias e saudosistas da *setembrizada*, da *abrilada* e da *cabanada* de Vicente de Paula um decênio antes. Muitos anos depois, *O Liberal* de 5 de maio de 1872 mencionaria que a rebelião de 1848 fôra realizada pelo "povo espezinhado por uma oligarquia de família, pela compressão de leis vexatória e pelo brutal ascendente de um feudalismo repugnante". A opinião culta vinha sendo trabalhada pela pregação de Lopes Gama e de Antônio Pedro de Figueiredo; a luta partidária, desde 1842, vinha sendo comandada pelo *Diário Nôvo;* o ânimo popular, até onde as idéias impressas alcançavam, vinha sendo trabalhado pelas fôlhas liberais que proliferavam.

A Voz do Brasil, que começou a circular a 27 de outubro de 1847, clamava: "Sim, a população brasileira vive em sua pátria

escravizada, ou, para melhor dizer, esmagada pela influência estrangeira, e até hoje ainda não apareceu um escritor generoso e verdadeiramente patriota que tratasse de debelar pela imprnsa essa influência maligna, que faz com que, em vez de constituirmos uma nação rica, pelos recursos que oferece o nosso território, vivamos na miséria e na ignomínia". Redigia a fôlha Inácio Bento de Loiola que, em sua carreira de agitador, publicou vários jornais e pasquins, além de *A Voz do Brasil*: o *Diário do Povo*, após a derrota da rebelião, *O Conciliador*, o *Jornal do Comércio*, *O Raio*, *O Cidadão*, *A Ordem*. Alfredo de Carvalho viu nêle um "foliculário de linguagem e furor de invectivas sem exemplo", comandando "campanha nativista tão vergonhosa quanto desarrazoada", prova de que a história de nossa imprensa necessita mesmo ser revista para reduzir tais prejuízos, preconceitos e erros de julgamento às devidas proporções.

A fôlha de Inácio Bento de Loiola teve influência, realmente, nos tumultos recifenses de dezembro de 1847 e de junho de 1848. A 19 de fevereiro dêste último ano, bradava: "Chora, Pernambuco... E tu, povo, raça infortunada em tôda a parte, chora também! De tudo isso que vês, nada te pertence. Essas administrações tão numerosas, êsses palácios, êsses carros suntuosos, êsses tribunais, são para os teus senhores. (...) Chora, chora. O teu quinhão é o arbitrário, os dolorosos trabalhos, a miséria e os rudes tormentos. Teu filho pertence ao exército, teu suor ao tributo, tua filha à prostituição: eis a tua sorte". *A Voz do Brasil*, em fins de junho de 1848, saudava Borges da Fonseca como "mártir da liberdade", aquêle que "primeiro bradou neste Pernambuco contra a iniqüidade da côrte lusitana no Rio de Janeiro, e do predomínio estrangeiro". Prêso em junho de 1848, Inácio Bento de Loiola foi novamente encarcerado, a 3 de janeiro do ano seguinte. A 23 de dezembro imediatamente anterior, convocara os militares à rebeldia: "Soldado! se queres um dia apontar com glória para as cicatrizes do teu peito, não as ganhes em defesa da opressão e da tirania; ganha-as combatendo pela pátria e pela liberdade". A 2 de novembro, às vésperas da rebelião, clamaria: "Tudo nos vem de fora, e com tal extensão que nos afogamos; vêm de fora sapatos, cômodas, cadeiras, calças, jaquetas, &, &, &, de modo que, percorrendo-se a escala dos meios de vida, só fica ao brasileiro o mesquinho recurso dos

empregos públicos, ou a áspera vida de soldado". Loiola colocava-se, assim, na esquerda do movimento praieiro.[104]

À esquerda pertenceria também *O Homem do Povo* que, a 27 de maio de 1847, espantava as autoridades com posições extremadas: "Quando o govêrno violenta os direitos do povo, a insurreição é para o povo, e para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos, o mais indispensável dos deveres"; ou: "Aquêles que usurpam a soberania devem ser mortos pelos homens livres." A ela estava ainda ligado *O Proletário*, que pregava, a 18 de agôsto de 1847: "As duas oligarquias, pois, não conseguirão arvorar o seu hediondo estandarte; e se o conseguirem, o que se duvida, os cadáveres do *Proletário* e dos cidadãos livres servirão de base a êsse monumento do crime — *é melhor morrer do que ser escravo* — essa é a divisa do pernambucano livre". Estava na esquerda *O Cometa*, editado por frei João Capistrano de Mendonça e que circulou de 19 de maio de 1843 a 15 de janeiro de 1846. Esperava estender sua influência "até os mais remotos cantos desta província, preparando e predispondo os ânimos, já bastante desenvolvidos, para a revolução que nos espera", conforme declarava em sua edição inicial. Desaparecido *O Cometa*, frei João Capistrano de Mendonça fêz circular a fôlha *Um dos Cinco Mil*, de posição já menos extremada. O frade atraiu as iras conservadoras, aparecendo o revide em curioso panfleto, *A Capistranada*, em que se acusava os praieiros de ateus e socialistas. Socialista proclamava-se, realmente, Abreu e Lima, pela *A Barca de São Pedro*, que redigia sòzinho. Em sua edição de 11 de julho de 1848, tomava tal posição, claramente: "Desejamos uma revolução ou, melhor dito, aceitaremos uma revolução, porque ela é hoje sedição militar, venha ela donde vier. Desejamos uma completa reorganização do país debaixo dos princípios que temos estabelecido neste periódico". À esquerda pertenceriam, entre outros, pasquins como *O Azorrague*, de 1845, atribuído a frei João Capistrano de Mendonça; a já citada *A Ratoeira*, de 1847 e uma só

104 "A ala esquerda, bem organizada no grupo secreto dos *cinco mil* e formada com as classes e os setores da população que seguiam a reboque da burguesia, operários, artesãos, camponeses pobres — os *esfarrapados* e os *molambos*, como os classificava a imprensa dos latifundiários — tinham como porta-voz o jornalista Inácio Bento de Loiola, redator de *A Voz do Brasil*." (Edison Carneiro: *A Insurreição Praieira*, Rio, 1960, pág. 24).

edição, do padre Lopes Gama; a *Folhinha de Algibeira,* de 1844, muito preocupada com a nacionalização do comércio.

Mas havia também, na imprensa liberal pernambucana, órgãos de uma esquerda não extremada, de que o *Diário Nôvo* foi, em quase todo tempo, exemplo mais característico, mas que tinha fôlhas como a dos estudantes, *O Velho Pernambucano,* de 1853 e 1836, em que já escrevia Filipe Lopes Neto, participante da Praia depois, vindo de estudos na Itália e na França, redator do *Diário Nôvo* e, finalmente, barão do segundo Império; como *O Grito da Pátria,* de 1848, redigido, ao que parece, por João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão; como o *Guarda Nacional,* de Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que circulou em 1844 e voltou a fazê-lo dias depois da posse do presidente Herculano Ferreira Pena, isto é, na fase preparatória da rebelião; como *A Reforma,* de Afonso de Albuquerque Melo, circulando em 1848, que condenaria as agitações de junho, temeria a luta armada que se avizinhava, advertindo, em sua edição de 27 de julho: "Corremos hoje com passos agigantados no caminho de um completo desmoronamento; e para evitar semelhante cataclismo, precisamos de reformas *radicais* na nossa organização social e política". Essa a imprensa liberal, de esquerda e de extrema-esquerda, que travaria o combate das idéias com a imprensa conservadora e de direita, capitaneada pelo *Diário de Pernambuco,* mas também servida por outros jornais, como *O Lidador,* que circulou entre 1845 e 1847, ou como *A União,* que raiaria ao ultramontanismo.

A 29 de setembro de 1848 caia o gabinete liberal de Paula Sousa, e caía sem dignidade e sem grandeza, insistindo pelo revogação da lei de 7 de novembro de 1831, que extinguira o tráfico negreiro mas jamais fôra cumprida. Como diriam os conservadores, e com acêrto, "durante cinco anos o Partido Liberal nunca pôde realizar uma só das suas idéias, nem plantar na administração um só dos seus princípios". A situação pernambucana seria consideràvelmente agravada com isso: os governos de Ferreira Pena e de Tosta comprovariam logo. Daí por diante, a esquerda liberal encontra condições, na província, para arrastar a direita, inclinando-se à luta armada. A ampla frente popular que se fôra constituindo, e para cuja articulação tanto contribuíra a imprensa, era agora comandada pela esquerda republicana. Foi a esquerda que deflagrou o movimento, a 6 de novembro; foi a esquerda que firmou o *Ma-*

nifesto ao Mundo, de 1.º de janeiro de 1849;[105] foi a esquerda que prosseguiu na luta, após a morte de Nunes Machado, a 2 de fevereiro e o insucesso do ataque ao Recife, levando-a até a "guerra das matas", em que tanto se destacou a figura legendária de Pedro Ivo.

Borges da Fonseca comandaria a coluna do sul e, depois, tôdas as fôrças rebeladas. Sua energia permitiu salvar da desagregação essas fôrças, após a derrota do Recife e a morte de Nues Machado. A 29 de março, proclamaria: "Quem não é por nós, é contra nós. Liberdade e paz aos que me ajudarem; aniquilação e morte aos que me combaterem e auxiliarem o govêrno imperial." No dia seguinte era prêso, vítima da traição e da delação, mas permanece o mesmo. O general Melo Rêgo descreve a sua entrada no Recife: "Borges da Fonseca, ao lado do capitão Soledade e acompanahdo por 80 praças do Batalhão de Caçadores, calmo e de cabeça erguida, mirando serenamente a um e a outro lado, não parecia um prisioneiro". Figueira de Melo, no relatório que deixou dos acontecimentos, traça o perfil do jornalista que trocara a pena pela arma: "Dotado de alguma inteligência e coragem; acostumado, desde a sua mocidade, a planear desordens, resistências e revoluções, que pareciam terem se tornado um elemento de sua inquieta existência; enfarinhado nas doutrinas inexequíveis de escritores demagógicos, desde Rousseau até Cabet, que tinha por oráculos; pertinaz sobremodo em sustentá-las pela imprensa e pela palavra entre as classes baixas da socieda-

105 Documento assinado por Manuel Pereira de Morais, João Inácio Ribeiro Roma, Henrique Pereira de Lucena, João Paulo Ferreira, Leandro César Pais Barreto, João Batista do Amaral e Melo e Antônio Borges da Fonseca. Dizia: "Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembléia Constituinte. Esta Assembléia deve realizar os seguintes princípios: 1.º) O voto livre e universal do povo brasileiro; 2.º) A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; 3.º) O trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros; 4.º) O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; 5.º) A inteira e efetiva independência dos podêres constituídos; 6.º) A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar; 7.º) O elemento federal na nova organização; 8.º) Completa reforma do Poder Judicial, em ordem a assegurar as garantais dos direitos individuais dos cidadãos; 9.º) Extinção da lei do juro convencional; 10.º) Extinção do atual sistema de recrutamento". Pouco depois, o Manifesto foi desautorado pelo *Diário Nôvo*, como apócrifo, em artigo de Lopes Neto. Fôra redigido por Borges da Fonseca e assinado pelos chefes da coluna do norte que, desde o início, se colocaram à frente do povo. Representa a fase de luta, quando a esquerda liberal e republicana comanda o movimento.

de, únicas que, por sua ignorância, podiam recebê-las sem contradição e a quem falava sempre em estilo rasteiro e apaixonado ao mesmo tempo: tendo extraordinária obstinação em seus planos de proclamar o govêrno republicano, a qual parecia aumentar-se pelos trabalhos que tinha sofrido, desde que entrara na carreira política e não diminuir-se pela experiência do estado da sociedade brasileira, era êsse caudilho, depois da morte do desembargador Nunes Machado, a cabeça que dirigia a revolta e o braço que a sustentava, o chefe, enfim, que se punha à frente dos combatentes".[106]

Borges da Fonseca foi mantido incomunicável, na corveta *Euterpe*. A maioria dos prêsos passou da cadeia do Recife para porão de navios: "Encerrados aos centos em um porão estreito, imundo, abafado; mergulhados n'água, que entrava por todos os poros do navio, iam definhando; muitos morreram, vítimas de tanto padecer, outros adquiriram moléstias incuráveis". Se, durante a rebelião, como acentuou Edison Carneiro, os prêsos chegavam ao Recife "atados com cordas" ou "acorrentados", cessado o movimento, eram "pùblicamente chibatados" no Quartel de Polícia, como Luís José da Cruz e Serafim José, elementos populares da *Praia*. Foram detidos militares, jornalistas, deputados, artífices, padres.[107]

Os elementos menos qualificados, e até alguns dos qualificados — cêrca de dois mil — foram recrutados. Urbano Sabino escreveu que "nem era preciso ser rebelde; todo praieiro era recrutável". O policial Figueira de Melo mencionou que, assim, "se livrava a província de perversos, vadios e desordeiros de profissão, que

[106] Jerônimo Martiniano Figueira de Melo: *Crônica da Rebelião Praieira entre 1848 e 1849*, Rio, 1850, págs. 392-395.

[107] "A repressão policial atingiu alguns frades, em geral franciscanos, como frei Lourenço da Divina Pastora e como frei Francisco, apelidado o *camarão grande*, que acompanhava o Exército Liberal quando da segunda tomada de Goiana, e muitos padres. O deão Francisco de Farias, lente do Seminário e deputado geral, pronunciado como cabeça da rebelião, estava foragido, mas a polícia conseguiu deter os padres Leonardo João de Grego, o coadjutor de Una, João da França Câmara, José das Candeias e Melo, Vicente Ferreira de Albuquerque, Basílio Gonçalves da Luz, o Vigário Joaquim José de Azevedo, João Gomes de Santana Marreca e João Herculano do Rêgo. Êsses sacerdotes continuavam a tradição das revoluções de 1817 e 1824, seguindo o exemplo dos padres Roma, João Ribeiro e Miguelinho e de frei Caneca, na defesa dos direitos do povo". (Edison Carneiro: op. cit., pág. 150.)

haviam sido seu flagelo durante o pesado domínio da facção praieira". A 17 de agôsto de 1849, os rebelados foram julgados por tribunal presidido pelo juiz José Tomás Nabuco de Araújo, tendo como promotor Francisco Xavier Pais Barreto: nove foram condenados à prisão perpétua — Lopes Neto, Vilela Tavares, Abreu e Lima, Pessoa de Melo, Pereira de Lucena, Leandro César, Feliciano dos Santos, Feitosa de Melo e Borges da Fonseca. Foram enviados para Fernando de Noronha; ali, Borges da Fonseca sofreu ainda discriminação, sendo colocado na ilha Rata por dez meses. A anistia alcançou-os, por decreto de 28 de novembro de 1851. A reação conservadora considerava consolidado o seu domínio na província: às eleições de 1849, após a terrível repressão, não haviam concorrido os eleitores da *Praia* — às suas vésperas, Recife estava "convertida em um vasto acampamento militar, levantadas barricadas de guerra em todos os distritos, e derramada a fôrça material por todos os pontos da cidade"; a vitória conservadora fôra assegurada, mas o govêrno tivera de "conciliar uma luta de sangue, para extorquir um triunfo que nunca obteria pelos meios legais".

A imprensa liberal, desaparecida quando da luta armada, voltou, pouco a pouco, a circular. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa faria divulgar *O Macabeu*, ainda em 1849, entre 4 de julho e 11 de dezembro; em seu quarto número escreveria: "Sim, somos mulambos, e seremos tudo quanto o ódio vos ditar. Vós sois ricos, nobres, sábios, ordeiros, legalistas... Fartai-vos, pois, srs. ricos, srs. fidalgos, de insultos e vinganças contra nós, pobres mecânicos, mulambos e canalha". Inácio Bento de Loiola punha em circulação, em janeiro de 1850, o *Diário do Povo*, avisando, desde logo: "Êste silêncio, que guardamos a política da nossa província, é aconselhado por nosso bem-estar, por nossa segurança individual e de propriedade." Continuava: "Qualquer que seja a redação do *Diário do Povo;* qualquer que seja a nossa posição, qualquer que seja enfim a nossa sorte, nunca seremos *saquarema* ou *corcunda*, nunca, nunca; porque estamos ìntimamente convencidos que dessa política do *regresso* nos tem vindo a fome, a guerra, a peste, o vilipêndio, a miséria, a morte e, finalmente, a desgraça de todo o Brasil". O *Diário do Povo* só saiu três vêzes, a 2, 3 e 4 de janeiro de 1850. A 12 de junho, Loiola apareceu com *O Conciliador*, apelando para "senão uma união completa, ao menos alguma tolerância, indulgência e generosidade para com os vencidos". Mas, a 7 de setembro, exige: "Queremos demandar, no campo das discussões, o

lugar que nos compete." A 17 de dezembro, prega a abolição da escravatura e declara: "O tempo lentamente prepara as revoluções." A 10 dêsse mesmo mês, proclamava: "A revolução, pois, veio quando devia vir. Era impossível fazer parar a marcha do tempo."

A 19 de agôsto de 1850 iniciaria sua existência *A Revolução de Novembro*, que circulou até 15 de janeiro de 1851, sob a direção de Afonso de Albuquerque Melo. Revivia a rebelião praieira e afirmava: "Essa luta não é, pois, de partido; é do povo contra o poder; e os que, em serviço ao poder, combatem contra o povo, são levados pelas paixões que têm nutrido os corações as intrigas e a corrupção do Paço." Denunciava as violências policiais contra a imprensa: "De tudo tem usado o poder para não sair esta fôlha: os seus agentes estão a fazer constantemente à senhora viúva Roma avisos de terror, para ver se ela desiste da emprêsa." Tais palavras, da edição inicial, referiam-se à pressão contra a imprensa, exercida pela polícia conservadora. De 1.º de setembro a 11 de dezembro de 1852, *A Revolução de Novembro* editou oitenta números sob a direção de Borges da Fonseca. Começaria, ao sair da prisão em Fernando de Noronha, por agradecer a Albuquerque Melo os serviços prestados, mencionando que a sua "lealdade à causa popular muito lhe deve merecer ante o povo, razão por que o tem comprometido e sacrificado os defensores dos privilégios, dos portuguêses, e da Côrte". Aduzia que o jornal se destinava a "contestar as falsas doutrinas dos que, vendidos ao govêrno, pretendiam desvirtuar a gloriosa revolução de 1848". Em maio de 1853, entretanto, Borges da Fonseca abandonaria Pernambuco; ia começar, no Rio de Janeiro, a quinta e última fase do *Repúblico*, onde circulou de 1.º de julho de 1853 a 15 de dezembro de 1855, quando apareceu o seu 197.º número. Vinha combater a *conciliação*, que estava esboçada e que constituiria, com o cancelamento da luta entre os partidos, inaugurada com o Gabinete presidido pelo marquês do Paraná, nova manobra reacionária, destinada a sonegar as contradições de que a sociedade brasileira era palco.

A reação era obrigada a enfrentar o debate das idéias. Fazia-o a seu modo, naturalmente: *A União*, redigida por monsenhor Pinto de Campos e pelo lente da Faculdade de Direito Pedro Autran da Mata e Albuquerque, investia com fúria, em julho de 1852, continuando em agôsto, contra as idéias socialistas, surgindo a polêmica entre Autran e Antônio Pedro de Figueiredo, quando o professor de Direito classificava o socialismo como "ímpio, anti-

cristão, anti-social e anti-civilizador", brandindo a encíclica de Pio IX, de 1849. Ao que Figueiredo, hóspede de *A Imprensa* agora, teria de retrucar: "como o meu adversário trouxe por arrasto, no seu último artigo, o concílio provincial de Paris e o venerável Pio IX, não querendo eu ter a sorte de Galileu, deliberei não prosseguir em tal questão". A polêmica é de 1852, mas já no ano seguinte, em janeiro, Romualdo Alves de Oliveira, com *O Artista Pernambucano*, voltava ao tema da nacionalização do comércio, na edição de 31 daquele mês e ano, afirmando que "de nada nos serviu a independência; porque, se antes dela o comércio se achava em poder dos portuguêses, depois dela a mesma coisa ou pior, logo não somos nação, mas vis colonos, que suportamos a hidrofobia dos nossos senhores!" De 1855 a 1859 circularia também *O Povo*, redigido por Luís Ciríaco da Silva, de quem Alfredo de Carvalho, caracterizadamente, afirmou ser "homem de côr preta e desvairado por leituras incompatíveis com sua índole de primitivo e cultura inferior, especulou desbragada e torpemente com exagerados princípios nativistas e democráticos". Ah! a historiografia oficial...

Características do pasquim

O ambiente do país, na época em que surgiram e se multiplicaram os pasquins, explica, de forma nítida a fisionomia áspera assumida pela pequena imprensa, comprovando como suas características derivavam diretamente das condições do meio. Estatística da fase regencial assinalava que, na Côrte, apenas entre 7 de abril e 30 de maio de 1831, haviam sido prêsos por desordem e pancadaria 108 homens livres e 50 escravos; foram apreendidas armas a 102 pessoas; ocorreram 8 assassínios; apareceram 5 cadáveres; registraram-se 27 ferimentos graves e 25 leves. Êsse era o ambiente em que os pasquins tomariam vulto. Moreira de Azevedo compreendeu "a aparição dêsses periódicos veementes, insultuosos, lembrando represálias, excitando o patriotismo e tratando de aumentar o ardor, a luta dos partidos, luta que mui breve devia trazer grande mudança à política do país". A linguagem virulenta não era de uso apenas nas fôlhas de oposição. Armitage, observador desapaixonado, mencionou que "os jornais ministeriais eram pelo menos tão repreensíveis como os seus anta-

gonistas; costumavam advogar não só doutrinas contrárias ao sentido da Constituição, como lançar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição". Evaristo da Veiga confessaria que "a maior parte dos jornais que possuímos (e nessa parte também nos confessamos culpados e arrastados pela fôrça da tormenta) mais invectivam do que argumentam". Um viajante inglês, Fox Bunbury, esclareceria: "A liberdade de imprensa é garantida pela Constituição e, pràticamente, é apenas cerceada pela *liberdade da faca*, a qual (apesar de não ser reconhecida pela Constituição), existe, assim mesmo, de maneira muito considerável".

O pasquim de 1833, *O Grito dos Oprimidos*, apresentava o seguinte quadro da agitação que varria o país: "Fala-se que, no Ceará, se ateia novamente a guerra, porque o presidente mandou processar e prender os sectários de Pinto Madeira, que o honrado Labatut, em nome da Exma. Regência, anistiou para poupar o sangue brasileiro; que, em Pernambuco, está iminente a guerra civil; que, nas Alagoas, correm rios de sangue; que, na Bahia, Espírito Santo, Rio Grande e São Paulo tem sido perturbado o sossêgo público; e que, em Goiás, até se chegou a metralhar o povo dentro da igreja, e de tudo se faz um mistério para o povo!" Foram, assim, os males do meio e do tempo, agravados e alastrados às vêzes, traduzidos na violência como norma e na injúria como moeda corrente, responsáveis pela fisionomia apresentada pelo pasquim. Tal fisionomia foi traço geral, igualou os que defendiam o govêrno e os que faziam oposição. Operavam com igual fúria, com a torpeza elevada ao nível de norma, com a falsidade utilizada como instrumento de luta, com o insulto estabelecido como meio de ação. Tudo era imediato ou rápido — a preparação, o acontecimento, os efeitos. Tramavam-se na sombra golpes políticos os mais curiosos e originais. Reunidos em chácaras, em casas retiradas, em lugares do interior do país por vêzes, os políticos estabeleciam condições de combate e têrmos de mudanças administrativas. Contra essas normas, prevenindo tais alterações, as fôlhas do outro lado que, vigilantes, sentiam a ameaça, explodiam no vitupério, inventando aquilo que não podiam conhecer ou antecipando eventos que, em alguns casos, não tinham sido previstos ou preparados. O pasquim trazia para a rua uma política habitualmente preparada em gabinetes, introduzia o elemento popular naquilo de que êle havia sido propositadamente excluído.

As inquietações geradas em três séculos de domínio colonial, sob a rígida estrutura do latifúndio, deflagrariam na fase de transformação em que se esboçariam os traços fundamentais de um regime nôvo, para a nova situação, a da autonomia. No fundo, as contradições repontavam, como a ação de fôrças ainda recentes contra a inércia do mundo rural. Traduziam-se sob formas as mais diversas, tal a de apresentar o comerciante luso como responsável por tôdas as mazelas, propício a todos os golpes, misturando-se a condição nacional e a condição de classe, como já se começava a misturar, em relação aos africanos e seus descendentes, a condição de côr e a condição de classe. Entre os pasquins da época, aliás, muitos denunciam até pelos títulos — *O Crioulo, O Crioulinho, O Mulato, O Cabrito, O Homem de Côr* — o problema que surgia. Mas os elementos todos, aquêles que disputavam agora melhor posição, quando alguns a conquistariam logo, como os ligados ao comércio urbano, os que se rebelavam contra as imposições implacáveis do meio, e que vinham mais de baixo na escala social, o liberto, o artesão, o trabalhador urbano, o pequeno funcionário, e os que lutavam pela manutenção dos privilégios tradicionais, em defesa de sua preeminência social, política, econômica — todos não haviam encontrado ainda o instrumento adequado de luta, a finalidade segura de seus impulsos, nem mesmo os caminhos e a forma de preservá-los ou de conquistá-los.

Eram vozes desconexas e desarmoniosas, bradando em altos têrmos e combatendo desatinadamente pelo poder que lhes assegurasse condições de existência compatíveis ou com a tradição ou com a necessidade. Não encontrando a linguagem precisa, o caminho certo, a norma política adequada aos seus anseios, e a forma e a organização a isso necessárias, derivavam para a vala comum da injúria, da difamação, do insulto repetido. Não podiam fazer uso de outro processo porque não o conheciam, não estavam em condições de utilizá-lo. Num meio em que a educação, em seu estágio mais rudimentar, o ensino, estava pouquìssimamente difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas, e em que os que haviam freqüentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo e no abuso da eloqüência vazia, a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria. A paixão dos interêsses em antagonismo fornecia o impulso que deflagrava as sucessivas tempestades.

Os problemas em debate, por menos interessantes no que tocasse à sorte do país, mas que afetassem as personagens em jôgo e a posição dos grupos em luta pelo poder, para cuja conquista tramavam todos os golpes e empregavam todos os processos, despertavam desusada atenção e acarretavam o aparecimento de dezenas de pasquins, nos quais desembocava, segundo os costumes da época, o tremendo ímpeto daqueles interêsses em choque. Desde a fase preparatória do Sete de Abril até o fim da primeira metade do século XIX, foi enorme o número de jornais em circulação. Todos subordinados, entretanto, ao denominador comum que daria ao pasquim a fisionomia peculiar que o marcou e com que espelhou exatamente o meio e a época. A técnica de imprensa, ainda nos primeiros passos no país, ao tempo, acrescentou características formais ao pasquim: formato in-4.º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interêsse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos dêsses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros. Guardava-se, por outro lado, rigoroso anonimato.

Um só artigo, via de regra, ocupava todo o espaço do pequeno jornal. Quando havia necessidade de completá-lo, recorria-se ao que era denominado, no tempo, *correspondência*, espécie de vala comum onde, a título de contribuição externa, extravazava-se a linguagem mais torpe. Não houve pasquim que não saísse sob a proteção de epígrafe curiosa, anunciadora de seus propósitos, do seu programa, do motivo a que vinha. Tirava-se a epígrafe, em versos na maior parte das vêzes, da obra de autores conhecidos, Camões com mais freqüência, ou de dicursos, conferências, trabalhos políticos, ou da própria Constituição. A lei obrigava que fôsse mencionada a oficina onde era impressa a fôlha. Houve exceções, na regra de obediência ao preceito. Por tal indicação obrigatória verifica-se não só a tendência do pasquim como as dificuldades de impressão naquele tempo. Eram poucas as oficinas tipográficas. Todo grupo político — não é o caso de falar em partidos — necessitava de um órgão de expressão pública e, para lançá-lo, de

oficina correspondente, de vez que, nesse período, não havia quase atividade isenta de influência política, levada a extremos limites quase sempre.

A rigor, condicionando a classificação ao que se entende por imprensa periódica, o pasquim não poderia ser associado ou incluído nessa atividade. Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias prèviamente fixados, na grande parte dos casos. Houve mesmo exemplos em que se anunciava o aparecimento para quando fôsse possível, enquanto houvesse verba, mediante aviso posterior. A maior parte dos pasquins não passou do primeiro número. A quase totalidade teve vida efêmera, saída irregular e até orientação flutuante. A mesma orientação transitava por vários pasquins, em outros casos, aparecendo sucessivamente, com nomes diversos, embora se tenha conseguido identificar a origem, estabelecendo os laços que os uniam, tornando-os como que uma só publicação: o melhor meio de identificação, para isso, estava na oficina impressora. A origem de impressão dava também o sinête da tendência sob a qual o pasquim viveria os seus poucos dias. Não é possível, entretanto, deixar de enquadrar como imprensa periódica êsse produto específico do meio brasileiro naquela época tormentosa.

Outro aspecto sob o qual, a rigor, também se deixaria de lado o pasquim, na história do periodismo nacional, foi o seu traço específico de produto de uma só pessoa. Um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interêsses seus ou de outrem, adotando orientação própria ou obedecendo àquela imposta por seus mandantes, escrevia o jornal inteiro. Jornal de um só assunto, sempre, e de artigo único, quase sempre. Menos do que jornal, mera fôlha volante, panfleto lançado ao público, apreciando um tema, uma pessoa, um acontecimento, o tema, a pessoa, o acontecimento do instante que passava, muitas vêzes o motivo inspirador do pasquim, a fonte de que lhe provinha a fôrça, para apoiar ou contraditar. A confusão, própria daquela fase tumultuosa, entre o panfleto e o pasquim, chegou aos nossos dias, embaraçando classificações e exames. Nas relações que já se fizeram de jornais antigos, essa curiosa semelhança tem dado margem a dúvidas, a omissões propositadas. A imprensa estava surgindo, entre nós, com formas embrionárias, não perfeitamente definidas, sem caracterizar senão finalidades. Assim, a circular, o pasquim, o jornal, o panfleto, o opúsculo confundiam-se, trabalhavam no mesmo plano, obedeciam às mesmas injunções — a finalidade e a precariedade das técnicas contribuiam

Os problemas em debate, por menos interessantes no que tocasse à sorte do país, mas que afetassem as personagens em jôgo e a posição dos grupos em luta pelo poder, para cuja conquista tramavam todos os golpes e empregavam todos os processos, despertavam desusada atenção e acarretavam o aparecimento de dezenas de pasquins, nos quais desembocava, segundo os costumes da época, o tremendo ímpeto daqueles interêsses em choque. Desde a fase preparatória do Sete de Abril até o fim da primeira metade do século XIX, foi enorme o número de jornais em circulação. Todos subordinados, entretanto, ao denominador comum que daria ao pasquim a fisionomia peculiar que o marcou e com que espelhou exatamente o meio e a época. A técnica de imprensa, ainda nos primeiros passos no país, ao tempo, acrescentou características formais ao pasquim: formato in-4.º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interêsse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos dêsses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros. Guardava-se, por outro lado, rigoroso anonimato.

Um só artigo, via de regra, ocupava todo o espaço do pequeno jornal. Quando havia necessidade de completá-lo, recorria-se ao que era denominado, no tempo, *correspondência*, espécie de vala comum onde, a título de contribuição externa, extravazava-se a linguagem mais torpe. Não houve pasquim que não saísse sob a proteção de epígrafe curiosa, anunciadora de seus propósitos, do seu programa, do motivo a que vinha. Tirava-se a epígrafe, em versos na maior parte das vêzes, da obra de autores conhecidos, Camões com mais freqüência, ou de dicursos, conferências, trabalhos políticos, ou da própria Constituição. A lei obrigava que fôsse mencionada a oficina onde era impressa a fôlha. Houve exceções, na regra de obediência ao preceito. Por tal indicação obrigatória verifica-se não só a tendência do pasquim como as dificuldades de impressão naquele tempo. Eram poucas as oficinas tipográficas. Todo grupo político — não é o caso de falar em partidos — necessitava de um órgão de expressão pública e, para lançá-lo, de

oficina correspondente, de vez que, nesse período, não havia quase atividade isenta de influência política, levada a extremos limites quase sempre.

A rigor, condicionando a classificação ao que se entende por imprensa periódica, o pasquim não poderia ser associado ou incluído nessa atividade. Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias prèviamente fixados, na grande parte dos casos. Houve mesmo exemplos em que se anunciava o aparecimento para quando fôsse possível, enquanto houvesse verba, mediante aviso posterior. A maior parte dos pasquins não passou do primeiro número. A quase totalidade teve vida efêmera, saída irregular e até orientação flutuante. A mesma orientação transitava por vários pasquins, em outros casos, aparecendo sucessivamente, com nomes diversos, embora se tenha conseguido identificar a origem, estabelecendo os laços que os uniam, tornando-os como que uma só publicação: o melhor meio de identificação, para isso, estava na oficina impressora. A origem de impressão dava também o sinête da tendência sob a qual o pasquim viveria os seus poucos dias. Não é possível, entretanto, deixar de enquadrar como imprensa periódica êsse produto específico do meio brasileiro naquela época tormentosa.

Outro aspecto sob o qual, a rigor, também se deixaria de lado o pasquim, na história do periodismo nacional, foi o seu traço específico de produto de uma só pessoa. Um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interêsses seus ou de outrem, adotando orientação própria ou obedecendo àquela imposta por seus mandantes, escrevia o jornal inteiro. Jornal de um só assunto, sempre, e de artigo único, quase sempre. Menos do que jornal, mera fôlha volante, panfleto lançado ao público, apreciando um tema, uma pessoa, um acontecimento, o tema, a pessoa, o acontecimento do instante que passava, muitas vêzes o motivo inspirador do pasquim, a fonte de que lhe provinha a fôrça, para apoiar ou contraditar. A confusão, própria daquela fase tumultuosa, entre o panfleto e o pasquim, chegou aos nossos dias, embaraçando classificações e exames. Nas relações que já se fizeram de jornais antigos, essa curiosa semelhança tem dado margem a dúvidas, a omissões propositadas. A imprensa estava surgindo, entre nós, com formas embrionárias, não perfeitamente definidas, sem caracterizar senão finalidades. Assim, a circular, o pasquim, o jornal, o panfleto, o opúsculo confundiam-se, trabalhavam no mesmo plano, obedeciam às mesmas injunções — a finalidade e a precariedade das técnicas contribuiam

para confundí-los. Só o tempo concederia à imprensa a capacidade necessária de discriminação, repartindo áreas de ação e de influência, dando fisionomia própria a cada um dêsses produtos impressos. A regra, na época, era do jornal de um só assunto, feito de fio a pavio, por uma só pessoa; escrito por um só jornalista ou panfletário, quando não confundindo, na mesma pessoa, o impressor e o redator, caso que não foi raro, uma vez que o impressor era também um partidário, em grande número dos casos, e não apenas um profissional.

O anonimato costumeiro do pasquim, algumas vêzes desvendado, pela orientação, pela linguagem, pelos dados mencionados no próprio texto, por depoimento de adversários ou de testemunhas, era também disfarçado nos pseudônimos. Pseudônimos e apelidos que destacaram a linguagem do pasquim como peculiar, às vêzes incompreensível, ou só entendida depois de cuidadosas pesquisas, tal o rol de nomes especiais, de referências indiretas, de maliciosas alusões. Para o tempo, para o público da época, conhecedor dessa curiosa nomenclatura, em que coisas e pessoas mudavam de título, o entendimento era fácil. Para os que, mais de um século decorrido, acompanham, nessas fôlhas amarelecidas, a fúria desencadeada e quase sempre travestida, as conclusões são difíceis.

No desabrimento peculiar à época, quase sempre foi dito tudo com as letras exatas, quando se tratava do adversário, com os têrmos próprios, quando se tratava de xingamento, de difamação. As referências velavam-se quanto a episódios, as acusações escondiam-se aqui e ali em frases ambíguas. As personalidades políticas não eram citadas pelo nome ou pelo título, mas por apelidos chistosos ridículos, desprimorosos, alguns verdadeiramente torpes. Os pseudônimos buscavam traduzir intenções patrióticas, interêsse pelo bem comum, só existente na imaginação de quem o usava, quase sempre. A lista dêsses pseudônimos, entretanto, constitui material precioso. O confronto entre o acontecimento do dia e a linguagem do pasquim estabelece ligações interessantes, que permitem as interpretações. Eram acontecimentos que diziam de perto com os grupos políticos e a pequena imprensa que os servia espoucava, quase de súbito, em veementes denúncias, às vêzes enfrentando fatos consumados que, sem isso, passariam despercebidos em suas origens, — e essas denúncias davam, então, ao evento, o colorido próprio do pasquim, influíam nos títulos e deformavam, pela linguagem empregada, pelas referências veladas, pelo uso de apelidos, pela transparência dos

pseudônimos, a realidade, que aparecia inteiramente desfigurada. Mas nunca, certamente, a imprensa viveu tão de perto os acontecimentos políticos, e essa foi a grande virtude do pasquim.

Uma das características mais interessantes do pasquim foi o uso das epígrafes. Não havia pequeno jornal que fugisse ao gôsto de estampar, em prosa ou verso, um motivo qualquer com relação ao programa ou princípio ou propósito a que obedecia. *O Precursor das Eleições*, curiosa fôlha ouropretana de 1828, e que não era bem um pasquim embora tivesse a vida efêmera que foi um dos traços peculiares dêste, trazia como inspiração, ao divulgar virtudes dos candidatos ao pleito próximo, a frase de Benjamin Constant: *De quelque manière que les citoyens s'occupent de leurs intérêts, la chose importante c'est qu'ils s'en occupent*. O dístico não tinha significação apenas pelo que afirmava em si mesmo, mas pelo que o associava ao momento eleitoral. Constant, aliás, influiu bastante no pensamento político dos homens públicos brasileiros da época, ainda nos que elaboraram a primeira Constituição. Era normal, então, a busca aos escritores políticos franceses para fundamentação de tendências e programas. Mais adiante, depois da Maioridade, a busca se orientou para os tratadistas inglêses, um pouco também para os norte-americanos, que tanto influiriam, muito mais tarde, nos legisladores republicanos.

O Olindense — jornal de estudantes da escola fundada em 1827 em Pernambuco, juntamente com a de S. Paulo, e que se dizia político e literário, sendo mais político do que literário, o que indica, de forma concludente, o primado do tema dessa natureza sôbre os demais, a ponto de ser assim em periódico estudantil — *O Olindense* trazia a seguinte epígrafe: *Ayons du moins le courage de bien dire, dans un siècle où si peu d'hommes ont le courage de bien faire. Les hommes vertueux m'en sauront gré; et l'indignation du vice sera encore un nouvel eloge pour moi* — palavras pessimistas de M. Thomaz, em que havia a nota cética da época. *O Semanário Político, Industrial e Comercial*, do Rio de Janeiro, em 1831, ano tão agitado e cheio de acontecimentos decisivos — nossa primeira revista exclusivamente econômica — trazia epígrafe reduzida: *Libertas quas erit* — a liberdade que será — de Virgílio. O seu primeiro número apareceu em outubro; já haviam ocorrido, portanto, as agitações de rua do quadrimestre inicial do ano, que culminaram com a abdicação do primeiro imperador, mas sem que cessassem as inquietações políticas. O lema da liberdade permane-

para confundí-los. Só o tempo concederia à imprensa a capacidade necessária de discriminação, repartindo áreas de ação e de influência, dando fisionomia própria a cada um dêsses produtos impressos. A regra, na época, era do jornal de um só assunto, feito de fio a pavio, por uma só pessoa; escrito por um só jornalista ou panfletário, quando não confundindo, na mesma pessoa, o impressor e o redator, caso que não foi raro, uma vez que o impressor era também um partidário, em grande número dos casos, e não apenas um profissional.

O anonimato costumeiro do pasquim, algumas vêzes desvendado, pela orientação, pela linguagem, pelos dados mencionados no próprio texto, por depoimento de adversários ou de testemunhas, era também disfarçado nos pseudônimos. Pseudônimos e apelidos que destacaram a linguagem do pasquim como peculiar, às vêzes incompreensível, ou só entendida depois de cuidadosas pesquisas, tal o rol de nomes especiais, de referências indiretas, de maliciosas alusões. Para o tempo, para o público da época, conhecedor dessa curiosa nomenclatura, em que coisas e pessoas mudavam de título, o entendimento era fácil. Para os que, mais de um século decorrido, acompanham, nessas fôlhas amarelecidas, a fúria desencadeada e quase sempre travestida, as conclusões são difíceis.

No desabrimento peculiar à época, quase sempre foi dito tudo com as letras exatas, quando se tratava do adversário, com os têrmos próprios, quando se tratava de xingamento, de difamação. As referências velavam-se quanto a episódios, as acusações escondiam-se aqui e ali em frases ambíguas. As personalidades políticas não eram citadas pelo nome ou pelo título, mas por apelidos chistosos ridículos, desprimorosos, alguns verdadeiramente torpes. Os pseudônimos buscavam traduzir intenções patrióticas, interêsse pelo bem comum, só existente na imaginação de quem o usava, quase sempre. A lista dêsses pseudônimos, entretanto, constitui material precioso. O confronto entre o acontecimento do dia e a linguagem do pasquim estabelece ligações interessantes, que permitem as interpretações. Eram acontecimentos que diziam de perto com os grupos políticos e a pequena imprensa que os servia espoucava, quase de súbito, em veementes denúncias, às vêzes enfrentando fatos consumados que, sem isso, passariam despercebidos em suas origens, — e essas denúncias davam, então, ao evento, o colorido próprio do pasquim, influíam nos títulos e deformavam, pela linguagem empregada, pelas referências veladas, pelo uso de apelidos, pela transparência dos

pseudônimos, a realidade, que aparecia inteiramente desfigurada. Mas nunca, certamente, a imprensa viveu tão de perto os acontecimentos políticos, e essa foi a grande virtude do pasquim.

Uma das características mais interessantes do pasquim foi o uso das epígrafes. Não havia pequeno jornal que fugisse ao gôsto de estampar, em prosa ou verso, um motivo qualquer com relação ao programa ou princípio ou propósito a que obedecia. *O Precursor das Eleições*, curiosa fôlha ouropretana de 1828, e que não era bem um pasquim embora tivesse a vida efêmera que foi um dos traços peculiares dêste, trazia como inspiração, ao divulgar virtudes dos candidatos ao pleito próximo, a frase de Benjamin Constant: *De quelque maniére que les citoyens s'occupent de leurs interêts, la chose importante c'est qu'ils s'en occupent*. O dístico não tinha significação apenas pelo que afirmava em si mesmo, mas pelo que o associava ao momento eleitoral. Constant, aliás, influiu bastante no pensamento político dos homens públicos brasileiros da época, ainda nos que elaboraram a primeira Constituição. Era normal, então, a busca aos escritores políticos franceses para fundamentação de tendências e programas. Mais adiante, depois da Maioridade, a busca se orientou para os tratadistas inglêses, um pouco também para os norte-americanos, que tanto influiriam, muito mais tarde, nos legisladores republicanos.

O Olindense — jornal de estudantes da escola fundada em 1827 em Pernambuco, juntamente com a de S. Paulo, e que se dizia político e literário, sendo mais político do que literário, o que indica, de forma concludente, o primado do tema dessa natureza sôbre os demais, a ponto de ser assim em periódico estudantil — *O Olindense* trazia a seguinte epígrafe: *Ayons du moins le courage de bien dire, dans un siécle où si peu d'hommes ont le courage de bien faire. Les hommes vertueux m'en sauront gré; et l'indignation du vice sera encore un nouvel eloge pour moi* — palavras pessimistas de M. Thomaz, em que havia a nota cética da época. *O Semanário Político, Industrial e Comercial*, do Rio de Janeiro, em 1831, ano tão agitado e cheio de acontecimentos decisivos — nossa primeira revista exclusivamente econômica — trazia epígrafe reduzida: *Libertas quas erit* — a liberdade que será — de Virgílio. O seu primeiro número apareceu em outubro; já haviam ocorrido, portanto, as agitações de rua do quadrimestre inicial do ano, que culminaram com a abdicação do primeiro imperador, mas sem que cessassem as inquietações políticas. O lema da liberdade permane-

cia com destaque. Persistiria, como motivo permanente, como aviso constante. Foge ao tema político, por exceção, a epígrafe do *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, órgão da agremiação que lhe dava o nome: *Ils encouragent l'Agriculture ,l'Industrie, le Commerce, les Arts, véritables sources des richesses et de la gloire des Nations*. Ainda como exceção, trazia ao lado a tradução da epígrafe.

Uma publicação literária, os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, do Rio de Janeiro, trazia como epígrafe versos franceses, aliás inexpressivos, com a tradução em seguida: "Oh Pai da Natureza! Oh Grande! Oh Justo! / Êste Império protege, onde ordem nova / Com teu Favor Divino, à Sombra tua / O Templo Social reforça e esteia." Moxinifada com maiúsculas, pois. A epígrafe do *Jornal Científico, Econômico e Literário*, da Côrte, era também em versos, assinada pelos redatores, e dizia: "Empreender o difícil, belo e útil / De um gênio extenso e esfôrço digno, / Que com desprêzo vê tudo que é fútil". Nada de sintomático nessa epígrafe, como na anterior. Palavras vazias, apenas. Essas publicações eram mais literárias, porém. Tal como *O Beija-Flor*, cuja epígrafe estava de acôrdo com o título: "No meio de disputas tão azedadas e que tôdas versam sôbre a política, os leves divertimentos de mera literatura não cativam suficientemente a atenção". Não podiam mesmo cativar. Essa maneira fútil, palavrosa, arrebicada, ornamental de escrever, essa superficialidade de assuntos e de finalidades, num meio agitado, atormentado, tumultuoso, como poderia despertar atenção? Aquela despedida, como as epígrafes citadas das publicações literárias, revelam a tristeza do espetáculo dêsse setor da atividade intelectual, naquele tempo. Se ainda em nosso tempo a literatura não se emancipou completamente dessa fascinação pelo vazio e pelo ornamental, reservando-se ainda um pouco na futilidade e na ausência singular de significação, elaborada para o ócio e para o repouso, que poderia ser na fase em que a instrução era escassa, sob o pesado domínio do latifúndio, e as preocupações voltavam-se para o imediato e para o contingente?

Mas as epígrafes dos pequenos jornais, dos pasquins, revelam muito. A de *O Buscapé*, em latim, dizia: *Nos quoques gens summus, et quoque cavalgare sabemos;* trazia a tradução, para que "ninguém compre nabos em sacos": "Nós somos gente, portanto cavalgar também sabemos". A de *O Doutor Tirateimas* falsificava a *Cartilha da Doutrina Cristã* e dizia: "Visitar os enfermos e castigar os que

erram — são obras de misericórdia". A do *Nôvo Conciliador*, que não chegava a ser pasquim típico, consistia nos versos de Bocage: "O homem favor e asilo ao homem preste: / Mútua beneficência os homens ligue." Estava de acôrdo com o seu nome e a sua tarefa. A revolução, surgida quatro dias depois apenas de seu aparecimento, liquidou, entretanto, o jornal e suas intenções. *O Enfermeiro dos Doidos*, fiel ao seu título, trazia como epígrafe: "Não cabem no hospício os que conheço. / Que remédio senão curá-los fora?" A de *Cartas ao Povo* escondia-se em latim transparente: *Daut animun ad loquendum ultimae miseriae*. A de *Os Dois Compadres Liberais* era curta mas incisiva: "O povo liberal e unido / Será vencedor e não vencido".

Nos pasquins que se sucederam à abdicação do primeiro imperador, nem foi menos violenta a linguagem, nem menos precária a epígrafe. Só o tumulto prevaleceu, continuando com as sucessivas regências. *O Minhoca — Verdadeiro Filho da Terra* fazia alarde dos sentimentos que predominavam na época e punha na epígrafe uma quadra vulgar mas expressiva: "Observar sempre devemos / Do dia Sete d'Abril / União e ôlho bem vivo / É salvação do Brasil". *O Ferrabrás da Ilha das Cobras* trazia também versos na epígrafe, versos de Filinto Insulano: "Que errado pus nos homens a confiança. / Que tormentos me dá o meu engano! / Foi-se com meu prazer minha esperança, / Com minhas penas vem o desengano!" *A Trombeta dos Farroupilhas*, mais caprichosa, procurou em Camões a inspiração motivadora: "Os que são bons, guiando favorececcem. / Os maus enquanto podem nos empecem." *O Martelo* não fugiu ao seu destino na epígrafe: "Protesto martelar sem piedade / A quantos contra a Pátria aparecerem." Já a pátria, na mais antiga das explorações, servia de anteparo aos desatinos dêsse curioso pasquim, num farisaísmo menos malévolo, certamente, do que aquêle agora usado, sob a mesma capa, para disfarçar a preservação dos mais torpes privilégios. Já *O Trinta de Julho* trazia na epígrafe uma nota violenta: "O sangue derramado pede sangue!" Tal título estava ligado ao fracassado golpe de 1832. A epígrafe de *A Marmota* era breve e significativa: "Dois vinténs a quem quer ver." A citação seria infindável, se houvesse o propósito de verdadeiro levantamento das epígrafes. As citadas constituem amostras do que foi essa característica da imprensa antiga do Brasil, a grande e a pequena, mas particularmente acentuada nesta, hábito que persistiu por longo tempo e que, do jornal, passou

ao livro. A nota mais comum era o emprêgo do verso — tal como se verifica hoje em anúncios por vêzes, os impressos como os falados — de preferência o verso de autor célebre, concordante com as tendências do jornal ou revista. Na epígrafe, anunciava-se a orientação do periódico. Efêmeros, circunstanciais, destinados a fim imediato, os pasquins não conseguiam atravessar o tempo, nem era essa sua intenção. Mas deixavam sempre curioso rastro.

A violência de linguagem, a invasão da vida particular e íntima, a difamação organizada, a devassa na conduta das pessoas, não foram, certamente, normas privativas do pasquim, muito menos a sua característica única e imutável. Muitas outras lhe deram as linhas com que viveu e acabou por constituir-se em tipo da pequena imprensa brasileira, especialmente na primeira metade do século XIX. Se houve pasquins, por semelhança, em outras épocas também, é inegável que a época própria foi aquela, quando, por condições irrepetíveis no conjunto, proliferaram como em campo propício e fecundo, — destacadamente na fase entre as vésperas do Sete de Abril e o fim da primeira metade do século, ultrapassando o golpe da Maioridade, que anunciou o enfraquecimento do gênero. Mesmo nessa fase, houve um momento crítico, que assistiu ao apogeu do pasquim: entre as vésperas do Sete de Abril e o fracasso do golpe de julho de 1832; a rigor, os anos que vão de 1830 a 1833. Neste último, os pasquins multiplicaram-se assustadoramente, em floração sem perfume, sem a menor dúvida, quando se misturavam a violência da linguagem impressa e a violência física dos atentados pessoais. Sacrificaram tais atentados alguns pasquineiros mais conhecidos, pagando tributo ao gênero a que se haviam dedicado e contribuindo para dar coloração ainda mais viva ao ambiente tumultuosamente movimentado.

Era o pasquim papelucho de formato reduzido, não ultrapassando os primeiros números: a maior parte ficou mesmo na edição inicial, que se tornou única. A variedade dos títulos e a freqüência com que se sucediam não significou abundância no número de jornais ou de pasquins, de jornalistas ou de pasquineiros — se é que se pode dar aquêle nome aos tremendos foliculários da época — nem que as oficinas fôssem também numerosas. Havia, realmente, mananciais escolhidos, verdadeiras fábricas, e não eram muitas. E havia especialistas no preparo dêles, e eram também

poucos. Evaristo da Veiga denunciou, em depoimento já citado, êsses especialistas, no que dizia respeito a certa corrente, a dos que serviam a D.Pedro I. Um dos mananciais ou fábricas de pasquins era a oficina do *Diário do Rio de Janeiro*, de Nicolau Lôbo Viana, origem dos pasquins de orientação restauradora que Evaristo acusou. Mas a oficina de Francisco de Paula Brito, à praça da Constituição 51, era outra fábrica: dali saíram pasquins como *A Mineira no Rio de Janeiro*, supostamente feminino; *O Limão de Cheiro*, primeiro periódico do carnaval carioca, o entrudo; *O Trinta de Julho*, *O Saturnino*, e outros. Na oficina de R. Ogier, à rua do Ouvidor 188, foram feitos vários pasquins: um dos mais conhecidos, atravessando a longuíssima existência de quatro números, foi o violentíssimo *O Brasil Aflito*, de Clemente José de Oliveira, assassinado, em conseqüência de suas ações, pelo filho do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, então participando da Regência. O irmão do futuro duque de Caxias, sob cujas ordens serviria depois, em Minas e no Rio Grande do Sul, não teve meias-medidas no revide às injúrias do pasquineiro: matou-o a golpes de espada, em acontecimento que abalou a Côrte. Acontecimento que não ficou sem repetição, desde que não ficaram também sem repetição as injúrias impressas, escritas não só da maneira mais livre e crua como atingido pontos sensíveis da vida de pessoas destacadas nas atividades públicas. Simples amostra dessa linguagem, na qual se depara muito mais veneno escondido do que pròpriamente palavreado baixo, pode ser referido com o seguinte *anúncio* que, sob o inocente título de *Brincadeira*, publicou o *Grito dos Aflitos*: "Dá-se metade do ordenado de um ano de senador, pago no Ceará em moeda forte, a quem ensinar o tratamento que os filhos de uma mulher devem dar a um irmão da dita que é pai dos ditos."

Feições diversas apresentaram os pasquins: uns permaneceram no campo doutrinário, imitando as fôlhas estáveis do tempo e discutindo os problemas em voga, os políticos evidentemente, pois o noticiário era pràticamente nulo, mas discutindo-os de pontos de vista mais do que partidários, porque personalíssimos e por vêzes extremadíssimos, consideradas as condições da época, tornando-se verdadeiros órgãos de xingamento, destinados a expor ao ridículo ou a atemorizar personagens do outro lado. Essa tendência personalista transparecia às vêzes no próprio título do pasquim: *O Andradista*, *O Evaristo*, *O D. Pedro II* e muitos outros. Assumiam,

em casos diversos, a feição de órgãos de cura, destinados a sanar enfermidades do meio ou de determinadas figuras, e se intitulavam, então, *O Hospital Fluminense*, *O Médico dos Malucos*, *O Enfermeiro dos Doidos*. Apareciam também com feição teatral, com os curiosos diálogos em que os interlocutores ficavam disfarçados em apelidos quase sempre grotescos ou em transparentes anagramas, dizendo as coisas mais torpes. João Batista de Queiroz lançou, em 1833, um pasquim dêsse tipo, *O Teatrinho do Senhor Severo*. O uso de versos, muito comum nas epígrafes, era também vulgar nos textos, quando apareciam, no jôgo das rimas — claro que a poesia ficava ausente — explorações atrozes, difamações ostensivas. E tudo isso, no fim de contas, não contribuía diretamente para o lucro dos autores: o pasquim não tinha sentido comercial; sua venda não se destinava ao sustento do redator. Não eram fim — eram apenas meio de ação, e dos mais terríveis.

Um dos traços mais destacados na corrente nacional do pasquim foi, sem dúvida, o jacobinismo, ligado não apenas ao problema do comércio — com a reivindicação, reiterada e veemente, de sua reserva aos nascidos no país — mas ao problema político em que se jogou a sorte da dinastia, a posição de que era acusado o primeiro imperador, de estar a serviço dos portuguêses e não dos brasileiros. Na fase que se seguiu à Independência, realmente, o sentimento antiluso era generalizado e perfeitamente compreensível. Tornou-se, ao longo dos anos, fundamento de lutas políticas acérrimas, de que a violência não estêve ausente. A aversão aos lusos atingiu tal extremo, e por justas razões no tempo, que, por proposta de Muniz Tavares, o padre revolucionário de 1817, depois historiador da rebelião pernambucana, deveriam os portuguêses ser expulsos do Brasil. O projeto, apresentado à Assembléia Geral, não logrou aprovação, é certo, mas o fato de ter sido proposto e discutido, e o local onde o foi, mostram como representou sintoma do estado de ânimo dos brasileiros a respeito do problema. Êsse estado de ânimo, traduzido no ardente jacobinismo que se prolongou por muitos anos e estêve presente em quase tôdas as rebeliões daquela fase histórica, refletiu-se na imprensa, e particularmente no pasquim, sempre pronto a indicar o grau das paixões da época. Pasquins como *O Meia Cara* e *O Papeleta* traduziam a situação dos portuguêses aqui. Dizia-se *papeleta* o português que, fugindo à naturalização forçada pela Carta de 1824, conservava a naciona-

lidade de origem, mediante documento fornecido pela autoridade consular de seu país; *meia cara*, ao contrário, era aquêle que, abrangido pela naturalização constitucional, tornava-se brasileiro. A Constituição de 1824, realmente, no parágrafo 4.º de seu artigo 6.º, dizia serem cidadãos brasileiros "todos os nacidos em Portugal e suas possessões que, sendo já resistentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta, expressa ou tàcitamente, pela continuação da sua residência". O jacobinismo traduziu-se nos títulos de jornais e pasquins que buscavam as fontes indígenas, de que foram exemplos *O Tupinambá Peregrino, O Indígena do Brasil, O Tamoio, O Tamoio Constitucional, O Carijó, O Caramuru*, tomando êste o nome ao partido restaurador. Claro está que essa antecipação ao indianismo literário que se definiria adiante, era colocação falsa, mesmo no aspecto formal em alguns casos. Assim, ficaram conhecidos como *caramurus* os que defendiam o retôrno de D. Pedro I, acusado entretanto de protetor dos portuguêses.

A fúria antilusa estêve próxima de seus limites extremos particularmente naqueles que, dirigindo ou redigindo jornais ou pasquins e fazendo política partidária ou doutrinária, envolveram-se nos tumultos e nas rebeldias provinciais — um Cipriano José Barata de Almeida, um Antônio Borges da Fonseca, por exemplo. O primeiro levou o seu jacobinismo a raias inexcedíveis e iniciou-o de maneira ostensiva, na própria metrópole, quando deputado às Côrtes. Residente na Bahia, sua província natal, depois de prolongada prisão em que padeceu os seus ardores libertários, encontrou os nacionais possuídos da tremenda paixão antilusa que ajudara a disseminar. Grupos populares apregoavam pelas ruas: "Fora, marotos, fora, / Viagem podem seguir. / Os brasileiros não querem / Marotos cá na Brasil." O próprio Cipriano Barata comporia quadras contra os que detestava, e fazia as alterações correspondentes aos desvios de pronúncia, com o intuito do ridículo, e propunha que se cantasse à viola: "Treme, maroto, do fado, / Chora a tua disbentura, / Que o vem qu'agora desfrutas / Brebe foge, não te dura." Barata tinha conhecimento do horror que, em troca, os portuguêses lhe votavam, pela propaganda que fazia contra êles. Quando de seu forçado embarque do Recife para a Côrte, protestou contra o fato de ir em companhia de lusos, dizendo de seus males: "além dos perigos em que me acharei por ir com gentes portuguêsas, minhas mortais inimigas..."

Borges da Fonseca, o indômito redator do *Repúblico* que, como Barata, levou o seu jornal a tôda parte e o manteve, com dificuldades fáceis de compreender, mas apesar de tôdas as vicissitudes, foi outro representante do feroz jacobinismo da época. Viu os praieiros acolhêrem um dos postulados de sua pregação, o da nacionalização do comércio a retalho. Claro que os jacobinos viam apenas parte da verdade: o mal não estava nos lusos, depois quase todos enquadrados no partido restaurador e, desaparecida a razão de existência dêste, na direita conservadora; nem estava no fato de monopolizarem o comércio a retalho, o que era conseqüência — não estava na condição nacional dêles, em suma. Estava na condição social, quando se misturavam, aliás, a elementos nativos, interessadíssimos na preservação de uma estrutura, a colonial, ameaçada pelo abalo da autonomia e pelas contradições que afloravam e se agravavam, antes que se consolidasse, com as repressões e o golpe da Maioridade, a situação definida no largo estuário do segundo Império.

Pretende-se apresentar êsse estuário como remansoso e até índice de avanço político e de progresso material. Em contraste, a fase da Regência teria sido a anarquia, a ameaça do caos. E a pequena imprensa da fase é apontada como dos mais claros sinais da desordem, da anarquia, do caos. Mas, na verdade, a violência, a irrestrita aspereza, o destempêro de linguagem, não surgiram de impulsos individuais, apenas; apareceram em conseqüência de razões profundas. Difundiram-se porque a fase foi propícia: foram muito mais característica da fase do que da imprensa. Esta não fêz mais que sujeitar-se e adaptar-se a tais imposições, servindo aos desencontrados impulsos, expandindo pensamentos escondidos e represados, explodindo os ímpetos e recalques que sufocavam os manifestantes. As causas do aparecimento do pasquim, pois, não estiveram condicionadas a fatôres meramente ligados à expansão da imprensa em si mesma, mas a outras, ligadas ao meio, ao tempo, à gente, à cultura. Surgindo dêsse meio, esmagado em condições estreitas, servindo a público pequeno e de nível bastante baixo, usando as armas que a época permitia e fornecia, julgadas excelentes para os fins visados, o pasquim refletiu, em sua tormentosa fisionomia, o atraso, as agruras, as paixões de uma fase histórica. Como nítido produto dêsse meio e dessa gente, subordinado às próprias insuficiências e guardando as conseqüências de mais de três séculos de domínio colonial fundado na escravidão e na servidão, o pasquim

não fêz mais do que retratar aquela fase. Retratou-a fielmente, caricaturalmente também, porque deformou alguns de seus traços para acentuá-los, sem distanciar-se da realidade. A realidade é que o gerou.

As condições que impuzeram o aparecimento do pasquim que o mantiveram, e que se estenderam da Independência à segunda metade do século, eram tão generalizadas, profundas e evidentes que afetaram ainda as personagens mais destacadas daquela fase. Não é possível esquecer, estudando figuras típicas como Daví da Fonseca Pinto, João Batista de Queiroz, Francisco das Chagas de Oliveira França, Antônio Borges da Fonseca, Cipriano José Barata de Almeida, Clemente José de Oliveira, Luís Augusto May, figuras das características de Evaristo Ferreira da Veiga, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de José Bonifácio de Andrada e Silva. Evaristo, político eminente, doutrinador no jornal e na tribuna parlamentar, penitenciou-se êle próprio do uso de linguagem desabrida: a *Aurora Fluminense* não foi modêlo de ética jornalística; duramente atacado, seu redator revidou com aspereza; sofreu campanhas torpes, cutiladas violentas, provocações de tôda ordem, mas não permaneceu insensível, dobrou-se às imposições do tempo e brandiu, como os outros, os foliculários típicos, os pasquineiros notórios, a tremenda clava demolidora, em que difamação, mentira, injúria constituíam elementos singulares. De Bernardo Pereira de Vasconcelos, a quem a pequena imprensa não poupou, a quem os adversários castigaram sem piedade, pode-se escrever o mesmo. A mostra que nos fornece *O Sete de Abril* ou *A Sentinela da Monarquia*, órgãos que dirigiu, orientou ou redigiu, defendendo-se e defendendo as idéias que julgava dignas de aprêço, não apresenta diferença, em comparação com a linguagem empregada pelos pasquineiros que o combatiam. E José Bonifácio? Não orientou êle, com a violência de seu temperamento, a paixão e o descomedimento a que dissabores e injustiças davam coloração fulgurante, com extremos os órgãos pelos quais defendeu os seus princípios e as suas posições? A violência de linguagem não foi, pois, propriedade e característica dêste ou daquele — foi sinal da época, marca da fase histórica. Recolheu-a o pasquim, para fazê-la sua.

As causas não estavam apenas na incultura geral, na incompreensão que despertaria por certo uma linguagem serena, de análise e de crítica objetiva. O debate de idéias, de doutrinas, de problemas, que se processou, naturalmente, necessitava do tempêro

da veemência. A época não permitia divergência e competições estritamente acadêmicas, colocadas em nível isento de paixões. O que se pretendia, além da prova de excelência do que se pregava, era o esmagamento do adversário, a destruição do oponente. Buscava-se o poder, o exercício da função pública, para melhor servir a idéias ou a interêsses que se podia disfarçar como patriotismo, segundo o ponto de vista das facções, mas que ocultavam largos e profundos interêsses, ameaçados ou ameaçadores, repontando em ataques e revides em que todos os processos serviam. Nessas competições, aqui e ali, às vêzes repetidamente, citava-se autores célebres, falava-se em instituições, apregoava-se a defesa do bem comum, da causa pública. Mas os alvos eram as pessoas que encarnavam estas ou aquelas idéias, posições, doutrinas, tendências, podêres. As citações, os nomes conhecidos, os princípios surgiam como elemento acessório, disfarçavam os limites da competição imediata, quando a urgência do interêsse privado fazia pôr de lado os escrúpulos e as cerimônias. Tudo isso é perfeitamente compreensível numa época atormentada, em que se pretendia gerar as bases institucionais do país, construir o seu aparelho de Estado, consolidar uma estrutura de produção abalada até os alicerces, quando se confrontavam velhas razões e outras germinavam, com tendências ainda embrionárias que buscavam crescer, face a tendências que lutavam pela sobrevivência.

É certo, e seria disparatado negar, que muitas das figuras em atividade pública, as da imprensa incluídas, naquela fase tempestuosa, pretendiam defender posições, tendências, teorias, doutrinas julgadas compatíveis com o país e até necessárias e prestáveis ao bem comum. A seu modo, de acôrdo com as suas possibilidades, muitas delas fizeram, na função parlamentar, na função administrativa, na função apostólica, tarefa destinada à melhoria das condições do país. As questões candentes, entretanto, aquelas que preocupavam a muitos, que atraíram as atenções e as apaixonaram — as que provocaram o aparecimento dos pasquins — não foram apenas doutrinárias ou não permaneceram nos limites doutrinários. Os aspectos pessoais eram tão absorventes, confundiam tanto as personagens, ainda as mais eminentes, impregnavam de tanta paixão o ambiente, que passavam a primeiro plano. Havia, assim, a tendência constante em tornar grandes as pequenas questões, em tornar públicos os problemas de ordem privada em tornar pessoais as controvérsias políticas. Êsse privatismo peculiar à sociedade

escravista e à sociedade feudal refletiu-se no pasquim e lhe leu as duras linhas de uma fisionomia — refletindo-se, conseqüentemente, em sua linguagem virulenta e apaixonada mas também em suas outras características, a transitoriedade, a circunstanciedade, a superficialidade. Nessa confusão, nessa tormenta, podemos hoje distinguir o que foi difícil para os contemporâneos dela distinguir: as contradições de classe, a luta entre o velho e o nôvo, desequilíbrios, estruturas em mudança.

É, hoje, fácil, de outro aspecto, verificar que a pequena imprensa atendia não apenas à etapa de desenvolvimento técnico a que atingira a arte tipográfica, entre nós, mas também o nível a que atingira, na prática, o conceito de liberdade. A Constituição outorgada de 1824 era clara no sentido de afirmar a liberdade de imprensa. Por êsse tempo, apesar das interdições e das ameaças que pesavam sôbre a divulgação de folhetos e jornais, o desenvolvimento da imprensa, com o aparecimento de algumas oficinas tipográficas, havia atingido nível significativo para o meio. Parece que a lei básica, entre a possibilidade de fomentar, pela repressão, uma imprensa clandestina que poderia alcançar terríveis efeitos, no grau de paixão a que haviam atingido as lutas políticas, e a de declarar livre tal atividade, regulamentando-a posteriormente, para o que se supunha ter o trono tôdas as condições, escolheu o segundo têrmo da alternativa. A liberdade constitucional era limitada, porém, com a discriminação penal para crimes, entre os quais se colocavam os de ofensa ao imperador e de propagação de idéias contrárias à ordem vigente — o que tem ocorrido repetidamente e representa grave restrição, sem a menor dúvida.

A pregação do sistema federativo, a difusão de idéias republicanas, por exemplo, eram consideradas subversivas. Elas foram impressas, entretanto, e serviram de base a processos que terminaram, em muitos casos, pela condenação e prisão de jornalistas. Cipriano Barata, por exemplo, quando em Pernambuco, e já eleito deputado à Assembléia Constituinte, pela província da Bahia, redigia a sua *Sentinela da Liberdade,* foi embarcado à fôrça para a Côrte, processo que serviu aos governantes do Recife para se desembaraçarem do terrível articulista. Trouxe, entretanto, o incansável batalhador, o jornal consigo. Não era difícil — o jornal era êle. Publicou-o na fortaleza do Brum, na ilha das Cobras, na fragata Niterói, em tôdas as prisões a que foi levado. Isso indicava

facilidade para um prêso político difundir suas idéias, por-se em contato com o público. Existiu essa possibilidade, e Barata explorou-a. Mas existiu também a repressão, de que êle próprio foi exemplo. E que, ao tempo de sua prisão, foi levado a extremos: o redator de *A Voz da Liberdade* foi metido na fortaleza da Laje; o do *Exaltado* foi compelido a fugir; o do *Filho da Terra*, mandado à ilha da Trindade; os da *Nova Luz* e do *Jurujuba dos Farroupilhas*, constrangidos e ameaçados de tôdas as formas.

A lista dos atentados pessoais contra figuras da imprensa, na época, é bem grande. Luís Augusto May, redator da *Malagueta*, sofreu duas agressões, a primeira em sua residência, a segunda na via pública, sendo êle então deputado. Evaristo da Veiga foi alvo de atentado a tiro. Clemente José de Oliveira, redator de *O Brasil Aflito*, foi assassinado a golpes de espada. Maurício José de Lafuente, pardo, escritor que manteve o pasquim a que deu o seu próprio nome, foi perseguido e deportado. O atentado coletivo contra o *Diário do Rio de Janeiro*, revide a uma posição antipopular agressiva, foi pitorescamente narrado pela *A Formiga*, ao tempo, ressaltando que, enquanto quebravam os utensílios daquele jornal, os manifestantes davam freqüentes vivas à liberdade... Nem faltou a perseguição oficial, o processo, a cadeia para os que se arvoravam em críticos das autoridades. Críticos quase sempre ásperos, ferozes na análise, descomedidos na linguagem, sem dúvida.

O que é interessante, nos processos movidos contra êsses jornalistas ou pasquineiros é, realmente, o fundo do quadro, o assunto proibido, mais do que a forma de tratá-lo. Havia tabus, interdições, coisas vedadas: a linguagem, em si, tinha circulação franca, por mais injuriosa que fôsse. Era respondida, pela parte adversa, pela mesma linguagem, quando não pelo atentado pessoal. O govêrno, a autoridade, intervinha, entretanto, independente da forma como haviam sido apresentadas as idéias, quando estas continham sentido revolucionário, diziam respeito ao que, hoje, se conhece como segurança do Estado, isto é, tocavam de perto à república, à federação, ou mesmo a qualquer reforma que afetasse a estrutura do poder vigente.

Vinham, então, sôbre o temerário oposicionista, tôdas as fúrias, as armas montadas para garantia do regime impôsto. Os processos contra Cipriano Barata, por exemplo, foram processos mais contra o pasquineiro audacioso do que contra o revolucionário prático, envolvido em rebeliões provinciais. Barata permaneceu longos

anos nas prisões — envelheceu nelas. Contra Borges da Fonseca foram também armados vários processos, culminando com aquêle em que foram julgados os praieiros que haviam apelado para as armas. O próprio chefe de polícia que o interrogou informaria, em documento de alto interêsse histórico e político que, no manifesto dos rebelados, "estavam escritos os princípios mais destruidores da monarquia e da ordem social". O que importava, no caso, era o processo e a prisão do "homem tão perigoso à sociedade" por seus escritos impressos, do que daquele que "tinha o meio de continuar a ofendê-los", isto é, aos princípios em que repousava a ordem vigente, porque sabia transmitir aos leitores princípios opostos, de forma a ser compreendido e aceito.

A prova de que o estilo pasquineiro era comum à situação e à oposição, premiado ou subsiado no primeiro caso, perseguido e punido, pode ser encontrada no exame dos periódicos, jornais ou não, e panfletos de José da Silva Lisboa, de um lado, e de Cipriano Barata, de outro lado. A historiografia oficial esforça-se por colocá-los em contraste — uma espécie de contraste entre o Bem e o Mal. Para Silva Lisboa vão todos os seus aplausos; para Barata, tôdas as suas condenações. Aquêle é criatura plena de virtudes, benemérito da pátria, cheio dos melhores serviços, culto, talentoso, idealista; êste não passa de atrevido foliculário, agitador inconseqüente, perturbando o país com a sua tempestuosa pregação. É necessário, entretanto, situar tais personagens no ambiente em que viveram, para compreender-lhes as ações e concluir de seu merecimento. Mais velho seis anos do que seu adversário e, como êle, de origem mediana senão humilde, Silva Lisboa estudou no Salvador e continuou em Coimbra sua formação, tal como Cipriano Barata. Mas enquanto o primeiro, desde o início, enquadra-se na situação, a que serve incondicionalmente, recebendo dela sucessivas mercês e nomeações; também desde cedo, por temperamento e por inclinação liberal, o segundo revela a sua posição inconformista.

Silva Lisboa percorre a escala dos empregos: titular da cátedra de Filosofia Racional e Moral, secretário da Mesa de Inspeção das Rendas da Bahia, diretor da Impressão Régia, desembargador da Relação da Bahia, deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil, — em conseqüência, partidário, como publicista, da harmonia entre Portugal e o Brasil, defensor da política de D. João e, depois, da de D. Pedro I, sempre da monarquia, das instituições, da ordem, do Estado, dos

interêsses da classe dominante. Cipriano Barata, ao inverso, percorre a escala da agitação: "instigador de depravadas paixões entre os rústicos povos," responsabilizado como participante da Conjuração Baiana de 1798, acusado como envolvido na rebelião pernambucana de 1817, defensor dos interêsses brasileiros nas Côrtes de Lisboa, recusando assinar a Constituição portuguêsa e transferindo-se à Inglaterra por isso. Tudo o que fazia Silva Lisboa, mas em sentido contrário.

Reacionário tremendo, sempre em contradição com os interêsses do povo, Silva Lisboa não ultrapassou, nas reformas que propôs, o nível da liberdade comercial que a sua anglofilia explicava. "Bulhento, rixoso e autoritário", seria o defensor da conciliação entre a metrópole e a colônia, admirador de Burke, o inimigo da Revolução Francesa, adversário das idéias democráticas, achando o *Contrato Social* uma espécie de "quinta essência do sublimado corrosivo". Quando se agitou a idéia do confisco dos bens de mão morta, saiu a campo, escandalizado. Tímido, na fase da Independência, inimigo da solução democrática, escrevia: "Rousseau, Condorcet, Mirabeau e Mably não são os meus homens", e pregaria contra a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, contra a Confederação do Equador, contra as idéias federalistas, partidário do respeito ao imperador, à Constituição outorgada, a tudo o que contribuísse para manter a ordem vigente, em suma. Êsse "charlatão idoso", no dizer de José Bonifácio, acabou, sendo censor, vítima da primeira apreensão de publicação ocorrida no país e levou à velhice os seus princípios retrógrados e perturbadores do processo da autonomia, processo em que foi, sem dúvida, a voz dos velhos interêsses coloniais, a que serviu com dedicação e também com a pertinácia de seu espírito brigão e espaventado, capaz de deformar argumentos e idéias.

Enquanto isso, Cipriano Barata, deputado na metrópole, mantinha-se, em meio hostil, fiel à tendência de separação do Brasil; eleito pela Bahia à Assembléia Constituinte, recusa-se a tomar posse e, instado, esclarece que não estava disposto a ter assento em assembléia rodeada de baionetas e ameaçada de dissolução, palavras que seriam proféticas. Na atividade de imprensa, em Pernambuco, pregou a rebeldia e foi vítima dessa pregação. Prêso por duas vêzes, a primeira sob o pretexto de que devia, à fôrça tomar posse da cadeira de deputado, permanecendo anos no cárcere, não cssou o seu

combate e não concedeu tréguas. Envelhecido, alquebrado, só encerrou a sua tarefa de pregação libertária quando lhe faltaram as fôrças. O seu instrumento de luta, a imprensa virulenta, em que terçou armas e combateu a reação, não seria um modêlo, possìvelmente. Suas idéias não se pautariam por normas rigorosas e não veria sempre claro na confusão reinante ao tempo. Era, sem dúvida, uma figura da época, impregnada de seus defeitos e de suas paixões. Mas, em verdade, quanta diferença entre a sua vida tormentosa e o conformismo morno e vazio de Silva Lisboa, beneficiário do poder, de um govêrno que vinha burlando os interêsses populares e traindo os anseios dos brasileiros. A situação fêz de Barata modesto mestre-escola de província; de Silva Lisboa fêz barão e visconde — e nisso também se caracterizou.

Para compreender a fase em que o pasquim foi a forma dominante da imprensa, é preciso, por outro lado, conhecer o ambiente político em que desenvolveu a sua atividade e em que influiu. Memorialista interessantíssimo mencionou que "durante todo o primeiro reinado, não só nunca Pedro I conseguiu alcançar na Câmara dos deputados uma maioria sua" e que "durante a menoridade ou todo o período regencional quem exclusivamente governou o país foi a câmara dos deputados, e por tal forma que todos os governos dêsse tempo nada mais foram do que simples executores da sua vontade", quando, "durante todo o 2.º reinado ao passo que não houve um só govêrno que presidisse a uma eleição, que a não ganhasse, por outro lado, a câmara dos deputados foi constantemente perdendo do seu prestígio e por tal forma, que ùltimamente o seu poder, em vez de real e efetivo, como deveria ser, foi pelo contrário se tornando cada vez mais um simples poder de ficção". Explicando: "A razão de tudo isto não há ninguém que o ignore; e é que, se Pedro I era muito tolo ou antes muito orgulhoso para empregar a corrupção ou mesmo a fôrça, quando êle tinha consciência de que não precisava do povo nem dos seus votos para governar; e que se a Regência era muito fraca, ou antes e com muito mais acêrto, era muito patriótica, para que lembrasse de empregar qualquer dêstes dois meios; o 2.º reinado, pelo contrário, não só empregou a corrupção ou mesmo a fôrça, quando êle tinha a consciência de que maquiavélicas; mas quando percebia que não lhe bastavam os meios de corrupção ou todos êsses outros de que

está sempre cheio o arsenal de qualquer govêrno, nunca hesitou em empregar a violência e até mesmo a fôrça armada".[108]

O quadro que ia dominar o país daí por diante era bem diferente: "Quanto ao ano de 1848, êsse foi o ano de uma mudança de situação política, de eleições agitadíssimas, da revolução Praieira e, finalmente, dos últimos esforços da antiga hombridade nacional contra o suave e doce absolutismo que nos ia dominar; mas que, enquanto não se firmava, violento às vêzes se mostrava".[109] O *regresso* estava completando a sua tarefa. Dentro em pouco, o país entraria na fase imperial, aparentemente plácida: com o esmagamento dos liberais, a destruição do liberalismo de esquerda, surgiria a calmaria pantanosa que a historiografia oficial se esmera em apresentar como uma espécie de idade de ouro do desenvolvimento brasileiro e que, na verdade, não foi mais do que a lenta convalescença das cruentas lutas com que se destruiu no país as liberdades arduamente conquistadas quando se enfrentou o profundo abalo político da Independência.

Agonia do liberalismo

Aquêles que se ocuparam em estudar a imprensa brasileira antiga julgaram o pasquim pelas suas aparências apenas, pelo que apresentava de exterior e formal, e condenaram-no como manifestação espúria, sem significação, marginal. Os depoimentos a êsse respeito são numerosos; alguns foram aqui citados; típico o de Morais Sarmento: "A linguagem e os sentimentos nesses pasquins são de todo conhecidos e chegam ao requinte da mais astuta perversidade. Basta dizer que chegaram êles a pôr em leilão as inocentes filhas de um dos nossos presidentes, indicando ao anúncio as qualidades que tinham *e para que poderiam servir*. Basta lembrar que levaram muito tempo a chamar ladrão ao Exmo. Conselheiro Antônio Pinto Chichorro da Gama, partidista exaltado, sem dúvida, porém magistrado e presidente integérrimo, de cuja notória probidade nunca duvidaram os desalmados pasquineiros, nem os

[108] F. P. Ferreira de Rezende: *Minhas Recordações*, Rio, 1944, pág. 123.
[109] Idem, pág. 228.

jurados que lhes deram razão. Digamos a custo e com o coração apertado, que levaram a audácia da imprudência a dizer que um dos nossos presidentes era incestuoso com a sua própria filha!!!"

Foi êste aspecto, o da difamação, da calúnia, da injúria torpe, apenas uma das faces do pasquim, porém. *A Nova Luz Brasileira*, que circulou na Côrte, entre 24 de dezembro de 1829 e 13 de outubro de 1831, editando 180 números, era um dêsses pequenos jornais, reles pasquim apesar de sua duração longa para a época, tratava de assuntos pessoais, como era costume, mas nêle se encontram também, estudados, analisados, discutidos, os grandes problemas da fase histórica: a discriminação racial e o trabalho escravo, os males da grande propriedade, a afronta da intromissão de estrangeiros nos negócios internos do país, a liberdade religiosa, as franquias democráticas. O jornal pertencia a Ezequiel Corrêa dos Santos, homem de 30 anos quando o lançou, formado em farmácia, com loja na rua das Mangueiras: liberal de esquerda, que aproveitou os serviços do foliculário João Batista de Queiroz, que se iniciara na imprensa com o *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*, do início de 1822, e responderia a vários processos, passando do jornalismo de esquerda liberal, como *A Nova Luz Brasileira*, *A Matraca dos Farroupilhas*, *O Jurujuba dos Farroupilhas*, ao de direita mais reacionária e até restauradora, como *A Lima Surda*, *O Pai José*, *A Babosa*, *O Restaurador*, *O Tamoio Constitucional*, com participação em *O Caolho* e *O Permanente*, conforme elucidou Evaristo da Veiga. Pasquins de esquerda e de direita, como se verifica, redigidos pela mesma pena, dando o traço geral: a violência de linguagem não era específica da esquerda liberal, como querem fazer crer alguns estudiosos.

A época apresentaria casos curiosos, como o de Sales Tôrres Homem, médico que ingressou na diplomacia pela mão de Evaristo da Veiga e tirou na França o curso de Direito, redigindo ali, com Pôrto Alegre e Gonçalves de Magalhães, uma revista literária. Mestiço, de origem humilde, parece que neto de escrava, Sales Tôrres Homem participou das campanhas liberais, escreveu em *O Independente*, ao lado de Rodrigues Tôrres, mas distinguiu-se particularmente com o opúsculo *O Libelo do Povo*, que assinou com o pseudônimo de Timandro, e em que gravou o perfil de D. Pedro I, "vergôntea dessa estirpe sinistra a que Portugal deveu, durante dois séculos, o fatal declínio do seu poder e importância como nação, o aniquilamento de sua indústria, a supressão de suas fran-

quezas"; e em que evocaria a "longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados", citando-os: João IV, pusilânime e incapaz; Afonso VI, crápula; Pedro II, moedeiro falso, vendido aos interêsses estrangeiros; João V, herdeiro de vícios; José I, ignorante e nulo; Maria I, louca; João VI, falso e poltrão. Linguagem característica de pasquim, em tudo e por tudo idêntica à que empregaria, por exemplo, *A Matraca dos Farroupilhas,* que chamava Feijó "padre imoral", "ministro de Satanás", "sedutor e alcoviteiro", que "viera à luz do dia num chiqueiro de porcos"; seguida nessa toada pelo *Clarim da Liberdade*. Não havia, assim, diferença formal entre o foliculário João Batista de Queiroz e o político Sales Tôrres Homem, deputado pelo Ceará, em 1842, e por Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1845 e 1848, exacerbado pela derrota dos praieiros, no ano seguinte, desabafando-se em seu tremendo libelo, para tornar-se conservador e titular da Fazenda, em 1858, como se tornariam barões e viscondes, após a agonia liberal, muitos dos mais combativos elementos democráticos da fase em que os pasquins se inseriram como forma específica de inconformismo. Que dizer, também, de Justiniano José da Rocha, de origem espúria como Sales Tôrres Homem, ao que parece, e mestiço como o futuro visconde de Inhomirim, formando sempre com os conservadores e por isso apontado, em nosso tempo, pela historigrafia oficial, como "o maior dos nossos jornalistas", porque defendeu, na imprensa e na tribuna parlamentar, os interêsses do latifúndio, e que, tendo ousado atacar o marquês do Paraná, foi por êste fulminado, compelido a confessar que era subornado, explicando a sua fraqueza com a modéstia da existência a que era obrigado, esclarecendo que sua mulher só pudera ter um vestido de sêda em 1848? Justiniano escreveria, em 1855, o opúsculo *Ação; Reação; Transação,* na linha a que se subordinaria de serviçal da ordem vigente. Em que, na essência, se distinguia êle, quanto à ética, de um João Batista de Queiroz?

Em alguns centros, como S. Paulo, cidadezinha pacata a que o curso jurídico viria proporcionar a animação dos estudantes, e particularmente com o auxílio dêles, a imprensa tomaria algum desenvolvimento. *O Amigo das Letras,* de 1830, surgiu do esfôrço de acadêmicos, dirigido por Josino do Nascimento Silva. *A Voz Paulistana,* órgão de oposição, foi redigido pelo estudante Francisco Bernardino Ribeiro. Em 1831, aparecia o *Correio Paulistano,* de José Gomes Segurado, de curta duração, e o *Nôvo Farol Paulistano,* de

José Manuel da Fonseca e Francisco Bernardino Ribeiro, bi-semanário oficioso, sucedido, em 1835, pelo *O Paulista Oficial*, porta-voz do govêrno da província até março de 1838, dirigido por Emídio da Silva e substituído pelo *Paulista Centralizador*. Pouco depois, ainda em 1838, Feijó, tendo abandonado a Regência, fundou ali *O Observador Paulistano*, bi-semanário que circulou até o irrompimento da rebelião de 1842. Mais adiante apareceu *A Fênix*, de Clemente Falcão de Sousa e Joaquim José Pacheco, quando já se sucediam fôlhas as mais diversas, muitas delas redigidas por estudantes, como *O Paulista* e *O Federalista*, êste de José Inácio Silveira da Mota. Como órgão oficial, aparececia *O Governista*, para substituir *O Paulista Oficial*, ao mesmo passo que o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar punha em circulação, antes e depois do movimento de 1842, alguns periódicos. Multiplicava-se a imprensa, com fôlha satíricas ou humorísticas — *O Escorpião*, *O Meteoro*, *O Pensador* — ou religiosas — *O Despertador Cristão*, *O Amigo da Religião* — semanários, bi-semanários, quinzenais, mensais, ligados a sociedades literárias ou semelhantes, — a *Revista da Sociedade Filomática*, a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, de 1854, redigida por Antônio Álvares de Azevedo e na qual colaborava Lafaiete Rodrigues Pereira; *O Independente*, *O Industrial Paulista*, revista da Sociedade de Agricultura; *A Camélia*, jornal acadêmico de Lindolfo Ferreira França e Francisco Inácio Homem de Melo; os *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, da sociedade acadêmica dêsse nome; e muitos e muitos outros.

Como a maioria dos jornais acompanhava o liberalismo, e as fôlhas acadêmicas, ainda as literárias, seguiam também essa linha, foi preciso reforçar a imprensa oficial ou oficiosa. *O Saquarema* foi exemplo de jornal conservador, de título aliás sugestivo, bi-semanário impresso na oficina da viúva Sobral, à rua do Imperador n.º 1, dirigido por Francisco de Assis Peixoto Gomide. Começou a circular a 1.º de novembro de 1848; em seu número de 19 de fevereiro do ano seguinte, nas "Notícias do Norte", informava, a respeito da rebelião praieira, esclarecendo que estavam os rebeldes rduzidos a pequenas guerrilhas de salteadores, roubando "os animais dos cidadãos pacíficos, assassinando alguns homens inermes e inofensivos". No que tocava ao republicanismo dos praieiros, explicava: "proclamação sanguinária que do Recife nos enviaram, na qual claramente se provoca a convocação de uma Constituinte, e

querem por agora tirarem ao Imperador as atribuições do Poder Moderador, e outras sandices dêste jaez."

Em 1853 surgiu o primeiro jornal diário, em S .Paulo, *O Constitucional*, de quatro páginas, formato de 35 por 27 cm, vendido a 120 réis, custando a assinatura semestral cinco mil réis. No ano seguinte, apareceria o *Correio Paulistano*, de posição liberal, como *O Ipiranga*, de 1849, uma das fôlhas de Rafael Tobias de Aguiar, redigido pelos acadêmicos João da Silva Carrão, Antônio Ferreira Viana e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que tanto renome conquistariam depois. Fôra precedido pelos *Ensaios Literários*, de 1847, dos estudantes Bernardo Guimarães e Antônio Joaquim Ribas, notabilizados mais adiante também. O ano de 1849 viu aparecer o *Iris*, redigido por Pedro Taques de Almeida Alvim e Diogo José Vieira de Matos; em 1852, começaria a circular *O Acaiaba*, que durou dois anos, redigido por Félix Xavier da Cunha e Quintino Ferreira de Sousa, que adotou o sobrenome Bocaiúva desde a fundação de *A Honra*, em 1853, que redigiu com Antônio Ferreira Viana. A passagem de estudantes de um a outro dos cursos jurídicos era comum e, em vários casos, conseqüência de delitos de opinião pelos jornais que mantinham. Assim, em 1838, chegavam à academia de S. Paulo alguns estudantes da de Olinda, matriculados no 4.º ano; vinham do norte escorraçados por redigirem um jornal político "em estilo violento e agressivo", o *Argus Olindense*, defensor ardoroso dos princípios liberais, combatendo inclusive o diretor interino da Faculdade, o padre Manuel do Sacramento Lopes Gama, jornalista como os acadêmicos. Em 1854, Kidder e Fletcher constataram haver na academia paulista 296 alunos nas cinco classes e 300 no curso preparatório. A imprensa recrutou entre êles muitos de seus servidores, como Baltasar da Silva Carneiro, lançador do *Cruzeiro do Sul*, em que colaborava Teófilo Otoni.

Começava a luta pela liberdade dos escravos, que muitos acreditam datar dos fins do século: sinais dela aparecem nos jornais estudantis de 1856, *O Guaianá* e *A Academia*, à base de cuja campanha surgiu mesmo uma sociedade abolicionista, "emprêsa superior às fôrças dos que a intentavam, mas nem por isso menos gloriosa: era um esfôrço que, quando menos, mostrava muita generosidade da parte dos que o tentaram", no dizer de Couto de Magalhães. Mas já a imprensa ganhava também o interior, surgindo em Santos, depois de se ter iniciado em Sorocaba: a 2 de setembro de 1848 começava a circular ali o tri-semanário *Revista Comercial*, de pro-

priedade dos irmãos Rocha, redigida por João José Frederico Ludivice, que se transformaria, muito mais tarde, em 1872, no *Diário de Santos*, de propriedade de João José Teixeira e redigido por José Emílio Ribeiro Campos. Na cidade praiana apareceram *O Nacional* e *O Mercantil*, em 1850; *O Precursor* e *O Médico Popular*, em 1851. Em Sorocaba surgiam, em 1852, *O Cometa* e *O Defensor;* em Itú, em 1857, *O 25 de Março;* em Taubaté, em 1861, *O Paulista* e *O Taubatéense;* em Guaratinguetá, em 1862, *O Mosaico;* em Pindamonhangaba, em 1863, *O Progresso;* em Bananal, em 1867, o *Iris Bananalense*, que circulou até 1869; em Areias, em 1869, *O Areiense*. A imprensa expandia-se pelo vale do Paraíba, a zona próspera da província, na época em que os cafezais também ali se expandiam.

Na Côrte, enquanto se travava a áspera luta do *regresso*, agrupavam-se intelectuais para, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi a 21 de outubro de 1832 que se reuniram, numa sala do Museu Nacional — funcionando então no prédio em que funciona hoje o Arquivo Nacional — vinte e sete figuras ilustres da época, por proposta do marechal Cunha Matos, entre as quais estavam Fernandes Pinheiro, José Clemente Pereira, Aureliano Coutinho, Montezuma, Bento da Silva Lisboa e José Silvestre Rebelo. Fernandes Pinheiro foi o primeiro presidente do Instituto, exercendo a função até 1847, sucedido pelo marquês de Sapucaí, que nela permaneceu daí até 1875. O primeiro secretário foi Januário da Cunha Barbosa; o segundo, F. A. Varnhagen.[110] A *Revista* do Instituto Histórico começou a circular em 1838.

A 7 de agôsto de 1844, o *Diário do Rio de Janeiro* publicava interessante anúncio: o do aparecimento da *Lanterna Mágica*, "o

110 Longa foi quase sempre a duração dos períodos presidenciais no Instituto: o visconde do Bom Retiro exerceu-a de 1875 a 1886; Joaquim Norberto, de 1886 a 1891; o conselheiro Aquino e Castro, de 1891 a 1906; o marquês de Paranaguá, de 1906 a 1907; o barão do Rio Branco, de 1907 a 1912; o conde de Afonso Celso, de 1912 a 1938; e José Carlos de Macedo Soares, de 1938 até hoje. A sucessão dos secretários aponta: Januário, Varnhagen, J. M. de Macedo, Araújo Pôrto Alegre, cônego Fernandes Pinheiro, Moreira de Azevedo, barão Homem de Melo, Henri Raffard, culminando, com Max Fleiuss, que exerceu a função por 43 anos, de 1900 a 1943. Instituição tradicional, o I.H.G.B. editou, desde 1838, a *Revista* que leva o seu nome, precioso arquivo de estudos e documentos de nossa história.

mais importante jornal até hoje aperecido", que traria duas personagens, "tipos da época contemporânea, Mrs. Belchorú e Lavernú", seria sempre impressa com luxo, custaria dois mil réis por trimestre e as assinaturas seriam tomadas nas lojas de Paula Brito, à praça da Constituição, e Passos, à rua do Ouvidor. Encimava o anúncio: "Lanterna Mágica-Jornal de Caricaturas". Sairia aos domingos, orientada por Araújo Pôrto Alegre e Rafael Mendes de Carvalho, que era o caricaturista. O nôvo jornal, que apresentava o primeiro sério avanço técnico na imprensa brasileira, rixava com *A Sentinela da Monarquia* e fazia a crítica de costumes. O aparecimento da caricatura, de forma sistemática, traria à imprensa recursos cuja amplitude o meio iria começar a sentir e anunciava a mudança a que o processo político não ficaria imune.

A caricatura chegou à imprensa brasileira numa de suas fases mais difíceis, realmente: quando a agonia liberal avançava depressa e logo, esmagada a rebelião Praieira, estaria consumada. A mudança política, embora os jornais de oposição não desaparecessem, embora continuassem a surgir, aqui e ali, esporàdicamente, uns poucos pasquins, traria à imprensa sérios reflexos. Trata-se da fase intercalar, em que, vagarosamente, surgem alterações específicas e técnicas, preparando a imprensa dos fins do século, quando os problemas políticos voltam a primeiro plano e empolgam novamente a escassa opinião existente: a possibilidade do jornal diário e a introdução da caricatura são os dois dados mais importantes dêsse momento; virão, em seguida, inovações na técnica de impressão e alterações no sistema de distribuição. A imprensa como que se preparava, na fase em que o clima político — que fôra o seu grande estímulo — declinava. Retomará características que surgiram na fase encerrada por êsse tempo, ao aproximar-se o fim do século. Estará, então, aparelhada para enfrentar nova etapa de expansão.

Porque, na verdade, o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira. Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, pràticamente inexistente uma vez que inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sôbre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época. Foi, pràticamente, a infância da imprensa brasileira; talvez a sua turbulenta adolescência, quando muito, se considerarmos infância a curta fase em que batalhou pela liberdade conjugada à independência do país. Naquela curta fase, entretanto, sua

influência foi muito mais restrita do que depois, quando do avanço liberal que levaria ao Sete de Abril e das lutas contra o *regresso* conservador. Nesse sentido é que a incompreensão em relação ao pasquim aparece como estranha e inaceitável.

Êle foi, realmente, representação extraordinàriamente rica do ambiente brasileiro, em sua inequívoca autenticidade. Tomado no conjunto de suas características — a virulência de linguagem não foi senão uma dessas características — revela as peculiaridades nacionais e conserva conteúdo democrático que constitui o seu traço mais admirável. Sua forma plebéia desperta, naturalmente, aversão à inteligência de timbre aristocrático que o julga e condena. A referida forma traduz, entretanto, com exemplar fidelidade, o que a época tinha de melhor, de mais expressivo, de mais genuíno, de mais popular, de mais democrático. Corresponde, por outro lado, ao período artesanal, em que era possível alguém fazer um jornal sòzinho. Encerrada essa fase, o jornal passará a ser emprêsa — pequena emprêsa, de início, para chegar às proporções de grande emprêsa, como se apresenta em nossos dias. As inovações técnicas que se esboçam no fim da primeira metade do século XIX e definem-se na segunda metade encerram as possibilidades da imprensa artesanal que, a partir de então, e até hoje, refugia-se no interior, nos pequenos jornais das pequenas cidades onde, entretanto, inexistem as condições políticas que salvaram os precursores de se tornarem inócuos. O papel do pasquim na história da imprensa brasileira foi, assim, muito ao contrário do que tem sido indicado, de inequívoca e fundamental importância.

A IMPRENSA DO IMPÉRIO

A conciliação

O golpe da Maioridade abriu nova fase na vida política brasileira, e a imprensa receberia os reflexos das condições então imperante. Por um decênio ainda — encerrado pràticamente com a *Praieira* — o liberalismo reagiu, nas províncias. Pouco a pouco, porém, com a supremacia da Côrte, a centralização progressiva, foi sendo liquidado, estrangulado em suas fontes, esmagado pela violência quando necessário. O avanço territorial das lavouras de café, assentando no escravismo e dispondo das massas de negros que o declínio da mineração deixara em disponibilidade, proporcionou ao govêrno central, com a exportação ascendente, recursos que empregou com largueza na repressão e na consolidação do seu poder. O tráfico negreiro recebeu considerável impulso: em nenhuma outra fase entraram tantos africanos no país. O latifúndio absorvia todos os recursos, estava presente por tôda a parte, dominava a vida política. Os estadistas da época da Regência, as figuras eminentes da vida pública, vinham antes

das distantes áreas açucareiras, ou das zonas da mineração decadente. A Côrte, para êles, era pouso transitório; suas raízes estavam longe, e essas raízes é que os alimentavam, delas lhes vinha a fôrça que ostentavam. Com o desenvolvimento cafeeiro e do tráfico, o predomínio da Côrte torna-se absoluto, e começam a aparecer e logo a predominar as figuras políticos oriundas da província do Rio de Janeiro, e outras que têm na própria Côrte sua base permanente. É outra gente. São outros os tempos.

Para êsses tempos, para essa gente, para a estrutura nova que, a pouco e pouco, se firma e se consolida, a imprensa deve estar em suas mãos, deve serví-la, deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência. A figura típica da época, na imprensa, vem a ser, por isso mesmo, Justiniano José da Rocha. Emerge da confusão e do tumulto da Regência, quando ensaiava os primeiros passos, para tornar-se personagem de destaque na imprensa áulica do tempo. Trazido pela mão protetora de Paulino José Soares, futuro visconde do Uruguai e teórico do nôvo regime, ganha logo foros de porta-voz da situação que se impõe: "Paulino, no Ministério, tentou também fortalecer o partido com a organização de um jornal sob sua imediata direção", conta o seu biografo. E explica: "Achavam que as opiniões e os atos do govêrno, além da sua publicidade oficial, deviam ser explicados e defendidos por um jornal ministerial, que contrabalançasse as críticas dos oposicionistas. A liberdade da imprensa que existiu no Império necessitava de um corretivo: restringí-la não estava no feitio dos homens saídos das lutas de 31 e 32, imbuídos das fórmulas clássicas de um individualismo então irredutível."[111]

A carta com que Justiniano José da Rocha responde ao convite de Paulino é documento eloqüente das relações a que se submeteu o jornalista: "O que só queremos é não perdermos de todo o nosso futuro, é que as pessoas do ministério, a quem vamos servir, nos considerem dignos de sua aliança, e não instrumentos comprados com alguns mil réis, e, no ministério, ou fora do ministério, nos dêem a consideração e proteção correspondentes à nossa dedicação; pois, para servir-me de uma expressão que as decepções que sofremos com o ministério de 19 de setembro puzeram

111 José Antônio Soares de Sousa: *A Vida do Visconde do Uruguai*, S. Paulo, 1944, págs. 91-92.

em moda entre nós, não queremos ser laranjas, de que se aproveita o caldo, e deita-se fora a casca."[112] Confissão modelar, como se verifica. Nessa data, de 4 de junho de 1840, o jornalista de aluguel queria mais do que remuneração: queria aprêço. Como se fôsse possível aos senhores de terras e de escravos terem aprêço pelos seus servidores, e, além do mais, servidores intelectuais.

Assim apareceu *O Brasil*, dirigido por Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva, companheiro daquele desde os tempos de *O Cronista*, de que fizera parte também Josino do Nascimento. Justiniano redigira, em 1836, *O Atlante*. *O Brasil* circulou até 1852. Justiniano estêve ainda em jornais de vida curta, depois: *O Nôvo Brasil*, o *Correio do Brasil*, *O Constitucional*, *O Regenerador*, e participou da redação da *Revista Popular*, em 1861, colaborando em outras fôlhas, como a *Revista do Instituto Científico*, de S. Paulo. Justiniano José da Rocha não tipifica apenas o jornalismo áulico, em que tanto se destaca, tipifica também a conjugação entre imprensa e literatura, que se firma então e vai dominar até quase o nosso tempo.[113] Na fase anterior, essa não era a regra: Cipriano Barata, Soares, Borges da Fonseca não eram homens de letras, a rigor, mas tão sòmente jornalistas. Mais ainda os panfletários e os pasquineiros. Não havia, então, nos jornais, espaço para as letras. Estas ficavam relegadas às revistas e jornais especializados, apenas literários, e de vida efêmera quase sempre. Assim, a imprensa política era uma, a imprensa literária era outra.

Quando a primeira declina, com a consolidação do predomínio do latifúndio, começam a fundir-se. Sem falar na *Niterói*, redigi-

[112] *Idem*, pág. 94.

[113] Justiniano José da Rocha (1812-1862) nasceu no Rio de Janeiro, fêz os primeiros estudos em França e formou-se em Direito em S. Paulo. Fundou o *Atlante*, em 1836, e, depois, *O Cronista*, com Josino do Nascimento Silva e Firmino Rodrigues da Silva, combatendo Feijó. Professor do Pedro II e da Escola Militar, distinguiu-se como educador e membro do partido conservador, cujo órgão, *O Brasil*, dirigiu. Desaparecido êste, fundou o *Correio do Brasil*, *O Constitucional* e *O Regenerador*, êste em 1860 e que foi o último que redigiu. Deputado à Assembléia Geral, em 1843, não conseguiu ser reeleito, voltando, entretanto, entre 1850 e 1856. Escreveu os panfletos *Ação, Reação, Transação* (1855) e *Monarquia-Democracia* (1860) e deixou uma *História Parlamentar e Política do Império do Brasil*. Porta-voz conservador, pena alugada, Justiniano é apresentado, pela historiografia oficial, como o nosso "maior jornalista", sem que, para isso, tivesse tido condições.

da em Paris, em 1836, por D.J. Gonçalves de Magalhães e M.A. Pôrto Alegre, cuja importância, para a história da imprensa brasileira, é pràticamente nula, é impossível omitir a *Minerva Brasiliense*, que circulou na Côrte, entre 1843 e 1845, e principalmente a *Guanabara*, que durou mais, de 1851 a 1855. Outras foram menos importantes, como a *Iris* (1848-1849), o *Beija-Flor* (1849-1852), a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano* (1850-1861), a *Revista do Instituto Científico* (1860-1864), a *Revista Papular* (1859-1862). É a imprensa do Romantismo, como observou exatamente Sílvio Romero: "O estudo das revistas do tempo, nomeadamente a *Revista do Instituto Histórico, a Minerva Brasiliense e a Guanabara*, facilita a reconstrução narrativa do Romantismo brasileiro. Foi o tempo em que Magalhães, Pôrto Alegre, Varnhagen, Tôrres Homem, Pena, Macedo, Gonçalves Dias, Nunes Ribeiro, Adet Bourgain, Norberto Silva, Melo Morais, Pereira da Silva, Inácio Acioli, Abreu e Lima, Joaquim Caetano e vinte outras conheciam-se, relacionavam-se, encontravam-se no Instituto Histórico, em casa de Paula Brito, ou na *Petalógica* no largo do Rocio."[114]

Isso não acontecia apenas na Côrte, mas também nas províncias, desde que cessara a turbulência política da fase anterior e, por tôda a parte, começava a dominar a madorna imperial No Maranhão, por exemplo, é a época em que se desenvolve a atividade do jornalista e homem de letras que foi, e dos mais eminentes, João Francisco Lisboa. Na fase da imprensa política, ou predominantemente política, fundara êle, aos vinte anos, em 1832, *O Brasileiro*, passando, nesse mesmo ano, ao *Farol Maranhense*, pelo falecimento de José Cândido de Morais e Silva, começando a publicar, em 1834, o *Eco do Norte*, para redigir, em 1838, a *Crônica Maranhense*, até 1840, colocando-se à frente do *Publicador Maranhense*, de 1842 a 1855, quando se transferiu para a Côrte. Já no segundo semestre de 1852, haviam aparecido os cinco primeiros folhetos mensais a que deu o título de *Jornal de Timon*, no fim de 1853, surgiram, em um volume, os cinco números seguintes. Note-se a diferença do jornalismo político, até à época da Maioridade, o largo período de transição no *Publicador Maranhense*, e a fase final do trabalho de análise política con-

[114] Sílvio Romero: *História da Literatura Brasileira*, 5.ª ed., 5 vols., Rio, 1954, pág. 865, III.

tida no *Jornal de Timon*, que completaria, em Lisboa, onde lançou, em 1858, os 11.º e 12.º números. A êsse propósito, aliás, destacando o traço geral, Sílvio Romero indicaria: "No Brasil, mais ainda do que noutros países, a *literatura* conduz ao *jornalismo* e êste à *política* que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam *oradores*. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o *literato* é *jornalista*, é *orador*, e é *político*."[115] João Francisco Lisboa foi exemplo do jornalista e escritor, vindo da fase da imprensa política para a fase em que as duas atividades se confundiram, sendo em ambas personagem destacada.[116]

O jornalismo político declinava também nas províncias. Na fase posterior à Maioridade, poucos foram os jornais que sustentaram a luta, nesse terreno; os últimos apareceriam em Pernambuco, com a *Praieira*. Vinham de época anterior, entretanto. De uma época em que predominavam por tôda a parte, mesmo nas províncias mais atrasadas, de que pode servir de exemplo *O Alagoano*, circulando a partir de 1843, e em que o seu diretor, José Tavares Bastos, tinha como programa destruir a oligarquia Sinimbú. Nos fins da primeira metade do século XIX, os pasquins haviam desaparecido, pràticamente; os casos isolados eram insólitos. Assim, em 1849, no Maranhão, *O Cascalho* e *O Fuzil*. No Recife, *O Vapor da Califórnia*, cujo programa estava explícito nos versos: "Meus amigos, paciência, / Já voltou a idade córnea: / Ou servos dos Cavalcantis, / Ou seguir para a Califórnia". Era a luta contra as oligarquias, em que estas acabaram por triunfar, com a consolidação do Segundo Império.

115 Sílvio Romero: op. cit., pág. 1 717, V.

116 João Francisco Lisboa (1812-1863) nasceu no Maranhão, onde fêz os primeiros estudos, destinando-se ao comércio, que logo abandonou pelas letras. Secretário do govêrno provincial, de 1835 a 1838, Lisboa fôra eleito, em 1834, à Assembléia Legislativa, enquanto fazia da *Crônica Maranhense* um dos jornais mais bem redigidos do país, e em que encerrou a sua carreira, salvo a passagem pela chefia da redação do *Publicador Maranhense*, até 1855, quando se transferiu à Côrte, onde redigiu a seção jurídica do *Correio Mercantil*, até o fim daquele ano, deixando-a para seguir para a Europa, na comissão de pesquisas históricas em que sucedeu a Gonçalves Dias, vindo a falecer em Lisboa. As *Obras Completas* de João Francisco Lisboa foram publicadas, no Maranhão, em quatro volumes, edição dirigida por Antônio Henriques Leal. Escritor corretíssimo, Lisboa foi ainda um dos maiores jornalistas de seu tempo.

Na fase anterior, de avanço liberal, de luta política, de doutrinação, da ânsia pelas mudanças, a proliferação de jornais e pasquins estendia-se às províncias mais distantes.[117] A pregação chegara a extremos limites: o da República, por exemplo. Essa pregação foi esmorecendo, pouco a pouco, à medida que a repressão preparava o ambiente do domínio absoluto do latifúndio. Império e latifúndio consorciaram-se, em 1840, para o clima que não encontrou resistência depois de finda a primeira metade do século. Pode ser indicado como dos derradeiros impulsos para a rebeldia impressa o de Domingos Soares Ferreira Pena, que fundou, em Ouro Prêto, *O Itamontano*, circulando em 1848 e 1849, e, em 1850, *O Apóstolo*, provàvelmente o primeiro jornal republicano da província de Minas Gerais, e que circulou até 1852 .

A partir do início da segunda metade do século XIX, o Império está com a sua estrutura articulada e firme: consolidou-se para uma larga etapa e tudo ganha aspectos duradouros, parece definitivo. Mesmo os germes de mudança, que surgirão claramente após a guerra com o Paraguai, passam despercebidos em seus efei-

[117] É significativa a relação de jornais circulando na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nessa fase: *Diário de Pôrto Alegre* (1827-1828), *O Constitucional Rio-Grandense* (1828-1831), *O Amigo do Homem e da Pátria* (1829-1830), *A Sentinela da Liberdade* (1830-1837), *O Continentino* (1831-1833), *O Correio da Liberdade* (1831), *O Compilador de Pôrto Alegre* (1831-1832), *O Anunciante* (1832-1835), *O Recopilador Liberal* (1832-1835), *O Inflexível* (1832-1834), *Themis* (1833-1834), *Idade de Ouro* (1833-1834), *Idade de Pau* (1833-1834), *Belona* (1833-1834), *Inexorável* (1833-1834), *O Republicano* (1834), *O Pobre* (1834), *O Federal* (1834), *O Republicano* (1834), *Democrata Rio-Grandense* (1834), *Eco Pôrto-Alegrense* (1834-1835), *Correio Oficial da Província de São Pedro* (1834-1835), *Mestre Barbeiro* (1834-1835), *O Continentista* (1835-1836), *O Avisador* (1835), *O Quebra Anti-Evaristo* (1835-1836), *O Mensageiro* (1835-1836), *O Legalista* (1836), *O Justiceiro* (1836), *A Gazeta Mercantil* (1836), *O Colono Alemão* (1837), *O Campeão da Legalidade* (1837), *O Artilheiro* (1837), todos em Pôrto Alegre; *O Noticiador* (1832-1835), *O Observador* (1832-1834) *O Propagador da Indústria Rio-Grandense* (1833-1834), *O Mercantil do Rio Grande* (1835-1840), *O Liberal Rio-Grandense* (1835-1836), no Rio Grande; e a imprensa dos farroupilhas: *O Mensageiro*, em Pôrto Alegre, de 22 de março a 3 de maio de 1836, dirigido por Vicente Xavier de Carvalho; *O Povo*, em Piratini,, de 1.º de outubro de 1838 a 2 de fevereiro de 1839, redigido por Luís Rossetti e Domingos José de Almeida; *O Americano*, em Alegrete, de setembro de 1842 a março de 1843; e a *Estrêla do Sul*, em Alegrete, a partir de março de 1843.

tos, embora sejam escandalosos como acontecimentos: o primeiro dêles é a extinção do tráfico negreiro, logo ao iniciar-se a segunda metade do século. A lei de 1850 não abala as instituições porque a lavoura de café, em que assenta a economia imperial, permanece em ascenção e dá até prova de vitalidade, ao vencer a crise de preços que a ameaça em sua primeira fase; os lucros do café permitem atrair a escravaria das zonas estagnadas ou decadentes. Protestam sem resultado os representantes dessas zonas, antes as mais desenvolvidas, e falam mesmo em secessão. Surgem, em conseqüência da disponibilidade dos capitais antes empregados no tráfico negreiro, novas aplicações; começam a aparecer as ferrovias, enquanto a navegação a vapor encurta as distâncias marítimas e permite aumentar o volume das trocas com o exterior e entre as províncias. Pouco depois, é o cabo submarino que liberta a informação externa da subordinação dos paquetes, e o telegrafo une progressivamente as zonas mais próximas ao centro. Ao mesmo passo, desenvolve-se o comércio, a organização bancária e até a indústria, permitindo o aparecimento de uma figura como Mauá, com as suas iniciativas variadas, que parecem audaciosas aos contemporâneos. O quadro antigo vai sofrendo alterações, particularmente nas áreas urbanas que ganham vida própria, emancipando-se gradativamente da larga supremacia rural. A sociedade brasileira reflete, evidentemente, essas mudanças, com diferenciações progressivas. Até mesmo em relação à mulher: a baiana Violante Atalíba Ximenes de Bivar e Velasco lança, então, o *Jornal das Senhoras*, em 1852, e que durou três anos, após o que lançou *O Domingo*, que circulou até 1875, quando faleceu Violante, com sonetos, cartas de amor e modas. A imprensa, como todo o conjunto da cultura, refere as transformações da época.

Se o Rio de Janeiro crescia em conseqüência das atividades comerciais e também em virtude de agasalhar os órgãos políticos e administrativos mais importantes, a cúpula do aparelho de Estado, S. Paulo, beneficiada pela Academia, era ainda burgo estudantil, em que as exigências culturais começavam a crescer.[118] No período

118 "É que São Paulo, no período de 1828 até aproximadamente os anos de 1870 ou 1872, foi sobretudo um burgo de estudantes. Êsse foi o seu caráter mais acentuado, a condição de que derivaram os aspectos mais característicos e mais destacados de sua existência nessa fase de sua história. Foi a Academia de Direito que principalmente arrancou a capital da província do seu sono colonial e foi a presença

de 1855 a 7859, segundo Almeida Nogueira, não havia ali mais que três tipografias: a Dois de Dezembro, de Antônio Lousada Antunes, instalada no próprio palácio do govêrno, no pátio do Colégio, mais tarde à rua das Flôres, 35; a Literária, à rua do Ouvidor, esquina de São Bento, depois à rua do Imperador, 12; e a Imparcial, à rua do Ouvidor, onde eram impressos três jornais e duas revistas. Em 1850, o alemão U. Knosel abriu pequena oficina de encadernação, depois comprada e ampliada por Jorge Sekler. Os livreiros eram também poucos: Bernardo José Tôrres de Oliveira, instalado à rua da Imperatriz; Gustavo Gravesnes, à rua de São Bento; e José Fernandes de Sousa, o *Pândega*, vendendo todos quase sòmente livros de Direito, os praxistas portuguêses. Em 1849, Álvares de Azevedo pedia a amigos do Rio que lhe enviassem dois livros, a *Democracie en France*, de Guizot, e *Rafael*, de Lamartine Em 1860, com casa modesta, apareceu a loja de Anotole Garraux.[119]

S. Paulo era uma aldeia grande, apesar de tudo: a planta do centro da cidade, que a Câmara mandou fazer, em 1854, indica os seus estreitos limites, a antiga rua da Constituição, depois Florêncio de Abreu, a rua das Freiras, depois Senador Feijó, a descida do Açú, ora ladeira de S. João, e o largo do Palácio. Além dêsse limites, estavam as chácaras, várzeas e campos. À noite, a escuridão era absoluta; os combustores a querozene mal bruxoleavam, distanciados uns dos outros. Ali viviam cêrca de 20.000 pessoas, em razoável parte atraidas, então, pelo teatro, que despertava partidos, com os dramalhões românticos do tipo das *Ruínas de Babilônia, O Peregrino Branco, O Sonho* ou *O Terrível Fim do Usurpador*, a *Família Morel* (extraido dos *Mistérios de Paris*). Começava, na época, a *conciliação*, as lutas partidárias arrefeciam ou cessavam, a imprensa política ia desaparecendo, despojada de motivos. Em São Paulo, apenas *O Ipiranga* mantinha a bandeira liberal: aparece-

dos estudantes — observou Morse — que criou condições para que se inserissem em sua existência, alterando-lhe a estrutura e os costumes tradicionais, os hotéis, as casas de diversão, o teatro e as atividades intelectuais." (Ernâni da Silva Bruno: *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, 3 vols., Rio, 1953, pág. 454, II.)

[119] "Essa modesta quitanda, dirigida por Monsieur Anatole Garraux, era o ôvo de onde tinha de sair a grande e suntuosa Casa Garraux, que se instalou definitivamente em 1860, como filial da Livraria da Casa Imperial, do Rio de Janeiro." (Ernâni da Silva Bruno: op. cit., pág. 846, II.)

ra em 1849, esmagada a *Praieira*, fundado por Rafael Tobias, dirigido por Silva Carrão. A fase pertencia às revistas de sociedades e de estudantes.

Num meio com essas características é que surgiu o *Correio Paulistano*, redigido por Pedro Taques de Almeida Alvim que, quando estudante, dirigia o *Clarim Saquarema*, órgão conservador, a que se opunha *O Meteoro*, órgão liberal. Aderiu logo à *conciliação*, apoiando o govêrno do conselheiro Saraiva na provincia e publicando matéria oficial e, desde 1855, os debates da Assembléia. Apareceu como diário, até julho de 1855, tornou-se bi-semanal daí até 1858, quando retomou a saída diária. Em seu primeiro número, de 26 de junho de 1854, aparesentava-se como imparcial e informava que as assinaturas anuais custariam 12$000 na capital e 16$000 no interior. Trazia informações do Senado e da Câmara e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Transcrevia artigo de jornal francês sôbre Maria Quitéria. Contava da existência de macróbio mineiro, nascido em 1747, com 14 filhos, 160 netos, 70 bisnetos e 5 tataranetos. Fornecia o preço dos gêneros de exportação em Santos. Noticiava a posse do dr. Antônio José Saraiva na presidência da província, a peça teatral em cartaz, falecimentos, bailes, fundação de irmandade. Desculpava-se por ter atrasado um pouco a saída dêsse número inicial, prometendo aparecer, daí por diante, "até o fechar da noite", e manter e distribuir regularmente o jornal, com dois agentes. Só se tornou matutino mais tarde. Em 1863, passou a ser impresso pela primeira máquina de aço que a imprensa paulista conheceu, uma *Alauzet;* antes era impresso em prelo de pau, movido à mão; a partir de 1869, essa máquina foi movida a vapor. A tiragem era de 450 exemplares, até 1863; subiu a 700, nesse ano; a 850, em 1869. Apesar de suas inovações, amparadas certamente no bafejo oficial, tinha também tropeços: certa vez teve de interromper a circulação por uma semana, em conseqüência da falta de papel.

Em 1869, terminou a *conciliação*: separaram-se liberais e conservadores. Por influência de Américo de Campos, o *Correio Paulistano* ficou com os liberais. No meio dêstes surgiria, no ano seguinte, a ala radical que viria a apontar a República, em manifesto, como saída para a situação do país: os clubes radicais começaram a transformar-se em clubes republicanos. Pois foi nesse ano de 1869, justamente, que *O Ipiranga* deixou de circular, a 12 de dezembro, quando dirigido por Salvador de Mendonça e Ferreira

de Menezes. Mendonça apresentou, para a decisão, análise desalentada: "... a obra do jornalismo, no Brasil, onde a imprensa vegeta sob o pêso dos grandes salários do pessoal tipográfico ainda escasso, do custo exorbitante do papel e outros materiais importados e, mais que tudo, do gravoso porte de circulação, verdadeiras asas de chumbo postas à ave transmissora do pensamento, a obra do jornalismo, no Brasil, requer pesados sacrifícios pecuniários. Aos produtos desta sagrada indústria escasseiam consumidores, porque geralmente os súditos de um regime que se mantém pela ausência da opinião não podem sentir a falta das liberdades que a imprensa procura reivindicar."

Na Côrte, que dava o tom aos país e, portanto, à política e à imprensa, a *conciliação* escondia os graves problemas que se aprofundavam na estagnação da aparente tranqüilidade reinante. O órgão que espelha êsse quadro vulgar é bem o *Jornal do Comércio*, na sua antiguidade consagradora, por ausência de outros padrões. Alcindo Guanabara, muito depois, fixará essa função do velho jornal, mesclando a análise com o sentido apologético natural: "O decênio da minoridade adianta-se para nós ululante e temeroso. O *Jornal do Comércio* percorreu-o todo, mantendo uma serenidade que seria talvez singular em tão agitada época: heis de encontrar, em suas páginas, todos os fatos, mas não percebereis nelas nenhum eco do muito que se dizia e que se transformava, nessa luta memorável, sob a influência da qual vacilou o Império. Êsse alheiamento das paixões em convulsão, essa inalterável tranqüilidade, num meio tão agitado, valeram ao *Jornal do Comércio* a fôrça e o prestígio com que, no princípio do segundo reinado, êle agia e reagia sôbre a sociedade, prestígio que cresceu e acentuou-se de tal arte que a expressão quarto poder lhe era aplicável com absoluta justiça. Nesse trecho da vida é com verdade que se pode dizer que a história do *Jornal do Comércio* se confunde com a do reinado. Evocá-la é evocar a série de vultos que brilham na nossa política, nas nossas letras, nas nossas artes, todos os quais ou de lá sairam, ou lhe deveram a consagração do triunfo. Os grandes nomes acotovelam-se. Justiniano José da Rocha, o maior dos jornalistas brasileiros; o visconde de Jequitinhonha, o visconde de Araguaia, Pôrto Alegre, Rio Branco, Otaviano — que sei eu — todos os grandes nomes e todos os grandes espíritos fulguram nesses quarenta anos, emergem agora das coleções infinitas do *Jornal do Comércio* e desfilam diante de nossos olhos, nimbados daquela glória que os

nossos sufrágios e os nossos aplausos lhes concedem e reconhecem. A ação do *Jornal do Comércio* afirma-se então intensa e eficaz, no terreno político, como no literário e artístico. Como sempre, o *Jornal do Comércio* não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido: é moderado, em todos os sentidos. Como sempre, não encontrareis, em suas páginas, o eco dos clamores partidários; mas acompanhareis, com mais detalhes, recebendo, talvez impressões mais nítidas, os fatos que nos constituem a vida. Essa foi a época brilhante de nossa vida política. O solo que tremia ainda em 1827, por efeito do fragor da independência, estava consolidado. Bernardo Pereira de Vasconcelos constituíra sòlidamente o partido conservador. Estabelecera-se a ordem, implantara-se a liberdade. Cessados os apelos à fôrça a nação não caiu num silêncio, mais deprimente do que a desordem."

Êsse curioso, sintomático e apologético depoimento, pelo menos no que se refere ao *Jornal do Comércio*, contém verdades. É visão soberana do quadro, apreciada por quem, sendo jornalista, e dos mais típicos, via uma fase passada pensando naquela que lhe era presente. Triunfava, realmente, no início da segunda metade do século XIX, o jornalismo conservador, de que o *Jornal do Comércio* foi expressão singular. Curioso assinalar como os órgãos de vida longa, no Brasil, foram sempre conservadores, o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Comércio*, o *Correio Paulistano* mesmo, apesar de seus intervalos liberais, mas sem extremos. Num ambiente assim, numa fase assim, surgiria e se desenvolveria, na Côrte, o *Correio Mercantil*. Diferençava-se do *Jornal do Comércio*, além da singularidade dêste quanto ao tempo de vida, o fato de adotar uma posição política, no sentido partidário. Mas era, por isso mesmo, muito mais vibrante, movimentado, atraente, e logo se tornou o órgão mais difundido. Pertencia a Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, que entregou a sua direção ao genro, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, — latifúndio e imprensa seriam as duas bases da carreira de Francisco Otaviano. No jornal, êle soube reunir os melhores elementos intelectuais do tempo, distinguindo-se logo Manuel Antônio de Almeida, que se educara com dificuldade, fazia traduções e divertiu-se publicando em folhetins, ali, entre 27 de junho de 1852 e 31 de julho de 1853, um romance de costumes, as *Memórias de um Sargento de Milícias*, sem nenhuma pretensão literária e ocultando-se sob o pseudônimo de *Um*

Brasileiro. Pois foi essa despretensão que salvou o romance, tão contrastante, em seu miúdo realismo e em sua graça fluente, da pesada ornamentação que o Romantismo triunfante vinha impondo, avassaladoramente. O romance, ainda sob aquêle pseudônimo, apareceria em livro, em 1854 e 1855.

Francisco Otaviano trouxe para o *Correio Mercantil,* em 1854, José de Alencar, seu antigo colega na Faculdade de Direito de S. Paulo. Alencar, além da seção forense, que fazia com muita segurança e método, passou a escrever crônicas, no rodapé domingueiro da primeira página, passando em revista os acontecimentos da semana. Reinava ainda a *conciliação,* arranjo político destinado a apagar as lutas que haviam culminado com a lei de extinção do tráfico negreiro. A mudança era significativa, como já se mencionou: os capitais buscavam outras atividades, aparecia a lei que regularmentava as sociedades em comandita, surgiam os bancos emissores, as sociedades colonizadoras, as emprêsas de estradas de ferro, e, como complemento natural, a especulação, a agiotagem, o falso luxo. Os costumes mudavam, ràpidamente. As crônicas de Alencar refletem essas mudanças: o interêsse, por vêzes apaixonado, pelo teatro, espetaculos como o da oratória sagrada de Mont'Alverne — de tantos toques profanos, aliás — a nova dança, a guerra da Criméia, as festas populares, como o carnaval, as sociedades por ações, que davam toque de escândalo aos negócios parcos e morigerados até aí vigentes. O folhetim espelhava os acontecimentos: inauguração das corridas de cavalos, os partidos que se formavam após as récitas do teatro lírico, chegando ao choque entre os seus componentes, o aparecimento das máquinas de costura Alencar era contra elas: matariam a poesia do trabalho caseiro. O noticiário do exterior dependia ainda da chegada dos vapores, e Alencar escrevia: "Há três ou quatro paquetes soubemos que. . ." Em julho de 7855, parece que por ter combatido a especulação reinente, abandonou o jornal. Suas crônicas ali publicadas apareceriam mais tarde em volume, *Ao Correr da Pena.* Depois de alguns meses, escreveria crônicas no *Diário do Rio de Janeiro,* sete apenas, que só foram incorporadas àquele livro em edições recentes. Deve ter saído do *Correio Mercantil* brigado porque, anos depois, e significativamente, êsse jornal noticiaria a publicação de um de seus romances desta forma lacônica: "Saiu à luz em livro intitulado *Luciola.*"

No *Diário do Rio de Janeiro*, José de Alencar constituiria exemplo marcante da conjugação da literatura com a imprensa. Êle mesmo depõe: "Em fins de 1856, achei-me redator chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Ao findar o ano, houve idéia de oferecer aos assinantes da fôlha um mimo de festa. Saiu um romance, meu primeiro livro, se tal nome cabe a um folheto de 60 páginas. Escrevi *Cinco Minutos* em meia dúzia de folhetins, que iam saindo na fôlha dia por dia, e que foram depois tirados em avulso sem nome do autor."[120] Mas o sucesso de folhetim ocorreria em 1857 quando, entre fevereiro e abril, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou *O Guarani*, com interêsse extraordinário para a época.[121] Em 1860, o mesmo jornal publicaria, também em folhetins, *A Viuvinha*.

Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa. Em 1859, Gentil Homem da Almeida Braga escreve o folhetim literário do *Publicador Maranhense*, de cuja redação faz parte

[120] José de Alencar: *Como e Porque Sou Romancista*, Rio, 1839, págs. 41-42.

[121] "Em 1857, talvez 56, publicou o *Guarani* em folhetim no *Diário do Rio de Janeiro*, e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às exclusivas preocupações do comércio e da bôlsa, entusiasmo particularmente acentuado nos círculos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade, então muito mais sujeita ao simples influxo da literatura, com exclusão das exaltações de caráter político. Relembrando, sem grande exageração, o célebre verso: *Tout Paris pour Chimène a les yeux de Rodrigue*, o Rio de Janeiro em pêso, para assim dizer, lia o *Guarani* e seguia comovido e enleado os amôres tão puros e discretos de Ceci e Peri e com estremecida simpatia acompanhava, no meio dos perigos e ardis dos bugres selvagens, a sorte vária e periclitante dos principais personagens do cativante romance, vazado nos moldes do indianismo de Chateaubriand e Fenimore Cooper, mas cujo estilo é tão caloroso, opulento, sempre terso, sem desfalecimento e como perfumado pelas flôres exóticas das nossas virgens e luxuriantes florestas. Quando a S. Paulo chegava o correio, com muitos dias de intervalos então, reuniam-se muitos e muitos estudantes numa *república*, em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diário do Rio*, para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por elétrico frêmito, a leitura feita em voz alta por alguns dêles, que tivesse órgão mais forte. E o jornal era depois disputado com impaciência e pelas ruas se via agrupamentos em tôrno dos fumegantes lampiões da iluminação pública de outrora — ainda ouvintes a cercarem ávidos qualquer improvisado leitor." (Visconde de Taunay: *Reminiscências*, 2.ª edição, S. Paulo, 1923, págs. 85-86.) O folhetim de Alencar, assim, alcançou, dentro das proporções brasileiras, aquêle prestígio que era comum na imprensa européia.

também Joaquim Serra. Gentil permaneceria no *Ordem e Progresso*, em 1860 e 1861, passando a redator da *Coalisão*, de 1862 a 1867, ano em que seria ainda colaborador do *Semanário Maranhense*, fundado por Joaquim Serra nesse ano, após deixar a *Coalisão*, em que permanecera de 1862 a 1865. No *Semanário Maranhense* escreveram as maiores figuras daquela província: Gentil Braga, Sousa Andrade, Henriques Leal, César Marques, Sotero dos Reis, Sabas da Costa, Celso Magalhães. Em S. Paulo, Salvador de Mendonça escreve, em 1860, na revista acadêmica *O Caleidoscópio* e colabora na *Revista Popular*, editada pelo Garnier," uma das publicações mais conceituadas do tempo", pela qual passaram, de 1860 a 1862, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Saldanha Marinho, Justiniano José da Rocha, Pôrto Alegre, Bernardo Guimarães, D. J. Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, Lafaiete, Zacarias de Góis, além de Alexandre Herculano e os irmãos Feliciano de Castilho. Em 1861, Salvador de Mendonça iria para a Côrte, interrompendo o curso jurídico e entrando para o *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho, auxiliado por Henrique César Muzzio, Quintino Bocaiuva e Pinheiro Guimarães. Nesse mesmo ano, Pedro Luís Pereira de Sousa entra para a redação do *Correio Mercantil*, de que passa, em 1862, à *Atualidade*, para trabalhar com Lafaiete Rodrigues Pereira e Flávio Farnese. Joaquim Serra, o grande jornalista maranhense, viera também para a Côrte, onde viria a ser redator da *Reforma*, do *Diário Oficial*, da *Fôlha Nova* e de *O País*.

Os homens de letras faziam imprensa e faziam teatro. Naquela, encontravam liberdade relativa para as suas criações literárias, não para os impulsos políticos; nêsse, porém, nem tudo era favorável. Para qualquer peça ser levada à cena, devia passar pela censura do Conservatório e receber o visto da polícia. Ainda assim, podia acontecer o imprevisto: as *Asas de um Anjo*, de Alencar, por exemplo, teve licença do Conservatório, em janeiro de 1858, e visto da polícia em maio, subindo à cena a 20 de junho: três dias depois foi proibida, pedindo a polícia ao Conservatório que reconsiderasse seu parecer. Alencar era já romancista conhecido, redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Protestou, pelas colunas do jornal: a peça não atacava as autoridades constituidas, não desrespeitava a religião, não ofendia a moral pública, tratando tema que peças teatrais estrangeiras, aqui normalmente representadas, tratavam. A não ser que — escrevia — "o véu que para certas pes-

soas encobre a chaga da sociedade estrangeira rompia-se, quando se tratava de mostrar a nossa própria sociedade". Sua heroína tinha a culpa de não ser francesa e nem criada por Dumas Filho, como *A Dama das Camélias*. "Pois que o mundo desvenda o vício, por que o teatro não há de mostrá-lo", reclamava. Saiu em seu auxílio o autêntico homem de imprensa que já demonstrava ser Quintino Bocaiuva, embora repartindo-se com a literatura ainda: "Liberdade, em religião como em política, nas artes como na literatura, eis a divisa do século, o corolário feliz das revoluções que hão ensanguentado a germinação das idéias que formam hoje o espanto da época". A peça apareceria em livro, em 1860, ajudada pela polêmica que provocara: era, aliás, o ano em que subiria ao palco outra de Alencar, *Mãe*, com o tema da escravidão, mas sem o nome do autor, talvez por escrúpulos de quem iniciava a careira política.

Em 1855, estreava na *Marmota*, tìmidamente, aos dezesseis anos, prestando homenagem ao jovem imperador, como era do bom tom na época, J.M. Machado de Assis. O jornal de Paula Brito anunciava romances e novelas anônimas, fabrieadas aos montes para distrair o espírito das sinhàzinhas e dos estudantes. Machado de Assis, órfão aos doze anos, fôra evado à loja de Paula Brito pela necessidade de ganhar a vida. Ali perto, nas arcadas do Teatro S. Pedro, vendia-se a literatura do cordel, a de maior circulação ao tempo. Dali passaria à Imprensa Nacional, como aprendiz de tipógrafo, acolhido por Manuel Antônio de Almeida, que a dirigia. Continuava colaborando na *Marmota* e acumulava ali o serviço de revisão. Em 1859, passaria a revisor do *Correio Mercantil* e escrevia no *Espelho*, fundado por Augusto Emílio Zaluar e Eleutério de Sousa. Enquanto, pela mão de Pedro Luís, ingressava no jornal de Otaviano, pela porta humilde da revisão, continuava a escrever no de Paula Brito versos, comédias, a novela *Madalena*. Jamais esqueceria os tempos da *Petalógica*, da *Marmota*, de Paula Brito. Era êste, sem dúvida, figura singularíssima. Mulato, homem do povo, começara como tipógrafo, em 1829, nas oficinas de Seignot Plancher, o fundador do *Jornal do Comércio*, passando, depois, pelo laboratório de uma botica. Em 1831, tinha já tipografia própria, fazendo panfletos em favor do movimento de Sete de Abril. Amigo de Evaristo da Veiga, fundou jornais facetos, *A Mulher do Simplício* ou *A Fluminense Exaltada*, criando a loja do Rocio, que viria a ser o ponto de reunião dos letrados da época. Comprou, então, a *Marmota*, em que divulgou os trabalhos dos

escritores jovens: Joaquim Manuel de Macedo publicou nela, em folhetins, *Vicentina* e *O Forasteiro:* Teixeira e Sousa, romances e poemas; Machado de Assis, as primeiras peças e versos; Juvenal Galeno, então na Côrte, aí se iniciou, antes de voltar ao Ceará e fazer-se funcionário, aposentando-se ao ficar cego. Figura singular a dêsse bardo, nascido em 1836, cultivador da poesia simples, afirmando sempre: "Procurei primeiro que tudo conhecer o povo e com êle identificar-me". Tornar-se-ia um dos primeiros abolicionista e teria longa vida, morrendo em 1931. Paula Brito traduzia as fábulas de Esopo e escrevia também peças teatrais, dramas e comédias. Em seu esfôrço infatigável, criou o *Arquivo Municipal;* editou a *Guanabara*, redigida por D.J. Gançalves de Magalhães, Pôrto Alegre, J.M. de Macedo, Fernandes Pinheiro e Gonçalves Dias, a primeira geração romântica; trouxe para o Rio Teixeira e Sousa, marceneiro esquecido em Cabo Frio, estimulando-o a escrever romances para a *Marmota;* acolheu e protegeu Machado de Assis.[122]

Ressurge, em 1860, o *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho, com a ajuda de Quitino Bocaiuva e Henrique César Muzzio. "Era um jornal admirável êsse *Diário do Rio de Janeiro*, bem impresso, bem redigido, com ótima colaboração", escreve Lúcia Miguel Pereira.[123] Elói Pontes é da mesma opinião: "O jornal é um dos mais populares da cidade, Saldanha Marinho ressuscitando-o, dá-lhe feição combativa e linhas distintas de cultura e idéias. A parte literária acolhe tudo quanto de melhor se conta então."[124] Logo se juntam a Saldanha Marinho, Quintino e Muzzio, Salvador de Mendonça e Machado de Assis. Êste contará, mais tarde, lembrando o seu primeiro passo na carreira de jornalista: "Na manhã seguinte, achei ali Bocaiuva, escrevendo um bi-

[122] Francisco de Paula Brito (1809-1861) nasceu em Suruí, província do Rio de Janeiro, filho de um carpinteiro; abandonou os estudos, na Côrte, para fazer-se tipógrafo, entrando como aprendiz na Tipografia Nacional, de onde passou às oficinas do *Jornal do Comércio*. Instalou-se, em 1831, tipografia própria, participando do Sete de Abril. Fundou o periódico *A Mulher do Simplicio*, atacando Evaristo da Veiga; mas foi *A Marmota* a sua melhor atividade em jornal. Em sua loja acolheu a maioria dos escritores do tempo. Faleceu em extrema pobreza.

[123] Lúcia Miguel Pereira: *Machado de Assis*, 4.ª edição, S. Paulo, 1949, pág. 54.

[124] Elói Pontes: *A Vida Contraditória de Machado de Assis*, Rio, 1939, pág. 65.

lhete. Tratava-se do *Diário do Rio de Janeiro*, que ia reaparecer, sob a direção política de Saldanha Marinho. Vinha dar-me um lugar na redação, com êle e Henrique César Muzzio." Logo lhe coube a reportagem no Senado: "Assim, dizendo que, no mesmo ano, abertas as Câmaras, fui para o Senado, como redator do *Diário do Rio*, não posso esquecer que nesse e no outro ali estiveram comigo Bernardo Guimarães, representante do *Jornal do Comércio*, e Pedro Luís, por parte do *Correio Mercantil*, nem as boas horas que vivemos os três."

A companhia de Quintino Bocaiuva é estimulante. Machado de Assis escreverá, muito depois, página antológica sôbre o espetáculo do Senado, que vira com os olhos atentos de jovem repórter. Não só ali tinha amigos, como Bernardo Guimarães e Pedro Luís, mas ainda na redação, onde Bocaiuva ia acentuando a sua personalidade de jornalista, em detrimento da de homem de letras, e mostrando já aquela capacidade profissional que tanto o distinguiria adiante. Redigira, em S. Paulo, *A Hora* e o *Acaiaba* e fôra, no Rio, companheiro de José Maria do Amaral, no *Spectador Brasileiro*, antes de ser redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Seus grandes dias viriam mais tarde, entretanto, quando restaurou *O Globo*, com Salvador de Mendonça, depois de ter fundado e dirigido *A República*, culminando em *O País*, onde substituiria Rui Barbosa. Para o seu amigo Machado de Assis, o ano de 1861 seria triste: no naufrágio do vapor *Hermes*, morria Manuel Antônio de Almeida, que o acolhera na Imprensa Nacional, e desaparecia Paula Brito, que lhe abrira as portas da *Marmota*, em que aparecera, nesse ano, *A Queda que as Mulheres Têm pelos Tolos*. O humilde tipógrafo e livreiro da *Petalógica* teve funerais condignos, comparecendo algumas das maiores figuras da época, Euzébio de Queiroz, Saldanha Marinho, Paulino de Sousa, Paranhos, e a legião de amigos, escritores e jornalistas que êle incentivara e ajudara. Teixeira e Sousa, um dêstes, faleceria nesse mesmo ano. Quintino prestaria a mais significativa homenagem a Manuel Antônio de Almeida, publicando as *Memórias de um Sargento de Milícias* na *Biblioteca Brasileira*, "espécie de revista mensal, onde se encontra de tudo"; é a primeira vez em que o nome do autor aparece, e aconteceu em 1862. Começam a repontar, agora, os primeiros sinais de agitação política, combatidos pelo *Correio da Tarde*, órgão do govêrno, e pela *A Cruz*, jornal católico. Predomina ainda, entretanto, a madorna imperial. Literatura é o que importa, e Machado de

Assis publica crítica laudatória ao romance de Manuel Antônio de Almeida, em *O Futuro*, revista lançada em 1863 por Faustino Xavier de Novais. Prosseguia também a *Biblioteca Brasileira*, de Quintino Bocaiuva, lançando agora o primeiro volume das *Minas de Prata*, de José de Alencar.

Desaparecera em 1861, apesar de tudo, a *Revista Brasileira*, mantida por Cândido Batista de Oliveira desde 1857, encerrando a sua primeira fase. Não era assim apenas na Côrte, as províncias acompanhavam a toada: em Pôrto Alegre, *O Guaíba*, revista literária que contava com a colaboração de João Vespucio de Abreu e Silva, Félix da Cunha, Rita Barem de Melo, Pedro Antônio de Miranda e João Capistrano Filho, durara de 1856 a 1858. Seria sucedida, em 1867, pela *Arcádia*, que circularia até 1870, na cidade do Rio Grande, e, depois, em Pelotas, com Antônio Joaquim Dias à frente, jornalista que, nesta última cidade, fundaria depois o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil*, enquanto Félix da Cunha, em Pôrto Alegre, lançava *O Mercantil*, sintomas de prestígio do grupo comercial na sociedade sulina. A publicação literária que, realmente, deixou um sulco acentuado, naquela província, foi a *Revista Mensal*, órgão da Sociedade Partenon Literário, de Pôrto Alegre, que teve sua primeira fase em 1869, entre março e dezembro; a segunda, mais larga, de julho de 1872 a maio de 1876; a terceira de agôsto de 1877 a junho de 1878; e a quarta e última, de abril a setembro de 1879.

Os periódicos literários proliferavam, principalmente nas duas Academias de Direito, e com destaque na de S. Paulo. Em 1860, apareciam, ali, o *Caleidoscópio*, redigido por Tavares Bastos, Marques Rodrigues, Carlos Galvão Bueno e outros; *O Timbira*, redigido por Paiva Tavares, Rodrigo Otávio e outros; a *Revista Dramática*, de Peçanha Póvoa, com a colaboração de Fagundes Varela, Salvador de Mendonça e Joaquim Tito Nabuco de Araújo; *Trabalhos Literários da Associação Amor à Ciência*, dirigida por Pedro F. P. Correia e Jerônimo Máximo Nogueira Penido; *O Livro*, de Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos e João Antônio de Barros Júnior; *A Legenda*, de Teófilo Otoni; *A Lei*, de Miguel Tavares e Monteiro da Luz. Em 1861, apareceria a *Revista da Associação Recreio Instrutivo*, de Fagundes Varela; em 1862, *O Futuro*, de Teófilo Otoni, Rangel Pestana, Faria Alvim e outros, e *A Razão*, de Francisco Quirino dos Santos, Campos Sales, Jorge Miranda e Francisco de Paula Belfort Duarte.

Seria impossível arrolar os periódicos que constituíram a imprensa acadêmica da metade do século XIX. Augusto Emílio Zaluar, que estêve em S. Paulo por êsse tempo, apresenta uma lista mais ou menos longa dos que conheceu ali: a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico*, os *Ensaios Literários do Ateneu Paulista*, as *Memórias do Culto à Ciência*, os *Exercícios Literários do Clube Científico*, os *Esboços Literários*, a *Revista Dramática*, os *Murmúrios Juvenis do Amor à Ciência*, os *Ensaios da Brasília*, o *Caleidoscópio*, *O Lírio*, *O Timbira*, *A Legenda* e *O Votante*. Zaluar entusiasmou-se com a mocidade acadêmica: "Tirem a Academia de S. Paulo e êsse grande centro morrerá inanido. Sem lavoura e sem indústrias montadas em grande escala, a capital da província, deixando de ser o que é, deixará de existir."[125] Assim era S. Paulo há um século: valia pelos estudantes. E êstes, nos anos sessenta, começavam a sentir as mudanças ou os seus efeito. Já em 1864, surgia a *Imprensa Acadêmica*, redigida por Peçanha Póvoa, Joaquim Xavier da Silveira, Antônio Antunes Ribas, Antônio Cordeiro Negreiros, Saião Lobato e Emiliano Rodrigues; por cuja redação passaram, em 1870, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Afonso Pena e, em 1871, quando deixou de circular, Carlos Augusto de Carvalho e João Alves Rubião Júnior. Em 1865, aparecia na Faculdade de Direito o jornal liberal e abolicionista *O Sete de Abril*. Não era rebate isolado: dois anos antes, em 1863, fundara-se ali a sociedade abolicionista *Fraternização* que libertou muitos escravos. As turmas acadêmicas dos anos sessenta e setenta enfileiraram as grandes figuras políticas do fim do século, Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves. E êste fazia ressoar nas arcadas os seus versos à memória de autêntico herói brasileiro, Pedro Ivo:

A praça, a praça é do povo,
Como o céu é do condor!

Eram sinais precursores, porém, e a mocidade acadêmica apenas antecipava, como sempre entre nós, o que estava por eclodir. Porque, na Côrte e em sua imprensa, persistia o incontrastado domínio da vazia oratória parlamentar e dos insipientes movimentos

[125] Augusto Emílio Zaluar: *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*, S. Paulo, 1953, págs. 128-129.

literários nos jornais que mal faziam recordar a vibrante imprensa da Regência. Era de bom tom, nas rodas políticas, provar prendas literárias. A *Revue des Deux Mondes* tornara-se leitura habitual do imperador e "principal alimento espiritual dos estadistas brasileiros". Tinha no Brasil o maior número de seus assinantes fora da França. Propalava-se que era a única leitura do conselheiro Saraiva; D .Pedro, sabendo disso, afirmou, categórico: "É quanto basta".[126]

Fora dessa literatura um pouco vulgar, em que alguns nomes se salvaram, era raro o tratamento objetivo dos problemas na imprensa. Excepcionais episódios, como o da colaboração de Tavares Bastos no *Correio Mercantil*, em 1862, com as *Cartas do Solitário*, enfeixadas em volume nesse mesmo ano. Tavares Bastos continuaria, na *Atualidade*, sob o título "Libelo Inédito", em catorze artigos, sua crítica política, de que decorreu a ácida resposta, a certa altura, pelo *Correio da Tarde*, do ministro da Marinha, Joaquim José Inácio: "Os escritos dessa diferencial criatura humana nada mais são do que a imagem ridícula de um sagui, domesticado pela mais devassa meretriz das ruas de Maceió". A *Atualidade*, órgão liberal, havia definido, aliás, em 1861, o programa de Caxias na chefia do Gabinete: "Isto não é um programa, é mistificação; não é definir política, é escarnecer do país", em seu número de 11 de maio. Se o tom melhor de jornalismo literário é dado por Machado de Assis, em 1866, quando faz a crítica de *Iracema*, de José de Alencar, ou quando, em 1868, êste lhe apresenta Castro Alves, em carta famosa e logo respondida, o tom político melhor é fornecido ainda por Alencar, em 1865, quando, durante três meses, publica as "Cartas ao Imperador", assinadas por Erasmo.

Se a parte mais numerosa do público era constituída pelas môças casadouras e pelos estudantes, e o tema literário por excelência devia ser, por isso mesmo, o do casamento, misturado um pouco com o velho motivo do amor, a imprensa e a literatura, casadas estreitamente então, seriam levadas a atender a essa solicitação premente. A mulher começava a libertar-se, a pouco e pouco,

[126] Fundada, em 1829, a 15 de dezembro, por Mauray e Segur Dupeyron, a *Revue des Deux Mondes* tornou-se, dentro em pouco, prestigioso órgão da literatura oficial. Daudet e outros, no fim do século, acusavam-na de repertório de banalidades, e êsse juízo correspondia à realidade. Mas o que vinha da França deslumbrava os nossos homens de letras, ao tempo.

da clausura colonial e subordinava-se aos padrões da moda européia exibindo-se nos salões e um pouco nas ruas. O comércio de modas estava em mãos de franceses e francesas, seu palco era a rua do Ouvidor. Desde antes, circulara sempre na Côrte algum periódico dêsses modistas, — na segunda metade do século, em início, êsse jornal era o *Figaro Chroniqueur*. Não bastava isso, porém: "Como sempre acontece, surgiam jornais a cada passo, explorando as frivolidades das sinhàzinhas e ioiôs. A monarquia criava uma espécie de nobreza onde se evidenciavam os grandes senhores territoriais e os magnatas dos dois partidos políticos. Condes e condêssas, barões e baronezas, marqueses e marquesas, moços fidalgos, açafatas e retrêtas, damas do Paço e cortesãos formam as falanges de leitores de *Bom Tom, Jornal das Môças Solteiras, Correio das Damas, Jornal Para Fazer Rir, Mosquito* e tôda a literatura de cordel, que se vende nas arcadas do Teatro S. Pedro principalmente."[127] Machado de Assis vai acompanhar essa tendência, tornando-se colaborador constante, assíduo e sistemático do *Jornal das Famílias*, onde publicará os seus contos. "O jornal, como o nome indica, era dedicado às mulheres; entre figurinos, receitas de doces, moldes de trabalho e conselhos de beleza, para ocupar os ócios e a imaginação das senhoras elegantes, um pouco de literatura, quase sempre da lavra de Machado de Assis. E, a despeito do nome do autor, correspondia, certamente, à expectativa das leitoras: literatura amena, de pura fantasia, sem nenhum fundamento na realidade. Tudo se passa nesse mundo convencional, onde os desgostos amorosos são os únicos sofrimentos, onde tudo gira em tôrno de olhos bonitos, de suspiros, de confidências trocadas entre damas elegantes."[128]

Enquanto isso, a imprensa ganhava o interior. Era exigência ligada à dificuldade dos transportes e do serviço de Correio, impedindo que os jornais da Côrte e das capitais de província se difundissem, ilhados onde se editavam e pouco além. Em S. Paulo, essa expansão dos prelos pelo interior foi relativamente rápida: em 1858, aparece o primeiro jornal em Campinas, a *Aurora Campineira*, dirigido pelos irmãos João Teodoro e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva, semanário que era vendido a 240 réis o exemplar. Sua preocupação com os grandes problemas nacionais pode ser exemplificada pelo editorial do número de 13 de agôsto de 1859, que

[127] Elói Pontes: op. cit., pág. 17.
[128] Lúcia Miguel Pereira: op. cit., pág. 102.

tratava da questão bancária, combatendo as emissões como causadoras da inflação. Em 1861, aparece, em Taubaté, *O Taubateense*, proclamando-se imparcial, acima dos "galos brigadeiros que seus donos açulam no tereriro". Preocupa-se principalmente com a parte informativa: anuncia a venda de garrafas vazias, de açúcar pernambucano a 200 réis a libra, a liquidação de *stock* de comerciante que segue para a Côrte em busca de nôvo sortimento, e, destacadamente, sob o título "Alerta!", o preço de vários gêneros: açúcar branco superior, a 6 mil réis a arroba, o mesmo preço para a arrôba de bacalhau superior, vinho do Pôrto a 1$280 a garafa.

Na capital da província, em 1858, os campos da política se definem, na imprensa, com o *Espelho da Assembléia*, de um lado, e *O Azorrague*, de outro. Aparece a *Revista Paulistana*, o *Acadêmico do Sul* começa a circular, como a *Arcádia Paulistana*; já estavam em circulação *O Araçoiaba*, o *Publicador Paulistano*. Surge o *Iris*. Continuam a vender-se *A Lei* e o *Ensaio Filosófico Paulistano*. Aquela, reforçada pelo *Constitucional*, defendia os conservadores. Começava a destacar-se José Bonifácio, o Moço, que colaborava na *Imprensa Paulista* e na *Revista Popular*; depois no *Ipiranga*, de Salvador de Mendonça, como no *Correio Paulistano* e na *Tribuna Liberal*, dirigida por Inglês de Sousa. Em 1864, Salvador de Mendonça entra para a *Atualidade*, que mantinha a bandeira liberal, agora com Luís Barbosa e Flávio Farnese. Começava a fase de lutas: "A geração liberal de Teófilo Otoni, de que faziam parte Saldanha Marinho, José Bonifácio, Martim Francisco, Otaviano e tantos outros, viera eivada de ódio à Monarquia. Não se educara nas lições do sistema constitucional representativo. Educara-se nos revezes e nos desastres dos movimentos revolucionários de Minas, Pernambuco e São Paulo. Os seus ídolos não eram os portadores de pastas do regime imperial — eram os mártires da Inconfidência, os revolucionários de Pernambuco de 1817, 24 e 48, os fundadores da República de Piratini e os vencidos de Santa Luzia."[129] A *Atualidade*, lançada, em 1858, na Côrte, por Lafaiete Rodrigues Pereira, Pedro Luís e Flávio Farnese, a que se ligara também Teófilo Otoni, encontraria grande receptividade, anunciando os novos tempos. Não temia inovações, além de tudo: foi o primeiro jornal vendido avulso nas ruas. Algumas dezenas de negros-minas, escravos ou ex-escravos do negociante Pôrto, residente à rua dos Arcos,

[129] Carlos Sussekind de Mendonça: op. cit., pág. 41.

foram os primeiros jornaleiros cariocas. Joaquim Nabuco, em 1867, em S. Paulo, fundara a *Tribuna Liberal*, para defender as novas idéias que inquietavam a mocidade, encontrando colaboradores nos acadêmicos Salvador de Mendonça, Ferreira Braga, Leôncio de Carvalho, Martim Cabral, Monteiro de Barros, Pereira de Campos e Clímaco Cesarino. Mendonça passaria, nesse mesmo ano, a dirigir *O Ipiranga*, órgão do partido liberal, com Ferreira de Menezes mais tarde, quando passavam à oposição os velhos quadros liberais, Francisco de Souza Queiroz, Ramalho, Carrão, o barão de Limeira, Crispiniano Soares, José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos, Bernardo Galvão, Américo Brasiliense. Os redatores trabalhavam com armas de fogo ao lado de suas mesas. Martim Francisco ditava o editorial a Lúcio de Mendonça, de catorze anos. Iniciava no jornal as suas ardorosas campanhas contra a escravidão e contra o clericalismo, o jovem Luís Gama. As brazas começavam a soltar centelhas. O fim da estagnação se aproximava. Mas não se trata, então, na imprensa como na política, de ascenção contínua, de linha sem interrupções, mas de sinuoso caminho, pontilhado de recuos, de derrotas: ainda em 1867, com a ida de Saldanha Marinho para Minas e de Quintino Bocaiúva para os Estados Unidos, desfaz-se a redação do *Diário do Rio de Janeiro*. Machado de Assis também abandona o jornal. Passa a fazer parte do *Diário Oficial*, onde permanecerá até 1874.

No fim da segunda década da última metade do século XIX, as alterações na fisionomia do país começam a avultar e manifestam-se em acontecimentos políticos. Da Maioridade à Conciliação tudo fôra sem tropeços para o latifúndio escravista, superada a grave crise da Regência; a esquerda liberal fôra esmagada; as rebeliões provinciais, reprimidas com inaudita violência. Os anos cinqüenta anunciam o auge do poder imperial, que removeu todos os obstáculos e não receia que reapareçam: a imprensa reflete a estagnação dominante. Mas os anos sessenta começam a denunciar mudanças: a crise de 1857 repete-se em 1864, em circunstâncias ainda mais profundas; surge o conflito militar platino, de sérias conseqüências na vida política do país; a suspensão do tráfico negreiro, dez anos antes, mostra claramente os seus efeitos; a quietude é ameaçada, as tormentas vão se acumulando. Ao fim da década de sessenta, com a guerra terminada, tudo indica o início de fase nova, com reformas que se impõem e não podem ser proteladas; a

luta política se acirra; a imprensa retoma o fio de sua história, interrompido com a Maioridade. Vai começar a agitação.

A agitação

À medida em que a guerra com o Paraguai ia se aproximando do fim, crescia a inquietação no país, ligadas às velhas contradições que se haviam agravado com a estagnação política imperial, e repontavam, cada vez com mais violência. É sinal dêsse clima, já ameaçador da tempestades, a nota da *Opinião Liberal*, da Côrte, a 13 de dezembro de 1867: "Foi resolvido em Conselho de Ministros a desapropriação de 30.000 escravos para formarem um nôvo exército libertador do Paraguai. Fechadas as Câmaras, meter-se-ão mãos à obra, com a urgência que o caso exige. Com um tal exército, espera o govêrno salvar a honra do país e desagravá-lo das ofensas recebidas. A conseguir êsse resultado, o Gabinete Zacarias, que deve sua existência ao elemento servil, terá de registrar mais um grande motivo de gratidão a êsse elemento. Limitamo-nos a consignar tão importante notícia; aguardamos por ora os comentários." Já a 28 de fevereiro de 1868, o mesmo jornal discutia o problema da guerra: "Paz, Paz! É o brado íntimo de um povo oprimido. A guerra converteu-se em desastre, a sua prolongação trará o cataclismo. O capricho imperial improvisou uma série de desatinos, desde o Estado Oriental, e êsses desatinos têm pesado como um flagelo sôbre o povo inocente. (...) E há quatro anos que essa guerra de inércia devora a população brasileira, vítima de um recrutamento feroz! (...) Continuar a guerra é matar bàrbaramente o país. A guerra está completamente abandonada pela opinião. (...) E, demais, a honra que se entrega aos cuidados de galés e prêtos minas não é honra, é uma mentira!"

O recrutamento, mesmo em tempos normais, era problema candente e os debates constantes a êsse respeito mostram como assim era. Êsses debates, nas Câmaras e na imprensa, tinham razão de ser: o recrutamento tocava de perto a propriedade, diretamente à servil. Com a guerra e sua crescente premência de efetivos, o problema assumiu proporções muito mais sérias. As desapropriações de escravos para as fileiras, cada vez em número maior, apesar de bem pagas — talvez essas alforrias tenham representado

a maior despesa da guerra — traziam inconvenientes, pois a substituição era difícil, no trabalho das lavouras, quando não eram impossíveis. Outro efeito, que passava despercebido no momento, estava no estímulo implícito que o processo conferia à extinção do escravismo: êsse efeito tornou-se evidente logo depois de finda a guerra. As notas da *Opinião Liberal* refletem a fase de estagnação das operações militares, que se seguiu ao insucesso de Curupaiti. Caxias, mais uma vez, salvaria as instituições: depois de prolongado período de preparação — justamente para, entre outras coisas, receber, enquadrar e instruir as massas de libertos que o recrutamento lhe proporcionou — encetou as operações que, iniciadas com a manobra de flanco, foram coroadas com as vitórias da *Dezembrada,* que liquidaram as possibilidades de resistência das fôrças de Lopez. A guerra não teve, no Brasil, em tôda a sua longa duração, boa imprensa. Mesmo em seu início: o *Diabo Coxo,* fôlha ilustrada mantida por Ângelo Agostini, em S. Paulo, publicava, em sua edição de 27 de agôsto de 1865, o seguinte, na seção "Prêmios de Concurso": "Ao venturoso mortal que descobrir a predileção e notar o entusiasmo popular pela atual guerra do Brasil contra o Paraguai: um par de olhos de lince." Na mesma edição e seção aparecia isto: "A quem descobrir um meio expontâneo de apreender voluntários para o serviço patriótico da guerra: carta branca de recrutador."

A 12 de maio de 1869, aparecia, na Côrte, *A Reforma;* seu manifesto de lançamento, de março, era assinado por José Tomás Nabuco de Araújo, Bernardo de Sousa Franco, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Antônio Pinto Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Teófilo Benedito Otoni e Francisco Otaviano de Almeida Rosa. O nôvo jornal seria impresso na tipografia de Francisco Sabino de Freitas Reis, comprada, adiante, pelo Centro Liberal; teve oficina própria, por volta de 1870. *A Reforma* defendia o programa liberal: reforma eleitoral, reforma judiciária, abolição do recrutamento militar e da Guarda Nacional, abolição da escravatura. Falava grosso: "Ou a reforma ou a revolução." Ouro Prêto assumiria a direção do jornal, em janeiro de 1872. Foi quando foi trabalhar ali João Henriques de Lima Barreto, pai do romancista, egresso do *Jornal do Comércio,* formado no Instituto Artístico, de Henrique Fleiuss. Ajudavam Ouro Prêto, Dias da Cruz,

Prado Pimentel, Bezerra de Menezes, Teófilo Otoni, Carlos Afonso, Cesário Alvim e aquêle que seria a alma do jornal, Joaquim Serra.

As inovações técnicas que permitiram o advento da gravura e, conseqüentemente, da caricatura, na imprensa brasileira, deram-lhe considerável impulso, asseguraram novas condições à crítica e ampliaram a sua influência. Nesse sentido, o humorismo foi precursor da caricatura, que apareceu quando as técnicas de gravação permitiram conjugá-lo à atração visual do desenho e da imagem.[130] A primeira caricatura, no Brasil, parece datar de 1837, no período em que apareciam como peças avulsas. Em 1840, a fôlha teatral *Sganarelo* trazia caricaturas. E a *Lanterna Mágica*, que circulou, no Rio, entre 1844 e 1845, com o subtítulo de *Periódico Plástico-Filosófico*, assinalou, a rigor, o início das publicações ilustradas, com caricaturas impressas. Dirigia-a Manuel de Araújo Pôrto Alegre, com Lopes Cabral como desenhista e Rafael Mendes de Carvalho como pintor. Gravuras apareciam, também, na *Marmota Fluminense*, iniciada a 7 de setembro de 1849, como na *Marmota na Côrte*, de Próspero Ribeiro e Francisco de Paula Brito, tomando aquêle nome desde 4 de abril de 1852, e desaparecendo a 2 de julho de 1857, cedendo lugar à *Marmota*, que distribuía figurinos litografados em Paris. A 4 de janeiro de 1853, o jornal informava, com ufania: "A imprensa apresentou, no ano de 1852, algumas inovações dignas de louvor. A litografia e a gravura começaram a ilustrar os nossos jornais literários e de modas, à semelhança do que se usa na Europa. A *Marmota*, neste gênero, tem-se enriquecido, trilhando a modesta verêda que adotou: excelentes gravuras sôbre madeira, músicas litografadas e figurinos coloridos, do melhor gôsto, foram dados aos assinantes."

Em 1854, a *Ilustração Brasileira*, de que parece terem circulado apenas nove números, oito nesse ano e um em janeiro de 1855, publicaria, em seu número inaugural, uma página de caricaturas,

[130] Entre os órgãos impressos precursores do humorismo, entre nós, é possível mencionar *O Corcundão*, que tirou três números, no Recife, em abril e maio de 1831; *O Martelo* e a *Segarrega*, de 1832, no Rio; *O Cabrito*, *O Burro Magro*, *O Esbarra* e a *Marmota*, de 1833, no Rio; *A Mutuca Picante*, de 1834; *O Belchior Político*, de 1844; *O Sino da Lampadosa*, *A Sineta da Misericórdia*, *O Sino dos Barbadinhos*, *O Carranca* e *O Cascalho*, de 1849; *O Fantasma*, de 1850; *A Caricatura*, *O Bodoque Mágico* e *O Martinho*, de 1851; *O Boticário*, de 1852; *O Azorrague*, de 1855; *A Carapuça*, de 1857; *O Heráclito*, de 1867; *A Abelha*, de 1873.

provàvelmente de autoria de Francisco Moreau. Ainda em 1854, apareceu, com caricaturas, a publicação bilingue *L'Iride Italiana*, que circulou até 1855. Mas é nesse ano que, com o *Brasil Ilustrado*, inicia-se, a rigor, a publicação regular de revistas de caricaturas, entre nós, trazendo no próprio texto, ao lado de retratos e vistas do Brasil, desenhos humorísticos de costumes, devidos a Sebastien Auguste Sisson. O homem que revolucionaria o gênero, entretanto, chegaria ao Brasil em maio de 1859, passando três meses no Rio e dirigindo-se para S. Paulo, vindo de Paris, onde fôra estudar pintura. Era Ângelo Agostini. Precursor da fotografia, na capital paulista, cidadezinha de cêrca de 20.000 habitantes — o censo de 1872 computa-lhe 26.000 — ali chegou, no dizer de Monteiro Lobato", com muita coragem no ânimo e uma pedra litográfica sob o braço", e "olhou em tôrno e viu pouco mais que um vasto *haras* onde se caldeavam raças. Havia a mucama, a mulatinha, o negro do eito, o feitor, o fazendeiro escravista, o *Jornal do Comércio*, dois partidos políticos, o Instituto Histórico e um neto de Marco Aurélio pelas cumeadas, a estudar o planeta Vênus por uma luneta astronômica. O feitor, embaixo, deslombava negros, a mucama, no meio, educava as môças brancas; no alto, uma boa intenção de *chambre* lia os Vedas no original."

Agostini trazia grande inclinação para a pintura e incoercível sentimento de liberdade. Pela mão do padrasto, Antônio Pedro Marques de Almeida, percorreu a imprensa paulista, em que o lápis litográfico como arma de combate era desconhecido. Depois de uma fase de aclimatação e ensaio, veio o *Diabo Coxo*, fôlha ilustrada que fundou, com Luís Gama e Sizenando Nabuco, com a colaboração ativa de Américo e Bernardino de Campos. Luís Gama, o mais velho, então nos seus 34 anos — os outros andavam pelos 25 — entregava-se ao seu apostolado de "promover processos em favor de pessoas livres, criminosamente escravizadas" e, como dizia, "auxiliar lìcitamente, na medida dos meus esforços, alforrias de escravos". O *Diabo Coxo* começou a circular a 1.º de outubro de 1864, em formato pequeno, com quatro páginas, parcamente ilustrado de início. Era impresso na Tipografia e Litografia de Henrique Schroeder, à rua Direita 15, e assinava-se, de início, na Livraria de M. da Cunha, à mesma rua, e, depois, na própria tipografia. As assinaturas custavam 4$000 na capital e 5$000 no interior; o número avulso era vendido a 500 réis; media 18 por 24 centímetros e tinha quatro páginas. Foi bem recebido e logo com-

parado à *Semana Ilustrada*, que Henrique Fleiuss vinha publicando, na Côrte, desde 1860. Viveu pouco mais de um ano com interrupções, até o número de 24 de novembro de 1865, revelando o estilo inconfundível de Ângelo Agostini. Foi impossível mantê-lo, pelas dificuldades financeiras. Nêle, o extraordinário artista firmou suas posições libertárias, que devem ter contribuído muito para fazer gorar o empreendimento. O anticlericalismo, por exemplo, comprovado em notas como esta, da seção "Prêmios de Concurso": "A quem souber porque anda a sandice tão ligada às coisas da igreja: assinatura grátis de um ano do periódico *A Religião em São Paulo*."

Agostini voltou, um ano depois e com os mesmos companheiros, com o *Cabrião*, jornal domingueiro que começou a circular a 1.º de outubro de 1866, com sede na loja de Custódio Fernandes da Silva, à rua da Imperatriz, hoje XV de Novembro, 19, bem recebido pelos confrades da província e da Côrte, o *Jornal do Comércio*, a *Revista Comercial*, o *Correio Paulistano*, a *Semana Ilustrada*. Custava 500 réis, preço alto para a época, e afirmava irônicos propósitos: ser sizuso, enquanto não lhe fizessem cócegas, acompanhar as idéias do govêrno, "por serem sempre as melhores", o que jamais fêz, naturalmente, defender a liberdade de cultos, "para aumento da descrença, indiferença e confusão desta Babel em que vivemos", o que sempre fêz, vargastando o clero e as beatas. Entrou logo, por isso, em choque com outras fôlhas, particularmente com o *Diário de São Paulo*, de Cândido Silva, que tinha João Mendes de Almeida como redator principal. A certa altura, a crítica do lápis de Agostini intitulada "O cemitério da Consolação no dia de Finados" provocou escândalo e polêmica. Nos "a pedidos" do *Correio Paulistano*, descompunham-se admiradores e adversários de Agostini, e isso era "fato virgem nos anais paulistanos, a contar as coisas do tempo da expulsão dos jesuítas para cá". Era muito tempo.

Quando Henrique Fleiuss lançou, na Côrte, em 1860, a *Semana Ilustrada*, tinham circulado já, como ficou explicado, pequenos e toscos jornais de caricaturas e havia litografias que tiravam estampas avulsas; o que não havia era uma revista ilustrada: nesse sentido, Fleiuss foi, realmente, pioneiro. A *Revista Popular*, antes, era mensário com figurinos intercalados no texto e uma que outra estampa, mas eram impressas na França e remetidas ao Garnier, que as inseria na revista. Os primeiros números da *Semana Ilus-*

trada saíram sem data, mas é certo que começou a circular na segunda quinzena de dezembro, parece que a 16. Seu formato era pequeno, com oito páginas, quatro de texto e quatro com ilustrações. Publicava poesias, crônicas, contos — as crônicas sob a responsabilidade do Dr. Semana, figura obrigatória da ilustração da capa, de que se pretendia fazer um tipo, comentando os sucessos da semana com o seu moleque, pequeno escravo que lembrava personagem da peça de Alencar, *O Demônio Familiar*. Pela *Semana Ilustrada* passaram os mais conhecidos escritores e jornalistas da época: Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Pedro Luís, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, etc. Teve como correspondentes na guerra com o Paraguai a Joaquim José Inácio, futuro visconde de Inhaúma, Antônio Luís von Hoonholtz, futuro barão de Tefé, e Alfredo d'Escragnolle Taunay; circulou até 1876, durando dezesseis anos. Não era crítica, mas fazia campanhas como a da instalação da rêde de esgotos no Rio, abolindo-se o uso dos famigerados *tigres*. Amigo da casa imperial, que sempre prestigiou, como aos governos em geral, Fleiuss, grande desenhista e litógrafo, não era humorista nem crítico. Até o número dez, a *Semana Ilustrada* foi totalmente desenhada e litografada por êle: recebendo, daí por diante, a cooperação de H. Aranha, Aristides Seelinger e Ernesto Augusto de Sousa e Silva (*Flumen Júnior*) e, no último ano, a de Aurélio de Figueiredo. Depois de suspender a publicação da *Semana Ilustrada*, Fleiuss tentou lançar a *Ilustração Brasileira*, com excelente apresentação gráfica, mas arruinou-se; em 1880, decidiu-se por revista menos dispendiosa, a *Nova Semana Ilustrada*, mas não triunfou. [131]

As revistas ilustradas, na senda que Fleiuss abrira, começaram a suceder-se: o efêmero *Charivari Nacional*, de 1859, substituído, em 1862, pelo *Charivari;* o *Merrimac*, de 1863; o *Bazar Volante*, dêsse mesmo ano, dirigido por Eduardo Rensburg, com a coopera-

[131] Henrique Fleiuss (1823-1882) nasceu em Colônia, Alemanha, e veio para o Brasil com 35 anos, contratado por Spix e Martius, como desenhista da expedição científica cujo inventário nos custou 60 contos e levou 60 anos para ser publicado. Terminado o contrato, fixou-se no Rio de Janeiro, em 1859, fundando estabelecimento tipolitográfico e, em 1863, a primeira escola de xilogravura que existiu no país. De sua oficina, intitulada Instituto Artístico e, depois batizada de Imperial, saiu, a 16 de dezembro de 1860, a *Semana Ilustrada*. Excelente desenhista e litógrafo, Fleiuss tem mais importância artística do que jornalística.

ção artística de Joseph Mill, circulando de 27 de setembro de 1863 até 28 de abril de 1867, quando passou a chamar-se *O Arlequim*, que contou com a colaboração artística de V. Mola e, desde 1868, de Ângelo Agostini, que trocara S. Paulo pelo Rio. Agostini colaboraria ainda na *Vida Fluminense*, que durou de 7 de janeiro de 1868 até março de 1876, quando se transformou no *Fígaro*. Na *Vida Fluminense* começou sua carreira artística Cândido Aragonês de Faria; aquela revista contava também com V. Mola e, principalmente, com Luigi Borgomainério, "o mais eminente artista que tem vindo ao Brasil", no dizer autorizado de Agostini.

O desenvolvimento do país, marcado, exteriormente, pelo avanço da vida urbana, o crescimento da classe média e o esbôço de burguesia que começava a se fazer sentir, permite a ampliação das atividades culturais ligadas à imprensa: o livro e o jornal. É a época em que se firmam aqui emprêsas como a de Laemmert, casa fundada em 1838 e que começava a se fazer conhecida, modestamente, pela divulgação, desde 1839, de folhinha que ficaria famosa, e, desde 1844, pelo tradicional almanaque que ganhou tanto prestígio que continuou a ser publicado mesmo depois do desaparecimento daquela casa, que lhe dera o nome, distribuído por outras, até 1930. Os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert eram alemães e se estabeleceram no Brasil como livreiros e editôres, mandando imprimir na Alemanha os livros que lançavam, ao contrário de outros editôres aqui estabelecidos, que o faziam na França ou em Portugal. A casa Laemmert editou muitas obras de Direito, Medicina, Literatura e autores como Machado de Assis, Said Ali, Valentim Magalhães, Coelho Neto, Afonso Celso, as duas primeiras edições da *História do Brasil*, de Varnhagen, as três primeiras de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Isso aconteceu já no início do século XX, mas, em tôda a segunda metade do século XIX, o prestígio dessa casa foi muito grande.

B. L. Garnier — Batista Luís Garnier ou, para os maledicentes, o Bom Ladrão Garnier — chegou ao Brasil em 1844. Só em 1854, ao que parece, abriu pequena loja de livros, na rua dos Ourives, depois transferida para a rua do Ouvidor. Rodrigo Otávio conheceu ainda êsse "pequeno armazém de duas portas, baixo, escuro, triste, à rua do Ouvidor, depois da rua da Quitanda."[132]

[132] Rodrigo Otávio: *Minhas Memórias dos Outros*, nova série, Rio, 1935, pág. 62.

Coelho Neto, em romance em que situou uma época da vida carioca, descreveu aquêle "casebre de aspecto ruinoso, achaparrado, poento, com o soalho frouxo, mole que nem palhada, o teto ensanefado a teias de aranha, tão escuro para o fundo que nem se distinguiam os vultos que por lá andavam em cuscuvilhice bibliófila e entre êles a figura rabínica do velho editor, pigarrento, sempre de brim pardo, barrête seboso, afurando pelos cantos em rebusca de avaro, a sacudir brochuras, limpando-as à manga do palitó."[133] O nôvo prédio da Livraria Garnier, símbolo de sua importância, só foi inaugurado a 19 de janeiro de 1901, recebendo os convidados um volume autografado de Machado de Assis. Garnier foi o grande editor da segunda metade do século XIX. A casa enobrecia os autores que lançava. Ser editado por ela era a consagração. Entre os que a mereceram, estavam José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, Melo Morais, Sílvio Romero, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, João Ribeiro. Garnier editou livros que levaram mais de vinte anos para esgotar: a *História do Brasil*, de Southey, as obras de J. M. Pereira da Silva. Os seus catálogos permitem verificar que editou muita gente que não sobreviveu. Enriqueceu, apesar disso, firmou-se, assinalou uma fase da história de nossa literatura.

Em 1872, chegava pela segunda vez ao Brasil Francisco Alves de Oliveira. Vinha trabalhar com seu tio, Nicolau Alves, na Livraria Clássica, fundada em 1854 e estabelecida à rua S. José, 75. Alves já trabalhara no comércio de livros, na Côrte, de 1863 a 1870, especializando-se em obras didáticas. Estava, na época, firmando posição que se consolidaria pelo fim do século e seria inigualada no século seguinte. Dava os seus passos com cuidado e segurança: filiou-se à Livraria Bertrand, de Lisboa, e comprou-lhe as edições principais; depois, filiou-se à Livraria Aillaud, de Paris, onde mandou imprimir numerosos livros didáticos primários, barateando-lhes o custo; chegou a absorver 90% do comércio de livros no Brasil, comprando outras livrarias e editôras: a Azevedo, só para ficar com a *Antologia Nacional*, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, e a *Gramática Portuguêsa*, de Alfredo Gomes. Tinha os livros didáticos de Felisberto de Carvalho; comprou os de João Kopke, concorrentes daqueles. Quando adquiriu a Livraria Mellilo, de S. Paulo, vieram às suas mãos *A Carne*, de Júlio Ribeiro, e sua

[133] Coelho Neto: *Fogo Fátuo*, Pôrto, 1929, pág. 56.

Gramática. Comprou o Laemmert, em 1905, e recebeu *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Pertenceram-lhe as gramáticas de João Ribeiro, de Júlio Ribeiro e de Maximino Maciel; a *História do Brasil*, de João Ribeiro, e a de Joaquim Maria de Lacerda, a *Geografia*, dêste, os compêndios de *Aritmética*, de Trajano, como a sua *Álgebra;* a *Aritmética*, de Viana; a *Taboada*, de Póvoas Pinheiro; os livros de Abílio César Borges e os de Hilário Ribeiro. Só a *Cartilha* de Tomás Galhardo tirou mais de trezentas edições. Isso sem falar no *Coração*, de Edmondo de Amicis, traduzido por João Ribeiro; nos *Contos Pátrios*, de Olavo Bilac e Coelho Neto; nas *Poesias Infantis*, de Olavo Bilac; no *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim. Alves editou, finalmente, obras literárias, nos fins do século XIX e no século XX: romances de Afrânio Peixoto, de Júlia Lopes de Almeida; livros de Coelho Neto, de Osório Duque Estrada, de Medeiros e Albuquerque, de Tobias Monteiro, de Rodrigo Otávio; a *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo; *O Ateneu*, de Raul Pompéia; as obras de Clóvis Beviláqua; as *Poesias*, de Olavo Bilac. Quando faleceu, em 1917, deixou sua fortuna à Academia Brasileira de Letras.

A distribuição dos jornais — e, também, ainda que menos, a de livros — dependia, entretanto, da escassa rêde de comunicações terrestres e marítimas, e do insipiente serviço de Correios. Não havia, até 1825, serviço postal para o interior: a correspondência oficial era portada por milicianos, os particulares serviam-se de portadores ocasionais e, muitas vêzes, cotizavam-se para custear um correio para as suas necessidades; era a época dos "próprios", pessoas especialmente encarregadas de levar correspondência a alguém. Serviço público mesmo, só entre S. Paulo e Santos, e daí à Côrte, por via marítima. A necessidade fêz surgir, logo, porém, a pedido da Câmara de Itú, em 1825, a primeira linha de Correio no interior: de 10 em 10 dias, os agentes a pé, chamados pedrestes, ganhando 240 réis diários, usando farda e espada, pois estavam sujeitos a assaltos, faziam o giro Sorocaba-Jundiaí-São Carlos-Itú. Em 1833, o serviço se desdobrou, surgindo as linhas S. Paulo-Sorocaba, S. Paulo-Itú (via Jundiaí), e S. Paulo-Campinas. Os sacos eram fechados a cadeado e, finalmente, a insegurança determinou o arrendamento do serviço. Em 1856, as linhas faziam-se de 5 em 5 dias, e se multiplicavam. Em 1867, enquanto se inaugurava, em Campinas, o primeiro locomóvel a vapor — o da fábrica de chapéus dos irmãos Bierrenback — estabelecia-se o correio diário em carros

entre essa cidade e a capital da província. Entre S. Paulo e a Côrte, ainda em 1873, a correspondência era levada pelos navios da Companhia de Navegação Paulista, de cinco em cinco dias. Mas, nessa altura, entre Santos, S. Paulo, Jundiaí, Campinas e Itú, era transportada pelas ferrovias e, portanto, diária, o que dava à imprensa paulistana possibilidades novas de distribuição.

Mas as outras linhas eram a cavalo. De S. Paulo a Silveiras, na zona em que o café se desenvolvia, o vale do Paraíba, uma carta levava seis dias; o mesmo tempo de Areias a Bananal, cidades muito próximas, devido ao intervalo de saída dos estafetas. Mas as ferrovias continuavam a avançar e os estafetas a complementá-las. O volume de correspondência era pequeno. Daí se verifica como a propalada refratariedade brasileira à correspondência não foi traço congênito, mas derivado de condições materiais adversas. Os jornais eram de pequeno formato, reduzindo o volume para distribuição; os únicos diários, em S. Paulo, nessa época, eram o *Correio Paulistano* e o *Diário de São Paulo*. Mas, no interior, conta um contemporâneo, a existência de "um sujeito que assinava um diário, uma raridade". O telégrafo das ferrovias ajudavam muito: chegara a Queluz, partindo da Côrte, antes mesmo da ferrovia. Para o exterior, só pelos paquetes inglêses e franceses, nessa altura. Em 1865, o govêrno determinara a construção da linha telegráfica entre a Côrte e Pôrto Alegre, esperando tê-la pronta em um ano, o que não aconteceu. Em 1867, o Correio tinha 75 agências na província de São Paulo, mas a comunicação diária se fazia apenas entre a capital e Santos e entre a capital e Campinas. Estava em meio a guerra com o Paraguai. S. Paulo era ainda uma cidade estudantil onde, em 1865, os acadêmicos ensaiavam os seus desabafos em jornais e revistas de pouca circulação, como, nesse ano, *A Independência*, órgão redigido por dois jovens estudantes, Rui Barbosa e Castro Alves, além de outros.

As crises de 1857 e 1864 haviam sobressaltado o país: ruíra a casa Souto, com tamanha repercussão e tão graves conseqüências, e generalizadas, que, segundo se dizia, mesmo no interior os papagaios repetiam: "O Souto quebrou." Mauá seria afetado pela segunda, tendo de cessar suas atividades logo adiante. Suas razões, no documento apresentado aos credores, são um dos mais impressionantes relatos a respeito do tempo e das condições coloniais da economia brasileira, peiada pelo escravismo. A *Astréia* espelhara seu desencanto e sua revolta com os sintomas de mudança na so-

ciedade.[134] Vicente Licínio Cardoso desvendaria, muito depois, o que estava atrás dos aspectos superficiais: "E o comércio era estrangeiro. Daí a gravidade da situação, porque não só o comércio, como as casas bancárias, estavam em mãos de portuguêses, como dessa nacionalidade já haviam sido os maiores importadores de negros até 1853. (...) A grande maioria das casas comerciais e bancárias, a cujas mãos se entregavam os fazendeiros em momentos de apêrto, era de fato portuguêsa. Não há estatística, mas se compreende o caso, em virtude da própria transição capitalista que trouxe a supressão do tráfico. Há, porém, uma referência sintomàticamente dolorosa, por mim colhida num folheto posterior àquela época, em que o autor aproveitava as estatísticas levadas a efeito no govêrno de Rio Branco. Outros números não poderiam dizer com maior clareza da situação em 1876. Ouçamo-los: de 10.264 contribuintes do Rio ao impôsto de indústrias e profissões, 1.791 apenas eram brasileiros, sendo 7.394 portuguêses e os restantes 1.079 de outras nacionalidades; na estatística geral de casas comerciais do país (57.452), eram brasileiras 31.436, portuguêsas 19.512 e de outras nacionalidades 6.504. (*O Govêrno e o Povo*, 1877, Boisguillebert, pseudônimo de Manuel Tomás Alves Nogueira). Tudo isso em 1876. O que seria, então, em 1864, em 56, em 40, ou nos dias tormentosos da Regência? E a crise continuaria. Como dizia, sob anonimato, êsse mesmo folheto interessantíssimo, "a produção do café estava estacionária desde 1856, pois que nos

[134] "Cada vez mais falta de monetário e até do vil cobre para trocar-se pelos gêneros de primeira necessidade! E cada vez mais coches, seges, carrinhos, cavalos e mais plantações de capim, e nada de lavoura e agricultura proveitosa para adiantamento produtivo. E não há dinheiro! E cada vez mais requerimentos para títulos, comendas, hábitos de tôda côr e somas depositadas para se obterem estas mercês! E não há dinheiro! E cada vez mais botões de brilhantes em todo gênero de peitinhos, mais grossas correntes de ouro nos pescoços de machos e fêmeas, mais alfinetes de peitos, cabelos postiços, máquinas de tartaruga nos cascos, miçangas, sinxos, peitoris, espartilhos, fivelas de estanho, redondos de traseira, talas na frente, desde o peito até o umbigo, que nos hão de entisicar as filhas, as espôsas e as netinhas e que nos trazem diáfonos os nossos filhos, que parecem já uns petimetres; êstes de chicotinho na mão, aquêles com lençóis no pescoço; tais de óculos fixos, para irem cegando à moda, quais de lunêta por efeito... Aquêles com peças de fitas a tiracolo afetando de grão-cruzes, aqueloutros com cadeias sem relógios, muitos com relógios nas cadeias!" (A *Astréia*, Rio, de 28 de agôsto de 1830.)

anos de 1865, 67, 69 e 75, o aumento derivava, tão sòmente, de colheita, sem nenhuma dilatação de cultivo de novas terras".

Com a guerra do Paraguai ainda em curso, a imprensa começaria a refletir as inquietações. Em 1867, surge o problema das ordens religiosas: o *Correio Mercantil* pregava a dissolução delas; o *Cruzeiro do Sul* as defendia. Surgiriam, paralelamente, polêmicas interessantes como sintomas: sôbre a obra de Renan, por exemplo, ardorosamente combatida por alguns, em esfôrço de refutação com muitos traços grotescos. Monsenhor Pinto de Campos aconselharia simplesmente a queima do livro. Discutia-se a invasão do México pelos franceses. No teatro, autores nacionais disputavam a preferência do público: Alencar, Macedo, Quintino Bocaiúva, Pinheiro Guimarães. E a moda feminina constituía outro sintoma das mudanças em avanço: "As cantoras do Alcazar revolucionam, por fim, as modas. O *Mequetrefe*, a *Vida Fluminense*, a *Semana Ilustrada*, a *Pacotilha* enchem páginas e páginas de sátiras. (...) A saia balão era do tempo dos tecidos aos côvados e às varas. A vida era barata, entretanto, pois os açougues anunciavam carne a cento e oitenta réis a libra. A cidade não tem ainda grandes confortos. As modas, porém, preocupam dominadoramente. Além do balão, já um pouco disfarçado, além das grandes caudas, consumindo metros e metros de pano, as elegantes usam cabeleiras montanhosas, fechando ao alto com chapèuzinho, cheio de frutas, fôlhas e fitas. O *Jornal das Famílias*, do editor Garnier, primeiro, *A Estação*, do Lombaerts, depois, agitavam o gôsto, com modelos e figurinos vindos da França."[135]

Tavares Bastos redige, em 1868, com Lafaiete Rodrigues Pereira, o *Diário do Povo*, trincheira de combate dos liberais, deixando-o, em fevereiro de 1869, para participar da *Reforma*, que começa a circular a 12 de maio dêsse ano, dirigida por Francisco Otaviano e contando também com Saldanha Marinho, Tito Franco, Silveira Martins, Joaquim Manuel de Macedo, Teófilo Otoni, Sousa Franco, Homem de Melo e outros. É o jornal mais prestigioso da época: "jornal que muito influiu nas transformações da imprensa", polemizando com ardor. Originara-se do Clube da Reforma, que os liberais haviam fundado, significando a necessidade de alterações na ordem política que correspondessem às que decorriam do desenvolvimento do país. Contaria logo com a colaboração de Afonso

[135] Elói Pontes: op. cit., pág. 102-102.

Celso de Assis Figueiredo, Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, José Cesário de Faria Alvim, Joaquim Serra e outros, combatendo o govêrno conservador e, nesse combate, gerando uma ala radical que evoluirá em seguida para a adoção da República. As críticas ao regime iam se elevando de tom. Antigo colaborador do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*, e fundador, com Andrade Figueira, de *A Nação*, Ferreira Viana publicara, em 1867, o panfleto *A Conferência dos Divinos*, que lembrava o ardor do *Libelo de Timandro*. O folheto aparecera sem assinatura e distinguia-se do de Sales Tôrres Homem porque êste aparecera numa fase de ascenção conservadora e aquêle vinha à luz numa fase de ascenção liberal. O clima político pode ser aferido pelo que proclamava o jornal republicano cearense *O Barrete Frígio*, em 1869: "Façamos a revolução. Fora o rei. Cuidado com o exército; onde êle predomina, a liberdade é uma mentira." A polícia esbagaçou a edição e prendeu o diretor do jornal, Júlio César da Fonseca.

A 3 de dezembro de 1870, começa a circular, na Côrte, *A República*, órgão do Partido Republicano Brasileiro, que lançara manifesto ao país, e do Clube Republicano, forma adotada pela ala radical dos liberais e costumeira na época. Regressando de viagem aos Estados Unidos, Argentina e Paraguai, Quintino Bocaiúva fôra um dos redatores do manifesto, que recebeu o apoio de grandes figuras na vida política do tempo.[136] No primeiro diretório do nôvo

136 Assinaram o Manifesto Republicano: Saldanha Marinho, Aristides Lôbo, Cristiano Otoni, Flávio Farnese, Pedro Antônio Viana, Bernardino Pamplona, João de Almeida, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu, Augusto César de Miranda Azevedo, Elias Antônio Freire, Joaquim Garcia Pires de Almeida, Quintino Bocaiúva, Joaquim Maurício de Abreu, Miguel Vieira Ferreira, Pedro Rodrigues Soares de Meireles, Júlio César de Freitas Coutinho, Alfredo Moreira Pinto, Carlos Americano Freire, Jerônimo Simões, José Pereira Leitão, João Vicente de Brito Galvão, José Maria de Albuquerque Melo, Gabriel José de Freitas, Joaquim Heliodoro Gomes, Francisco Antônio Castorino de Faria, José Caetano de Morais e Castro, Otaviano Hudson, Luís de Sousa Araújo, João Batista Laper, Antônio da Silva Neto, Antônio José de Oliveira Filho, Francisco Peregrino Viriato de Medeiros, Antônio de Sousa Campos, Manuel Marques da Silva Acauã, Máximo Antônio da Silva, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, Salvador de Mendonça, Eduardo Batista R. Franco, Manuel Benício Fontenele, Félix José da Costa e Sousa, Paulo Emílio dos Santos Lôbo, José Lopes da Silva Trovão, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Macedo Sodré, Alfredo Gomes Braga, C. de Brício, Manuel Marques de Freitas, Tomé Inácio Bo-

partido estão presentes Quintino, Lafaiete Rodrigues Pereira, Salvador de Mendonça, Saldanha Marinho e Aristides Lôbo. *A República* começa circulando como "propriedade do Clube Republicano", pasando depois a "órgão do Partido Republicano"; em sua primeira fase, de 3 de dezembro de 1870 a 4 de outubro de 1871, aparecia três vêzes por semana, às terças, quintas e sábados, sem redatores declarados, que são, realmente, Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo e Manuel Vieira Ferreira, que escrevem quase todo o jornal. O financiador era Luís Barbosa da Silva. *A República* passou a diário, a partir de 1.º de setembro de 1871, chegando a tirar 10.000 exemplares, índice avultado, para a época. Fazia sorteios com prêmios, inovação curiosa, depois largamente usada na imprensa; defendeu a idéia do monumento a Tiradentes, figura histórica que o Império fizera esquecer; pregou a separação entre a Igreja e o Estado; combateu o castigo corporal nas fôrças armadas; defendeu a federação. Sua redação, à rua do Ouvidor, entre Golçalves Dias e Uruguaiana, foi atacada, a 27 de fevereiro de 1873, e o jornal empastelado. Da tribuna da Câmara, Ferreira Viana levantou enérgico protesto, a 4 de março, em discurso cheio de presságios.

De 1870 a 1872, surgiram no país mais de vinte jornais republicanos, sem falar em fôlhas do tipo da *Opinião Liberal*, que passara à direção de Lafaiete Rodrigues Pereira e Limpo de Abreu: *O Argos*, no Amazonas; *O Futuro*, no Pará; *O Amigo do Povo*, no Piauí; *O Voluntário da Pátria*, na Paraíba; *A República Federativa*, *O Seis de Março* e *O Americano*, em Pernambuco; *A República*, em Alagoas; *O Horizonte*, na Bahia; o *Correio Paulistano* (de posição republicana nesse tempo), a *Gazeta de Campinas*, em que colaborava Campos Sales, *O Paulista*, *O Comércio de Santos*, *O Ipanema* e *O Sorocabano*, em São Paulo; *O Jequitinhonha* e *O Farol*, em Minas; *O Antonina*, no Paraná; *Democracia* e *O Tempo*, no Rio Grande do Sul. O movimento penetra fundo nas academias; na de S. Paulo, onde surgira, em 1868, *O Quinze de Outubro*, e, em 1873, *A Crença*, *O Tribuno* e *A Coruja*, de tendências ecléticas, com a Convenção de Itú, a 17 de maio de 1873, multiplicaram-se os pe-

telho, Eduardo Carneiro de Mendonça, Júlio V. Gutierres, Cândido Luís de Andrade, José Jorge Paranhos da Silva, Emílio Rangel Pestana, Antônio Nunes Galvão e Galdino Emiliano das Neves. Eram advogados, médicos, negociantes, professôres, jornalistas, engenheiros, fazendeiros, funcionários públicos.

quenos jornais republicanos e até abolicionistas. Em 1874, Lúcio de Mendonça, que voltara à Faculdade, lançava, com várias colegas, *O Rebate;* em 1875, Estêvão Leão Borroul mantinha o *Onze de Agôsto*. À proporção que fluía o tempo e que a idéia ganhava a consciência geral, apareciam ali órgãos que provavam a adesão da mocidade acadêmica: o *Nove de Setembro*, de 1881, redigido por Raul Pompéia e outros; *A Luta*, de 1882; *A Onda*, de 1883, redigido por Joaquim Dias da Rocha, órgão do Centro Republicano Acadêmico; a *Vida Semanária*, de 1887, órgão abolicionista, redigido por Emiliano Perneta e Artur de Castro Lima e, em segunda fase, por Olavo Bilac; e *A Sentinela*, de Artur Itabirano e A. Diana Terra. Curiosamente, aparecia, em 1888, *O Allioth*, escrito em volapuk, de Francisco Gaspar e Arlindo Carneiro; em seu quarto número, escrevia que "a questão que mais se agita no país, nestes últimos tempos, é a da substituição do braço escravo. E, dêste modo, a imigração para o Brasil vai se avolumando cada vez mais. Não se trata, porém, de conservar o escravo, hoje livre, e sim de substituí-lo pelo colono. O que fará, então, o govêrno dessa pobre gente? Ontem, vítima do azorrague, hoje condenada pela inépcia de quem dirige os destinos desta terra!"

A idéia republicana, assim, retomada de suas fontes históricas, ampliava-se progressivamente. Nas terceira e quarta décadas da segunda metade do século XIX, ganhava a consciência da camada culta do país, estudantes, intelectuais, militares, padres. Na Côrte, *A República* reunia os melhores elementos da literatura e da imprensa. Lúcio de Mendonça, anos depois, recordará êsse prestígio incontestado: "Há vinte anos, pelo correr de 1872, a sala de redação da *República*, na rua do Ouvidor, onde hoje está a confeitaria Cailteau, era ponto de encontro dos homens de letras do tempo; além dos de casa, que eram Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Ferreira de Menezes, Luís Barbosa da Silva, lá iam freqüentemente Joaquim Serra, Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Caetano Filgueiras e, uma ou outra vez, José de Alencar, que escrevia para a fôlha o romance de costumes *Til*. Sem falar num conversador simpático, calvo, de fartos bigodes, que era o poeta chileno Guilherme Blest Gana, ministro da sua pátria. Senão entre os freqüentadores, entre as relações de boa camaradagem da *República* estava a redação do *Mosquito*, ali assim pelas alturas da rua dos Ourives, se me não falha a memória, costumava-se reunir o grupo de alegres companheiros — Henrique Chaves,

Abranches Galo, Manuel Carneiro e o seu compadre Oliveira dos Santos, e um humorista português que, segundo penso, era Eduardo Garrido. Havia, então, certas noites, um grande *ponche*, com palestra em redor, para o qual se convidava, com a fantástica denominação *exposição de feras*. O calouro de imprensa, que eu era, com os meus dezoito anos de idade e o curso de Direito interrompido, fazendo a cozinha na redação da *República*, achava uma requintada delícia intelectual aquêle convívio de gente nova e quase ilustre, de bom humor e de bons dias."

A Reforma, em 1873, atravessa uma fase vibrante, sob a direção de Joaquim Serra que, com a sua prática do ofício e o sentimento libertário que sustentou até à morte, coloca o jornal entre os mais lidos da Côrte. É êle quem acolhe na redação o conterrâneo Artur Azevedo. O teatrólogo maranhense guardou bem o episódio: "Atravessei a rua do Ouvidor muito disposto a conquistar o futuro naquele mesmo dia. Quando cheguei ao Largo de São Francisco, tinha efetivamente conquistado alguma coisa: o lugar de revisor e tradutor dos folhetins da *Reforma*, que se imprimia no prédio em que hoje está a *Gazeta da Tarde*. A minha fortuna foi encontrar Joaquim Serra à porta dos edifício. A êsse ilustre maranhense, que escondia um coração de ouro sob um aspecto rebarbativo, devo o primeiro pão que ganhei no Rio."[137] A *Reforma* contava, então, com a pena de Rodrigo Otávio, de José Césario de Faria Alvim e vários outros. Contava, fundamentalmente, com Joaquim Serra. E era preciso alguém de mão firme, pois que a época era conturbada: o andamento do projeto que se tornou Lei do Ventre Livre, em 1871, foi tormentoso; o escravismo ameaçado usou todos os processos, ainda os mais torpes, inclusive o de acusar de comunista a Paranhos, para impedir a sua aprovação. Em 1872, irrompeu o choque com os bispos D. Antônio de Macedo e D. Vital de Oliveira, abrindo a Questão Religiosa. *O Apóstolo* defendia os prelados, mas *O Mequetrefe*, *O Mosquito*, a *Vida Fluminense*, *O Arlequim*, o *Ganganelli* atacavam-nos. Em S. Paulo, batendo-se pela Abolição e sempre no seu anticlericalismo apaixonado, Luís Gama mantinha a sua luta.[138]

[137] R. Magalhães Júnior: *Artur Azevedo e sua Época*, 2.ª ed., S. Paulo, 1955, pág. 24.

[138] Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), era filho de negra africana livre, quitandeira, e de fidalgo branco, que o vendeu como escravo a um negociante que partia da Bahia para o Rio, aos dez

Até 1874, as notícias do exterior chegavam por carta. Nesse ano, a agência telegráfica Reuter-Havas instalou, no Rio, sua primeira sucursal, dirigida pelo francês Ruffier. Na edição de 1.º de agôsto de 1877, o *Jornal do Comércio* publicava os primeiros telegramas por ela distribuidos: "Londres, 30 de julho às dez horas da noite Foi malograda a tentativa feita em Millwal para lançar ao mar a fragata de guerra *Independência,* recentemente construida por conta do govêrno brasileiro. — Londres, 30 de julho às 2 horas da manhã — Faleceu ontem M. Christie, antigo ministro da Inglaterra junto ao govêrno brasileiro." Êsse noticiário passou logo a ser utilizado por todos os jornais, que criaram uma página internacional, com a cotação do café, ao tempo em Paris. A agência Reuter-Havas serviu 71 anos à imprensa brasileira; ao fim da segunda Guerra Mundial pasou a chamar-se *France-Press.* Por êsse tempo, a crítica política encontrava campo extraordinàriamente fecundo nas revistas ilustradas: vindo de S. Paulo, em 1867, e ingressando logo em *O Arlequim,* Ângelo Agostini passaria ao seu sucessor, no ano seguinte, a *Vida Fluminense.* A 19 de setembro de 1869, começou a circular *O Mosquito,* sob o subtítulo de "jornal

anos, e em cuja casa aprendeu a ler, fugindo em 1848, assentando praça na Fôrça Pública, em S. Paulo, servindo até 1854, quando teve baixa, após responder a Conselho por suposto crime de insubordinação, tornou-se, muito cêdo, ardente defensor dos escravos. Escrivão de polícia, depois nomeado amanuense, foi demitido pelos conservadores por "turbulento e sedicioso", porque pertencia ao Partido Liberal. Fundou com Ângelo Agostini *O Diabo Coxo* (1864-1865) e colaborou em *O Cabrião* (1866-1867). Em 1868, trabalhou em *O Ipiranga,* de Salvador de Mendonça e Ferreira de Menezes, como aprendiz de composição tipográfica, onde encontrou, como tipógrafo, a Lúcio de Mendonça. Passou à redação do *Radical Paulistano,* em 1869, onde colaboravam Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves. Redigiu *O Coaraci,* de 25 de abril de 1875 a 1.º de abril de 1876, e *O Polichinelo,* de 16 de abril de 1876 a abril de 1877. Rompeu com os republicanos paulistas que não esposavam a causa da Abolição e com os jornais que publicavam anúncios de escravos fugidos. Campeão da luta pela libertação dos escravos, em São Paulo, teve apoteóticos funerais, assim noticiados por *O Contemporâneo,* do Rio: "A idéia de que nenhum senhor de escravos, por mais *humanitário* que seja e por mais comendas que lhe estrelem o peito, terá um entêrro como teve Luís Gama, nem será chorado como êle foi, mitigou-me a dor que me causara êste verdadeiro desastre: a morte do chefe do partido abolicionista." Estas linhas foram escritas por Raul Pompéia. Luís Gama, além de dirigente político dos mais avançados de sua época, foi dos maiores jornalistas que ela conheceu.

caricato e crítico", com os desenhos de Cândido de Faria que, tendo estreado na *Pacotilha*, em 1866, passara depois à *Vida Fluminense* e ao *Mefistófeles*, ao *Fígaro*, em 1876, e ao *Diabrete*, em 1877. *O Mosquito* teve destaque, no gênero, contando, além de Cândido de Faria, com Agostini, Pinheiro Guimarães e Antônio Augusto do Vale, que fundiu com a nova revista o seu *Lobishomem*, em abril de 1871. *O Mosquito* absorveu também outras revistas ilustradas: em agôsto de 1871, a *Comédia Social*, que publicou 78 números, entre 3 de fevereiro de 1870 a 27 de agôsto de 1871, desenhada por Pedro Américo e Aurélio Figueiredo; em novembro de 1875, ao *Mefistófeles*. Receberia ainda a colaboração de Rafael Bordalo Pinheiro, há pouco chegado de Lisboa. A crítica dos periódicos ilustrados faz efeito; *O Apóstolo* combate-a com acidez: "Continuam as fôlhas *deslustradas* desta cidade a dar ao público os mais indecentes quadros, sem respeito à moral e com desprêzo das leis. Por mais de uma vez temos chamado a atenção das autoridade para êstes foliculários torpes e desenhistas imundos, mas temos clamado no deserto, porque desertaram do seu pôsto os guardas da lei e da moral. Insistiremos, contudo, a denunciar a impunidade com que um grupo de mancebos sem Deus, sem pátria e sem família vai dando a esta sociedade o mais pernicioso dos alimentos — a *degradação moral*." Comentário em resposta: "Antes isso do que elogios de tais *Apóstolos*."

A influência atingiu mesmo as revistas estrangeiras. Até aí, normalmente, os periódicos estrangeiros eram governistas ou neutros, omissos quanto à política do país. Assim os da época: *L'Argus*, *Le Méssager*, *La Nouvelliste*, *Le Figaro-Chroniqueur*, o *Courrier de Rio de Janeiro*, etc. Mas, a 1.º de junho de 1867, começava a circular o *Ba-ta-clan*, sob a direção de Charles Berry que se aguentará até 30 de setembro de 1871, com um período aureo, entre 1869 e 1870, começando pelo teatro e logo entrando pela crítica política, com as charges de Alf. Michon. Berry comprou, depois, o *Courrier de Rio de Janeiro* e lhe deu a mesma feição combativa. Havia, também, tentativa de revista ilustrada de propaganda oficial, como o *Paraguai Ilustrado*, todo litografado, que circulou entre julho e outubro de 1865, visando Solano Lopez e suas fôrças. O caráter combativo e irreverente das revistas ilustradas dificilmente permitira o sucesso de publicações daquele teor. Fleiuss e a *Semana Ilustrada*, porque se avizinhavam do trono, eram duramente atacados; quando a *Semana* deixou de circular, *O Mosquito*

lhe traçou o epitáfio corrosivo: "Avançada em anos, sem dentes e vendo pouco, era admirável o apetite da finada — comia tudo e tudo digeria, como no verdor da mocidade. Era uma das melhores convivas da grande mesa do orçamento! Mas, afinal, como o seu mal era fome, não pôde deixar de acompanhar a *Nação*, para quem, há dias, se abriram também as portas do céu. Morreram ambas da mesma enfermidade — mão criminosa as envenenou em banquete oficial. (...) O sôpro do Tesouro não lhes pôde dar vida; mas agora que elas já não existem, ao govêrno cabe enterrar os mortos e tratar dos vivos."

Ao lado do *Mosquito*, caminhava *O Mesquetrefe*, que começou a circular em 1875, sob a direção de Lins de Albuquerque, com alguns dos mestres da caricatura brasileira do tempo: Cândido de Faria, Antônio Alves do Vale, Pereira Neto, Joseph Mill, Aluísio Azevedo, que trocaria o lápis de desenhista pela pena de escritor, vindo a ser a maior figura do Naturalismo, e, a partir de 1891, Artur Lucas (Bambino); na redação, formavam Olavio Bilac, Artur Azevedo, Henrique Lopes de Mendonça, Raimundo Correia, Felinto de Almeida. *O Mosquito* deixou de circular em 1877. Um ano antes, fulminado pela peste, falecera Borgamainerio. Ângelo Agostini deixou, então, a revista. A *Semana Ilustrada* desaparecera. E, a 1.º de janeiro de 1876, surgiu a sua *Revista Ilustrada*, um dos grandes acontecimentos da imprensa brasileira. Sua popularidade foi logo muito grande; aparecia aos sábados, vendida a 500 réis o exemplar, com as assinaturas anuais a 12$000 e 20$000, para a capital e para o interior, respectivamente. As assinaturas podiam ser tomadas na rua da Assembléia, 44, onde estava a sua oficina litográfica a vapor, ou à rua do Ouvidor, 65, na Livraria Garnier. A tiragem atingiu 4.000 exemplares, índice até aí não alcançado por qualquer periódico ilustrado na América do Sul, regularmente distribuida em tôdas as províncias e nas principais cidades do interior, com assinantes por tôda parte.

Monteiro Lobato observou que "a voga da revista foi grande, a ponto de permitir que, durante anos, o desenhista vivesse do produto das assinaturas, sem necessidade de recorrer à 'cavação', arte que iria ter o seu esplendor na República. Não havia casa em que não penetrasse a *Revista*, e tanto deliciava as cidades como as fazendas. Quadro típico de côr local era a do fazendeiro que chegava cansado da roça, apeava, entregava o cavalo a um negro, entrava, sentava-se na rêde, pedia café à mulatinha e abria a

Revista. Os desenhos bem acabados, muito ao sabor da sua cultura e gôsto, desfiavam antes seus olhos os acontecimentos políticos da quinzena. O resto do fazendeiro iluminava-se de saudáveis visos. 'É um danado êste sujeito!' — dizia êle de Agostini.[139]

Artista extraordinário, Ângelo Agostini engrandeceu as suas criações com o sentido político que lhes deu. Ninguém manejou o lápis como arma no nível e com a eficácia do ilustrador meticuloso, que apanhava com o seu traço inconfundível não apenas os detalhes que a observação colhia mas a profundidade e a significação do que se exteriorizava nesses detalhes. Seu instante épico foi o da campanha abolicionista: "Mas acima de tudo isso, o que mais alto representa ainda a obra política e artística de Agostini, na *Revista Ilustrada*, é a campanha por êle empreendida em prol da Abolição. Aqui, focalizando em página dupla 'Cenas de Escravidão', quatorze quadros que são quatorze passos da paixão do nosso irmão cativo, em torturas que sòmente seriam revividas setenta anos depois, nos campos de concentração do nazismo; logo mais, mostrando o chefe do Gabinete Saraiva, como fazendeiro, assegurando aos lavradores a continuação do seu direito de praticarem livremente o comércio dos escravos, como animais de corte, página duma beleza e dum simbolismo ainda agora frementes de emoção; ora na evidência dos flagrantes em que se mostrava limpa e nua a impassibilidade do Império em face do opróbio persistente — tôda a incomparável série de composições com que o grande artista se integrou de corpo e alma no rol dos abolicionistas do porte de José do Patrocínio, João Cordeiro, José Mariano ou Joaquim Nabuco, a todos emparelhando em brilho e vigor da apóstrofe — ainda mais quando tinha a prestigiar-lhe o apostolado o imenso alcance propulsor da imagem gráfica."[140] Por isso mesmo, em merecidíssima homenagem, Nabuco chamou a *Revista Ilustrada*, "Bíblia da Abolição dos que não sabem ler"; e Pires Brandão crismou-a "pedra da ara do altar da liberdade."

A *Revista* foi, além disso, e principalmente, o maior documentário ilustrado que qualquer período de nossa história conheceu, só comparável ao que, de outra época, deixaram Rugendas e Debret,

[139] Monteiro Lobato: *Idéias de Jeca Tatu*, S. Paulo, 1956, pág. 154.
[140] Herman Lima: *História da Caricatura no Brasil*, 4 vols., Rio, 1963, pág. 120, I.

na fase anterior ao aparecimento da imprensa ilustrada em nosso país, mas com a superioridade de uma arte participante. Agostini foi dos mais expressivos exemplos de como a militância política enriquece, amplia e multiplica o efeito das criações artísticas autênticas sendo, ainda, dos mais brasileiros dos artistas que nos conheceram e nos estimaram, porque sentiu, compreendeu e expressou não apenas o que era característico em nós, daí a sua autenticidade, mas aquilo que representa o conteúdo do característico, isto é, o popular. Suas caricaturas, por vêzes contundentes, puseram a nu os traços grotescos da classe dominante brasileira do tempo, suas irremediáveis mazelas, seu atraso insuportável, e o vazio triste dos ornamentos, dos artifícios, dos disfarces com que se apresentava, buscando aparentar grandeza.

Monteiro Lobato situou bem a singular importância da obra de Agostini: "Disso resultou termos, na coleção da *Revista Ilustrada*, um documento histórico retrospectivo cujo valor sempre crescerá com o tempo — tal qual aconteceu com os desenhos de Debret e Rugendas."[141] E Herman Lima definiu precisamente o alcance dessa obra assim: "Tôda a vida do país se refletia dêsse modo, semanalmente, nas páginas da revista, desde as incursões da febre amarela aos festejos de carnaval, com os seus préstitos minuciosamente reproduzidos em centenas de figurinhas caricatas; as eleições tumultuosamente prenunciadas e fraudulentamente realizadas sob o signo do porrête, da navalha e o do punhal; derrames de notas falsas e brigas de jornais; a questão religiosa, desde os seus pródromos ao desenlace, em *chages* duma brutalidade tantas vêzes contundentes; o Imperador, no seu perfil da castanha de caju, ora adormecido nas sessões do Instituto Histórico, ora de saiote de Joaninha, aos pinotes com Lafaiete, no seu cavalinho de pau; ora nas falas do trono que o punham de catrâmbias, com manto, cetro e coroa — isso tudo num desenho harmonioso, a que se junta preciosa galeria iconográfica dos próceres da hora, nas letras, nas artes, na política, retratos e alegorias das mais belas que já tivemos até hoje."[142] Em outro trecho: "Não houve, no passado da imprensa brasileira, publicação de mais nítida posição nem de mais alta expressão documental duma época de nossa história, ao ponto de se constituir

141 Monteiro Lobato: op. cit., pág. 157.
142 Herman Lima: op. cit., pág. 120, I.

inegàvelmente das fontes mais seguras e ponderáveis para o seu conhecimento e análise."[143]

A 21 de dezembro de 1889, com a República ainda no início de seu trabalho de reorganização do país, a *Revista Ilustrada*, anunciando a viagem de Agostini à Europa, proclamava com orgulho o triunfo diante da opinião brasileira: "A circulação da *Revista*, graças a êsses elementos, aumenta sempre", informava, com dados sôbre a tiragem e a distribuição. Podia indicar, pois, os rumos a que obedeceria: "O seu programa de ontem era entreter os seus leitores e trabalhar pela conquista de tôdas as liberdades; o de hoje é fornecer leitura amena e trabalhar pela consolidação e pela grandeza dos Estados Unidos do Brasil, popularizando os fatos mais dignos de menção do govêrno e do povo, dando retratos e biografias dos homens mais notáveis da nossa era." Agostini só regressou ao Brasil em 1895, para retomar suas atividades artísticas. Precursor aqui das histórias em quadrinhos, desde 1884, na *Revista Ilustrada*, com as "Aventuras de Zé Caipora", passou à *Gazeta de Notícias*, em 1904, quando deixou de circular o semanário que tanto deliciava o público brasileiro, em 1891. Agostini fundou o *Dom Quixote*, em 1898, e cooperou no lançamento de *O Tico-Tico*, de Luís Bartolomeu de Sousa e Silva, em 1905, a primeira revista infantil publicada em nosso país, terminando suas atividades em *O Malho*, onde trabalhou até sua morte, em 1910. Foi, sem a menor dúvida, uma das maiores figuras da imprensa brasileira em todos os tempos.[144]

[143] Herman Lima: op. cit., pág. 120, I.

[144] Ângelo Agostini (1843-1910) nasceu em Vercelle, no Piemonte, Itália; passou a infância e adolescência em Paris, onde estudou pintura. Veio para o Brasil em 1859 e, depois de rápida estada no Rio, fixou-se em S. Paulo, onde fundou o *Diabo Coxo*, em 1864, e trabalhou em *O Cabrião*, em 1866, com Antônio Manuel dos Reis, Américo de Campos e outros. "Dessa revistas semanárias — escreveu um cronista — lucrou êle um fruto, a perseguição atroz de políticos em evidência e da polícia". Fugindo a vinganças materiais, transferiu-se para o Rio, em 1868, colaborando no *Arlequim*, na *Vida Fluminense* e no *Mosquito*, depois a cargo de Bordalo Pinheiro e Manuel Carneiro. Manteve a *Revista Ilustrada*, de 1876 a 1891, combatendo a escravidão, como vinha fazendo naquelas em que colaborava. A Confederação Abolicionista homenageou-o, em 1888, falando Joaquim Nabuco: "Ângelo, em nome dos teus companheiros de luta, em nome da liberdade, em nome do Brasil, declaro-te brasileiro." Agostini naturalizou-se dias depois e Nabuco disse, então: "O seu título é a mais alta

As revistas ilustradas que sucederam à de Agostini tiveram vida efêmera: o *Psitt*, de 1877; *O Besouro*, de 1878, com as excelentes *charges* de Rafael Bordalo Pinheiro; *A Lanterna*, do mesmo ano, e continuando o *Figaro*, também de 1878; *Zigue-Zague*, ainda de 1878, onde brilhava Cândido de Faria, que desenhou também para as antes citadas; *O Ganganelli*, de 1876; *O Diabrete*, de 1877. Vieram depois, *O Binóculo*, em 1881; *O Gryphus*, em 1882; *Rataplan*, em 1886, — revistas em que começou a aparecer Belmiro de Almeida. Tivera brilho fugaz *O Mundo da Lua*, anterior à *Revista Ilustrada* e onde desenhavam Luís Guimarães Júnior e Pinheiro Guimarães. A chegada de Julião Machado abriu nova fase às publicações dêsse tipo, fase esboçada, segundo Herman Lima, com aquelas antes animadas por Belmiro de Almeida — *Rataplan*, *O Binóculo* e *João Minhoca* — e seguida pelas que Julião Machado fêz, com Olavo Bilac, *A Cigarra* e *A Bruxa*. A arte era extremamente difícil e trabalhosa. Raul Pederneiras, com pleno conhecimento de causa, deixou curioso depoimento a êsse respeito: "Todos êles, exímios no *crayon* litográfico, desenhavam diretamente sôbre pesadas pedras, às avessas, para que, na impressão, o resultado aparecesse natural. Tal destreza, tal perícia adquiriam no manejo do lápis que, em poucas horas, davam conta de quatro grandes páginas de alentado formato, cuidadosamente estilizadas. (...) Com a tinta autográfica e a pena de irídio, o artista desenhava o seu trabalho sôbre papel especial, obedecendo ao tamanho exato que deveria ter o clichê, fôsse êle de uma polegada. Uma prensa fazia o desenho aderir ao zinco, por um modo semelhante ao das decalcomanias, fixava-se o desenho ao calor do fogo com betume, e, em seguida, a chapa de metal entrava em banhos graduados de água-forte que, roendo o metal, deixavam em relêvo os traços do

adoção que se possa imaginar: a de uma raça que adota um dos seus redentores, a de uma pátria que perfilha um dos seus criadores". Mestre da caricatura, jornalista exímio, Ângelo Agostini enobreceu a sua profissão e assinalou, com a *Revista Ilustrada* principalmente, um dos grandes momentos da imprensa brasileira. A coleção dessa revista constitui um dos mais preciosos mananciais para o estudo de uma época de nossa história, insubstituível sob todos os títulos, informativa como poucos livros e enriquecida pela posição combativa do artista extraordinário que acrescentava à qualidade de suas criações, jamais excedida em seu tempo, o conteúdo de participação, a que não faltou em tempo algum.

desenho protegidos pela tinta betuminada."[145] Artistas como Agostini conheceram essas duas fases da técnica da gravura, penosas para êles, particularmente a primeira, a da pedra litográfica. Desenhos de Agostini, cenas de carnaval, por exemplo, verdadeira renda de traços, representavam prodígios de habilidade artesanal, além do que representavam como arte criadora.

No mesmo ano de 1876, em que Agostini punha em circulação a *Revista Ilustrada*, Carlos de Vivaldi lançava a *Ilustração do Brasil*, revista de luxo para a época, com texto selecionado e muita gravura. A importância da contribuição de Vivaldi está na variante que adotou para superar as deficiências técnicas do meio naquela época: "Por êsse tempo — depõe Vivaldo Coaracy — a quase totalidade das fôlhas ilustradas publicadas no Brasil eram litografadas. Os ilustradores, entre os quais se encontravam alguns de indiscutível merecimento, como Bordalo Pinheiro, Ângelo Agostini e outros, desenhavam diretamente na pedra. Por essa mesma característica, tôdas essas revistas eram satíricas ou humorísticas, como a *Vida Fluminense*, *O Mosquito*, a *Revista Ilustrada*. Os desenhos, impressos no verso da fôlha de texto, nada tinham em referência a êste. Eram independentes da matéria literária e traziam a sua própria legenda, escrita em cursivo pelo desenhista. Poucas tentativas haviam sido feitas para usar processos mais apurados de gravura. Eram em reduzido número os bons gravadores e o trabalho, dispendioso. Não é necessário dizer que os processos atuais, de gravura mecânica, como a fototipia, a fotogravura e outros ainda mais modernos não haviam sido inventados. Os periódicos ilustrados diversos da litografia eram impressos no estrangeiro: *A Estação*, jornal de modas da casa Lombaerts, em Paris; o *Nôvo Mundo*, de José Carlos Rodrigues, em Nova Iorque. As estampas da *Ilustração do Brasil* eram gravuras em aço e em cobre. Como ficou dito, eram muito poucos, no Rio de Janeiro, os artistas aptos a efetuar êsse trabalho que, por motivos óbvios, se tornava dispendioso, além de demorado. Vivaldi utilizava-se dêles quando possível; mas muitas vêzes mandava fazer as gravuras nos Estados Unidos, como por exemplo os excelentes retratos que publicou de membros da família imperial. A maioria das numerosas ilustrações, porém, provinha de outra fonte. Não eram originais. Vivaldi fizera um contrato

[145] Raul Pederneiras: "A Gravura", em *O Imparcial*, Rio, de 19 de fevereiro de 1922.

em Nova Iorque que lhe facilitava selecionar gravuras publicadas por periódicos americanos, quando lhe parecesse oferecerem interêsse para o público brasileiro: paisagens, fantasias, cenas de costumes, episódios da guerra russo-turca que então lavrava nos Balcãs, etc. Adquiria, por pouco mais do valor do metal, os respectivos clichês e mandava escrever textos ou artigos adequados às ilustrações. Era, mais ou menos, o mesmo processo de que José Carlos Rodrigues, então refugiado nos Estados Unidos e mais tarde diretor-proprietário do *Jornal do Comércio*, se utilizava para editar o *Nôvo Mundo*. E também foi aplicado, posteriormente, pelos editôres da *Mala da Europa*, revista impressa em Portugal, mas destinada ao Brasil. Nas páginas da *Ilustração do Brasil* colaboravam muitos dos escritores conceituados da época. Entre outros, Artur Azevedo, Franklin Távora, Machado de Assis, Joaquim Serra, Aquiles Varejão, Visconti Coaracy. Vivaldi empenhava-se em dar ao público culto uma revista interessante de alto padrão intelectual."[146]

Faltava à iniciativa de Vivaldi, em que pese suas inovações técnicas, o sal que as revistas ilustradas ofereciam, aquilo que está ligado ao conteúdo, e que foi o segrêdo do sucesso da revista de Agostini, por exemplo e para apontar o que houve de melhor. Não se tratava, evidentemente, de proporcionar gravuras bem feitas, ou não se tratava apenas disso: era fundamental que elas estivessem ligadas à realidade nacional, que o público se revisse nelas, encontrasse aquilo que desejava e que o interessava. Numa fase de agitação crescente, surgindo as grandes questões que abalariam o regime, discutindo-se problemas essenciais ou importantes, era preciso estender a influência e não limitá-la ao elemento culto, intelectualizado, afortunado. A iniciativa de Vivaldi não poderia encontrar

[146] Vivaldo Coaracy: *Todos Contam Sua Vida. Memórias de Infância e Adolescência*, Rio, 1959, págs. 89-92. Corina de Vivaldi, filha de Carlos de Vivaldi, escreveu nos periódicos dirigidos pelo pai, a *Ilustração do Brasil* e o *South American Mail*, e dirigiu a *Ilustração Popular;* colaborou na *Fôlha Nova*, de Manuel Carneiro, e na *Gazetinha;* foi redatora, em 1888, do jornal de José do Patrocínio, a *Cidade do Rio*, e, depois, fêz crônicas para o *Correio do Povo*, de Alcindo Guanabara, e no *País*. Seu marido, Visconti Coaracy, colaborou no *Correio Mercantil*, trabalhou em *A Nação*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio;* dirigiu a *Gazetinha* e fundou *O Folhetim;* colaborou depois no *Mosquito*, no *Fígaro*, no *Mequetrefe*, na *Revista Ilustrada* e, depois da República, no jornal monarquista de Carlos de Laet, *O Brasil*.

base suficiente para durar; a experiência de Fleiuss, em fase anterior, de condições mais favoráveis e por processos sempre criticados, apesar de relativamente duradoura, provara suas insuficiências e tivera de parar. A época pedia crítica, vibração, combate. Todos queriam reformas. A imprensa teria de acolher a inquietação generalizada, discutir as reformas, influir em seu andamento. Não era suficiente o luxo das gravuras, a apresentação gráfica aprimorada, a adoção de técnicas mais avançadas. O país vivia uma fase de mudança; uma dessas fases em que o conteúdo se adianta à forma, até que o conteúdo nôvo acabe por exigir a mudança na forma e o aprimoramento exterior se equilibre com a expressão nova que se impõe.

As reformas

A agitação, que revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, despertou o interêsse pelas reformas, que começaram a ser propostas e discutidas, cada vez com mais veemência, pontilhadas pelas questões que iam surgindo, conduzidas ou resolvidas em clima de crescente turbulência: a questão servil, com as lutas em tôrno de algumas reformas de que dependia o seu andamento, a da liberdade do ventre, a da liberdade dos sexagenários, a Abolição finalmente; a questão religiosa, a questão eleitoral, a questão federativa, a questão militar, a questão do próprio regime, como coroamento do processo de mudança institucional. Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente, e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tècnicamente, generalizava seus efeitos — espelhava o quadro que o país apresentava. É a abertura, realmente, da segunda fase destacada e fecunda da história da imprensa brasileira, — a primeira fôra a da Regência. Nessa primeira fase já distante é que a segunda vai buscar as suas melhores tradições, superando, a pouco e pouco, a estagnação imperial. Em 1870, ano em que aparece o Manifesto Republicano, Tavares Bastos publica, em julho, o seu libelo contra a centralização: *A Província* mereceu louvores do *Jornal do Comércio,* sempre cauteloso, do *Diário do Rio de Janeiro* e de órgãos editados fora da Côrte; em Recife, *O Americano,* dirigido por Tobias Barreto e Minervino de Sousa Leão, encareceu os méritos do livro. Tavares Bastos não

assistiu o avanço da idéia federativa, faleceu em 1875, com expressivos necrológios na imprensa, com *A Reforma* e *O Globo* à frente, na louvação do ensaísta alagoano.

As grandes lutas políticas apenas se anunciavam; os jornais viviam ainda muito ligados à literatura: em 1870, Araripe Júnior criticava severamente, no *Dezesseis de Julho*, as *Falenas* e os *Contos Fluminenses*, de Machado de Assis; em 1873, aparece nova revista literária, o *Arquivo Contemporâneo;* em 1875, Joaquim Nabuco faria sérias restrições à obra de José de Alencar, ensejando polêmica em *O Globo*, o jornal de Quintino Bocaiúva na época, em cujas páginas, no ano anterior, Machado de Assis publicara, em folhetim, *A Mão e a Luva*.[147]

O acontecimento jornalístico de 1874 será o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, "homem de iniciativas saneadoras, tendo reformado a imprensa do seu tempo, para dar espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprêzo pelas misérias e mesquinharias da política". Lúcio de Mendonça lembraria com saudades o fundador do nôvo jornal: "A figura de Ferreira de Araújo, tão acentuada e distinta, era absolutamente inconfundível, mal se me destaca, entretanto, no grupo apagado pelo tempo, como velha fotografia... Assim, ainda mal o conhecia quando, poucos anos depois, vi, em S. Paulo, o primeiro número da *Gazeta de Notícias*, de formato modesto e colunas estreitas, mas com o quer que fôsse, em todo o feitio, que já revelava para os do ofício a fôlha que havia de ficar." A *Gazeta de Notícias* era, realmente, jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar. Ao lado

147 A 18 de setembro de 1875, estreava no Teatro São Luís o drama *O Jesuíta*, de José de Alencar, escrito em 1861 e até aí inédito; foi um fracasso, as salas sempre vazias. A 22, *O Globo* publicava folhetim sem assinatura, mas de Joaquim Nabuco, criticando a peça com simpatia mas fazendo restrições. Alencar respondeu em quatro artigos, no mesmo jornal, sob o título "O teatro brasileiro", reunidos, em 1875, no volume em que publicou *O Jesuíta*, como "Advertência". A 3 de outubro, Nabuco voltou à carga com uma série de artigos, sob a rubrica "Aos domingos"; o primeiro trazia como subtítulo "O sr. J. Alencar e o teatro brasileiro"; seguem-se sete outros, sob o subtítulo "Estudos sôbre o sr. José de Alencar". Nabuco afirma, desde logo, que vai analisar a obra de Alencar sem respeitar "a convenção literária que o protege". Alencar responde em outra série de sete artigos, "Às Quintas", de 7 de outubro a 18 de novembro; Nabuco publica o seu último artigo a 21 de novembro; Alencar escreveu mas não publicou a resposta com que encerrou a polêmica.

do jornal de Ferreira de Araújo, que não conquistara ainda a posição destacada de que depois desfrutou, estava *O Globo*.[148] Nêle ingressara Salvador de Mendonça, regressando à imprensa nesse ano, fazendo folhetins e a reportagem da Câmara. No Recife, nesse mesmo ano, Tobias Barreto redigia o periódico *Um Sinal dos Tempos*, de poucas características de imprensa, lembrando, mas em outro nível de qualidade, os periódicos de Silva Lisboa. Mais próximos daquelas características, apesar de tudo, estariam, em 1875, os seus *A Comarca de Escada*, *O Desabuso* e a curiosíssima *Deutscher Kämpfer*; em 1876, *O Povo da Escada*; em 1877, *A Igualdade*; e de que estariam distantes o de 1879, *Contra a Hipocrisia*, e a revista mensal de 1881 *Estudos Alemães*. Eram apenas formas de exteriorização do espírito inquieto de Tobias Barreto, produtos personalíssimos e não o resultado do esfôrço coletivo e combinado de um grupo, nível a que a imprensa já atingira por essa época. *A Gazeta de Notícias*, com Fereira de Araújo, Manuel Carneiro, Elísio Mendes e Henrique Chaves, jornalistas e não homens de letras, mostrava como a imprensa brasileira conquistara características definitivas.

Na capital paulista, o *Diário de São Paulo*, fundado em 1865 por Pedro Taques de Almeida Alvim, Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra Júnior e Henrique Schroeder, proprietário da Tipografia Alemã, inaugurava, a 1.º de junho de 1874, a primeira máquina ali de impressão de jornal em grande formato. O *Correio Paulistano*, fundado o Partido Republicano Paulista em 1872, tornara-se seu órgão e, comprado por Leôncio de Carvalho, em julho de 1874,

[148] Foi em *O Globo* que Urbano Duarte, sob o título "Romancista ao Norte", saudou o aparecimento de *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, em 1880. O romancista, a essa altura, vivia ainda no Maranhão, onde, com Vítor Lobato, lançara *A Pacotilha* e, depois, com Eduardo Ribeiro, *O Pensador*, "pequeno periódico de franco e desabusado combate anticlerical". Só em 1881 Aluísio veio para o Rio de Janeiro; a imprensa maranhense combatia àsperamente o seu romance de estréia. *A Civilização*, de 23 de julho de 1881, por exemplo, trazia artigo de Euclides de Faria, com crítica em têrmos contundentes a *O Mulato*: "É muita audácia, ou muita ignorância, ou ambas as coisas ao mesmo tempo! (. . .) À lavoura, meu estúpido, à lavoura! Precisamos de braços e não de prosas em romances!" Êsse exemplo mostra o nível em que estava colocado, na prvíncia, o problema literário, e ainda a forma como Aluísio chocara, realmente, o ambiente provinciano, não apenas com o seu livro, mas ainda com os seus trabalhos de jornal.

adotara a linha reformista. Fechado o *Diário de São Paulo*, em 1878, o material de impressão que permitia o grande formato passou ao *Correio Paulistano* que, desde dezembro de 1887, defendia os conservadores. Essas flutuações na orientação mostram como a longa existência de alguns jornais, entre nós, carece de significação. Em 1882 assumira a direção do *Correio Paulistano* Antônio Prado, que levaria o jornal, em 1887, a fazer-se abolicionista, para, em junho de 1889, com os liberais no poder, exercer severa oposição, mas na linha monarquista, e, com os acontecimentos de 15 de novembro na Côrte, ser o primeiro órgão a considerar irreversível a República. Sua tiragem, de 850 exemplares nesse ano, passou a 1.800 e, em 1904, havia chegado a 8.500. Foi o primeiro jornal paulista impresso em rotativa, quando dirigido por Herculano de Freitas. Até aí, os jornais tinham apenas quatro páginas.

Em 1875, o ambiente em São Paulo refletia os acontecimentos que abalavam o país: terminara a guerra com o Paraguai há um lustro, surgira a tempestade da lei do Ventre Livre, os fazendeiros temiam o futuro, as idéias republicanas ganhavam adeptos em tôdas as áreas, realizara-se a Convenção de Itu, o abolicionismo alastrava-se. A imprensa do govêrno era ardorosa e disciplinada; sentia-se a necessidade de um jornal que, "não sendo republicano extremado, viesse discutir com serenidade os absorventes problemas do momento". Para êsse fim, constituiu-se uma sociedade em comandita, como "colossal emprêsa", levantando 50 contos de réis de capital.[140] A emprêsa tentou a compra do *Correio Paulistano*, sem resultado

140 Constituíram a sociedade Francisco Rangel Pestana, Américo de Campos, Bento Augusto de Almeida Bicudo (Campinas), Antônio Pompeu de Camargo (Campinas), Américo Brasiliense de Almeida Melo, João Francisco de Paula Sousa, Manuel Ferraz de Campos Sales (Campinas), João Manuel de Almeida Barbosa (Campinas), Rafael Pais de Barros, Diogo Pais de Barros, João Tobias de Aguiar Castro (Itu), Manuel Elpídio Pereira de Queirós (Campinas), João Tibiriçá Piratininga (Itu), José Pedroso de Morais Sales (Campinas), Francisco Sales (Campinas), Martinho Prado Júnior (Araras), José Alves de Cerqueira César (Rio Claro), Cândido Vale (Rio Claro), e Francisco Glicério de Almeida Leite (Campinas); os dois primeiros com quota maior, como solidários. A firma constituiu-se sob a razão de Pestana, Campos & Cia. Era o esbôço da imprensa industrial. As alterações da emprêsa não invalidam — com a propriedade individual, ou de família, que ocorre depois — essa origem marcadamente empresarial. Fazer um jornal importava, a partir daí, em despesa de vulto.

Decidiu-se, então, pela aquisição de tipografia, que se instalou à rua do Palácio, 14 (hoje do Tesouro), esquina da rua do Comércio (hoje Álvares Penteado). A oficina era um "compartimento de chão batido, com portas para o quintal. Alguns cavaletes com caixas de tipos, a mesa da paginação coberta de zinco e um prelo *Alauzet* movido a braços por negros forros recrutados ali perto, no largo da Misericórdia, ao pé do chafariz, ou na rua da Caixa d'Água, junto aos tanques formigantes de escravos". A composição era feita à luz de velas de sêbo, metidas em cartuchos de papel e espetadas na parte de cima das caixas. "Na hora de imprimir, o Euclides Saturnino Siqueira ia bater à porta do gerente, que lhe entregava outras duas velas de sêbo, para alumiar a tiragem".

Rangel Pestana já era veterano da imprensa: fundara *O Timbira*, ainda acadêmico; em 1862, colaborara com Teófilo Otoni e Faria Alvim no *Futuro*. Américo de Campos trazia também larga prática de jornal. O gerente era José Maria Lisboa. Lúcio de Mendonça, Gaspar da Silva e Joaquim Taques completavam a redação; o primeiro fazia as notícias e a revisão das provas, ajudado pelos outros. O número inicial, que apareceu com atraso de três dias, saiu às onze horas de 4 de janeiro de 1875. Como os outros jornais do tempo, uns mais, outros menos, a *Província de São Paulo*, que êsse foi o título adotado, vivia de anúncios (de casas comerciais de amigos, de falecimentos, de missas, de partida de navios em Santos, de espetáculos de teatro, de chegada de médicos da Côrte, de negros fugidos), e de assinaturas, estimuladas por prêmios sorteados com a loteria, o maior no valor de um conto de réis. Não havia venda avulsa. Esta foi iniciada pelo nôvo jornal, a 23 de janeiro de 1876: o ajudante de impressor Bernard Gregoire, tocando buzina nas ruas. A população achou aquilo um dispautério, houve repulsa à iniciativa que levaria à "mercantilização da imprensa". Não se percebia que tal mercantilização já havia sido inaugurada. Logo depois, entretanto, os outros jornais acompanharam a inovação: surgiram os jornaleiros, depois as bancas e os pontos, e a disputa dos pontos. Essa divisão do trabalho assinalava também — como a constituição da sociedade em comandita e levantamento do capital — a "mercantilização da imprensa". Mas, nos primeiros anos, a emprêsa deu prejuízo, apresentando um deficit de 16:951$240; golpe maior seria, depois, a perda de ...... 29:600$000, depositados na casa bancária de Mauá & Cia., com a falência desta. A redação passaria à rua da Imperatriz, 58 (hoje

XV de Novembro), esquina com a rua do Rosário (hoje João Bricola). À porta ficava uma tabuleta com telegramas, avisos e notícias de última hora. As assinaturas anuais custavam 14$000; as semestrais, 7$000; para o interior eram, respectivamente, de .... 18$000 e 9$000. A *Província de São Paulo* trazia dois dísticos programáticos: "Colunas franqueadas aos escritos de utilidade pública" e "Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor". O número avulso custava 200 réis.

A capital paulista demorava em desenvolver-se. Quando começou a circular o diário de Rangel Pestana e Américo de Campos, tinha cêrca de 30.000 habitantes. Os estudantes continuavam a constituir o seu fermento de vida. Mesmo assim, os recursos culturais eram ali modestos. "Em S. Paulo — escreveria um historiador da cidade — tem-se a impressão de que, nos últimos anos do oitocentismo, não se desenvolvia acentuadamente o comércio de livros. Parece que as poucas livrarias existentes apenas mudavam de nome ou de dono de vez em quando. A princípio, havia a Paulista, a Emprêsa Literária, a Dolivais — esta última recebendo novidades do exterior, pois era representante da emprêsa Faro & Lino e da Livraria Internacional, de Carrilho Videira, de Lisboa, e a Civilização, de Abílio Marques, funcionando esta, em 1875, no prédio de esquina da rua do Rosário, onde estava instalada a *Província de São Paulo*. Em 1885, segundo um almanaque de Seckler, as livrarias paulistanas eram a Casa Eclética, na rua de São Bento, a Emprêsa Literária Fluminense, na rua Direita, a Casa Garraux, na rua da Imperatriz — que o viajante Andrews, em 1883, considerou a mais bela loja de livros existente no Brasil — e a Livraria Paulista, à rua de São Bento. O almanaque de 1888 registrava a Emprêsa Corazzi Literária, no Largo da Sé, Fischer Fernandes & Cia. (Casa Garraux), J. P. Leão (Livraria Escolar), na rua Boa Vista; Jerônimo Azevedo (Livraria Azevedo), na rua Direita; e Teixeira & Irmão (Livraria Paulista), na rua de São Bento — como estabelecimentos que representavam o comércio de livros na capital de São Paulo. Ainda em 1896, o Almanaque Paulista Ilustrado continuava registrando a existência de apenas cinco livrarias na cidade: a de Thiollier & Cia., na rua Quinze, a de Alves & Cia., na rua da Quitanda, a de Costa & Santos (Livraria Civilização), na rua de São Bento, a de Laemmert & Cia., na rua do Comércio e a de Mellilo & Cia., na rua de São Bento. Outra publicação da mesma época, no entanto, registrava a existência, em 1895-1896, de oito estabeleci-

mentos que negociavam com livros novos e três que vendiam livros usados. Entre os primeiros, um já de livros inglêses, o *Victória Store*, na rua de São Bento. Com o desenvolvimento das colônias estrangeiras na cidade — sobretudo a italiana — surgiram livrarias especializadas. No comêço do século vinte, Sousa Pinto se referiu a uma livraria em que se exibiam os últimos volumes de D'Annunzio, de Ferrero e de Rovetta."[150] No fim do século, aumentam as bibliotecas: a da Sociedade Portuguêsa de Beneficência, reorganizada em 1883; a da Sociedade Germânica, a que Koseritz se referiu com atenção; a do Mackenzie College, em 1886; a da Escola Politécnica, em 1894; a do Estado, em 1895, com 60.000 volumes, muitos comprados na Europa.

As idéias republicanas conquistavam a imprensa. Luís Gama, que se iniciara como revisor em *O Ipiranga*, em 1849, dirigira o *Diabo Coxo*, com Agostini, e redigira o *Radical Paulistano*, com Rui Barbosa, Martim Cabral e os irmãos Pamplona, o *Coaraci*, com Américo de Campos e Diogo de Mendonça Pinto, além de *O Polichinelo*, em 1876, representava a esquerda do movimento, franca e exaltadamente abolicionista. Não viveria o suficiente para assistir ao triunfo dessa reforma. Pela libertação dos escravos, em S. Paulo, manifestavam-se o *Diário de São Paulo* e a *Opinião Conservadora*, orientada por João Mendes de Almeida; a *Imprensa Acadêmica*, redigida por Peçanha Póvoa, Saião Lobato e outros; e jornais do interior, como *A Esperança*, de Itú, e a *Gazeta de Campinas*. Em 1884, a *Província de São Paulo* assumia posição francamente republicana. Nesse ano, José Maria Lisboa abandonava a gerência do jornal para fundar, com Américo de Campos, o *Diário Popular*. Sob a direção de Antônio Prado, o *Correio Paulistano* aceitava o abolicionismo, nessa época. Júlio de Mesquita, em 1885, entrava para a redação da *Província de São Paulo*, de que assumiria, em 1891, a direção política, com a eleição de Rangel Pestana para o Senado, e já o jornal com o título alterado, desde 1.º de janeiro de 1890, para o *Estado de São Paulo*, agora impresso em máquina *Marinoni*. Outras alterações haviam ocorrido ali: passara, em 1884, à propriedade de Alberto Sales & Cia., em situação financeira grave, e Sales retirara-se, no ano seguinte. Em 1885, tirava 4.000 exemplares; em 1888, ascendia para 7.500. Com a saída de Alberto Sales, Júlio de Mesquita ficava ao lado de Rangel Pestana, de redator passaria a

150 Ernâni da Silva Bruno: op. cit., pág. 1 276, II.

diretor, e o jornal entraria na campanha pela Abolição e pela República.

O influxo dos acontecimentos multiplica os órgãos de imprensa, por tôda a parte. Em Ouro Prêto, aparece *O Tiradentes*, em 1879; o *Ordem e Progresso*, em 1884; *O Contemporâneo*, em 1886; *O Movimento*, em 1889, dirigido por João Pinheiro da Silva, circulando até 1892. Em Diamantina, Joaquim Felício dos Santos mantivera *O Jequitinhonha*, de 1860 a 1873, em posição de crítica à monarquia; ali apareceria, em 1879, *A Idéia Nova*, já com o aviso "órgão republicano". Teve curta vida, como *O Tambor*, de 1889, também republicano. Em Campanha, como "semanário republicano", dirigido por Manuel de Oliveira Andrade e Francisco Honório Ferreira Brandão, aparecera, em 1873, *O Colombo;* teria como diretor, entre 1879 e 1885, a Lúcio de Mendonça, circulando até 1888; já em janeiro de 1889, surgiria ali *A Revolução*, dirigido por Manuel de Oliveira Andrade e Júlio Bueno; e ainda *A Idéia*, que começou em maio de 1889 e durou pouco. Em Uberaba, em 1881, aparecia outro *O Tiradentes*, em abril, de propriedade de Dario de Paiva e redação de Gaspar da Silva; em S. João d'El Rei, em abril de 1889, aparecia *A Pátria Mineira*, que durou até 1894, sob a direção de Sebastião Sete e em que trabalhou Basílio de Magalhães; nesse órgão republicano colaboravam também Paulo Teixeira e João Martins de Carvalho Mourão. Em Sabará, em setembro de 1889, aparecia o jornal republicano *O Contemporâneo*, dirigido por Artur Lôbo e, depois, por Luís Cassiano Martins Pereira Filho e Cândido de Araújo, em 1892, circulando até outubro de 1897, com interrupções.

Acontecia no Rio Grande do Sul a mesma proliferação de jornais, a maioria jornais de oposição, de combate, lutando pelas reformas de que o país carecia, particularmente a federativa, a do trabalho, a do regime: "A média era de duas fôlhas por ano, nesse delírio agudo de despejar na rua, pelas colunas acavaladas dos pasquins urbanos, artigos e novidades. Se houve alguns anos, como os de 1839, 1841, 1843, 1844, 1846, 1847, 1848, 1850, 1851, 1855, 1857, 1859, 1862, 1870, 1873 e 1874, em que nenhum outro *defensor dos interêsses públicos* pôs a bôca no mundo — em troca de semelhante parcimônia e como para recuperar o tempo perdido, noutros tantos, como em 1833, 1834, 1874, 1877, etc., vieram à luz quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze e até doze novos jornais. Como vêem — uma fecundidade respeitável Os anos que

mais se salientaram, nessa soberba brotação literária, foram o de 1881, com sete jornais, assim batizados: *Correio do Sul*, *A Exposição*, *O Pirilampo*, a *Revista Literária*, *O Tabor*, *O Tipógrafo* e *O Progressista*; o de 1883, com oito, assim denominados: *A Lente*, *O Atleta*, *O Boletim Teatral*, *A Convenção*, *O Mundo Nôvo*, *O Oceano*, *O Fanal* e o *Koseritz Deutscher Zeitung*; o de 1886, com nove, assim chamados: *O Beija-Flor*, *O Cabrion*, *O Combate*, *O Contemporâneo*, a *Gazeta de Notícias*, *A Luta*, *O Pampeiro* e *O Pensamento*; e, finalmente, o de 1887, campeão, com os doze seguintes: *A Vanguarda*, *O Colibri*, *A Época*, *A Fôlha da Tarde*, *O Caleidoscópio*, *O Mosquito*, *A Pátria*, *A Província*, *O Sete de Setembro*, *O Progresso*, a *Revista Musical* e *O Guarani*. Então, quase todos os jornais pôrto-alegrenses eram políticos. Políticos e de combate. E que combate!"[151]

Além dêsses, entretanto, e abrangendo o interior da província, é interessante citar: *A Tribuna Rio-Grandense* (1853), Pôrto Alegre; *O Artista* (1862), Rio Grande; *A Reforma* (1869-1912), Pôrto Alegre; *Murmúrios do Guaíba* (1870), Pôrto Alegre; *A Crisálida* (1874), São Gabriel; *O Guarani* (1874-1875), Pôrto Alegre; *Revista da Sociedade Ensaios Literários* (1876), Pôrto Alegre; *O Colibri* (1878), Pôrto Alegre; *A Idéia* (1878), Pelotas; *O Mercantil* (1878), Pôrto Alegre; *Violeta* (1878-1879), Rio Grande; *Gazeta de Pôrto Alegre* (1879-1884), da capital; *O Conservador* (1880-1889), Pôrto Alegre; *O Arauto das Letras* (1882), Pelotas; *O Pervigil* (1882), Pelotas; *Tribuna Literária* (1882), Pelotas; *A Pena* (1884), Pelotas; *A Ordem* (1884-1904), Jaguarão; *Corimbo* (1885), Rio Grande; *A Ventarola* (1887), Pelotas; *Revista da União Acadêmica* (1889), Pôrto Alegre; *Gazeta da Tarde* (1895-1898), Pôrto Alegre; *Letras e Artes* (1899), Pôrto Alegre. Dois importantes jornais surgiram, no Rio Grande do Sul, na época em aprêço: o *Correio do Povo*, que começou a circular em Pôrto Alegre, em 1895, de propriedade de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, circulando até hoje, com lugar de destaque na imprensa do país; e *A Federação*, que começou a circular, também em Pôrto Alegre, a 1.º de janeiro de 1884, sob a direção de Júlio de Castilhos, órgão republicano com papel político muito importante, em cujas colunas se refletiram alguns dos principais episódios da Questão Militar.

[151] Atos Damasceno Ferreira: *Jornais Críticos e Humorísticos de Pôrto Alegre no Século XIX*, Pôrto Alegre, 1944, págs. 5-6.

A exaltação do ambiente permite mesmo o extemporâneo reaparecimento do pasquim. É fenômeno isolado, porém, e sem maiores identidades com o que ocorrera na fase da Regência. Trata-se, agora, de casos esporádicos, aliás da pior espécie quase sempre, contrastando, na sua virulência pessoal, detalhada e particularíssima, com a paixão doutrinária e de princípios da imprensa abolicionista e republicana que, esta sim, estava em consonância com o tempo, tinha função a desempenhar e obedecia a razões históricas. Koseritz, que viera ao Rio, anotaria o caso: "*O Corsário*, o pasquim que aqui representou um papel não destituído de importância, não mais existe. Êle foi bastante inábil para atacar de maneira afrontosa alguns oficiais do 1.º Regimento de Cavalaria e a conseqüência imediata foi que alguns 20 oficiais do mesmo regimento invadiram e depredaram as oficinas. O proprietário teve que fugir, e está até hoje escondido, pois a sua vida está sèriamente ameaçada." Informando, com data posterior: "Apenas o carro se afastava vinte passos da polícia que os homens acima referidos o cercaram e apesar da tentativa de defesa do oficial (capitão Ávila), arrancaram dêle o mulato e o assassinaram com sete facadas e dois tiros de revólver. O oficial foi também levemente ferido. A Polícia interveio mas encontrou sòmente o capitão Ávila e o cadáver, pois os assassinos tinham se evadido. Tudo fôra questão de um momento. O morto se chamava Apulcro de Castro e era proprietário e redator do famoso *Corsário*, êste pasquim que desde há muito servia o Rio de Janeiro como repositório de escândalos. Foi o último ato desta história escandalosa, terminada tràgicamente."[152] O atentado, segundo Koseritz, não provocou protestos: "Sòmente a *Fôlha Nova* arriscou alguns comentários pouco seguros e as suas oficinas tiveram que ser guardadas pela polícia durante as duas últimas noites."

O clima político, que se vinha tornando progressivamente mais cálido, desde que findara a guerra com o Paraguai, era pontilhado de incidentes. Em 1883, era o assassínio de Apulcro de Castro, que não pode ser encarado sem considerar a turbulência da época. Mesmo movimentos de massa ocorreram como, em 1880, a revolta da população contra o impôsto do vintém. Determinado o aumento das passagens, no transporte urbano, a *Gazeta de Notícias*, com outros jornais, combateu-o calorosamente. Lopes Trovão, em suas

[152] Carl von Koseritz: *Imagens do Brasil*, S. Paulo, 1943, págs. 233-234 e 239.

colunas, clamaria: "Só por meio de uma revolução, o povo conseguirá chamar o poder ao cumprimento dos seus deveres." Mesmo *O Cruzeiro,* de hábitos sizudos, participou da campanha. O povo movimentou-se, surgiram manifestações de protesto, estas ocasionaram as ações: veículos foram tombados e incendiados, trilhos arrancados, a cidade se transformou num campo de batalha. O govêrno não teve meias medidas, lançou a tropa na rua: o povo foi espaldeirado e espingardeado, houve mortes, os feridos foram numerosos. Fiel aos seus interêsses, o *Jornal do Comércio,* voz solitária em meio ao côro de protesto da imprensa, escreveu simplesmente isto: "A repressão pela fôrça era uma necessidade imposta pelas circunstâncias e impossível é evitar os tristes resultados do emprêgo das armas contra a multidão amotinada." O govêrno era presidido pelo visconde de Ouro Prêto, cuja sorte estava selada. E a historiografia oficial insiste em repetir que o povo do Rio assistiu à proclamação da República "bestificado", como se êsse povo lamentasse o fim da monarquia...

Koseritz, conservador, preconceituoso, viu mal a imprensa da Côrte, em 1883: "No Rio não existe hoje um só jornal que possa, com fundamento, exercer influência política. Tôda imprensa daqui é sòmente de especulação; nenhum jornal tem um programa definido, nenhum pertence a qualquer partido, nenhum representa qualquer idéia: o pessoal quer sòmente ganhar público e vender muitos exemplares, e como o público não pode absolutamente ser sério, mas sempre precisa estar rindo e caçoando, assim é servido. Desde o *Jornal do Comércio,* passando pelo *Corsário,* até a *Galegada* (um pasquim de última categoria), todos os esforços das fôlhas se orientam exclusivamente para o ganho, e uma imprensa assim constituída não está, realmente, em situação de reforçar ou apoiar as situações políticas".[153] Essa opinião aristocrática é bem característica: o povo "não pode absolutamente ser sério", e é, afinal de contas, culpado de tudo, inclusive de recusar a proteção dos nobres, dos ricos e dos Koseritz... O alemão insistiria em sua análise condenatória, ao comentar o fim do *Cruzeiro,* que ocorreu justamente em 1883: "Ontem (20 de maio) morreu o *Cruzeiro;* era a única fôlha doutrinária da grande imprensa e foi para onde todos iremos porque o povo do Rio prefere ataques pessoais, descompostura e crônica escandalosa à melhor doutrina. O estômago estragado do

[153] Carl von Koseritz: op. cit., pág. 55.

Zé Povinho não suporta o cozido pesado da doutrina, o resumo do pensamento; gosta mais da pimenta forte do escândalo, o tempêro picante da malícia, a quente *mockturtle* das descomposturas. Por isto *O Cruzeiro*, apesar do grandioso palácio próprio da rua do Ouvidor, foi-se depois de uma profunda doença, que já matou tantas pequenas fôlhas e que se chama — falta de papel. O *Corsário* e outros semelhantes *ejusdem furfuris* ainda de maior formato, têm sempre papel suficiente, não sòmente papel de imprensa, como notas de bancos. Êles conhecem, contudo, o gôsto do público e temperam a sua cozinha de acôrdo com êle."[154]

Koseritz fixa o quadro da imprensa, entretanto, em um dos seus aspectos característicos e novos ou recentes, o dos jornaleiros. Ainda nisso é ácido: "Simplesmente insuportável é o sofrimento com os vendedores de jornal, engraxates e vendedores de bilhetes. Perambulam pelas ruas milhares e milhares de rapazinhos italianos, negros e mulatos, que nos deixam quase surdos com a sua gritaria: "A *Galegada!* olhe a *Galegada!* 100 réis a *Galegada! A Defesa dos Portuguêses!* 100 réis *A Defesa dos Portuguêses!* A *Gazeta de Notícias!* 40 réis a *Gazeta de Notícias! O Corsário*, está bom o *Corsário!* Comprem *O Corsário!* A *Fôlha Nova*, aí vai a *Fôlha Nova!* Comprem a *Fôlha Nova! Jornal do Comércio*, 100 réis o *Jornal! Cruzeiro*, comprem o *Cruzeiro*. 40 réis o *Cruzeiro! A Propaganda!* aí vai *A Propaganda*, etc."[155] Agradando-se de D. Pedro II, Koseritz não compreendia a combatividade reformista da imprensa da Côrte e sua aproximação com o gôsto popular, caracterizada principalmente nas publicações ilustradas, cuja irreverência era notória. Já em 1859, entretanto, com a sua extraordinária sagacidade de

[154] Carl von Koseritz: op. cit., pág. 76.
[155] Carl von Koseritz: op. cit., págs. 52-53. Carl von Koseritz fundou, em 1851, em Pelotas, o *Brado do Sul;* fêz jornalismo ali, no Rio Grande e em Pôrto Alegre; colaborou no *Jornal do Comércio*, no *Rio-Grandense* e na *Reforma*, na capital da província. Distinguiu-se particularmente pelos periódicos que fundou: a *Koseritz Deutscher Zeitung*, a *Gazeta de Pôrto Alegre* e o almanaque *Koseritz Deutscher Kalender* (1830-1890). Sua viagem ao Rio, em 1883, prendia-se ao desejo de incentivar a imigração germânica e o regime da pequena propriedade. "Nós declaramos guerra ao latifúndio — escreveu — e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas. Os barões do café pretendem continuar a sua vida de vagabundos e se esforçam por isto na procura de novos escravos, de côr amarela, em substituição aos antigos prêtos. Em face da nossa iniciativa, a grande imprensa (*Jornal do Comércio*

observação e clareza de análise, Machado de Assis enunciava esta conceituação lapidar: "Houve uma coisa que fêz tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. (. . .) E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *statu-quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda. Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade. (. . .) Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não. (. . .) Mas, não importa! eu não creio no destino individual, mas aceito o destino coletivo da humanidade."[156]

Ora, o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura. Retomava a linha que a engrandecera nos tempos da Regência — e por isso foi àsperamente negada, amesquinhada, omitida, e continua a sê-lo, pela historiografia oficial. Mas era a linha històricamente necessária, aquela que se conjugava com o avanço do país, que estava em consonância com os seus mais altos interêsses, os interêsses populares, e se desenvolvia no nível que as possibilidades permitiam. Tratava-se de liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional. A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas.

Joaquim Nabuco fixou bem essa fase: "Dentre aquêles com que mais ìntimamente lidei, em 1879 e 1880, e que formavam comigo um grupo homogêneo, a nossa pequena igreja, as figuras

e *Gazeta de Notícias*), manteve-se em atitude hostil, ou, mais exatamente, procurou matá-la pelo silêncio, enquanto recebia o mandarim chinês com vivo interêsse e ativa publicidade. Mas é de se reconhecer que a pequena imprensa (*Gazeta da Tarde, Fôlha Nova, Brasil* e *Diário do Brasil*), mostrou-se a favor da nossa iniciativa e a ela se referiu simpàticamente." (Op. cit., págs. 210-220.)

[156] No *Espelho*, Rio, de 23 de outubro de 1859.

principais eram André Rebouças, Gusmão Lôbo e Joaquim Serra... A igreja fronteira era a de José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Vicente de Sousa, Nicolau Moreira, depois João Clapp com a Confederação Abolicionista. Se eu estivesse escrevendo neste momento um escôrço do movimento abolicionista de 1879-1888, já teria citado Jerônimo Sodré, que foi quem pronunciou o *fiat*, e passaria a citar os meus companheiros de Câmara Manuel Pedro, Correia Rabelo, S. de Barros Pimentel, e outros, porque o movimento começou na Câmara de 1879, e não, como se tem dito, na *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Menezes, que é de 1880, nem na *Gazeta de Notícias*, onde então José do Patrocínio escrevendo na "Semana Política", não fazia senão nos apoiar e ainda não adivinhava a sua missão. De certo pelos escravos já vinham trabalhando Luís Gama e outros, mesmo antes da lei de 1871, como trabalharam todos os colaboradores dessa lei; mas o movimento abolicionista de 1879 a 1888 é um movimento que tem o seu eixo próprio, sua formação distinta, e cujo princípio, marcha, velocidade, são fáceis de verificar; é um sistema fluvial do qual se conhecem as nascentes, o volume d'água e valor de cada tributário, as quedas, os *rápidos*, o estuário, e êsse movimento começa, fora de tôda dúvida, com o pronunciamento de Jerônimo Sodré, em 1879, na Câmara".[157]

Na imprensa, destacava-se a figura verdadeiramente apostolar de Joaquim Serra, aquêle cuja pena equivalia ao lápis de Ângelo Agostini, pela eficácia e pelo brilho. Lutador incansável pelo abolicionismo, Serra foi obrigado, em 1884, a deixar a *Fôlha Nova*, por exigência dos escravocratas.[158] Respeitado pelos seus contem-

157 Joaquim Nabuco: *Minha Formação*, S. Paulo, 1934, pág. 197.
158 Foi na *Fôlha Nova* que Aluízio Azevedo publicou, em folhetim, em 1883, o romance *Casa de Pensão* que, pôsto em livro no ano seguinte, esgotou logo três edições. O êxito ligava-se ao fato de estar ainda na memória popular o crime ocorrido à rua da Quitanda, em 19 de setembro de 1876, em que o estudante de engenharia Antônio Alexandre Pereira assassinou o seu colega João Capistrano da Cunha que, em janeiro, violara sua irmã Júlia, na pensão mantida pela sua mãe, à rua do Alcântara, 71, fugindo depois. Processado, Capistrano tivera a defesa dos advogados Pinto Júnior, Duque Estrada Teixeira e Saldanha Marinho, sendo absolvido, a 17 de setembro de 1876. O assassino, Antônio Alexandre Pereira, defendido pelo advogado Jansen de Castro Júnior, foi absolvido por unânimidade. Aluízio Azevedo calcou o romance nesse episódio real. Emílio Rouéde, aliás, em depoimento de 1886, mostrava o método do romancista, sua fascinação

porâneos como mestre do jornalismo, Joaquim Serra foi quase esquecido pelos que vieram depois; a historiografia oficial omite-o cuidadosamente. Fernando Segismundo recomeçou a colocá-lo em sua verdadeira grandeza, valorizando-lhe a missão: "Joaquim Serra é, na *Reforma*, a vida do jornalismo liberal. Foi êle o criador da moderna imprensa política, figura resplendente na história da Abolição, pela seriedade, constância, sacrifício e heroísmo de seu incomparável combate de dez anos, dia a dia, até a vitória final de 13 de Maio."[159] Serra redigira *O Abolicionista*, que começou a circular a 1.º de novembro de 1880 e se manteve até o ano seguinte. No editorial de abertura dessa fôlha, escreveu: "Estudando-se a nossa produção, vê-se que o trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico do país. (...) Parte da escravatura está nas mãos de estrangeiros." E denunciava, com veemência, "as questões de liberdade decididas em favor dos senhores pela magistratura, cúmplice dos crimes que ela deve punir..."

Joaquim Nabuco fêz justiça a Serra: "Outro com quem vivi até sua morte em grande aproximação de idéias foi Joaquim Serra. Desde 1880 até a Abolição, êle não deixou passar um dia sem a sua linha... Minado por uma doença que não perdoa, salvava cada manhã o que bastasse de alegria para sorrir à esperança dos escravos, a qual viu crescer dia por dia durante êsses dez anos, como uma planta delicada que êle mesmo tivesse feito nascer... Feita a Abolição, desabrochada a flor, morria êle... E que morte! que saudade da mulher e dos filhos, da filhinha adorada que não se queria afastar um instante dêle! Serra cumpriu a sua tarefa com uma constância e assiduidade a tôda prova, sem dar uma falta e com o mais perfeito espírito de abnegação e de lealdade... Renunciando os primeiros lugares, êle mostrava, entretanto, de mais em mais, uma agudeza de vista e uma clareza de expressão dignas de um verdadeiro *leader*. Eu mesmo, que acreditava conhecê-lo, fui

pelo real: "É curioso ver como o autor do *Coruja* dá caça aos seus tipos; um dia o vi assentado à mesa com um velho e célebre ex-capoeira que, em algum tempo, dirigiu as eleições aqui, muito empenhado em ouvi-lo descrever uma eleição em que tomaram parte o visconde do Rio Branco e o sr. conselheiro Otaviano Rosa, e, terminada a narração, o vi partir de carreira para escrever as notas do que acabara de ouvir."

[159] Fernando Segismundo: op. cit., pág. 162.

surpreendido pela ousadia da sua manobra, quando uma vez êle prometeu ao barão de Cotegipe todo o nosso apoio — nós respondíamos uns pelos outros — se fizesse concessões ao movimento. Ao contrário de Rebouças, Serra era um espírito político, mas, acima do seu partido, do qual fôra, durante a oposição, o mais serviçal dos auxiliares, colocava a nossa causa comum, com uma sinceridade íntima que nunca foi suspeitada... 'Passamento do grande Joaquim Serra, escreve Rebouças no seu *Diário* de 28 de outubro de 1888, companheiro de Academia em 1854 e de luta abolicionista de 1880-1888, o publicista que mais escreveu contra os escravocratas'. 'Ninguém fêz *mais* do que êle', escreveria Gusmão Lôbo por sua morte... e quem fêz tanto?"[160] Joaquim Serra foi, sem dúvida alguma, um dos maiores jornalistas brasileiros.[161]

O movimento abolicionista, em 1884, alcança vitória de grande repercussão: a província do Ceará extingue o cativeiro em seu território. Resultara da mobilização das camadas populares, os empregados no comércio, os trabalhadores de terra e do mar, os heróicos jangadeiros que paralizaram o tráfico negreiro interprovincial, recusando-se a transportar escravos, os intelectuais, com o jornal *O Libertador* à frente, como órgão da Sociedade Cearense Libertadora. O acontecimento foi amplamente comentado pela imprensa abolicionista em todo o país e motivou a multiplicação de órgãos que se batiam pela causa libertadora. Já não eram poucos e isolados, como *O Filantropo*, órgão da Sociedade Filantrópica, que José

160 Joaquim Nabuco: op. cit., págs. 206-207.

161 Joaquim Serra (1830-1888) nasceu no Maranhão, onde estreou na imprensa, aos vinte e um anos, no *Publicador Maranhense*, que João Francisco Lisboa fundara, em 1842, então dirigido por Sotero dos Reis e que era órgão oficial do govêrno da província, saindo três vêzes por semana, até 1862, quando se tornou diário; Serra redigia ali folhetins literários, sob o pseudônimo de Pietro de Castellamare. Aos vinte e quatro anos, redigiu o hebdomadário *Ordem e Progresso*, com Gentil Homem de Almeida Braga e Belfort Rôxo, órgão liberal, do qual passou à *Imprensa*, ao *Progresso* e à *Coalisão*. Fundou, em 1867, o *Semanário Maranhense*, revista literária que se agüentou até o ano seguinte, quando Serra transferiu-se para o Rio, onde foi diretor do *Diário Oficial* e deputado pela sua província. Redigiu a *Reforma*, quase sòzinho, e, depois com a colaboração de Francisco Otaviano, Tavares Bastos, Afonso Celso, Rodrigo Otávio, José Cesário de Faria Alvim, e onde Artur Azevedo se iniciou, como revisor. Serra colaborou no *Jornal do Comércio* e no *País*, sendo uma das maiores figuras do movimento abolicionista.

Antônio do Vale Caldre e Fião fundou e dirigiu no Rio, antes de retirar-se aos seus pagos. Eram agora centenas, nas capitais e no interior, como os jornais republicanos, e as duas causas quase sempre se confundiam. A da Abolição destacara, em S. Paulo, um grande jornalista negro, Luís Gama; destacaria outro, no Rio, José do Patrocínio, que começara, em 1877, colaborando na *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, até 1881, e comprara logo depois a *Gazeta da Tarde* e, mais adiante, a *Cidade do Rio*, tornando-se um dos mais apaixonados lutadores pela causa dos escravos. Koseritz conheceu o primeiro jornal de Patrocínio, em sua viagem à Côrte: "Antigamente os jornalistas tinham entrada na própria sala [da Câmara], e ali faziam as suas notícias. Agora arranjou-se para os mesmos uma espécie de jaula, na qual ficam como animais ferozes atrás das grades — aparentemente como um aviso que recorda o artigo do Código Criminal que trata da imprensa; mas êste não é observado desde muito tempo, pois não há no país um magistrado que tenha coragem de com ela se meter. O que é bem mau pois, por exemplo, a *Gazeta da Tarde*, que trabalhava em denegrir a tudo e a todos, conquistou uma situação tão alta que roça pelo fabuloso. O senhor Patrocínio está agora se metendo pessoalmente com o Imperador e da mais insolente maneira que se possa imaginar. Fizesse êle o mesmo em uma qualquer República, e não estaria assentado aqui, atrás das grades de madeira da bancada de imprensa, mas atrás das grades de ferro de uma boa cadeia."[162] Koseritz queria, pois, presos os jornalistas brasileiros, como tanta gente depois dêle, inclusive gente que desonra a profissão, pedindo cadeia para os confrades que dela discordam ou atacam suas fontes de renda.

Mas já era difícil prender. A visita ao Rio do jangadeiro Nascimento, o *Dragão do Mar*, que capitaneara a reação dos seus companheiros ao cativeiro, motivaria a eclosão da *Questão Militar*, com a prisão do tenente coronel Sena Madureira. Transferido êsse oficial para a província do Rio Grande do Sul, ali se passaram episódios subseqüentes da grave questão política, saindo *A Federação* em defesa de Sena Madureira, particularmente colocando os têrmos do problema no artigo "Arbítrio e Inépcia". O jornal receberia o apoio do visconde de Pelotas e tinha as simpatias de Deodoro, então no comando local. No Rio, Saldanha Marinho, na *Revista Federal*, e Quintino Bocaiúva, em *O País*, sustentavam o fogo. Joaquim

[162] Carl von Koseritz: op. cit., pág. 83.

Nabuco proclamava: "De uma coisa êle [Teixeira Júnior] pode estar convencido: enquanto houver escravidão, não teremos exército nacional, escola de honra e dignidade para tôda a nação." Era a grave afirmativa de seu artigo em *O País*, intitulado "Militares e Escravos", publicado a 9 de fevereiro de 1887. Em maio, face à turbulência dos acontecimentos, o jornal de Quintino Bocaiúva noticiava: "A política, o Parlamento, os negócios, tudo ficou em estado de suspensão. Como era natural, correram livremente os mais extravagantes boatos". Em julho, informando sôbre a candidatura de Deodoro a uma cadeira no Senado, pela província do Rio de Janeiro, esclarecia: "O general Deodoro declarou, então, que não se apresenta filiado a nenhum partido, abraçando sòmente as idéias abolicionistas." Na *Gazeta da Tarde*, Patrocínio apoia Deodoro. A Confederação Abolicionista manda votar no general. João Clapp bate-se também por essa candidatura consagrada por todos os que lutam contra o escravismo. Agradecendo a homenagem que lhe foi prestada a 18 de julho de 1887, Deodoro declarava: "Estou profundamente convencido de que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada enquanto tiver em seu seio a mancha da escravidão!" No *Jornal do Comércio*, Gusmão Lôbo se desdobrava no combate à escravidão.[163]

[163] "Gusmão Lôbo... É outro nome do nosso círculo interior... Alguns dos que combateram juntos sem descanso, durante os primeiros cinco anos da propaganda, os quais foram os anos do ostracismo político e social da idéia, acreditaram sua tarefa, senão acabada, pelo menos grandemente aliviada no dia em que um grande partido no govêrno, com os seus quadros, sua influência, seu eleitorado, sua imprensa, adotou a causa de que êles eram, até então, os únicos arrimos... Entre êsses está Gusmão Lôbo, que não teria deixado a pena de combate, se não tivesse visto a bandeira que ela protegia, passar triunfante das mãos dos agitadores para as mãos do Presidente do Conselho. Na época decisiva do movimento, aquela em que se teve de criar o impulso e de torná-la mais forte do que a resistência, isto é, em que se venceu virtualmente a campanha, os seus serviços foram inapreciáveis... Êle sòzinho enchia com a emancipação o *Jornal do Comércio*, desde a coluna editorial, onde, por tôda espécie de habilidades, artifícios e subtilezas, graças a boa vontade do dr. Luís de Castro, conseguiu ter a questão sempre em evidência... Seu talento, seu estilo de escritor, airoso, perfeito, prismático, um dos mais belos e mais expontâneos do nosso etmpo, era verdadeiramente inexaurível... Êle achava solução para tudo, tinha os expedientes e as finuras, como tinha a plástica da expressão... Todo o seu trabalho foi anônimo e poderia assim ter passado despercebido de outra geração, se não res-

Acossados pela campanha que avança e se avoluma, os fazendeiros escravistas agrupam homens de fortuna para fundar um jornal, o *Novidades*, destinado a defender a manutenção do cativeiro, escolhendo para dirigi-lo Alcindo Guanabara. Em outubro de 1887, surge o memorial do Clube Militar à Regente, recusando para os militares a missão de capitães-do-mato. O órgão monarquista *Tribuna Liberal* polemiza com o *Correio do Povo*, em que Saldanha Marinho combate pela República. A imprensa republicana conta com 74 jornais, então, 20 no norte e 54 no sul; havia 237 clubes republicanos, sendo 204 em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1888, encontrava eco em todo o país a indicação da Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, pedindo fôsse consultado o país sôbre a oportunidade de se pronunciar, desde logo, relativamente à destituição da monarquia pela morte de D. Pedro II, visto a herdeira do trono "ser uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro". Silva Jardim iniciava, então, sua memorável campanha republicana, ainda ao calor da revolta pelo ato do govêrno imperial que destituíra aquêles vereadores de seus mandatos. Jardim escreve artigos flamejantes em *O País*, na *Gazeta de Notícias*, no *Mequetrefe*, no *Grito do Povo*. No *Diário de Notícias*, Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Gastão Bousquet, Lopes Trovão, Aristides Lôbo, Medeiros e Albuquerque atacam o trono. Só de 1888 à proclamação da República, a monarquia distribuiu 180 títulos de nobreza. Rui, no *Diário de Notícias*, escreveria contra essa legião de "fidalgos baratos", contra essa "aristocracia castrada para formar sopranos e contraltos de uma côrte senil", concluindo: "Esta nobiliarquia de cabala, esta fidalguia de baiúca eleitoral mostra, por mais um sintoma,

tasse o testemunho unânime dos que trabalhavam com êle... Era um assombro a variedade dos papéis que êle desempenhava na imprensa, incalculável o valor da sua presença e conselho em nossas reuniões, e depois no íntimo do Gabinete Dantas. Seu nome está escrito, por tôda a parte, nas paredes das catacumbas em que o abolicionismo nascente viveu os primeiros cinco anos, como uma pequena igreja perseguida, mas aparece cada vez mais raro à medida que a nossa fé se vai tornando religião oficial. É um dos enigmas do nosso tempo — enigma nacional, porque se prende à questão do emurchecimento rápido de tôda a flor do país — como semelhante talento renunciou mais tarde de repente a tôda ambição..." (Joaquim Nabuco: op. cit., págs. 207-209.)

que se não estamos no Baixo Império, como os liberais vociferavam ainda ontem, caminhamos para a Nápoles do rei Bomba."

A Abolição foi recebida com festas. Os espíritos mais sagazes percebiam o reduzido alcance de seus efeitos. Seu teor ético, entretanto, empolgava a nação. A luta pela República não arrefeceu, antes se firmou: a reforma ao regime de trabalho e a reforma no regime político, no aparelho institucional, eram inseparáveis. Antônio Prado, a 22 de junho de 1889, na *Gazeta da Tarde*, afirmava: "Os dias da monarquia estão contados." O que não impediu o chefe de Polícia da Côrte, José Basson de Miranda Osório — só por isso conhecido — de baixar, a 17 de julho, severa portaria, cominando sanções contra os propagandistas da República. Em 1889, as eleições repetiram farsa costumeira: numa Câmara de 139 deputados, a oposição contava apenas com 9.[164] De 1888 a 1889, a agitação foi em crescendo. Havia as exterioridades que não diziam

[164] Joaquim Nabuco depõe, a respeito: "Doía ver o quanto custava a essa gente crédula a sua devoção política. Diversos dêsses episódios gravaram-se-me no coração. Uma vez, por exemplo, entrei na casa de um operário, empregado em um dos Arsenais, para pedir-lhe o voto. Chamava-se Jararaca, mas só tinha de temível o nome. Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me êle: mas, votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a *chapa de caixão* (uma cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. 'Olhe, senhor doutor, disse-me êle, mostrando quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que se tratava dêles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer... E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada sôbre os buracos de um antigo canapé desmantelado: 'Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante da nossa porta, quase morrendo de fome, roída pelas formigas, e hoje é mais um filho que temos!' 'No entanto, estou pronto a votar pelo senhor, recomeçava êle, cedendo à sua tentação liberal, se o senhor me trouxer um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto'. Êsse foi talvez o primeiro *florianista* do país... 'Pode vir por telegrama... Êle está no engenho, nas Alagoas... E o que êle me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer... Telegrafe a êle...' 'Não, não é preciso, respondi-lhe, vote como quer o govêrno, não deixe de levar a sua *chapa de caixão*... não arrisque à fome tôda essa gentinha que está me olhando... Há de vir tempo em que o senhor poderá votar por mim livremente; até lá, é como se o tivesse feito... Não devo dar-lhe um pretexto para fazer o que quer, invocando a intervenção do seu protetor...' E saí, instando com a mulher, suplicando, com mêdo que êsse se arrependesse e votasse em mim." (Joaquim Nabuco: op. cit., págs. 219-220.)

Acossados pela campanha que avança e se avoluma, os fazendeiros escravistas agrupam homens de fortuna para fundar um jornal, o *Novidades*, destinado a defender a manutenção do cativeiro, escolhendo para dirigi-lo Alcindo Guanabara. Em outubro de 1887, surge o memorial do Clube Militar à Regente, recusando para os militares a missão de capitães-do-mato. O órgão monarquista *Tribuna Liberal* polemiza com o *Correio do Povo*, em que Saldanha Marinho combate pela República. A imprensa republicana conta com 74 jornais, então, 20 no norte e 54 no sul; havia 237 clubes republicanos, sendo 204 em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1888, encontrava eco em todo o país a indicação da Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul, pedindo fôsse consultado o país sôbre a oportunidade de se pronunciar, desde logo, relativamente à destituição da monarquia pela morte de D. Pedro II, visto a herdeira do trono "ser uma princesa fanática, casada com um príncipe estrangeiro". Silva Jardim iniciava, então, sua memorável campanha republicana, ainda ao calor da revolta pelo ato do govêrno imperial que destituíra aquêles vereadores de seus mandatos. Jardim escreve artigos flamejantes em *O País*, na *Gazeta de Notícias*, no *Mequetrefe*, no *Grito do Povo*. No *Diário de Notícias*, Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Gastão Bousquet, Lopes Trovão, Aristides Lôbo, Medeiros e Albuquerque atacam o trono. Só de 1888 à proclamação da República, a monarquia distribuiu 180 títulos de nobreza. Rui, no *Diário de Notícias*, escreveria contra essa legião de "fidalgos baratos", contra essa "aristocracia castrada para formar sopranos e contraltos de uma côrte senil", concluindo: "Esta nobiliarquia de cabala, esta fidalguia de baiúca eleitoral mostra, por mais um sintoma,

tasse o testemunho unânime dos que trabalhavam com êle... Era um assombro a variedade dos papéis que êle desempenhava na imprensa, incalculável o valor da sua presença e conselho em nossas reuniões, e depois no íntimo do Gabinete Dantas. Seu nome está escrito, por tôda a parte, nas paredes das catacumbas em que o abolicionismo nascente viveu os primeiros cinco anos, como uma pequena igreja perseguida, mas aparece cada vez mais raro à medida que a nossa fé se vai tornando religião oficial. É um dos enigmas do nosso tempo — enigma nacional, porque se prende à questão do emurchecimento rápido de tôda a flor do país — como semelhante talento renunciou mais tarde de repente a tôda ambição..." (Joaquim Nabuco: op. cit., págs. 207-209.)

que se não estamos no Baixo Império, como os liberais vociferavam ainda ontem, caminhamos para a Nápoles do rei Bomba."

A Abolição foi recebida com festas. Os espíritos mais sagazes percebiam o reduzido alcance de seus efeitos. Seu teor ético, entretanto, empolgava a nação. A luta pela República não arrefeceu, antes se firmou: a reforma ao regime de trabalho e a reforma no regime político, no aparelho institucional, eram inseparáveis. Antônio Prado, a 22 de junho de 1889, na *Gazeta da Tarde*, afirmava: "Os dias da monarquia estão contados." O que não impediu o chefe de Polícia da Côrte, José Basson de Miranda Osório — só por isso conhecido — de baixar, a 17 de julho, severa portaria, cominando sanções contra os propagandistas da República. Em 1889, as eleições repetiram farsa costumeira: numa Câmara de 139 deputados, a oposição contava apenas com 9.[164] De 1888 a 1889, a agitação foi em crescendo. Havia as exterioridades que não diziam

164 Joaquim Nabuco depõe, a respeito: "Doía ver o quanto custava a essa gente crédula a sua devoção política. Diversos dêsses episódios gravaram-se-me no coração. Uma vez, por exemplo, entrei na casa de um operário, empregado em um dos Arsenais, para pedir-lhe o voto. Chamava-se Jararaca, mas só tinha de temível o nome. Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me êle: mas, votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a *chapa de caixão* (uma cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. 'Olhe, senhor doutor, disse-me êle, mostrando quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que se tratava dêles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer... E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada sôbre os buracos de um antigo canapé desmantelado: 'Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante da nossa porta, quase morrendo de fome, roída pelas formigas, e hoje é mais um filho que temos!' 'No entanto, estou pronto a votar pelo senhor, recomeçava êle, cedendo à sua tentação liberal, se o senhor me trouxer um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto'. Êsse foi talvez o primeiro *florianista* do país... 'Pode vir por telegrama... Êle está no engenho, nas Alagoas... E o que êle me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer... Telegrafe a êle...' 'Não, não é preciso, respondi-lhe, vote como quer o govêrno, não deixe de levar a sua *chapa de caixão*... não arrisque à fome tôda essa gentinha que está me olhando... Há de vir tempo em que o senhor poderá votar por mim livremente; até lá, é como se o tivesse feito... Não devo dar-lhe um pretexto para fazer o que quer, invocando a intervenção do seu protetor...' E saí, instando com a mulher, suplicando, com mêdo que êsse se arrependesse e votasse em mim." (Joaquim Nabuco: op. cit., págs. 219-220.)

tudo: "Foi a época das crônicas elegantes e frívolas de *Souvenir*, no *Diário de Notícias*, das caricaturas de Ângelo Agostini, dos folhetins de Ferreira de Araújo, dos primeiros sucessos de *Aranha Minor* (Alcindo Guanabara), dos romances naturalistas, da boemia literária, na Conceitaria Cailteau, dos encontros tempestuosos nos comícios de Lopes Trovão e José do Patrocínio, dos teatros, com Artur Azevedo e Moreira Sampaio nos cartazes."[165] Mas havia outros aspectos exteriores, mais incisivos: "Os cadetes aparecem aos sábados na rua do Ouvidor, fazendo colheita de entusiasmos no Café Londres. *O País*, a *Gazeta de Notícias*, o *Diário de Notícias*, ateando incêndios tôdas as manhãs, expõem o trono aos assaltos dos audaciosos. O *Isabelismo* nada vale. Nem mesmo a *guarda-negra*, com os reforços de capoeiras, contém a intrepidez da propaganda. Silva Jardim surgira com os estigmas dos evangelistas. A Praia Vermelha transformara-se em colmeia de agitadores."[166] A *Gazeta de Notícias* de 5 de novembro de 1888, realmente, noticiava o incidente com Euclides da Cunha, na Escola Militar. Artur Azevedo ingressava no jornal de Ferreira de Araújo, escrevendo crônicas; tivera de deixar o *Novidades*, de Alcindo Guanabara, por fôrça da posição política mantida pela direção. Euclides da Cunha era acolhido pela *Província de São Paulo*, como colaborador, na seção intitulada "Questões Sociais". O jornal de Rangel Pestana e Júlio de Mesquita apresentava-o assim: "É moço de muito talento e de vasta ilustração. Se quizéssemos ser indiscretos, diríamos que o seu nome, ainda há pouco, andou envolvido no grave incidente da Escola Militar do Rio de Janeiro, que se deu por ocasião da visita que o ministro da Guerra fêz àquele estabelecimento". A 22 de novembro, aparecia o primeiro artigo de Euclides, "A pátria e a dinastia": o segundo foi "Revolucionários", contendo a enfática afirmação: "o republicano brasileiro deve ser sobretudo eminentemente revolucionário." A 27 de fevereiro de 1889, o jornal anunciava a ida de Euclides para o Rio: o "talentoso ex-aluno da Escola Militar" ia concluir o curso de Engenharia. Euclides espaçou a colaboração, assinada com o pseudônimo *Proudhon*.

A *Província de São Paulo* publicaria memorável editorial alusivo à Abolição e, no dia seguinte, uma nota: "A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar

[165] Elói Pontes: op. cit., pág. 44.
[166] Elói Pontes: op. cit., pág. 60.

os brancos, assentando a constituição política sôbre bases mais largas e seguras para a felicidade do povo e glória nacional. Devemos ser hoje mais felizes que ontem, mas convém que amanhã o sejamos mais do que hoje." Abria, assim, as perspectivas para a reforma do regime, entendendo a Abolição como prelúdio da República. Ao ser esta proclamada, saudou a mudança com um "Viva a República!" que, "de lés a lés, de alto a baixo, tomou a primeira página". Mandaram logo os diretores do jornal gravar nôvo clichê do cabeçalho, na oficina de Júlio Martin, que só entraria em uso, entretanto, a 1.º de janeiro de 1890: passava a intitular-se *Estado de São Paulo*. Em novembro de 1889, tornava-se propriedade de C. Teixeira de Carvalho, presidente da Sociedade Impressora. Passou a rodar em *Marinoni* e comprou motor nôvo.

Essa não é apenas uma grande época política; não por coincidência, é também uma grande época literária. O desenvolvimento das letras, no Brasil, acelerara-se com a fundação dos cursos jurídicos, com o início das atividades públicas, de govêrno, de administração, de legislação, com o surto da imprensa. A cultura haurida nos livros e transmitida pela palavra escrita ou falada, passara a encontrar espaço na vida brasileira, desde a autonomia e a estruturação do aparelho de Estado. As Academias eram as antecâmaras do Parlamento, como observou Nabuco. Como era reduzida a camada culta, não havia, de início, especialização, consoante observou Sílvio Romero: o parlamentar era homem de letras e de imprensa; o romancista era também teatrólogo, e todos eram poetas. O Romantismo não criou apenas o gênero de maturidade por excelência que é o romance, entre nós, criou a própria prosa brasileira. Mas continuava o predomínio generalizado da poesia; as estréias eram, obrigatòriamente em livros de versos.

A primeira manifestação do esfôrço para ampliar a cultura impressa, ainda insipiente, esfôrço subordinado à deficiência das técnicas de impressão e a resistência colonial do meio para comportar aquela ampliação, fêz-se através dos almanaques, que constituíram os livros de uso e consulta generalizados. Em tôdas as províncias, e na Côrte, em umas antes, em outras depois, surgiram almanaques repositórios de literatura, evidentemente de qualidade inferior, e de informações úteis; veículos, também, de publicidade, em nível rudimentar. Ainda em 1808, aparecera, no Rio Grande do Sul, o *Almanaque da Vila de Pôrto Alegre*, redigido por Manuel Antônio de Magalhães, com observações sôbre o

estado da província, — era mais um relatório do que um periódico informativo e apenas preludiava o gênero. O primeiro almanaque impresso, surgiu, ali, em 1840: era a *Folhinha do Ano Bisexto de 1840*. Seguiu-se longa série de almanaques, dos quais o mais importante ficou sendo o *Anuário da Província do Rio Grande do Sul*, que se iniciou em 1885, redigido por Graciano Alves de Azambuja, com poesias, contos, biografias, aspectos do céu, calendário, datas cívicas e religiosas, charadas, informações comerciais e agrícolas, etc. Rebatizado, em 1892, como *Almanaque do Estado*, continuou dirigido por Graciano até 1910 e circulou até 1914.

Em Pernambuco, com circulação nas províncias do norte, teve voga o almanaque organizado por Júlio Pires Ferreira. Depois, cada província teve o seu, e até mais de um: o de Alagoas começou em 1870. O mais conhecido foi, entretanto, o *Almanaque Laemmert*, que sobreviveu à casa que o lançou e chegou a 1930. Alguns jornais tentaram manter almanaques, e uns poucos realmente os mantiveram; na maioria dos casos, porém, a iniciativa não foi adiante. O *Estado de São Paulo*, por exemplo, lançou, em 1896, um almanaque, organizado por Francisco Gaspar, para distribuir como prêmio aos assinantes, retomando a tentativa por duas vêzes, e já em fase histórica diferente, em 1916 e em 1940, sempre sem sucesso. Em 1897, no Rio, aparecia o *Anuário Ilustrado do Jornal do Brasil*, com 553 páginas, vendido a 3$000. Também não durou. O almanaque correspondia e, portanto, se adequava, a uma fase de precariedade das técnicas de impressão, ainda impreparadas para fazer o livro: era o livro de um país que não tinha ainda público para suportar a impressão de livros.

As editôras brasileiras, na segunda metade do século XIX, quando começou a existir público para a literatura, e ainda bastante limitado, mandavam imprimir no exterior, em Portugal, na França, na Alemanha. Essa norma entrou pelo século XX a dentro. A impressão de livros aqui era exceção e não regra; assim acontecendo mesmo com os didáticos: a casa Alves, monopolizadora do livro escolar, mandava fazer no exterior o grosso de sua produção. Ao lado do almanaque — mais tarde substituído pelos das farmácias e pelas folhinhas — surgiram, pelos mesmos motivos, produtos gráficos rudimentares: o mais comum foi o opúsculo, folheto impresso que permitia a circulação de alguma coisa que não pretendia ou não podia chegar a ser livro, não almejava a sua duração. Em opúsculos apareceram alguns dos trabalhos mais conhecidos

na segunda metade do século: os de Sales Tôrres Homem, de Ferreira Viana, de Justiniano José da Rocha, de Teófilo Otoni. O *Libelo de Timandro*, a *Conferência dos Divinos*, *Ação, Reação, Transação* e a *Circular aos Eleitores* conquistaram público e passaram o tempo, revivendo em reedições. Marcava essas produções o sentido de transitoriedade, — que não mereciam, aliás, pois constituem preciosos documentos de uma época.

O grande público iria sendo lentamente conquistado para a literatura principalmente pelo folhetim, que se conjugou com a imprensa e foi produto específico do Romantismo europeu, aqui imitado com sucesso amplo, nas condições do tempo. O folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da Côrte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das mulheres. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria. *O Ipiranga*, ainda na primeira metade do século, ofereceu aos leitores paulistas Feval, Feuillet e até Sardou. A *Gazeta de Notícias*, do Rio, renovando sob tantos aspectos a fisionomia da imprensa, submete-se ao gôsto pelo folhetim: "Ferreira de Araújo, mandando traduzir os melhores autores franceses, lança as imaginações em entusiasmos e exageros extraordinários", dirá um comentador das coisas do tempo.[167] Artur Azevedo, na *Gazetinha*, em 1880, lança dois folhetins, um de sua autoria, outro de Emile Gaboriau, *As Misérias de Paris*. O *Jornal do Brasil*, seguindo a tradição, mantinha sucessivos folhetins: em 1891, o autor era certo F. Marion Crawford, com o título *Saint-Hilário;* sucedido por dois clássicos do gênero: George Onhet, com *Dúvida de Ódio*, e Xavier de Montepin, com *Três Milhões de Dote*, publicados simultâneamente. Em 1892, apareciam *Os Cúmplices*, de Hector Malot, e *O Castelo dos Carpatos* de Júlio Verne; depois foram publicados, e simultâneamente, *O Homem do Diamante*, de P. Coquêlle, *O Cozinheiro d'El-Rei*, de D. M. Fernandez y Gonzalez, e *João Mornas*, de Jules Claretie. Em 1893, aparece *A Viúva Virgem*, de Louis Ernault; em 1896, *Delírio de Amor*, de Ernesto Rossi, e *O Castigo*, de Georges Maldague; em 1897, *Infância*, de Jules Mary e *Papá Basílio*, de Ferreira de Andrade; em 1898, singular mistura, o *Dom Quixote*, de Cer-

[167] Elói Pontes: *A Vida Exuberante de Olavo Bilac*, 2 vols., Rio, 1944, pág. 173, I.

vantes, e *A Filha do Pecado*, de Pierre Sales; em 1899, *Maldição*, de Maxime de Villemer, e *O Ladrão*, de Paul Bertnay; em 1900, *Desgraçada*, de Pierre Decourcelle.

O já provecto e sempre sizudo *Jornal do Comércio*, que se manteve distanciado da campanha republicana, orgulhava-se de ser o divulgador, em folhetins, de Eugene Sue e de Victor Hugo. Em crônica de 1859, e com a costumeira argúcia, Machado de Assis já entendia o folhetim como instrumento de alienação, nos têrmos em que era difundido entre nós: "O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gôsto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno: falo do jornal. (...) Fôrça é dizê-lo: a côr nacional, em raríssimas exceções tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil."

Não era verdade absoluta: os autores brasileiros figuraram bastante nos folhetins, em que foram divulgados alguns dos melhores romances da época. Não se enquadravam, e nisso Machado de Assis tinha razão, no modêlo clássico do folhetim, a que pertencia a maioria dos autores publicados nos jornais, constituindo gênero marginal da literatura, aliás. Êsses autores, franceses na maioria, sabiam dar ao folhetim o interêsse que representava o segrêdo de seu sucesso entre o público, com o enrêdo complicado, a trama difícil, a ausência de compromisso com o verdadeiro e até com o verossímil. E tudo isso fazia parte daquele segrêdo do sucesso, aquilo que o público numeroso procurava, a sua ânsia de evasão. Certo, o *Jornal do Comércio* publicava em folhetim, *A Moreninha* e *O Moço Loiro*, de Joaquim Manuel de Macedo; o *Correio Mercantil* publicara as *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, autores ambos, nessas obras, com traços folhetinescos inequívocos, mais o primeiro do que o segundo, tendente ao popular pelo picaresco, — mas não eram folhetinistas típicos, conforme o modêlo romântico, e ainda que românticos. Quase todos os autores brasileiros de ficção participaram do folhetim, na época. Machado de Assis publicara, em *O Globo*, *A Mão e a Luva*, em 1874; *Iaiá Garcia* em *O Cruzeiro*, em 1878; *O Ateneu*, de Raul Pompéia, apareceu na *Gazeta de Notícias*, em 1888. Mas só Aluízio Azevedo tentaria, no folhetim, aproximar-se do modêlo europeu, e os seus livros feitos nessa intenção são inferiores justamente por isso.

A fase literária é coberta pela *Revista Brasileira*, em suas duas fases, a segunda e a terceira, aquela entre 1879 e 1881, quando dirigida por Nicolau Midosi, esta entre 1895 e 1898, quando dirigida por José Veríssimo, que procura, com ela, retomar a tradição da *Guanabara* e da *Minerva Brasiliense*, nos têrmos do fim do século. Aparecem e desaparecem, então, numerosas revistas literárias, desde as acadêmicas, como *O Oitenta e Nove*, publicação quinzenal que se iniciou em março de 1889, redigida por Isidoro Pinto de Sousa, E. Fontes, Pinto Freire, M. de Barros Júnior, Sales Pinheiro, Paulo Teixeira e Pereira de Castro; a *Fôlha Acadêmica*, do mesmo ano, redigida por Adail de Oliveira, Barata Ribeiro, Teodoro Machado, Francisco Brant, Carvalho Mourão, Afonso de Carvalho e Edmundo Lins; ou o ingênuo *Paladino*, de 1897, redigido por Henrique de Macedo, José Amâncio de Paiva e Fausto Lex, alunos do 2.º ano do Ginásio do Estado, com o colaboração de Adalgiso Pereira da Silva, Alfredo Medeiros de Vasconcelos, Quintino de Macedo, José Vieira Couto de Magalhães e Ricardo Gonçalves, êste então no 1.º ano daquele Ginásio, e que só tirou três números — periódicos mencionados apenas a título de exemplo, pois foi numerosa a floração dêles; até publicações como o semanário *O Querubim*, do Rio, circulando entre 1885 e 1886, mais exatamente nos domingos entre 13 de setembro daquele ano e 5 de setembro dêste, *in-fólio* impresso na Tipografia Montenegro, "dedicado ao belo sexo", com a colaboração de Alberto de Oliveira, Luís Delfino, Gonçalves Crespo e Quintino Bocaiúva, tratando de literatura e psicologia, mas também de modas e curiosidades, com charadas e logogrifos, e até um folhetim, *O Cravo Encarnado*, traduzido por Angélica Augusta de F. Macedo; ou *A Época*, revista literária que Machado de Assis e Joaquim Nabuco fizeram, em 1875, e que viveu apenas quatro números; ou a também efêmera *Gazeta Literária* de Teixeira de Melo e Vale Cabral, publicada em 1888, com a colaboração, entre outros, de Raul Pompéia; o *O Meio*, de curta duração, revista em fascículos de quinze páginas, de Coelho Neto, Pardal Mallet e Paula Ney. Menos transitórias seriam *A Vida Moderna*, de 1886, dirigida por Artur Azevedo e Luís Murat, impressa no Laemmert e com a colaboração de Xavier da Silveira Júnior, Moreira Sampaio, Luís Delfino, Araripe Júnior, Guilherme Bellegarde, Alcindo Guanabara, Guimarães Passos, Raul Pompéia, Alberto Tôrres, Rodrigo Otávio e outros.

A literatura tinha importância, para a limitada camada culta do país: em 1873, quando Nabuco opôs restrições à obra de Alencar, a polêmica despertou atenção; em 1878, chegava ao Brasil o romance de Eça de Queiroz, *O Primo Basílio* e, em março, em *O Cruzeiro*, Machado de Assis lhe faz severa crítica, que desperta comentários. Nesse ano, desaparece a *Ilustração Brasileira*, lançada com grande sesperanças no ano anterior. Em 1878, deixa de circular o *Jornal das Famílias*, de largo público feminino e em que Machado de Assis deixou copiosa colaboração; o romancista abandona também a colaboração que mantinha em *O Cruzeiro*. Começa para êle a primeira pausa em atividade fundamental: "A não ser de setembro de 1878 a outubro de 1879, quando estêve doente, nunca, dos dezesseis aos cinqüenta e oito anos, de 1855 a 1897, dos versos da *Marmota* à 'Semana' da *Gazeta de Notícias*, deixou de colaborar regularmente na imprensa. E, em regra, escrevia para vários lugares ao mesmo tempo".[108] Em 1879, a *Revista Brasileira* inicia sua segunda fase; em março de 1880, começa a publicar as *Memórias Póstumas de Brás Cuba*, o grande romancista começa também a sua segunda fase, a dos grandes romances da maturidade, os que, com os contos, lhe eternizarão o nome. Iniciará, em 1882, sua colaboração na *Gazeta de Notícias*, o melhor jornal da época, continuando na *Estação*, do Lombaerts, "misto de revista mundana e figurino", onde saiu a maior parte de seus contos.

Em 1877, Artur Azevedo assume a direção da *Revista do Rio de Janeiro*. Paula Ney e José do Patrocínio fazem amizade, na *Gazeta de Notícias*, onde aquêle é repórter; saíram juntos em 1879, para a *Gazeta da Tarde*, juntando-se a Ferreira de Menezes. Na *Revista Nacional de Ciências e Letras*, aparece, em 1877, o romance de Inglês de Sousa, *O Coronel Sangrado*, abrindo o Naturalismo no Brasil, sem que o público notasse. Inglês de Sousa, redator-chefe do *Diário de Santos*, fundador da *Tribuna Liberal* e diretor da *Revista Nacional*, não conheceu sucesso em vida, como romancista, distinguindo-se mais como homem de leis. Em 1880, Artur Azevedo fundou a *Gazetinha*, que começou a circular a 29 de novembro, contando com a colaboração de José do Patrocínio, Lopes Trovão, Dermeval da Fonseca, Artur de Oliveira, Carvalho Júnior, Lúcio de Mendonça, Aluízio Azevedo, Teófilo Dias, Urbano Duarte, Salustiano Sebrão, Fontoura Xavier, Adelino Fontoura e

[108] Lúcia Miguel Pereira: op. cit., pág. 158.

outros; a redação era na rua do Ouvidor, 132. O jornal andou às turras com a *Gazeta de Notícias*, e esta com *O País*, de propriedade de João José dos Reis Júnior, depois visconde de São Salvador dos Matozinhos, resultando em duelo dêste com Ferreira de Araújo, duelo a que o *Mequetrefe* dedicou uma de suas capas. A *Gazetinha* circulou até 3 de fevereiro de 1881, com segunda fase, de 8 a 17 de fevereiro, e ainda uma terceira, de 1.º de janeiro de 1882 a 15 de abril de 1883. Mas já Artur Azevedo não estava no jornal.[169] Suas preocupações concentravam-se no teatro, e o gênero ganhava impulso: em 1885 vinha ao Rio, pela primeira vez, Eleonora Duse; em 1886, seria maior o acontecimento, com a vinda de Sara Bernhardt, que também voltaria.

Os grandes jornais da Côrte são ainda a *Gazeta de Notícias* e *O País*. Começava a circular, então, *A Semana*, de Valentim Magalhães. Os homens de letras viviam pràticamente da imprensa: ela é que lhes permitia a divulgação de seus trabalhos e o contato com o público. Taunay publicara a *Inocência* em folhetim de *A Nação* e foi colaborador de *A Notícia;* Franklin Távora publicara já as *Lendas e Tradições Populares*, na *Ilustração Brasileira*, em 1878, e *Sacrifício*, na *Revista Brasileira*, em 1879; Raul Pompéia deixou contos e as meditações de *Alma Morta*, na *Gazeta da Tarde*, em 1888, ano em que lançou *O Ateneu;* Domingos Olímpio foi redator do *Diário do Grão Pará* e da *Província*, em Belém, antes de vir para o Rio, onde fundou, em 1904, *Os Anais;* Alcides Maya militou na imprensa desde os dezoito anos, dirigiu *A República*, órgão da dissidência republicana gaúcha, e, depois, ainda em Pôrto Alegre, o *Jornal da Manhã;* Tristão da Cunha fêz crítica literária para o *Mercure de France* e, no Rio, escreveu na *Gazeta de Notícias, O Jornal* e *O Dia*, de que foi um dos fundadores, e colaborou na *Revista do Brasil* e na *Revista Brasileira;* Coelho Neto iniciou-se na *Gazeta da Tarde* e prosseguiu na *Cidade do Rio*, de José do

169 Artur Azevedo (1855-1908) nasceu no Maranhão onde, aos dezessete anos, dirigia a revista *O Domingo*. Ingressando no funcionalismo público, transferiu-se para a Côrte, em 1873, ingressando na *Reforma* como revisor. Sua atividade maior foi dedicada ao teatro, para o qual escreveu e traduziu numerosas peças, mas distinguiu-se também como jornalista, tendo fundado a *Revista dos Teatros*, em 1879, a *Gazetinha*, em 1880 e *O Álbum*, em 1891, sendo colaborador, por longo tempo, da *Gazeta de Notícias*, de *O País*, de *O Século*, da *Notícia* e, finalmente, do *Correio da Manhã*.

Patrocínio, e no *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa; Aluízio Azevedo escreveu e desenhou para revistas e jornais; Adolfo Caminha colaborou em *O Norte*, no Ceará, e na *Gazeta de Notícias*, no Rio, assinando com as iniciais C. A. as "Cartas Literárias", depois de ter polemizado, em Fortaleza, com Rodolfo Teófilo, em *O Pão*, órgão da Padaria Espiritual; seu primeiro artigo na *Gazeta de Notícias*, "A Chibata", causou rumoroso escândalo; Júlio Ribeiro foi colaborador do *Diário Mercantil*, em S. Paulo, onde publicou as "Cartas Sertanejas", polemizou, chamou a Faculdade de Direito de "polipeiro de metafísica e pedantismo insolente", escreveu no *Correio de Santos* e fundou, em S. Paulo, *A Procelária*, tomando posição pela República, e, em 1888, *O Rebate*, ano em que lançou *A Carne*; Emiliano Perneta foi, no Rio, secretário da *Fôlha Popular* e trabalhou na *Cidade do Rio*, conhecendo Cruz e Sousa em 1890 e formando, com êle, Lima Campos, Oscar Rosas e Gonzaga Duque, o grupo simbolista, cujo crítico seria Nestor Vitor; Gonzaga Duque editou a revista *Guanabara*, escreveu na *Gazeta da Tarde*, de Patrocínio, passando à *Semana*, de Valentim Magalhães, vindo a escrever, em 1889, a *Mocidade Morta*, crônica de sua geração, que só apareceu em 1899, em edição inçada de erros, sendo, depois, do grupo do *Fon-Fon*; Alphonsus de Guimaraens colaborou nos jornais paulistas *Diário Mercantil*, *Comércio de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *Estado de São Paulo*, recusando o convite de Adolfo Araújo para trabalhar em *A Gazeta*, preferindo redigir o *Conceição do Serro*; Afonso Arinos estreou em *O País*, com o conto "Manuel Lúcio", sob o pseudônimo de *Alfar*, mas foi na *Revista Brasileira* que publicou seus melhores contos, vindo a participar, com Eduardo Prado, em S. Paulo, em 1897, da direção do *Comércio de São Paulo*; Valdomiro Silveira estreou no *Correio Popular*, com o conto caboclo "Rabicho", e suas histórias apareceram na imprensa entre 1897 e 1906.

A 17 de setembro de 1894, abriu-se a Confeitaria Colombo, no Rio. Até então, os escritores e jornalistas reuniam-se na Pascoal, à rua do Ouvidor. A nova confeitaria, à rua Gonçalves Dias, fundada por José Lebrão e Joaquim Borges Meireles, passou a constituir o "terreno neutro" onde os homens de letras se encontravam. Ali tratavam de seus assuntos prediletos. Reuniam-se, assim, em confeitarias e em revistas, geralmente de duração efêmera, que serviam apenas para agremiá-los. Foi assim que surgiu, por exemplo, em 1899, a *Revista Contemporânea*, de Manuel Cardoso Júnior

e Oscar Moss, dirigida por Luís Edmundo, ilustrada por Calixto, Raul Pederneiras, Amaro, Crispim do Amaral, Gil, Julião Machado, com a colaboração, entre outros, de Paulo Barreto, Luís Delfino, Cruz e Sousa, Aphonsus de Guimaraens, Gonzaga Duque, Nestor Vitor, Mário Pederneiras, Lima Campos e Antônio Sales, e que durou muito, pois durou até 1901. Na província, o papel estimulador e agremiativo da revista literária assumia proporções ainda maiores. Assim aconteceu em Curitiba: "Embora ainda fôsse dar êsse e outros frutos tardios, logo feneceu o simbolismo que, se noutras partes não deitou raízes, ainda menos o poderia fazer aqui, dado o nosso feitio pouco imaginativo e avêsso às abstrações; a sua breve floração parece se ter circunscrito ao Rio, sempre acolhedor às novidades, e ao Paraná. Talvez se deva atribuir o seu surto em Curitiba menos a alguma predisposição dos paranaenses para o subjetivismo do que à ação da revista *Cenáculo*, ao prestígio de seus principais colaboradores Emiliano e Júlio Perneta, Dario Veloso e Silveira Neto. Coisa rara em revistas literárias, e particularmente nas do momento, o *Cenáculo* teve grande repercussão e durou três anos. Folhear-se a coleção é respirar a atmosfera da época, sensível na primazia — em quantidade e qualidade — da poesia sôbre a prosa, e em frases como as seguintes: 'A Arte que tem o seu ideal numa ronda dos sonhos pelas porcelanas do Infinito, não suporta os regimes da Escola, nem das Épocas.'"[170] Pouco adiante, no entanto, e em meio ainda mais estreito, João Simões Lopes Neto seria redator, em Pelotas, de *A Opinião Pública* e, ali mesmo, em outra fôlha, o *Correio Mercantil*, publicaria os *Casos do Romualdo*, criando alguma coisa cuja dimensão exata só a geração seguinte compreenderia em sua plenitude e significação.

Algumas figuras dessa geração curiosa, de uma fase em que imprensa e literatura se confundiam tanto — e isso, só por si, mostra como a imprensa engatinhava, não tendo criado, aqui, ainda, a sua própria linguagem e definido o seu papel específico — algumas das figuras destacadas daquele tempo desapareceram, apagaram-se, ficaram esqueceidas. Uma delas foi, certamente, Emílio Rouéde. Aluízio Azevedo, na *Semana* de 27 de novembro de 1886, escreveu, a respeito de Rouéde "Imagine-se o espírito gaulês refinado na Espanha durante oito anos; imagine-se um Tartarin depois

170 Lúcia Miguel Pereira; op. cit., pág. 228.

de atravessar um bom período de revolução em Madrid, no qual êle tomou parte tão ativa que saiu assinalado por uma cutilada na cabeça; imagine-se o francês mais meridional, mais incansável no trabalho, mais original nos seus pontos de vista, e terão uma fraca idéia do que é êsse espirituoso Rouéde, a quem hoje ninguém via sem simpatizar com êle e com quem ninguém conversou sem fazer dispêndio de gargalhadas." Rouéde foi secretário da *Cidade do Rio*, brilhou intensamente e foi morrer em Santos; na *Mocidade Morta*, Gonzaga Duque mostrou-o, na moldura de sua época. Traçando-lhe o necrológio, em *A Notícia*, Olavio Bilac escreveu: "Emílio Rouéde foi músico, pintor, gravador, fotografo, escritor, professor, poliglota, negociante, industrial, lavrador e conspirador político. (. . .) Rouéde antecipava, voluntàriamente, a ação da morte, exilando-se do centro, onde fôra o rei da graça, pelo talento, pela vibração tumultuosa do temperamento boemio. Nunca vi um homem dotado de tamanha capacidade para o exercício de tôdas as profissões ao mesmo tempo."

A GRANDE IMPRENSA

Esbôço

A mudança do regime não alterou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e fôrça os republicanos, com mais combatividade os monarquistas. Não surgiram de imediato grandes jornais novos: só em 1891 apareceria o *Jornal do Brasil*. Multiplicaram-se os pequenos, os órgãos de vida efêmera, mas isso sempre acontecera e continuaria a acontecer nas fasese de agitação, desaparecendo em seguida. Alguns grandes jornalistas seriam chamados a funções políticas eminentes: Salvador de Mendonça, Rui Barbosa, que não era, a rigor, homem de imprensa, atividade em que os seus trabalhos foram circunstanciais, como às vesperas da queda da monarquia, e Quintino Bocaiuva, a figura mais importante do periodismo republicano, realmente, chamado ao ministério que o Govêrno Provisório organizaria, sob a chefia de Deodoro.

Autêntica vocação para o jornalismo permitira a Quintino, desde os bancos acadêmicos, impor-se nessa atividade, ainda quando ela parecia subalterna e até negativa, entre nós. Escritor, ho-

mem culto, personalidade marcante em seu tempo, optara finalmente pelo mister que o glorificaria, e que êle sempre honrou, abandonando pouco a pouco as ilusões literárias, a crítica, o teatro, sempre acatado como par, entretanto, no meio dos homens de letras. Republicano convicto, com os maiores e mais antigos serviços à causa do nôvo regime, em cuja propaganda se empenhara desde os tempos de estudante, e a cujos princípios ficou fiel ao longo de tôda a sua existência, como político e como jornalista, a entrada de Quintino Bocaiuva para o primeiro ministério republicano era mais do que o reconhecimento de seus serviços e de seus méritos pessoais, porque era o reconhecimento da importância que a imprensa tivera no advento do nôvo regime. Ninguém a poderia representar melhor, realmente.[171]

Os acontecimentos de novembro de 1889 trouxeram ao Brasil, como correspondente de jornal parisiense, a Max Leclerc que teve a oportunidade de traçar o quadro da imprensa brasileira daquela fase, com algumas observações exatas e agudas: "A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do govêrno paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma emprêsa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública. Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso *Figaro*, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. Em tôrno dêles, a multidão multicor de jornais

[171] Quintino Bocaiúva (1836-1912) começou como tipógrafo, passando depois a revisor, fazendo o curso de Direito em S. Paulo, onde fundou, com Ferreira Viana, *A Honra*, iniciando a propaganda republicana que jamais abandonaria. Crítico e teatrólogo, a atividade de jornalista absorveu-o depois integralmente. Tendo colaborado em vários jornais estudantis e, posteriormente, na Côrte, distinguiu-se particularmente em *A República* (1870-1874), *O Globo*, *O Cruzeiro* e *O País*, desde 1885, jornais que dirigiu e de onde orientou a propaganda republicana e os rumos do Partido Republicano, de que foi um dos fundadores. Ministro das Relações Exteriores, no Govêrno Provisório, governador do Estado do Rio de Janeiro, Senador, Quintino Bocaiúva foi a figura mais eminente da imprensa brasileira em sua época.

de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções dêsses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível. Nos jornais mais lidos, os anuncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado à redação é muito restrito e, nesse campo já diminuto, se esparramam diminutas notícias pessoais, disque-disques e fatos insignificantes; o acontecimento importante não é, em geral, convenientemente destacado, porque ao jornalista como ao povo, como ao ex-imperador, falta uma concepção nítida do valor relativo dos homens e das coisas; carecem êles de um critério, de um método. A imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à sua apatia. Os dois maiores jornais brasileiros, o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, realizam excelentes negócios: têm tantos anuncios que, não lhes bastando a terceira e quarta páginas, dedicam-lhes um suplemento. *O Jornal do Comércio* é uma espécie de *Times* sem virilidade; é o *Times* sem os *leading articles;* um bom repertório de fatos, um conjunto útil de documentos. A *Gazeta de Notícias* é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está a sua fôrça. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras; coloco-o nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores a seus concidadãos. Tem êle temperamento, caráter, espírito elevado, inteligência aberta. Julgou de pé o Império, declarou-se então republicano por motivos de ordem nacional; proclamada a República, estabelecida a ditadura, conservou sua independência de julgamento. Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma idéia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sòzinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa.

"Desmoralizou-se a imprensa com a publicação, em suas colunas ineditoriais, sob o título de *a pedidos*, de libelos infames, de ataques anônimos contra personagens públicas ou privadas e instituições, publicações essas pagas pelos interessados, entre os quais a polícia se encontra não raro. Não insisto nesse ponto desagradável; mas os brasileiros devem ter em vista que êsse recanto mal

afamado dos jornais, onde o leitor, levado por uma curiosidade malsã, deita o olhar em primeiro lugar, é um ponto gangrenado do corpo social; é preciso extirpá-lo a ferro e fogo."[172]

Depois da proclamação da República, continuou a circular a *Tribuna Liberal*, dirigida por Carlos de Laet, argumentador agil e corrosivo; suspenderia a circulação em dezembro de 1889, retomando-a a 1.º de julho de 1890, agora com o título encurtado para *A Tribuna*, e sob a direção de Antônio Medeiros, agasalhando os violentíssimos artigos de Eduardo Prado. Tais artigos motivaram ameaças ao jornal. O chefe de Polícia, Sampaio Ferraz, pensou em dar-lhe garantias. Ferraz, enérgico, capaz, dotado de autoridade incontestada, criara o primeiro problema com a imprensa, ao prender o desordeiro Juca Reis, irmão do conde de São Salvador de Matozinhos, proprietário de *O País*, o jornal de Quintino Bocaiuva, figura destacada da imprensa, do regime e do Govêrno Provisório. O problema repercutiu no Ministério e a autoridade de Sampaio Ferraz foi mantida. *O País* foi vendido a Francisco de Paula Mairinque. *A Tribuna* excedia-se em sua linguagem, entretanto. Eduardo Prado escrevia que Deodoro era uma nulidade, ambicioso e prepotente: "Agora, em tempo de paz, de figos e de vacas gordas, é que é generalíssimo." Ia além, insultando a associação de classe dos oficiais: "O clube presidido pelo sr. Deodoro não teria sido permitido em nenhum país culto". A 29 de novembro de 1890, o jornal foi depredado.

O protesto da imprensa foi imediato e total: o documento em que ficou registrado é dos mais eloqüentes exemplos do grau de desenvolvimento da imprensa brasileira; assinavam-no pràticamente os representantes da totalidade dos órgãos editados no Rio de Janeiro, independente de partido e de orientação. Dizia: "A imprensa fluminense, representada nos jornais abaixo declarados, reunida, hoje, na sala de redação do *Jornal do Comércio*, para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo govêrno, para assegurar e manter a liberdade de exame e de discussão, gravemente comprometida pelo assalto feito à *Tribuna* e pelas ameaças de que têm sido alvo outros jornais, resolve declarar: 1.º — que não satisfaz a declaração, hoje publicada pelo *Diário Oficial*, por ser dúbia e frouxa; 2.º — que espera sejam punidos, na forma das leis, os culpados do assalto, de que foi vitima a *Tribuna*, apontados

172 Max Leclerc: *Cartas do Brasil*, S. Paulo, 1942, pág. 161.

pelo inquérito a que se está procedendo; 3.º — que está resolvida, caso tal punição não se dê, ou não desapareça a falta de segurança em que se acha, a empregar todos os meios, dentro de suas funções, para assegurá-la, mesmo a suspender coletivamente a publicação dos jornais. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890. *Jornal do Comércio — Gazeta de Notícias — Gazeta da Tarde — Diário de Notícias — O País — Diário do Comércio — Cidade do Rio — Novidades — Correio do Povo — Democracia — Revista dos Estados Unidos — La Voce del Popolo — Mequetrefe — La Patria — Revista Ilustrada — Apóstolo — Sportman.*[173]

José Carlos Rodrigues, a 15 de outubro de 1890, adquiria o *Jornal do Comércio* a Julius Villeneuve e Francisco Antônio Picot. A *Gazeta de Notícias* publica as críticas e crônicas de Ramalho Ortigão e as crônicas, contos e romances de Eça de Queiroz. Nesse ano de 1890, conquista nôvo colaborador, já conhecido como poeta e cronista. É Olavo Bilac, que começara na *Semana* e na *Estação* e, em S. Paulo, pertencera ao prestioso *Diário Mercantil*, de Gaspar da Silva, em que ingressara apresentado por carta de Raimundo Correia, colaborando também na *Vida Semanária*, de Emiliano Perneta, revista política que teve o seu momento de notoriedade literária com a polêmica que manteve com a *Vida Moderna*, do Rio, por provocação de Luís Murat, e de que participara também *A*

173 Os liberais preparavam o congresso do partido, previsto para maio de 1889, e começaram por lançar, em dezembro de 1888, a *Tribuna Liberal*, com oficinas à rua Nova do Ouvidor. Aquêle congresso levantaria o programa liberal, incluindo o voto secreto, o eleitorado à base da alfabetização e não da renda, a reforma da administração provincial, o direito de reunião, o casamento civil obrigatório, a liberdade de cultos, a temporariedade do Senado, a reforma do Conselho de Estado, a reforma do ensino; Rui e mais dezoito congressistas levantariam mesmo a idéia da federação. Era programa característico da ascensão burguesa, que a República efetivaria. Com o nôvo regime, o jornal tornou-se oposicionista: a 28 de novembro de 1889, alardeava já que sua circulação triplicara desde o dia 15; a 1.º de dezembro, proclamaria uma tiragem de 22.500 exemplares. A pressão contra a imprensa monarquista motivou o protesto do Apostolado Positivista do Brasil, nos *a pedidos* do *Jornal do Comércio*, de 26 de dezembro de 1889, assinado por Miguel Lemos. Fechada a *Tribuna Liberal*, Antônio de Medeiros, seu diretor-proprietário, tirou *A Tribuna*, que começou a circular a 1.º de julho e foi empastelada a 29 de novembro de 1890. A morte do revisor Romariz, quando do empastelamento, seria aproveitada, mais tarde, por Lima Barreto, no conto "A Sombra do Romariz".

Semana, de Valentim Magalhães, revista de letras que, com interrupções, circulou entre 1885 e 1895. Voltando à Côrte, em 1889, colaborara no *Novidades*, de Alcindo Guanabara, e, levado pela mão de Coelho Neto, entrara para a *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, que, "com sua campanha generosa em favor da raça escrava, torna-se chefe da boemia turbulenta. *A Cidade do Rio* é espelho magnífico. Nem sempre pagando os ordenados, distribuindo dinheiro quando há, apenas admitindo a maior liberdade de movimentos, José do Patrocínio contorna os embaraços, estabelecendo cozinha e restaurante no jornal."[174]

Realizada a Abolição, o grande momento da carreira de Patrocínio — que mereceria morrer no 13 de Maio, segundo um comentador, para sobreviver em memória gloriosa — o jornal entrara em crise de *isabelismo*, por curioso entendimento de seu diretor quanto à gratidão política, como se a princeza tivesse libertado os escravos só por si. Foi por rebeldia ante essa atitude que Pardal Mallet e outros o abandonaram, para lançar *A Rua*, com Olavo Bilac, Luís Murat e Raul Pompéia. Tudo isso não impediu a rápida adesão de Patrocínio à República, como vereador da cidade e como jornalista: a *Cidade do Rio* tirou três edições a 15 de novembro de 1889. No ano seguinte, Bilac e Mallet estarão na *Gazeta de Notícias* que, "com a sua presença e a presença de Pardal Mallet, tornando-se mais inquieta e audaciosa, reunira outros homens de letras, constituindo-os em centro de irradiações magníficas. Machado de Assis escreve a crônica semanal, com mordacidade que as tornariam celebres, cheias de reminiscências e sátiras alegóricas. Só muitos anos depois não quis continuar a faina, cabendo a Olavo Bilac a herança."[175]

Começam escritores e jornalistas a criar a moda das viagens à Europa: Agostini fôra, ainda em 1889, para longa permanência, não lhe pertencera, por isso, a responsabilidade da áspera nota da *Revista Ilustrada*, nos fins de 1890, pelo atentado à *Tribuna*, mas à de Artur Miranda. Depois de condenar o órgão monarquista, "molécula infectada no organismo da nossa imprensa", acrescentara: "Mas somos pela liberdade de opinião. (...) O ataque à *Tribuna* causou-nos enojamento. Foi um ato de barbaria nada admirável na Cafrária. Jamais pensamos que na capital federal

[174] Elói Pontes: op. cit., pág. 85, I.
[175] Elói Pontes: op. cit., pág. 173, I.

houvesse um grupo de homens tão miseráveis, tão iníquos, ao ponto de desbaratarem um jornal, jamais nos passou pela idéia que êste fato tão mesquinho, tão repugnante, tivesse lugar sob o regime de *tôdas* as liberdades concedidas pela lei..." A nota era severa e tanto mais corajosa quando se considera que a depredação da *Tribuna* fôra obra de militares, que o Govêrno Provisório, realmente ditatorial, era exercido por um militar. Os acontecimentos não perturbam, entretanto, as viagens à Europa: Bilac vai, em 1890, a serviço da *Cidade do Rio;* Patrocínio irá, em 1892; Ferreira de Araújo, em 1893, escrevendo, então, as *Cartas de um Ausente.*

A morte do revisor da *Tribuna*, João Ferreira Romariz, gravemente ferido no atentado ao jornal, mantém as atenções voltadas para o caso, que encontra repercussão no Congresso e agrava a cisão entre êste e Deodoro, particularmente pela intransigência de Prudente de Morais. Aristides Lôbo, em entrevista ao *Diário de São Paulo*, não esconde suas apreensões: "Abre-se para os inimigos da República o ensejo para as grandes explorações. A descrença publiblica, cada vez mais cavada e mais profunda, dissolverá uma a uma as últimas energias." Interêsses e simpatias ligadas ao regime extinto movimentam-se, agrupam-se. Em fins de 1890, ultimam-se os preparativos para lançamento de nôvo jornal, reunindo elementos contrários à República: em carta a Joaquim Nabuco, então em Londres, de 18 de dezembro, Rodolfo Dantas anuncia aquêles preparativos e lhe pede que aceite o lugar de correspondente na Inglaterra, enviando cartas, como vinha fazendo para o *Jornal do Comércio*, além de notícias, por 35 libras mensais, convite que Nabuco aceitou prontamente.

Além de Dantas, comporiam a direção Henrique de Villeneuve, que deixara o *Jornal do Comércio*, como gerente, e Sancho de Barros Pimentel, que seria o chefe da redação, de que fariam parte Gusmão Lôbo, Sousa Ferreira, Antônio de Sousa Pinto, José Veríssimo, M. Said Ali, Ulisses Viana, Pedro Leão Veloso Filho, o barão do Rio Branco e, com função coordenadora, Constâncio Alves, antigo redator-chefe do *Diário da Bahia*, muito chegado a Dantas. A redação ficou à rua Gonçalves Dias, 56, e foi encomendado material à casa Marinoni, de Roma. Não chegando em tempo, pois o lançamento fôra fixado para 9 de abril de 1891, em homenagem ao 60.º aniversário do *Te-Deum* em ação de graças pela aclamação de D. Pedro II como Imperador, as edições iniciais foram feitas em máquina plana *Alauzet-Express*, em tiragem de 5.000 exem-

plares. O *Jornal do Brasil* apresentou-se em oito páginas, formato de 120 por 51 centímetros, impressa a primeira página em corpo 10, com oito colunas de 6 centímentros em cada página; custava 40 réis o exemplar; 6$000 e 12$000 as assinaturas semestrais e anuais na capital, e 8$000 e 16$000 para o interior.

A imprensa do Rio era variada e mesmo numerosa, se considerarmos as condições que presidiam sua existência. Max Leclerc situou bem algumas de suas características. É aceitável a divisão que faz entre grandes e pequenos jornais, entre aquêles alinhando apenas o *Jornal do Comércio*, cuja forma José Carlos Rodrigues vinha alterando, pouco a pouco, sem tocar-lhe o conteúdo, e a *Gazeta de Notícias* em fase de fastígio, deixando entre os segundos, sem mencionar-lhes os nomes, *O País*, o *Diário de Notícias*, que não cabiam perfeitamente na categoria, pois aproximavam-se dos grandes, e *A Rua*, a *Fôlha Popular*, *A Tribuna*, a *Cidade do Rio*, o *Correio do Rio*, *O Brasil*, o *Diário do Brasil*, a *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta Moderna*, o *Correio do Povo*, o *Jornal do Povo*, o *Diário do Comércio* e o *Diário Oficial*, para não mencionar as revistas, particularmente as ilustradas, órgãos semanais estas, de periodicidade variável as outras, e que exerciam grande influência na opinião. Nessa variada galeria, o *Jornal do Brasil* chegava para enfileirar-se entre os grandes. Fôra montado como emprêsa, com estrutura sólida. Vinha para durar.

E trazia inovações, pelo menos nas dimensões que deu a cada uma delas: a distribuição em carroças era uma; a amplitude dos correspondentes estrangeiros era outra. Nesta categoria entravam Wilhelm Schimper, na Alemanha; Paul Leroy Beaulieu, na França; Edmondo de Amicis, na Itália; Emile de Laveleye, na Bélgica; W. Franklin, nos Estados Unidos; Fialho de Almeida, Teófilo Braga e Oliveira Martins, em Portugal; Joaquim Nabuco e o barão do Rosário, na Inglaterra. Seus propósitos, segundo a editorial de lançamento, eram claros. Pretendia, naturalmente, fazer opinião, pesar, influir, embora esclarecesse que "o jornal não é político, nem faz política, tomando o vocábulo na accepção que o uso, entre nós, lhe atribuiu." Em relação ao regime, esclarecia: "Encontrando fundadas nos país instituições para as quais não contribuímos, mas em cuja consolidação suposmos dever nosso de patriotismo cooperar" . . . Era incisivo ao afirmar: "É agora ou nunca o momento de colocar os interêsses superiores, permanentes e essenciais de nossa sociedade acima da estreiteza do espírito de seita e de

partido". Ao aparecer, encontrava o ambiente em turbulência. Começava, por isso, com cautela, noticiando, por exemplo, de forma objetiva e sumária, que "um grupo armado, comandado pelo coronel Piragibe e ten. cel Vicente Osório de Paiva invadiu ontem as oficinas do jornal *A Tribuna*, danificando-as." Ou: "O governador de Goiás ameaça dissolver à bala a Assembléia Constituinte."

A 1.º de julho de 1891, em visita ao Vesúvio, na Itália, esquecido, injustiçado, morria Silva Jardim, tragado pelo vulcão. Patrocínio teve uma frase lapidar: "Extraordinário o destino do grande brasileiro: até para morrer se converteu em lava." Aquela não era a República de sua impenitente pregação: a 3 de novembro de 1891, Deodoro dissolvia o Congresso, com o protesto isolado de Lauro Sodré, no Pará, e a atitude inicialmente difícil de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. A 23, ante uma crise que só poderia tentar resolver pelas armas, Deodoro renunciava, assumindo o govêrno o vice-presidente Floriano Peixoto, que encontrava o país angustiado e incerto sôbre o destino do regime. O *Jornal do Brasil* começava a ocupar lugar especial na imprensa: José Veríssimo, como Sainte Beuve, faz a crítica literária nos rodapés das segundas-feiras; Constâncio Alves, aos domingos, escreve a resenha da semana. Surge a questão de posse pelo Estado dos bens das ordens religiosas; o jornal coloca-se contra o govêrno e o *Diário Oficial* assinala que "o *Jornal do Brasil*, na primeira campanha de repercussão desde seu aparecimento, contraria frontalmente os interêsses da República." É interessante êsse pronunciamento porque caracteriza a função do *Diário Oficial*, hoje entendido apenas como órgão de divulgação de atos oficiais, sem matéria redacional.[176]

[176] Eis a seqüência da evolução do *Diário Oficial: Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808 a 29 de dezembro de 1821), bi-semanal até 3 de julho de 1821, três vêzes por semana daí por diante; dirigida e redigida por frei Tibúrcio José da Rocha, até 1821; em 1813, dirigida por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, sucedido pelo cônego Francisco Vieira Goulart; declarava-se: "... não é contudo oficial; e o govêrno sòmente responde por aquêles papéis que nela manda imprimir em seu nome". — *Gazeta do Rio* (1.º de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1822) — *Diário do Govêrno* (2 de janeiro de 1823 a 28 de junho de 1833, com duas fases, a primeira até 20 de maio de 1824 e a outra depois dessa data). — *Diário Fluminense* (21 de maio de 1824 a 24 de abril de 1831), dirigido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, até 30 de abril de 1830, por Januário da Cunha Barbosa, daí por diante. — *Correio Oficial* (1.º

Nabuco voltava da Europa em junho; Sancho de Barros Pimentel cede-lhe a chefia da redação; Nabuco combate os adesistas ao nôvo regime e publica as séries de artigos: "Ilusões Republicanas" e "Outras Ilusões Republicanas", que despertam acalorados debates; o jornal é ameaçado. Como emprêsa, entretanto, vai bem: em setembro, chegam as máquinas encomendadas à casa Marinoni, e a oficina imprime também o jornal francês *L'Étoile du Sud* e o italiano *Il Brasile*. Dá destaque especial à morte de D. Pedro, em Paris, a 5 de dezembro, recrudesce na campanha monarquista e, na noite de 16 de dezembro, a redação é invadida pela multidão, há tiros, gritam "Mata! Mata! Nabuco". As oficinas são depredadas. O jornal pede garantias; "o govêrno não tem meios de garantir a vida dos jornalistas que trabalham nos jornais monarquistas", — é a resposta.

No dia 18 sai a nota, assinada por Rodolfo Dantas: anuncia que o jornal passa a novos proprietários, que êle deixa a direção, como Joaquim Nabuco e Sancho de Barros Pimentel a redação, cuja chefia será assumida, logo depois, por Ulisses Viana, quando Henrique de Villeneuve passa a dirigir a emprêsa. José Veríssimo, a 29 de dezembro, escreve a Luís Rodolfo Cavalcanti: "acabo hoje mesmo de acompanhar a bordo o Rodolfo Dantas, que se retirou, com a espôsa doente, para o sul da Espanha. O jacobinismo intolerante alçou o colo, fantasiando uma pretensa tentativa de restauração monárquica, fêz arruaças, ameaçou jornais (entre outros, o *Jornal do Brasil*) e até vidas. Estivemos aqui uns dias sob amea-

de julho de 1833 a 30 de junho de 1836 e de 2 de janeiro de 1830 a 30 de dezembro de 1840). De 31 de dezembro de 1840 a 30 de agôsto de 1846, não houve jornal oficial. — *Gazeta Oficial do Império do Brasil* (1.º de setembro de 1846 a 31 de julho de 1848), redigida por Francisco Otaviano de Almeida Rosa. — *Diário do Rio de Janeiro* (1.º de junho de 1821 a 30 de outubro de 1878), fundado e dirigido, até 1822, por Zeferino Vito Meireles; de 2 de janeiro de 1841 a 30 de agôsto de 1846, publicou as notícias oficiais; de 1848 a 1862, por contrato do govêrno com o proprietário, Nicolau Lôbo Viana, publicou a matéria oficial; eram redatores: José de Alencar, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Antônio Ferreira Viana e Augusto de Carvalho. — *Diário Oficial* (1.º de outubro de 1862 a 15 de novembro de 1889) — *Diário Oficial* (16 de novembro de 1889 a 28 de novembro de 1889) — *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* (24 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1891). — *Diário Oficial* (1.º de janeiro de 1892 até hoje); impresso em Brasília a partir de 22 de abril de 1960.

ças de regime do terror, provocado por quanto vagabundo da rua do Ouvidor se intitula republicano e que turva as águas para nelas pescar." Veríssimo tivera o seu ordenado amentado para 300$000, escrevendo os artigos de fundo, às segundas feiras. Em sua seção, a de crítica literária, escreveu que "de tôdas as manifestações da nossa vida intelectual é talvez o jornalismo a mais importante e a única em que se veja progresso, ao menos no que respeita à informação, à notícia em suma, à satisfação das atuais exigências do público." Em 1891, apareciam novos jornais, realmente, com figuras antigas e outras que apenas começavam a surgir: a fôlha monarquista *O Brasil*, fechada pouco depois: *O Combate*, de Pardal Mallet; *O Tempo*, de Frederico Borges.

As lutas políticas que haviam tumultuado o govêrno de Deodoro se agravariam. No fundo, estavam as velhas contradições da sociedade brasileira, de que a maioria das figuras políticas não tinha consciência, e que se aprofundavam, eclodindo nas fases de mudança. Tratava-se da cisão, em conseqüência, entre os que pretendiam ampliar as reformas de que a mudança no regime institucional fôra mero prelúdio, e dos que temiam essa ampliação. A primeira corrente agrupou-se logo em tôrno de Floriano; a segunda encontrou sua base nos fazendeiros de café, interessados na derrocada da monarquia, na conquista e pleno domínio do aparelho de Estado, para preservar os seus interêsses, que começavam a ser ameaçados. Não estava de acôrdo com reformas: queria uma República de fachada, uma espécie de monarquia sem sucessão hereditária, — a continuação do passado, na essência, mudados os homens, e nem todos. Porque, cêdo, ante o impulso para as reformas, compor-se-ia com as velhas fôrças, afastadas em 1889, significando a continuação do latifúndio como fôrça predominante. República, como expressão de ascenção burguesa, e latifúndio, como expressão de velhas relações de produção, as coloniais, embora já atenuadas com a liquidação do escravismo, eram antagônicas. A República tinha de ser, por isso, uma coisa de vitrine, formal, vistosa, aparente. Contra isso lutavam, desorganizadamente, os que a pretendiam em estado de pureza, supondo alguns, como Rui, que isso dependia apenas de boas leis e do respeito que inspirassem essas leis; e outros supondo que isso dependia de medidas práticas, de reformas profundas. Não havia, evidentemente, condições para tais reformas, aliás vagamente enunciadas: a vida política, apesar do que dispunha a nova Constituição, em suas formais franquias

democráticas, cobria apenas as classes e camadas superiores. Não havia proletariado organizado e participante; no campo, reinava a servidão. Na classe média, dêsse modo, repousava o ímpeto reformista. Cindida, como acontece com freqüência, dilacerava-se em choques repetidos. Uma fraca burguesia, que encontrara amplas perspectivas no nôvo regime, — que, em suma, foi sempre, no mundo, o seu regime — não tinha fôrças para ir além. Os republicanos dividiram-se, pois, e o divisor foi o govêrno de Floriano, em tôrno do qual rondavam e se desencadeariam logo as tempestade. A imprensa refletiu claramente êsse quadro: o florianismo empolgou parte dos militares, parte dos intelectuais — parte da imprensa: a classe média precoce, relativamente antiga e peça principal das lutas políticas do país de há muito.

Já a sua ascenção despertou atritos. Como o *Jornal do Brasil* fôsse acusado de não ter protestado contra determinada violência, como fizera *O Brasil*, José Veríssimo esclareceria, em carta a Luís Rodolfo Cavalcanti: "ao *Brasil* era fácil fazer o que fêz, ao *Jornal do Brasil* não, pois representa interêsses muito mais avultados do que aquêle." Isto é, o pequeno jornal tinha, e tem, possibilidades de independência que o grande jornal não tinha, e não tem; aquêle é transitório, êste tende à permanência; aquêle é obra de poucos, êste é já coletividade estruturada, com desenvolvida divisão de trabalho; aquêle é esfôrço de alguns, que pode ser repetido adiante, êste é emprêsa. Nos fins do século XIX estava se tornando evidente, assim, a mudança na imprensa brasileira: a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa.

Em 1892, o *Jornal do Brasil* teve problemas internos: Villeneuve desejava a defesa clara da monarquia; Ulisses Viana, que se opunha a isso, deixou a fôlha, substituído por Constâncio Alves. A questão não era de somenos, visto que estavam em jôgo "interêsses avultados". A 21 de março, aparece o manifesto anti-florianista dos generais; os signatários são imediatamente transferidos para a reserva. O clima era de tormenta. No *Combate*, de Pardal Mallet, Patrocínio vociferava: "Sangue, mais sangue. É preciso que o sr. Floriano beba. Os anêmicos dão-se bem na atmosfera dos matadouros, e o Brasil é um boi manso, que tanto serve para tirar a zorra do trabalho, como para nutrir tiranos." A 10 de abril, irrompe um motim na capital; no dia seguinte, depois de dominá-lo, o

govêrno começa a prender militares, jornalistas, intelectuais, políticos. Luís Murat, com as imunidades de deputados, assume a direção do *Combate;* Pardal Mallet, Bilac, Patrocínio estavam presos. Patrocínio será confinado em Cucuí; Mallet, em Tabatinga; Bilac permanecerá cinco meses na fortaleza da Laje. Nesse turbulento mês de abril, passa o *Jornal do Brasil* à propriedade de uma sociedade anônima e Ulisses Viana volta à direção. Entre os sócios, significativamente, estavam grandes titulares do Império, que a Coroa havia enobrecido: os condes de Figueiredo, de Sebastião Pinto, os viscondes de São Francisco e de Ferreira de Almeida, os barões de Quartim, de Sousa Lima, de Ibiapaba, de Drumond, de Ibirocai, os conselheiros Manuel Pinto de Sousa Dantas, Paulino José Soares de Sousa, João Alfredo Correia de Oliveira, Diogo Silva, Rodolfo Dantas, Luís Filipe de Sousa Leão, Estevão José da Silva, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Balduíno José Coelho e Jerônimo Sodré, e mais comendadores, etc., etc. A reunião dessa sociedade anônima pareceria um sarau no Paço.

Foi por essa altura que entrou para a redação Felisbelo Freire. O jornal proclamava-se apartidário. A 1 de abril, noticiava com cuidado o motim da véspera. Tinha agora quatro páginas apenas. Cheias, aliás, de boa colaboração, contanto com a do Rio Branco, a de Nabuco (sob pseudônimo), a de Martins Júnior, a de Teixeira Bastos, a de Gomes Leal, e de duas figuras de relêvo internacional: Alphonse Daudet e Eça de Queiroz, que escrevia as "Notas Contemporâneas". O jornal combatia a idéia da interiorização da capital e chamava a atenção para a "Questão Social", editorializando solenemente que tal questão "se inicia por tôda a parte e já tem uma ação inegável entre nós; já se tem manifestado pelas greves repetidamente, principalmente as da estrada de ferro, causando gravíssimos danos e prejuízos ao comércio e às populações do interior."

Quintino Bocaiuva, em *O País,* sustentava a política de Floriano, como, em S. Paulo, o *Estado,* em que pontificava Júlio de Mesquita. A luta parece arrefecer, com a anistia, concedida a 5 de agôsto de 1892: os presos são libertados, Bilac vai secretariar a *Cidade do Rio,* a 23 morre Deodoro, recusando as honras militares. Aparece *O Album,* com a colaboração de Paula Ney, Bilac, Pedro Rabêlo, Guimarães Passos, Alberto de Oliveira, Aluízio, o padre Correia de Almeida e outros. Em janeiro de 1893, Araripe Júnior substitui José Veríssimo, na crítica literária do *Jornal do Brasil.* Circula êste todos os dias do ano, salvo a 14 de maio,

porque considera o 13 de Maio "a data magna do país". Em maio, aliás, passa à propriedade de sociedade em comandita e a direção é assumida por Rui Barbosa, auxiliado por Constâncio Alves; Tobias Monteiro é o secretário; Joaquim Lúcio de Albuquerque, o gerente. No dia 20, aparece já sob a firma J. Lúcio & Cia. Ulisses Viana deixa a direção. No cabeçalho, aparece agora: "Redator-chefe: Rui Barbosa". Ante a aguda turbulência, toma posição: é legalista. Mas adverte: "Perturbar a ordem, porém (fiquem definidos os têrmos), não é censurar os que a aluem; é, pelo contrário, militar com os que a defendem, pugnando com a lei contra os que a degradam." Rui não se limitaria à providência de definir a posição do jornal; sua primeira medida fôra mudar o Z de *Brazil em S*, no título. O preço do exemplar era agora de 100 réis e a fôlha começava a receber o serviço da agência Havas. A fase é combativa: a direção de Rui é de anti-florianismo sem medidas. Não se limita a isso: imprime o *Correio da Tarde*, fundado por Jaques Ourique e J.J. Seabra, para combater o govêrno de Floriano, com Pardal Mallet e Assis Pacheco na redação.

A publicação no *Jornal do Brasil*, a 31 de agôsto de 1893, do *habeas-corpus* impetrado por Rui em favor do alimirante Wandenkolk é a última gôta que faz transbordar a paciência dos florianistas a 3 de setembro, o jornal é atacado, mas não destruido. A 6, aparece o último artigo de Rui e irrompe a revolta da Armada; Rui refugia-se na Inglaterra; a edição de 1.º de outubro é apreendida. A calma fôra tempestuosamente rompida, se é que existira, com as apaixonadas lutas políticas em desenvolvimento. Permitira, entretanto, a Valentim Magalhães pôr novamente em circulação *A Semana*, partilhando a direção com Max Fleiuss e reunindo na redação Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Raul Pompéia, João Ribeiro, Rodrigo Otávio e Fontoura Xavier. Mas deixava de circular *A Estação*, em que Machado colaborara tanto. Os acontecimentos ecoariam por todo o país; jornais seriam fechados nos Estados. No Rio Grande do Sul, isso acontecera com *A Atualidade*, deixando sem emprêgo Antônio da Costa Correia Leite Filho, conhecido como Mário de Artagão, que redigira, com Carlos de Laet, a *Tribuna Liberal*, no Rio, e trabalhara em outros jornais, em seus pagos, como o *Rio Grande do Sul*, a *Gazeta Mercantil*, o *Eco do Sul*.

No Rio, Olavo Bilac, que deixara a *Cidade do Rio*, voltando à *Gazeta de Notícias*, escondera-se em Minas, desde os primeiros

dias de novembro. Lá já estavam muitos outros, inclusive Emílio Rouéde, secretário da *Cidade do Rio*. A *Gazeta de Notícias* teve a circulação suspensa alguns dias. Floriano domina a revolta e a corrente que o apoia inicia a sua glorificação: ídolo popular, dos primeiros que o país conheceu, e quando o povo era composto principalmente pela classe média, sua única parcela dotada de um mínimo de consciência política e de possibilidade de participação, aparece como gravíssima ameaça ao latifúndio. A manobra militar contra êle fracassara; seguir-se-ia a manobra política, com a eleição de Prudente de Morais para a presidência da República. A ala exaltada do florianismo, que existiu até depois de sua morte, desejava resistir pela fôrça, rompendo a Constituição. Floriano abandonou o poder na data marcada, mas não compareceu à posse do nôvo presidente: lavava as mãos. Ia começar a República das oligarquias: Prudente preparou-a, Campos Sales dar-lhe-ia estrutura definitiva.

A exaltação política da época está integralmente retratada na imprensa. Até em livros, sem falar naqueles que os monarquistas exilados escreveram lá fora, criticando acerbamente o nôvo regime e suas figuras mais destacadas. Pena mordaz, virulenta às vêzes, Eduardo Prado não se satisfaz em fundar jornal de oposição feroz à República. — a 4 de dezembro de 1893, aparecia em S. Paulo o seu livro *A Ilusão Americana*, com êxito singular. No dia seguinte, a tipografia que o imprimira foi cercada e a edição apreendida, avisadas as livrarias que não o vendessem. *A Platéia*, jornal de oposição, fundada a 1.º de julho de 1888 por Horácio de Carvalho, e depois dirigido por Araújo Guerra, noticiava, a 6 de dezembro que "o nosso colega Gomes Cardim, por ir lendo num bonde a obra proibida, foi levado à polícia. O mesmo aconteceu com um cavalheiro, de cujas mãos, na Paulicéia, foi arrancado um exemplar por um polícia secreta." Em entrevista a êsse jornal, Eduardo Prado, em sua forma ferina, contou o episódio da apreensão: "Compareceram à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delegado entrou pela oficina e mandou ajuntar todos os exemplares do livro, mandando-os amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição de polícia."

Aproveitava para fazer uma comparação: "Na minha infância, havia na rua de S. Bento um sapateiro que tinha uma tabuleta onde vinha pintado um leão que, raivoso, metia o dente numa bota.

Por baixo, lia-se: 'Rasgar pode; descoser, não.' Dê-me licença para plagiar o sapateiro e para dizer: 'Proibir podem; responder, não.'[177] Prado aproveitaria a oportunidade para frisar alguns aspectos do episódio: "O autor recebeu de todos os pontos do Brasil grande número de cartas pedindo-lhe um exemplar do livro proibido. Estas cartas vinham assinadas por nomes dos mais distintos do país, e a todos êstes correspondentes peço desculpa por me ter sido impossível aceder aos seus pedidos. Mencionarei sòmente, para prova de que entre os republicanos brasileiros alguns há que não são inimigos da liberdade de pensamento, uma carta do sr. Saldanha Marinho, em que êste patriarca do republicanismo, saudoso, decerto, das práticas liberais da monarquia e rebelde às idéias liberticídas de hoje, protestava contra a proibição dêsse trabalho. A todos e a cada um cabem os agradecimentos do autor."[178]

De outro lado, havia jornais como *O Jacobino* e *O Nacionalista*, de exaltada orientação florianista. Dirigia o primeiro Deocleciano Mártir, "tipo um tanto aloucado, impetuoso e explosivo."[179] Sua especialidade era a lusofobia; não sò a praticava pela divulgação de anedotas com que achincalhava os portuguêses e eram repetidas pelos cafés, rodas de rua, salões e até nos palcos que representavam revistas como pela publicação de notícias como estas: "A patriótica febre amarela matou, pelo correr da semana, 110 portu-

[177] A segunda edição de *A Ilusão Americana* apareceu em Paris, em 1895.

[178] *A Platéia* teve a circulação suspensa, em 1894, por fazer oposição violenta ao govêrno de Floriano. Voltou a circular, pouco depois, e longamente. Seu fim foi triste: fechada, em 1942, por defender a política do Eixo nazi-fascista.

[179] "Ainda môço, perdera uma das pernas e andava de muletas. Contudo, mesmo assim, estropiado, capenga, entrava, muita vez, em ação, nos ataques de rua feitos contra os nascidos em além-mar. E era de vê-lo em meio aos mais perigosos conflitos, saltando num pé só: como Saci, o seu bastão de apoio, arma temível de combate, em rodopios pelo ar. Em suas exaltações patrióticas, rebelado, mais tarde, contra o programa de apaziguamento seguido por Prudente de Morais (tendo-o como sabotador da obra nacionalista de Floriano), viu-se pôsto entre as grades de um cárcere, acusado que foi de animador ou de comparsa na tentativa de homicídio que, contra o grande presidente, foi levada a efeito no Arsenal de Guerra, a 5 de novembro de 1895, e da qual resultou a morte do marechal Machado Bittencourt". (Luís Edmundo: *De um Livro de Memórias*, 5 vols., Rio, 1958, págs. 426-429, II.)

guêses"; "O português Antônio Manuel da Silva ficou, sábado último, com a perna esquerda esmigalhada pela roda de um bonde das Laranjeiras. Pobre roda!" *O Nacional*, dirigido por Anibal Mascarenhas, professor, historiador, homem de outro tipo, não ia a tais extremos, e contava com a colaboração de jornalistas como Raul Pompéia, Henrique Câncio, Lindolfo Xavier, Matias de Carvalho e outros. Barbosa Lima dirigiu, depois, êsse jornal.

A imprensa se diversificava, principalmente em S. Paulo: a 2 de julho de 1893, aparecia *Fanfulla*, semanário domingueiro, dirigido por Vitaliano Rotellini, depois transformado em diário, órgão italiano; a 2 de junho de 1897, apareceria a *Deutsche Zeitung*, semanário dirigido por W. Lehfeld, transformado em diário, a partir de 1.º de junho de 1900, já dirigido por Rodolfo Troppmair, órgão da colônia alemã. Surgia, em Santos, em 1894, com oficinas próprias, *A Tribuna*; na mesma cidade, em 1895, Silvério Fontes provàvelmente o primeiro socialista brasileiro de formação marxista, fundava o quinzenário *A Questão Social*. Em S. Paulo, Agrício de Carvalho lançaria *O Nativista*, a 14 de junho de 1895, e, no mesmo ano, o *Correio Nacional*; em 1896, aparecia ali *O Socialista*, como órgão do Centro Socialista de São Paulo, redigido em português, italiano, espanhol e alemão; em 1.º de maio de 1899, Euclides da Cunha e Pascoal Artese fundavam, em S. José do Rio Pardo, o jornal socialista *O Proletário*; a 20 de outubro de 1900, aparecia, na capital do Estado, o *Avanti*, dirigido por Alcebiades Bertolotti, órgão socialista, redigido em italiano, que durou até 1909.

No Rio, em 1894, a *Gazeta de Notícias* continuava em ascenção, reunindo os melhores elementos das letras e do jornalismo brasileiro. Aparece, então, *A Notícia*, com aquêles mesmos elementos e como vespertino, contando mais com Medeiros e Albuquerque, Valentim Magalhães, Figueiredo Coimbra e, particularmente importante no nôvo jornal, Manuel de Oliveira Rocha. Na sombra a que se recolhera, falece Floriano Peixoto. Raul Pompéia suicida-se. Figura destacada de geração que deu grandes valores, Pompéia colaborara na *Gazeta de Notícias*, fizera folhetins semanais para o *Jornal do Comércio*, sob o título "Aos Domingos", e, depois, "Lembranças da Semana", substituindo o "Microscosmo" de Carlos de Laet. Espírito inquieto e vibrante, afirmara-se, em 1888, com *O Ateneu*, e batera-se pela Abolição e pela República. Florianista exaltado, defendera as posições do govêrno com o mes-

mo ardor com que se batera pelo nôvo regime. A 15 de novembro, voltava a circular o *Jornal do Brasil,* vendido à firma Mendes & Cia., ex-proprietária do *Diário do Comércio.* Era agora redator-chefe Fernando Mendes de Almeida, com Cândido Mendes na secretaria e Gregório Garcia Seabra na gerência. Reaparecendo no aniversário da República, firma posição, apresentando-se como "defensor dos pequenos e dos oprimidos", batendo-se pelo voto do analfabeto e pela nacionalização das companhias de seguros, como pelo reatamento das relações com Portugal, rompidas quando da revolta da esquadra. Tomava iniciativa jornalística arrojada para a época: a ida de Felisbelo Freire e Buenos Aires e Montevidéu para entrevistar o almirante Custódio José de Melo e outros elementos ali exilados. São colaboradores do jornal, nessa fase, Virgílio Várzea, Carlos de Laet, Araripe Júnior e Dunshee de Abranches. Publica então os primeiros clichês em xilogravura e os seus repórteres procuram competir com Ernesto Sena, do *Jornal do Comércio,* que é a estrêla do gênero. Divulga o serviço da agência Havas, mas o principal do noticiário é o que diz respeito ao jôgo do bicho, que aparece na primeira página.

as inovações técnicas na imprensa prosseguirão em 1895, já os jornais definindo-se com estrutura empresarial: aquelas inovoções e esta estrutura estão intimamente ligadas. O primeiro prelo *Derriey,* italiano, para impressão de 5.000 exemplares por hora, aparece nesse ano; nesse ano aparecem também os primeiros clichês obtidos por zincografia, com os gravadores Antônio Freitas e Antônio José Gamarra, do *Jornal do Brasil.* A produção do jornal (porque, agora, já se pode falar assim) compreende várias operações: "Preparado assim, o jornal vai para as prensas, onde se tira a *matriz;* e, obtida esta, coloca-se no *molde,* em que se despeja o chumbo quente, formando o bloco de cada página. Pronta esta primeira parte, a estereotipia, entra a fôlha na prodigiosas máquinas rotativas Marinoni, máquinas que, montadas no fundo do térreo do edifício, ao lado da rua dos Ourives, além de *imprimir, contam e dobram,* um por um, todos os exemplares, que vão saindo aos milheiros." Mas a distribuição continua sendo feita em carroças.

Os jornais mais vendidos do Rio continuam a ser a *Gazeta do Rio,* o *Correio da Tarde, O País,* o *Jornal do Comércio,* a *Gazeta de Notícias,* que contribuiu para o avanço da arte gráfica, na concorrência já séria entre os diários de maior circulação. Fer-

reira de Araújo, a 2 de agôsto de 1895, escrevia: "A *Gazeta* iniciou, na imprensa do Rio, com o Hastoy, o serviço de zincografia, os *bonecos*, como o público lhes chama, tendo ainda há pouco tempo, como seu desenhista, um professor da Academia de Belas Artes, Belmiro de Almeida, que lhe forneceu excelentes páginas; o zincógrafo é o Cardoso, por assim dizer um discípulo da *Gazeta*." O *Estado de São Paulo*, de seu lado, procurava acompanhar êsse avanço técnico, como empresa estruturada que era. Dissolvida a Companhia Impressora, em 1895, a propriedade do jornal passa à firma J.Filinto & Cia. Júlio de Mesquita continua a ser um dos árbitros da opinião, com as suas notas políticas. Aparecem novas revistas literárias, no ano em que *A Semana* encerra de vez sua atribulada existência: *A Cigarra*, dirigida por Olavo Bilac e ilustrada por Julião Machado, com a colaboração de Coelho Neto, Guimarães Passos, Emílio de Menezes, B. Lopes, Raul Braga, a pleiade dos boêmios, mas não dura muito e a mesma pleiade lança *A Bruxa*, que circula onze meses; são exemplos apenas da proliferação das revistas de escritores, quando, por seu lado, a caricatura amplia suas conquistas, aparecendo, além de Julião Machado, já mestre, novos nomes, como Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro. É quando sai o *Mercúrio*, fôlha ilustrada a côres, com oito páginas, vendida a 200 réis, feito de Julião Machado. É uma grande fase, para a imprensa. Elói Pontes pinta assim essa fase: "A imprensa do tempo, redigida por homens de capacidade, jornalistas de vocação, ardorosos e intrépidos, tem prestígio extraordinário. Ferreira de Araújo, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Alcindo Guanabara, José do Patrocínio, são dominadores sem contrastes. A cidade é favorável às demasias de quantos trabalham na imprensa. Os debates se faziam na rua do Ouvidor, aqui, ali, acolá, nas portas das lojas, nas mesas dos cafés, nas confeitarias."[180]

Foi *A Notícia* que primeiro utilizou o serviço telegráfico, em 1895, com informações sôbre a luta em Cuba; o público só acreditou quando, no dia seguinte, o *Jornal do Comércio* confirmou aquelas informações. O acontecimento dessa fase, quanto à imprensa literária, é o reaparecimento da *Revista Brasileira*, agora em sua terceira fase. José Veríssimo é o diretor, embora não conste o nome e a função no lugar devido, como seria de praxe. Veríssimo começara na imprensa do Rio, quando Sílvio Romero

[180] Elói Pontes: op. cit., pág. 385, II.

e Araripe Júnior, seus confrades no gênero como no mister, já eram conhecidos na capital; fizera a crítica de livros no *Jornal do Brasil*, daí passando aos editoriais, e colaborara em outras fôlhas, impondo-se pelo equilíbrio de seus julgamentos. A *Revista Brasileira*, tanto quanto seria isso possível, entre nós, àquele tempo, tinha tradição, menos talvez pela sua primeira fase, a de Cândido Batista de Oliveira, entre 1857 e 1861, embora ainda um pouco em função dela, mas pela segunda, a de Midosi, entre 1879 e 1881, quando tivera a colaboração de Sílvio Romero, Franklin Távora, Ramiz Galvão, Carlos de Laet, Araripe Júnior, Taunay, Macedo Soares e Machado de Assis, que nela publicara, em 1880, as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o primeiro de seus grandes romances. A redação era agora na travessa do Ouvidor, em modestas acomodações. Ali se reuniam os colaboradores: Machado de Assis, Taunay, Joaquim Nabuco, Silva Ramos, Lúcio de Mendonça, Veríssimo, Graça Aranha, Inglês de Sousa, João Ribeiro, Sílvio Romero, Sousa Bandeira. A *Revista Brasileira* não duraria muito, cessando de circular em 1898, quando José Veríssimo ingressou no *Jornal do Comércio* — ano em que publicou, aliás, a página de Machado de Assis, "O Velho Senado", recordações de seu tempo de repórter parlamentar, página antológica, depois incorporada ao volume das *Páginas Recolhidas* — mas exerceu grande influência, no tempo.[181] Em sua redação surgiu a idéia de fundação da Academia Brasileira

[181] Machado de Assis pode perfeitamente ser situado como jornalista, poi trabalhou na *Marmota*, no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*. Foi colaborador de jornais pràticamente a vida inteira. Nêles deixou quase tôdas as suas obras: as páginas das *Crônicas* saíram no *Espelho* (1859), no *Diário do Rio de Janeiro* (1861-1867), no *Futuro* (1862-1863), na *Semana Ilustrada* (1872-1873), na *Ilustração Brasileira* (1876-1878), no *Cruzeiro* (1878) e na *Gazeta de Notícias* (1884-1888); os artigos do volume *Crítica Teatral* apareceram, desde 1859, em vários jornais: o *Espelho*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Cruzeiro*, a *Revista Brasileira*; os do volume *Crítica Literária* foram publicados entre 1858 e 1906, na *Marmota*, no *Diário do Rio de Janeiro*, na *Semana Ilustrada*, no *Nôvo Mundo*, no *Correio Mercantil*, no *Cruzeiro*, na *Revista Brasileira* (2.ª e 3.ª fases), na *Gazeta de Notícias*; as histórias reunidas no volume *Contos Fluminenses* apareceram no *Jornal das Famílias* (1864-1878) e na *Estação* (1884-1891); os das *Histórias Românticas*, no *Jornal das Famílias* (1874-1876); os das *Relíquias de Casa Velha*, no *Jornal das Famílias* (1874-1878), na *Estação* (1882-1884) e no *Futuro* (1862); as crônicas do volume *A Semana* saíram na *Gazeta de Notícias* (1892-1897 e 1900). O mesmo aconteceu com alguns de seus romances. No *Correio Mercantil*, a 22

de Letras, que se concretizou no ano seguinte, depois de muitos debates. A primeira reunião do cenáculo ocorreu a 15 de dezembro de 1896 e Machado de Assis foi aclamado presidente. Aluízio Azevedo estava publicando em rodapé de *O País*, o romance *O Coruja*, personagem em que alguns viam Capistrano de Abreu, e ilustrava com os seus desenhos o *Fígaro*, de Medeiros e Albuquerque, a *Comédia Popular* e o *Mequetre*, então dirigido por José do Patrocínio.

Em 1896, ocorreu a *Questão do Protocolo*, que ocupou as colunas dos jornais e os debates parlamentares. Nestor Pestana ingressou no Estado de São Paulo, que deixaria por algum tempo, para fundar, com Vicente de Carvalho, em Santos, *O Jornal*, e, em S. Paulo, logo depois, *A Notícia*, a cuja frente ficaria Pedro de Toledo. Regressando à casa antiga, assumiu as funções de secretário, em que permanceu por muitos anos. A tiragem do *Estado de São Paulo* era, então, de 8.000 exemplares. Nesse ano, os jornais monarquistas estavam novamente ativos: Eduardo Prado e Afonso Arinos redigiam o *Comércio de São Paulo;* no Rio, dirigido por Cândido de Oliveira, circulava *O Libertador*, que tinha na redação Carlos de Laet, o general Cunha Matos, Luís Bezamat, o conselheiro Basson, Afonso Celso e outros; a *Gazeta da Tarde*, propriedade de Gentil de Castro; e *A Liberdade*, em que Castro era gerente. O florianismo não estava ainda extinto, como provava a circulação, desde 1894, do *Jacobino*, a virulenta fôlha de Deocleciano Mártir. Ao chegarem da Bahia, confusas notícias do levante sertanejo de Canudos, a que se atribuíam intenções de restabelecimento da monarquia, os ânimos se inflamaram, os republicanos viam traições por tôda a parte.

A imprensa admitiu a hipótese de uma grande conjura monarquista, agindo nos sertões baianos, por intermédio dos fanáticos do Conselheiro. A *Gazeta de Notícias* clama contra "o monarquismo revolucionário"; *O País* afirma que "o partido monarquista tinha crescido à sombra das tolerâncias"; o *Estado de São Paulo* escreve que o caso é grave, "trata-se da Restauração; conspira-

de fevereiro e a 1.º de março de 1868, apareceram as cartas de Machado de Assis e de José de Alencar sôbre Castro Alves. Em março de 1897, Machado de Assis foi substituído por Olavo Bilac, como cronista da *Gazeta de Notícias*.

se".[182] Seu colaborador, Euclides da Cunha, acusa "A nossa Vendéia", como se, outros *chouans*, os sertanejos ameaçassem o regime. O clima de exaltação republicana cresce: "Um circuito de espanto estarrece o país. Aos monarquistas! O grito repercute nas ruas cariocas com estrondo. Formam-se bandos. Com a cumplicidade da polícia, varejam-se jornais. *A Liberdade*, o *Apóstolo*, a *Gazeta da Tarde* são empastelados. Todo o material trazido à praça pública, transforma-se em fogueira. O *Comércio de São Paulo*, de Eduardo Prado, tem sorte análoga, pois a notícia exalta também os paulistas."[183] Numa iniciativa pioneira, que anuncia novos métodos de imprensa, o *Estado de São Paulo* envia ao teatro dos acontecimentos um correspondente — correspondente de guerra, a rigor — que esclarecerá o problema. Euclides da Cunha acompanha a marcha das operações, com a expedição militar destinada a liquidar Canudos, tido como reduto monarquista. Repórter de talento, como o Kipling que acompanhou a expedição de Roberts contra os *boers*, no dizer de Agripino Grieco, Euclides envia telegramas e relatórios coloridos, que constituirão livro póstumo e servirão de rascunho para o monumental painel de *Os Sertões*.[184]

Algo de profundo estava por trás da exaltação que transfigurara o arraial do Conselheiro em base monarquista: a desilusão com o poder, de que as oligarquias se haviam apossado, destruindo as esperanças reformistas dos que acreditavam, com Floriano, que

[182] "O alarme é geral. O Chefe do Govêrno e o Partido Monarquista, que se reorganizara no ano anterior, são alvo das maiores injúrias, estigmatizados como *sebastianistas*, sócios e empreiteiros do místico de Canudos. Conhecido o malôgro da terceira expedição, a anarquia atinge o ponto culminante. Nilo Peçanha, num *meeting*, imputa ao Presidente da República o êrro de "mancomunar-se com a caudilhagem monárquica". Volta a falar da sacada de *O País*, de onde faz a apologia de Moreira César, "vítima do fanatismo aliado à politicagem de brasileiros desnaturados". Alcindo Guanabara é aclamado pelo populacho em frente à redação da *República*: José do Patrocínio e Paula Ney incitam as massas das janelas da *Cidade do Rio*." (Brígido Tinoco: *A Vida de Nilo Peçanha*, Rio, 1962, pág. 92.)

[183] Elói Pontes: op. cit., pág. 146, II. No *Comércio de São Paulo*, Afonso Arinos publicara, em folhetins, o romance *Os Jagunços*, inspirado no caso de Canudos. O romance apareceria em livro, em 1898, grosso volume de 473 páginas, em tiragem de apenas cem exemplares. Arinos usava o pseudônimo de Olívio Barros.

[184] A correspondência enviada por Euclides desmente, desde logo, a idéia de conspiração monarquista em Canudos.

era necessário submeter o país a mudanças profundas. Assim como não se viu, sob o severo disfarce do fanatismo religioso, a rebelião camponesa — protesto trágico contra a multisecular servidão e o atraso do campo — não se viu, também, que o nôvo regime, sob o tênue disfarce republicano, continuava a manter as velhas estruturas, anquilosadas pelo largo período colonial e pelo artificialismo da estagnação monárquica. Mas o povo teve a intuição do perigo, embora lhe avultasse as dimensões e errasse o alvo. Sentiu, na suspeição que levantou contra as próprias autoridades, a federal como a estadual, que estava sendo traído. O latifúndio não tinha necessidade de restauração monárquica; aquêle modêlo de República servia perfeitamente aos seus interêsses e até os disfarçava com a fachada e o formalismo democrático. No fundo, os senhores de terras continuavam a dominar o poder: o café, agora, fazia os presidentes. As inquietações perduravam, por isso, pontilhadas, aqui e ali, de episódios tristes: ao assistir o regresso da tropa que combatera em Canudos, Prudente de Morais sofreu atentado que acabaria por vitimar seu ministro da Guerra, o general Machado Bittencourt. As formas de protesto contra o domínio oligárquico assumiam ainda aspectos primários: o braço assassino de um fanático, sucedendo às preces alucinadas de sertanejos que se haviam agasalhado numa cidadela de taipa. A imprensa começava a refletir as insatisfações, embora colocando-as em nível mínimo, o das competições e rivalidades partidárias; no Rio, *A Tribuna*, de Alcindo Guanabara, capitaneava os ataques ao govêrno.

A *Gazeta de Notícias* iniciava a publicação de *portrait-charges* de políticos e homens de letras, com a série "Caricaturas Instantâneas", de Lúcio de Mendonça, com os bonecos de Julião Machado. O *Jornal do Brasil*, em 1898, iniciava a publicação de caricaturas, primeiro semanais, depois diárias, trazendo de Lisboa o desenhista luso Celso Hermínio, que teria em Julião Machado, Raul Pederneiras e Luís Peixoto continuadores. Foi em 1898 que Sílvio Romero, discrepando do julgamento geral, publicou sua severa crítica sôbre Machado de Assis, tendo Lafaiete Rodrigues Pereira, sob o pseudônimo de *Labieno*, respondido, pelo *Jornal do Comércio*, em quatro artigos, de 25 e 30 de janeiro e de 7 e 11 de fevereiro. Nem tudo eram flôres para a imprensa, entretanto: o *Jornal do Brasil* atacava o ministro da Justiça de Campos Sales, Epitácio Pessoa, por ter mandado "dois *encostados* da polícia atirarem para matar no nosso repórter Gustavo de Lacerda, na ladeira do Castro, que

denunciou as violências praticadas por ordem do Govêrno contra carroceiros em greve". Gustavo de Lacerda, repórter ousado, ganhava a notoriedade antes gozada por Ernesto Sena, do *Jornal do Comércio*, capaz de operar prodígios em busca de informação.

Era o tempo de Campos Sales, com a sua "política dos governadores", de domínio absoluto e institucionalizado das oligarquias, traduzido também na orientação financeira de Joaquim Murtinho, que ressuscitava a estagnação imperial. Patrocínio passava de uma posição a outra, na *Cidade do Rio*, justificando o jornalista sem opinião, estereótipo que persistiu longamente: "A Murtinho — contou Vivaldo Coaracy — tem-se atribuído, em referência a Patrocínio, a frase ferina: 'Êste prêto não se vende, aluga-se.' O epigrama não é original. Foi proferido por um estadista do Império em referência a outro mestiço. Se, porém, Murtinho de fato o repetiu, não deixaria de ter alguma razão. Patrocínio, nos tempos em que o conheci, já na fase final da existência, sob a premência das necessidades da vida tumultuosa e desordenada que levava, comparava-se, sem rodeios, a um advogado, com banca aberta para contratar defesas e acusações, mediante alta tarifa de serviços. A sua tribuna era o jornal."[185] As reminiscências de Vivaldo Coaracy dão um quadro pitoresco do jornal de Patrocínio e de suas dificuldades: "Num dos cataclismas financeiros que várias vêzes convulsionaram a existência da *Cidade do Rio*, Patrocínio perdera as oficinas, na execução de uma hipoteca vencida, levadas pelo credor implacável. Havia na rua do Sacramento uma emprêsa tipográfica que não estava em maré de grande prosperidade. O proprietário, um português, seu Paulino (nunca lhe soube o sobrenome), considerou-se feliz em arrendar a Patrocínio o material e os dois primeiros pavimentos do prédio. Lembro-me bem do n.º 8. Ali trabalhei dois anos. No andar térreo, com uma área cimentada aos fundos, ficavam a paginação e impressão: um prelo plano movido por máquina a vapor, que a caldeira vertical e desconjuntada alimentava. Um balcão à frente servia para a recepção da publicidade escassa e para a expedição. No segundo pavimento, atingido por íngreme escada, a composição ocupava a sala da frente, sôbre a rua. Nesse tempo não havia linotipos. Os cavaletes com as 'caixas' alinhavam-se ao longo das paredes e nos intervalos entre as três janelas de sacada. No corredor que cercava o largo vão quadrado,

[185] Vivaldo Coaracy: op. cit., pág. 231.

abrindo para o andar de baixo, a revisão. Na sala dos fundos comprimia-se a redação."[186]

Qual a matéria essencial, quais as providências rotineiras de um jornal dêsse tipo, já superado pelo desenvolvimento técnico, ainda um pouco ligado ao passado artesanal da imprensa, típico da transição para a fase industrial? Coaracy recorda: "A *Cidade do Rio* era fôlha vespertina. Sempre foi. O trabalho começava nas oficinas às sete; na redação, às oito. Às duas e meia da tarde, o jornal estava na rua. Havia uma corrida permanente entre a *Cidade do Rio* e a *Notícia*, a ver qual a primeira a sair, envôlta no berro agudo dos garotos vendedores, para apanhar os níqueis dos primeiros fregueses. Mas não podia sair antes das duas e meia, porque só às duas corria a loteria. E as últimas páginas a imprimir ficavam já colocadas na máquina, à espera do resultado para incluí-lo. Muita gente só comprava o jornal para saber que bicho tinha dado e inspirar-se nos palpites para o dia seguinte. (...) O jôgo-do-bicho tinha lugar de destaque nos jornais do tempo. Nenhum, com exceção talvez do sempre circunspecto *Jornal do Comércio*, deixava de dar os resultados e uma série de palpites. Era seção tão importante quanto é hoje a de esportes, que naquela época não existia. O Brasil ainda não era esportivo e do futebol ninguém havia ouvido falar. Mas já era bichento. A *Cidade do Rio* publicava uma complicada tabela estatística a que, na redação, chamávamos 'o câmbio do bicho'. Referia os bichos que haviam dado no mesmo dia dos anos anteriores; nos meses precedentes; quantas vêzes havia saído cada bicho e não sei mais o quê. Dessa tabela, cuidadosamente organizada por João de Oliveira, chefe da revisão, que era doutor em bicho, os jogadores calculavam probabilidades e extraíam palpites. Uma vez que eu estava de plantão, tendo necessidade de encaixar na página matéria importante de última hora, mandei retirar a tabela. Houve protesto geral e o secretário, o velho Aprígio, no dia seguinte passou-me um pito solene. O 'câmbio do bicho' era o maior incentivo da venda avulsa. Eu estava prejudicando a circulação do jornal."[187]

Patrocínio era consumado jornalista, ao gôsto da época, entretanto: "O artigo de Patrocínio tinha essencial importância. Nesse tempo, jornal que se prezasse não dispensava o 'artigo de fundo'. E

[186] Vivaldo Coaracy: op. cit., págs. 232-233.
[187] Vivaldo Coaracy: op. cit., págs. 234-236.

era através dêle que Patrocínio exercia a advocacia da causa, qualquer que fôsse, a que, na ocasião, tivesse alugado a sua pena de mestre. O artigo sustentava a fôlha, a casa de Patrocínio e as suas extravagâncias. (...) E era sempre uma preciosa lição de estilo ou de jornalismo, de técnica de imprensa e até mesmo de português, que nos dava. A *Cidade do Rio* era uma escola. E era prazer trabalhar com êle. Prazer tão grande que compensava a exigüidade dos ordenados e ainda a irregularidade dos pagamentos, sempre atrasados, sempre complicados, pela multidão de 'vales' sempre incertos."[188] A versatilidade de Patrocínio comprometia tudo, porém: "A *Cidade do Rio* entrava na decadência fatal, tanto pelos demandos econômicos, como descrédito a que a arrastava na opinião pública a versatilidade com que Patrocínio punha o jornal, sucessivamente, a serviço de causas ingratas e antagônicas."[189] O juízo que dêle faziam todos, inclusive os que lhe pagavam a opinião, era triste: "De sua sinceridade dizem horrores. Os homens que hoje engrandece, ataca-os amanhã. E vice-versa. Usa as opiniões como as gravatas."[190] Êsse juízo é generalizado. José do Patrocínio, que se engrandecera na campanha abolicionista — seu instante de glória — passaria os anos seguintes a deteriorar-se em público, num espetáculo grotesco, tolerado pelo seu talento, usado como instrumento e, em seu exemplo eloqüente, representando, afinal, um libelo contra a sociedade que condicionava a existência de figuras dessas características. Jornalista autêntico, entretanto, morreria escrevendo o seu artigo para *A Notícia*, de pena à mão, em plena atividade. A *Cidade do Rio*, cuja data de fundação escolhera a propósito — 28 de setembro de 1887 — em homenagem à Lei do Ventre Livre, seria a trincheira abolicionista mais forte da Côrte, para transformar-se, depois, no balcão em que Patrocínio alugava o seu talento e a sua arte. Não podendo vencê-lo nem perdoar-lhe a côr e a origem e o abolicionismo, os afortunados enxovalharam-no, usando-o.[191]

[188] Vivaldo Coaracy: op. cit., pág. 237.

[189] Vivaldo Coaracy: op. cit., pág. 239.

[190] Luís Edmundo: *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, 3 vols., Rio, 1938, pág. 626, II.

[191] José Carlos do Patrocínio (1854-1905) nasceu em Campos, província do Rio de Janeiro. Estudou medicina, não chegando a concluir o curso, que trocou pelo jornalismo. Começou na *Gazeta de Notícias*, como repórter, ali publicando, em folhetins, os romances *Mota Coqueiro* ou *A Pena de Morte*, e *Os Retirantes*. Iniciou na *Gazeta de*

O século aproximava-se do fim. O *Jornal do Brasil* instalara oficinas de fotografia e galvanoplastia. Publicava os desenhos de Julião Machado, Artur Lucas (*Bambino*) e Raul Pederneiras, o segundo como ilustrador de histórias em quadrinhos. Tendo deixado de circular em abril de 1900 *A Imprensa*, de Rui Barbosa, passara êste a escrever as notas políticas do *Jornal do Brasil*. Múcio Teixeira fazia ali crítica literária, acusando de medíocre "a obra do sr. Machado de Assis". Fundada por Álvaro de Tefé, aparecia a *Revista da Semana*, como suplemento ilustrado do *Jornal do Brasil*. Tefé inaugurava, no Rio, os métodos fotoquímicos — o fotozinco e a fotogravura — preparado em curso que fizera na França, donde trouxera o material necessário. A 2 de abril, aparecia a edição vespertina do *Jornal do Brasil*, primeiro jornal em nosso país a tirar duas edições diárias, circulando a vespertina às 15 horas. A tiragem do jornal aumentava extraordinàriamente com tais avanços técnicos. Atingia, então, a 50.000 exemplares, índice singular para a época, que a redação timbrava em lembrar ser "superior à de *La Prensa*, de Buenos Aires, que até o ano passado era o de maior tiragem na América do Sul." É, aliás, o momento da visita de Campos Sales à Argentina. O período de passagem de um a outro século assinala o aparecimento de numerosos jornais, nas capitais e no interior.[192]

Serpa Júnior, antigo gerente da *Cidade do Rio*, fundava *A Rua do Ouvidor*, em que estrearia Vivaldo Coaracy. Félix Pacheco

Notícias a campanha abolicionista, com Ferreira de Menezes, com quem se retiraria para fundar a *Gazeta da Tarde*, onde prosseguiram aquela campanha, que Patrocínio continuaria sòzinho, após a morte de Ferreira de Menezes, quando assumiu a direção do jornal. Fundou depois a *Cidade do Rio*, em cuja direção o encontrou o 13 de Maio, a partir do qual passou a fazer a defesa do *isabelismo*. Aderiu à República e combateu o govêrno de Floriano, o que lhe valeu o destêrro para Cucuí. Teve uma velhice triste e pobre, embalada pelos sonhos do transporte em balão. Seus funerais, apesar do descrédito em que caíra nos últimos anos, foram imponentes.

[192] No início do século XX, inundaram o Ceará, curiosamente, pasquins ridículos, obscenos, caricatos, "produções despudoradas e imorais": *A Coisa*, com redação "na foz de dentro"; o *Ceará Nu*, que circulou a 16 de julho de 1901, dizendo-se "órgão de Fortaleza despida"; o *Nuzinho*, cuja edição, de 8 de outubro de 1902, a polícia destruiu; *A Coisa*, de Sobral, que se apresentava como "jornal sem vergonha, dirigido por uma malta de safados", e que circulou também em 1902.

observaria a nova geração de jornalistas que começava a despontar: "Houve os que fizeram carreira no jornalismo. Irineu Marinho, esguio e afanoso repórter de *A Notícia*, sempre apressado, mal se detendo à beira de uma roda para sorver, de corrida, um café, entre duas observações mordazes, fundou *A Noite* e, quando esta lhe foi roubada, criou *O Globo*. Paulo Barreto (*João do Rio*) foi essencialmente jornalista; os livros que deixou têm todos o caráter de reportagens. Belisário de Sousa, malgrado algumas incursões pela política, foi tôda a sua vida homem de imprensa. Castro Menezes abandonou a poesia pelo jornal." O fim do século era triste, morria Eça de Queiroz, desaparecia Ferreira de Araújo.[193]

A República estava, realmente, consolidada, mas em suas exterioridades formais. Sob Campos Sales, com as finanças do país submetidas ao férreo guante de Joaquim Murtinho, aprofundava-se a estagnação, sonegando transitòriamente os problemas; estagnação econômica, com o país apertado pela carga tributária e pelas restrições à indústria; estagnação política, com as oligarquias absolutas, gerindo Estados como fazendas particulares. Mas a imprensa estava também consolidada, a de caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas fôlhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais, geralmente virulenta; nas capitais já não havia lugar para êsse tipo de imprensa, nelas o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora emprêsa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendia-se informação como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão. Certo, sempre apareciam, e logo desapareciam, jornais que se dispensavam dos grandes compromissos daqueles que haviam atingido o mínimo de estabilidade empresarial. Eram exceções, porém, e a transitoriedade inexorável que os marcava assinalava bem êsse traço. Apaga-

[193] José Ferreira de Araújo (1847-1900) nasceu no Rio de Janeiro, formou-se em medicina, em 1867, mas preferiu o jornalismo, em que se destacou com a *Gazeta de Notícias*, de que fêz, o melhor jornal brasileiro da época, com excelente colaboração, inclusive de escritores estrangeiros. Diretor de jornal, mas com agudo senso jornalístico, era também escritor correto e sagaz, nos comentários, crônicas, crítica teatral e impressões de viagens. Seu jornal participou de grandes campanhas, como a da Abolição, a da grande naturalização, a da liberdade religiosa.

vam-se com a circunstância que os motivara. A imprensa, no início do século, havia conquistado o seu lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais. Significava muito, por si mesma, e refletia, mal ou bem, as alterações que, iniciadas nos dois último sdecênios do século XIX, estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX.

A emprêsa

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as fôlhas tipográficas, cedem lugar às emprêsas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centuria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nêle, à ascenção burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos dêsse avanço; o jornal será, daí por diante, emprêsa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das conseqüências imediatas dessa transição é a redução no número de periódicos. Por outro lado, as emprêsas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas emprêsas. Acontece ainda, particularmente nas fases de inquietação política — as sucessões presidenciais principalmente — mas em dimensões muito mais reduzidas do que no século XIX. É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.

A ascenção burguesa acompanha, necessàriamente, o lento desenvolvimento das relações capitalistas no país e sofre tortuoso processo, que nada tem de contínuo ou de harmonioso. Ao mesmo tempo, padece da normal antecipação do econômico sôbre o polí-

tico, isto é, sofre os reflexos de uma burguesia econômicamente ascensional, embora sem continuidade, mas ainda pollticamente débil. Essa disparidade, marcada por defasagem, define-se no problema político essencial, que é o problema do poder. Êsse aspecto tem interêsse particular no desenvolvimento da imprensa porque o poder afeta diretamente tal desenvolvimento. Assim como a fase é de ascenção capitalista lenta e peculiar a país de longo passado colonial — presente em sua estrutura econômica, — por isso de acomodação entre a burguesia e o latifúndio pré-capitalista — a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional. O traço burguês da imprensa é fàcilmente perceptível, aliás, nas campanhas políticas, quando acompanha as correntes mais avançadas, e em particular nos episódios críticos, os das sucessões. O problema, cuja complexidade é indiscutível, revela-se, assim, na questão política sempre séria que é a sucessão dos chefes de Etado, questão que assume sempre aspectos graves e, com o passar dos anos, feição definidamente turbulenta: no fundo dessa turbulência reside o problema do poder.

No que diz respeito à imprensa, êsse contraste entre o jornal como emprêsa capitalista, que já é, e sua posição como servidor de um poder que corresponde a relações predominantemente pré-capitalistas, parece contraditório. Mas há frestas por onde se pode perceber a realidade do quadro com clareza: o aparecimento de jornais de virulenta oposição, confrontando aquêles jornais que se subordinam ao poder; as campanhas sucessórias extremadas, sem correspondência com o caráter e o programa das correntes em choque, sem as grandes diferenças que poderiam justificar exteriormente a violência com que se defrontam; a necessidade, para os detentores do poder, de comprar opinião na imprensa. Campos Sales, que preside o país justamente na passagem de um século a outro, e que busca estruturar pollticamente as fôrças pré-capitalistas, embora com processos empíricos, os únicos que conhece — daí a "política dos governadores", de um lado, e a orientação financeira de Murtinho, de outro lado, mas estreitamente ligadas — não tem nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e de confessar nuamente essa conduta. Ela lhe parece honesta, justa

e necessária.[194] Essa compra da opinião da imprensa pelo govêrno torna-se rotina. Luís Edmundo pergunta, com propriedade: "No seu livro *Da Propaganda à Presidência da República*, que nos diz o presidente Campos Sales, falando dessa arrefeçada imprensa que êle, como outros presidentes, peitava à custa do Tesouro?" E responde: "É bom ler, vendo, com exatidão, a cifra que a mesma lhe custou."[195] A filha de outro presidente, bem informada, explica: "Acuado a situação semelhante, o grande presidente Campos Sales resolveu-a, subvencionando a imprensa. Confessou-o lealmente em seu livro *Da Propaganda à Presidência*, justificando a medida pela razão de Estado. Se não houvesse feito calar a grita dos jornais, não teria levado a têrmo a obra de salvação financeira do país. Depois de Campos Sales, outros presidentes tiveram de adotar o mesmo alvitre. (...) Em verdade, fizeram-no todos os governos da República, com exceção do Govêrno Provisório, que a censura preservava de qualquer ataque, e todos os Gabinetes do Império."[196]

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aquêles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em tôrno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios — a política, em suma — desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. É virulência semelhante, na forma, à do pasquim da primeira metade do século XIX, mas diferente no conteúdo. Essa distinção é que não tem sido percebida pelos historiadores, enganados pela semelhança formal que resulta da simples observação.

A fase assinala, desde o período de Campos Sales — de nítida estagnação econômica, escondida sob a pretensa sanidade finan-

[194] Luís Edmundo: op. cit., pág. 1.060, III.
[195] Campos Sales: *Da Propaganda à Presidência*, S. Paulo, 1908, pág. 152.
[196] Laurita Pessoa Raja Gabaglia: *Epitácio Pessoa* (1865-1942), 2 vols., Rio, 1951, Rio, pág. 441, I.

ceira — o esfôrço ascensional da burguesia, a lenta retomada da generalização das relações capitalistas, a enorme resistência que a estrutura institucional apresenta ao desenvolvimento dêsse processo; no domínio superficial dos fatos políticos, de que a imprensa se ocupa predominantemente, ocorre a sucessão dos presidentes paulistas, interrompida com Afonso Pena, mineiro que ascende por compromisso com a política de seus antecessores paulistas, sucessão sem graves episódios, com atos restritos à área estreita das combinações de poucos; encerra-se com a sucessão de Pena, marcada pelo significativo episódio do Civilismo: as combinações de cúpula encontram resistência, ocorre uma campanha de apêlo à opinião popular, interrompe-se quase de súbito a tranqüilidade do quadro tradicional, — é uma das frestas por onde se verifica a mazela do interior, da intimidade do fenômeno político microscópico que se desenrola desde Campos Sales.

A imprensa revela com clareza os traços dêsse quadro: êle se tipifica, às vêzes, no ferrenho oposicionismo, de extrema virulência, do *Correio da Manhã*, de um lado, e de extremo servilismo de *O País*, de outro lado. É fácil dimensionar a mudança de qualidade, na escala possível, entre o tipo de corrupção personificada em José da Patrocínio, na fase anterior, e o tipo de corrupção personificado em João Laje, nessa fase. A pequena imprensa exemplificada na *Cidade do Rio*, sem estrutura de emprêsa, exigia a compra da opinião do indivíduo em que o jornal se resumia; a emprêsa jornalística que é *O País* demanda um passo à frente: é preciso comprar o próprio jornal e de forma estável, institucional por assim dizer. Patrocínio recebia dinheiro; Laje recebe negócios que proporcionam dinheiro, — negócios do Estado.

Nessa fase de infância das relações capitalistas, em que a produção capitalista é ainda parcela pequena no conjunto da produção do país, o capital comercial, auferido na esfera da circulação, e quando esta domina ainda a produção, assume indiscutível primazia. Fora da área agrícola e pecuária, em que assenta, predominantemente, a produção do país, com as relações pré-capitalistas que a presidem, só o comércio permite acumular recursos. É essa, como se sabe, forma primitiva do capital, històricamente superada nas áreas desenvolvidas do mundo; mas ainda é corrente e importante, no Brasil do alvorecer do século XX; à base do desenvolvimento dêsse capital comercial é que cresceu a vida urbana brasileira; à base dêsse capital comercial é que as emprêsas jornalísticas viveram

a sua fase inicial. Assim, as fôrças que dominavam a imprensa do tempo eram o Estado e o capital comercial; os jornais eram emprêsas capitalistas, isoladamente considerados, mas inseridas no conjunto em que predominavam o Estado e o capital comercial, correspondendo aquêle principalmente às fôrças pré-capitalistas ainda majoritárias no país. A forma assumida pelo capital comercial no Rio de Janeiro, cidade em que a maioria do comércio estava nas mãos de portuguêses, deu características de nacionalidade a um problema de ordem econômica: o capital, em seu conteúdo, era comercial; em sua forma, era português. Ainda aqui, os poucos intérpretes do processo tomaram a forma pelo conteúdo.

Luís Edmundo apresanta assim o quadro: "Aquêle jornalismo desenvolto que, após o grito do Ipiranga, aqui floriu e prosperou, instrumento de luta e de brasilidade, ao qual se deve a verdadeira independência que o nosso povo, em 31, no Campo de Sant'Ana, pôde, afinal, gloriosamente proclamar; a imprensa que se cobriu de louros e que inscreveu na nossa história a página mais linda do sentimento nacional; o jornalismo de Gonçalves Ledo, dos irmãos Bonifácio e do grande Evaristo, com o rolar monótono dos tempos, aos poucos, lentamente, vem-se apagando, decompondo e aviltando, de forma tal que, na assomada do século em que vivemos, nada mais é do que um tráfico de espertos, onde os ideais que se defendem são, apenas, os de uma grei que calculadamente o açambarcou e que o dirige à revelia das aspirações e dos interêsses do país. A grei, diga-se logo sem rebuços, e a espanto, talvez, dos que desconhecem as tradições que nos vêem dos velhos tempos coloniais, é o honrado comércio desta praça (como êle habitualmente se proclama), comunidade poderosa, onde os filhos da terra surgem, apenas, em minoria lastimável, bando de negociantes iletrados, todos comendadores, semi-deuses na América e que acumulam à nobreza de tôdas essas distinções, postos de qualidade na Maçonaria e nas Ordens Terceiras. A maioria dos jornais, a bem dizer, é dêles, os nababos da terra. Nos contratos para explorar os prelos da cidade, no entanto, nem sempre o nome de tais senhores aparece. O fato é que, diretamente ou indiretamente, todos lhes pertencem. São dêles as oficinas de impressão e ainda os imóveis onde as mesmas se instalam e funcionam, as cartas de fiança ou outras garantias para instalação e funcionamento das emprêsas, dêles o crédito para a compra da tinta e do papel, finalmente, dêles o anunciozinho, embora muito mal pago, porém, representando a vida e a prospe-

ceira — o esfôrço ascensional da burguesia, a lenta retomada da generalização das relações capitalistas, a enorme resistência que a estrutura institucional apresenta ao desenvolvimento dêsse processo; no domínio superficial dos fatos políticos, de que a imprensa se ocupa predominantemente, ocorre a sucessão dos presidentes paulistas, interrompida com Afonso Pena, mineiro que ascende por compromisso com a política de seus antecessores paulistas, sucessão sem graves episódios, com atos restritos à área estreita das combinações de poucos; encerra-se com a sucessão de Pena, marcada pelo significativo episódio do Civilismo: as combinações de cúpula encontram resistência, ocorre uma campanha de apêlo à opinião popular, interrompe-se quase de súbito a tranqüilidade do quadro tradicional, — é uma das frestas por onde se verifica a mazela do interior, da intimidade do fenômeno político microscópico que se desenrola desde Campos Sales.

A imprensa revela com clareza os traços dêsse quadro: êle se tipifica, às vêzes, no ferrenho oposicionismo, de extrema virulência, do *Correio da Manhã*, de um lado, e de extremo servilismo de *O País*, de outro lado. É fácil dimensionar a mudança de qualidade, na escala possível, entre o tipo de corrupção personificada em José da Patrocínio, na fase anterior, e o tipo de corrupção personificado em João Laje, nessa fase. A pequena imprensa exemplificada na *Cidade do Rio*, sem estrutura de emprêsa, exigia a compra da opinião do indivíduo em que o jornal se resumia; a emprêsa jornalística que é *O País* demanda um passo à frente: é preciso comprar o próprio jornal e de forma estável, institucional por assim dizer. Patrocínio recebia dinheiro: Laje recebe negócios que proporcionam dinheiro, — negócios do Estado.

Nessa fase de infância das relações capitalistas, em que a produção capitalista é ainda parcela pequena no conjunto da produção do país, o capital comercial, auferido na esfera da circulação, e quando esta domina ainda a produção, assume indiscutível primazia. Fora da área agrícola e pecuária, em que assenta, predominantemente, a produção do país, com as relações pré-capitalistas que a presidem, só o comércio permite acumular recursos. É essa, como se sabe, forma primitiva do capital, històricamente superada nas áreas desenvolvidas do mundo; mas ainda é corrente e importante, no Brasil do alvorecer do século XX; à base do desenvolvimento dêsse capital comercial é que cresceu a vida urbana brasileira; à base dêsse capital comercial é que as emprêsas jornalísticas viveram

a sua fase inicial. Assim, as fôrças que dominavam a imprensa do tempo eram o Estado e o capital comercial; os jornais eram emprêsas capitalistas, isoladamente considerados, mas inseridas no conjunto em que predominavam o Estado e o capital comercial, correspondendo aquêle principalmente às fôrças pré-capitalistas ainda majoritárias no país. A forma assumida pelo capital comercial no Rio de Janeiro, cidade em que a maioria do comércio estava nas mãos de portuguêses, deu características de nacionalidade a um problema de ordem econômica: o capital, em seu conteúdo, era comercial; em sua forma, era português. Ainda aqui, os poucos intérpretes do processo tomaram a forma pelo conteúdo.

Luís Edmundo apresanta assim o quadro: "Aquêle jornalismo desenvolto que, após o grito do Ipiranga, aqui floriu e prosperou, instrumento de luta e de brasilidade, ao qual se deve a verdadeira independência que o nosso povo, em 31, no Campo de Sant'Ana, pôde, afinal, gloriosamente proclamar; a imprensa que se cobriu de louros e que inscreveu na nossa história a página mais linda do sentimento nacional; o jornalismo de Gonçalves Ledo, dos irmãos Bonifácio e do grande Evaristo, com o rolar monótono dos tempos, aos poucos, lentamente, vem-se apagando, decompondo e aviltando, de forma tal que, na assomada do século em que vivemos, nada mais é do que um tráfico de espertos, onde os ideais que se defendem são, apenas, os de uma grei que calculadamente o açambarcou e que o dirige à revelia das aspirações e dos interêsses do país. A grei, diga-se logo sem rebuços, e a espanto, talvez, dos que desconhecem as tradições que nos vêem dos velhos tempos coloniais, é o honrado comércio desta praça (como êle habitualmente se proclama), comunidade poderosa, onde os filhos da terra surgem, apenas, em minoria lastimável, bando de negociantes iletrados, todos comendadores, semi-deuses na América e que acumulam à nobreza de tôdas essas distinções, postos de qualidade na Maçonaria e nas Ordens Terceiras. A maioria dos jornais, a bem dizer, é dêles, os nababos da terra. Nos contratos para explorar os prelos da cidade, no entanto, nem sempre o nome de tais senhores aparece. O fato é que, diretamente ou indiretamente, todos lhes pertencem. São dêles as oficinas de impressão e ainda os imóveis onde as mesmas se instalam e funcionam, as cartas de fiança ou outras garantias para instalação e funcionamento das emprêsas, dêles o crédito para a compra da tinta e do papel, finalmente, dêles o anunciozinho, embora muito mal pago, porém, representando a vida e a prospe-

ridade da gazeta. Os títulos de propriedade dessas emprêsas gráficas que surgem com firmas brasileiras, ou os lugares de direção atribuídos a patrícios nossos, nada valem. Bem pesquisado, bem esquadrinhado, no fundo do negócio está sempre, com o seu prédio, o seu material ou o seu anúncio, o inefável comendador, grau trinta e tantos da Maçonaria, irmão remido ou benfeitor da Ordem Terceira da Penitência, do Carmo ou de S. Francisco, um homenzinho de testa curta, as sobrancelhas em caramanchão, os bigodes de volta, mostrando em pesos de ouro sôbre a pança lauta, uma corrente de relógio enorme e com um medalhão forrado de violentíssimos brilhantes. É o destino da terra: depois da tirania do capitão-mor, o guante *amável* do comendador... Nas redações dessa imprensa alienígena, os brasileiros foram sempre fantoches."[197]

O quadro tem muito de caricatural, sem dúvida, e aprecia os traços exteriores do problema, mas também muito de verdadeiro, de bem apanhado, de exato. E que relações há entre o capital comercial, apreciado apenas como português pelo intérprete, e o Estado? Continua Luís Edmundo: "E não há jornal, dos que são tidos por nossos, por mais simpático que seja à causa brasileira, que ouse dar guarida, apadrinhar o assunto que nos interessa, medroso, sempre, de desgostar o amigo comendador, porque êsse, se quiser (sabem, todos, muito bem disto), num só gesto, como um Satanás de mágica, pode reduzir êsse mesmo jornal a fanicos. Como? Perguntar-se-á. De um modo muito simples: suspendendo-lhe o crédito, tirando-lhe os anúncios, abrindo, contra êle, à socapa, uma campanha comercial terrível, contando, para isso, ainda, com a solidariedade da grei que à gazeta proscrita nunca mais cederá, nem mesmo a toneladas de ouro, um só dedal de tinta, um palmo de papel. (...) Os homens do govêrno sabem todos, e muito bem, do que se passa. Se sabem! Não tomam, no entretanto, providências capazes de corrigir a anomalia, de evitar, para nós, tamanha humilhação. Não lhes convém. A imprensa fora da mão do brasileiro é o que serve. Quando alguém mais afoito os interpela sôbre o caso, sorriem displicentes. Futilidades! Patriotadas! Melhor gente do que essa não pode haver! Tudo porque a imprensa da capital da República, em sua quase totalidade, rolando sôbre molas silenciosas, é um aparelho modelar de subserviência e ternura, que os homens da politicagem enfeitiçam. Afora umas discussõezinhas

[197] Luís Edmundo: op. cit., pág. 1.055-1.056, III.

tênues sôbre matéria de administração, uns ataques cobardes e restritamente pessoais a pobres funcionários subalternos, sem proteção ou responsabilidade na vida administrativa do país, o que se vê, sempre, por êsses provectos órgãos que se apresentam como genuínos representantes da opinião nacional, é o fumaréu de incenso turibulando o ato do govêrno, do "benemérito e patriótico govêrno que felicita esta República", a barretada de louvores a S. Excia. o "honrado Sr. Presidente da República", a girândola de loas e gabos ao Senador X, "em cujas mãos repousam felizmente os destinos políticos desta grande nação..." Dos maiores problemas do país não cuidam essas gazetas. A terra continua imunda e atrasada como nos tempos coloniais, a cidade é um monstro onde as epidemias se albergam dançando *sabats* magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados, a descascar pelos rebôcos, vielas sórdidas cheirando mal, exceção feita da que se chama rua do Ouvidor, onde, apesar de tudo, o homem do "burro sem rabo" cruza com o elegante da região tropical, que traz no mês de fevereiro sobrecasaca preta de lã inglêsa, e, fincado na cabeça, um tubo de couro que êle a custo agüenta, diluindo-se em cachoeira de suor, só para mostrar que não é mais aquêle bugre dos velhos tempos de Anchieta, porém um ser civilizado. O povo está sem instrução. A indústria, desprotegida. Os serviços públicos, de molas perras ou desmanteladas. Só o comércio progride, o "honrado comércio desta praça", com o comendador à frente, o quilo de 800 gramas, o metro de 70 centímetros, o tratadozinho de comércio cada vez mais feito sob medida e outros favores sempre a desabar da altura como o maná da Bíblia".[108]

O equipamento dos jornais acompanhava a etapa empresarial; os velhos equipamentos eram encontrados ou vendidos a fôlhas do interior. É difícil acompanhar a evolução do equipamento da fase empresarial, todo de importação. A Impressão Régia fôra organizada à base de rudimentares impressoras de madeira, compradas na Inglaterra por 100 libras esterlinas; só em 1845 tivera prelo mecânico para atender as impressoras francesas e inglêsas que posuía; o reequipamento de 1877 ficara em menos de 111 contos de réis; só em 1889, com a República, recebera a *Active*, de Marinoni, e duas *Alauzet*, uma das quais podia imprimir 64 páginas de uma só vez; em 1894, tinha quatro motores, que acionavam

[108] Luís Edmundo: op. cit., págs. 1.057-1.059, III.

10 *Alauzet* e 7 *Marinoni;* só em 1902 recebeu a primeira rotativa e, logo em seguida, mais duas, que rodavam 15.000 exemplares em uma hora. Os jornais contavam com equipamento mais moderno, embora menos numeroso; em 1911, entrava no Brasil o prelo *Koenig;* dois anos depois, o *Werk-Augsburg.*

O anúncio evoluíra também. Nos jornais antigos, proclamavam as virtudes de barbeiros que aplicavam bichas, escravos à venda ou fugidos, gêneros alimentícios, navios que chegavam ou que partiam, remédios milagrosos. Na segunda metade do século XIX, eram já elaborados; para os fins do século, contam com a qualidade literária emprestada por alguns escritores. Bilac receberia cem mil réis por uma quadrinha proclamando a qualidade de determinada marca de fósforos. No século XX e na fase inicial de que tratamos, Emílio de Menezes redigia anúncios em versos para determinada marca de cerveja; Hermes Fontes forjou sonêto destinado a um laboratório que fabricava xarope para a tosse; proliferava o *testimonial,* cujo tipo pode ser aferido por êste exemplo: "Tenho a maior satisfação em declarar que, sofrendo de uma bronquite pertinaz, fiquei radicalmente curado com o uso do *Bromil.* (a) Olavo Bilac." O precursor dos escritores atualmente empregados em agências de publicidade foi, porém, Bastos Tigre que herdou de Emílio de Menezes o cargo de anunciante de importante cervejaria, em que chegou a aposentar-se; criou o primeiro escritório especializado em anúncios, servindo confeitarias, magazines de modas, sabonetes, cigarros, restaurantes; redigiu almanaques de fabricantes de produtos farmacêuticos; criou *slogans* que atravessaram o tempo: *Igual não há, melhor não pode haver — No vidro é remédio, no corpo é saúde — Fortifica quem o toma, quem o toma forte fica — Quem tem bôca vai a Roma* — êste para restaurante. Para tônico capilar muito apregoado na época, escreveu êste sonêto: "Bonde do Jóquei Clube, às nove e meia / De quinta-feira. Vou sentar-me ao lado / De uma jovem gorducha e nada feia. / Vestido branco, de filó bordado, / Ela vai distraída, ao mundo alheia / E nem vê que eu reparo interessado / No bucinho que os lábios lhe sombreia, / Quase bigode, um buço avantajado. / E esta hipótese simples vem à mente: / Amou alguém apaixonadamente, / O alguém fugiu-lhe e ela, ferida e louca, / Tentou matar-se e, em desespêro insano, / Em lugar de veneno, astúcia ou engano, / Levou de Pilogênio um vidro à bôca."

Nos textos, porém, as alterações são mínimas, ao iniciar-se o século XX: "O jornal, na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, uma coisa precária, chã, vaga, morna e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Apenas. Começa, geralmente, pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pince-nez*, ar imponente e austero, mas rigorosamente vazio de opinião; espécie de *puzzle* de flôres de retórica, que foliculários escrevem com o dicionário de sinônimos a um lado e um jôgo de raspadeiras afiadas noutro, literatura côr-de-rosa e que os homens mais ou menos letrados do país sorvem, logo de manhã cedo, ainda em *robe de chambre* e chinelo *cara-de-gato* no bico do pé, acavalando, nos beques estremunhados, enormes *prince-nez* de tartaruga, babando admiração pela obra-prima e a dizer: — Sim senhores, a isto é que se pode chamar artiguíssimo de fundo! Paginação sem movimento ou graça. Colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas. Títulos curtos. Pobres. Ausência quase absoluta de subtítulos. Vaga *clichéterie*. Desconhecimento das *manchetes* e de outros processos jornalísticos, que já são, entanto, conhecidos nas imprensas adiantadas do norte da Europa. Tempo do sonêto na primeira página, dedicado ao diretor ou ao redator principal da fôlha."[199]

O noticiário era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais — aniversários, cacasamentos, festas — aparecem em linguagem melosa e misturam-se com a correspondência de namorados, doestos a desafetos pessoais e a tôrva catilinária dos *a pedidos*. Os próprios anuncios não chegam para quebrar a monótona uniformidade das páginas: "Bebam os vinhos de Adriano Ramos Pinto" — "Dói? Gelol" — Jataí do Prado cura bronquites e asmas". Discrepa um pouco aquêle que ficou célebre: "Eu era assim, cheguei a ficar assim, agora estou assim," ilustrado com três cabeças diferentes. Mas havia, às vêzes, na solenidade vazia dos textos publicitários, uma nota de escândalo: certo Oliveira, dono de uma loja de móveis no centro da cidade, "anunciava suas camas e colchões de maneira tão torpe, propositadamente trocando vocábulos e pondo em destaque outros de indecente significação que nem a título de documento podemos

[199] Luís Edmundo: op. cit., págs. 909-910, III.

aqui repetir tais anúncios", como informa Luís Edmundo.[200] Os clichês são caríssimos, poucas as oficinas de gravura e os jornais poupam-se de usá-los. E nem mesmo as informações são de interêsse geral, ou os fatos apresentados objetivamente. Eis alguns exemplos: "O sr. ministro da Fazenda concedeu seis meses de licença, para tratar da saúde, onde lhe convier, ao 4.º escriturário da Mesa de Rendas de Corumbá, Estado de Mato Grosso, sr. Antônio Manuel de Sousa Júnior." "Lisboa, 12-S.M. el-rei, o sr. D. Carlos, saindo, hoje pela manhã, em sua carruagem, visitou a igreja do Senhor dos Passos da Graça, regressando a palácio, onde chegou faltando um quarto para o meio-dia." "Suicídio. Na flor da idade, aos 16 anos, virgem e bela, ó destino implacável!... Nasceu como nascem as rosas que se doiram ao sol meigo da primavera..."

O *Jornal do Comércio*, com mais de setenta anos já, é sizudo e conservador, lido pelos homens da classe, pelos políticos, pelos funcionários graduados; trata-se de emprêsa sólida, prestigiosa, com redação à rua do Ouvidor; José Carlos Rodrigues não lhe alterou a fisionomia, apenas acentuou o traço de apoiar todos os governos; Tobias Monteiro é o redator principal, responsável pela primeira *vária* e pelos artigos de pêso; Ernesto Sena, velho repórter, passou a redator; o barão do Rio Branco também escreve notas e freqüenta a redação; jornal de grande formato, é oferecido nos hotéis e salões aos freqüentadores; sua sisudez se transmite ao pessoal e Félix Pacheco, boêmio, poeta, espírito irreverente, assume a postura circunspecta ao servir no jornal de que, mais tarde, será diretor. Na *Gazeta de Notícias*, morto Ferreira de Araújo, a direção cabe a um português amável, Henrique Chaves, mas não é por isso mas pela ordem natural das coisas que é "um jornal vivendo do comércio lusitano"; redator-chefe, o italiano Carlos Parlagreco não abandona a reportagem, que divide principalmente com Afonso de Montaury; João Lopes Chaves escreve os artigos de fundo; Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pedro Rabelo, Emílio de Menezes são os colaboradores mais conhecidos; um repórter ganha entre 150 e 200 cruzeiros mensais; um redator, entre 300 e 400; secretário ou redator-chefe, de 500 a 700; os artigos são pagos a 50 mil réis; ainda não chegaram os tempos das reportagens de Paulo Barreto ou da

[200] Luís Edmundo: op. cit., pág. 916, III.

seção de Figueiredo Pimentel, o *Binóculo*, "bíblia das elegâncias da terra". Alcindo Guanabara dirige *A Tribuna*, de que Antônio Azeredo é o proprietário e em que colaboram Eduardo Salamonde, Gastão Bousquet, Germano Hasslocher, como redatores, tendo três repórteres de futuro, Euricles de Matos, Irineu Marinho e Leal de Sousa.

À rua do Ouvidor, junto ao *Jornal do Comércio*, em velho prédio, fica *O País*, de que é mentor Quintino Bocaiúva, governador do Estado do Rio de Janeiro; por morte de Manuel Cota, trazido por Sebastião de Pinho, entra para a emprêsa, então, o português João de Sousa Laje, "grande capitalista, grande homem de negócios"; de gerente, passa a diretor, aproveitando a crítica situação financeira do jornal; sabe o caminho da salvação e envereda por êle com muita tranqüilidade, senhor de sua arte; o secretário é Jovino Aires; na redação, trabalham Gastão Bousquet, Oscar Guanabarino, Eduardo Salamonde; na reportagem, Jarbas de Carvalho, Virgílio de Sá Pereira, Gustavo de Lacerda; entre os colaboradores, brilha Artur Azevedo.[201] À rua Gonçalves Dias continua o diário de melhor equipamento gráfico do tempo, o *Jornal do Brasil*, "ninho de coronéis da Guarda Nacional", sob a direção de Fernando Mendes e Cândido Mendes, com o clássico português como secretário, no caso Artur Costa; na redação, destacam-se Afonso Celso, Andrade Silva, Osório Duque Estrada; os seus ilustradores são conhecidos e brilhantes, Julião Machado, Artur Lucas, Raul, Plácido

201 "Na orientação da fôlha, Laje, amigo incondicional de todos os governos, serve-os com diligência e com agrado. Dá, de uma banda, e de outra banda, tira... É o dá cá, toma lá. Usa, porém, de processos inéditos para melhor vazar a têta do Tesouro. Sabe-se, por exemplo, que em casa de certo político, forte jogador de *poker*, de quando em quando, perde somas enormes: cem, cento e cinqüenta, duzentos contos de réis... Porque a má sorte o desajuda? Nada disso. Perde, porque quer. Perde para depois ganhar... Estratégia de homem esperto. Velhacaria refinada... Que, uns dias após ao gesto voluntário, procurado, consciente, vai êle ao que ganhou no jôgo, ao parceiro feliz, e, sem lhe recordar o desastre, com lábia, pede-lhe então, choramingando, a ajudazinha de um negócio de polpa... Está-se a ver que o homem não perde tempo. Os cofres públicos arreganham-se aí, para servir ao pedinchão. Perdeu, dando, ao parceiro, duzentos contos? Pois vai levar seiscentos, oitocentos ou mil. E se lhe parece pouco, Laje recomeça. E tome mais poquersinho, e outro negociosinho... Por isso, vivem políticos aflitos, solicitando-o para *pokers* em família. E êle a vender-se caro..." (Luís Edmundo: op. cit., pág. 954, III.)

Isasi, Amaro Amaral; sua tiragem continua crescendo, é extraordinária para a época, com 62.000 exemplares diários; faz, no início do século, violenta campanha contra os métodos usados pela polícia; publica, em 1902, o primeiro romance policial em quadrinhos, ilustrados por Julião Machado; em 1903, instala luz elétrica na redação e com energia elétrica movimenta a sua rotativa; tem oito páginas, apoia Pereira Passos, tira um vespertino: é uma potência, exemplo da emprêsa jornalística que passará a ser normal na imprensa do país, a das capitais, naturalmente, a grande imprensa.

Havia, também, os vespertinos: o de maior tiragem era *A Notícia*, dirigida por Manuel Jorge de Oliveira Rocha, o Rochinha, também com redação na rua do Ouvidor, no número 123; era, no início do século, quase alheia à política, informando mais do que opinando; Henrique Blatter era o secretário, logo substituído por Álvares de Azevedo Sobrinho e, depois, por Dermerval da Fonseca; na redação trabalhavam Cesário Alvim Filho, Castelar de Carvalho, Nicolau Ciâncio; os colaboradores mais conhecidos eram Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Pedro Rabelo, Vieira Fazenda, Luís Murat, Agenor de Roure, Artur Azevedo; Medeiros e Albuquerque fazia a crítica literária; a gerência estava entregue a Salvador Santos. Outro vespertino era a *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, a quem ajudavam Batista Coelho e Henrique Câncio; estava próxima do fim, pois desapareceria em 1902; tornara-se exemplo vivo e contrastante da velha imprensa, não tinha estrutura de emprêsa, capengava ao sabor das circunstâncias, vitalizada apenas, e já insuficiente e inadequadamente pelo prestígio da pena de seu diretor e proprietário, figura superada também: "Escreve muito bem, escreve como ora, com fluência e com lustre. Polemista vibrante, freqüenta, entanto, a escola de Camilo. É por isso insolente, brutal e muito desbocado. Molhada em lama, a sua pena resplandece. Cultua a técnica do desafôro, abusa da chalaça e do calão. Tem platéia, porém, para tudo isso. (...) No comêço do século, porém, José do Patrocínio é bem outro José do Patrocínio, é o triste desmoronar de uma grande inteligência. (...) A *Cidade do Rio* vive como sempre viveu o seu proprietário — dos caprichos da sorte, *a la bonne fortune de pot*... Quando chega o dinheiro, em geral com uma bem grande irregularidade, enche-se a redação de gente, porque, então, José do Patrocínio, mãos abertas, paga a todos e paga muito bem. Não se conhece, aí, criatura mais franca, mais generosa. É o momento das grandes reportagens, dos grandes e belos

artigos assinados... O contrário dá-se, sempre, quando falta dinheiro. A fôlha míngua. A matéria escasseia. A redação esvazia-se, embora com a crise de dinheiro não haja crise de gratidão por parte do diretor proprietário, o qual, não podendo pagar aos seus escribas, vive a lhes aumentar regularmente os ordenados."[202]

Foi nesse quadro que, em 1901, apareceu o *Correio da Manhã*: "Foi para combater êsse estado de coisas e restabelecer, na imprensa do país, aquêle sentido patriótico que fêz a glória de Evaristo e criou, por muito tempo, a autonomia do nosso povo, que um jovem advogado, cheio de audácia, de energia e de civismo, pensou em lançar, aqui, um periódico rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, capaz de confundir, desbaratando, comendador e sua grei, fôlha exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interêsses do povo que uma fatalidade histórica oprimia e humilhava. Era necessário, para isso, apenas, um aparelho econômicamente independente e rigorosamente brasileiro, um grupo de auxiliares cheios de fé e de bravura pessoal. A gazeta devia ser sem apresentação

[202] Luís Edmundo: op. cit., págs. 1.010-1.013, III. Vivaldo Coaracy, que trabalhou na *Cidade do Rio*, em sua fase final, fixou os traços de Patrocínio, em retrato fidelíssimo: "Misto de luz radiante e de sombras trevosas, como o seu sngue era misto de branco e negro, sua personalidade se caracterizava pelos contrastes surpreendentes que oferecia e que muitas vêzes deixavam perplexos os que o conheceram. Atingindo alturas geniais em dados momentos, noutros se revelava de uma simplicidade quase infantil. Capaz de atos de nobreza e de atitudes de raro desprendimento e dedicação, incidia por outro lado em fraquezas morais e erros de julgamento quase incompreensíveis. Expliquem os que quiserem a instabilidade de caráter pela sua condição de mestiço; o fato é que diante de Patrocínio não era possível uma atitude de indiferença. Havíamos de admirá-lo ou verberar-lhe a conduta. E muitas vêzes as duas atitudes se confundiam e misturavam no espírito dos que vivemos na sua proximidade imediata, deixando-nos perplexos para formular um juízo. Adorado por uns, vilipendiado por outros, inspirava dedicação profunda e ódios azedos. Só êle, Patrocínio, se mantinha indiferente em meio do torvelinho de sentimentos que provocava. Mas, no fundo, com os seus erros e fraquezas tão humanas, até mesmo com os seus imperdoáveis deslises, era um bom. Alma generosa e sentimental, nunca fêz o mal pelo prazer do mal, nunca deixou de trazer o lenitivo da sua simpatia aos sofrimentos com que topava em seu caminho, nunca negou o apoio de seu entusiasmo exuberante às causas nobres. E era um fulgurante e raro talento que honrou a sua geração e a sua raça." (Vivaldo Coaracy: op. cit., pág. 227.)

de espalhafato, porém feita com muita honestidade de conduta, muita lisura naquilo que afirmasse, e, sobretudo, persistência e esperança no futuro. Êsse advogado que, quando termina o século, não tem ainda trinta anos, chama-se Edmundo Bittencourt.[203] A 15 de junho de 1901, realmente, os pequenos jornaleiros apregoam o nôvo matutino, cuja redação ocupa o prédio em que antes funcionava a *Imprensa*, de Rui Barbosa.

O redator-chefe era Leão Veloso Filho (*Gil Vidal*); na secretaria, funcionava Heitor Melo; na redação, Vicente Piragibe, Antônio Sales, Osmundo Pimentel, João Itiberê da Cunha; os colaboradores mais destacados eram José Veríssimo, que fazia a crítica literária, Artur Azevedo, Carlos de Laet, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Morales de los Rios, Melo Morais Filho. No artigo de apresentação ficava marcada a linha participante e combativa do jornal: "A praxe de quantos até hoje têem proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagema para, mais a gôsto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião." Nesse editorial estava impressa a marca de Edmundo Bittencourt.[204]

O *Correio da Manhã* vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao govêrno Campos Sales que presidia a política de

[203] Luís Edmundo: op. cit., pág. 1.061, III.
[204] Edmundo Bittencourt (1866-1943) nasceu em Santa Maria, província do Rio Grande do Sul e fêz os seus primeiros estudos em Pôrto Alegre, onde colaborou em *A Reforma*, de Silveira Martins. Depois de breve passagem por S. Paulo, veio para o Rio de Janeiro, em 1889, provisionando-se em solicitador no Fôro, enquanto concluía os preparatórios e tirava o curso de Direito. Começou a advogar com Rui Barbosa e Sancho de Barros Pimentel. Em 1908, foi liquidada a sociedade que mantinha *A República*, cujo espólio Rui Barbosa e Carlos Bandeira adquiriram, fundando *A Imprensa*, que Edmundo Bittencourt secretariou e que, suspensa a 25 de abril de 1900, voltou a circular a 2 de janeiro de 1901, mas foi liquidada pela crise financeira e desapareceu a 24 de abril, quando Edmundo comprou-lhe o material e arrendou o prédio da rua do Ouvidor, 117, dando início ao *Correio da Manhã*, lançado a 15 de junho de 1901, que se caracterizou desde logo como jornal de oposição, o que lhe valeu grande

estagnação, onerando terrìvelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo subôrno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da opinião da imprensa. Nesse sentido, o seu editorial de 4.º aniversário, a 15 de junho de 1905, reafirmava a exatidão do rumo traçado quando de seu lançamento: "Veio para lutar, resoluta e serenamente, em prol dos interêsses coletivos sacrificados por uma administração arbitrária e imoral. Venceu por isso." Daí por diante, e em tôda a velha República, que ajudou a derrocar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima. Através dêsse caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em emprêsa jornalística. Já o era, ou ingressava nessa etapa quando, em romance de escândalo, em que buscava reconstituir a imprensa da época, tomando como típico o caso do *Correio da Manhã*, Lima Barreto escrevia: "Antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo, de José do Patrocínio, de Fulano, de Beltrano... Hoje de quem são? A *Gazeta* é do Gaffrée, o *País* é do visconde de Morais ou do Sampaio e assim por diante. E por detrás dela, a imprensa, estão os estrangeiros, senão inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas aspirações..."[205]

Não havia o que lastimar, entretanto: Lima Barreto sentia a transformação da imprensa brasileira, verificava o contraste entre aquela da fase do jornal de circunstância, arrimado a uma figura de prestígio, e a nova fase, a da emprêsa jornalística cada vez mais complexa e cada vez mais inserida na complexidade de estrutura social em mudança, emergindo progressivamente a burguesia. A passagem ao jornalismo de emprêsa era, entretanto, etapa histôri-

prestígio nas camadas populares. Em 1906, Edmundo Bittencourt teve de bater-se em duelo com Pinheiro Machado, a quem o jornal atacava com violência. Como Irineu Marinho, dez anos depois, Edmundo Bittencourt foi dos últimos exemplos de esfôrço para fazer um jornal, tornando-o de iniciativa individual em emprêsa próspera.

[205] Lima Barreto: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, S. Paulo, 1956, pág. 134.

camente necessária; significava avanço; o jornalismo individual é que estava superado.

Imprensa e literatura

O domínio oligárquico, a política de estagnação, a pausa no desenvolvimento do país, traços da consolidação republicana, nos têrmos em que, finda a tormenta do florianismo, fôra colocada pelo latifúncio agora indiscutido em sua primazia, trouxe uma fase de repouso, de empobrecimento, de esterilidade em nossas letras. Como literatura e imprensa se confundiam, então, as repercussões no periodismo eram inevitáveis. Daí a linguagem de baixa literatice dos jornais, que surpreende os que hoje percorrem as fôlhas do tempo e de que fornecemos alguns exemplos. Em 1901, Veríssimo espantava-se da situação das letras brasileiras, "nas desgraçadíssimas condições materiais e morais de nosso país".[206] Ainda antes, o crítico havia verificado a nomalia: "A nossa sociedade é formada de elementos heterogêneos, não tem portanto originalidade, e a nossa vida é tôda artificial. Essa artificialidade toma, no Rio de Janeiro, onde em geral vivem os nossos escritores, enormes proporções."[207] Crítico posterior confirmaria as grandes linhas dêsse quadro melancólico: "Juntem-se ainda a fraca repercussão das obras literárias em nossa terra, o mau negócio que representa aqui a profissão de escritor e as dificuldades com que por muito tempo lutaram os autores para serem impressos, e ver-se-á que muito há a esperar de gente que venceu tantos obstáculos. A crítica pode ser severa, mas a história tem muitos nomes a registrar. A verdade é que, a despeito de tudo, escreveu-se bastante durante os cinqüenta anos que aqui se examinam. Entre romancistas, contistas e dramaturgos, foram, para êste ensaio, levantadas, nas histórias literárias, dicionários bio-bibliográficos e catálogos de livrarias, mais de duzentos nomes. Dêstes, a maioria está hoje completamente esquecida, sendo que, de vários outros, só mesmo nomes e os títulos das obras puderam ser encontrados, visto como nem na Biblioteca

[206] José Veríssimo: *Estudos de Literatura Brasileira*, 4.ª série, Rio, 1910, pág. 259.

[207] José Veríssimo: *Estudos Brasileiros* (1877-1885), Pará, 1889, pág. 7.

Nacional nem nos livreiros antiquários existem os seus livros; de outros só se acharam alguns trabalhos, nem sempre os mais elogiados no momento; ainda outros, finalmente, deixaram de ser mencionados, porque nem o mais largo relativismo histórico lhes daria lugar na literatura."[208] Era, pois, como o deserto, com os poucos monumentos sepultados pela areia do olvido. O mesmo no teatro: "Escreveu-se então muito para o teatro, representou-se bastante, mas nenhuma peça subsistiu, nem merece ser exumada."[209] Tudo isso em contraste com a fase anterior, o movimentado fim do século XIX: "Não obstante Joaquim Nabuco poder ainda classificar, sem exagêro, em 1900, de 'desocupada' a nossa literatura, e de '*flaneurs*' os nossos literatos, o certo é que, nos últimos vinte anos do século passado, as letras se revestiram de uma dignidade e de um prestígio talvez sem precedentes entre nós."[210]

Fora as grandes figuras literárias que sobrevivem à fase anterior, a chamada "geração da Academia", e destacadamente Machado de Assis, essa fase nova é pràticamente vazia, ou marcada por raros cimos isolados — Euclides da Cunha, estreando no início do século, é um dêles — que contrastam com a planície que os circunda. O que caracteriza a época, no domínio da literatura, é a alienação: "Os intelectuais, que mais lùcidamente perceberiam a distância entre o grande império sonhado e a verdadeira situação do Brasil, ainda mais deliberadamente se voltaram para a Europa, já não por se julgarem moralmente europeus, mas por acharem que só de lá lhes viriam ensinamentos e inspirações. A imitação, se continuava a abranger tôdas as manifestações da vida, muito mais intensa se fazia no domínio das letras, que já não seguiam um impulso, senão inconsciente, pelo menos apenas meio consciente, de tôda a nação, e antes dela se afastavam, na medida em que a precediam na importação de figurinos. Importação franca e deliberada. Prova certa disso estará no Naturalismo que, a despeito dos homens de valor que reuniu, foi muito mais postiço em nosso país do que o romantismo. Êste, embora também recebido de fora, abrasileirou-se ràpidamente, por coincidir com o estado de espírito dominante. A tal ou qual ingenuidade de que havia no bovarismo imperial lhe permitira não se dar conta da sua origem estrangeira,

208 Lúcia Miguel Pereira: op. cit., pág. 19.
209 Lúcia Miguel Pereira: op. cit., pág. 24.
210 Lúcia Miguel Pereira: op. cit., pág. 53.

ao passo que, mais tarde, a adoção de modas e idéias se fêz conscientemente. Por isso, não obstante ter sido sempre condicionada pela Europa a nossa atividade intelectual, pode-se legìtimamente falar em cosmopolitismo republicano. Cosmopolitismo que levou, por exemplo, os nefelibatas a se encerrarem em problemas estéticos e a se alheiarem do seu meio, trazendo para um país em construção, o bizantinismo próprio de sociedades decadentes. O Brasil, que parecera tão ilustre aos românticos, já não interessava tanto aos escritores que o sabiam inculto, quase analfabeto."[211] Aquela "constante e cerrada busca da verdade", característica da obra de Machado de Assis, vinha sendo substituída por uma literatura artificial, deslumbrada no simples verbalismo.[212]

Em sua tarefa de crítico militante, José Veríssimo constatava a pobreza das contribuições que lhe chegam para estudo: "Das dezenas dêsses livros, pela maior parte, é bom repetir, folhetos, que no Brasil se publicam todos os anos, de fato apenas poucos são beneméritos de atenção e aprêço, o que aliás não quer dizer que êsses, por isso que os podemos estimar hoje, os nossos netos continuem a estimá-los depois de amanhã: *'Habent sua falta libelli!*,

[211] Lúcia Miguel Pereira: op. cit., págs. 14-15.

[212] "O certo é que, apesar de se poderem apontar méritos em alguns ficcionistas, o diletantismo, o amadorismo constituíam um alarmante sintoma de esgotamento, de fim de época. As conferências literárias que, em 1905, se realizaram com grande êxito, no Instituto Nacional de Música, são um claro exemplo da frivolidade dominante; diante de um auditório mundano, os mais afamados escritores do momento, Coelho Neto, João do Rio, Medeiros e Albuquerque e outros faziam florituras e variações sôbre temas como Beijos, a Rua, o Pé e a Mão, a Palavra; o último assunto — *a tout seigneur tout honneur* — coube a Coelho Neto que, depois de comparar os vocábulos a 'atôres do antigo teatro com a crépida ou com o coturno, com a máscara cômica ou com a carantonha trágica', a 'flôres nos prados' das quais os olhos, como duas abelhas, sugam a 'essência para fazer o mel e a cêra com que se alimenta e ilumina a humanidade', concluiu com a seguinte peroração: 'Agora direi que vos iludi durante uma hora, soltando bôlhas de sabão ao vento. É sina das palavras — voar, como o pólen que fecunda. Que houve nesta palestra? Aquilo que o taciturno príncipe condenava: 'Palavras! Palavras! Palavras!' Ah! sim, palavras que são o nada e que são tudo, palavras que, se fazem o mal, também fazem o bem: a vida; e são as verdadeiras óstias da comunhão universal nas quais se encontra o espírito eterno." (Lúcia Miguel Pereira; op. cit., págs. 281-282.)

e entre nós, reparo, é precária a sorte dos livros."[213] A posteridade, realmente, como observou Lúcia Miguel Pereira, confirmando, meio século depois, a nota pessimista do crítico, a posteridade sepultou tais livros. Estavam ligados, em sua alienação, a traços decadentistas importados: um Naturalismo já despojado de suas notas iniciais e agora reduzido ao esquema do libelo, e um simbolismo de vazias sonoridades verbais. O nome de evidência, por um instante, era o do medíocre poeta do *Cavaleiro do Luar*, Gustavo Santiago, de quem Paulo Barreto escreveria que se alimentava de salada de violetas; os versos apareciam em plaquetas de formatos estranhos e côres escandalosas. Surgem, depois, naturalistas retardados, quando os últimos romances de Zola já mostravam o abandono da aproximação entre literatura e ciência, que êle pensara colocar em têrmos experimentais. Os últimos naturalistas de importância haviam sido Adolfo Caminha, estreante de 1892, com vida e obra curta, e um pouco do Coelho Neto da *Capital Federal*, de 1893. Veríssimo mostraria que dar-se alguém como naturalista constituía anacronismo, em 1898. A razão estava ainda com o crítico: êsses livros naturalistas do início do século XX desapareceram quase sem deixar vestígios.[214]

Há livrarias conhecidas, que os escritores movimentam, fazendo nelas as suas reuniões, ao fim da tarde, e há alfarrabistas e livra-

213 José Veríssimo: *Estudos de Literatura Brasileira*, 6.ª série, Rio, 1907, pág. 124.

214 *Morbus*, de Faria Neves Sobrinho, é de 1898, precisamente; *O Urso*, de Antônio de Oliveira, aparece em 1901; *A Luta*, de Carmen Dolores, em 1911; *Aves de Arribação*, de Antônio Sales, em 1913, embora tivesse aparecido antes em folhetim. Batista Cepelos lançou, em 1910, um romance cujo valor documentário, para estudo da época, é importante: *O Vil Metal*, em que estuda o desenvolvimento capitalista em São Paulo; duas de suas personagens são interessantes, a do literato falhado e a do jornalista imoral, explorador dos ricaços. O fato de ter procurado tipificar um e outro, embora não o tenha conseguido, sob a carga de convencionalismo que os falseia, mostra como o literato falhado e o jornalista venal, peculiares à fase de irregular avanço das relações capitalistas, estavam já na atenção dos ficcionistas. Os dois tipos estarão, sob condições muito melhores, adiante, no *Isaías Caminha*, de Lima Barreto, como, embora em proporções menores, em *Numa e a Ninfa*. Eram tipos, assim, com os quais a sociedade se preocupava, que se tornavam correntes, que despertavam atenção. Se fôssemos apresentar a série de tipos de jornalistas que a ficção brasileira alinha, o tema constituiria monografia à parte. Eça de Queiroz, como se sabe, ocupou-se largamente dêles, também.

rias populares, como a Quaresma, que Pedro da Silva Quaresma instalou, na rua S. José, em 1879, e que é a grande fornecedora de livros de anedotas, de assombrações, de crendices, de canções populares, mas também de livros infantis de Figueiredo Pimentel, de modinhas de Eduardo das Neves e de Catulo da Paixão Cearense, em que alguns pretendem ver uma sorte de bardo nacional. São escritores consagrados, às vêzes, os que fazem os livros que Quaresma lança aos montes, sem êsses nomes ilustres, de pessoas que ainda não podem ganhar a vida fazendo literatura em livro. Machado de Assis vendera ao Garnier a propriedade "inteira e perfeita da obra literária", cêrca de quinze volumes, por oito contos de réis; a 2.ª edição do *Quincas Borba* e a 3.ª das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* renderam-lhe 250 mil réis cada uma. Havia casos de sucesso relativo, porém, de venda ou de crítica, ou de ambas, tudo nos estreitos limites da época: em 1902, por exemplo, e exemplo que não pode ser generalizado, o Garnier lançou, em abril, um romance muito falado, o *Canaã,* de Graça Aranha, e o Laemmert, em dezembro, *Os Sertões,* de Euclides da Cunha, que proporcionou ao autor "um ou dois contos de réis". Sucesso igual só seria repetido em 1911, quando o Alves lançou *A Esfinge,* de Afrânio Peixoto. A Biblioteca Nacional só em 1910 passou da Lapa para o nôvo edifício, na Avenida; estava longe o tempo em que *A Semana,* a 4 de julho de 1886, noticiava assim a instalação de luz elétrica no velho prédio: "Vejam que fantasia, iluminar a ceia das traças e o sono dos empregados com lâmpadas Swan..."

Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível. O *Jornal do Comércio* pagava as colaborações entre 30 e 60 mil réis; o *Correio da Manhã,* a 50. Bilac e Medeiros e Albuquerque, em 1907, tinham ordenados mensais, pelas crônicas que faziam para a *Gazeta de Notícias* e *O País,* respectivamente; em 1906, Adolfo Araújo oferecia 400 mil réis por mês a Alphonsus de Guimaraens para ser redator de *A Gazeta,* em S. Paulo. No inquérito organizado por Paulo Barreto, e depois reunido no volume *O Momento Literário,* uma das perguntas era esta: "O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?" A maioria respondeu que bom, naturalmente. Félix Pacheco esclareceu, com exatidão: "Tôda a melhor literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fêz escala pela imprensa." Medeiros e Albuquerque viu outros aspectos da questão:

"É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que se chama a 'cozinha' dos jornais; a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres que tomem muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isto lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprêgo na administração, no comércio, na indústria. O mal não é do jornalismo: é do tempo que lhes toma um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção."

Entre os jornais que dão destaque às letras alinham-se, principalmente, o *Diário Mercantil*, de S. Paulo; *O País*, desde 1884, o *Novidades*, entre 1887 e 1892, o *Correio do Povo*, em 1891, *A Notícia*, *A Imprensa*, ainda no século XIX; mas, quando entra o nôvo século, as fôlhas principais acolhem letras e letrados. Os principais folhetins do tempo, isto é, as seções permanentes e assinadas, são, no *Jornal do Comércio*, "Ver, ouvir e contar", em que Jaime Séguier substitui o barão de Sant'Ana Neri; as "Dominicais", de João Luso; o "Dia-a-Dia", de Constâncio Alves; as colaborações estrangeiras são do italiano Vicenzo Grossi e do português Cândido de Figueiredo, que polemiza com Cândido Lago, que faz idêntica seção, a de bem escrever, no *Correio da Manhã;* os colaboradores principais são Urbano Duarte, Escragnolle Dória, Araripe Júnior e José Veríssimo, que mantêm a seção "A Semana Literária", cujos artigos constituirão, depois, os volumes dos *Estudos de Literatura Brasileira* e *Homens e Coisas Estrangeiras*.

A *Gazeta de Notícias* apresenta o folhetim de Olavo Bilac; conta com Pedro Rabelo e Guimarães Passos como colaboradores; publica uma espécie de suplemento literário domingueiro; a seção de Figueiredo Pimentel, o "Binóculo", faz o registro da vida mundana; quanto aos estrangeiros, está de volta Ramalho Ortigão e fazem sucesso as "Cartas" de Max Nordau. *O País* mantêm a tradicional coluna do canto da primeira página, no alto e à esquerda: ali apareceu, durante anos, o "Microcosmo", de Carlos de Laet, antes publicado pelo *Jornal do Comércio;* o lugar foi ocupado, depois, e sucessivamente, por Júlia Lopes de Almeida, Carmen Dolores e Gilberto Amado; Oscar Lopes faz "A Semana"; outros colaboradores são Olavo Bilac, Artur Azevedo, Oliveira Viana, Eduardo Salamonde, Abner Mourão (sob o pseudônimo de Isabela Nelson); dos estrangeiros, distinguem-se Justino de Montalvão, as "Cartas de Lisboa", de José Maria Alpoim, os artigos de Câmara Reys, as esplêndidas crônicas de visconde de Santo Tirso, reunidas

depois nos volumes *De Rebus Pluribus* e *Cartas de Algures;* Carlos Dias Fernandes assina o folhetim *Os Cangaceiros,* no clássico rodapé. Na *Notícia,* aparece a seção "Crônica Literária", de Medeiros e Albuquerque, que assina com o pseudônimo *J. Santos;* as crônicas de Paulo Barreto, tornando conhecido o pseudônimo de *João do Rio;* as "Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro", de Vieira Fazenda. No *Jornal do Brasil,* aparecem as maliciosas crônicas de Carlos de Laet, como as de Severiano de Rezende e os artigos de Afonso Celso e de Batista Júnior. Na *Imprensa,* em que Alcindo Guanabara escreve o artigo político diário, colaboram Sousa Bandeira, Afonso Lopes de Almeida, Afonso Costa, José do Patrocínio Filho (sob o pseudônimo de *Antônio Simples*), Oliveira Viana. Na *Tribuna,* escrevem Gastão Bousquet, Xavier Pinheiro e Fábio Luz, que fazia a crítica literária. O *Correio da Manhã,* que exerce tenaz oposição ao govêrno de Campos Sales, não se descuida da parte literária; Melo Morais Filho escreve sôbre o Rio antigo, com os trabalhos reunidos depois no volume *Fatos e Memórias;* Artur Azevedo publica os seus contos leves; Heráclito Graça dá conselhos gramaticais, como Cândido Lago; outros colaboradores são Carlos de Laet, Guimarães Passos, Medeiros e Albuquerque, Antônio Sales, Bastos Tigre, Luís Edmundo, que pertence à redação; José Veríssimo faz a crítica literária; é nela que aparece, a 31 de dezembro de 1902, o artigo que consagra *Os Sertões,* lançado dias antes. Os jornais dos Estados acompanham essa tendência de aprêço às letras: *A Gazeta,* em S. Paulo, o *Correio do Povo,* em Pôrto Alegre, o *Diário de Pernambuco,* em Recife, revelando os escritores da província que, realizado êsse estágio, passam ao Rio, habitualmente, porque só a capital consagra.

Essa imprensa que vive tanto da literatura, como esta vive da imprensa, estimula a polêmica. Aparecem na rinha algumas penas famosas: Carlos de Laet contra Camilo Castelo Branco; Júlio Ribeiro versus padre Sena Freitas, antes; em 1909, Silvio Romero lançará as farpas das *Zeverissimações Inéptas da Crítica,* respondidas por A. Bandeira de Melo, no *Jornal Pequeno,* do Recife, em dezembro de 1910 e janeiro de 1911, artigos reunidos depois no volume *A Morte da Polidez.* A grande polêmica da época, entretanto, é aquela em que figuram Rui Barbosa, de um lado, e Ernesto Carneiro Ribeiro, de outro: Epitácio Pessoa, ministro da Justiça no govêrno Campos Sales, desejava pronto o nôvo Código Civil antes do término do mandato presidencial, em 1902; Clóvis Beviláqua

preparou o projeto em seis meses e Carneiro Ribeiro fêz-lhe a revisão em "quatro dias e algumas horas"; mas a 27 de julho, o *Diário Oficial* publicava o monumental "Parecer do Senador Rui Barbosa sôbre a redação do projeto da Câmara dos Deputados". A polêmica desenvolveu-se, tempestuosa, ocupando a atenção dos jornais: o *Diário Oficial* de 26 de outubro publicaria as "Ligeiras observações sôbre as emendas do Dr. Rui Barbosa", resposta de Carneiro Ribeiro ao "Parecer". A 7 de novembro, o mesmo órgão divulgaria a "Resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa", do deputado Anísio de Abreu. Rui discursaria, a 11 de novembro, respondendo e defendendo o seu "Parecer": é uma análise gramatical exaustiva, cujo longo título, quando publicada, ficou resumido e conhecido como *Réplica*. A nova contestação de Carneiro Ribeiro, "Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Rui Barbosa", só apareceria em 1905. José Veríssimo, com agudeza e bom senso, comentou: "Oh! esta nossa língua portuguêsa quem pode jactar-se de sabê-la tôda, de poder, sem contestação plausível, apoiar-lhe ou reprovar-lhe uma forma, uma expressão, um vocábulo, afirmar com segurança, fora dos casos vulgares de incorreção manifesta e dos solecismos indiscutíveis, que isto é errado ou aquilo é certo, que isto é vernáculo e aquilo não é?"

Outra nota de escândalo gira em tôrno da carta aberta do professor Hemetério José dos Santos a Fábio Luz, publicada na *Gazeta de Notícias* de 16 de novembro de 1908, atacando Machado de Assis, reproduzida no *Almanaque Garnier* de 1910: procedimento incorreto com a madrasta, indiferença pela sorte de sua raça, arte distanciada da vida, são parte das culpas do romancista, para o professor negro, que não as perdoa e nem as esquece. Hemetério é duro: "É uma arte doentia, de uma perversidade fria, não sentida diretamente do meio, mas copiada de leituras, pacientemente ruminadas, de romances franceses e inglêses. (...) O segrêdo da arte de Machado de Assis é primário e rudimentar: está num vocabulário minguado e pobre, repetido tão amiúde, indo e tornando, passando incessantemente sôbre uma mesma tônica que o leitor acaba por adormecer." Já em 1906, Pedro do Couto, nas *Páginas de Crítica*, pretendera uma revisão de Machado de Assis, cujo único mérito, a seu ver, seria o de escrever bem. O romancista, no declínio da existência, pagava o preço da glória. Patrocínio desapareceria em 1905, escrevendo o seu artigo de jornal, e para jornal alheio; Euclides, em 1909, em trágicas circunstâncias; Machado de Assis, em

1908, na solidão de sua casa do Cosme Velho, talvez cansado de viver. Euclides publicara, em 1907, *Contrastes e Confrontos*, e estava revendo as provas de *À Margem da História*, quando morreu. Eram livros constituídos de trabalhos antes publicados na imprensa. Em agôsto de 1909, mês em que faleceu, havia concedido sua última entrevista, para a *Ilustração Brasileira*. No dia seguinte ao falecimento, Coelho Neto, na Câmara, fêz o seu comovido elogio.

As visitas de escritores estrangeiros conhecidos ocupam espaço nos jornais: Ramalho Ortigão aqui estivera, em 1887; em 1907, aparecem Guglielmo Ferrero, cujas conferências são acontecimentos mundanos e literários, e Enrico Ferri, socialista, anticlerical, criando alguns embaraços por isso; em 1909, é a vez de Anatole France; Paul Adam chega em 1911; Rubem Dario, em 1912. A atitude comum da pessoa culta, no princípio do século, é de admiração pela Europa, mas de desprêzo pelos Estados Unidos. Bastos Tigre visita-os, em 1906, e dá suas desoladoras impressões a Emílio de Menezes, em carta: "Quisera escrever-te uma longa carta, dando-te minhas impressões desta infame terra. (...) Dir-te-ei apenas que isto é o país por excelência do mercantilismo, do interêsse, do egoísmo brutal. Os maiores homens desta terra, os mais conhecidos, lisongeados e amados são o Rockefeller, que é o campeão do *Dollar*, e o Jeffries, que é o campeão do Sôco! (...) Povo utilitário e mercantil como é êste, bem podes aquilatar quão longe está a Arte de suas cogitações. (...) Junto a esta encontrarás o *tema* para meia hora de tua faiscante *blague* na "Colombo". É uma notícia que cortei do *New York Herald*, o mais rico, o maior, o mais escandaloso e o mais mentiroso dos jornais do sistema planetário. Podes julgar, por êste telegrama, o que é a imprensa ianque". Tigre teria suas razões para o que escreveu, e o contraste seria mesmo gritante com um país cuja grande imprensa continuava sem encontrar sua linguagem específica, insistindo nas expressões da literatice vulgar: "desbravar veredas para a perfeição", "estro maravilhoso", "oficina das idéias", "procissão de admiradores e amigos", "quietude bucólica", "báratro dos nossos subúrbios", "jóias florentinas", etc.

A nota nebulosa irmanava-se à nota grandiloqüente, como quando da catástrofe do *Aquidabã*, em 1906. Mas aproximava-se, também, da nota virulenta, que presidia o noticiário e os artigos políticos. A fundação e a ascensão da Academia Brasileira de Letras, no fim do século XIX, e a abertura da Avenida e as outras

obras urbanísticas de Pereira Passos, no início do século XX, determinando ou contribuindo para a liquidação da boemia literária, emprestavam às letras, agora, uma certa solenidade, um pouco postiça e até grotesca. De vez em quando, e nos cenários mais inadequados, alguém quebrava louças ainda, como Silvio Romero, na recepção a Euclides da Cunha, na Academia, a 18 de dezembro de 1906. Presente o presidente Afonso Pena, Silvio entrou de rijo na crítica à política dominante, começando pelo que se relacionava com o café: "A singular rubiácea, incrível fato! — proclamou — dá hoje para enriquecer com milhões as casas importadoras do Havre, Hamburgo, Londres, Nova Iorque e as filiais exportadoras que aqui montaram, além dos grandes torradores estrangeiros, e só não chega para enriquecer quem a produz: o fazendeiro nacional, reduzido à miséria com a agravação dos impostos. (...) Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios Monroe, quando a mor parte da gente mora em estalagens e cortiços. (...) Os governos, os chefes políticos, os diretórios dos partidos, os grandes, os potentados, todos os que formam essa classe dirigente que nada dirige não têm querido cumprir o seu mais elementar dever para com as populações nacionais..."[215]

O que fizera desaparecer a boemia, entretanto, não fôra a obra de Pereira Passos, mas a generalização de relações capitalistas com as quais ela era incompatível; é essa mesma causa que começa a exigir alterações na imprensa. Tais alterações serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sôbre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos. Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sôbre assuntos de interêsse restrito do que o esfôrço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias. É a alteração a que se adapta flexìvelmente, habilidosamente, Paulo Barreto, por exemplo. Em crônica na *Gazeta de Notícias*, de 1908, Olavo Bilac aludia ao desenvolvimento do esporte, entre nós, considerando o largo espaço

[215] *Discursos Acadêmicos*, Rio, 1934, pág. 84, I.

1908, na solidão de sua casa do Cosme Velho, talvez cansado de viver. Euclides publicara, em 1907, *Contrastes e Confrontos*, e estava revendo as provas de *À Margem da História*, quando morreu. Eram livros constituídos de trabalhos antes publicados na imprensa. Em agôsto de 1909, mês em que faleceu, havia concedido sua última entrevista, para a *Ilustração Brasileira*. No dia seguinte ao falecimento, Coelho Neto, na Câmara, fêz o seu comovido elogio.

As visitas de escritores estrangeiros conhecidos ocupam espaço nos jornais: Ramalho Ortigão aqui estivera, em 1887; em 1907, aparecem Guglielmo Ferrero, cujas conferências são acontecimentos mundanos e literários, e Enrico Ferri, socialista, anticlerical, criando alguns embaraços por isso; em 1909, é a vez de Anatole France; Paul Adam chega em 1911; Rubem Dario, em 1912. A atitude comum da pessoa culta, no princípio do século, é de admiração pela Europa, mas de desprêzo pelos Estados Unidos. Bastos Tigre visita-os, em 1906, e dá suas desoladoras impressões a Emílio de Menezes, em carta: "Quisera escrever-te uma longa carta, dando-te minhas impressões desta infame terra. (...) Dir-te-ei apenas que isto é o país por excelência do mercantilismo, do interêsse, do egoísmo brutal. Os maiores homens desta terra, os mais conhecidos, lisongeados e amados são o Rockefeller, que é o campeão do *Dollar*, e o Jeffries, que é o campeão do Sôco! (...) Povo utilitário e mercantil como é êste, bem podes aquilatar quão longe está a Arte de suas cogitações. (...) Junto a esta encontrarás o *tema* para meia hora de tua faiscante *blague* na "Colombo". É uma notícia que cortei do *New York Herald*, o mais rico, o maior, o mais escandaloso e o mais mentiroso dos jornais do sistema planetário. Podes julgar, por êste telegrama, o que é a imprensa ianque". Tigre teria suas razões para o que escreveu, e o contraste seria mesmo gritante com um país cuja grande imprensa continuava sem encontrar sua linguagem específica, insistindo nas expressões da literatice vulgar: "desbravar veredas para a perfeição", "estro maravilhoso", "oficina das idéias", "procissão de admiradores e amigos", "quietude bucólica", "báratro dos nossos subúrbios", "jóias florentinas", etc.

A nota nebulosa irmanava-se à nota grandiloqüente, como quando da catástrofe do *Aquidabã*, em 1906. Mas aproximava-se, também, da nota virulenta, que presidia o noticiário e os artigos políticos. A fundação e a ascensão da Academia Brasileira de Letras, no fim do século XIX, e a abertura da Avenida e as outras

obras urbanísticas de Pereira Passos, no início do século XX, determinando ou contribuindo para a liquidação da boemia literária, emprestavam às letras, agora, uma certa solenidade, um pouco postiça e até grotesca. De vez em quando, e nos cenários mais inadequados, alguém quebrava louças ainda, como Silvio Romero, na recepção a Euclides da Cunha, na Academia, a 18 de dezembro de 1906. Presente o presidente Afonso Pena, Silvio entrou de rijo na crítica à política dominante, começando pelo que se relacionava com o café: "A singular rubiácea, incrível fato! — proclamou — dá hoje para enriquecer com milhões as casas importadoras do Havre, Hamburgo, Londres, Nova Iorque e as filiais exportadoras que aqui montaram, além dos grandes torradores estrangeiros, e só não chega para enriquecer quem a produz: o fazendeiro nacional, reduzido à miséria com a agravação dos impostos. (...) Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios Monroe, quando a mor parte da gente mora em estalagens e cortiços. (...) Os governos, os chefes políticos, os diretórios dos partidos, os grandes, os potentados, todos os que formam essa classe dirigente que nada dirige não têm querido cumprir o seu mais elementar dever para com as populações nacionais..."[215]

O que fizera desaparecer a boemia, entretanto, não fôra a obra de Pereira Passos, mas a generalização de relações capitalistas com as quais ela era incompatível; é essa mesma causa que começa a exigir alterações na imprensa. Tais alterações serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sôbre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos. Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sôbre assuntos de interêsse restrito do que o esfôrço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias. É a alteração a que se adapta flexìvelmente, habilidosamente, Paulo Barreto, por exemplo. Em crônica na *Gazeta de Notícias*, de 1908, Olavo Bilac aludia ao desenvolvimento do esporte, entre nós, considerando o largo espaço

215 *Discursos Acadêmicos*, Rio, 1934, pág. 84, I.

que os jornais começam a dedicar-lhe e as quatro ou cinco revistas especializadas no gênero que circulam no Rio.

Paulo Barreto, que realiza, em 1905, o inquérito *O Momento Literário,* faz, agora, na *Gazeta de Notícias,* a seção "Cinematógrafo" e, depois, em uma revista, imitando Michel Georges Michel, o *Pall-Mall-Rio;* Figueiredo Pimentel torna prestigiosa a sua seção mundana, o "Binóculo", as letras aliam-se ao mundanismo: um livro típico da época é o *Five Ó Clock,* de Elísio de Carvalho, lançado pelo Garnier, em 1909. Quando B. Lopes morre, em setembro de 1916, *O País* destaca, em seu necrológio: "O Brasil, país imenso e nôvo, precisa produzir e progredir. Cada cidadão, pois, deve organizar sua vida dentro de normas utilitárias e práticas. O poeta boêmio é, assim, um tipo que aqui não pode mais existir. O último dêles foi decerto êsse pobre B. Lopes, ontem colhido pela morte." Necrológio quase cruel, como se o poeta tivesse, na verdade, morrido há muitos anos. As colaborações literárias, aliás, começam a ser separadas, na paginação dos jornais: constituem matéria à parte, pois o jornal não pretende mais ser, todo êle, literário. Aparecem seções de crítica em rodapé, e o esbôço do que, mais tarde, serão os famigerados suplementos literários. Divisão de matéria, sem dúvida, mas ìntimamente ligada à tardia divisão do trabalho, que começa a impor as suas inexoráveis normas.

É um pouco dessa transformação que decorre a proliferação das revistas ilustradas que ocorre a partir daí. Nelas é que se irão refugiar os homens de letras, acentuando a tendência do jornal para caracterizar-se definitivamente como imprensa; as revistas passarão, pelo menos nessa fase, por um período em que são principalmente literárias, embora também um pouco mundanas e, algumas, críticas. O desenvolvimento das artes gráficas permite, agora, essa repartição. A *Revista da Semana,* fundada por Álvaro de Tefé, começou a circular a 20 de maio de 1901, com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e Raul Pederneiras; passou logo à propriedade do *Jornal do Brasil,* que a vendeu, em 1915, a Carlos Malheiros Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão. Em 1901, aparecia também, mas em Paris, a *Ilustração Brasileira,* no modêlo de *L'Illustration Française,* morrendo em 1902, para ressurgir, agora no Rio, em janeiro de 1909, circulando quinzenalmente, com a colaboração de Olavo Bilac, Eduardo Salamonde, Paulo Barreto, Manuel Bonfim, Júlia Lopes de Almeida, Pires de Almeida, que escrevia sôbre coisas do passado, e Medeiros e Albuquerque, que fazia a

"Crônica de 15 Dias" sob as iniciais M. A.; trazia como suplemento romances de aventuras, como o *Arsène Lupin*, de Maurice Leblanc, e a *Guerra nos Ares*, de H. G. Wells.

Em janeiro de 1904, as artes gráficas no Brasil têm já condições para permitir uma revista como a *Kosmos*, de excelente apresentação, separando o desenho da fotografia; a crônica de abertura era de Olavo Bilac, que assinava apenas com as iniciais O. B.; de teatro ocupava-se Artur Azevedo, depois substituído por Paulo Barreto; a crítica literária cabia a José Veríssimo, Gonzaga Duque escrevia sôbre arte e deixava memórias; eram outros colaboradores João Ribeiro, Vieira Fazenda, Lima Campos, Raul Pederneiras, Félix Pacheco, Coelho Neto, Capistrano de Abreu, Medeiros e Albuquerque, Euclides da Cunha. Mário Behring era o diretor, e a *Kosmos* circulou de 1904 a 1906. Dois meses depois da *Kosmos*, aparecia a sua competidora, a *Renascença*, dirigida por Rodrigo Otávio e Henrique Bernardelli; os colaboradores eram os mesmos da *Kosmos:* José Veríssimo, na crítica literária; Coelho Neto, com as suas fantasias; Olavo Bilac e Guimarães Passos publicavam contos; Silvio Romero divulgava estudos sociais; Paulo Barreto fazia crônicas; Elísio de Carvalho comparecia com ensaios, e havia mais Araripe Júnior, Vieira Fazenda, Max Fleiuss, Afonso Celso e o barão de Paranapiacaba.

Em agôsto de 1903, antes mesmo do início das obras de Pereira Passos, surgia o semanário *A Avenida*, de Domingos Ribeiro Filho, com ilustrações de Gil e humorismo de Bastos Tigre, agüentando-se até 1905. A 8 de outubro de 1904, aparecia *Os Anais*, de Domingos Olímpio, pretendendo fazer o registro das atividades intelectuais, tendo como colaboradores Paulo Barreto, Severiano de Rezende, Gonzaga Duque, Evaristo de Morais, Virgílio Várzea, José Veríssimo, Coelho Neto, Eunápio Deiró, Rocha Pombo, Silvio Romero e Araripe Júnior; a revista desapareceu com a morte de Domingos Olímpio. Entre 1909 e 1919, circulou a *Revista Americana*, de A. G. Araújo Jorge, Joaquim Viana e Delgado de Carvalho, gente do Itamarati, visando o intercâmbio cultural com os outros países do continente, com a colaboração de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Araripe Júnior, José Oiticica. Entre 1900 e 1931, circulou *A Rua do Ouvidor*, de Serpa Júnior, mundana e literária, sempre com um figurão na capa, figurão que garantia a continuação da revista pelo menos por uma semana mais. Pequenas e efêmeras

revistas literárias atendem ao anseio de exteriorização dos grupos de escritores que se formam e se desfazem: *A Tebaida*, a *Vera Cruz*, de Neto Machado, Oliveira Gomes e Antônio Austregésilo, a *Máscara* e a *Delenda Cartago*, de que circularam poucos números, a *Meridional*, de Elísio de Carvalho, muito bem impressa e com excelente colaboração, a *Ateneida*, dirigida por Trajano Chacon e em que Hélios Seelinger revela-se um grande ilustrador, a *Revista Contemporânea*, já mencionada e que conseguiu chegar ao terceiro ano de existência.

Êsse impulso espraiou-se pelos Estados: apareceram umas dez revistas simbolistas, em Curitiba, como *Breviário*, de Romário Martins e Alfredo de Carvalho; *Turris Eburnea*, de Aluísio França; *Acácia*, de Dario Veloso; *Victrix*, de Emiliano Perneta. Em Belo Horizonte apareceria, em 1902, *Horus*, de Álvaro Viana. Na Bahia, a *Nova Cruzada*, que circulou de 1901 a 1911, sucedida por *Os Anais*, sob a direção de Álvaro Reis. No Rio, a revista mais importante do grupo simbolista, depois da *Revista Contemporânea*, foi a *Rosa Cruz*, que circulou de junho a setembro de 1901, com quatro números apenas, mas teve segunda fase, entre junho e agôsto de 1904, em que tirou três números, dirigida por Saturnino Meireles e com a colaboração de Luís Delfino, Cabral de Alencar, Rafaelina de Barros, João Andréia, Colatino Barroso, Carlos Góis, Archangelus de Guimarães, Alphonsus de Guimaraens, Miguel Melo, Amadeu Amaral, e, na segunda, fase, de Flávio do Silveira, Mário Tibúrcio, Heitor Malaguti, Bernardes Sobrinho e Roberto Gomes. Em S. Paulo aparecia, em 1901, a *Arcádia Acadêmica*, de curta duração, como *A Musa*, de 1905, em que escreviam Júlio Prestes, Mário Pôrto, René Thiollier; a *Imprensa Acadêmica*, de Vilalva Júnior, Ricardo Gonçalves e Adriano Marrey, passando a chamar-se, em 1907, *Revista Nova*, com a colaboração de Flexa Ribeiro, Rodrigues Dória, Tito Franco, Arlindo de Lelis. Em *Cromo*, começaria a sua carreira literária Afonso Schmidt. Em 1903, numa cidade do interior, Pindamonhangaba, circularia *O Minarete*, fundado por Benjamim Ribeiro, com a colaboração de Monteiro Lobato e Godofredo Rangel, circulando até 1907, ano em que surgia, na capital do Estado, a revista literária ilustrada *A Vida Moderna*. Na segunda década do século, as revistas de letras alcançam influência maior, mas têm já características diferentes: circulou de 1911 a 1917, *O Pirralho*, dirigido por Dolor de Brito e Osvald de Andrade, humorístico, social e político, além de lite-

rário, e em que Alexandre Marcondes Machado celebrizaria o pseudônimo de *Juó Bananere;* em 1913, dirigida por Gelásio Pimenta, apareceu *A Cigarra,* mundana além de literária; em 1916, em nova fase, reapareceria a *Revista do Brasil,* estritamente literária, apresentando-se com a "deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista".

Mas o ambiente literário era apagado, monótono, pobre, com o decadentismo simbolista ainda em voga, e um teor de mundanismo que marcava as criações pela superficialidade. Não se compreendia, evidentemente, que a alienação, que era o traço dominante nessa literatura artificial, correspondia, no fim de contas, às condiçeõs materiais do país, e encontrava perfeita consonância na atividade política, limitada ao estreito círculo da "elite". Começava a surgir, no Rio, o antagonismo entre a "cidade" e o "subúrbio"; "o chique era mesmo ignorar o Brasil e delirar por Paris, numa atitude afetada e nem sempre inteligente", dirá mais tarde um crítico.[216] Uma revista combatia o nosso "meridionalismo exagerado"; para outra, o *five ò clock tea* era o "pretexto, a intenção benevolente para a elegância de reuniões de escol, da delícia da palestra sussurrada, em *tête-a-tête,* numa sala aromada de hortênsia, iluminada a eletricidade, cheia de mulheres lindas". Em S. Paulo, José de Freitas Vale, na Vila Kyrial, procurava imitar as rodas parisienses, escrevia versos em francês, sob o pseudônimo de *Jacques d'Avray,* chamado por uns de *Prince Royal du Symbole,* por outros de *Freitas Vale, o Magnífico;* era um mecenas extemporâneo que, entretanto, e talvez coerentemente, patrocinaria, em 1913, a primeira exposição cubista de Lasar Segall, apoiando depois os modernistas. Escritores que começavam a ganhar prestígio eram, no Rio, Benjamim Costallat, que reuniria suas críticas teatrais no volume *Da Letra F, N.º 2,* e Théo Filho, exemplares típicos da fusão entre literatura e mundanismo. Êsse ambiente falso foi retratado, de ângulos opostos, por Lima Barreto, no *Isaías Caminha,* e por Afrânio Peixoto, em *A Esfinge*. Está espelhado, também, e com fidelidade, nas revistas ilustradas da época, não nas efêmeras, embora também nelas, mas nas que conseguiram atravessar os anos e alcançar apreciável público.

Do ponto de vista da técnica, as revistas ilustradas assinalam o início da fase da fotografia, libertada a ilustração das limitações

216 Brito Broca: *A Vida Literária no Brasil. 1900,* Rio, 1956, pág. 92.

da litografia e da xilogravura. Começara, em 1896, com a *Gazeta de Notícias*, quando do lançamento dos *portrait-charges* de políticos, escritores, atôres, personalidades enfim, na série "Caricaturas Instantâneas", com desenhos de Julião Machado e textos de Lúcio de Mendonça; prosseguira, em 1898, quando o *Jornal do Brasil* trouxera Celso Hermínio para ilustrar suas páginas; *O País* e o *Correio da Manhã* acompanharam logo a inovação; em julho de 1907, na fase da fotografia já, a *Gazeta de Notícias* iniciara a publicação de clichês em côres, em papel acetinado, com máquina rotativa, publicando, aos domingos, *charges* em tricromia, com a ajuda de artistas estrangeiros, Apolo Pauny, pintor, e Júlio Raison, litógrafo, culminando, em 1912, com as admiráveis sátiras ilustradas de Calixto ao govêrno Hermes. A *Revista da Semana* teria papel pioneiro, ocupando-se, depois de desvincular-se do *Jornal do Brasil*, principalmente com as atualidades sociais, políticas e policiais, tornando-se leve, alegre, elegante, com as ilustrações de Raul, *Bambino*, Amaro do Amaral e Luís Peixoto; sob a direção de Carlos Malheiros Dias, a partir de 1915, seria mais elegante e feminina, já com outra feição, portanto, e os textos de Paulo Barreto e ilustrações de Raul, Julião Machado, J. Artur e Correia Dias.[217] Superando os efêmeros *O Tagarela*, de 1902, *Figuras e Figurões*, de 1905, *O Degas* e *O Avança*, de 1908, *O Albor* e *O Gato*, de 1911, *A Caricatura*, de 1913, a *Revista da Semana* disputaria com *O Malho*, que começou em 1902, a *Kosmos*, que circulou em 1904, mas principalmente com o *Fon-Fon*, iniciado em 1907, e a *Careta*, que começou a circular em 1908, as preferências do público da época.

A 20 de setembro de 1902, começava a circular *O Malho*, fundado por Luís Bartolomeu, de conteúdo humorístico que, a partir de 1904, torna-se também político, com a colaboração de Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, mas principalmente de Emílio de Menezes e de Bastos Tigre, e contando com o lápis de Raul, Calixto, J. Carlos, Crispim do Amaral, J. Ramos Lobão, Leônidas Freire, *Gil* (Carlos Lenoir), Alfredo Storni, Alfredo Cândido, Vasco Lima, Seth, Augusto Rocha, *Yantok*, Loureiro, Luís Peixoto, Nassara, Théo, Enrique Figueiroa,

[217] A *Revista da Semana*, tentando adaptar-se a uma nova fase da imprensa brasileira, tornou-se sensacionalista, em 1950, para desaparecer, em 1959.

Del Pino, Andres Guevara, isto é, ao longo de tôda a sua existência, com os maiores caricaturistas da época. Quando de propriedade do deputado Antônio Azeredo, motivou, com sua crítica, séria crise na Câmara, tendo de demitir-se o presidente desta, Sabino Barroso, em 1910; combateu, nessa mesma fase, a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Dirigido, a partir de 1918, por Álvaro Moreyra e J. Carlos, *O Malho*, na velha República, foi uma das mais prestigiosas revistas de crítica.[218]

Se o primeiro grupo simbolista do Rio reunira-se, entre 1890 e 1892, na *Fôlha Popular*, de que era secretário Emiliano Perneta, com B. Lopes, Sousa Lopes, Cruz e Sousa, Virgílio Várzea, Artur Miranda, Lima Campos e Gonzaga Duque; o último, integrado principalmente por Lima Campos, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Álvaro Moreyra e Hermes Fontes, foi responsável pelo aparecimento, em 1907, da revista *Fon-Fon*. Pederneiras, Duque e Lima Campos dirigiram-na, até 1914; Álvaro, daí por diante. Os ilustradores eram o que o país conhecia de melhor: Raul, Calixto e J. Carlos, na primeira fase; Correia Dias, na segunda. *Fon-Fon* espelhava o esnobismo carioca, fazia crítica, apresentava flagrantes e tipos do *set* da cidade, com muita fotografia e muita ilustração, e muita literatura na primeira fase. Nela apareceram Nair de Tefé (*Rian*), em 1910, e Emílio Cardoso Aires. Seu número inaugural era aberto com um sonêto de Emílio de Menezes. No mesmo ano, fundado por Luís Bartolomeu e Renato de Castro, apareceu a revista infantil *O Tico-Tico*, que viveu mais de meio século, para desaparecer na fase em que, como a *Revista da Semana*, o *Fon-Fon*, *O Malho*, já não vigoravam as mesmas condições para a imprensa, abrindo-se nova fase.[219]

A revista mais característica daquela fase, entretanto, seria a *Careta*, que começou a circular em 1908, fundada Jorge Schmidt,

[218] *O Malho* combateu a *Aliança Liberal*, em 1929 e 1930, e, com a vitória da revolução, foi incendiado. Reapareceu, depois, para, de 1935 a 1945, sob as condições ditatoriais do país, tornar-se apenas noticioso e literário. Desapareceu em 1954.

[219] *O Tico-Tico* e seu *Almanaque* surgiram da intuição de Manuel Bonfim e Renato de Castro, com a colaboração dos melhores artistas da época: J. Carlos criou *Juquinha, Lamparina, Jujuba* e *Carrapicho;* A Agostini fêz o cabeçalho e histórias em quadrinhos; Calixto, *Gil*, Loureiro (responsável pelas histórias de *Chiquinho*), Storni (criador de *Zé Macaco e Faustina*), *Yantok* (criador de *Kachimbow* e *Pipoca*), Luís Sá, Vasco Lima, etc.

que realizara, com a *Kosmos,* algo de inovador, e que, agora, iria realmente realizar o que deixou de mais expressivo. Contando, desde o início, com a colaboração inconfundível de J. Carlos, cujo longo e brilhantíssimo labor artístico pràticamente se confunde com a vida dessa revista, tornou-se popular como nenhuma outra, encontrada nos engraxates, barbeiros, consultórios, etc. Nela, na fase em que literatura e imprensa conviviam, Olavo Bilac publicou os melhores sonetos de A *Tarde;* contando ainda com a colaboração de Martins Fontes, Olegário Mariano, Aníbal Teófilo, Alberto de Oliveira, Goulart de Andrade, Emílio de Menezes, Bastos Tigre, Luís Edmundo, e sendo, assim, quase como que o órgão dos parnasianos, enquanto o *Fon-Fon* o era dos simbolistas. Embora afastado da *Careta,* de 1922 a 1935, dedicando-se à direção artística das revistas da emprêsa *O Malho* (esta, a *Ilustração Brasileira* e *Para Todos*), J. Carlos, que nela trabalhou de 1908 a 1922 e de 1935 até sua morte em 1950, realizou verdadeira análise e tipificação da sociedade carioca, além da crítica política e de costumes, apresentando-se como o verdadeiro sucessor de Ângelo Agostini, evidentemente sob outras condições e com características diferentes.

As revistas ilustradas, aparecendo na fase em que imprensa e literatura se confundiam e como que separando, ou esboçando a separação entre as duas atividades, submeteram-se, inicialmente, ao domínio da alienação cultural então vigente, buscando emancipar-se depois, ao se tornarem principalmente mundanas, e até femininas umas, e principalmente críticas outras. Salvou-as, sem a menor dúvida, a arte da caricatura, que teve, nessa época, grandes nomes a praticá-la e a dar-lhe um sentido, um conteúdo e uma qualidade de execução, uma forma, insuperáveis. É o grande, profundo e significativo aspecto que apresentam. Limitadas à literatice, teriam sido inócuas e não teriam alcançado a penetração relativa que alcançaram. A prova disso está no malôgro da única tentativa séria que, a rigor, e no terreno puramente literário, foi então empreendida: a da revista *Floreal,* fundada, em 1907, por Lima Barreto.[220]

[220] "Um ano antes, porém, da morte de Machado de Assis — tomada aqui como data simbólica do fim da literatura oitocentista — um sintoma de reação se fêz sentir: uma revista de môços, *Floreal,* surgira como 'um tentamem de escapar às injunções dos madarinatos literários, ao formulário das regras de tôda sorte que nos comprimem de modo tão insólito no momento atual. Dirigia-a Afonso Henriques de Lima Barreto, que nela começava a publicar as *Recordações do*

A redação era na rua Sete de Setembro; os redatores contribuíam com 10 ou 20 mil réis para mantê-la. Mas a revista não conseguiu impor-se: vendeu apenas 38 exemplares do primeiro número; 82 do segundo; recebeu o elogio de José Veríssimo, no terceiro; morreu, com o quarto, já em 1908. Lima Barreto tentou, sem resultado, entrar para o *Fon-Fon*. No número de apresentação, escreveu: "não acredito, também, que os nossos literatos amem o povo, interessem-se pela sua sorte, achem nêle poesia, matéria-prima para as suas obras."[221] Lima Barreto completaria o *Isaías Caminha*, cuja publicação iniciara na *Floreal*, encontrando enormes dificuldades para editá-lo. Garnier só publicava os nomes consagrados; a casa era dirigida, agora, de Paris, por Hyppolyte Garnier, que jamais veio ao Brasil, "velho rico, ignorante das nossas coisas, certamente já mentecapto", conforme diagnosticava o romancista, acrescentando que o seu critério editorial era o pistolão, editando diplomatas.[222]

Isaias Caminha é o romance da imprensa brasileira do início do século, povoado de literatos mais ou menos frustrados. O autor não trabalhara em jornal; mesmo naquele que retrata, em grossos

Escrivão Isaías Caminha, livro de inspiração e timbre inteiramente brasileiros. (...) No meio da alegre superficialidade, ressoava sùbitamente, uma voz áspera e amarga, o drama interrompia a operêta, a revolta explodia do seio da amenidade, um atormentado reclamava o direito de se fazer ouvir dos descuidados." (Lúcia Miguel Pereira: op. cit., pág. 283.)

221 A observação de Lima Barreto é exata. Vez por outra, entretanto, havia nessas revistas e nesses literatos um lampejo de intuição. Olavo Bilac, por exemplo em sua crônica na *Kosmos* de 2 de fevereiro de 1905, o seu segundo número, escrevia, a respeito da revolução na Rússia: "Houve, durante um mês um acontecimento de interêsse universal, que apaixonou e comoveu tôdas as almas. Foi a revolução do proletariado russo, revolução afogada em sangue, reprimida e jugulada a chicote e à bala." Percebia o ciclo das revoluções "dos escravos contra os senhores", que começava: "A verdade é que, quando uma causa social consegue apaixonar dêsse modo a totalidade dos homens civilizados, o seu definitivo triunfo está próximo."

222 Os orginais do *Isaías Caminha* foram entregues, em Lisboa, ao editor A. M. Teixeira, da Livraria Clássica, que apreciaria êsse "livro de intriga jornalística fluminense", como êle mesmo diria, esperançado de escândalo publicitário; estava disposto a publicá-lo, "desde que o auotr abrisse mão dos direitos autorais". Lima Barreto, humilde e modesto, abriu mão: "Sabendo eu de que modo a fortuna de um primeiro livro é arriscada, nada exijo pela publicação do meu, a não ser alguns exemplares, cinqüenta, se o sr. achar razoável, para

traços de caricatura, não ultrapassara a situação de colaborador externo, aliás anônimo, com uma só reportagem, embora significativa. Não é êsse o aspecto que enfraquece a sua sátira porém: mas o fato de que situou pequenos detalhes alguns saborosos evidentemente, outros exatos, mas não compreendeu como o papel do jornal que satirizou era positivo, naquela etapa e na relação das condições vigentes. Como se sabe, o romance é uma sátira ao *Correia da Manhã* mas a escolha dêsse jornal não estêve ligada a um própósito de ressentimento pessoal, mas à circunstância de ser tal jornal "o de maior sucesso, o mais representativo, o mais típico, o mais retratável dos órgãos da imprensa da época". Como escreveu Francisco de Assis Barbosa "*o Correio da Manhã* era atingido duramente pela pena do romancista, que o descrevia qual um museu de mediocridades, tendo à frente um diretor violento, mestre de descomposturas, destruindo reputações em nome da moral, mas que não passava, na realidade, de um êmulo de Tartufo, corrupto e devasso."[223] A êsse ataque violento, descomedido e até certo ponto injusto, o *Correio da Manhã* respondeu com olímpico silêncio: o nome do romancista foi proibido de ser mencionado no jornal. E os outros jornais acompanharam, via de regra, êsse silencio: "receberam de pé atrás o livro inconveniente atrevido, onde tantas figuras ilustres e respeitáveis — algumas delas, diga-se de passagem, falsamente ilustres e falsamente respeitáveis — eram retradas ao vivo, quase sem nenhum disfarce."[224]

os oferecimentos de praxe. Julgo-me, meu caro sr. Teixeira, muito feliz por encontrar quem queira publicar-me e com a publicação fico satisfeito." A carta é de 24 de abril de 1909. O livro apareceu, no Rio, em fins de novembro ou início de dezembro dêsse ano, quando se abria a tempestuosa campanha da sucessão de Afonso Pena, com o Civilismo em luta com o hermismo.

[223] Francisco de Assis Barbosa: *A Vida de Lima Barreto*, Rio, 1952, pág. 173. As "chaves" do romance foram cêdo desvendadas: Edmundo Bittencourt aparece como Ricardo Loberant; Leão Veloso, como Aires d'Ávila; Vicente Piragibe, como Leporace; Cândido Lago, como Lôbo, o gramático; João Itiberê da Cunha, como Floc; Coelho Neto, como Veiga Filho; Paulo Barreto, como Raul Gusmão; Figueiredo Pimentel, como Florêncio; Afrânio Peixoto, como Franco de Andrade; Gastão Bousquet, como Losque; Costa Rêgo, como Oliveira, além de outros, de menor relêvo. Cmoo se vê, não apenas gente do *Correio da Manhã*, o que reforça a idéia de que Lima Barreto escolheu êsse jornal apenas por ser o mais discutido, o mais notório, aquêle sôbre o qual as atenções se voltavam, atenções as mais generalizadas. No fundo, desestimava tanto o *Correio da Manhã* quanto os outros jornais.

[224] Francisco de Assis Barbosa: op. cit., pág. 173.

É preciso esclarecer, entretanto, que o espírito das "igrejinhas", no provincianismo literário da época, teve papel importante no silêncio estabelicido em tôrno de um romance que procurava precisamente o escandalo: "Sem amigos na direção dos jornais de prestígio, poucas foram as notas que apareceram, registrando o aparecimento do livro ."[225]

Preterido na promoção que almejava, à função modestíssima de segundo oficial, omitido no noticiário, Lima Barreto seria ainda incompreendido e injustiçado pela crítica, pelos poucos que apreciaram o romance. Na *Notícia*, a 15 de dezembro de 1909, Medeiros e Albuquerque, sob o pseudônimo de *J. Santos*, iniciava a sua crítica opinando pela qualidade do romancista — "começa pelo fim, aparece com um escritor feito" — mas entra logo a lamentar as alusões pessoais, a "descrição de pessoas conhecidas, pintadas de um modo deprimente", culminando com juízo arrazador: "um mau romance e um mau panfleto". No dia seguinte, pelo *Diário de Notícias*, Alcides Maya vinha afirmar que aquêle "album de fotografias" não passava de "verdadeira crônica íntima de vingança, diário atormentado de reminiscências más, de surprêsas, de ódios", dando a impressão de "desabafo, mais próprio das seções livres que do prelo literário". Até que ponto o receio ao *Correio da Manhã*, o medo de aborrecer a fôlha combativa e prestigiosa de Edmundo Bittencourt pesou nesses julgamentos? Até que ponto a sórdida política dos elogios mútuos e da consagração limitada às mediocridades amigas influiu neles? Um romance em que Paulo Barreto aparecia como "misto de suíno e de símio", poderia ser aplaudido pelos seus confrades?

José Veríssimo já não fazia crítica em jornais e revistas. Escreve a Lima Barreto, entretanto, a 5 de março de 1910, com atraso de que se justifica. Seu juízo é modelar, pela precisão dos conceitos e pela visão clara do processo literário: critica o "excessivo personalismo", e resume assim o seu pensamento: "A cópia, a reprodução mais ou menos exata, mais ou menos caricatural, mas que não chega a fazer a síntese de tipos, situações, estados d'alma, a fotografia literária da vida, pode agradar à malícia dos contemporâneos que põem um nome sob cada pseudônimo, mas, escapando à posteridade, não a interessando, fazem efêmero e ocasional o valor das obras." O que mais irritara Lima Barreto fôra a afir-

[225] Francisco de Assis Barbosa: op. cit., pág. 173.

mação de que a fraqueza de seu romance derivava de seu caráter *á clef*; essa mesma crítica se derramaria em louvores à *Esfinge*, de Afrânio Peixoto, triunfalmente recebido, em 1911, e que tinha êsse mesmo caráter, retratando a vida mundana do Rio e de Petrópolis, livro medíocre — "cujas virtudes opiáceas não são de desprezar", como escreveria, àcidamente, o próprio Lima Barreto então.

Mais tarde, criticando por sua vez outro livro, e desprovido de qualidade literária, mas corrosivo em sua posição sarcástica, o autor do *Isaías Caminha* frisaria um aspecto importante, ao mostrar como "criticando semelhante pessoal — a gente da sociedade — não em relação ao plano anormal da sexualidade humana, mas em relação aos interêsses sociais que, na vida comum, êle lesa mais quando se entrega às suas mórbidas abjeções sociais", a literatura estava no bom caminho.[226] Essa formulação e a de Veríssimo cons-constituíam, sem dúvida alguma, um pouco do melhor que a perspectiva crítica da época podia alcançar. Uma e outra ficariam, entretanto, abafadas e esquecidas na mediocricidade dominante. Depoimento curioso, o *Isaías Caminha* mostra alguns aspectos parciais dessa mediocridade, no palco da imprensa e na fase em que ela, sem ter encontrado ainda a sua linguagem específica, aceitava as fracas muletas de uma literatura decadentista, em tudo e por tudo na correspondência à fase em que as oligarquias dominavam amplamente o país.

Imprensa proletária

No início do século XX, o movimento reformista desencadeado nas últimas décadas da centúria anterior, passa por uma fase de pausa, mas os seus efeitos, e a continuação do processo histórico, acrescentando outros efeitos, traduzem-se em alterações significativas. Entre elas, as que dizem respeito a formas novas de organização, correspondentes a exigências sociais que só agora surgem ou se definem com clareza. Uma delas é a que se relaciona com o meio estudantil. Nas agitações reformistas do século

[226] Lima Barreto: "Um livro desabusado", em ABC, Rio, 24 de dezembro de 1921.

XIX, em que participaram, por vêzes tão ativamente, os estudantes haviam organizado, no seu âmbito e fora dêle, associações de diversos tipos, mas tôdas de caráter circunstancial, voltadas para o problema do momento, organizações abolicionistas, organizações republicanas. Mas não haviam ainda cuidado de organizar a si mesmos, a inserir no meio estudantil uma forma institucional própria. É isso o que vai acontecer ainda não terminado o ano de 1901, com a fundação, no Rio de Janeiro, da Federação de Estudantes, que começa a agitar a mocidade acadêmica.

Everardo Backheuser levanta essa bandeira, na Escola Politécnica, convocando colegas influentes, Heitor Lira entre êles, e os que formavam no seu grupo de antigos alunos do Ginásio Nacional, alguns dos quais, como o próprio Backheuser, eram socialistas ou se diziam tais, seguidores e admiradores do professor de latim Vicente de Sousa, fundador da Federação Operária. Ingressaram logo na organização estudantil Levi Carneiro, Herbert Moses, Eduardo Rabelo, Oscar Rodrigues Alves, Aloísio de Castro, Heitor Lira, sendo êste eleito presidente. O manifesto inicial da Federação de Estudantes achava "duvidosa no Brasil a existência de uma opinião nacional", e pregava a necessidade de "propagar a instrução no seio do operariado, facilitando talvez assim a solução do problema social". Assinavam êsse manifesto Heitor Lira da Silva, como presidente, Manuel Barreto Dantas, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Félix Cavalcanti de Albuquerque, pela Faculdade Livre de Direito, M. Pires de Carvalho e Albuquerque, pela Escola Politécnica, Eduardo Rabelo, pela Escola de Medicina, J. Gelabert Simas, pela Escola Nacional de Belas Artes. Era órgão da entidade estudantil *A Lanterna,* fundada por Júlio Pompeu de Castro e Albuquerque, mantendo uma seção para cada Faculdade, e onde escreviam Castro Menezes, Bastos Tigre e Lima Barreto que, logo depois, afastou-se da Federação porque esta dirigira representação ao Congresso favorável ao serviço militar obrigatório. O importante não é que a organização estudantil tenha errado ou acertado, nesta ou naquela decisão, que se tenha mantido estacionária ou que se desenvolvesse contìnuamente; o importante é que ela surgiu e, surgindo, denunciou uma etapa nova.

Foi o que aconteceu, também, com a organização que visaria agrupar os jornalistas: decorreu do desenvolvimento da imprensa, da importância que esta conquistara e das novas condições que apresentava, peculiares à imprensa industrial, nas grandes cidades,

as que pesavam na vida do país, liquidada a imprensa artesanal, a pequena imprensa, a imprensa tipográfica. Atingida a etapa da grande imprensa, estabelecida esta em moldes capitalistas, surgiria, necessàriamente, a organização agrupadora dos que nela trabalhavam, os profissionais, os jornalistas. O pioneiro da idéia de organizar uma instituição dêsse tipo foi o humilde repórter de *O País*, Gustavo de Lacerda, que se bateu infatigàvelmente até ver concretizado o que defendia. Sabia bem, e proclamava, que "o jornalismo, entre nós, não é uma profissão: ou é eito ou é escada para galgar posições". Sonhava com uma organização do tipo sindical, ocupada em defender os interêsses de seus associados, os profissionais da imprensa. As dificuldades que enfrentou foram enormes. Fernando Segismundo estudou-as e caracterizou-as com precisão: "Tendo trabalhado ao lado de Artur Azevedo, Pardal Mallet, José do Patrocínio e outros expoentes do jornalismo da XIX centúria, os quais o distinguiram pessoalmente e lhe admiravam o labor profissional, lógico será pensar que Gustavo de Lacerda não atingiu o fastígio da carreira, menos por modéstia intelectual ou desambição, do que por implícita determinação de seus superiores, os donos dos jornais onde mourejou desde 1880. (...) Diziam os donos de jornais: — Aquilo (a A.B.I.) é um grupo de malandros chefiados por um anarquista perigoso..."[227]

Socialista convicto, realmente, Gustavo de Lacerda lutava "pela transformação do panorama econômico e moral dos 'proletários intelectuais', como denominava os jornalistas. Participara dos primeiros movimentos operários de alguma importância ocorridos no Rio, fôra dos animadores do Centro Operário Radical, que funcionou no Rio por volta de 1892, em cujo programa colaborara, abordando o problema da reforma agrária e do combate aos privilégios e monopólios, e publicara, em 1901, opúsculo de propaganda socialista, intitulado *O Problema Operário no Brasil*. Era a fase das *resistências* dos operários, organizações de união e defesa dos trabalhadores. Estava organizado o Sindicato dos Linotipistas. Gustavo de Lacerda, participando ou acompanhando tudo isso, desejava uma sociedade específica dos jornalistas, inequìvocamente na forma de sindicato. Como esclareceu Dunshee de Abranches: "No seu original idealismo socialista, não concebia o jornal como emprêsa industrial ou mercantil ou sociedade anônima, dando lucro

[227] Fernando Segismundo: op. cit., págs. 18-19.

aos seus acionistas. O jornal, dada a sua alta e sagrada missão social, deveria ser uma cooperativa de cujos interêsses participassem todos os seus membros, desde os diretores até os seus mais modestos colaboradores." Ou, como contou Manuel Lourenço de Magalhães: "Não cessava de pregar sua generosa idéia de congraçamento de todos os homens que trabalhavam na imprensa, sem distinção de categorias, para que a classe jornalística se tornasse uma fôrça orientadora da sociedade."

Ora, êsse era, precisamente, o êrro de concepção. De um lado, embora já a imprensa brasileira tivesse ingressado na etapa capitalista, sendo o jornal sempre emprêsa industrial e comercial, apenas dava nela os primeiros passos, peculiares, aliás, ao predomínio do capital comercial no conjunto das relações capitalistas em desenvolvimento no país, — o que se traduzia, para o pessoal que trabalhava nos periódicos, numa ainda insipiente divisão de trabalho e, portanto, em profissionalização apenas relativa; de outro lado, por mais frouxa que fôsse tal divisão e mal esboçada a profissionalização, havia interêsses contraditórios entre proprietários de jornal e jornalistas, e êstes de forma alguma tinham condição proletária, embora participassem dela sob alguns aspectos. Pretendendo, em seu idealismo, — e, aqui, filosófico, também — conciliar tais contradições, admitindo a unidade onde havia sérios antagonismos, Gustavo de Lacerda, no fim de contas, pretendia desconhecer a divisão da sociedade em classes; no caso, proprietários de jornais, de um lado, e, de outro lado, o pessoal da redação. E isso não ia mais longe porque os assalariados puros, os proletários, isto é, os gráficos, não estavam abrangidos na categoria de jornalistas, e tinham já, êstes sim, organizações específicas, e sob a forma sindical, como era inevitável e coerente. Assim, Gustavo de Lacerda desgostava os proprietários de jornais e, ao mesmo tempo, não conseguia fascinar os seus companheiros, o pessoal de redação. Dêsse modo, a sua idéia não encontrava eco entre os jornalistas, desatentos à sua pregação tenaz e ao seu extraordinário espírito de luta e continuado esfôrço, deparando "a resistência passiva, a indiferença formal que redatores, repórteres e revisores opuseram à criação da A.B.I. As maiores dificuldades, porém, provinham do grupo dos proprietários de jornais".[228]

228 Fernando Segismundo: op. cit., pág. 20.

Apesar de tudo, a 7 de abril de 1908, na sala de sessões da Caixa Beneficente dos Empregados de *O País*, realizou-se o ato de fundação da Associação Brasileira de Imprensa, A.B.I. Compareceram apenas oito jornalistas, quatro de *O País*, os demais do *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil*, da *Gazeta de Notícias* e do *Diário do Comércio*. Manuel Lourenço de Magalhães escreveu que "tão poucos foram os repórteres e redatores que compareceram ao ato de fundação que não chegaram para preencher as comissões de Economia e Finanças, Auxílios e Assistência, Festas e Propaganda e Publicação do Anuário". A entidade pretendia ser assistencial; os propósitos eram de "manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias, estabelecer um serviço de assistência médica e farmacêutica, instituir o Retiro da Imprensa (com enfermaria e residência para velhos e enfermos), habilitar por meio de títulos de capacidade intelectual e moral o pretendente à colocação no jornalismo, organizar o Anuário da Imprensa e prestar pública homenagem ao dia do aparecimento do primeiro jornal". A ABI viveu, por algum tempo, na sobreloja de *O País*, e rolou, de 1908 e 1942, por sete sedes, vivendo até de favor num quartel da Polícia Militar. Leis municipais de 1921 e 1922, não cumpridas, concederam-lhe terreno para edificação de sede própria; efetivou-as Pedro Ernesto, em 1932.[229] Gustavo de Lacerda, e re-

[229] É interessante assinalar que a ABI teve o seu patrimônio enriquecido e tornou-se entidade poderosa justamente numa fase ditatorial, a do Estado Nôvo. Foi Getúlio Vargas quem mandou entregar à casa dos jornalistas os primeiros milhões de cruzeiros, quatro, para edificação da sede da Esplanada do Castelo; ali estêve, em 1931, quando foi proclamado presidente de honra da ABI; em 1934, quando discursou, afirmando ser a classe "desprotegida, relegada e esquecida" e desejando que a ABI se transformasse "num centro de estudos e de cultura, numa oficina de trabalho em proveito da comunhão nacional"; foi feito sócio benemérito dela, em 1936; assinou, em 1938, a lei reguladora do trabalho dos jornalistas profissionais; visitou a sede nova, em 1942, ao fim das obras, e em 1944, para a inauguração do busto de Pedro Ernesto, quando esclareceu, em discurso, que a imprensa, no início do século, "caracterizava-se como uma semi-profissão de homens inteligentes e desorganizados, oscilando entre a boemia e o aluguel das aptidões intelectuais, a dedicação extrema ao bem público e os arranjos dos bastidores políticos"; voltou, pela última vez, em 1952.

pórter humilde que, há mais de meio século, fundou a ABI, é, hoje, figura pràticamente esquecida, imerecidamente esquecida.[230]

O lento mas progressivo desenvolvimento das relações capitalistas em nosso país, acelerando a ascenção da burguesia e até alterando-a qualitativamente, provocaria, necessàriamente, não apenas o aumento quantitativo do proletariado, cada vez mais numeroso e agrupando-se em uns poucos centros ou áreas, como alterações qualitativas que acabaram fazendo surgir formas de ação e de organização que colocariam em plano de relêvo o que se convencionou conhecer, na época, como "questão social". No Brasil, a formação do proletariado não foi apenas tardia; recrutado no campo e, por isso mesmo, com mentalidade campoensa, e num campo em que as relações feudais eram ainda predominantes e sofriam também do longo passado escravista — o regime escravo fôra extinto há pouco — teve a agravante de receber considerável refôrço de elementos estrangeiros, também oriundos do campo, em seus países de origem. Essa fonte duplamente camponesa deu singular relêvo à estria anarquista apresentada pelas organizações operárias em nosso país, com reflexos na imprensa que essa nova classe conseguiu criar e manter.

Os primeiros jornais anarquistas apareceram, aqui, ainda no século XIX: *O Despertar*, de José Sarmento, *O Protesto, O Golpe, A Asgarda,* como pioneiros, os dois últimos dirigidas por Mota Assunção. Em maio de 1902, precisamente a 28, instalava-se, em S. Paulo, o Congresso do Partido Socialista Brasileiro, em que se constituiu êsse partido; a 1.º de junho aparecia, ali, *O Amigo do*

[230] Gustavo de Lacerda (1853-1912) nasceu no Destêrro, hoje Florianópolis; ingressou na Escola Militar, da qual foi desligado por suas idéias republicanas e socialistas, indo para a tropa, onde chegou a sargento. Foi, depois, guarda-livros, em Santos, e jornalista, no Rio, demorando-se mais em *O País,* para o qual fazia a cobertura do noticiário de repartições públicas, — nunca passou de repórter. "Mulato comprido e alto; indivíduo nervoso, de aparência gasta e mal vestido; passo tardo e bigode caído; modesto de posses e por temperamento; animado, porém, da idéia obsessiva de arregimentar os que trabalhavam na imprensa", escreveu dêle quem o conheceu. João Melo acrescentou: "Pouco conhecido (...) o repórter exato em suas obrigações e correto narrador dos eventos de cuja divulgação se encarregou, era visto como um agitador e não como um jornalista (...) cumpridor dos deveres de sua profissão. É que lhe sabiam o pendor político." Estas opiniões e os dados sôbre a ABI estão na obra citada de Fernando Segismundo.

Povo, de orientação anarquista, dirigido por Neno Vasco; a 28 de agôsto, era fundado também no Rio o Partido Socialista Coletivista, por iniciativa de Vicente de Sousa e Gustavo de Lacerda. Já estava em circulação, em S. Paulo, outra fôlha anarquista, o "órgão socialista e proletário" *Avanti*. Em 1903, Elísio de Carvalho lançava, no Rio, *A Greve*, enquanto aparecia, em S. Paulo, *La Bataglia*, dirigida por Oreste Ristori, recém-chegado do Uruguai, agitador que logo se tornaria conhecido.[231] Em face dêsses acontecimentos, já em setembro o Congresso aprovava a primeira lei de expulsão de estrangeiros que comprometessem "a segurança nacional ou a tranqüilidade pública". Em março de 1904, Elísio de Carvalho lançava, no Rio, a revista "filosófica e literária" *Kultur*, a 23 de julho aparecia, também, a *Fôrça Nova*, com Adelino Ribeiro, Antônio Félix Pereira, F. Crespo, Manuel Cano, João Alexandre, Manuel C. Martins, João Benevenuto, Alfredo Brasil e A. Moreira na redação. Em S. Paulo, ao lado de *La Bataglia* e do *Avanti*, em que escreve agora Antônio Piccarolo, circulam *A Lanterna*, de Benjamim Mota, o *Grito del Pueblo*, de Valentim Diego, *O Livre Pensador*, de Eugênio Gastaldetti, Everardo Dias e Isidoro Diego, *Anima e Vita*, de Ernestina Lesina, e *O Trabalhador*, de Isidoro Diego e Roldão Lopes de Barros. Sem falar em fôlhas como *O 1.º de Maio*, de Franca, que viveu apenas um número, dirigido por Teófilo Pereira, é preciso mencionar, em 1905, na capital paulista, o aparecimento de *O Chapeleiro*, a 1.º de maio; de *O Trabalhador Gráfico*, a 7 de maio; de *Il Pingolo*, em julho, dirigido por Giovanni Capaci e F. Susini, e que circulou alguns anos; e, em setembro, do *Jornal Operário*, de Eugênio Gastaldetti. A proliferação continuaria, em 1906, com o aparecimento, em Maceió, do *Trabalhador Livre*, em janeiro; em S. Paulo, da revista mensal de Neno Vasco, *Aurora*, em fevereiro; em Campinas, de *A Voz Operária*, em maio. A vida, quase sempre curtíssima, de jornais dêsse tipo, não era fácil: a 30 de maio, em S. Paulo, por exemplo, a polícia invadiu a redação e apreendeu a edição do *Avanti* e de *La Bataglia*. Mas, em junho, aparecia, em Juiz de Fora, *O Progresso Operário*; em S. Paulo, em agôsto, *A Luta Ope-*

[231] Oreste Ristori foi expulso do Brasil por duas vêzes, a última em 1936. Morreu na Espanha, no ano seguinte, comandando uma coluna na defesa de Madri contra os fascistas de Franco.

rária, órgão da Federação Operária de S. Paulo; e, a 30 de dezembro, *A Terra Livre*, de Neno Vasco e Edgard Leuenroth.

O Brasil "civilizava-se": o Rio de Janeiro, com mais de 700.000 habitantes, assistia à abertura da Avenida Central e Figueiredo Pimentel era o árbitro da elegância, Bastos Tigre fazia revistas humorísticas efêmeras, como *A Quinzena Alegre* e *O Diabo*, mas o órgão humorístico da época seria *O Tagarela*, com as caricaturas de Raul Pederneiras, Falstaff e Calixto Cordeiro. Crispim do Amaral fazia circular, a 1.º de agôsto de 1903, *A Avenida*, tendo Domingos Ribeiro Filho como secretário; Pausilipo da Fonseca conciliava sua atividade como redator político do *Correio da Manhã* e a direção do semanário anarquista *Nôvo Rumo*. O mesmo Crispim do Amaral lançaria, a 12 de agôsto de 1905, *O Pau*. Lima Barreto, entre 28 de abril de 1905 e 3 de junho de 1906, fêz, para o *Correio da Manhã*, uma série de reportagens. Era a época das "francesas"; Lima Barreto achava que elas "davam-se ao trabalho de nos polir", e, no *Gonzaga de Sá*, escreveria mesmo: "A sua missão era afinar a nossa sociedade, tirar as asperezas que tinham ficado da gente dada à chatinagem e à verriaga dos escravos soturnos que nos formaram; era trazer aos intelectuais as emoções dos traços corretos apesar de tudo, das fisionomias regulares e clássicas daquela Grécia de receita com que êles sonham." No mundo buliçoso da imprensa, rodava Domingos Ribeiro Filho, funcionário da Secretaria da Guerra mas, ao mesmo tempo, boêmio e anarquista, que surge vivo da página em que o retratou Astrojildo Pereira: "Pequenino de estatura, muito feio, o narigão recurvo, Domingos Ribeiro Filho constituia-se logo, em qualquer grupo, a figura central, graças ao sortilégio de um espírito em fulguração permanente. Era na verdade um conversador admirável, e escrevia como falava, com a mesma abundância e o mesmo encanto. Os seus ditos, os seus epigramas, os seus sarcasmos demolidore se sucediam e multiplicavam com uma vivacidade absolutamente pasmosa."[232] Era, assim, fase em que literatos e anarquistas operários juntavam-se para propagar as mesmas idéias.[233]

232 *In Diretrizes*, Rio, n.º 107, de 16 de julho de 1942.
233 "Dos movimentos que, por essa ocasião, tentaram sacudir o marasmo da vida literária, não se poderá omitir o surto de uma certa

Foi nesse ambiente que se reuniu o I Congresso Operário no Rio, entre 15 e 20 de abril, na sede do Centro Galego, por iniciativa da Federação Operária Regional do Rio de Janeiro, com a participação de representantes de algumas dezenas de organizações operárias, particularmente do Rio e do Estado de São Paulo. Duas correntes surgiram nêle e se chocaram, a socialista e a anarquista: a primeira queria a fundação de um partido socialista: a segunda pretendia a fundação da Confederação Operária Brasileira, organização sindical, "apolítica". Triunfou esta, e as resoluções corresponderam, assim, à linha anarquista: não adoção de doutrina política ou religiosa, nem mesmo de programa eleitoral; repulsa à participação do Estado nas comemorações do 1.º de Maio; adoção da forma sindical de organização; criação de federações de sindicatos e da Confederação Operária Brasileira; proibição da admissão de não-operários nos sindicatos, inclusive de operários com qualquer cargo de mando nas emprêsas; luta preferencialmente pela redução do horário de trabalho do que pelo aumento dos salários; abolição das multas nas oficinas e fábricas; luta pelas oito horas de trabalho e contra a guerra; luta contra o alcoolismo, e outros pontos.[284]

literatura social, cujo aparecimento coincidiu com as primeiras agitações grevistas verificadas no Rio de Janeiro. (...) Em São Paulo, os grupos socialistas chegaram a manter jornais de apreciável circulação, publicados em língua italiana, como *Avanti* e *La Bataglia*. Foi de lá que partiu o primeiro grito de solidariedade aos revolucionários russos de 1904 com um manifesto 'às sociedades, aos círculos e a todos os homens de coração', assinado quase sòmente por imigrantes europeus. Gente como Alexandre Czerkiewicz, Antônio Piccarolo, Oreste Ristori, Neno Vasco, nomes que depois se tornaram familiares aos que se dedicavam ao movimento operário. Figurava, de permeio, o jovem poeta Ricardo Gonçalves, autor de um livro de versos bucólicos, *Ipês*, que em nada condiziam com a atitude do revolucionário, fazendo côro com os 'companheiros proletários' russos e brasileiros. (...) No Rio, os agitadores também se unem aos literatos. Há uma pequena imprensa libertária, impulsionada por um operário, Mota Assunção, e por um alferes do Exército, Joel de Oliveira, que conta com o apoio entusiástico de intelectuais, Fábio Luz e Elísio de Carvalho, entre outros. Foi êsse contato que possibilitou, sem dúvida, a criação da Universidade Popular, de vida efêmera, e, mais tarde, o I Congresso Operário." (Francisco de Assis Barbosa: op. cit., pág. 149-151).

284 *Estudos Sociais*, Rio, n.º 16, de março de 1963.

Tais decisões refletir-se-iam na imprensa proletária de forma imediata e direta, aparecendo em quase tôdas as fôlhas que circulavam então: *O Baluarte*, de janeiro de 1907, órgão da Associação de Resistência dos Chapeleiros; *O Sindicato*, órgão da Associação dos Operários Barbeiros; nas que circulavam em S. Paulo, *A Luta Operária*, *O Padeiro*, *O Chapeleiro*, *Terra Livre*, *Nôvo Rumo;* nas que surgem no Rio, em 1910, como *A Guerra Social*, e, em 1911, como *A Defesa*, de Bagé, Rio Grande do Sul, em março, ou *O Proletário*, de Santos em junho, ou *A Vanguarda*, do Rio, em julho; e em 1912, como o mensário *A Voz do Trabalhador*, em Pôrto Alegre.

O anarquismo vivia em muito da atividade de imigrantes, particularmente italianos, mas também espanhóis e portuguêses; a resposta das autoridades à agitação que desenvolviam foi pronta e radical; começou a ser aplicada a legislação que permitia expulsá-los. Vicenzo Vacirca, diretor do *Avanti*, foi expulso em 1908, e tornar-se-ia, pouco depois, deputado pelo Partido Socialista Italiano, fazendo campanha, então, contra os políticos e fazendeiros de café do Brasil; Oreste Ristori, quando vítima de idêntica medida, pela primeira vez, escreveu, na Itália, folheto que foi verdadeiro libelo contra a emigração de seus patrícios para o Brasil; Edmondo Rossoni, outro expulso, provocou escândalo, na Itália, com suas entrevistas e conferências sôbre a maneira como os imigrantes eram tratados aqui. Rossoni era sindicalista típico, da escola de Enrico Leone, que pregava bastar-se o sindicalismo a si mesmo. A legislação que permitia as expulsões era "uma adaptação de leis criadas nos períodos terroristas por governos retrógrados da França, Áustria, Prússia, Itália, Espanha — e tôdas elas haviam sido combatidas com denôdo pela imprensa livre e nos parlamentos dêsses países pelo seu espírito de asfixia liberal e caráter liberticida. Aqui devia suceder a mesma coisa. Mas, naqueles países, as leis eram exercidas contra os próprios elementos nacionais, enquanto que aqui a sua ação visava de preferência o estrangeiro, considerado perigoso e como tal diminuído perante o nacional, exposto a ser expulso por qualquer acusação patronal ou policial. (. . .) Para tal, não eram preciass provas: a informação policial era suficiente! Ora, nossa imprensa devia interferir forçosamente nesse problema que surgira, para abafar tôdas as vozes discordantes ou protestos in-

dignados que partiam das vítimas e dos seus defensores. Assim, nossos jornais, porta-vozes dessas queixas, dêsses clamores, dêsses protestos dos colonos e operários, incorreram na iracúndia dos podêres públicos e se tornaram ainda mais indesejáveis à oligarquia política e plutocrática dominante no país e em especial em S. Paulo."[235]

Se o Congresso Operário de 1906 fôra organizado e dominado pelos anarquistas, o que se realizou, no Rio, entre 7 e 15 de novembro de 1912, foi organizado e dominado pelos pelegos. Reuniu-se no Palácio Monroe, inaugurado poucos anos antes, sob os auspícios do Govêrno do marechal Hermes da Fonseca, incumbindo-se das medidas práticas os tenentes Mário Hermes e Palmiro Serra Pulquério, com a cooperação de Antônio Augusto Pinto Machado, presidente da Liga do Operariado do Distrito Federal. Foi chamado Quarto Congresso Operário Brasileiro, considerando como primeiro o que se reunira, no Rio, em 1892; o segundo teria sido o Congresso Socialista de 1902, em S. Paulo; o terceiro, o de 1906. Embora dirigido por pelegos, a êle compareceram dezenas de organizações operárias. Entre os considerandos do preâmbulo de sua declaração, encontrava-se êste: "Considerando que êste terreno de reunião, êste ponto de convergência de tôdas as vontades e de tôdas as atividades é a questão dos melhoramentos econômicos e da elevação social, intelectual e moral do proletariado, abstraindo da questão religiosa, não se ocupando das doutrinas internacionalistas, antimilitaristas e antiestatais, deixando ao futuro a solução do problema da organização da propriedade", etc. Criava a Confederação Brasileira do Trabalho, com o programa seguinte: redução do horário normal do trabalho a oito horas por dia, descanso semanal obrigatório para tôdas as categorias de operários e trabalhadores, indenização às vítimas dos sinistros no trabalho, regulamentação do trabalho nas fábricas, limitação do trabalho das mulheres e dos menores, seguro obrigatório, com participação, nas despesas, do Estado, dos patrões e dos trabalhadores e, com a finalidade de indenização aos trabalhadores nos casos de doença e de desocupação forçada, e para dar-lhes pensão na velhice e nos casos de invalidez, substituição do contrato coletivo ao contrato

[235] Everardo Dias: *História das Lutas Sociais no Brasil*, S. Paulo, 1962, págs. 55-56.

individual de trabalho. Foi aprovada por unanimidade resolução para constituir-se a Confederação Brasileira do Trabalho em partido político e o programa mereceu também apoio unânime.[236] A êsse espúrio congresso, respondeu outro, em 1913, com representações autênticas, em setembro, com mais de cem delegados e de que decorreu o reaparecimento, a partir de 1.º de janeiro de 1914, do órgão da Confederação Operária Brasileira, o quinzenário *A Voz do Trabalhador*, com a tiragem, vultosa para a época e para o gênero, de 4.000 exemplares. Entre os seus colaboradores, usando o pseudônimo transparente de *Isaías Caminha*, figura Lima Barreto. Em abril de 1914, era empastelado pela polícia, em Belém, *O Imparcial*, por ter tomado a defesa de operários ali em greve; mas em Manaus, em outubro, aparecia *A Luta Social*, redigida por Tércio Miranda.

A luta contra a guerra começa, no meio operário e em sua imprensa, pràticamente com o início do conflito mundial. Em 1915, as manifestações ganham vulto: a 30 de abril, dirigido "aos trabalhadores e ao povo em geral", aparece o manifesto assinado pelos representantes da Confederação Operária Brasileira, Federação Operária do Rio de Janeiro, Sindicato Operário de Ofícios Vários, Sindicato dos Operários das Pedreiras, Sindicato dos Panificadores, Sindicato dos Sapateiros, Centro dos Operários Marmoristas, Liga Federal dos Empregados em Padaria, Liga Internacional dos Pintores, União dos Alfaiates, Sociedade União dos Estivadores, Centro Cosmopolita, Liga Anticlerical e Centro de Estudos Sociais. Começa por historiar os fatos que antecederam o conflito, mas adverte que "outras são as origens e as causas reais desta guerra", concluindo: "Patriotismo, honras nacionais, raças, defesa de culturas ou de civilizações, — tudo balelas com que se procura mascarar, aos olhos do povo, o grande crime premeditado e cometido pelos governos, ao serviço dos senhores da alta finança e do alto comércio."

Estuda o militarismo e aponta-lhe dois fins, o interno e o externo; e aprecia o papel da indústria militar. Indica os efeitos da guerra em todo o mundo: "Êles repercutem mais ou menos fundamente por tôda parte. No Brasil, por exemplo. Nunca se atravessou aqui crise parecida com a atual. As fábricas, as oficinas estão paradas, e as que ainda não o estão, funcionam dois ou três dias por semana. Formam legião os operários sem trabalho. Por

[236] *Estudos Sociais*, Rio, n.º 17, junho de 1963.

outro lado, a carestia dos gêneros de primeira necessidade é cada vez mais acentuada. Atravessamos uma situação como jamais se viu. A miséria é agora a regra. Milhares de famílias proletárias passam fome. As ruas e as praças públicas estão cheias de famintos, de mendigos. À noite, pelos bancos dos jardins e pelas soleiras dos palácios, se estende tôda uma multidão miserável, sem teto onde repousar. Os suicídios por motivo de miséria se repetem e aumentam diàriamente. Proclama-se por aí que tudo isso é devido ao malfadado govêrno transato. Sem dúvida, os quatro anos de dilapidação e ladroeiras daquele govêrno contribuíram e preparavam sobremaneira o terreno para esta crise. Mas por que se acha o nôvo govêrno impotente para debelá-la? Há um fator capital para esta impotência: a impossibilidade de um empréstimo externo. Ora, tal impossibilidade é uma resultante direta da conflagração." Lançava o brado: "Pela Paz!" Como fazer? Respondia: "Façamos agitações contínuas e crescentes. Proclamemos o nosso ódio à guerra e aos guerreiros. Façamos chegar aos ouvidos dos governos criminosos e dos seus representantes o nosso grito de revolta."

Juntaram-se várias organizações operárias, constituindo a Comissão Internacionalista Contra a Guerra. Contava com o apoio dos jornais *Avanti, La Propaganda Libertária, A Lanterna* (de que, em 1918, Lima Barreto foi colaborador), sob o pseudônimo de Dr. Bogoloff e, depois, sob o próprio nome), *Volksfreund,* de S. Paulo, e *Na Barricada, A Vida, A Voz do Padeiro, O Clarim,* do Rio. A tônica do comício de 1.º de maio de 1915, no Rio, foi o combate à guerra. A 30 de setembro de 1914, começara a circular, no Rio, o mensário *A Vida*, redigido pelo engenheiro e jornalista gaúcho Orlando Correia Lopes, que dirigirá, em 1915, a fôlha *Na Barricada*. Lima Barreto toma posição contra a guerra, pelo *Correio da Noite* de 19 de novembro de 1914, enquanto Olavo Bilac faz as conferências pregando o serviço militar obrigatório, em S. Paulo, na Faculdade de Direito, a 9, na de Medicina a 14 de outubro, e, no Rio, no Clube Militar, a 3 de novembro.

Em julho de 1917, eclodia em S. Paulo a grande greve que abalou a cidade. Foi preciso que surgisse, no dia 14, o "Apêlo dos Jornalistas" ao Comitê de Defesa Proletária, constituído naquela emergência pelos grevistas, para que representantes dos operários se reunissem com os dos patrões e os do govêrno, para negociações; a reunião ocorreu na redação do *Estado de São Paulo*. Aquêle

apêlo estava assinado por João Silveira Júnior, pelo *Correio Paulistano*, Valente de Andrade, pelo *Jornal do Comércio*, Umberto Serpieri, e pela *Fanfulla*, J. M. Lisboa Júnior, pelo *Diário Popular*, Paulo Moutinho, pela *Gazeta*, Valdomiro Fleury, pela *Platéia*, João Castaldi, pela *Capital*, Paulo Mazzoldi, por *Il Piccolo*, Nestor Pestana e Amadeu Amaral, pelo *Estado de São Paulo*. Comissão integrada por Antônio Figueiredo, de *A Nação*, José Eiras Garcia, do *Diário Espanhol*, A. A. Covelo, de *A Gazeta*, Nereu Pestana, de *O Combate*, e Henrique Greenen, do *Germânia*, encaminhou as negociações e conseguiu o acôrdo: os operários venceram.

Na segunda quinzena de julho de 1917, começou a circular, no Rio, *O Debate*, com a colaboração de Lima Barreto, Fabio Luz, A. J. Pereira da Silva, Théo Filho, Maurício de Lacerda, Agripino Nazaré, Teodoro Magalhães, José Saturnino de Brito, Adolfo Pôrto e outros. Em seu primeiro número, analizava a revolução russa, prevendo a vitória dos bolchevistas; a 29 de setembro, publicava artigo de Charles Rappoport, "Quem é Lênin"; a 27 de outubro, divulgava a carta de Lênin aos socialistas suíços; apoiava, em julho, a greve dos operários paulistas. Em dezembro, começava a circular *O Cosmopolita*, órgão sindical dos empregados na indústria hoteleira, apoiando também a revolução russa.[237] Em *O Debate* e no ABC, Lima Barreto toma posição aberta contra a guerra e pela revolução.[238] Acusa o ministro da Agricultura, José Bezerra, de promover a alta do preço do açúcar, a serviço dos usineiros e do grupo belga que domina o seu comércio internacional, vendendo para o exterior a 6$000 a arrôba e a 10$000 no mercado interno.[239] No

[237] No *Correio da Manhã*, um jornalista que começa a sua carreira, Assis Chateaubriand, publicaria curioso artigo, em que afirmava: "Há qualquer coisa de tocante na inocência sinistra com que o russo cândido e imaginativo se dispõe a realizar a experiência coletivista. (...) Os homens que se estraçalham em guerra civil agora na Rússia matam-se por um ideal. É a absorção mais completa da personalidade pelo interêsse coletivo."

[238] O pronunciamento inicial de Lima Barreto, no *Correio da Noite* de 19 de novembro de 1914, fôra incisivo: "O nosso regime atual é da mais brutal plutocracia, é da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha." Daí por diante, baterá sempre a mesma tecla, em posição coerente e corajosa.

[239] A êsse propósito, no ABC de 12 de maio de 1917, Lima Barreto ataca Azevedo Amaral, que dirigia então o *Correio da Manhã*: "Amaral, tu és notável, u tens alento, u és doutor, tu possuis tudo para

Debate, de 15 de setembro de 1917, escreve: "A nossa República, com o exemplo de S. Paulo, se transformou no domínio de um feroz sindicato de argentários cúpidos, com os quais só se pode lutar com armas na mão. Dêles saem tôdas as autoridades; dêles são os grandes jornais; dêles saem as graças e os privilégios; e sôbre a nação êles teceram uma rêde de malhas estreitas, por onde não passa senão aquilo que lhes convém. Só há um remédio: é rasgar a rêde à faca, sem atender a considerações morais, religiosas, filosóficas, doutrinárias, de qualquer natureza que seja." Nesse mesmo número, *O Debate* publicava o protesto do Comitê de Defesa dos Direitos do Homem, acusando o govêrno paulista, presidido por Altino Arantes, de ter mandado invadir casas, a altas horas da noite, maltratando mulheres e crianças; de ter mandado assaltar as oficinas de *A Plebe;* de ter feito prisões ilegais. Preparava-se, realmente, a expulsão do país dos dirigentes da greve que, a bordo do *Curvelo,* impetraram *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal, que o denegou, contra os votos dos ministros Pedro Lessa, Mibielli, Edmundo Lins e Guimarães Natal.

Sôbre êsse julgamento, Lima Barreto escreveria, em *O Debate*, a 13 de outubro de 1917: "Tais fatos, que são de ontem, não têm sido concatenados por todos, nem tampouco combatidos a devido tempo; e, se o fôssem, não teriam certamente os doges de São Paulo conseguido o que almejavam, isto é, obter um total domínio sôbre os podêres políticos do país, de modo a coroar a sua nefasta e atroz ditadura com a decisão de 6 do corrente, do Supremo Tribunal, negando *habeas-corpus* aos infelizes do *Curvelo*, rasgando a Constituição, obscurecendo um dos seus artigos mais simples e mais claros, com farisaicas subtilezas de doutores da escolástica e o tácito e suspeito apoio de quase tôda a imprensa carioca, sem um protesto corajoso no Congresso, realizando-se tôda essa vergonha, todo êsse rebaixamento da independência dos magistrados,

ser um grande homem. Não sei se tu tens vícios; eu os tenho; tu não tens é sinceridade. Falta-te essa coisa que é o amor pelos outros, o pensamento dos outros, a dedicação para enfrentar com a vida na sua majestosa grandeza de miséria e de fôrça. Quanto aos teus algarismos, vai te catar que não tenho mêdo dêles; e, quanto a mim, diga ao Rufino que sou terceiro oficial da Secretaria da Guerra, há quinze anos. Êle que arranje, se fôr capaz, a minha demissão. Não garanto, mas talvez seja possível que eu lhe fique agradecido." Rufino era José Bezerra.

perante o país 'bestializado', calado de mêdo ou por estupidez, esquecido de que a violência pode, amanhã, voltar-se contra um qualquer de nós, desde que tal sirva à plutocracia paulista e ela o exija."

A entrada do Brasil na guerra provocou protestos, em que os anarquistas tiveram papel de destaque. Aurelino Leal, chefe de Polícia, prendeu "agitadores"; a imprensa anarquista batizou-o "Trepof marca barbante". Lima Barreto estava na estaca: "Êsse *engouement* pelos Estados Unidos há de passar, como passou o que havia pela Alemanha. Não dou 50 anos para que todos os países da América do Sul, Central e o México se coliguem, a fim de acabar de vez com essa atual opressão disfarçada dos *yankees* sôbre todos nós, e que cada vez se torna mais intolerável." O cinema se desenvolvia e o Brasil via os filmes europeus substituídos pelos americanos. Lima Barreto detestava-os: "E tôdas essas fitas americanas que são brutas histórias de raptos, com salteadores, ignóbeis fantasias de uma pobreza de invenção de causar pena, quando não são melodramas idiotas que deviam fazer chorar as criadas de servir de há quantos anos passados."[240] Pela posição contra a guerra, a *Semana Social*, de Maceió, foi fechada pela polícia, ainda em 1917. Com a entrada do Brasil no conflito, *O Debate* deixou de circular. Lima Barreto vale-se das colunas do ABC, de *Brás Cubas*, da *Revista Contemporânea*, para poder escrever; continua a colaborar em jornais revolucionários que subsistem, no Rio e em S. Paulo, em Pôrto Alegre mesmo: *A Lanterna*, *O Cosmopolita*, *O Parafuso*, *A Patuléia*, *A Luta*. Pelo ABC, em maio de 1918, lança manifesto maximalista que termina com a saudação: "Ave Rússia!". Em novembro de 1918, o Rio é palco de nova greve, quase das proporções daquela que abalara S. Paulo no ano anterior; entre os dirigentes dela estava o diretor de *O Debate*, Astrojildo Pereira, escritor de talento, inteiramente dedicado às atividades revolucionárias.

Fôra êle quem convocara Lima Barreto a colaborar no jornal, e o romancista, fascinado pela revolução de outubro na Rússia, achava que era tempo de o povo "se libertar de uma minoria opressora, ávida e cínica". A greve surpreende-o doente, recolhido ao Hospital Central do Exército. Dali manda uma crônica ao ABC,

[240] *A Careta*, Rio, de 24 de janeiro de 1920.

de solidariedade aos grevistas. A importância dessa crônica está, também, no registro que faz da posição da grande imprensa em relação à greve:[241] No *Diário Íntimo,* registra ainda melhor aquela posição: "O artigo do Amaral tem o mesmo plano que o do Miguel Melo; o do Antônio Tôrres, o mesmo que o daquele último; o do filho do Leão Veloso, o mesmo que o do Tôrres. Parece que o plano foi ditado pelo chefe de Polícia, devendo tocar nos seguintes pontos: a) acoimar de estrangeiros os anarquistas e exploradores dos operários brasileiros; b) debochar os seus propósitos e inventar mesmo alguns bem repugnantes e infames; c) exaltar a doçura e o patriotismo do operário brasileiro; d) julgar que êles têm razão nas reivindicações, que a dinamite não deve ser empregada, etc., que devem esperar, pois a Câmara vai votar o Código do Trabalho, etc., etc."

A agitação operária e principalmente as duas greves, a de S. Paulo, em 1817, e a do Rio, em 1918, excitaram as autoridades, que intensificaram a violência da repressão. Em fevereiro de 1918, circulou o primeiro folheto defendendo a revolução russa: *A Revolução Russa e a Imprensa,* assinado por Alex Pavel, e mostrando como o noticiário do movimento de outubro vinha sendo falseado pelos jornais. Em vão a polícia andou à procura do "perigoso agitador", presumidamente estrangeiro, que o escrevera. Tratava-se do pseudônimo de jornalista brasileiro, Astrojildo Pereira. Explicava as confusões repetidas e propositadas criadas pela grande imprensa, servindo de eco à imprensa norte-americana e européia, em tôrno do que ocorrera e vinha ocorrendo na Rússia.[242] As informações fornecidas pelas agências telegráficas estrangeiras era tão notòriamente falsas que Gilberto Amado, pela *Gazeta de Notícias,* estranhava que "a United Press e a Havas continuam a nos julgar indignos da verdade, pobres bugres que convém manter no alheiamento completo do que se passa no mundo". Diante da massa de informações ostensivamente falsas, ponderava que a revolução de outubro "não é tão ruim assim, e que não sòmente dinamiteiros e

[241] O artigo é "Da minha cela"; saiu a 30 de novembro de 1918.
[242] *A Época,* diário que se publicava no Rio, abriu sua edição de 19 de novembro de 1918, noticiando a greve dos operários cariocas, com enormes manchetes; a principal interrogava: "O Maximalismo no Brasil?" Pretendia dar a idéia de que o Rio era a Petrogrado de outubro de 1917, assustando os incautos.

bandidos a ela se afeiçoam e por ela querem batalhar". Era com enorme dificuldade, agora, que apareciam novas fôlhas proletárias, como o semanário *Spartacus*, em 1919. Em S. Paulo, apesar de ter conseguido, com espalhafatosa e virulenta campanha difamatória, levar à rua alguns elementos, para o empastelamento de *A Plebe*, houve necessidade, para assegurar o êxito da proeza, de juntar milicianos ao grupo de depredadores.[243] *A Plebe* foi empastelada a 28 de outubro; em novembro apareceu, no Recife, o diário *Hora Social*, que durou apenas três meses, acabando também empastelado pela polícia; acabava o de Recife, mas surgia, em janeiro de 1920, em Aracaju, *A Voz Operária*, órgão do Centro Operário Sergipano. A *Hora Social*, como *Alba Rossa* e *Vanguarda*, de S. Paulo, publicavam documentos do movimento revolucionário soviético e internacional.

Com a quase paralização da importação de produtos acabados, durante a guerra, a indústria nacional operara considerável avanço: a burguesia recebia, assim, extraordinário impulso, acompanhada pelo crescimento do proletariado, agora conhecendo formas de organização cada vez mais avançadas. Foi êsse momento, quando o proletariado estava na infância, o escolhido para submetê-lo, pelos processos policiais, evitando que as suas organizações se desenvolvessem e que a sua imprensa tivesse condições de existência. Velhas leis, que já haviam servido para a eliminação de dirigentes operários, foram para isso utilizadas, e novas leis começaram a ser elaboradas, para o mesmo fim.[244]

243 "E sob o acicate dos jornais reacionários governistas que, em comentários alarmantes e venenosos, faziam um ataque cerrado contra a agitação grevista, intrigando e indispondo a opinião pública contra os trabalhadores, levaram até uma parte da mocidade acadêmica (a que não faltou um preciável contingente de milicianos à paisana), a substituir grevistas e, em tumultuárias demonstrações, atacar a redação e empastelar as oficinas do diário proletário *A Plebe*. (Everardo Dias: op. cit., pág. 91.)

244 "Em Recife, dava-se quase a mesma coisa. Também os trabalhadores organizados possuíam um jornal de muito bom aspecto e bem orientado — a *Hora Social*. Dirigido por um grupo de jovens intelectuais socialistas e operários esclarecidos, tinha uma larga repercussão na formação da consciência das massas trabalhadoras nordestinas. Possuía, como os demais jornais, sua oficina própria, constituída por meio de ações, e assim tornava-se um órgão porta-voz dos sindicatos." A polícia depredou a Federação Operária e "em seguida, com o mesmo

No Rio, a Federação Operária, com a ajuda das grandes uniões de Trabalhadores de Tecidos, Construção Civil, Culinários, Padeiros, Transportes Terrestres e Marítimos, Metalúrgicos e outras, subscreveram ações e fundaram um jornal diário, *A Voz do Povo*, com oficinas próprias e um corpo de redatores recrutado entre os elementos que militavam à frente do movimento operário e tinham reais qualidades como dirigentes. Só êsse jornal protestava contra as violências antioperárias, enquanto, na Câmara, Maurício de Lacerda lutava, sòzinho, contra nova lei de repressão aos trabalhadores, nela confundidos com os contraventores da mais variada espécie — lei que permitiu, pouco adiante, o fechamento do Clube Militar e da Liga Nacionalista de S. Paulo.[245] *A Voz do Povo* teve suas edições apreendidas pelas maltas de agentes da polícia secreta, postadas dia e noite nas imediações da redação; seus gráficos e redatores foram presos, um a um; finalmente, o jornal teve de cessar sua publicação: não foi empastelado, mas estrangulado. Em 1921, partindo do meio intelectual, surgiu a revista *Clarté:* o grupo reunia Nicanor do Nascimento, Evaristo de Morais, Maurício de Lacerda, Luís Palmeira, Agripino Nazaré, Antônio Correia, Alcides Rosas, Pontes de Miranda, A. Cavalcante, Teresa Escobar, Vicente Perrota, Francisco Alexandre, Everardo Dias, cêrca de trinta dirigentes sindicais. Começou a circular em setembro, com adesões importantes, como as de F. de Campos Andrade, Martim Francisco

espírito brutal, dirige-se a autoridade às oficinas da *Hora Social*, manda fazer descargas de fuzil para dentro, obrigando os operários gráficos alarmados a fugir pelos fundos dos prédios vizinhos e, em seguida, a marreta, quebra maquinismos e destrói as caixas de tipos, transformando tudo num montão de ruínas." (Everardo Dias: op. cit., págs. 98-99.)

[245] "O Centro das Indústrias de S. Paulo, constituído da nata dos elementos acima qualificados de forma tão explícita pelo escritor citado e acusados das mais torpes e lucrativas especulações por um jornal-revista que então se publicava em S. Paulo — *O Parafuso* — havia organizado uma extensa lista, contendo os nomes de todos os operários considerados como 'indesejáveis' e aos quais não se devia dar serviço de forma alguma em seus estabelecimentos; e não só a êles estendiam a excomunhão, mas também a pequenos comerciantes, advogados, médicos, professôres, pracistas, etc., considerados simpatizantes do 'credo execrando', de que havia grande número pelo interior todo." (Everardo Dias: op. cit., pág. 94.)

Ribeiro de Andrade, Antônio Figueiredo e Nereu Rangel Pestana, de S. Paulo; Leônidas de Rezende, Luís Frederico Carpenter, Joaquim Pimenta, do Rio. A tiragem chegou a 2.000 exemplares, mas o movimento militar de 1922 e o estado de sítio liquidaram a iniciativa, inspirada da França, onde surgira ao impulso de Henri Barbusse, difundindo-se em vários países.

Em 1921, surgiria uma cisão no movimento operário e, em março de 1922, reunia-se, em Niterou, o I Congresso do Partido Comunista. Era o ano em que transitava no Congresso a chamada Lei Adolfo Gordo, limitando, entre outras coisas, a liberdade de imprensa. Lima Barreto criticou-a duramente, na *Careta* de 5 de agôsto. Apesar de tôdas as dificuldades, quase intransponíveis naquela fase, circulou, no Rio, em 1922, durando até julho de 1923, o mensário *Movimento Comunista*. Seu número 7, de junho de 1922, noticiava o Congresso de que resultou a fundação do Partido Comunista e realizado entre 25 e 27 de março, com nove delegados, representando 73 membros. Mas o primeiro órgão dêsse partido seria, entretanto, *A Classe Operária*, que começou a circular a 1.º de maio de 1925, com tiragem de 5.000 exemplares, logo elevada. Em seu número 12, foi proibida de circular; reapareceu em 1928; em meados de 1929, a redação foi invadida e depredada, como numerosos sindicatos. Daí por diante, e durante quinze anos, a luta para mantê-la foi terrível: tipografias foram empasteladas pela polícia, às dezenas; gráficos e redatores, às dezenas, foram presos, torturados, mortos; o jornal reaparecia sempre, sob aspectos gráficos os mais variados, em conseqüência da repressão e da clandestinidade.[246] De 3 de janeiro de 1926 a 11 de agôsto de 1927, no Rio, circulou o jornal comunista *A Nação*, dirigido por Leônidas de Rezende, orientando a campanha do Bloco Operário e Camponês que, nas eleições de 24 de fevereiro de 1927, alcançou excelente resultado. Havia circunstância favorável, com a suspensão do estado de sítio, a 31 de dezembro de 1926. O jornal suspendeu a circulação, com a vigência da *lei celerada*, em agôsto de 1927.[247]

246 *A Classe Operária* ressurgiu como legal, em 1946, após o fim da Segunda Guerra Mundial, apresentando-se, então, como dos mais bem feitos jornais do país, com inovações gráficas que surpreenderam a imprensa da época.

247 "O arrôcho policial, embora sem estado de sítio, prosseguiu tenaz. Havia, contudo, parcimoniosa liberdade de imprensa e de tribuna. Foi

Na segunda quinzena de dezembro de 1927, ocorreu o encontro, em Puerto Suarez, na Bolívia, entre Astrojildo Pereira, representante do Partido Comunista, e Luís Carlos Prestes, chefe do movimento tenentista, ali internado, com os elementos de sua coluna, desde o ano anterior, e de que resultaria a adesão de Prestes ao comunismo. Dêsse contato, trouxe Astrojildo Pereira o material para a longa entrevista, em que Prestes analizava a situação nacional, e que foi publicada, em três ou quatro partes, em janeiro de 1928, pelo órgão tenentista *A Esquerda*, dirigido por Pedro Mota Lima. De janeiro a abril de 1928, circulou impresso o jornal clandestino, antes mimeografado, *O Jovem Proletário*. Reaparece, assim, e se desenvolve, ao lado da grande imprensa, da imprensa capitalista, a pequena imprensa, a imprensa proletária, sob condições extremamente difíceis. Antes, em período histórico de condições diversas, houvera pequena imprensa; desde o século XX, porém, há grande e pequena imprensa, e esta se agrupa em dois planos: a que é pequena tão sòmente por condições materiais, relegada ao interior do país, e que em nada perturba a estrutura social, econômica e política dominante, e nem mesmo a conseqüente estrutura da grande imprensa, e a que agrupa as publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais, mas que mantém uma posição de combate à ordem vigente e cuja condição deriva dessa posição. Assim, na imprensa, quanto aos órgãos, revistas e jornais, o que existe, agora, é uma imprensa de classe: ou da classe dominante, ou da classe dominada, com todos os reflexos que essa divisão proporciona à atividade dos periódicos e do periodismo.

bem aproveitada, naqueles anos de 27, 28 e 29 para a reorganização dos quadros sindicais, muito facilitada pelo reaparecimento de um diário da tarde, denominado *A Nação*, fundado e dirigido, antes (1922) por Maurício de Lacerda e Leônidas de Rezende, e, nesta segunda fase, pelo último, que levou a cabo campanhas de grande repercussão e contribuiu poderosamente para o desenvolvimento do espírito associativo dos trabalhadores, não só do Rio de Janeiro e Niterói como de Minas Gerais, S. Paulo, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia." (Everardo Dias: op. cit., pág. 152.) Verifica-se, dêsse conjunto de fatos, como as classes dominantes encaravam o problema da liberdade de imprensa: os órgãos proletários erm sempre depredados... pela polícia.

Imprensa política

A grande imprensa fêz do tema político a tônica de sua matéria — tal como a política era entendida e praticada na velha República oligárquica. O tema político neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferente da linguagem literária. O *Estado de São Paulo*, de que Júlio de Mesquita se torna, em 1902, proprietário único, é o grande órgão político na capital do Estado que se desenvolve mais ràpidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam; a cidade de S. Paulo é, agora, centro industrial de grande desenvolvimento, "o maior parque industrial da América Latina", como os paulistas se habituarão a proclemar, logo adiante. Em 1906, a redação passa a funcionar à praça Antônio Pardo. No ano seguinte, a emprêsa volta a ser sociedade anônima, com capital de 350 contos; Júlio de Mesquita é o redator-chefe; Nestor Pestana, o secretário; José Filinto, o gerente; o jornal recebe rotativa *Marinoni*, ocupa dezenas de gráficos nas oficinas, apresenta tiragens diárias de 35.000 exemplares de 16 a 20 páginas. Plínio Barreto, que entrara para o jornal como revisor, aos quatorze anos, formando-se em 1902, passa a repórter; afastar-se-ia, de 1905 a 1909, para advogar no interior; volta para fazer a seção "Crônica Forense", depois intitulada "Vida Forense". De sociedade com Armando Prado, Plínio Barreto compra o *Comércio de São Paulo*, cuja propriedade passa, em 1904, a Laerte de Assunção, conseguindo a colaboração de Euclides da Cunha, seu conhecido da redação do *Estado*, e que voltava a escrever na imprensa, particularmente em *O País*, do Rio.[248] A 16 de maio de 1906, começava a circular, em S. Paulo, *A Gazeta*, dirigida por Adolfo Araújo, sucedido, adiante, por João Dentice, e, depois, por Antônio Covelo, que a transfere, em 1918, a Casper Líbero. A imprensa estran-

[248] A pressão no sentido de acentuar a tendência para impor-se a linguagem específica de imprensa nos jornais (as revistas só a aceitarão muito depois), é assinalada em episódio de 1906, quando Euclides da Cunha protesta contra a dispensa de Coelho Neto como colaborador do *Estado de São Paulo*: "A colaboração não agradava. Júlio de Mesquita sentiu-o bem e nós, da redação, concorremos bastante para que êle tomasse a deliberação de dispensar o colaborador. As nossas predileções iam para Olavo Bilac. Euclides fêz tudo para demover Júlio de Mesquita dessa deliberação." (Plínio Barreto: *Páginas Avulsas*, Rio, 1958, pág. 136.)

geira de S. Paulo, cidade de imigrantes, particularmente italianos, foi reforçada com o aparecimento, em 1908, de *Il Piccolo*. Começavam a surgir, ali, também, revistas especializadas: em outubro de 1909, circulou *Chácaras e Quintais*, dirigida por Amadeu A. Barbiellini.

Nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais de província com estrutura de emprêsa. Mas a matéria principal dêles é também a política, e a luta política assume, nêles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar. No Ceará, por exemplo, sob domínio da oligarquia Acioli, o jornal do govêrno, *A República*, agredia os elementos da oposição, enquanto, no *Unitário*, de João Brígido, que combatia o govêrno local, tudo se marcava pelo espírito mordaz. Juvenal Galeno era já "relíquia história da poesia popular". Rodolfo Teófilo "encarnava um nôvo Vicente de Paula". Na oposição, o *Jornal do Ceará* "não tinha medida nas suas incandescentes apóstrofes". O tipo de linguagem pode ser aferido por dois exemplos, retirados do *Unitário*, em que João Brígido se notabilizaria: notícia de banquete a deputado governista que partia para o sul era redigida assim: "À sobremesa, em nome dos presentes, saudou-o o sr. beltrano. Em seguida, fulano ergueu-se nas patas trazeiras, murchou as orelhas e pronunciou um discurso, curto mas ruim:" notícia de falecimento: "Faleceu, ontem, o venerando desembargador C., filho legítimo do honrado vigário de São Mateus."

No Recife, os órgãos de oposição à oligarquia Rosa e Silva eram *A Província* e o *Correio do Recife*, aquêle fundado por José Mariano e sob a direção de Manuel Caetano, Baltazar Pereira e Gonçalves Maia; mantido êste por um grupo de correligionários do barão de Lucena, que residia no Rio. O jornal do govêrno era o velho *Diário de Pernambuco*, dos Rosa e Silva, dirigido por Rosa e Silva Júnior. Joaquim Pimenta, Raul Azêdo e Rodolfo Gomes fundaram *O Norte*, de curta duração e onde trabalhou Eliseu César, que se retirara do Pará, com a queda, ali, da oligarquia Lemos, e onde fizera parte de outro grande jornal típico de província próspera, no caso devido à borracha, *A Província*, em que escreviam Humberto de Campos e Alves de Sousa. *A Evolução* era uma revista de cultura, dirigida por Raul Azêdo. Trajano Chacon dirigia *O Pernambuco*, de Henrique Milet; teria morte trágica, assassinado, quando do govêrno Dantas Barreto.

A modernização da imprensa antecipou-se no Rio de Janeiro: logo ao iniciar-se o século, Paulo Barreto fêz, para a *Gazeta de Notícias*, a série de reportagens reunidas depois no volume *Religiões do Rio*, seguidas daquelas sôbre feitiços e feiticeiros, e, em 1905, pelo inquérito *O Momento Literário*, também sepultado em livro. *A Imprensa*, de Alcindo Guanabara, revelava, em 1903, um cronista mordaz, Adoasto de Godoy, vindo de S. Paulo, e que estará, em 1916, com Antônio Tôrres, que escrevia no mesmo estilo, na *Gazeta de Notícias*. Em 1904, o problema da vacina obrigatória repercute na imprensa, cujos órgãos mais combativos, como o *Correio da Manhã*, lutam, não contra a vacina, mas contra os processos de que usam as autoridades para impô-la; a exaltação chega aos limites do motim, a Escola Militar revolta-se, na Praia Vermelha e combate-se na rua da Passagem. O govêrno toma, então, severas medidas contra a imprensa, suspendendo a circulação do *Comércio do Brasil* e da *Gazeta de Notícias*. As obras da Avenida chegam ao fim e os grandes jornais começam a construir ali os seus edifícios próprios. É o que acontece com o *Jornal do Brasil* que, a essa altura, além das despesas com a construção da nova sede, tem as de reequipamento gráfico, recebendo as primeiras linotipos que o Rio conheceu, máquinas de impressão em côres, *clichérie* do sistema fotomecânico. Tudo isso leva à liquidação da firma Mendes & Cia., passando a emprêsa a sociedade anônima, presidida por Carvalho de Morais, tendo como acionista Ernesto Pereira Carneiro, que redige a parte comercial e financeira. É a 1.º de agôsto de 1906 que o *Jornal do Brasil*, passando os pequenos anúncios para a primeira página, imitando jornais como o *New York Herald, The Times, La Prensa, La Nación*, apresenta a fisionomia que se tornou tradicional. Em 1907, o seu cabeçalho é impresso em vermelho e, aos domingos, o jornal distribui suplemento colorido: o crime de Roca e Carleto é amplamente divulgado, com ilustrações de Raul. A 15 de dezembro de 1909, fica pronto o edifício da Avenida.

A política, apesar de constituir quase uma rotina, de raro em raro apresenta um fato importante: é o caso da entrevista concedida, em 1905, por Bernardino de Campos a Alcindo Guanabara que, além de jornalista de nomeada, era deputado federal, e publicada em *O País*. A idéia fôra de João Laje: Bernardino divulgaria seus planos de govêrno, já pràticamente escolhido candidato à sucessão de Rodrigues Alves. A entrevista teve colorido sensacional, pelas

idéias que divulgava e que, incompatibilizando o candidato com as fôrças políticas dominantes, inutilizou sua candidatura. Nos meios literários, a nota será oferecida, em 1908, pela empafia com que Osório Duque Estrada assume a seção de crítica literária do *Correio da Manhã*, que José Veríssimo impusera, antes, como a mais destacada da imprensa brasileira. Osório dirá, mais tarde: "O Registro nasceu da necessidade de reação contra o aviltamento a que havia chegado a crítica literária de jornal."[249] O nôvo crítico, espécie de guarda-noturno das letras e sem qualquer senso de escala de valores, aferrado a aspectos gramaticais, permaneceu naquela seção do *Correio da Manhã* até 1914; em 1915, passou a fazer a mesma seção no *Imparcial* e, por último, desde 1921, no *Jornal do Brasil*. A 1.º de novembro de 1909, o *Jornal do Comércio* fazia circular a sua edição vespertina, que durou até 1.º de abril de 1922, dirigida por Vitor Viana.

As grandes figuras da imprensa da segunda metade do século XIX desapareciam: Ângelo Agostini morreu a 23 de janeiro de 1910, com 67 anos, 51 vividos no Brasil; sua última revista, o *Dom Quixote*, acabara em 1903; era apenas colaborador de publicações alheias, a imprensa industrial não se compatibilizava com tipos como o do terrível e grande abolicionista. Artur Azevedo já não era do número dos vivos; falecera a 22 de novembro de 1908. A imprensa atravessava uma fase nova, realmente: a *Cidade do Rio*, de Patrocínio, deixara de circular em 1902, tendo durado um lustro; apareciam revistas efêmeras, na maior parte dos casos humorísticas, como *O Coió* e *O Nu*, de 1901, *O Tagarela* e *O Gavroche*, de 1902, *O Pau* e *Século XX*, de 1905, *O Mês*, de 1906, *Tam-Tam* e *O Diabo*, de 1907, *O Degas*, de 1908, *O Trapo*, de 1909, *O Filhote da Careta*, de 1910. Prosseguiam a *Revista da Semana*, de 1900, *O Malho*, de 1902, *Leitura Para Todos*, de 1905, *O Tico-Tico*, também de 1905, *Fon-Fon*, de 1907, *Careta*, de 1908, a *Ilustração Brasileira*, de 1909, *O Século*, de 1916. Duravam pouco. *A Avenida*, que circulou entre 1903 e 1905, com breve repiquete em 1906, *Kosmos*, que durou de 1904 a 1909, *Figuras e Figurões*, que circulou apenas em 1905, reaparecendo entre 1913 e 1914. Não foi fundado nenhum grande jornal, além dos já indicados; o mais importante foi o *Correio da Noite*, que circulou de 1907 a 1915, para só reaparecer, muito mais tarde, entre 1931 e

[249] Osório Duque Estrada: *Crítica e Polêmica*, Rio, 1924, pág. I.

1939; é possível mencionar ainda *O Rebate*, que circulou em 1909 e 1910. A imprensa iria, agora, atravessar a primeira de suas fases tormentosas no regime republicano. Já em 1908 começavam a surgir os sintomas preliminares da luta que, com a derrota do movimento civilista, encabeçado por Rui Barbosa, terminaria por caracterizar-se no turbulento período presidencial de Hermes da Fonseca.[250]

Lima Barreto, que pintou a época com traços fortes, particularmente em *Numa e a Ninfa*, mas era observador agudo e quase sempre isento, anotaria, a propósito do discurso feito por Rui Barbosa, de saudação a Anatole France, na Academia Brasileira de Letras, em maio de 1909: "O Rui falou, falou com aquela pretensão e aquela falta de visão que lhe são peculiares." Em carta a um amigo, apresentaria assim o quadro sucessório: "A estupidez nacional e a cavação também começaram a agitar o nome do Hermes. Êle tomou a sério. O Laje e o Alcindo levantaram a candidatura dêle no *País* e na *Imprensa*. A rã começou a encher-se." Essa carta é de 18 de maio de 1909, mês em que Hermes da Fonseca deixa a pasta da Guerra, proclamando-se candidato. Os acontecimentos precipitam-se: Afonso Pena morre, Nilo Peçanha assume a presidência. A candidatura Hermes era, na realidade, "verdadeiro cavalo de Tróia, destinado a aterrar os políticos aflitos". A imprensa dividiu-se, desde o momento em que enfrentando o poderio das fôrças dominantes, Rui Barbosa decidiu-se a desencadear a campanha civilista: ficaram com êle o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia* e a *Careta;* tomaram posição em favor de Hermes da Fonseca, o *Jornal do Comércio*, o *Jornal do Brasil*, *O País*, *A Tribuna*, e mais a *Revista da Semana* e *O Malho*. Júlio de Mesquita colocou o *Estado de São Paulo* ao lado da candidatura de Rui: é a fase de seus melhores editoriais políticos.

[250] "A publicidade do Bloco era forte; contava em primeira linha com o *Jornal do Comércio*, graças às simpatias de José Carlos Rodrigues, seu diretor. Mas é através do escrupuloso noticiário político do tradicional diário que melhor poderemos acompanhar os acontecimentos. *A Imprensa* e *A Tribuna* (esta dirigida por Antônio Azeredo, embora recebesse inspiração de Pinheiro Machado e Rui Barbosa) atacam violentamente Carlos Peixoto no princípio de 1908." (Afonso Arinos de Melo Franco: *Um Estadista da República. Afrânio de Melo Franco e Seu Tempo*, 3 vols., Rio, 1955, pág. 574, II.)

A companhia foi tempestuosa. Um de seus episódios, no Rio, ficou conhecido como "Primavera de Sangue": por motivos ligados à política, os estudantes realizaram o "entêrro" do general Sousa Aguiar; a polítca reprimiu severamente a passeata, resultando na morte de dois estudantes e ferimento de muitos. Rui, no Senado, comentando a pretensa "defesa de honra militar", fêz candente denúncia, na sessão de 23 de setembro de 1909: "O pau e a faca de ponta foram os instrumentos do atentado. Os seus perpetradores eram praças do corpo policial, que se diziam instruidos e mandados pelos seus superiores. O crime era um desfôrço da suposta ofensa feita à honra do comandante da Brigada Policial pela manifestação dos moços acadêmicos". Concluia assim o libelo: "A honra militar não difere da honra civil, senão em graduações convencionais. Em um país constitucional, onde não pode haver privilégio de classe, muito menos regalias de casta, aquêles que vestem a farda e cingem a espada não estão isentos da crítica e da responsabilidade que pesa sôbre os cidadãos." Responsabilizado pelos crimes, foi levado a júri o tenente João Aurélio Lins Wanderley, em setembro. A vitória de Hermes, nas eleições de 1.º de março de 1910, assegurou a sua absolvição; como que completou o quadro.[251] Lima Barreto, que fêz parte do júri de setembro de 1910, que condenou o oficial, escreveria, mais tarde: "Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes, e condenei-o. Fui pôsto no índex." Levado a nôvo júri, em janeiro de 1911, o oficial foi absolvido.[252]

[251] "A eleição de 1.º de março de 1910 processou-se no meio de um movimento pendular, que ia da fraude à compressão e da compressão à fraude. O leitor moderno e desapaixonado dos dois fortes volumes em que se condensa todo o material referente ao pleito, a começar pela gigantesca contestação do candidato oposicionista, preparada em poucos dias de denso labor, chega finalmente à conclusão de que Rui Barbosa foi eleito, em 1910, presidente da República. O Govêrno, o Exército e o Congresso é que empossaram o candidato derrotado." (Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., págs. 612-613, II.)

[252] O ambiente que cercou o primeiro julgamento do tenente Wanderley foi assim descrito: "Vinha a causa ao júri sob atmosfera de terror; dizia-se que o tribunal seria assaltado, que colegas do oficial do Exército e os companheiros das praças de polícia se haviam ajustado, com o intuito de desfeitear os acusadores, e, caso fôsse desfavorável para os réus, o resultado, perigavam as vidas dos jurados". (Evaristo de Morais: *Reminiscências de um Rábula Criminalista*, Rio, 1922, pág. 206.) E o *Correio da Manhã* de 16 de setembro de 1910

Hermes tomou posse a 15 de novembro de 1910. O noticiário da imprensa ocupava-se ainda com a revolução que instaurara a República em Portugal, com os festejos da posse de Hermes e com a morte de Tolstoi quando, na noite de 22 de novembro, realizando-se recepção ao nôvo presidente no Clube Tijuca, enquanto João Laje oferecia um jantar aos oficiais do barco português *Adamastor*, — ouviu-se o primeiro tiro de canhão. Ao amanhecer, *O País*, o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã*, todos os jornais, informavam da situação alarmante; a manchete do *Correio da Manhã* era enorme: "Esquadra Revoltada", e os subtítulos completavam: "Várias granadas caem no centro da cidade", "Govêrno toma providências para dominar o movimento", "Já há mortos e feridos". Os comentários da imprensa eram desencontrados; típico o de *Fanfulla*, jornal italiano que se publicava em S. Paulo: "É bem doloroso para um país forte e altivo ter de sujeitar-se às imposições de 700 ou 800 negros e mulatos que, senhores dos canhões, ameaçam a capital da República". O noticiário da imprensa foi amplamente preenchido pelo andamento do problema gerado com a revolta dos marinheiros; grandes reportagens foram feitas, inclusive a bordo das belonaves revoltadas; os leitores acompanhavam as providências do govêrno e o andamento urgente do projeto de anistia no Congresso.

A capital parecia tranqüila quando, na noite de 9 para 10 de dezembro de 1910, nôvo movimento militar alarma a cidade: na ilha das Cobras, marinheiros e fuzilheiros rebelavam-se. Agora, entretanto, as condições eram outras: a ilha foi bombardeada e o govêrno decretou o estado de sítio: ia ajustar, de uma só vez, as contas das duas revoltas. Nas solitárias da ilha das Cobras e a bordo do navio *Satélite*, a maioria dos cabeças ou indigitados responsáveis pelas sublevações foi exterminada, às ordens do coman-

assim mostrava a cena do tribunal: "Seis horas da manhã. Dia claro. Na sala do juiz todos dormem. Nos bancos, nas tribunas, nas cadeiras dos jurados, populares ressonam. Tinha o aspecto de um grande dormitório o Tribunal. De quando em quando, o cantar de um galo ou a pilhéria de um estudante faziam um ou outro estudante entreabrir os olhos. O cansaço dominava a todos. Os oficiais de justiça, a sono sôlto, roncavam, deitados no soalho de uma das salas." Os acontecimentos da "Primavera de Sangue" abalaram a capital; o processo foi acompanhado com extrordinário interêsse, o julgamento despertou estranho sentimento de atenção: foi bem o coroameno da campanha que levou Hermes ao poder.

dante Marques da Rocha, na ilha, e do tenente Francisco de Melo, naquele navio, em pleno mar. A imprensa nada publicou a êsse respeito. Estava preocupada com os julgamentos. Gilberto Amado, em sua crônica em *O País*, a 27 de novembro de 1910, escrevera de João Cândido, o comandante da esquadra rebelada, que fôra "um homem que violentou a História". J. Carlos, em *charge* infeliz, na *Careta* de 10 de dezembro mostrava João Cândido advertindo marinheiros, no passadiço de sua belonave: "Eu tô vendo que nom guento ocês sem chibata".

A *Fôlha do Norte*, de Belém, a 4 de março de 1911, noticiava, sêcamente: "O *Satélite* trás 250 ladrões, 180 facínoras e desordeiros, 120 caftens, 250 marinheiros revoltosos e 44 meretrizes". Enquanto isso, os processos corriam, no fôro militar: no primeiro semestre de 1911, o comandante Marques da Rocha, para quem o promotor João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque pedia 20 anos de prisão, pelo "crime que abalou a consciência jurídica do País, comoveu e indignou, até os seus mais íntimos recessos, a alma nacional, afrontou as tradições gloriosas da nossa altiva Marinha de Guerra e repercutiu no estrangeiro como um testemunho vergonhoso de barbaria" — foi absolvido do assassínio de 16 marinheiros ou fuzileiros nos calabouços da ilha das Cobras. João Cândido e outros marinheiros eram também julgados por participação no motim de dezembro de 1910 — do da esquadra fôra anistiado — sendo absolvidos. Edmundo Bitencourt, na primeira página do *Correio da Manhã*, atacando o govêrno, associava êsse julgamento ao bombardeio de Manaus, façanha recente dêsse govêrno: "Evidentemente, João Cândido não necessita da medida, nem precisa dessa suposta clemência, que não passa de uma refinada hipocrisia dos seus algozes. O Conselho de Guerra, ao mesmo tempo que patentou a sua inocência, deixou evidenciada a felonia governamental que mandou encarcerá-lo e martirizá-lo, para vingar-se do almirante da primeira revolta, anistiado pelo Congresso." Quanto ao caso dantesco do *Satélite*, só a 6 de maio de 1911, pelo *Correio da Manhã*, uma parte da verdade transpirou. Logo outros jornais — *O Século*, o *Diário de Notícias* — abordaram o assunto. Barbosa Lima, na Câmara, a 12 de maio, pronunciava enérgico discurso, exigindo informações do govêrno. Mas os crimes ficaram impunes.

Sob a batuta de Pinheiro Machado e debaixo de implacável crítica da imprensa oposicionista — o govêrno Hermes da Fonse-

ca assinalou o apogeu da crítica política em caricatura, no nosso país — as violências se sucediam. Para dar-lhes cobertura, era imprescindível articular mais sòlidamente as fôrças partidárias; pretendia-se até organizar a oposição.[253] Enquanto isso, desencadeava-se o processo das "salvações", nos Estados, rolando por terra oligarquias cuja dominação se presumira eterna. Em Pernambuco, o palácio do govêrno foi tiroteado; a redação do *Diário de Pernambuco,* atacada à bala, mal podia funcionar, e as edições eram queimadas nas ruas: os amigos de Rosa e Silva tiveram de emigrar. Surgiam, no Rio, novos jornais, ao calor da luta política: a 18 de julho de 1911, Irineu Marinho fazia circular *A Noite,* com o reduzido capital de 100 contos de réis, jornal moderno, bem diagramado, feito por profissionais competentes; em menos de um ano, estava em condições de comprar novas máquinas de impressão, linotipos, montando oficina de gravura bem aparelhada, fazendo a distribuição em automóveis. Surgiria, em 1912, *O Imparcial,* com José Eduardo de Macedo Soares chefiando um grupo de bons jornalistas. A *Careta,* com as extraordinárias caricaturas de J. Carlos, martelava as mazelas do govêrno com enorme sucesso. Mas, evidentemente, o *Correio da Manhã* se destacava na crítica tenaz a tais mazelas. As fôrças dominantes na política não tinham contemplações: "A imprensa anoiteceu na censura, jornalistas da primeira linha de combate — Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã,* Macedo Soares, do *Imparcial,* Vicente Piragibe, da *Época,* e Leônidas de Rezende — foram encarcerados; numerosos outros cidadãos civis e militares também foram presos e muitos tiveram

[253] "Pinheiro Machado, no banquete do Teatro Municipal, tinha, já o vimos, encarecido a conveniência da organização de partidos nacionais de govêrno e oposição, encontrando embora veladas resistências estaduais. Agora chegava o momento de se passar à execução. João Laje, diretor do *País* e mentor intelectual do Govêrno, na sua primeira fase, redigiu e submeteu a Hermes, que a aprovou, uma entrevista em que eram traçados os lineamentos gerais do partido. Publicada a entrevista, pôs-se em movimento a máquina das adesões oficiais, impulsionadas por Pinheiro, que prestigiava incondicionalmente o jornalista português, tendo sido mesmo um dos promotores de um banquete triunfal a êle oferecido, com a presença dos maiores nomes do situacionismo." (Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 655, II.)

de fugir para locais não atingidos pelo sítio."[254] Terminado o sítio, a *Careta*, em editorial, lembraria que mal haviam saído da prisão o seu diretor, o seu secretário e o seu redator principal.

Quando Hermes deixou o poder, a reação não se fêz esperar: Irineu Marinho, em 1915, publicava, em folhetins de *A Noite*, o romance satírico de Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*: na primeira página da edição de 12 de março, Seth apresentava a galeria de personagens, a "chave" do romance que fôra publicado, sob a forma de conto, no *Correio da Tarde*, do Rio, de 3 de junho de 1911. Os folhetins de *A Noite* apareceram entre 15 de março e 26 de julho de 1915; em livro, *Numa e a Ninfa* só foi lançado em 1917, dedicado a Irineu Marinho. A reação popular foi tão violenta, após a saída de Hermes, que se tornou incontrolável: "As desordens de rua, de que chegaram a resultar mortes, o assalto ao *País* de João Laje, as vaias públicas aos homens mais representativos da situação passada — manifestações de que nem o próprio Pinheiro Machado escapou — tudo indicava que seria verdadeiro suicídio, para o govêrno principiante, solidarizar-se com a política do que se extinguira."[255]

A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tìpicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim de contas, o regime eram bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim, tôdas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes. Em discurso no Senado, Epitácio Pessoa buscaria examinar o problema, vendo-o embora em superfície: "É preciso que se tenha a coragem de dizê-lo — também a imprensa, desviada de seus nobres intuitos, afastada da sua missão civilizadora, convertida em vazadouro de tôdas as paixões e de todos os ódios, de todos os despeitos e de todos os insultos contra os homens

públicos do país, a ponto tal que ainda o ano passado, em Paris,

254 Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 735, II. O sítio era arma usual para amordaçar a imprensa — muito mais do que destinada a permitir ao Executivo a liberdade de ação que a Constituição permitia, em fases assim de exceção. Na imprensa, ao tempo, estava uma das mais poderosas armas de oposição; ela exercia papel de grande relêvo, expressando o descontentamento da classe média.

255 Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 807, II.

um deputado francês me dizia que, a julgar pelos jornais do Rio de Janeiro, o Govêrno do Brasil devia ter sido assaltado por uma quadrilha de bandidos evadidos de um presídio; foi também a imprensa desviada do seu caminho legítimo, decaída, aviltada, prostituída até à ignomínia do achincalhe obsceno, pornográfico e imundo contra a honra das esposas, contra o lar das famílias."[256] Hermes da Fonseca, a quem ocorrera a circunstância, ainda no govêrno, de casar-se com mulher muito mais jovem, foi o homem público mais insultado do Brasil. O importante, porém, não está em constatar a virulência da imprensa ou os desmandos dos governantes, mas em compreendê-los, explicá-los, ver as suas causas profundas: um traço, quando generalizado, não reflete deficiências individuais, mas sociais.

Dois jornais polarizavam, no Rio, as correntes de opinião: *O País*, que defendia o Govêrno, e o *Correio da Manhã*, que capitaneava a oposição. Neste, dominava a figura de Edmundo Bittencourt; naquele, a de João Laje. Laje tipificou, realmente, o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dêle recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal. Gilberto Amado, que ingressou em *O País* quando do hermismo, na fase de apogeu do jornal, pintou-o assim, em suas memórias: "A redação do *O País*, à esquina de Sete de Setembro, num dos mais feios edifícios da Avenida, então considerado bonito, dois andares e entressolo, compunha-se de uma grande sala retangular no primeiro andar, na qual se dispunham paralelamente mesas, uma para cada redator, umas dez, tôdas lustrosas, novas. Ao fundo, debaixo de grandes retratos de Quintino Bocaiuva e Salvador de Matosinhos, fundadores do jornal, a mesa do secretário da redação, comprida e larga. Vi numa dessas noites pela primeira vez entrar na redação, do gabinete em que trabalhava, com umas tiras de papel na mão e charuto na bôca, João Laje. (...) O jornal ocupava-se, de resto, mais de Portugal do que do Brasil. O Brasil, como êle o refletia, nada mais era do que um pedaço de Portugal. (...) Hoje, quarenta e cinco anos depois, não se faz idéia entre nós de quanto o Brasil era português. A imprensa estava, em grande parte, em mãos de imigrantes lusos. Eram portuguêses o gerente e crônista do *Jornal do Comércio*,

[256] Laurita Pessoa Raja Gabaglia: op. cit., pág. 214, I.

o cronista e o gerente do *Correio da Manhã*. Era portuguêsa a direção da *Gazeta de Notícias*."[257]

Lima Barreto deixou de João Laje não um retrato, evidentemente, mas uma caricatuar; como tal, porém, sua fidelidade acompanha e apenas acentua os traços. É interessante lembrar que Laje, em luta permanente com Edmundo Bittencourt, proporia publicar, em folhetins de *O País*, o *Isaías Caminha* — e quando já retratado, ou melhor, caricaturado em *Numa e a Ninfa*, proposta que Lima Barreto recusou.[258] Neste último romance, que o senso jornalístico de Irineu Marinho permitiu saísse nos folhetins de *A Noite*, João Laje aparece com o nome de Fuas Bandeira: "Fuas Bandeira era português de nascimento e desde muito se achava no Brasil, metido em coisas de jornal. Homem inteligente, não era nem ignorante nem instruído. Tinha a instrução e a inteligência de homem de comércio e pusera na sua atividade jornalística o seu espírito e educação comerciais. (. . .) Emigrado de Portugal, por motivos suspeitos, tendo recebido ùnicamente os princípios de educação secundária, Fuas foi, durante muito tempo, um fura-vidas sem felicidade. Sucessivamente guarda-livros, gerente de frontões, professor de montar em velocípedes de que era alugador, editor de pequenas revistas, concessionário de patentes que escondiam jogos de azar, um belo dia a magnanimidade de um patrício fê-lo empregado da gerência do *Diário*, mais tarde gerente e, quando o propretário foi à Europa deu-lhe procuração em causa própria, para tratar dos negócios da emprêsa; e Fuas se serviu do instrumento para se aposasr dos cabedais do protetor, não só dos que giravam na emprêsa, como dos particulares, que êle soube,

[257] Gilberto Amado: *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*, Rio, 1956, pág. 46.

[258] "No entanto, se êle quisesse transigir, poderia ter feito a edição do *Isaías Caminha* até com lucro. O diretor d'*O País*, João Laje, que figura em *Numa e a Ninfa* na pele do jornalista Fuas Bandeira, porta-voz do Palácio do Catete, propusera dar o romance em folhetins, publicando-o depois em volume, desde que o autor concordasse em revelar o nome dos personagens. A proposta visava, como é fácil deduzir, a redação do *Correio da Manhã*, órgão da oposição, que vivia em polêmicas azêdas com *O País*. Lima Barreto responderia altivamente, recusando. O seu romance era uma obra de arte e, como tal, não permitiria que servisse de instrumento a terceiros, na luta por interêsses políticos ou de dinheiro." (Francisco de Assis Barbosa: op. cit., pág. 253.)

com a mais requintada má fé e com a ousadia de ladrão profissional, arrancar à inexperiência de uma velha parenta do seu benfeitor e amigo, sob cuja guarda estavam. Voltando precipitadamente o proprietário, que fôra prevenido do desvio dos seus bens, levado a efeito pelo seu procurador infiel, reclamou imediatamente a restituição dos haveres, sob pena de queixar-se à polícia. Fuas foi ter com o chefe de Estado que ordenou ao Tesouro fornecer-lhe os fundos necessários. Daí em diante, a sua fortuna estava feita e os seus processos de foliculário firmemente estabelecidos. Nunca mais lhe faltou dinheiro e muito sempre obteve, por êste ou aquêle meio escuso e cínico. (. . .) Todo êsse dinheiro que êle *cavava,* empregava-o em aparentar largueza, peitar disfarçadamente os influentes e mais depressa perdia cinqüenta contos no jôgo de que pagava, dos três em atraso, um mês à reportagem. Era preciso não perder a linha. . . Encarava todo o debate jornalístico como objeto de comércio ou indústria e estendera êsse critério aos casos políticos, às pretensões de qualquer natureza. Dizia-o mesmo francamente e francamente agia, embora, quando acusado pùblicamente, se defendesse indignado. Fazia uma vida brilhante: gastava, jogava, presenteava, mas a sua generosidade era sempre interesseira. Êle a tinha com os poderosos da indústria, do comércio, da política e dos negócios; e, nos apertos, não sacrificava um ceitil de suas despesas, para atender ao pagamento dos salários dos seus próprios criados. (. . .) Fazia sistemàticamente, porém, entre nós, a indústria do jornal e não havia empreendimento ou obra por mais útil que fôsse, representando emprêgo de capitais avultados e lucro para os empreiteiros, de que não procurasse tirar o seu quinhão. (. . .) Conhecia todos os poderosos, os que se faziam poderosos, os que se iam fazer e prometiam sê-lo, e a nenhum se acanhava de pedir isto ou aquilo. À proporção que subiam, subiam os seus pedidos; e, dessa forma, quando no fastígio, podia pedir-lhes o que quisesse."[259]

Com a segurança da cobertura dos cofres públicos, *O País* possuia um grupo de excelentes colaboradores e sua redação estava cheia de bons profissionais. Por muito tempo, entre os que tinham a responsabilidade de redigir as notas políticas e os editoriais, destacou-se Eduardo Salamonde, de quem Gilberto Amado fêz rápido e incisivo retrato: "Eduardo Salamonde, autor dos artigos de

[259] Lima Barreto: *Numa e a Ninfa*, S. Paulo, 1950, pág. 30-32.

fundo, e anos antes, da crônica dominical 'A Semana', no alto da primeira página, então a cargo de Carmen Dolores, escritora de fama daquele período — só o vi mais tarde e durante o dia. Limpo de aspecto, roupa surpreendentemente leve no meio de *croisés* e fraques de casimira pesada, rosado, delicado de corpo, agitava, ao falar, as mãos pequenas e bonitas. A voz tremia-lhe um pouco. Tinha um riso saudável. Êsse homem de talento que beirava os cinqüenta, esfregado pelas asperezas da vida, forçado a escrever o que outros mandavam, aparentava uma modéstia de môça honesta. Corava com facilidade. Seu editorial, sôbre assunto fornecido por João Laje, dono do jornal, era um primor no gênero."[260] As amarguras do jornalista de talento reduzido à condição de escriba são peculiares à imprensa da fase industrial, nada têm de espantoso e não podem ser lançadas, individualmente, às vítimas, mas ao regime que gerava e mantinha êsse gênero de corrupção. Vê-lo nos casos pessoais e isolados é deformação ligada ainda ao moralismo inconseqüente e escamoteador da verdade profunda dos fenômenos e processos. Entre os colaboradores sistemáticos de *O País*, estava Emília Moncorvo Bandeira de Melo, que ali começara publicando contos, sob o pseudônimo de Júlia de Castro, escrevendo também artigos literários na *Tribuna* sob outro pseudônimo, o de Leonel Sampaio, adotando, finalmente, o de Carmem Dolores, com o qual popularizou a coluna 'A Semana'. Falecendo, a 13 de agôsto de 1911, foi substituída nessa coluna por Gilberto Amado, que viera do Recife, já com o estágio preparatório do *Diário de Pernambuco*, escrevendo em *O País* desde 1909. Ao assumir a redação de 'A Semana', Gilberto Amado fêz o elogio de sua antecessora, que tinha "a paixão pela vida, a bravura dos entusiasmos, a violência das sensações, (...) a exaltação deslumbrada, essa robusta ventura de viver". Gilberto Amado foi protagonista, aliás, em *O País*, em 1912, de episódio muito característico da imprensa da fase industrial.[261]

[260] Gilberto Amado: op. cit., pág. 43.
[261] A 21 de março de 1912, Gilberto Amado, que começara, em seus artigos, a fazer incursões no terreno da política, fêz o elogio de Lauro Müller, ministro do Exterior, então em rivalidade com Pinheiro Machado, a quem João Laje servia. No dia seguinte, o diretor do jornal chamou-o às falas e travou com êle o diálogo que se segue, contado por Gilberto Amado: "— Rapaz... as cavações no *O País* quem as faz é a redação, nos editoriais, nos sueltos, no corpo do

Em contraste com essa figura típica da imprensa industrial que foi João Laje, há que fixar, também essa outra figura típica — apesar de seus muitos aspectos singulares — que foi Lima Barreto, não apenas porque recolheu em páginas inesquecíveis a época, as personagens, a imprensa carioca, mas porque, em sua atividade de escritor e jornalista, acabou se constituindo em exemplo do antipoda da corrupção da inteligência, o caso marcante da vítima social. Colaborador circunstancial de revistas conhecidas e de grandes jornais, *A Notícia*, *O País*, o *Diário de Notícias*, o *Rio-Jornal*, recebendo cinqüenta mil réis por artigo, redator efetivo da *Careta*, com salário mensal fixo, a parte principal de sua colaboração vai para a pequena imprensa, para *O Debate*, para o *ABC*, em que escreveu de 1916 até sua morte, porque são as revistas e jornais modestos que lhe permitem escrever com inteira liberdade, exteriorizar o seu pensamento. Sua palavra é sempre de protesto: protesta contra a apreensão de *A Fôlha*, de Medeiros e Albuquerque, como protesta contra a apreensão dos jornais anarquistas de S.Paulo, *Spartacus* e *A Plebe;* protesta contra a violência policial exercida sôbre grevistas como contra os aproveitadores da guerra,

jornal; não os colaboradores em coluna assinada'. Uma nuvem me passou pelos olhos. Mas a minha ingenuidade era tal que não liguei o que acabara de ouvir com estranheza, ao meu rtigo. E êle soprou logo, agitando os dedos: — 'Quanto o Lauro lhe deu ou lhe mandou prometer?'. Levantei-me, sentindo na bôca um tropel de desaforos, tudo que um brasileiro pode compor em palavras como insulto, a começar por 'nome de mãe'. — 'Seu...' Meu jeito não devia ser caçoada não, pois Laje se levantou, correu à porta, fechou-a e manteve-se de pé junto de mim numa posição de quem se prepara contra qualquer atracação. Sorriu, contudo, encarando-me. — 'Acalme-se! *Bocê* se ofende à toa.' E prosseguiu, com uma impassibilidade lisa, tão por cima da minha crispação como um vôo de pássaro grande sob o esvoaçar de uma andorinha: — 'Um artigo como o seu... pondo em tal destaque o Lauro, vale muito... como matéria paga." Do artigo, resultou convite de Lauro Müller a Gilberto Amado para viagem à Europa a serviço do Govêrno. O memorialista conta a entrevista curta com o ministro: "Não trocamos dez palavras. Conversa de chefe dando ordem de serviço. Não se referiu ao artigo." (Gilberto Amado: op. cit., págs. 198-203.) O episódio é curioso e característico, não apenas da forma como Laje, ostensivamente, encarava o problema, mas da forma como, naquela altura, se colocava êsse problema, como êsse problema constituía o cotidiano da imprensa política, como se apresentava correntemente, naturalmente, normalmente. Tão normalmente, que o protagonista o conta, em suas memórias.

fundo, e anos antes, da crônica dominical 'A Semana', no alto da primeira página, então a cargo de Carmen Dolores, escritora de fama daquele período — só o vi mais tarde e durante o dia. Limpo de aspecto, roupa surpreendentemente leve no meio de *croisés* e fraques de casimira pesada, rosado, delicado de corpo, agitava, ao falar, as mãos pequenas e bonitas. A voz tremia-lhe um pouco. Tinha um riso saudável. Êsse homem de talento que beirava os cinqüenta, esfregado pelas asperezas da vida, forçado a escrever o que outros mandavam, aparentava uma modéstia de môça honesta. Corava com facilidade. Seu editorial, sôbre assunto fornecido por João Laje, dono do jornal, era um primor no gênero."[260] As amarguras do jornalista de talento reduzido à condição de escriba são peculiares à imprensa da fase industrial, nada têm de espantoso e não podem ser lançadas, individualmente, às vítimas, mas ao regime que gerava e mantinha êsse gênero de corrupção. Vê-lo nos casos pessoais e isolados é deformação ligada ainda ao moralismo inconseqüente e escamoteador da verdade profunda dos fenômenos e processos. Entre os colaboradores sistemáticos de *O País*, estava Emília Moncorvo Bandeira de Melo, que ali começara publicando contos, sob o pseudônimo de Júlia de Castro, escrevendo também artigos literários na *Tribuna* sob outro pseudônimo, o de Leonel Sampaio, adotando, finalmente, o de Carmem Dolores, com o qual popularizou a coluna 'A Semana'. Falecendo, a 13 de agôsto de 1911, foi substituída nessa coluna por Gilberto Amado, que viera do Recife, já com o estágio preparatório do *Diário de Pernambuco*, escrevendo em *O País* desde 1909. Ao assumir a redação de 'A Semana', Gilberto Amado fêz o elogio de sua antecessora, que tinha "a paixão pela vida, a bravura dos entusiasmos, a violência das sensações, (. . .) a exaltação deslumbrada, essa robusta ventura de viver". Gilberto Amado foi protagonista, aliás, em *O País*, em 1912, de episódio muito característico da imprensa da fase industrial.[261]

[260] Gilberto Amado: op. cit., pág. 43.

[261] A 21 de março de 1912, Gilberto Amado, que começara, em seus artigos, a fazer incursões no terreno da política, fêz o elogio de Lauro Müller, ministro do Exterior, então em rivalidade com Pinheiro Machado, a quem João Laje servia. No dia seguinte, o diretor do jornal chamou-o às falas e travou com êle o diálogo que se segue, contado por Gilberto Amado: "— Rapaz... as cavações no *O País* quem as faz é a redação, nos editoriais, nos sueltos, no corpo do

Em contraste com essa figura típica da imprensa industrial que foi João Laje, há que fixar, também essa outra figura típica — apesar de seus muitos aspectos singulares — que foi Lima Barreto, não apenas porque recolheu em páginas inesquecíveis a época, as personagens, a imprensa carioca, mas porque, em sua atividade de escritor e jornalista, acabou se constituindo em exemplo do antipoda da corrupção da inteligência, o caso marcante da vítima social. Colaborador circunstancial de revistas conhecidas e de grandes jornais, *A Notícia, O País*, o *Diário de Notícias*, o *Rio-Jornal*, recebendo cinqüenta mil réis por artigo, redator efetivo da *Careta*, com salário mensal fixo, a parte principal de sua colaboração vai para a pequena imprensa, para *O Debate*, para o *ABC*, em que escreveu de 1916 até sua morte, porque são as revistas e jornais modestos que lhe permitem escrever com inteira liberdade, exteriorizar o seu pensamento. Sua palavra é sempre de protesto: protesta contra a apreensão de *A Fôlha*, de Medeiros e Albuquerque, como protesta contra a apreensão dos jornais anarquistas de S.Paulo, *Spartacus* e *A Plebe;* protesta contra a violência policial exercida sôbre grevistas como contra os aproveitadores da guerra.

jornal; não os colaboradores em coluna assinada'. Uma nuvem me passou pelos olhos. Mas a minha ingenuidade era tal que não liguei o que acabara de ouvir com estranheza, ao meu rtigo. E êle soprou logo, agitando os dedos: — 'Quanto o Lauro lhe deu ou lhe mandou prometer?'. Levantei-me, sentindo na bôca um tropel de desaforos, tudo que um brasileiro pode compor em palavras como insulto, a começar por 'nome de mãe'. — 'Seu...' Meu jeito não devia ser caçoada não, pois Laje se levantou, correu à porta, fechou-a e manteve-se de pé junto de mim numa posição de quem se prepara contra qualquer atracação. Sorriu, contudo, encarando-me. — 'Acalme-se! *Bocê* se ofende à toa.' E prosseguiu, com uma impassibilidade lisa, tão por cima da minha crispação como um vôo de pássaro grande sob o esvoaçar de uma andorinha: — 'Um artigo como o seu... pondo em tal destaque o Lauro, vale muito... como matéria paga." Do artigo, resultou convite de Lauro Müller a Gilberto Amado para viagem à Europa a serviço do Govêrno. O memorialista conta a entrevista curta com o ministro: "Não trocamos dez palavras. Conversa de chefe dando ordem de serviço. Não se referiu ao artigo." (Gilberto Amado: op. cit., págs. 198-203.) O episódio é curioso e característico, não apenas da forma como Laje, ostensivamente, encarava o problema, mas da forma como, naquela altura, se colocava êsse problema, como êsse problema constituía o cotidiano da imprensa política, como se apresentava correntemente, naturalmente, normalmente. Tão normalmente, que o protagonista o conta, em suas memórias.

que enriquecem depressa, provocando a alta do custo de vida; protesta contra tôdas as injustiças, até mesmo as literárias que a fase, propícia à mediocridade, proporciona com abundância, atingindo-o pessoalmente muitas vêzes.

A 11 de agôsto de 1911, o *Jornal do Comércio,* na edição vespertina, começava a publicar em folhetim o *Triste Fim de Policarpo Quaresma,* terminando a 19 de outubro. Fôra iniciativa de João Melo, indo ao encontro das dificuldades do romancista, que desanimava, vendo o editor do *Nick Carter* lucrar cem contos em dois anos, enquanto os confrades da Garnier não o entendiam. Êle mesmo diria: "Procuram nos meus livros bandalheiras, apelos sexuais, coisa que nunca foi da minha tenção procurar ou esconder." No júri de intelectuais promovido pela *Imprensa,* de Alcindo Guanabara, trezentos que elegeriam dez para uma Academia dos Novos, não alcançara mais do que cinco votos. O *Policarpo Quaresma* apareceu em livro, em 1915, e foi até bem recebido, com notas no *Jornal do Comércio,* no *País,* na *Gazeta de Notícias,* na *Noite,* na *Época.* Fábio Luz, Oliveira Lima, Afonso Celso, Vitor Viana, Jackson de Figueiredo escreveram sôbre o romance. Osório Duque Estrada, pelo *Imparcial* de 18 de setembro de 1916, reconhece nêle qualidades, mas deplora os graves defeitos e senões de forma; o retrato dos figurões o espanta: "É assim que se envenena a alma da juventude", condena. *Numa e a Ninfa* é lançado, em livro, em 1917, ano em que Lima Barreto vende ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos, por 70 mil réis, "para todo o sempre", os direitos do livro *Notas sôbre a República das Brunzundangas.*

Em novembro de 1918, o editor Monteiro Lobato, que está revolucionando o ramo, propõe-se editar a *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá,* pagando um conto de réis de direitos, em duas prestações. O nôvo romance aparece, em 1919, bem lançado, e encontra críticas favoráveis em João Ribeiro e Tristão de Ataíde. Lima Barreto se entusiasma e inscreve-se para vaga aberta na Academia Brasileira de Letras, concorrendo com Humberto de Campos e Eduardo Ramos: alcança apenas dois votos no 1.º escrutínio; um voto nos seguintes, o de João Ribeiro. No *ABC* de 31 de março de 1917, escrevera sôbre a Academia: "A Academia começou com escritores, tendo êstes por patronos também escritores; e vai morrendo suavemente em cenáculo de diplomatas *chics,* de potentados do *Silêncio é ouro,* de médicos afreguesados e juízes *tout à fait.*" Na *Revista Contemporânea* de 15 de fevereiro de

1919, desancara ilustre acadêmico: "O sr. Coelho Neto é o sujeito mais nefasto que tem aparecido em nosso meio intelectual. Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o sr. Neto transformou tôda a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo e fraseado." Só o título do artigo já era agressivo: "Histrião ou Literato". Quando Dantas Barreto foi eleito acadêmico, anotou: "Êsse não levou um livro sob o braço; penetrou, em triunfo, com uma espada atravessada nos dentes:" Sua derrota não podia, pois, surpreender. Um ano antes, concorrendo, com o *Gonzaga de Sá*, aos prêmios da Academia, merecera apenas menção honrosa; o prêmio fôra para Ronald de Carvalho, com a superficialíssima *Pequena História da Literatura Brasileira*, em que, citadas dezenas de escritores vivos, o nome de Lima Barreto não aparece, quando era já autor de três romances e de contos de excelente qualidade. Sua resposta à derrota, na *Careta* de 13 de agôsto de 1921, reveste-se de alguma ingenuidade, mas da alta dignidade que os ingênuos às vêzes possuem: "Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome ou o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem é uma injustiça contra a qual eu me levanto com tôdas as armas ao meu alcance. Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura. Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injurias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias dos jornais. Eu não temo abaixo-assinados em matéria de letras."

O *Gonzaga de Sá* seria, entretanto, insucesso surpreendente de venda.[262] A vida esmagava o romancista, levando-o ao Hospí-

262 "Nessa fase deu-se, porém, um caso, que até hoje desafia a nossa argúcia quando freqüentemente o recordamos; certo dia recebe Lobato do Lima Barreto a proposta da edição de um nôvo romance seu, com cessão de direitos autorais, e outros detalhes: o preço estipulado pelo grande e boêmio romancista era alto, mas não excessivo. Lima Barreto era nome conhecido e prestigioso nas letras, mercê do *Isaías Caminha*, do *Policarpo Quaresma*, do *Homem que sabia javanês* e dezenas de outras produções avulsas, que de há muito o haviam sagrado entre os mais notáveis escriores brasileiros; livro seu, nôvo, que aparecesse, havia de ter larga e imediata saída e, por certo, freqüentes reedições. Negócio fechado. (...) Pois, ao contrário, foi um malôgro completo: o romance que, como os demais do Barreto, tinha um título fraseológico e chamava-se *Vida e Morte de M. J. Gonzaga*

cio. É ali que, a 31 de janeiro de 1920, encontra-o o repórter de *A Fôlha*: Lima Barreto fôra mandado varrer o jardim e esclarece que ali está como indigente, rematando: — "No Hospício, também predomina o pistolão." O romancista era irreverente, na verdade; no *Gonzaga de Sá*, por exemplo, a personagem central considerava Rio Branco uma "mediocridade supimpa", e não era diferente a opinião do autor sôbre os nossos diplomatas, como se pode verificar em seu artigo do *ABC* de 2 de novembro de 1918, intitulado "A Côrte do Itamaratí"; sabia ver o ridiculo, onde se apresentasse, como no movimento feminista da época, dividido em grupos ferozes, o da Liga pela Emancipação da Mulher Brasileira, liderada por Berta Lutz, que pleiteava o voto feminino; o Partido Republicano Feminino, liderado por Deolinda Daltro, que queria o ensino obrigatório do tupi; a Legião da Mulher Brasileira, com a espôsa de Epitácio Pessoa, presidente da República, à frente, que era o feminismo religioso e oficial; e o grupo liderado por Mme. Chrysanthème, que pleiteava o direito das mulheres entrarem para a Academia Brasileira de Letras; Lima Barreto mostrava as razões sociais da degradação de mulher e combatia "as borra-botas feministas que há por aí" e seus partidos "de cavação". Em 23 de abril de 1921, pelo *ABC*, analisava o movimento tradicionalista e religioso então em desenvolvimento, sob larga publicidade da imprensa, e afirmava: "O culto à brasilidade que êle prega é o apêgo à herança do passado, de respeito não só à religião mas também à riqueza e às regars sociais vigentes, daí a aliança da jovem fortuna, representada pelos improvisados ricaços de Petrópolis, com a Igreja. Mas tal culto tende a excomungar, não o estrangeiro, mas as idéias estrangeiras de reivindicações sociais, que são dirigidas contra os Cresos de tôda ordem. O Jeca deve conti-

de Sá, encontrou a mais inesperada e unânime abstenção por parte do público, que inexplicàvelmente se recusou a absorver a mínima porcentagem que fôsse dos três milheiros de exemplares de que se compunha a edição! Nas contas-correntes das centenas de livrarias correspondentes ou consignatárias, era fatídica e certa como um estribilho, esta alínea: 'Gonzaga de Sá; recebidos, tantos, devolvidos, idem.' Dentro de alguns meses a edição, depois de breves vilegiaturas por todos os recantos do país, ali estava de torna-viagem, sorrindo para nós um escarninho sorriso de esfinge." (Leo Vaz: *Páginas Vadias*, Rio, 1957, págs. 74-75.)

nuar Jeca, talvez com um pouco de farinha a mais."[263] Sabia honrar aquêles a que admirava, porém: não admitia que atacassem, na sua presença, a Félix Pacheco, diretor do *Jornal do Comércio*, acadêmico e senador: "Não é do sr. Félix Pacheco, senador e redator-chefe do *Jornal do Comércio*, de quem falo. É do Félix, protetor dos escritores desprezíveis ou desprezados a quem me refiro e de quem só tenho recebido homenagens."[264]

Mas o que Lima Barreto foi, sem a menor dúvida — com ser "o maior e o mais brasileiro dos nossos romancistas"[265] — foi o primeiro dos modernistas: "Lembro-me da grande admiração que tinha por Lima Barreto o grupo paulista de 1922 — depõe Sérgio Milliet. O *Triste Fim de Policarpo Quaresma* principalmente nos entusiasmava. Alguns dentre nós, como Antônio de Alcântara Machado, andavam obcecados. (...) O que mais nos espantava então era o estilo direto, a precisão descritiva da frase, a atitude antiliterária do escritor, a limpeza de sua prosa, objetivos que os modernistas também visavam. Mas admirávamos por outro lado a sua irreverência fria, a quase crueldade científica com que analizava uma personagem, a ironia mordaz, a agudeza que revelava na marcação dos caracteres."[266] Lima Barreto sabia da superficialidade da cultura dos letrados mais conhecidos e festejados e não os poupava, não lhes prestava nenhuma homenagem, não lhes tinha o menor respeito: "A sua simplicidade de maneiras permitia mesmo certas liberdades. E um dia, Peregrino Júnior, o mais jovem repórter da imprensa carioca, teria a lembrança de aconselhar o mestre a deixar a bebida, ou a beber menos, pois do contrário acabaria não produzindo mais nada, e se prejudicando como tantos outros. O romancista teria respondido com uma piada ao rapazola, olhando-o por cima: — 'Que nada, menino. O que prejudica os nossos literatos não é a cachaça. É a burrice."[267]

Em maio de 1922, *O Mundo Literário* publicava o primeiro capítulo da *Clara dos Anjos*, que o editor Francisco Schettino pro-

263 Tratava-se de movimento "nacionalista" de direita, chefiado principalmente por Alcebíades Delamare Nogueira da Gama, que fundou os jornais *O Nacionalista* e *Gil Blas*, e Jackson de Figueiredo que, em agôsto de 1921, fundou *A Ordem*.
264 Francisco de Assis Barbosa: op. cit., págs. 293-294.
265 Agripino Grieco: *Vivos e Mortos*, Rio, 1958, pág. 82.
266 Artigo no *Estado de São Paulo* de 11 de novembro de 1948.
267 Francisco de Assis Barbosa: op. cit., pág. 315.

gramara para lançar em livro ainda no mesmo ano. Lima Barreto trabalhava no *Cemitério dos Vivos*, escrevendo densos capítulos que ficaram inacabados. Um dêles dizia: "O meu pensamento era para a humanidade tôda, para a miséria, para o sofrimento, para os que sofrem, para os que todos amaldiçoam." A 1.º de novembro, em sua humilde casa suburbana da rua Major Mascarenhas, sentado e abraçado a um volume da *Revue des Deux Mondes*, o romancista faleceu. A. J. Pereira da Silva contou o episódio do velório, a que, a certa hora, compareceu um desconhecido: "Quando transpuzemos a sala em cujo centro jazia o cadáver, o homem correu a espalhar no caixão, votivamente, aquelas perpétuas de um roxo tão expressivo. Depois, mal contendo a emoção, descobriu-lhe o rosto, beijou-o na testa, que ainda recebeu algumas lágrimas. Uma pessoa da família dirigiu-se ao visitante. Quis saber quem êle era. — 'Não sou ninguém, minha senhora. Sou um homem que leu e amou êsse grande amigo dos desgraçados."[268] Enéas Ferraz descreveu o entêrro: "À tarde, o entêrro saiu, levado lentamente pela mão dos raros amigos que lá foram. Mas ao longo das ruas suburbanas, de dentro dos jardins modestos, às esquinas, à porta dos botequins, surgia, a cada momento tôda uma *foule* anônima e vária que se ia incorporando atrás do seu caixão, silenciosamente. Eram prêtos em mangas de camisa, rapazes estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muitos eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequineiros e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando, com o sentimentalismo assustado das crianças, o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas vividas à mesa de tôdas essas tabernas..."[269] Jornalista e escritor exemplar, Lima Barreto não contrasta com os vultos habitualmente situados como grandes, na imprensa e nas letras do seu tempo, por ter sido apagado e pobre, mas porque deixou um alto exemplo de dignidade, num e noutro dos ofícios, sendo mestre em ambos.[270]

268 Aritgo em *A Noite*, de 27 de novembro de 1922.
269 Artigo em *O País*, de 20 de novembro de 1922.
270 "Podemos, sem exagêro, considerá-lo o primeiro dos modernos. A guerra de 14 e a revolução russa, que sobrevieram durante o seu período de atividade, embora não figurem nos seus livros de ficção — dos quais a maioria lhes é anterior — influíram fortemente, pelos problemas que suscitaram, no seu espírito. Ainda quando não são di-

As paixões políticas da época geraram acontecimentos graves na vida do país, sempre com a imprensa refletindo e estimulando aquelas paixões. As eleições brasileiras, com os tristes reconhecimentos na Câmara, em que a vontade dos poderosos levava a escandalosas depurações, haviam se transformado numa farsa monótona. O candidato José Viana Romanelli, em 1915, situava assim o problema: "É com repugnância e muito tédio, meus senhores, que venho, perante a Ilustrada Comissão de Inquérito, na defesa do direito eleitoral, obrigado a analizar as misérias dêsse eterno entremez, dessa comédia bufa que os potentados chamam de eleição."[271] A 19 de junho dêsse ano, realizava-se no salão nobre do *Jornal do Comércio* a costumeira hora literária organizada pela Sociedade de Homens de Letras. Terminada a sessão, à saída, ocorreu o incidente de que resultou a morte do poeta Aníbal Teófilo. Em tôrno do caso, que teve enorme repercussão na imprensa, criou-se o clima gerado pelas paixões políticas da época. Gilberto Amado, que assassinara Teófilo, era jornalista de *O País* e amigo de Pinheiro Machado. A 8 de setembro, no Hotel dos Estrangeiros, Manso de Paixa apunhalava Pinheiro Machado, abalando o país e particularmente o mundo político. A técnica de imprensa, consideràvelmente avançada em relação aos fins do século XIX, mas ainda precária, foi posta à prova, com notícia tão sensacional: a edição extraordinária do vespertino da oposição trazia os berrantes cabeçalhos relativos ao crime misturados ainda à caricatura pérfida, da edição inicial, em que Pinheiro Machado apare-

retamente abordadas, as idéias dominantes de uma época se refletem sempre nos escritores que, como o autor do *Policarpo Quaresma*, só reagem violentamente contra o que os cerca porque a tudo se sentem indissolùvelmente ligados. Lima Barreto foi bem um homem do seu tempo e da sua terra. Criticava àsperamente o Brasil — não só nos romances e contos, como nos artigos de jornal (...) porque se sabia inteira e completamente brasileiro, prêso ao seu país pela sensibilidade herdada de longínquos avós vindos da África e de Portugal, como mais de uma vez lembrou. (...) Realmente, há alguma coisa de simbólico na sua morte sob o signo da *Revue des Deux Mondes* e da Semana da Arte Moderna. Dois mundos se encontravam nesse morto cuja personalidade fôra tão humanamente contraditória, cuja obra ousada representava a novidade firmemente apoiada na tradição, aproveitando, na fórmula do americano Van Wycks Brooks, o passado utilizável para preparar o futuro." (Lúcia Miguel Pereira: op. cit., pág. 312-313.)

[271] Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., págs. 810-811, II.

cia sentado, carregando ao colo Rosa e Silva, o seu último rebento senatorial.

O grande tema do exterior era, evidentemente, a guerra irrompida em julho de 1914. As simpatias da imprensa iam tôdas quase para os Aliados: a 7 de agôsto, pela *Gazeta de Notícias,* Paulo Barreto dava o tom, no artigo "O Imperador Louco": "Não só nós latinos, nós filhos do Mediterrâneo, a pia batismal da civilização perfeita, sentimos o horror do grande mal. Tôdas as raças, todos os povos hão de sofrer-lhe as conseqüências. Os escombros do esfôrço universal clamarão contra o frenesi do Imperador Louco que incendeia a terra e a encharca do sangue de milhões de homens". No *Imparcial,* a 24 de agôsto, José Veríssimo escrevia: "O universal movimento de simpatia pela França é menos amor desta que reprovação da Alemanha, do regime político-militar que ela se deu e da arrogância que lhe insuflou uma quem sabe se não exagerada confiança na sua fôrça." Em setembro, depois da batalha do Marne, Veríssimo escreveu o artigo "O Dever da América", pregando a intervenção contra a Alemanha; assumia a presidência da Liga pelos Aliados, com a ajuda de Graça Aranha e Nestor Vitor. Mais sereno, a 13 de outubro, no mesmo *Imparcial,* João Ribeiro estudava o problema da neutralidade. Os germanófilos eram poucos, Oliveira Lima entre êles; Antônio Tôrres ficava como simples simpatizante; o grosso dos escritores formava com os Aliados: Bilac, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque. Acreditavam, sinceramente, que aquela guerra era destinada a salvar a civilização, que os alemães assassinavam crianças belgas. Apareciam livros belicosos. Mas havia contrastes, naturalmente: Lima Barreto escalpelava as causas do conflito, combatia os seus aproveitadores, mostrava a tolice da idéia de civilização ligada à luta militar; Mário de Andrade, nos versos de *Há uma gôta de sangue em cada poema,* adotava posição de fundo pacifista. O frenesi aliadófilo prossegue e cresce, com a entrada dos Estados Unidos na guerra. A 17 de abril de 1917, confirma-se o torpedeamento do navio brasileiro *Paraná* por submarino alemão. A 10, à noite, chega a S. Paulo o telegrama anunciando o rompimento com a Alemanha. No largo de São Francisco, realiza-se comício de estudantes e, estùpidamente, a polícia espaldeirava o povo, na praça Antônio Prado. O *Estado de São Paulo,* no dia seguinte, frisava que "o primeiro sangue que se verte em terra brasileira é sangue paulista, derramado por soldados de São Paulo". A 12, a multidão empastela o *Diário Alemão.*

Em outubro, Bilac realiza a campanha pelo serviço militar obrigatório, e surge a Liga Nacionalista.[272] A 17 de setembro era prêso, na Inglaterra, acusado de espionagem, o jornalista brasileiro José do Patrocínio Filho, transferido para o cárcere de Reading em janeiro de 1918 e libertado a 23 de janeiro de 1919, e que, de regresso ao Brasil, publicaria, na *Gazeta de Notícias,* os artigos reunidos no livro *A Sinistra Aventura,* de 1923.

A imprensa paulista vinha em grande desenvolvimento: a 2 de fevereiro de 1912, Plínio Barreto lançara a *Revista dos Tribunais,* quinzenário que logo conquistou prestígio; em 6 de março de 1914, Gelasio Pimenta punha em circulação *A Cigarra,* revista ilustrada; em 1915, começava a circular o escandaloso semanário de Benedito de Andrade, *O Parafuso*. Por essa altura, irritado com as queimadas dos caboclos nas fraldas da serra da Mantiqueira, que destruíam os capoeirões próximos de sua fazenda no Buquira, município de Caçapava, um fazendeiro enviou à seção "Queixas e Reclamações" do *Estado de São Paulo* o trabalho "Velha Praga", a que o jornal, inteligentemente, deu destaque, publicando fora daquela seção. Assim estimulado é que o fazendeiro José Bento Monteiro Lobato foi enviando ao jornal o que tinha na gaveta e novas coisas que escrevia, contos e artigos, e o público se foi habituando a admirar o seu estilo fácil, correntio, simples, claro, muito diferente do dos escritores que colaboravam nas fôlhas da época. Quando deu por si, o fazendeiro estava em S. Paulo, "a dirigir a *Revista do Brasil,* a escrever e a editar livros, e sobretudo a revolucionar, sem pensar na coisa, a produção, comércio e distribuição

[272] O *Estado de São Paulo* deu ampla cobertura à campanha de Bilac. A 29 de outubro de 1917, publicava grande reportagem feita entre os estudantes que haviam organizado, na Faculdade de Direito, o Centro Nacionalista, destinado "ao reerguimento do caráter nacional". No inquérito entre os estudantes, fica claro que "não há nada de comum entre o nacionalismo brasileiro e o nacionalismo europeu", pois pretende "a exaltação de tudo o que é nacional, a preservação da unidade nacional". O repórter indaga sôbre a posição dos estudantes "quanto a certos problemas de mais imediata solução, como a nossa invasão pelo capital estrangeiro, a transformação do nosso país em vasta feitoria explorada por sindicatos europeus". Resposta: "Êsse fato, que o Dr. Alberto Tôrres magistralmente apontou no seu livro *O Problema Nacional Brasileiro,* entende diretamente com a riqueza nacional, cujo desenvolvimento o nacionalismo propugna como base do prestígio e da fôrça." Entre os estudantes que esposavam tais idéias estava Júlio de Mesquita Filho.

de livros em todo o país".[273] Na *Revista do Brasil*, realmente, Monteiro Lobato começa, preludia o movimento modernista. Como Lima Barreto, êle é um precursor, apesar de certas incompreensões, particularmente no terreno da pintura.[274] A *Revista do Brasil*, inclusive, revelou novos escritores, como Gastão Cruls, que usava o pseudônimo de *Sérgio Espínola*. A grande obra de Lobato, entretanto, foi a editorial: "E assim, de entremeio com novas edições dos *Urupês*, que com o seu *Jeca* cada vez mais agitava a literatura, a política e a sociologia indígenas, outras obras foram sendo mandadas para o prelo, e depois àvidamente absorvidas pelo público, como as *Idéias de Jeca Tatú*, do mesmo Lobato, a suave, idílica, amena e cativante *Vida Ociosa*, de Godofredo Rangel, *Madame Pommery*, do endiabrado Hilário Tácito, *Livro de Horas de Soror Dolorosa*, do já vitorioso Guilherme de Almeida, e já não me lembro bem quantos nem que outros livros foi a *Revista do Brasil* despejando por êsse país afora, tudo igualmente absorvido com a mesma sofreguidão pelo público, ante o pasmo de todos, desde o Lobato até os velhos rivais do ofício que, atônitos e maravilhados, andavam vesgos, sem atinar com a chave de tão escandaloso mistério."[275]

[273] Leo Vaz: op. cit., pág. 66.

[274] Não se pode considerar modernismo, evidentemente, a estréia de Menotti del Picchia, em 1913, nem o seu poema *Moisés*, de 1917, ano em que, numa edição de 500 exemplares, feita em Itapira, apareceu o *Juca Mulato*; a palavra *mulato* era insólita, surgia escandalosa, mas não constituía símbolo de modernidade. Lasar Segall, em março de 1913, expusera em S. Paulo, com boa crítica. Em 1917, Anita Malfatti realiza a exposição a que se refere Monteiro Lobato, em sua crítica de 20 de dezembro dêsse ano, no *Estado de São Paulo*, edição da noite, a que Osvald de Andrade, sem referência direta, respondeu, pelo *Jornal do Comércio* de 11 de janeiro de 1918.

[275] Leo Vaz: op. cit., pág. 74. Leo Vaz explica ainda: "A primitiva rêde de livrarias consignatárias foi aumentando e completando-se, até que já dificilmente haveria no Brasil uma freguesia ou povoado, onde houvesse dois ou três sujeitos capazes de adquirir e ler livros, aonde não chegasse pelo menos um pacote mensalmente com exemplares das edições da *Revista do Brasil*. (. . .) Até que, com o êxito alvissareiro da *Menina do Narizinho Arrebitado*, que patenteou nôvo veio do talento de Lobato, convenceu-se êle de que não podia continuar na dependência de tipografias alheias para a feitura de suas edições. O que atesta quão próspero era, nessa altura, o seu negócio. Usando então o crédito de que merecidamente dispunha, cuidou de montar oficina própria; e para isso encomendou nos Estados Unidos todos os ma-

O *Estado de São Paulo*, através do qual Monteiro Lobato se tornara conhecido, empenhara-se a fundo na campanha civilista, em 1910, época em que passara a contar com Amadeu Amaral na redação. Voltara à propriedade individual de Júlio de Mesquita, em 1914, e transferira as oficinas para a rua 25 de Março, próximo à ladeira Pôrto Geral, onde ficariam até 1928. Ricardo Figueiredo era agora o gerente; Nestor Pestana, o secretário. Durante a Guerra Mundial, passara a receber notícias pelo telégrafo sem fio e lançara a edição da tarde, o *Estadinho*. Nela brilharia Voltolino que, depois de ilustrar, no Rio, em 1908, *O Malho* e o *D. Quixote*, êste de Bastos Tigre, passara a S. Paulo, trabalhando em *O Pirralho*, de Guilherme de Almeida, fundado em 1911, onde o seu forte espírito satírico criaria admiráveis bonecos calcados no tipo ítalo-brasileiro. Passara, depois, ao *Pasquino Coloniale* e ao *Saci*, de Cornélio Pires, acabando por fixar-se no *Estadinho*.[276] Essa edição vespertina cessou de circular quando a Guerra Mundial chegou ao fim. Foi aí que, como remate de seus males, ela nos mandou a chamada "gripe espanhola", em 1918: a gripe devastou a redação do *Estado*, que pôde continuar a sair pelo esfôrço de dois *sapos*, Léo Vaz e Monteiro Lobato, o primeiro incorporado à redação logo em seguida. Em 1919, o *Estado* apoiaria, novamente, a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, resultante do impasse político a que levara a divergência entre os três Estados líderes dos destinos nacionais quando Nilo Peçanha, chefe do situacionismo fluminense, lançou o nome do grande baiano, secundado logo pelos dois jornais mais combativos da capital do país, o *Correio da Manhã* e o *Imparcial*. Foi, mais uma vez, inútil: as eleições, realizadas em 13 de abril de 1919, deram a Rui, oficialmente, 118.303 votos; a Epitácio, 249.342. A 18 de julho, Epitácio tomava posse na presidência da República.

quinismos, aparelhos e material para o moderno estabelecimento gráfico com o qual pretendia dotar a já legalmente constituída Companhia Editôra Monteiro Lobato. E quando estavam prestes a chegar a Santos as primeiras remessas da considerável encomenda, sobreveio o imprevisto: uma súbita retração de crédito, que temporàriamente cerrou todos os guichês e carteiras de empréstimos dos bancos, paralizando os principais centros financeiros do país." (Leo Vaz: op. cit., págs. 80-85.)

276 Lemmo Lemmi (1884-1926), conhecido como Voltolino, notabilizou-se, depois, como ilustrador das fábulas de Trilussa e das histórias infantis de Monteiro Lobato.

Foi num dos discursos da campanha sucessória que Rui Barbosa fêz referência ao tipo criado por Monteiro Lobato, o *Jeca*, dando ressonância nacional aos seus traços: "O que se deu com o artigo de Monteiro Lobato, ao aparecer no *Estado* em 1917, foi que êle veio como um balde de água fria numa fervura mais ou menos fátua que por todo o país andava então grassando. Ia nessa época pelo Brasil, no auge, aquilo que o sr. Gilberto Freyre polidamente chama de 'exaltação lírica do caboclo'. Do 'nosso caboclo', que é como todo mundo derretidamente a êle se refere, pondo porém nesse possessivo, inconscientemente, certo sentido deprimente, como quem se refere a um ser estranho, ou anormal, com o qual malgrado tôdas as suas admiráveis prendas, ninguém, no fundo, quer ser aparentado... Entretanto, quem topou de perto e teve com o tal caboclo, tanto no vale paulista do Paraíba, como em qualquer outra velha zona do Estado, não pode deixar de anuir, sendo sincero, em que o *Jeca Tatú* de Lobato é o mais fiel, completo e rigoroso retrato que de um tipo jamais se fêz. Por tôda parte, à beira da Central do Brasil, da Sorocabana, da Paulista, da Araraquarense, da Mogiana, ou nos arredores, mesmo, de S. Paulo, é o 'nosso' caboclo o mesmíssimo piolho da terra, preguiçoso, vadio, feio, sujo, regularmente bronco, poço de superstições e de não-presta, tal qual, senão mais ainda, o viu e retratou Lobato. Um que outro, por exceção, será algo matreiro, ou ladino, esperteza que entretanto sòmente aplica em empulhar ou tapear o próximo, tirar o corpo a tôda e qualquer espécie de responsabilidade, em furtar-se a qualquer obrigação ou esfôrço metódico e portanto útil e produtivo."[277]

Ora, o que a pena agílima de Lobato, a palavra acatada de Rui, o lápis de alguns ilustradores e, principalmente, os meios de divulgação estão vigentes, livro e jornal, acabaram por fazer, em prejuízo da realidade e contribuindo para que as atenções dela se distanciasesm, era retratar superficial e fielmente um feixe de mazelas, sem indagar de suas causas. Exato nos detalhes exteriores — preguiçoso, ignorante, doente, desmazelado, improdutivo — o *Jeca* falseava o que havia de profundo nessas mazelas tôdas e distraía a curiosidade que as buscasse. O próprio Lobato reconheceria isso, muito mais tarde, mas o mal já estava feito. O que não se queria ver era a verdade do latifúndio: o *Jeca* era o produto humano e

[277] Leo Vaz: op. cit., págs. 90-91.

natural do latifúndio, a representação de sua fonte de miséria, de ignorância, de superstição, de atraso, de doença, de improdutividade. De sorte que, ao fim de contas, era um falso retrato e, de tôda maneira, um falso tipo. E isso era divulgado, essa deformação da realidade, quando S. Paulo contava já, em 1920, com cêrca de 20 editôras, representando capital entre 3.500 e 4.000 contos de réis; lançando 203 títulos no ano, com tiragem global superior a 900.000 exemplares, sendo 2/3 de livros didáticos e apenas 100.000 de literatura; *Urupês* vendera 8.000 exemplares, em 1920; *Alma Cabocla,* de Paulo Setúbal, 6.000, em duas edições, — tudo conforme dados da *Revista do Brasil,* em seu número 63, de março de 1921. O que não se vendia ainda era a poesia de *Paulicéia Desvairada,* de Mário de Andrade, versos divulgados em 1920, mas só consagrados em livro em 1922.

A imprensa evoluía também no Rio de Janeiro. Por ocasião da revolta dos marinheiros, em 1910, o *Jornal do Brasil* chegara a tirar cinco a seis edições diárias; a fôlha passara, em janeiro dêsse ano, para o nôvo edifício, à Avenida Central, apregoado como "o mais alto da América do Sul"; usava agora máquinas de escrever na redação, desde 1912; apresentava, em 1913, anúncios coloridos na última página; o jôgo do bicho, em 1915, passava a ocupar uma página inteira. Noticiando, nesse ano, a hipoteca da ferrovia Madeira-Mamoré ao *Empire Trust,* o *Jornal do Brasil* protestava contra "êsse primeiro passo para a absorção ianque da Amazônia", contra "êsse golpe aventureiro que ameaça a nossa soberania territorial". O seu parque gráfico, em 1916, é o maior da imprensa brasileira, compreendendo 12 linotipos, 3 monotipos, a maior e mais moderna máquina de impressão. Sua reportagem sôbre o naufrágio da barca *Sétima,* na Guanabara, em 1916 é excelente; no ano seguinte, chega a publicar cinco clichês sôbre a Guerra Mundial; em 1918, tem outro sucesso de reportagem, quando do rapto do filho do Dr. Frederico Eiras, em Copacabana; seu noticiário do Armistício, em novembro, é moderno, movimentado, escandaloso mesmo. Pioneiro em muitos setores, tendo apresentado, em 1893, a primeira seção feminina da imprensa brasileira, a cargo de Clotilde Doyle; antecipando-se, com as caricaturas de Celso Hermínio, Julião Machado, Raul, Luís Peixoto, Plácido Isasi, Calixto, *Bambino,* Amaro, Fritz, L. Heitor, e nas histórias em quadrinhos, escritas por Batista Coelho (*João Foca*) e ilustradas por *Bambino,* — o *Jornal do Brasil* continuaria pioneiro quando, em

1912, passa a dedicar página inteira ao esporte. A 30 de dezembro de 1918, a emprêsa muda e o nôvo redator-chefe é Assis Chateaubriand, que viera de Pernambuco, onde conquistara, em 1915, em concurso de resultado muito discutido, a cátedra de Filosofia do Direito, na Faculdade do Recife, depois do resultado empatado com Joaquim Pimenta. Chateaubriand ensaia vôo para as grandes atividades jornalísticas que logo empreenderá. Em 1918, Ernesto Pereira Carneiro, feito conde papalino no ano seguinte, é o nôvo proprietário do jornal, que envia Oto Prazeres para cobrir, na Europa, a Conferência da Paz. O *Jornal do Brasil* anota, nesse mesmo ano, que "já se observa de tudo no Rio, até mulheres fumando". Lança, em 1920, o vespertino *A Hora* e tem, em 1921, o monopólio dos pequenos anúncios: 85% do espaço do jornal é ocupado por êles. Osório Duque Estrada faz o registro literário; Barbosa Lima Sobrinho é o nôvo repórter político; como o jornal quer ser principalmente pernambucano, Aníbal Freire vai dirigi-lo, com poucas interrupções, de 1922 a 1961.

Se, incontestàvelmente, o *Jornal do Brasil* apresenta-se, ao lado do *Jornal do Comércio*, como grande emprêsa, o órgão popular por excelência continua a ser o *Correio da Manhã*, fôlha de oposição, vibrante, escandalosa às vêzes, veemente sempre. Não poupa o govêrno de Epitácio Pessoa, em campanhas virulentas. Traz as hostes dominantes em permanente sobressalto.[278] Na *Gazeta de Notícias*, destaca-se uma figura de cronista, a de Antônio Tôrres: nascera em Diamantina, em 1885 e, ainda no seminário, escrevera na *Estrêla Polar*, órgão da diocese, e, depois de ordenado, as sarcásticas *Cartas Paulistas*, que enviava de Botocatu, com um descomedimento que levaria, pouco adiante, o cardeal a adverti-lo.

[278] "A oposição jornalística, porém, teve maior repercussão e caráter mais pessoal. Envolveu na mesma condenação e confundiu no mesmo ódio o Presidente da República e o candidato que as fôrças políticas majoritárias apresentavam à sua sucessão. Encheu de suas invectivas os dois últimos anos do Govêrno, até o brusco silêncio a que a reduziu o estado de sítio, em julho de 1922. A campanha jornalística contra Epitácio Pessoa foi conduzida pelo *Correio da Manhã*, secundado pela *A Noite*, *O Imparcial*, a *Gazeta de Notícias*, *O País*, a *Vanguarda*, etc. Naquele tempo, o *Correio da Manhã* já era, com o *Jornal do Comércio*, o nosso principal matutino, mas, ao contrário dêste, era um órgão tradicional da oposição. Daí lhe advinha a sua imensa popularidade." (Laurita Pessoa Raja Gabaglia, op. cit., pág. 434, I.)

o que o impulsionou ao abandono da batina. Na *Gazeta de Notícias,* suas críticas ferinas, mordazes, irreverentes, causaram sensação. Não poupava Paulo Barreto, mas desancava também Hermes Fontes, Antônio Austregésilo, Félix Pacheco, Ataulfo de Paiva, Guiherme de Almeida e tantos outros. Humberto de Campos descreve-o assim: "Nôvo Isaías, êle não perdoava ninguém. Figuras as mais respeitáveis foram por êle investigadas e reduzidas à sua condição natural. Costumes e pessoas, livros e autores, apóstolos e idéias, tudo sofria análise impiedosa, que valia por uma autópsia. E suas crônicas foram transformadas em livros. E as edições de seus livors se esgotaram. E Antônio Tôrres foi, na língua pura em que escrevia, o escritor mais admirado e lido, na sua hora, no Brasil." Antônio Tôrres combateu dura e abertamente o domínio que o comércio português exercia sôbre a imprensa do Rio, mas levou o seu combate a uma inconseqüente lusofobia, acabando por escrever *As Razões da Inconfidência,* para desabafar. Suas crônicas foram recolhidas aos livros *Verdades Indiscretas, Pasquinadas Cariocas* e *Prós e Contras.* Passou a cônsul em Londres, em 1925, e ali morreu, em 1934, a 16 de agôsto. Gastão Cruls publicou um volume de sua correspondência.

Os escritores continuavam a salvar o orçamento doméstico servindo à publicidade comercial que se desenvolvia.[279] Como tôdas as fases de ebulição política, a que se abriu com o após-guerra foi propícia aos caricaturistas e ilustradores. Fritz, que estreara em 1910, aos quinze anos, em *O Malho,* brilharia em *Figuras e Figurões,* semanário ilustrado de outro artista do lápis, Amaro Amaral, que começou a circular em 1913, contando também com Raul, Calixto, Vasco Lima, Seth e outros; ingressou, depois, em

279 "Como era natural, o resultado pecuniário da primeira edição fôra bem vasqueiro, tanto para o autor como para o editor. Ora, a êsse tempo eu fizera, para o Laboratório do Biotônico Fontoura, o seu primeiro almanaque. Assim, ao aparecer nas livrarias o meu primeiro livro, distribuíam também as farmácias de todo o país essoutro produto de minha literária atividade. E um dia, ao chegar à *Revista,* entregaram-me um envelope, que para isso ali deixara o nosso amigo Fontoura, com um cartão de agradecimento e um cheque para remuneração do meu serviço. Mostrei ambos ao Lobato, fazendo notar que o Almanaque que apenas me tomara uma semana de atenção e trabalho, me rendera quantia três vêzes maior que o romance, em cuja escrita eu pusera os ócios de quase cinco anos de magistério..." (Leo Vaz: op. cit., págs. 205-206.)

A Época, de Vicente Piragibe, e colaborou no *Jornal do Brasil, A Noite, A Manhã, Crítica, O Globo, O Radical* e *Para Todos,* figurando com destaque no Primeiro Salão dos Humoristas, realizado em 1916. Foi o criador de tipos populares inimitáveis, como o do vagabundo e o do pequeno jornaleiro particularmente. Ilustrada era também *A Maçã,* fundada e dirigida por Humberto de Campos, que se assinava *Conselheiro XX;* a revistas era de frascarices, mas tinha excelente apresentação gráfica, ilustrada por gente como Calixto, Romano, Guevara, e circulou de 1922 a 1929. Em 1921, aparecia o *Almanaque do Eu Sei Tudo,* da emprêsa Editôra Americana, também ilustrado. O primor gráfico estaria, porém, com a *Ilustração Brasileira,* revista de luxo, cujos números de setembro a dezembro de 1922 foram copiosamente ilustrados por J. Carlos, que faria também, no *Para Todos,* cuja direção, a partir de 1922, repartiu com Álvaro Moreyra, capas primorosas, vinhetas, capitulares e as extraordinárias *charges* que o fixaram como um dos nossos maiores artistas.[280]

[280] José Carlos de Brito e Cunha (1884-1950), celebrizado como J. Carlos, estreou em *O Tagarela,* em 1902. Único dos quatro irmãos que não estudou desenho, "ninguém exerceu com maior dignidade profissional a sua arte do que êsse incomparável desenhista, cujas criações, da mais bela e escorreita execução e do mais fino gôsto, aliados à graça do motivo e à elegância do traço, encheram durante quase meio século as páginas das nossas melhores revistas ilustradas". O seu vulto esgalgo, segundo Ruben Gil, "estabeleceu o esguio marco assinalador do advento da zincogravura na ilustração da imprensa — liberto o periodismo da litografia a *crayon* ou xilogravura a buril sôbre traços de grafite". Sucessor natural de Ângelo Agostini, colaborou em *O Tagarela,* de 1902 a 1903;*A Avenida,* de 1903 a 1904; *O Malho, Século XX, Leitura Para Todos, O Tico-Tico, Almanaque de O Malho* e *Almanaque do Tico-Tico,* de 1905 a 1907; *Fon-Fon,* de 1907 a 1908; *Carêta,* de 1908 a 1921 e de 1935 a 1950; *O Filhote da Carêta,* de 1910 a 1911; *O Juquinha,* de 1912 a 1913; *D. Quixote, A Cigarra, A Vida Moderna, Revista Nacional, Eu Sei Tudo, Revista da Semana,* de 1918 a 1921; diretor artístico das publicações da emprêsa *O Malho,* ilustrando *Para Todos, Ilustração Brasileira, O Malho, O Tico-Tico, Cinearte, Leitura Para Todos, Almanaque do Malho, Almanaque do Tico-Tico,* de 1922 a 1930; *O Cruzeiro* e *Fon-Fon,* de 1931 a 1934; além de *A Noite, A Lanterna, A Nação, A Hora* e *Beira-Mar.* "Êle encontrou a figura isolada, sem acessórios que revelassem meio social ou ambiente doméstico e levou-a para a verdade dos interiores luxuosos ou miseráveis, encerrando-a na decoração correspondente à sua condição na existência, meteu-a com exatidão nas roupas contemporâneas. Foi dos primeiros a cari-

Duas grandes figuras dominam a imprensa da época: Alcindo Guanabara e Paulo Barreto; sob alguns aspectos, caracterizam-na mesmo. O primeiro, mais jornalista do que escritor; o segundo mais escritor do que jornalista. Alcindo Guanabara, da fase em que o movimento abolicionista se avolumou, dominando a imprensa, à fase final da Guerra Mundial, foi o jornalista político por excelência, ora usado pelos escravocratas para combater a onda abolicionista avassaladora, ora para defender as idéias republicanas; no início do século XX, atacando o Govêrno e sofrendo por isso; depois, servindo ao Govêrno com a fidelidade do escriba, — e em todos êsses lances trabalhando bem, escrevendo com clareza e com brilho; no fim, cético, desencantado consigo mesmo, apesar da notoriedade e das recompensas, vivendo o drama do homem inteligente que se conformou em servir a mediocridade; e terminando por figurar em episódio quase anedótico, que ficou inserido em sua vida como irreparável mácula, para os que o conhecem e repetem. Nada, em verdade, chegou para compensar a descaída do jornalista-servidor que foi, — nem a glória acadêmica, nem a notoriedade entre os pares, nem as funções públicas eminentes que desempenhou. Êsse homem incontestàvelmente capaz, lúcido, inteligente, consentiu sempre em apagar-se, em conformar-se, em submeter-se. Polemista seguro, como provou ser algumas vêzes, no início de sua carreira principalmente, acabou aceitando traduzir apenas o pensamento alheio e limitou o seu prestígio e encontrou o seu público no restrito círculo dos que se interessavam pela pequena po-

caturarem o indivíduo sem esquecer o meio. Com paciente dedicação, estudou e observa a contínua oscilação dos nossos costumes, a cuja transformação acompanha. Fêz das suas caricaturas verdadeiros quadros, nos quais se reflete, como em límpidos espelhos, ora grotesca, ora banal, por vêzes bela, em vários aspectos — a nossa vida social." (*A Carêta,* de 9 de outubro de 1910). Trabalhador infatigável, J. Carlos, em seus desenhos, glorifica a mulher e gera tipos, tendo, por isso, dimensão universal; soube, como nenhum outro, captar o espírito carioca; embalou a infância e fascinou os adultos. Tendo estreado, sob a direção de Raul e Calixto, no *Tagarela,* depois de ter abandonado em meio o curso ginasial, dedicou-se inteiramente à arte em que se imortalizaria, morrendo, fulminado, diante de sua prancheta de desenho, na *Carêta.* Em 1950, realizou-se no Rio a grande exposição retrospectiva de sua obra e o Ministério da Educação editou álbum de seus desenhos. J. Carlos foi um mestre de seu ofício e sua obra é, como as de Debret e Rugendas, um quadro de costumes, e, como a de Agostini, uma crítica social e política.

lítica.[281] Tinha consciência de seu papel e sofria por isso, mas sem capacidade para libertar-se, refugiando-se em reserva, em silêncio, em isolamento. Gilberto Amado deixou, sôbre isso, depoimento elucidativo, contando episódio ocorrido com o jornalista, após saírem da casa de Pinheiro Machado, instruídos sôbre o que escrever: "Saí com Alcindo que me levou à Casa Carvalho e, diante de aperitivos — eu ignorava até então que Alcindo dera para gostar de bebida — aquêle obelisco de silêncio abriu-se comigo em confidências. Rasgou-se todo. Ó conversa! Grande parte dela não posso reproduzir. De uma franqueza estarrecedora. Impublicável. O amargor daquele grande espírito! — 'Vão fazer com você o que fizeram comigo. Sugar... tirar tudo de dentro de você... e manter você em situação sempre subalterna. Defenda-se. Reserve-se. Senão você se perde.'"[282]

O perfil de Alcindo Guanabara, que deveria considerar seu papel no advento da República, sua campanha contra o govêrno de Prudente de Morais, que lhe valeu a prisão na ilha de Fernando de Noronha, alguns aspectos de seus trabalhos parlamentares, estudos sôbre problemas nacionais, reduzidos a livro ou não, discursos no Congresso e intervenções nas comissões da Câmara e do Senado, de grande lucidez na análise e nos julgamentos — acabou vincado pela triste anedota do artigo contra Cristo, contada e recontada dezenas de vêzes, de bôca em bôca, de ouvido em ouvido, registrada já em um sem número de depoimentos escritos, desde discursos acadêmicos até livros de memórias, sem falar nos numerosíssimos artigos de jornais e revistas, fixando-se em sua imagem, a que dêle se guarda até hoje, como indelével marca. Essa fixação foi poderosamente ajudada a partir da narração de Carlos de Laet, ao receber, na Academia Brasileira de Letras, a D. Silvério Gomes Pimenta: "Em certo jornal, cujo redator-chefe costumava publicar artigos religiosos na Semana Santa, aconteceu que uma certa vez não o pôde fazer. Para o substituir foi então convidado

[281] Alcindo Guanabara era, na realidade, pouco lido: "Alcindo Guanabara, em período de descrença política e de grande paixão por Mme. Chrysanthème, pseudônimo de uma filha de Carmen Dolores, a cronista do *O País*, raramente vinha à redação à noite e numerosas vêzes não mandava o artigo de fundo, esperado tôdas as manhãs por Pinheiro Machado, deputados, senadores e confrades de imprensa — seu reduzido público." (Gilberto Amado: op. cit., pág. 27.)
[282] Gilberto Amado: op. cit., pág. 437.

um jornalista emérito. Erudição, talento, estilo. nada lhe faltava. Em breve ficou tudo ajustado: dimensões do artigo, local em que seria estampado, e também o preço da colaboração. Mas o articulista, por vêzo do ofício, tinha muitas almas, e, antes de se despedir, indagou qual conviria no momento. — 'Já sei, disse, que tenho de escrever sôbre o Cristo: mas pró ou contra?" Embora Félix Pacheco tivesse contestado, desde logo, a versão de Carlos de Laet, é curioso que Alcindo Guanabara não o tivesse feito, antes, quando tudo circulava sob a forma de anedota, muito contada em rodas jornalísticas; e que Tobias Monteiro, secretário do *Jornal do Comércio,* quando o fato teria ocorrido, não desse dêle versão diversa, na essência. O episódio foi contado muitas outras vêzes, por variados narradores: a versão de Luís Edmundo, por exemplo, é completamente diferente, embora não isente Alcindo Guanabara da acusação fundamental.[283]

[283] A êsse respeito, M. Paulo Filho, sob pseudônimo, escreveu, no *Correio da Manhã* de 28 de janeiro de 1965, crônica em que a versão é também diferente: "A propósito, o orador (Hélio Marques) lembrou a fantasia caluniosa do curto diálogo de Alcindo Guanabara com o comendador Botelho, então gerente do *Jornal do Comércio,* cujo diretor-proprietário era José Carlos Rodrigues. (...) 'Engenho e arte, meu caro Alcindo, alertou Botelho, para que o velho, ora no estrangeiro, se engane a si mesmo, pensando que o serviço saiu de seu próprio punho.' (...) O jornalista teria perguntado ao gerente se o artigo era *contra ou a favor de Cristo.* Contra, preço mais caro por ser assunto mais difícil num país católico. Logo a malícia venenosa propalou que em Alcindo o senso crítico era mercadoria que se pagava com dinheiro de contado. Alcindo, homem político, parlamentar e polemista em ação, tinha inimigos, que o não perdoavam. Também êle e Botelho depois disso silenciaram. (...) Lauro Müller, segundo Medeiros e Albuquerque, foi quem restabeleceu a verdade em tudo isso. Explicou. Quando Alcindo indagou de Botelho se o artigo era *contra ou a favor de Cristo,* sabia bem o que perguntava. José Carlos Rodrigues tinha uma religião diferente. Não era a do Cristo dos católicos. Era anabatista, mal encarada pelos reformistas de Lutero e combatida pelos bispos de Leão X. A fé tinha de preceder ao batismo." A 30 de janeiro de 1965, o *Correio da Manhã* publicava, sôbre o mesmo assunto, carta do jornalista Fernando Segismundo a M. Paulo Filho: "Pela sua crônica de ontem e através da explanação produzida na véspera, no *plantão* da Ordem dos Velhos Jornalistas, ficamos sabendo que o episódio é verdadeiro, porém despido da intenção indigna que lhe deram os inimigos do jornalista à época, e que a lenda, a seguir, vem projetando e deturpando cada vez mais. Alcindo, realmente, fêz a famosa indagação, mas para sintonizar com José Carlos Rodrigues, que era *anabatista.* O redator queria, antes, assenhorear-se

O episódio que, em tôdas as versões, confirma em Alcindo Guanabara uma posição dolosa, poderia, inclusive, ser falso: êle, na verdade, aparece como caricatura, isto é, como desenho que realça defeitos, mas defeitos existentes, não inventados; se não tivesse ocorrido, seria verossímil. Traduziu, em têrmos anedóticos, uma relação real, aliás confirmada no amargo diálogo com Gilberto Amado. A importância dessa relação, que já era dominante na imprensa da fase industrial em início — e hoje é absoluta — está na singularidade da figura de Alcindo, pelo prestígio e pelo valor próprio que ostentava. Alcindo Guanabara, assim, não foi apenas pelos seus dotes profissionais um dos mais eminentes jornalistas de seu tempo, — foi típico representante do que era, em essência, a imprensa naquele tempo.[284] A deficiência denunciada no episódio

da orientação filosófica a imprimir ao trabalho. Não cuidava de pecúnia, mas da tese a veicular... Disse-lhe na O.V.J. e repito-o agora: para mim, descontada a questão da venalidade — que nunca apadrinhei — a versão de Lauro Müller, por V. divulgada, prova, de qualquer modo, a volubilidade, a falta de pundonor profissional, digamos assim, de Alcindo Guanabara, pois não lhe repugnava evocar um Cristo ortodoxamente católico, ou um rìgidamente protestante. O fao, motivado por dinheiro ou por desejo de sintonizar com o poderoso empresário, não é singular, nem há, em conseqüência, por que atingir-se a memória de Alcindo. Diàriamente, hoje mais do que ontem, nas redações dos jornais, das radiodifusoras, das televisões e das emprêsas cinematográficas, os jornalistas escrevem consoante o figurino da casa; ou então procuram outros misteres, onde a independência, a altivez que lhes vinquem a individualidade tenham ocasião de afirmar-se e revigorar-se. Jornalista é assalariado e não pode manifestar pruridos de personalismo, — salvo as raríssimas exceções à regra. Triste verdade de nosso ofício, que nós — eu, você e muitos outros — lamentamos sem poder afastar."

[284] Alcindo Guanabara (1865-1918) nasceu em Magé, província do Rio de Janeiro, filho de professôres; estudou em Petrópolis e, iniciando, no Rio, o curso de Medicina, abandonou-o para dedicar-se ao jornalismo, depois de ter sido porteiro e inspetor de meninos. Redigiu *A Fanfarra*, na Faculdade, e entrou como varredor para a *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio, onde trabalhavam Raul Pompéia e Luís Murat; no dia em que faltaram os redatores, escreveu todo o jornal, e passou a ser um dêles. Foi escolhido pelos conservadores para, em 1887, dirigir o *Novidades*, destinado a combater o movimento abolicionista; dirigiu o *Correio do Povo*, de Sampaio Ferraz, batendo-se pela República. Trabalhou em *A República*, de 1896 a 1897, e na *Tribuna*, onde combateu o govêrno de Prudente de Morais, o que lhe valeu a prisão e o confinamento em Fernando de Noronha, sendo libertado,

de forma tão contundente não pode, de resto, ser analizada isoladamente — como deficiência de Alcindo Guanabara, o indivíduo — mas no contexto das condições que a geraram e impuseram como normal. Nenhuma pessoa pode responder sòzinha pelos males da sociedade a que pertence, pelas suas mazelas, mesmo quando as encarna e tipifica.

A outra figura destacada do jornalismo da época, e que sobreviveu alguns anos a Alcindo Guanabara, teve, realmente, mais de homem de letras do que de homem de imprensa, mas, sob aspectos diversos, tipificou também o jornalismo do tempo, inclusive porque participou da transição da fôlha quase puramente literária — até as políticas, antes, padeciam disso — para a fôlha em que a informação começava a ganhar destaque, acabando por dominar a opinião. Paradoxalmente, enquanto escritor, Paulo Barreto acompanhou muito de perto os defeitos da época; como jornalista, sua contribuição não foi no terreno da linguagem, portanto, mas no uso de métodos, que, não sendo novos, foram apurados por êle, aproveitados, praticados com inteligência, a entrevista e o inquérito e a reportagem em particular. O título de inovador, que alguns lhe atribuem, parece imerecido, e o é, sem a menor dúvida, quanto à reportagem. O juízo de Lúcia Miguel Pereira é exatíssimo: "Não é o Rio tão humano e tão brasileiro, de Machado de Assis e Lima Barreto, que aqui se evoca, mas o Rio cosmopolita dos *snobs*, sempre com um pé nos transatlânticos; dos *five ó clock teas* substituindo as boas merendas, dos pardais importados afugentando os pássaros nacionais, de gente sofisticada, cheia de vícios elegantes,

a 16 de abril de 1898, por *habeas-corpus* impetrado por Rui Barbosa. Foi redator do *Jornal do Comércio*, redator-chefe de *O País* e *O Dia* e diretor de *A Imprensa*, onde defendeu a candidatura Hermes da Fonseca à presidência da República. Usou os pseudônimos: *Aranha Minor*, na *Gazeta da Tarde* e no *Novidades; Marielo*, no *Novidades* e na *Universal;* ali usou também *Diabo* Coxo, e, apenas no *Novidades*, *Mefisto; Scapin*, na *Semana;* e *Pangloss*, em *O Dia* e *O País*. Especializou-se em assuntos financeiros, polemizou com Ferreira de Araújo, José do Patrocínio e Carlos de Laet; foi deputado à Constituinte de 1891, renunciando ao mandato. Publicou: *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*, *O Acre*, *A Presidência Campos Sales*, *Discursos Fora da Câmara* e os discursos parlamentares sôbre *Serviço Militar* e *Caixa de Conversão*. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, falou em nome desta no entêrro de Machado de Assis. Faleceu do coração, a 19 de agôsto de 1918, com 53 anos, quando senador. Dizia: "Eu sou jornalista, e mais nada. Nunca fui outra coisa."

desprezando as domésticas virtudes dos velhos cariocas. (...) ... conservou todos os defeitos incutidos pelo hábito do jornalismo — estilo enfeitado, desejo de armar efeitos, superficialidade de visão — sem revelar nenhuma qualidade nova. (...) Se logrou, com isso, fama de escritor, só pode ser porque traduziu de algum modo o espírito dominante do momento, o espírito da geração do 'Rio civiliza-se', e é sobretudo como representante dêsse espírito que merece figurar na história literária."[285]

Gilberto Amado lhe traçou o perfil, em algumas pinceladas coloridas: "Volumoso, beiçudo, muito moreno, liso de pêlo, Paulo Barreto falava, e Cândido Campos, muito mais moço, um adolescente quase, branquíssimo, a fronte larga, ria às sôltas, com os olhos presos nos do escritor. (...) Paulo achava-se no apogeu do triunfo jornalístico e literário. As maldades que contra êle iriam acumular-se em campanhas destinadas a reduzir e a estraçalhar não só o escritor como o homem, não haviam ainda começado na imprensa. Mantinham-se no morcegar dos cochichos e no zumzum dos cafés, ao largo dos quais passava, insolente de boa fé, totalmente desarmado para nossas lutas, o potente renovador do modo de escrever em jornal e dos meios de comunicação do escritor com o público. As afetações, a pacholice de Paulo Barreto, tão naturais, me faziam rir. Não passavam, como verifiquei na convivência que se seguiu ao nosso encontro, de histrionices de artista que se exibe para receber aplausos: resultavam da sua genuinidade e da sua ingenuidade. Inapto a compreendê-la, a maldade humana o surpreendia como um fenômeno absurdo. Não lhe entrava na cachola que se pudesse ser mau."[286] Por êsse tempo — Gilberto Amado evoca o ano de 1910 — Paulo Barreto estava, realmente, no apogeu, e foi apogeu longo o seu: *As Religiões do Rio* atingia a oitava edição; *A Alma Encantadora das Ruas*, a terceira; *O Momento Literário* era sucesso; falava-se muito do *Jornal de Verão*, das *Crônicas Cariocas*, do *Dentro da Noite;* esperava-se com ansiedade a *Vida Vertiginosa*. Membro da Academia, lido, admirado, Paulo Barreto preocupava-se apenas em administrar essa glória. E há poucos exemplos, mesmo num país de glórias efêmeras como o nosso, nessa época, de sucesso tão transitório, apesar de tão brilhante. Como todos os que colocam as suas energias mais na vida

[285] Lúcia Miguel Pereira: op. cit., págs. 275 e 277.
[286] Gilberto Amado: op. cit., págs. 59-60.

literária do que na obra literária, Paulo Barreto brilhou e passou — apagou-se depressa. Fora os exagêros devidos à amizade, no que toca às qualidades de Paulo Barreto, Gilberto Amado verificou isso também: "Singular destino o de João do Rio! Como desapareceu na cidade transformada o animador da sua transformação! Seu nome nenhum eco desperta nas gerações de hoje. Pouco tempo depois da morte, já não se falava nêle. Entre os literatos não surge sequer um só que o tome para assunto de crônica ou de simples reminiscência da vida da cidade que êle encarnou mais do que ninguém. Com efeito, de 1910 a 1921, data em que se finou, estêve êle sempre presente nos jornais, nas ruas, nos teatros, nos restaurantes, em gabinetes de Ministros, às vêzes na Câmara e no Senado. Sua passagem pela rua do Ouvidor, sua parada na Avenida, atraía atenção e comentários. O sarcasmo, a pilhéria, o dichote, a malevolência acompanhavam os seus passos. Os amigos, numerosos na aparência, o abafavam em abraços, à porta da *Gazeta de Notícias,* onde êle 'dava audiência' tôdas as tardes. (. . .) Na modorra e rotina jornalística do país, iluminada a vela de sêbo, João do Rio acendeu lâmpadas elétricas de alto poder voltaico crepitando em coruscações multicôres. Seu estilo, de frases curtas e tônicas, como tinidos de crótalo, quebrava, na coluna do jornal, a crosta das empadas insôssas dos folhetins literários. (. . .) O artista em João do Rio degenerou cedo. Sua fôrça de caráter era nula. Sua necessidade de aplauso, incrível em homem de tão verdadeiro talento. (. . .) Era certas vêzes doloroso para mim testemunhar as momices inúteis, os exibicionismos excusados em que êle, inconsciente do mal que fazia a si próprio, sacrificava na côrte dos imperadores do momento, como um escravo da decadência, a nobre humanidade que lhe forrava o ser. (. . .) Êsse homem que gostava de proclamar-se cínico, acima de considerações de ordem moral, descrente da nobreza da essência humana, era, na realidade, um venerador das categorias sociais e dos preconceitos do mundo. Daí o seu mêdo do julgamento alheio e a fome miserável com que solicitava para os seus vícios e fraquezas, a tolerância e piedade do meio. Paulo Barreto quizera impor-se, tornar-se um cidadão conspícuo no conceito geral. Mas não podia."[287]

[287] Gilberto Amado: op. cit., págs. 64-65.

Paulo Barreto foi, realmente, uma fase do jornalismo carioca, fase de transição, que encarnou bem justamente pela conjugação de suas qualidades e de seus defeitos; como figura típica de fase assim, alcançou sucesso rápido e destacado, mas transitório, e não deixou impressão proporcional ao que realmente representou.[288] Essa fase, entretanto, entre a campanha civilista e o após-guerra de 1919, assinalou importantes transformações na imprensa. Aparecem, vivendo pouco, revistas como *O Filhote da Careta*, em 1910; *O Riso*, que se mantêm em 1911 e 1912; *Faceira*, que agüenta de 1911 a 1917; *A Caricatura*, *A Semana* e *O Rio-Ilustrado*, que circulam em 1913; *S. Excelência*, que vive apenas em 1914; o mesmo acontecendo com o *Rio-Chic*, em 1917, *O Pasquim*, em 1918, *Guanabara*, *A Rajada*, *Zum-Zum* e a *Revista Nacional*, em 1919. *A Cigarra* circula em S. Paulo, de 1914 a 1917, e no Rio, de 1917 a 1919; a *Revista do Brasil*, nessa fase, mantêm-se de 1916 a 1944; *A Atualidade* vai de 1919 a 1927; *Para Todos*, em sua primeira fase, de 1919 a 1932. Com os jornais acontece o mesmo: a maioria tem vida curta, como *O Rio* e *A Luta*, que só circulam em 1915; outros duram mais: *O Imparcial* vai de 1912 a 1929; *A Rua*, de 1914 a 1927; *A Razão*, de 1916 a 1921; o *Rio-Jornal*, de 1918 a 1924; *A Fôlha*, de 1919 a 1926. A revista de caricaturas *D. Quixote* apresenta nova fase então, de 1917 a 1927. A imprensa brasileira vai viver, daí por diante, uma nova fase, difícil, conturbada, pontilhada de movimentos militares de rebeldia, agitada por campanhas políticas de extrema violência —

[288] João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921) nasceu e viveu no Rio de Janeiro. Começou como revisor e trabalhou, entre 1898 e 1899, na *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio; passando a cronista da *Gazeta de Notícias*, onde permaneceu longos anos e onde firmou o seu pseudônimo de *João do Rio*. Deixou êsse jornal pelo *O País* e, pouco depois, fundou *A Pátria*, de que foi diretor. Colaborou na maior parte das revistas do tempo e em grande número de jornais do Rio. Severamente combatido pelo *Correio da Manhã* e pelo *Imparcial*, e por alguns escritores, como Emílio de Menezes e principalmente Antônio Tôrres. Membro da Academia Brasileira de Letras, seus livros saíram quase todos antes na imprensa: *As Religiões do Rio*, *A Alma Encantadora das Ruas*, *Cinematógrafo*, *Vida Vertiginosa*, *O Momento Literário*, *Os Dias Passam*, *Crônicas e Frases de Godofredo Alencar*, *Dentro da Noite*, *A Mulher e os Espelhos*, *Rosário de Ilusões*, *Correspondência de uma Estação de Cura*, *A Bela Madame Vargas*, *Que Pena Ser Só Ladrão*, comédias os dois últimos.

tudo aquilo que, no fim de contas, prepara a Revolução de 1930, divisor do desenvolvimento histórico brasileiro, marco em nossa existência.

A imprensa burguesa

Se, com o após-guerra, profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam ràpidamente o acabamento da sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, emprêsa nìtidamente estruturada em moldes capitalistas. Continuam a aparecer revistas de vida efêmera, literárias ou humorísticas, e jornais de circunstância, particularmente para atender injunções originadas da luta política, cada vez mais acirrada, mas são fatos pouco numerosos e acidentais. Na maioria dos casos, trata-se de emprêsas mal estruturadas, que se esgotam depressa, que consomem ràpidamente o capital, mas sempre emprêsas, e não empreendimentos individuais. Surge, assim, em S. Paulo, a 19 de fevereiro de 1921, a *Fôlha da Noite,* jornal organizado como emprêsa e que vai revelar um caricaturista excepcional: Belmonte. Exemplo de periódico surgido de imposição das lutas políticas é o *Diário do Povo,* que começa a circular, no Recife, a 13 de setembro de 1921, fundado e dirigido por Raul Azêdo e Joaquim Pimenta. O ambiente na cidade é tormentoso, com desordens de rua, morrendo nelas o linotipista de *A Província,* Edgard de Oliveira; o nôvo órgão polemiza com o tradicional *Jornal do Comércio*. Em maio de 1922, dá-se a ocupação militar da capital pernambucana, a redação do *Diário do Povo* é atacada à bala, a circulação do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Recife* é suspensa, o bacharel Tomás Coelho é assassinado por uma patrulha, os órgãos governistas *A Província* e *Jornal do Comércio* recebem garantias militares para o privilégio de circular. O *Diário do Povo* reaparece a 2 de junho, trazendo o retrato de José Martins, um dos operários assassinados nos dias de violência militar, de que se queixaria até mesmo o órgão da arquidiocese, a *Tribuna Religiosa,* protestando contra "a invasão de suas oficinas por soldados do Exército". Eram sinais das paixões políticas desencadeadas, abrindo no país prolongado período de turbulência.

Como sempre, as fases de sucessão presidencial eram intervalos críticos em que as mazelas do regime vinham à tona, travestidas naturalmente como questões partidárias apenas, de luta pelas posições ou competições pessoais. No fundo, entretanto, estavam as contradições da sociedade brasileira, traduzindo-se em forma compatível com a época. Essas contradições envolviam a ascenção burguesa em processo, trazendo a primeiro plano sua vanguarda, a pequena burguesia urbana, que assumia função política eminente. Acontece que nessa camada social estava a maioria do público da imprensa: êsse público influía nos jornais e era influenciado pelos jornais; e essa relação, na época, não era perturbada pelas fôrças econômicas que, mais adiante, tanto pesariam na orientação dos periódicos; a venda avulsa pesava, por outro lado, e muito, na vida dêles, mais do que a publicidade: um grande jornal era, quase sempre, aquêle que tinha tiragem grande. A sucessão presidencial, agora, encontrava outras condições para o seu processo e de forma alguma se desenvolveria sem a participação apaixonada da pequena burguesia. Tudo isso correspondia, em suma — ainda que os protagonistas não se dessem conta — à deterioração do regime, que se aproximava de intransferível crise. No caso, estavam colocadas duas candidaturas, e eram sempre duas, não mais, quando havia luta, em alguns casos resumindo-se tudo em candidatura única, quando não havia luta: a de Artur Bernardes, do lado das fôrças partidárias tradicionais, e a de Nilo Peçanha, do lado de fôrças partidárias também tradicionais, mas agora cindidas e antagonizadas com as primeiras. A vitória de Bernardes anunciava-se tranqüila, dentro das estreitas normas do jôgo eleitoral; Nilo Peçanha só teria sucesso se algum fator estranho fôsse introduzido no quadro; êsse fator poderia ser a fôrça armada. Como parcela da pequena burguesia, a fôrça armada estava consciente das mazelas do regime e da farsa em que se resumia o ato eleitoral; para ela, em seu pequeno e estreito reformismo moralista, tudo se colocava como luta entre o bem e o mal, um bom candidato, o da oposição, e um mau candidato, o da situação, por ser da situação.

Foi a imprensa que transformou a centelha em incêndio. A centelha saiu das mãos de dois aventureiros, Pedro Burlamáqui e Oldemar Lacerda: foram a Belo Horizonte, obtiveram papel com o timbre *Govêrno de Minas Gerais* e nêle escreveram duas cartas, atribuídas ao candidato Artur Bernardes, cuja caligrafia foi rigoro-

samente imitada, insultando o Exército e particularmente o marechal Hermes da Fonseca, que se vinha opondo às tropelias militares em Pernambuco. Prontas as cartas, Burlamáqui e Lacerda procuraram amigos e parantes de Hermes, que as recusaram; dirigiram-se, então, ao govêrno de Minas, propondo-se vendê-las por trinta contos de réis, recebendo outra negativa. O chantagista Oldemar Lacerda entendeu-se, então, com Irineu Machado, senador pelo Distrito Federal, partidário da candidatura de Nilo Peçanha. Irineu ouviu um perito em grafologia, ou que assim se apresentava, e que concluiu pela autenticidade da autoria de Bernardes. O segrêdo de muitos começou a transpirar: a 20 de setembro de 1921, o *Jornal do Comércio* publicou uma *vária* que desvendava a trama: "Ensaiam-se, porém, agora, na sombra, outras armas que não são pròpriamente políticas nem jornalísticas, mas de pura exploração, para ameaçar e extorquir dinheiro... É o caso, espalhado à surdina, de umas cartas manuscritas, que o seu possuidor assoalha serem do próprio punho do sr. Artur Bernardes, o Presidente atual de Minas, candidato da maioria dos Estados ao supremo pôsto da República. Essas cartas, apregoadas pelo seu portador como autógrafas, e oferecidas à venda nesse caráter, ora aos amigos do sr. Bernardes, ora aos adversários da candidatura dêste, puderam ser escritas em papel timbrado do gabinete do presidente de Minas e, consta, imitam muito bem a letra do mesmo."

No dia 8 de outubro, no Senado, o falsário Oldemar Lacerda entregou ao redator político do *Correio da Manhã,* Mário Rodrigues, na presença de Irineu Machado, as cartas por êle forjadas. No dia seguinte, o jornal de Edmundo Bittencourt estampava o *fac-simile* de uma delas na primeira página. Assim começou a luta que iria abalar o país. No mesmo dia, Oldemar Lacerda, com o dinheiro da triste transação, embarcava para a Europa. Em tôrno dessa carta falsa, passou a girar, não apenas o noticiário da imprensa, em todo o país, como a agitação política, com as paixões levadas ao paroxismo. Essas paixões corriam das páginas dos jornais à tribuna das duas casas do Congresso e desembocavam nos quartéis. A 15 de outubro, chegando ao Rio, para ler a sua plataforma de govêrno, no banquete protocolar, bem característico do ritual político da época, Bernardes recebeu extraordinária manifestação de odiosidade, em todo o trajeto. O espetáculo era inédito: um político de natural reservado era colocado como alvo da mais terrível campanha difamatória a que o país já assistira, aparecendo

em caricaturas e *charges* as mais torpes, recebendo apelidos os mais soezes. E tudo isso, sem qualquer dúvida, derivava da fôrça com que a imprensa, capitaneada pelo *Correio da Manhã*, lançara tal campanha, cegando de ódio todos aquêles que, agora, concentravam em um homem, vitimando-o, tôda a amargura de tantos decênios de farsa política, a farsa a que as oligarquias haviam reduzido o regime republicano: Bernardes pagava por todo o longo e tortuoso passado e ainda pelo presente.

Como caracterizou Afonso Arinos de Melo Franco: "Porém a paixão é cega, e mais cego do que a paixão é aquêle 'abismo insondável da estupidez humana' de que falava o grande escritor. Não há razão para a sem-razão, não há lógica para o absurdo, não há verdade para o obcecado. O país se despenhou na mais incompreensível luta pela mais ridícula, a mais idiota das causas."[289] A 28 de dezembro de 192, o Clube Militar, por 493 votos contra 90, tomava a decisão de concluir pela autenticidade da carta. Falando na Câmara, o deputado gaúcho Otávio Rocha declarava, como ostensiva ameaça: "Ou a Nação prefere os políticos de conluio, e os que colocam acima dela os seus interêsses e a sua ambição, ou a Nação prefere as suas classes armadas, que montam guarda à bandeira e que por ela morrem contentes, na defesa da sua honra." Carlos de Campos respondeu pelas fôrças situacionistas, concluindo: "E a liberdade é incompatível com a pressão da fôrça armada na vida política." Artur Bernardes foi eleito Presidente da República em 1.º de março de 1922; a 24 dêsse mesmo mês, os falsários confessavam o crime.[290] A confissão de Oldemar Lacerda saiu nos *a pedidos* de *O Jornal*, a 13 de junho de 1922. Bernardes alcançara 466.000 votos; Nilo, 317.000.

[289] Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 1.024, II.

[290] "Passado o pleito presidencial de 1.º de março, os falsários Jacinto Guimarães e Oldemar Lacerda, convencendo-se da derrota fatal da Reação Republicana, dispuseram-se a contar tudo para captar as boas graças dos vitoriosos. Jcinto fêz, a 24 de março, na presença de várias testemunhas idôneas, inclusive o jurista Paulo de Lacerda e o tabelião Eduardo Carneiro de Mendonça, a demonstração direta e material da falsificação. (...) Também Oldemar redigiu minucioso relato da trama de que fôra autor intelectual, mencionando as responsabilidades de políticos e jornalistas, exibindo, enfim, todos os pormenores da suja combinação. Essa confissão, publicada na imprensa carioca em princípios de junho, encontra-se reproduzida no folheto *Desfazendo a Confusão,* já citado." (Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., págs. 1.042-1.043, II.)

Já era tarde, e o que importava agora não era a centelha, mas o próprio incêndio. Tratava-se da sucessão de movimentos militares que constituíram a fase preparatória da Revolução de 1930. Segundo um comentarista, o Exército, quando do govêrno Hermes, atuava ainda em têrmos de aspiração ao poder e não de transformação do poder: "Foram a preparação de Rui Barbosa, nas campanhas sucessivas em que se envolveu a partir de 1909; a ação da imprensa e da tribuna parlamentar oposicionistas e também a observação direta da mistificação, que, aos poucos, criaram, no Exército, a mentalidade reformadora — e não apenas reivindicadora — que deu em resultado a heróica geração de 1922."[291] As tortuosidades, as curvas, os zigue-zagues que o desenvolvimento factual da História segue, e que tanto desespera os que desejam para ela a clareza lógica de uma épura, mostravam, assim, que uma campanha sucessória em que as fôrças políticas dominantes e tradicionais se haviam cindido — sendo idênticas em tudo e por tudo, inclusive nos programas que, aliás, importavam pouco — estava se transformando, pela interferência de outras componentes — a da imprensa e a militar sobretudo, estreitamente ligadas — na arrancada para transformações de que não se davam conta os próprios protagonistas. E isso, evidentemente, nada tinha a ver com as qualidades pessoais dos candidatos. Um dos aspectos mais curiosos do problema estava, precisamente, em que um documento

[291] Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 1.053, II. O autor aprofunda, em seguida, a sua análise: "Aliás, como sempre ocorre, essa transformação da mentalidade de classe coincidia com outras mutações, de caráter econômico, que se verificavam no país. A diversificação da economia nacional — como já acentuei em outros trabalhos — tornava impossível a manutenção da estrutura política, apoiada no tradicional binômio mineiro-paulista, que era afinal, o binômio do café. A industralização, embora incipiente, a imigração, a urbanização e outros fatôres exigiam possibilidades maiores de intervenção nas decisões políticas, o que só se poderia dar com o aparecimento de um sistema eleitoral que assegurasse garantias de autenticidade ao sufrágio. Isto implicaria, porém, na morte da política dos governadores, baseada no patronato eleitoral e, portanto, na morte de todo o sistema políico vigente. Foi todo êsse complicado processo que irrompeu brutalmente na cena histórica, na madrugada de 5 de julho, ao troar dos canhões de Copacabana." (Idem: págs. 1.053-1.054, II). Isto é: por linhas tortas, e tortíssimas perante a ética, de uma falsificação, desenvolvia-se um processo que, em seu ato final, encontraria juntos Bernardes e os militares que contra êle se levantavam.

falso, forjado para fins inconfessáveis, deflagraria o idealismo, na verdade puro, da mocidade militar, em ímpetos de rebeldia que, apreciados à luz fria, exterior e formal da lógica, constituíam atos flagrantes e caracterizados de indisciplina. Porque, no fundo, a deterioração da estrutura política dominante, por fôrça do avanço das relações capitalistas a que ela já não satisfazia, era gritantemente denunciada pela rutura do conformismo do aparelho militar. Nessa rutura, impulsionada pela vanguarda pequeno burguesa, a imprensa teve papel relevante e positivo, quaisquer fôssem os aspectos negativos factuais que surgissem, como surgiram, aqui e ali. O que se anunciava, no fim de contas, era o próximo fim de uma estrutura política obsoleta; êsse fim não poderia ser alcançado por via eleitoral, porque tal saída estava fechada pela natureza mesmo da dominação daquela estrutura: só poderia ser alcançado pela violência, no caso a violência militar pequeno burguesa.

A 3 de julho de 1922, *O Imparcial* aparecia com ameaça claríssima: "O Marechal continua com a espada desembainhada. O poder pessoal mais atrabiliário e violento só transige, só cede, só se contém diante da fôrça material." E o *Correio da Manhã* comentava assim o fechamento do Clube Militar: "Torna-se alarmante, não porque o Govêrno fôsse capaz de o praticar, mas como a classe o pudesse, como pôde, aceitar. As ligas de carroceiros e estivadores costumam agir de outra maneira, quando os comissários de polícia penetram em suas sedes." Era o incitamento claro à rebeldia, à resistência pela fôrça. A 5 de julho, rebelavam-se o forte de Copacabana e a Escola Militar; o movimento foi ràpidamente sufocado, mas deixou rastilho para os que se sucederiam. A repressão à imprensa não se fêz esperar: "A messe de prisões foi larga. Militares pertencentes às guarnições sublevadas ou participantes da campanha de agitação, jornalistas, inclusive Edmundo Bittencourt, vagos políticos sem mandato e, portanto, sem imunidades, foram para detrás das grades, e nelas permaneceram durante o arrastado processo que se instalou."[292] O reconhecimento do papel da imprensa na mobilização da rebeldia militar foi feito por Raul Soares, em discurso que pronunciou na Câmara: "Façamos o processo dêsse episódio para castigar os seus autores, que não são tanto oficiais e praças colhidas na sua boa fé e simplicidade, nem mesmo pobres energúmenos, hipnotizados por artigos e discursos.

[292] Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 1.075, II.

com uma tal ou qual acentuante na sua sinceridade enfêrma. É preciso apontar à nação os verdadeiros criadores dêsse estado de coisas, os técnicos da agitação, os que compuseram, dispuseram e utilizaram as fôrças de desagregação e revolta, os que desencadearam os elementos de anarquia, os que intoxicaram o ambiente dos gases malsãos da calúnia mais depudorada e das injúrias mais torpes... Êsses é que devem ser denunciados à opinião pública e punidos até onde permitam as nossas leis."

A situação, para a imprensa oposicionista, ficou tão difícil que as fôrças dominantes puderam desinteressar-se das providências para manter jornais próprios: assim, *O Dia*, jornal bernardista que começara a circular a 24 de fevereiro de 1921, com redação à rua do Rosário, próximo à rua Gonçalves Dias, dirigido por Azevedo Amaral, Virgílio de Melo Franco e Tristão da Cunha, deixou de circular, em agôsto de 1922, com 300 contos de dívidas. Pouco adiante, *O Jornal*, de Renato de Toledo Lopes, em circulação desde 1919, e mantendo-se na oposição, era comprado por Assis Chateaubriand, com o auxílio de Epitácio Pessoa, Alfredo Pujol e Virgílio de Melo Franco, e com o beneplácito de Artur Bernardes. A partir daí é que Chateaubriand começou a construir o seu império jornalístico. *O Jornal*, sob sua direção, tomou feição nova, moderna, arejada, contando com excelente colaboração do exterior e do país. Já em decadência, *O Imparcial* foi comprado por Henrique Laje, em 1923, e entregue à direção de Mário de Vasconcelos, funcionando Fausto Werneck Correia e Castro na gerência; na redação figuravam Afonso Lopes de Almeida, Ildefonso Falcão e Humberto de Campos, que escrevia as crônicas fesceninas assinadas pelo *Conselheiro XX*. Criticado por escrever essas "cantáridas literárias", respondeu: "Se não fôssem essas cantáridas literárias, eu morreria de fome..."

A Federação, órgão oficial do govêrno do Rio Grande do Sul, publicaria, depois da derrota eleitoral da Reação Republicana, artigo de enorme repercussão, redigido por Lindolfo Collor e lido na Câmara por Carlos Penafiel; nêle vinha o conselho prudente de Borges de Medeiros para que suas hostes retomassem o caminho da ordem e não fizessem oposição sistemática, "inconciliável com a nossa doutrina orgânica", concluindo: "O combate cessou. Procedamos agora, todos nós, no cenário político, sem ódios nem ressentimentos, unidos para a grandeza da República." Bernardes empossou-se e o país foi governado por quatro anos de estado de

sítio. A 19 de novembro de 1923, o *Correio da Manhã*, dirigido por Mário Rodrigues na ausência de Edmundo Bittencourt, acusava Epitácio Pessoa, que seria banqueteado no dia seguinte, de, em troca de uma jóia oferecida à sua espôsa, haver suspenso, em proveito de certos exportadores de açúcar, as medidas restritivas que o seu próprio govêrno estabelecera. Era o *caso do colar*. Epitácio levou o jornalista à barra dos tribunais, onde foi condenado, nas duas instâncias: o Congresso votara, uma semana antes, a Lei de Imprensa, em discussão desde 1922. Tratava-se, na realidade, de dois processos: o primeiro, instaurado em novembro de 1923, por crime de injúrias e calúnias impressas contra ex-presidente; o segundo, instaurado em janeiro de 1924, por injúria a particular. Naquele, Mário Rodrigues foi condenado, em primeira instância, a um ano de prisão e multa de dez contos de réis, confirmada pelo Supremo; neste, foi condenado a 2 meses e 10 dias de prisão e multa de um conto e seiscentos mil réis, confirmada pela Côrte de Apelação.

Paralelamente à inquietação política, desenvolvia-se a inquietação artística, iniciada em manifestações importantes, ainda durante a Guerra Mundial, na pintura de Anita Malfatti e na escultura de Victor Brecheret, e tornando-se nítida na literatura com o após-guerra, marcada por acontecimentos como a Semana de Arte Moderna, em S. Paulo, e o rompimento de Graça Aranha com a Academia, no Rio. Essa inquietação estava, naturalmente, enraizada em condições internas, que afetavam tôdas as formas de atividades, mas recebia, também, acentuada influência externa de um mundo abalado pelo conflito militar e pelo aparecimento da União Soviética. Não é aqui, evidentemente, o lugar para a análise do Movimento Modernista senão naquilo que toca à imprensa, mas convém registrar que assinalava êle mais um traço da ascenção burguesa, através, ainda aí, de aguerrida vanguarda pequeno burguesa. Por paradoxal que pareça — e só na aparência foi isso paradoxal — um dos jornais mais ativos e mais acolhedores às manifestações modernistas foi o *Correio Paulistano*, órgão tradicionalíssimo do tradicional Partido Republicano Paulista, organização que comandava a política dominante no Estado e, na verdade, em todo o país. Mas o movimento encontrou campo bem mais largo para manifestar-se nas revistas de vanguarda que apareceram, a partir de 1922. A primeira delas foi *Klaxon*, que começou a circular a 15 de maio dêsse ano e agüentou-se até janeiro

do ano seguinte: "sem assinaturas, sem anúncios, sem venda avulsa, sem subvenções", organizada por Guilherme de Almeida, Tácito de Almeida e Couto de Barros, com a colaboração de Manuel Bandeira, Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Victor Brecheret e Sérgio Buarque de Holanda. Apareceram depois, em S. Paulo, no Rio e em vários outros centros culturais do país, revistas modernistas, tôdas de vida efêmera mas que fizeram muito ruído, embora os ecos se limitassem aos meios intelectuais: *Estética*, no Rio, em 1924; *Terra Roxa e Outras Terras*, em S. Paulo, em 1926; *Revista de Antropofagia*, em S. Paulo, em 1928, como *Papel e Tinta*; *Revista do Brasil*, na fase do Rio de Janeiro, de 1925 a 1926; *Festa*, também do Rio, de 1927 a 1929, com repiquete em 1934; *Movimento*, depois chamada *Movimento Brasileiro*, de 1928 a 1930; *A Revista*, de Belo Horizonte, em 1925; *Verde*, em Cataguases, em 1928; *Elétrica*, em Itanhandú, em 1928 e 1929; *Novíssima*, em S. Paulo, em 1926; *Arco e Flecha*, na Bahia, em 1928; *Maracajá*, em Fortaleza, em 1929; *Madrugada*, em Pôrto Alegre, em 1929, e muitas outras. Tais revistas revelaram muitas figuras destacadas das letras brasileiras, começando por Antônio de Alcântara Machado que, já em 1923, fazia a crítica teatral para o *Jornal do Comércio*, de S. Paulo, e cujo extraordinário espírito de cronista Assis Chateaubriand logo aproveitou nos seus jornais, desde aquêle com que, no Rio, começou a sua "cadeia", — até Orígenes Lessa que, surgindo num concurso de contos promovido pelo *Diário de São Paulo*, tornar-se-ia o excelente repórter da Revolução Constitucionalista, em 1932.

A 5 de julho de 1924, em S. Paulo, nôvo movimento militar irrompia; a 28, os revoltosos abandonavam a cidade, já bombardeada e ante a iminência de fechar-se o cêrco das fôrças legais; a 24 de outubro, o capitão Luís Carlos Prestes levantava a guarnição de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul; em fins de dezembro, rompia o cêrco nos arredores de S. Luís; a 21 de janeiro, travava-se o combate de Formigas e, entre 26 e 30 de março, o de Catanduvas; a 30 de abril, finalmente, cortando o território paraguaio, a Coluna Prestes irrompia em Mato Grosso, começando a sua longa peregrinação pelo interior do país, durante os anos de 1925 e 1926, para internar-se na Bolívia a 3 de fevereiro de 1927. Durante êsse tempo, levantes isolados surgiram em diversos pontos, logo reprimidos, mas o clima de rebeldia era endêmico. Com a imprensa empresarial peiada pelo estado de sítio, surgiria a imprensa clan-

destina: *O 5 de Julho* manteve-se ao longo de dois anos.[203] Até entre os combatentes rebelados circulou uma fôlha impressa, *O Libertador*, que tirou o primeiro número em Assis, a 5 de agôsto de 1924, e logo os seguintes, até o quarto, o quinto apareceu em Pôrto Epitácio, o sexto, no sertão maranhense. João de Talma redigiu os quatro primeiros; Reis Perdigão, o quinto; José Pinheiro Machado, o sexto. Sob o sítio, com a imprensa amordaçada, a inquietação política prosseguia: a República oligárquica aproximava-se inexoràvelmente de seu fim.

Como sucede sempre na realidade — a da sociedade como a da natureza — a tirania gerava o seu contrário. Ia, contraditòriamente, destruindo a própria imprensa situacionista, que as restrições também afetavam: "O certo é que *O País* estava morto. Mas não porque sua colaboração literária tivesse baixado de qualidade ou porque o seu noticiário já não fôsse tão bem arranjado. *O País* morrera... e quem o matou... foi o estado de sítio... (...) Com os adversários cancelados da vida cívica, na cadeia, ou de bôca tapada pela censura, não tendo a quem responder, não há órgão defensor de situação que se possa agüentar. *O País* não morreu de morte morrida, mas de morte matada, estrangulado pelas mãos sufocadoras do capangão constitucional do quatriênio Vivia dos ataques do *Correio da Manhã*, de *O Imparcial*, de outros periódicos da oposição, que, descompondo o Presidente, os minis-

[203] "Depois dêsse manifesto, cuja primeira edição foi de cinco mil exemplares, outros foram saindo diàriamente, esclarecendo melhor o povo sôbre os verdadeiros motivos, até que em fins dêsse mês de julho se pensou na publicação de um jornal clandestino, que servisse de guia e fôsse também uma espécie de facho da insurreição armada que, como tudo indicava, estava a ponto de espalhar-se pelo país todo, de ponta a ponta. Nessa ocasião, dava-se o levante, no Rio Grande do Sul, de Luís Carlos Prestes e de outros oficiais de várias guarnições, o qual não teve o êxito esperado por terem prontamente acorrido fôrças policiais riograndenses. O jornalzinho clandestino começou a sair em meados de agôsto, e deu conta de todo o movimento insurreicional que tomava conta do país e recebeu como título simbólico *5 de Julho*. Sua publicação, malgrado todos os processos empregados pela polícia secreta do Distrito Federal, pelas gordas ofertas em dinheiro (50 contos) a quem denunciasse os editôres ou onde estava sendo composto e impresso, nunca foi interrompida nem se conseguiu descobrir quem foi seu autor, seu editor, onde era composto e impresso. Essa publicação saiu ininterrupta até o fim do govêrno Bernardes." (Everardo Dias: op. cit., págs. 141-142.)

tros, e investindo contra o 'regime' nos seus violentos artigos de fundo, tópicos vivazes e sueltos ferinos, lhe forneciam assunto, despertavam a verve dos redatores para os revides e represálias interessantes ao leitor. O carioca mesmo hostil à situação gostava de correr os olhos n'*O País*, para ver 'até onde ia o português'. A diatribe, o insulto de Edmundo Bittencourt dava leitor ao Laje. Bittencourt calado, Laje morria. E morreu. Devemos ao Bernardes essa perda."[294]

O *Correio da Manhã* estêve, realmente, impedido de circular pelo govêrno, de 31 de agôsto de 1924 até 20 de maio de 1925, quando conseguiu, na justiça, manutenção de posse. Não era a liberdade de divulgar, porém; apenas a de circular, conforme deixava claro o despacho do juiz: "Procede a justificação. Expeça-se o mandato na forma requerida, assegurando ao Govêrno o direito de censura prévia das publicações do jornal dos suplicantes e dos impressos de suas oficinas, prejudiciais à ordem pública segundo o 'prudente arbítrio' das autoridades, excetuados os debates parlamentares e judiciários, devidamente autenticados, nos têrmos da jurisprudência que tem definido a extensão da liberdade de imprensa e do exercício das profissões industriais na vigência do estado de sítio." A censura era chefiada por Jackson de Figueiredo; o *Correio da Manhã* tinha uma brecha por onde penetrar, e por ela avançou audaciosamente, para não morrer: a dos debates parlamentares. Foi o sítio, por isso, a grande época de Maurício de Lacerda, intérprete do movimento tenentista na Câmara.

A imprensa continuava a transformar-se, dentro da estrutura empresarial. No Rio, o *Jornal do Brasil* começava, em 1922, a receber o serviço da *United Press*, nisso só precedido pelo *Rio-Jornal*; tomava a iniciativa, que mantinha sòzinho por algum tempo, de não circular às segundas-feiras; apresentava, em 1924, a primeira seção de rádio em jornal, redigida por Dulcídio Pena; editava a revista *Palcos e Telas*, dirigida por Mário Nunes; pagava 500 mil réis mensais ao escritor mais popular do Brasil então, Benjamim Costallat — o dôbro do que costumava ganhar um redator-chefe — para escrever os *Mistérios do Rio*, publicados em série, ocupando tôda uma página. Costallat, romancista de sucesso, nisso acompanhado, mas à distância, por Théo Filho, era autor dos *best-sellers* da época: *Guria, Katucha, Mlle. Cinema*. O exemplar do

[294] Gilberto Amado: *Presença na Política*, Rio, 1958, pág. 298.

jornal passava a ser vendido a 200 réis, em 1924; no ano seguinte, João Ribeiro inaugurava a seção "Dia sim, dia não" e, em 1926, passava a fazer o "Registro Literário", pequenas notas críticas caracterizadas pela tolerância um pouco cética e pela acolhida benévola aos novos, particularmente aos modernistas. Aparecia o cinema falado, em 1929: o *Jornal do Brasil*, desde então, destina página inteira ao cinema. Os críticos literários da época do modernismo são Alceu Amoroso Lima, que populariza, em *O Jornal*, o pseudônimo de *Tristão de Ataíde*, e Agripino Grieco que, começando na *Gazeta de Notícias*, passa depois a *O Jornal* e, com a clava demolidora de sua ferina ironia e ampla informação literária, mostra a superficialidade dos autores pretensamente consagrados e a inanidade ridícula da glória acadêmica.

O desenvolvimento da imprensa paulista marcar-se-ia pelo aparecimento de novos jornais, inclusive. A 7 de janeiro de 1925, começa a circular o *Diário da Noite*, com Léo Vaz na chefia da redação, Plínio Barreto está entre os seus fundadores, Pedro Ferraz será o redator-chefe, em 1926, e Rubens do Amaral, desde maio de 1927, substituído por Amadeu Amaral, em 1928 e, com a morte dêste, em 1930, o pôsto é ocupado por Aires Martins Tôrres; o jornal pertence à rêde que Assis Chateaubriand vai expandindo, e é dirigido por Oswaldo Chateaubriand, substituído por Oswaldo Gurgel Aranha, em 1934. O ano de 1925 assiste, também, ao aparecimento, a 1.º de julho, da *Fôlha da Manhã*, fundada por Pedro Cunha e Olival Costa. Em 1926, aparece o *São Paulo Jornal*, dirigido por Oduvaldo Viana e Quadros Júnior, passando depois à propriedade de Sílvio de Campos e Marcondes Filho e, finalmente, dirigido por Alberto de Sousa. A importância do futebol, que ocupa largo espaço nos jornais, permite à *Gazeta* lançar, em dezembro de 1928, a *Gazeta Esportiva*, semanário dirigido por Leopoldo de Sant'Ana, até 1930; por Tomáz Mazzoni, até 1940; por José de Moura, até 1944; por Américo Bologna, até 1948, quando, tornando-se diário, passa à direção de Carlos Joel Nelli.

Em 1926, fôra fundado o Partido Democrático, organização oposicionista, ainda de âmbito estadual. Seu noticiário era divulgado pelo *Estado de São Paulo*, pela *Fôlha da Manhã*, pelo *São Paulo Jornal*, fôlhas de oposição; tornava-se necessário um órgão oficial do partido; aquelas fôlhas, e mais o *Diário da Noite* e *O Combate*, eram diários sem compromissos de apoio ao govêrno, mas sem vínculos com a nova organização partidária. A 1.º de

junho de 1927, apareceu, assim, o manifesto de lançamento da Sociedade Anônima Diário Nacional, assinado por José Adriano Marrey Júnior, Amadeu Amaral, Vicente Rao, Joaquim Sampaio Vidal, Antônio Carlos Couto de Barros, Paulo Nogueira Filho e Paulo Duarte. A 14 de julho, começou a circular o *Diário Nacional,* tendo como superintendente Joaquim Sampaio Vidal, que era o principal acionista da emprêsa; como diretores, funcionavam Paulo Nogueira Filho e José Adriano Marrey Júnior; como redator-chefe, Amadeu Amaral; como secretário, Pedro Ferraz do Amaral; e como gerente, Sérgio Milliet. A 30 de março, o *Diário Nacional* publicava o quadro completo dos feitos da Coluna Prestes e, a 19 de abril, o trabalho "O pensamento político de Luís Carlos Prestes", — entrando na linha tenentista e concretizando a aproximação entre os militares rebelados contra a ordem de coisas vigente e fôrças políticas civis organizadas, o que constituiria a última etapa das ações preparatórias contra a situação dominante.

O alinhamento dessas fôrças e a tendência oposicionista da maioria da imprensa iam reduzindo a área de influência do Govêrno, que continuava a repetir os velhos processos da política oligárquica, cego para as novas condições que o Brasil flagrantemente apresentava. É particularmente característica dêsses processos, quanto à imprensa, a carta dirigida pelo diretor de *O País,* tradicional fôlha governista do Rio, ao Presidente da República, o pessoalmente austero Washington Luís: "*O País* — Av. Rio Branco, 128 — Rio, 30 de dezembro de 1927 — Exmo. Sr. Presidente. Em carta de 12 do corrente, o Sr. Nabor de Azevedo, gerente de *A Federação* de Pôrto Alegre, avisando-me da remessa de 10:000$, diz que essa importância 'constitui a última prestação da quantia de 120:000$ a que, por determinação do nosso eminente chefe, Dr. Borges de Medeiros, nos havíamos comprometido a enviar.' Não tendo sido pròpriamente êstes os têrmos da combinação feita, como V. Exa. não ignora, e na expectativa de ficarmos privados no mês entrante dêsse subsídio, o que nos causaria não pequenos embaraços, venho solicitar de V. Exa. a bondade de uma palavra ao nosso eminente amigo, Dr. Getúlio Vargas, no sentido de não ser interrompida a remessa mensal daquele auxílio. Respeitosamente, amigo e criado de V. Exa. (a) Alves de Sousa." No dia seguinte, o presidente Washington Luís se dirigia, em carta, ao presidente do Rio Grande do Sul e não se esquecia de abordar o assunto, no trecho seguinte: "O fim principal desta é transmitir-lhe

a carta junto, do Dr. Alves de Sousa, d'*O País*, e para lhe pedir a sua boa atenção, com todo o empenho. Julgo indispensável mantermos a nossa atitude, sem o que as dificuldades serão quase insuperáveis. Não é necessário reproduzir aqui argumentos que recorremos tantas vêzes, por isso aqui fico aguardando a sua resposta."[295] Assim, tranqüilamente, os "eminentes amigos", os probos srs. Washington Luís e Getúlio Vargas, então unidos, reputavam natural subsidiar com dinheiros dos cofres públicos os jornais que apoiavam o Govêrno. Isso chegara a ser norma consuetudinária, tão roteira que não despertava o menor arrepio em homens de probidade pessoal indiscutida como êsses dois chefes de Estado.

Se tais eram os processos em relação à imprensa, não menos tristes eram aquêles que regulavam a vida política, quando as autoridades policiais funcionavam como peças do aparelho partidário dominante. O *Diário Nacional* de 18 de maio de 1928 mencionava, e isto é apenas um exemplo, a circular do chefe de Polícia aos delegados do interior paulista: "De ordem do Sr. Chefe de Polícia, recomendo-vos que envieis a esta Delegacia, com urgência, minucioso relatório sôbre a passagem da caravana do Partido Democrático por essa localidade. Deveis detalhar circunstanciadamente tudo quanto ocorra durante a estada dos componentes da comitiva nessa localidade, bem como quais as pessoas aí residentes que estiveram em contato com os mesmos. Deveis acentuar vossas observações acêrca dos propósitos manifestados por semelhantes pessoas, quais suas idéias, quais suas atitudes. Deveis agir com a mais rigorosa reserva, devolvendo esta circular com as informações solicitadas." Que tais processos provocassem repulsa e odiosi-

[295] As cartas estão no livro: Hélio Silva: *1926. A Grande Marcha*, Rio, 1965, págs. 148 e 149. Após o rompimento entre Vargas e Washington, e tendo êste autorizado a divulgação de cartas recebidas daquele, o candidato da Aliança Liberal passou ao senador Vespúcio de Abreu o telegrama seguinte: "Jornais aqui noticiaram Irineu me agredira Senado, revelando novas cartas correspondência privada presidente República. É lamentável essa hostilidade pessoal presidente Washington contra mim, servindo-se indivíduo baixo nível moral Irineu, usando êsses processos. Também eu possuo cartas presidente, solicitando subvenção jornal defende seu govêrno, no entanto, quando João Neves quis tratar êsse assunto Câmara, neguei-lhe formalmente autorização. Dirijo-lhe isto não para que traga a público, mas para que possa ajuizar sôbre diferença atitudes, denotando intuitos vingança incompatíveis serenidade seu alto pôsto." (Hélio Silva: op. cit., pág. 288.)

dade, não é de espantar. Êsse clima policial permitia ousadias ilimitadas. Assim, quando da morte do aviador italiano Del Prete, em desastre aéreo, no Rio, depois da travessia do Atlântico, ocorreram manifestações fascistas em S. Paulo, devidamente acobertadas e protegidas pela polícia. Nas colunas de *O Combate*, Maria de Lacerda Moura protestou. Pois bem, *Il Piccolo* respondeu nestes têrmos: "Se os patriotas do *Combate* não desejam correr o mesmo risco, que se precatem. Mas não se esqueçam de que está em Roma o que vigia e não graceja." Era a ameaça do óleo de rícino, que os fascistas ministravam aos seus adversários, na Itália, e que pretendiam, agora, transferir a S. Paulo, como se aqui mandassem. Tiveram a merecida resposta: a 25 de setembro, a multidão enfurecida empastelou o audacioso pasquim.

Júlio de Mesquita faleceu em 1927.[296] A 15 de março dêsse ano, organizou-se a sociedade anônima que presidiria a emprêsa do *Estado de São Paulo:* Armando de Sales Oliveira era o diretor-presidente; Francisco de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Carolino da Mota e Silva, Antônio Mendonça e Carlos Vieira de Carvalho, os diretores; Plínio Barreto figurava como redator-chefe; Ricardo de Figueiredo como gerente. As oficinas passaram à rua Barão de Duprat, 233, e, em 1929, a redação instalou-se à rua Boa Vista, 186. Foi uma fase de grande prosperidade para o jornal que, em 1929, começou a tirar o suplemento em rotogravura, sempre preocupado em imitar *La Prensa* e *La Nación*, de Buenos Aires; o suplemento terminou, porém, em 1943. Embora sem vínculo partidário, o jornal apoiava o Partido Democrático que, a 27 de setembro de 1927, se tornava nacional: era fôlha ostensivamente de oposição. De oposição seria também o *Diário da Manhã*, que começou a circular, no Recife, a 16 de abril de 1927, fundado por Carlos de Lima Cavalcanti, com José de Sá e Jarbas Peixoto na redação. De oposição eram, em Belém, a *Fôlha do Norte*, de Paulo Maranhão, que guardava o prestígio muito antes desfrutado pela *A Província*, incendiada quando da queda de Antônio Lemos; em Recife, *O Tacape*, fundado por Raul Azêdo, Joaquim Pimenta, Metódio Maranhão e João Barreto de Menezes, quinzenário de crítica social que durou de 1.º de janeiro de 1928 a 1.º de janeiro

[296] Para o estudo de sua vida, ver: *Centenário de Júlio de Mesquita*. S. Paulo, 1958.

de 1930; *O Libertador,* também em Recife, destinado a defender a causa da Aliança Liberal e também fundado e dirigido por Raul Azêdo.

Para defender essa mesma causa, Assis Chateaubriand, a 5 de janeiro de 1929, lançava o *Diário de São Paulo,* que conquistou o público com distribuição gratuita, por um mês, a assinantes potenciais, forma nova que, assegurada e prolongada com a fôrça já adquirida pela "cadeia" encabeçada pelo *O Jornal,* proporcionou sucesso ao nôvo matutino paulista, dirigido por Rubens do Amaral. Na oposição formavam a *Fôlha do Povo* e *O Ceará,* de Fortaleza; *O Combate,* da Paraíba, depois reforçado pelo órgão do govêrno estadual, *A União;* a *Fôlha do Norte* e o *Estado do Pará,* de Belém; a *Fôlha do Povo,* de S. Luís; *O Democrático,* de Terezina. O *Diário de São Paulo* vinha juntar-se ao *Estado de São Paulo* e ao *Diário Nacional,* na capital paulista. O órgão do Partido Democrático completaria, em dezembro de 1927, um total de 684.000 exemplares de tiragem, atingindo 1.224.000, nos primeiros meses de 1928, apesar do que sua situação financeira era difícil. Paulo Duarte assumiu, em 1929, a chefia de sua redação, e Amador Florence Sobrinho, a secretaria. No Rio, a 17 de julho de 1928, dirigido por José Eduardo de Macedo Soares e com a chefia da redação entregue a Leônidas de Rezende, aparecia o *Diário Carioca,* com redação na praça Marechal Floriano, esquina da rua Alcindo Guanabara; tirava, de início, 5.000 exemplares, mas logo ganhou prestígio, montou oficinas próprias e instalou-se à praça Tiradentes, 77, onde permaneceu por vinte anos; seria um dos órgãos principais da campanha da Aliança Liberal.

Ainda no Rio, Mário Rodrigues, rompendo violentamente com Edmundo Bittencourt, fundaria, em 1926, *A Manhã,* matutino vibrante, versátil, bem paginado, com excelente colaboração, contando com o talento do caricaturista Andres Guevara. Em 1929, Mário Rodrigues lançou a *Crítica,* que acompanhou a candidatura oficial de Júlio Prestes. Êsse "foliculário catastrófico", como o chamou Gilberto Amado, que ensaiara na imprensa da província, começando no *Jornal do Recife,* no primeiro decênio do século, fizera-se no *Correio da Manhã* e fôra talhado para o jornalismo de oposição. Apoiando uma situação em agonia, suas possibilidades ficavam extraordinàriamente limitadas. A *Crítica,* por isso mesmo, terrível nos ataques, violenta, agitada, foi o seu canto de cisne. Mário Rodrigues, entretanto, depois esquecido quase inteiramente,

foi uma das figuras mais interessantes e mais características do jornalismo brasileiro, com todos os seus grandes defeitos, de certo modo compensados por uma tarimba e por uma visão de imprensa que poucos tiveram, em seu tempo, e ninguém mais do que êle.

Paralelamente a essa imprensa empresarial que se transformava e que, nessa fase, preparava uma luta política profunda, de sérias conseqüências para a vida do país, continuava a existir, no interior, a pequena imprensa artesanal, sem perspectivas, reduzida a estreitos horizontes, ferozmente submetida ao latifúndio, limitada às questões domésticas e pessoais. Em certos casos, êsse tipo de imprensa existia como representação de passado próximo, mesmo em capitais estaduais já com foros de civilização e progresso, remanescentes perdidos de uma época superada. Era, por exemplo, o que acontecia com um jornal de Belo Horizonte: "O grande, o altíssimo poeta servia como redator-chefe do jornal do P.R.M., o velho *Diário de Minas*, que parecia uma espécie de mensagem espírita. Digo isso porque era ainda composto e impresso sem linotipos nem rotativa; ninguém, ou quase ninguém, o lia, e tinha, contudo, inegável influência política. Era o boletim oficioso da Comissão Executiva do poderoso partido situacionista, a famosa 'Tarasca', e exprimia, na subtileza dosada dos seus editoriais, o obscuro pensamento, a sinuosa opinião dos cautos próceres do Estado."[297]

A pedra começara a rolar no início do terceiro decênio do século, próximo ainda o fim da primeira Guerra Mundial: os canhões de Copacabana haviam sido como que a *ouverture;* seguira-se a rebelião paulista de 1924, de que a Coluna Prestes fôra a seqüência; pontilhara-se de acórdes tormentosos, com os movimentos militares que se sucederam em diversas guarnições; entrara em singular *intermezzo* com as articulações entre militares exilados ou foragidos e políticos e organizações políticas de oposição estadual, e federal, depois; desembocaria na sucessão presidencial; e culminaria com a rebelião de outubro, no sul e no nordeste. A 27 de novembro de 1927, Prestes concedera entrevista a *O Jornal*, que lhe dera grande destaque: a palavra do militar exilado chegava como diretiva para as fôrças políticas de oposição; em janeiro de 1928, a *Esquerda*, também do Rio, publicava nova entrevista do dirigente revolucionário; em novembro, o *Diário Popular*, de S.

[297] Afonso Arinos de Melo Franco: *A Alma do Tempo*, Rio, 1961, pág. 206.

Paulo, divulgava terceira entrevista do mesmo, obtida pelo jornalista Rodrigo Soares Júnior para a Agência Brasileira; o *Diário Nacional* transmitia também, com a autoridade de órgão do Partido Democrático, e por várias vêzes, a palavra do Prestes. A desconfiança dos chefes militares para com os políticos era muito grande; não se haviam dissipado as lembranças do artigo de *A Federação*, em 1927, a 7 de julho, dois dias apenas após o troar dos canhões de Copacabana: "A política do Rio Grande não pode ser e não é solidária com tais processos. E com a mesma franqueza e com a mesma sobranceria com que levantou o seu protesto contra a infração da ordem constitucional pelo presidente da República, faz sentir também a sua reprovação aos atos de violência com que uma parte da guarnição federal do Rio de Janeiro acaba de ofender a ordem material do País. (...) Dentro da ordem, sempre; nunca pela desordem, parta de onde partir, tenda para onde tender — é êste o nosso lema, supremo e inderrogável."[298] Mas a desconfiança dos políticos em relação aos militares era também muito grande. A unidade entre essas fôrças demandaria tempo e seria fruto da pressão da realidade: só unidos poderiam vencer. As fôrças políticas do situacionismo, por seu lado, estavam cegas para a realidade: nem mesmo um sintoma sério como o volume que apresentava a imprensa da oposição teve condições para alertá-las. Quando o *Jornal do Comércio*, servidor de todos os governos, passou a formar com a oposição o quadro assumia colorido suficiente para merecer cuidados. O velho órgão, porém, poderia escrever o que quisesse, sempre havia *O País* para responder. A 11 de julho de 1929, Getúlio Vargas escreveria ao presidente Washington Luís, participando-lhe a aceitação de sua candidatura, levantada pelo govêrno de Minas Gerais.

A maioria da imprensa formou com a Aliança Liberal, que agrupou as fôrças de oposição.[299] Quando a campanha da sucessão se desencadeou, formavam com a candidatura Vargas o *Correio da*

[298] *A Federação*, Pôrto Alegre, 7 de julho de 1922.
[299] Osvaldo Aranha daria contas disso a Getúlio Vargas, no início do segundo semestre de 1929: "O *Correio*, depois do meu entendimento com o dr. Paulo Bittencourt, caminhou francamente para nós. Essa entrevista rematará a adesão. *O Globo* melhorou muito e *A Noite* mantém-se em caráter informativo. A imprensa dos Estados está conosco, a melhor. O *Estado de São Paulo* já é virtualmente nosso."

Manhã; os *Diários Associados,* de Assis Chateaubriand, em franca expansão nos Estados; o *Jornal do Comércio,* com Félix Pacheco, Oscar e Vitor Viana; A *Manhã,* na fase em que a dirigiu Adolfo Pôrto; *O Combate,* de Caio Monteiro de Barros; *A Esquerda* e *A Batalha,* quando dirigidas por Leônidas de Rezende e José Augusto Mota Lima; *A Pátria,* quando dirigida por Francisco Valadares e Lindolfo Collor; o *Diário Carioca,* de José Eduardo de Macedo Soares. Como refôrço, e não pequeno, surgiria, em 1930, o *Diário de Notícias,* fundado por Orlando Ribeiro Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel Segundo. Em São Paulo, a situação era também excelente, pois a Aliança Liberal tinha o apoio do *Estado de São Paulo,* do *Diário Nacional,* do *Diário de São Paulo,* de *A Praça de Santos.* O mesmo acontecia na maioria dos Estados. O Govêrno contava, no Rio, com *O País,* dirigido por Alves de Sousa; *A Notícia,* de Cândido de Campos; *A Noite,* de Geraldo Rocha; e as revistas da emprêsa Pimenta de Melo: *O Malho* e *Ilustração Brasileira;* em S. Paulo, com o *Correio Paulistano,* dirigido por Abner Mourão; *A Gazeta,* de Casper Líbero; o *Jornal do Comércio,* de Mário Guastani, e o *Diário Popular,* de José Maria Lisboa; nos Estados, com o *Correio de Minas,* de Vitor e Paulo Silveira, em Belo Horizonte; *A Tarde,* de Simões Filho, na Bahia; e os órgãos oficiais nos Estados cujos governos acompanhavam a candidatura do Catete. A diferença era muito grande: a superioridade da imprensa oposicionista, impressionante. O clima político agitou-se, particularmente com o assassínio do deputado Sousa Filho, a 26 de dezembro de 1929. A 2 de janeiro de 1930, Getúlio Vargas, em comício na Esplanada do Castelo, lia a sua plataforma.

O terceiro decênio do século foi de grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial. Os jornais e revistas de vida efêmera são muito mais raros agora; dêles não há mesmo caso algum digno de registro destacado, por qualquer particularidade. Merecem referência, entretanto, *O Mé,* de 1921, no agitado clima em que viveu o país quando da sucessão do presidente Epitácio Pessoa; *A Lanterna,* de 1926; *O Papagaio,* de 1928. Duraram mais: *O Juquinha,* de 1921 a 1923; *A Maçã,* de 1922 a 1929; *O Shimmy,* de 1925 a 1928; Outras tiveram vida mais longa: o *Frou-Frou,* de 1923 a 1935; *Beira-Mar,* de 1922 a 1941; *Vida Nova,* de 1926 a 1946; *Excelsior,* de 1928 a 1945; *A Noite Ilustrada,* de 1928 a 1956. Em 1928,

com grande publicidade preparatória, surgiu *O Cruzeiro,* fundada por Carlos Malheiros Dias e que passou, posteriormente, a integrar como *A Cigarra,* o grupo de Assis Chateaubriand, ganhando circulação nacional, no que foi pioneira. Entre os jornais, cumpre mencionar *A Manhã,* que teve duas fases, a de 1925 a 1929 e a de 1941 a 1953; *A Reação* que circulou apenas em 1926 e 1927; a *Crítica,* que viveu de 1928 a 1930; *A Esquerda,* órgão tenentista que existiu entre 1928 a 1931; o *Diário da Noite,* que circulou de 1929 a 1962, integrado na cadeia dos *Diários Associados; A Noite,* que teve nova fase, quando Irineu Marinho a perdeu, de 1929 a 1957; *A Pátria,* fundada por Paulo Barreto, e que circulou entre 1920 e 1952; *O Combate,* que atravessou duas fases, de 1921 a 1923 e de 1929 a 1930; *O Dia,* que circulou de 1921 a 1922; a *Vanguarda,* que durou de 1921 a 1958; e o singularíssimo jornal humorístico de Aparício Torelly, depois *Barão de Itararé, A Manha,* que fêz sucesso entre 1929 e 1959. Apareceram, então, o *Diário Carioca,* que durou de 1928 a 1966; *O Globo,* fundado por Irineu Marinho, em 1925, e o *Diário de Notícias,* fundado por Orlando Ribeiro Dantas, em 1930, ambos ainda em circulação. Nesse mesmo ano, aparecia, em Pôrto Alegre, o *Diário de Notícias* local, dirigido por Leonardo Truda e posteriormente integrado, como o matutino baiano do mesmo nome e o velho *Jornal do Comércio,* do Recife, na cadeia dos *Diários Associados.*

A campanha pela sucessão de Washington Luís seria a última nos moldes da velha República; as condições do país, agora, eram muito diferentes, e a simples conjugação de elementos políticos de oposição e militares que só na luta armada viam saída para a situação, seria, ainda para os menos atentos, um sinal de alarma. Com a cegueira que o poder confere aos que o detêm, nas condições então reinantes, o govêrno nada queria ver. A luta era travada à base da imprensa — o rádio estava na infância — e com o emprêgo costumeiro da linguagem mais descomedida. Nos primeiros dias de fevereiro, a comitiva de Melo Viana era atacada, em Montes Claros, quando pretendia fazer comício de propaganda da candidatura oficial; a 28 dêsse mesmo mês, oficiais revoltosos fugiam da fortaleza de Santa Cruz; por tôda a parte, inclusive na oratória candente das caravanas da Aliança Liberal, o apêlo às armas era apregoado e aplaudido. Curiosa coincidência fêz com que as eleições presidenciais, em 1930, caindo o 1.º de março em pleno carnaval, contrastassem o sentido bélico que o pleito assumira e o

sentido alegre da festa tradicional. Os resultados, como sempre, foram duvidosos, inquinados de fraudulentos pelos perdedores; como sempre, o poder, que podia definir a contagem dos votos, declarava vitorioso o seu candidato. Políticos e militares antecipadamente inclinados à solução pela fôrça supuzeram-se com mais fortes razões para adotá-la. Mas, como da outra vez, ouviu-se a palavra oracular de Borges de Medeiros, em sensacional entrevista concedida à *Noite*: "O Rio Grande do Sul republicano, que é a grande maioria, a quase totalidade do Estado, reconhecerá lealmente a derrota do seu candidato, que é também o seu presidente. E, portanto, reconhecerá como legal o govêrno do Dr. Júlio Prestes. (...) ...o povo do Rio Grande não dará um só passo para perturbar a ordem no País. (...) Nenhum homem de responsabilidade definida, de inteligência e de patriotismo, pensa na revolução, que seria, agora mais do que nunca, um crime monstruoso, um crime contra a Pátria." [300] O govêrno do Rio Grande do Sul, ademais, concluia com o govêrno federal o acôrdo em que êste se comprometia a respeitar os resultados do pleito para o Congresso, diplomando os senadores e deputados mais votados — mas só no que dizia respeito ao Rio Grande do Sul. A situação dominante, manejando os recursos de que o poder pròdigamente dispõe começava a deter a onda oposicionista.

Mas o poder não apenas cega, também dementa — quando não está estreitamente vinculado ao povo, que é a própria vida real — e, assim, as bancadas mineira e paraibana foram profundamente feridas, os menos votados sendo reconhecidos como eleitos. Logo adiante, precedido de áspera troca de injúrias entre o *Jornal do Comércio*, do Recife, e *A União*, da Paraíba, surgira o levante de Princesa, município paraibano que, sob a chefia de político bafejado pelo apoio do Catete, voltava-se contra o govêrno do Estado, chegando ao cúmulo de baixar o decreto n.º 1, de junho de 1930, que "proclama provisòriamente a independência do município de Princesa, separando-o do Estado da Paraíba".[301] A rebelião interna, que teria sido inviável sem a criminosa conivência e incentivo do govêrno federal e do govêrno de Pernambuco, mostra a que ex-

[300] *A Noite*, Rio, 19 de março de 1930.
[301] Êsse "decreto" singular foi publicado no *Jornal de Princesa*, órgão do "Território de Princesa", que circulou a 21 de junho de 1930 naquele município.

tremos a reação levava os seus desejos de vingança esmagadora contra os que haviam ousado enfrentar as decisões políticas do Catete. Êsses erros, que raivam a demência, é que revitalizaram o ímpeto dos que desejavam a saída de fôrça, pelo recurso das armas, e que vinham perdendo terreno desde a realização do pleito, a 1.º de março, terreno que se perdera ainda mais, com os dois profundos golpes desferidos em maio: a morte de Siqueira Campos, no dia 9, e a entrevista em que Prestes abandonava a conspiração, escolhendo o caminho do comunismo, divulgada pelo *Diário Nacional* em S. Paulo, a 30. O momento da virada veio após a morte de João Pessoa, assassinado no Recife a 26 de julho: era, pràticamente, um convite à decisão pelas armas. Daí por diante, não foi mais possível deter o desenvolvimento da conspiração político-militar. Emoldurando o gigantesco quadro do descontentamento, a crise capitalista dos fins de 1929 configurava conseqüências profundas para a economia brasileira.

O policialismo — característica constante das fases de deterioração do poder — tornava-se insuportável: não satisfeito de vigiar e perseguir pessoas cujas atividades conspirativas fôssem pelo menos verossímeis, enveredava pelas invenções mais absurdas. Em fins de setembro, por exemplo, foi prêso, em Vigário Geral, o marinheiro João Cândido, comandante da esquadra revoltada em 1910. Conduzido à Polícia Central, por ordem do delegado Oliveira Sobrinho, foi ali interrogado sôbre o paradeiro de Pedro Ernesto e João Alberto, com os quais se encontrara, segundo denúncia de um *tira*, na casa de João Pallut, um dos grandes banqueiros do jôgo do bicho no Rio, diretor dos jornais oposicionistas *A Batalha* e *A Esquerda* e um dos financiadores da conspiração. A dénuncia era falsa, mas João Cândido ficou sob vigilância policial.

O movimento irrompeu na tarde de 3 de outubro e, sob muitos aspectos, surpreendeu o Govêrno que começou a agir, fazendo numerosas prisões: além de políticos, foram particularmente visados jornalistas: "Redatores e operários de *A Batalha*, *A Esquerda*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Diário da Noite* foram detidos. Os secretários e diretores de todos os jornais, convidados a comparecerem ao gabinete do chefe de Polícia, receberam instruções quanto ao noticiário permitido. Alguns jornais deixaram de circular.[302] Como sempre, a Associação Comercial solidarizou-se com

[302] Hélio Silva: *1930. A Revolução Traída*, Rio, 1966, pág. 349.

o Presidente da República.[303] Vargas, de sua parte, esclarecia os meios internacionais sôbre o movimento e seus propósitos, em entrevista transmitida a *La Nación*, de Buenos Aires. Tinha as suas razões: o anticomunismo, ainda na infância aqui, andava propalando coisas inexatas, inverossímeis aliás, em relação ao movimento.[304] A 24 de outubro, a guarnição do Rio de Janeiro depunha o presidente Washington Luís: o *Diário da Noite* abriu a primeira página com manchete: "Viva o Brasil! Viva a República Nova e Redimida!" A cidade se encheu de povo nas ruas e a alegria da vitória foi acompanhada de represálias, voltando-se a fúria popular contra a imprensa governista.[305] A 3 de novembro, Getúlio Vargas rece-

[303] "No dia 6 de outubro foi assinado o ato 9.352, decretando feriado nacional até o dia 21, 'atendendo às circunstâncias graves criadas para o Brasil pelos Estados da Federação'. A medida visava evitar a corrida aos Bancos, o protesto de letras, acautelando os interêsses comerciais sem decretação da moratória. Tal decreto causou alarma e não foi acompanhado de uma explicação mais detalhada. A Associação Comercial, porém, resolveu solidarizar-se com o presidente da República, transmitindo-lhe o teor de uma moção, aprovada unanimemente, manifestando a esperança de que o patriotismo dos brasileiros encontrasse o caminho de volta ao regime da paz, em bem dos interêsses supremos do País. Assinavam-na o conde Ernesto Pereira Carneiro, presidente efetivo, e o comendador Afonso Vizeu, presidente honorário. Para desincumbir-se da missão estêve no Catete uma comissão composta dos Srs. Pereira Carneiro, Eduardo Silva Araújo, Albino Bandeira, Costa Pires e Eugênio Gudin." (Hélio Silva: op. cit., págs. 356-357.)

[304] "Roberto Alves, que secretariou Getúlio Vargas em seu exílio de Santos Reis, conta que Getúlio teria revelado um episódio importante para o estudo da revolução de 1930. Soube, naquele momento, que o presidente Washington Luís recebera denúncia de que o movimento tinha tendências comunistas. Possìvelmente a versão se originara de seus contatos com Luís Carlos Prestes. A informação fôra, porém, acolhida e a ponto do então cardeal secretário do Vaticano, Eugênio Pacceli, mais tarde coroado como Pio XII, ter indagado do arcebispo de Pôrto Alegre, Dom João Becker, se a acusação era verdadeira. Vargas mostrou a Roberto Alves a cópia da resposta do arcebispo de Pôrto Alegre: — "A revolução, que simultâneamente irrompeu no Rio Grande do Sul e vários outros Estados do Brasil, não é de origem comunista." Esta resposta categórica deve ter sido transmitida pelo Vaticano ao cardeal D. Sebastião Leme e possìvelmente influído na sua conduta em 24 de outubro." (Hélio Silva: op. cit., pág. 391.)

[305] "Grupos de populares começaram a depredar as redações dos jornais governistas. Líderes improvisados e conhecidos políticos aliancistas concitavam à destruição. Apareceram latas de gasolina que eram derramadas às portas dos edifícios, ateando-se os incêndios. O ma-

bia o poder, entregue pela junta militar que comandara o movimento de 24 de outubro na capital. Iniciava-se o Govêrno Provisório.

A nova fase da vida republicana trazia, evidentemente, aprofundamento de velhas contradições na sociedade brasileira. Tais contradições teriam oportunidade transitória de manifestação no campo de política, denunciando-se pelo antagonismo e o choque na própria intimidade das fôrças que se haviam conjugado para derrubar o govêrno; de um lado ficavam os que supunham estar encerrado o problema com a substituição de personagens no poder, de outro lado ficavam os que supunham que era chegado o momento de introduzir profundas alterações no próprio regime. Os primeiros compuseram-se depressa com as fôrças e as personagens vencidas na véspera; trataram de alijar os últimos de tôda parcela de poder, com a intenção de impedir qualquer alteração no regime. O movimento era de caráter burguês, evidentemente, e aproveitava a brecha do enfraquecimento da economia de exportação, de base latifundiária. Mas não chegara à vitória, como nas revoluções burguesas clássicas, pela aliança da burguesia com camadas e classes inferiores, o proletariado ou o campesinato. Podia, por isso mesmo, transigir com o latifúndio debilitado pela crise, fazendo dêle seu aliado para impedir qualquer reforma, qualquer avanço que lhe perturbasse os privilégios e as vantagens. O imperialismo, embaraçado pela crise desencadeada em 1929, dava uma folga transitória em sua inexorável pressão: para êle, tratava-se, desde que a crise se iniciara, de transferir os seus efeitos às áreas dependentes. Há, entretanto, nos movimentos de alguma amplitude — e o de 1930 foi dêsse tipo — uma dinâmica que não se atem ùnicamente às intervenções intencionais, oriundas de atos de vontade:

jestoso edifício de *O País*, construído com a própria Avenida Central, em sua esquina com a rua 7 de Setembro, converteu-se num imenso fogaréu. Magotes invadiam o prédio, arrancando os móveis, livros e coleções, espatifando tudo e jogando material para a fogueira. A Agência Americana, instalada em um dos andares superiores, *A Notícia*, mais além, na mesma Avenida, a *Gazeta de Notícias*, na rua do Ouvidor, a *Crítica*, de Mário Rodrigues, a *Vanguarda*, de Oséias Mota, eram pilhadas e queimadas. *A Noite*, no edifício da praça Mauá que tem o seu nome, sofreu o vandalismo da revolução. O alto prédio foi tumultuado, os elevadores parados e um rico e lindo lustre que havia no *hall* desapareceu misteriosamente. Pelas ruas, estendiam-se passadeiras brancas de bobinas de papel de jornal. A polícia, impotente, omitia-se." (Hélio Silva: op. cit., págs. 382-383.)

daí o avanço que realmente trouxe ao país, o seu caráter progressista, o seu considerável saldo, assinalando, em suma, um momento marcante, um rompimento com o passado.[306]

O movimento liquidara, pràticamente, a imprensa que apoiava a situação anterior. Mesmo os jornais que não haviam sido destruidos e por isso não puderam voltar a circular de imediato, sofreram graves conseqüências. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, tivera sua redação invadida e fôra forçado a ficar uma semana sem circular. Reapareceria, com a substituição de Anibal Freire por Bricio Filho, que fazia auto-censura, examinando tôda a matéria. Em S. Paulo, empastelados também, os jornais governistas demoraram a retornar. *A Gazeta*, com a indenização que acabou recebendo dos cofres públicos, iniciou a construção do majestoso edifício de sua nova sede, à rua da Conceição, inaugurado em 1939, e voltou a circular muito em tempo de participar ativamente na mobilização dos espíritos para o movimento dito Constitucionalista, de 1932. Os bens do *Correio Paulistano* ficaram a cargo de um depositário; o nôvo govêrno do Estado desapropriou-o, anexando suas oficinas à Imprensa Oficial; nelas apareceu, em 1931, o órgão da Legião Revolucionária, que pretendia, ali, ocupar o lugar dos velhos partidos políticos, *O Tempo*. Com o interventor militar, a censura à imprensa foi rigorosa. Em S. Paulo, a cisão entre as componentes do movimento de 1930 manifestou-se cêdo: a redação do *Diário Nacional* que hostilizava o interventor foi invadida, e a edição apreendida. A interventoria passou, depois, a outro militar, o coronel Manuel Rabelo.[307] Em janeiro de 1932, como sinto-

[306] Jornalista conquistado pela política, que lhe dera uma cadeira de senador, Costa Rêgo, escrevia a um amigo que formava entre os dirigentes do movimento vitorioso: "Vocês deitaram o Brasil de pernas para o ar. Não tenho entusiasmo pelo que fizeram. Sinto-me, cada vez mais, por formação, tendências e, quem sabe? herança dos meus, um homem da *direita*, que não acredita em certos deuses da democracia, um dos quais, aquêle que você invocou, a opinião, eu bem sei como se fabrica." (Afonso Arinos de Melo Franco: *Um Estadista da República. Afrânio de Melo Franco e Seu Tempo*, 3 vols., Rio, 1955, pág. 1.369, III.)

[307] Homem de princípios, ingênuo em política e de nobres intenções, o interventor Manuel Rabelo, oficial de grande dignidade, forneceu boa matéria à imprensa com o aviso que fêz publicar no *Diário Oficial* do Estado, a 26 de novembro de 1931, relativo à liberdade de mendicância: "a recusa ao trabalho não é um vício peculiar às classes pobres", "a contemplação da sociedade demonstra que o maior núme-

ma da situação, aparecia o jornal *O Separatista*, afirmando: "A separação de São Paulo do Brasil é uma fatalidade histórica. Mais, é uma fatalidade econômica." O temor à atividade da ala reformadora do movimento de outubro aumentava a cada passo: "Um diretor da Federação das Indústrias, o ultra-reacionário Sr. Horácio Láfer, em longa entrevista publicada no *Diário da Noite*, disse, entre outras coisas: "Não é pessimismo afirmar-se que no estado atual, desde o momento em que se constituem centros operários em forma de Sindicatos, a paz do trabalho terá desaparecido".[308]

Como a maior parte dos jornais ligados à situação anterior a 1930 não tivesse ainda condições materiais de retôrno à circulação, surgia uma nova imprensa oposicionista das divergências entre as correntes vitoriosas no movimento de outubro. O *Diário Carioca*, no Rio, que ganhara autoridade com aquêle movimento, romperia com o Govêrno pouco depois dêsse instalado. Em fevereiro de 1932, um grupo de oficiais do Exército depredou sua redação, à praça Tiradentes. A repulsa da imprensa foi significativa: todos os jornais paralisaram suas atividades por 24 horas. A propriedade do jornal passou a Horácio de Carvalho, industrial que se fazia jornalista; a redação se transferiu para a praça 11 de Junho. A situação política agravava-se progressivamente, surgindo duas correntes: a que pregava a urgente reconstitucionalização do país, pela convocação de eleições para uma Constituinte, e a que pretendia prolongar o regime de Govêrno Provisório. A maioria da imprensa defendia a primeira solução; em São Paulo, a questão adquiria traços específicos e a imprensa, ali, preparava o clima propício à eclosão, a 9 de julho de 1932, do movimento dito Constitucionalista, em que o rádio teve, pela primeira vez na vida política brasileira, papel de destaque. Além do comando que, incontestàvelmente, exerceram naquele movimento o *Estado de São Paulo* e *A Gazeta*, surgiria, então, o *Correio de São Paulo*, órgão dos revoltosos, dirigidos por Rubens do Amaral, cujas crônicas diárias eram lidas no rádio por César Ladeira. Os *Diários Associados*

ro de vadios é formado pela burguesia", "são nocivos os ricos ociosos, que vivem em pleno desregramento moral, sem nada produzirem", "ocultar os mendigos aos olhos dos forasteiros é querer iludir a êstes quanto à anarquia social em que todos os ocidentais vivemos", "a dignidade da mendicidade escapa — como a de qualquer outra função proletária — à competência judiciária dos órgãos do govêrno."

308 Everardo Dias: op. cit., págs. 185-186.

ficaram ao lado do movimento paulista e, derrotado êste, surgiu sério perigo para a emprêsa, já de grande dimensões, montada por Assis Chateaubriand. No Rio, o Govêrno ocupou-os e o chefe de Polícia, João Alberto, utilizando as oficinas de *O Jornal*, lançou *A Nação*, dirigida por J.S.Maciel Filho e em que se iniciou no noticiário forense Evandro Lins e Silva. Para salvar o seu patrimônio jornalístico em Minas Gerais, com a ajuda de Virgílio de Melo Franco, Chateaubriand colocou na direção dos *Diários Associados* dali a Afonso Arinos de Melo Franco, passando Dario de Almeida Magalhães para os seus jornais cariocas. O acôrdo era simples: em troca da salvação, Chateaubriand permitia que os seus jornais mineiros servissem à política adotada por Virgílio de Melo Franco no Estado. Isso fêz com que o governador Olegário Maciel, mobilizando os intelectuais do govêrno, organizasse *A Tribuna*. Em 1933, entretanto, Afonso Arinos escreveu editorial de crítica a Antônio Carlos e disso decorreu o fim do acôrdo. É êle quem conta o episódio: "Segundo instruções do Rio, o artigo foi lido pelo telefône, para a direção carioca (não pude apurar certamente quem o ouviu), e a ordem de censura foi dada. Meu artigo não sairia. A pretexto de não se melindrar Antônio Carlos, era minha hostilidade à situação que ficava proibida. Como poderia eu, daí por diante, dirigir o jornal, se a minha própria pena ficava policiada pela censura telefônica?"[309] Note-se: não era censura da autoridade, mas do próprio jornal.

O movimento de 1932, apesar de militamente vencido, conseguiu alcançar as suas finalidades aparentes: já em 1934, anistiados os seus elementos mais graduados, a Constituinte reunia-se e elaborava a nova carta política nacional e elegia Getúlio Vargas para a presidência da República, por via indireta assim. A turbulência política aumentava, entertanto, colocando agora em gritante evidência a chamada questão social: na medida em que direitos democráticos iam sendo conquistados, em que se ampliava a participação popular na atividade política, as velhas fôrças sentiam-se alarmantemente feridas e ameaçadas, e a burguesia, que alcançara uma parcela do poder político, pela qual vinha lutando de há muito, e que se desenvolvera econômicamente com a folga permitida pelo imperialismo, ainda abalado pela crise, sentiu-se também ameaçada

309 Afonso Arinos de Melo Franco: *A Alma do Tempo*, Rio, 1961, pág. 326.

pelo avanço democrático, pelas formas de organização que o proletariado apresentava e pelas crescentes reivindicações econômicas e políticas apresentadas no decorrer da luta. A formação da Aliança Nacional Libertadora e a atração que ela começou a exercer nos meios militares alarmou o imperialismo e o latifúndio e levou a burguesia a aliar-se com êles para deter aquêles avanço. A conjuntura internacional assinalava a ascenção das formas direitistas e ditatoriais geradas no bôjo da crise do capitalismo: Salazar vinha dominando Portugal, sob a proteção do imperialismo, que financiara a tomada do poder, na Itália, por Mussolini, e lhe permitira consolidar-se, a ponto de lançar-se na aventura africana; em 1933, finalmente, o partido nazista de Hitler empolgara o poder, na Alemanha. Tratava-se, aqui, de seguir receita amarga, e por isso surgira o integralismo, cujo palavroso e falso apêlo ao nacionalismo embalava os incautos. O tratamento dado aos assalariados era duro: inclusive na imprensa.[310]

Foi esta intensamente utilizada, então, para estabelecer o pânico indispensável à solução salvadora; tinha, agora, pelo seu desenvolvimento técnico, tôdas as condições para isso. Foi a primeira das grandes campanhas nacionais — a do movimento constitucionalista ficara limitada ao Estado de São Paulo — a que a imprensa brasileira se entregou. Ao lado dessa arma terrível, o terror foi também empregado, em doses crescentes: "Um jornalista imperava na cidade. Era Aparício Torelly, o popular 'Barão de Itararé', à frente de valente equipe, no *Jornal do Povo*. Anunciou dez reportagens sensacionais sôbre a vida de João Cândido. Sairam duas. Na terceira, o conhecido homem de imprensa foi seqüestrado por oficiais da Marinha e conduzido para a Barra da Tijuca, onde sofreu vexames. Foi por isto, certamente, que o 'Barão' mandou escrever, na porta da redação: — 'Entre sem bater.'"[311] As violências policiais foram se transformando em rotina. A Aliança Nacional Libertadora foi fechada. Em fins de novembro de 1935, irrompia o levante, quase puramente militar, prontamente repri-

[310] "Levado por Maurício de Lacerda para trabalhar no *Jornal do Brasil*, onde o conde Pereira Carneiro, conde por obra e graça do Vaticano, tirou-me a pele da carne, pagando 100 cruzeiros por mês para ficar na redação das 8 horas da noite às 4 da madrugada, aproveitava as horas de folga para ler as coleções antigas." (Edmar Morel: *A Revolta da Chibata*, 2.ª ed., Rio, 1963, pág. 13.)
[311] Edmar Morel: op. cit., pág. 13.

mido, instalando-se, então, o terror aberto, sistemático, pródigo em torpezas.[312] A imprensa empresarial criou as condições para o desencadeamento e a manutenção dêsse clima de pânico e de mêdo. Pagou por isso, pouco depois, como o Congresso que, tendo cedido tudo, inclusive a retirada e espancamento de membros das suas duas casas, e votado o estado de sítio e o estado de guerra, acabou fechado.

A imprensa vinha se desenvolvendo, normalmente, embora começasse a sentir já os efeitos da inflação. Os jornais elevaram, em 1932, o preço do exemplar para 300 réis nos dias úteis e 400 réis nos domingos. As coleções dos jornais apresentam, para quem as lê agora, surprêsas interessantes: num concurso de contos realizado pelo *Jornal do Brasil*, em 1933, Marques Rebêlo tirou o segundo lugar, com "Vejo a lua no céu", o primeiro soube a original remetido de Maceió por José de Morais Rocha e intitulava-se "Major Faustino". Coelho Neto comandaria campanha contra o profissionalismo implantado no futebol carioca, nesse mesmo ano. A 13 de maio de 1934, ao escrever o seu artigo para o "Registro Literário", falecia João Ribeiro; em novembro desaparecia Coelho Neto. Em 1935, o *Jornal do Brasil* tomou a ousada iniciativa de mandar correspondente especial acompanhar a guerra dos fascistas na Abissínia, mas escolheu um correspondente francês, em Paris. Surgia, em S. Paulo, o mensário *Política*, dirigido por Cândido Mota Filho; em 1933, começava a circular ali *O Dia;* em 1934, surgiria a *Revista do Arquivo Municipal* que Mário de Andrade fêz, em 1936, órgão do Departamento Municipal de Cultura. Começava a circular, em 1935, o *Jornal de Notícias*, dirigido por José Carlos Pereira de Sousa. Aparecia, em 1936, como órgão da seção local da Associação dos Geógrafos Brasileiros, *Geografia*, fundada por Caio Prado Júnior, F.O. de Morais Rêgo, G. Paula Sousa e A. Machado, circulando até o ano seguinte. Em março de 1935, o prefeito Fábio Prado regulava a profissão de vendedor de jornais, na capital paulista.

Em Belo Horizonte, fôra fundada, em Julho de 1934, a *Fôlha de Minas*, que durou até fins de 1935; ficava cada vez mais di-

[312] Onde o movimento durou dois dias, em Natal, apareceu, a 27 de novembro, *A Liberdade*, órgão do "Govêrno Popular Revolucionário do Estado do Rio Grande do Norte", publicando o decreto que destitui o governador e dissolve a Assembléia Legislativa local.

fícil manter um jornal: "O problema se agravou ainda quando, em novembro de 1935, veio a intentona comunista, pretexto admirável para Vargas impor o estado de sítio e a censura à imprensa em todo o país. Para um jornal sério e de oposição, a vida, já precária, tornou-se impossível. Nossa única fôrça, que era o poder de crítica aos governos, desapareceu. (...) Começou, então, a humilhante e penosa história dos atrasos de pagamento ao pessoal; das solicitações aos vendedores de papel e tinta que me recebiam de cara fechada; das amargas esperas nas ante-salas dos banqueiros inabordáveis, embora sempre exemplarmente corteses."[313] Êsse é um exemplo apenas da impossibilidade de existência, na fase da imprensa empresarial, de jornais sem grandes recursos. Tudo agravado, naturalmente, nos regimes ditatoriais. O fim não deixa de ser melancólico e, nesse caso particular, foi também natural: "Estávamos crentes de que a *Fôlha de Minas* seria preservada, como jornal livre, embora transferida para o domínio de poderosas emprêsas econômicas. Nunca soubemos, antes, que o propósito dos compradores era fazer dela — o arauto da rebeldia, a trombeta do inconformismo — o melancólico órgão oficial em que se transformou, pobre carcaça, vogando aos caprichos dos ventos palacianos, num mar de sabujismo."[314]

Getúlio Vargas soube e teve as condições para empolgar a tendência direitista que se acentuou no país, destinada a deter o avanço democrático, instaurando, por via de golpe palaciano, em novembro de 1937, o Estado Nôvo, regime ditatorial que se sucedeu à vigência da Constituição de 1934. No mesmo dia em que, fechado o Legislativo, assumia todos os podêres, assessorado e estimulado pelos chefes militares, com os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra à frente, baixou outra Constituição, preparada por antigo inspirador de legião de camisas amarelas, Francisco Campos, adaptada de modêlo totalitário europeu e por isso logo apelidada de "polaquinha". Com a ditadura surgiu, inevitàvelmente, implacável censura à imprensa e, mais do que isso, a proibição de novos jornais, o fechamento de outros: "A censura, por exemplo, em São Paulo, foi das mais severas do país e o contrôle da imprensa falada e escrita, especialmente no período da ditadura estadonovista, quando se cercearam todos os veículos de divulgação

313 Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág.s. 340-341.
314 Afonso Arinos de Melo Franco: op. cit., pág. 343.

existentes entre nós. (...) No negro período de 1937-1945, foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados por determinação do executivo e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa."[315] A ditadura criou órgão específico, o Departamento de Imprensa e Propaganda, chefiado por Lourival Fontes, segundo o modêlo nazista; o famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos. Nos Estados, foram instalados os Departamentos Estaduais de Imprensa, DEI, que faziam o mesmo serviço: "Nos dias mais agudos da ditadura, êsse contrôle de imprensa destacava censores em cada jornal e nenhum original descia às oficinas sem o 'visto' do fiscal do govêrno. (...) Uma sala especial foi montada para o contrôle das estações de rádio. Cada estação tinha um censor responsável que acompanhava , nos seus três períodos de funcionamento, os vários programas, anotando o que de estranho se verificasse, transmitindo ao chefe do contrôle as irregularidades porventura apuradas."[316] Os jornais passaram, assim, por gôsto ou a contragôsto, a servir à ditadura. Em março de 1940, a redação do *Estado de São Paulo* foi ocupada pela polícia militar: acusando os proprietários e diretores de terem ali armas escondidas, o jornal foi tomado, reaparecendo diretamente subordinado ao DIP, sob a direção de Abner Mourão, vindo do *Correio Paulistano.* O DIP distribuia verbas a jornais e emissoras: "Jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam, o quanto era possível enriquecer-se e corromper-se."[317] Entre os jornais empresariais, raríssimos foram os que não se corromperam. Constituiu exemplo digno de lembrança, o caso excepcional do *Diário de Notícias,* do Rio, em que Orlando Ribeiro Dantas manteve atitude de compostura.

As duas grandes organuizações do Estado Nôvo foram, sem a menor dúvida, o DIP e a DOPS. A história das mazelas policiais de tal regime ainda não foi contada, mas foram numerosas as publicações que, desde 1945, as denunciaram, em aspectos parciais[318] O depoimento de Everardo Dias pode servir de exemplo,

[315] Freitas Nobre: *História da Imprensa de São Paulo,* S. Paulo, 1950, pág. 95.
[316] Freitas Nobre: op. cit., pág. 96.
[317] Freitas Nobre: op. cit., pág. 96.
[318] Nelson Werneck Sodré: *História Militar do Brasil,* Rio, 1965. Nesse livro são apreciados alguns, só alguns, casos de torturas aplicados pelos DOPS e outros órgãos de repressão.

simples exemplo, pois, dessa forma ou de outra, milhares de pessoas foram presas, torturadas, assassinadas, vigiadas: "O autor passou meses ou anos, durante um bem acidentado período (de 1917 a 1937), conservado nos presídios e respondendo a vários processos. Sempre vigiado, sempre suspeitado. De 37 em diante, durante o terror branco do Estado Nôvo, teve de viver como um ser abúlico, para não ser encarcerado, ou talvez pior. Tinha de dizer o que fazia, onde morava, que profissão exercia, de que vivia, que amizades cultivava... Vivia num subúrbio da capital e tinha, para tomar o trem, que exibir um salvo-conduto... Sempre a mercê de *tiras* nem sempre delicados e compreensivos, pelo contrário exigentes e rosnando ameaças..."[319] Apesar dêsse clima, como só restava, para a imprensa livre um recurso, o da clandestinidade, foi este bastante usado.[320]

A relação dos desmandos que caracterizaram o Estado Nôvo não cabe, evidentemente, aqui.[321] As conseqüências que essa forma totalitária do govêrno trouxe à imprensa não necessitam ser detalhadas, bastando situar o problema da ausência de liberdade de pensamento e a institucionalização da censura para compreender quão graves e profundas foram. A caricatura, para só mencionar um aspecto da situação, entrou em decadência; não poderia sobreviver em tal clima: "A partir de 1937, com a implantação do Estado Nôvo e a criação do D.I.P. (Departamento de Imprensa e Propaganda), a caricatura política brasileira, que dera os mais belos frutos até então, perdeu terreno, arrefeceu o ímpeto, asfixiada por oito anos de pressão policial, notando-se no particular a circunstância de se comemorar justamente naquele ano *um século* do seu aparecimento entre nós (14 de dezembro de 1837-10 de novembro de 1937)."[322] A falta de liberdade liquidara a caricatura, ou melhor, o que aparecia, então, era caricatura da caricatura: "Compreende-se assim, fàcilmente, que ninguém mais do que a

319 Everardo Dias: op. cit., pág. 315.

320 A história da imprensa clandestina sob a ditadura exigiria trabalho específico; sem falar nos órgãos comunistas, que foram vários, pode-se mencionar a *Fôlha Dobrada,* de 1939, logo apreendida, e *A Resistência,* de 1944.

321 Além de ser trabalho literário já clássico, é importante para conhecimento daquela época a obra de Graciliano Ramos: *Memórias do Cárcere,* 4 vols., Rio, 1954.

322 Herman Lima: op. cit., pág. 159, I.

caricatura precisa de liberdade, para a criação de suas obras tantas vêzes capaz de atravessar o tempo. Era assim que em pleno *Estado Nôvo,* falando à *Revista da Semana,* em agôsto de 1944. O mesmo J. Carlos afirmava categòricamente a decadência vertiginosa da caricatura, entre nós, por falta de ambiente propício, porque 'reproduzir nos jornais, deformando-a, a cara de pessoas ilustres, famosas ou conhecidas por qualquer motivo, não tem nenhuma significação' — não sendo diferente a atitude de Alvarus, ao ser ouvido na mesma ocasião: 'Atualmente, a caricatura política está reduzida a dois bonecos, um virado para o outro, debaixo dos quais se escreve uma legenda qualquer. A família da caricatura está sèriamente doente: intoxicação totalitária."[323]

O irrompimente da segunda Guerra Mundial, em 1939, teria reflexo muito profundo no Brasil: na fase inicial, de avanço vitorioso e irresistível das fôrças nazistas, fascistas e nipônicas, êsses reflexos foram no sentido de fortalecer o regime totalitário aqui dominante; o Brasil adotou posição neutra, o noticiário da imprensa e do rádio mostrava isso; a partir da entrada dos Estados Unidos no conflito, em 1941, aquêles reflexos se fizeram em sentido opôsto; a entrada do Brasil na guerra, no segundo semestre de 1942, foi, realmente, a consolidação dessa mudança: o Estado Nôvo começou a deteriorar-se ràpidamente. No decorrer dessa evolução, a imprensa teve condições para desafogar progressivamente as suas manifestações. A maioria dos jornais tomou o partido dos países que combatiam o nazi-fascismo: a propósito do que ocorria no exterior, as críticas visavam o que acontecia no próprio Brasil. A caricatura, assim, lentamente libertada, foi, aos poucos, recompondo a sua feição. Nisso se distinguiu particularmente Belmonte, cujo calunga *Juca Pato* buscava expressar o sentimento popular e cuja campanha contra o totalitarismo externo teve grande alcance.[324] O fechamento e expropriação pela violência do *Estado de São Paulo,* em 25 de março de 1940, e o aparecimento de jornais governistas apenas, como *A Manhã,* no Rio, em 1941, e

[323] Herman Lima: op. cit., pág. 30, I.
[324] Benedito Bastos Barreto (1897-1947), conhecido como *Belmonte,* nasceu em São Paulo. Abandonou o curso de Medicina para dedicar-se inteiramente à caricatura: estreou aos quinze anos na revista *Rio Branco,* colaborou na *Carêta, Fon-Fon, Revista da Semana, O Cruzeiro,* do Rio, mas sua carreira foi, no essencial feita na *Fôlha da Noite,* de São Paulo, para a qual trabalhou desde o início de sua cir-

A Noite, em S. Paulo, em 1942, dirigida aquela por Cassiano Ricardo e esta por Menotti del Picchia, ao lado do desaparecimento de jornais como *A Ofensiva*, em 1938, e *Correio da Noite*, em 1939, caracterizam a primeira fase. É ainda nessa fase que o Govêrno se preocupa com a sua propaganda, conseguindo lançar e manter revistas culturais, como *Planalto*, quinzenário paulista editado pelo Departamento Estadual de Imprensa, circulando de 15 de maio de 1939 a 1.º de abril de 1942, ou como *Cultura Política* editada no Rio pelo DIP, sob a direção de Almir de Andrade. *A Manhã*, do Rio, e *A Noite*, de S. Paulo, pertenciam às Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio da União, entre as quais estava ainda a mais poderosa emissora do país, a Rádio Nacional. Um dos poucos jornais de emprêsa particular lançados nessa fase foi o *Jornal da Manhã*, em S. Paulo, dirigido por José Carlos Pereira de Sousa, tendo Galeão Coutinho como redator principal.

Exemplo típico do clima em que vivia o país, nessa primeira fase da guerra, foi a prisão de Monteiro Lobato, que escrevera, a 5 de maio de 1940, carta a Vargas, a respeito da política do petróleo até então seguida pelo Govêrno. Quase um ano depois, a 20 de março de 1941, dois investigadores prenderam o escritor, no escritório da União Jornalística Brasileira. Lobato foi mantido incomunivável por vários dias, no presídio em que se misturavam presos comuns e presos políticos: "Eram espectros que se arrastavam, tontos, bobos, idiotizados — tantas foram as torturas que lhes infligiram no famoso e infame Gabinete. E entre os presos comuns tenho visto sinais horriveis... Não tem fim, Fernando, a lista de horrores... Muitos chegam e vão para a enfermaria — para morrer. Ora, não me consta que haja alguma lei autorizando a aplicação de torturas no Brasil. E se não há essa lei, então êsses atos constituem monstruosos crimes da Polícia."[325] Êsse libelo do escritor ficou sem resposta. Êle sabia que a corrupção ditatorial chegava a todos os campos, e acusava: "O que hoje se publica é palha apenas, porque os autores são obrigados a engulir as

culação, em 1921, até a morte, em 9 de abril de 1947, e onde criou o calunga *Juca Pato*, com o qual conquistou a simpatia do povo que via nesse boneco "a sua própria figura, sofredora, inquieta, desesperada e esquecida", destacando-se sua campanha anti-nazista, entre 1936 e 1946.

[325] Carta de Lobato a Fernando Costa. *In* Edgar Cavalheiro: *Monteiro Lobato. Vida e Obra*, 2 vols., S. Paulo, 1955, pág. 477, II.

suas idéias. Há no Estado Nôvo um mêdo pânico da liberdade do pensamento — daí a opressão"; sabia, também, que o Brasil daquele tempo apresentava "complexo sistema de parasitismo em repouso sôbre um larguíssimo pedestal de escravos andrajosos". Quando dos equívocos em tôrno da sua pretensa candidatura à Academia Brasileira de Letras — "guarda-nacional da literatura indígena", como a chamava, colocando nela uma das personagens de suas histórias infantis, o visconde de Sabugosa — concedeu entrevistas curiosíssimas aos *Diários Associados* e à *Revista da Semana*. Cassiano Ricardo, que trabalhava para o DIP, respondeu incluindo-o entre os "inimigos não só desta como de tôdas as instituições que representam valores permanentes e tradicionais, da ordem que êsses elementos da dissolução e da falta de palavra desejam subverter". Lobato era, assim, apontado ao DOPS, enquanto a Academia agasalhava o ditador, fazendo-o seu membro. Quando Lobato quis responder, o DIP não consentiu que a imprensa publicasse a resposta. Como Sobral Pinto mencionou, no *Jornal do Comércio*, depois, os escribas da ditadura provocavam polemicas e, em seguida, providenciavam para que o DOPS ou o DIP calassem os adversários."[326] Lobato foi condenado a seis meses de prisão; cumpriu a metade da pena. A experiência lhe foi proveitosa: viu a verdadeira face de muita coisa de que só conhecida a face aparente ou falsa.

A cultura brasileira atravessou um túnel, no Estado Nôvo; o romance posmodernista, que vinha em vigorosa ascenção, marcada particularmente pelos ficcionistas nordestinos, que fixavam, quase em documentários, a miséria nada pitoresca das populações daquela região, declinou, e a sua figura mais alta, o maior escritor brasileiro desde o desaparecimento de Machado de Assis, — Graciliano Ramos — fôra arrancado de sua função de educador, tivera a cabeça raspada como os senteciados e mofara nos presídios, sem processo, sem jamais ter sido ouvido; a ficção encolhera-se em psicologismos estéreis e em inconseqüentes fantasias. Ninguém podia escrever livremente, nem nos jornais, nem nas revistas, nem mesmo em livros; fogueiras dêles encheram as ruas e praças, bibliotecas foram vasculhadas e expurgadas, sob o clima de terror

[326] "Os pró-homens do Estado Nôvo eram engraçadíssimos: atacavam e, em seguida, corriam ao diretor do DIP a fim de pedirem providências, obstruindo os meios de defesa dos atacados." (Edgar Cavalheiro: op. cit., pág. 623, II.)

que abafava tudo. Revistas como *Carioca*, em circulação desde 1935, ou *Vamos Ler*, lançada em 1936 — ambas das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio da União, isto é, do Govêrno — forneciam a evasão, a primeira tratando de música, cinema, rádio; a segunda, de literatura, tudo na base de muita figura, apresentação boa, rodadas em rotogravura que eram. Em 1937, sob a direção de Brício de Abreu, começou a circular o semanário de letras *Dom Casmurro*, cuja coleção espelha com fidelidade o baixo nível da atividade literária da época. Como exceção, surgiria, em 1938, o semanário *Diretrizes*, a princípio sob a direção de Azevedo Amaral e Samuel Wainer, e, depois, apenas dêste: com esforços curiosos, muita malícia e alguma ousadia, passando assuntos entre as estreitas malhas do vastíssimo rol dos assuntos proibidos, essa revista teve, realmente, papel de relêvo na época, que foi ainda maior à medida em que, desde 1942 — o ataque japonês a *Pearl Harbour* ocorreu a 6 de dezembro de 1941 — os Estados Unidos juntaram-se aos Aliados. A participação da União Soviética na guerra, forçando a suspensão da propaganda anticomunista no ocidente, permitiu o combate ao nazi-fascismo e o Estado Nôvo começou a ser esvaziado de seu conteúdo originário e a debilitar-se. A intervenção brasileira no conflito, com a preparação e o embarque da FEB, acentuou êsse nôvo sentido do processo político.[327]

Começou a ressurgir o interêsse pelo estudo dos problemas nacionais, em particular os econômicos. Ao lado do *Observador Econômico e Financeiro*, mensário mantido por Valentim Bouças, apareceram outros, em S. Paulo, como a *Revista Industrial*, órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dirigida por Honório de Sylos, e o *Digesto Econômico*, órgão da Associação Comercial do Estado de São Paulo, dirigido por Rui Blóem, Rui Fonseca e Rui Nogueira Martins e, depois, por Antônio Gontijo de Carvalho, publicações mensais, ambas iniciadas em 1944 e a segunda ainda em circulação. Já era possível o aparecimento de novos jornais, começando a circular, no Rio, a *Fôlha Carioca*, em 1944, de que era diretor artístico Andres Guevara. Restava apenas romper declaradamente o cerceamento da censura: essa rutura foi todo um processo de alargamento de brechas, não podendo ser situada nas limitações de um gesto isolado. Assim, o *Diário de São*

[327] A Fôrça Expedicionária Brasileira teve, na Itália, dois pequenos jornais, o *Zé Carioca* e o *Cruzeiro do Sul*.

Paulo, depois de algumas hesitações, decidiu publicar sensacional entrevista de Monteiro Lobato, oportunidade em que o escritor teve a ousadia, para o momento, de "louvar o regime socialista e criticar a ordem capitalista", considerando Luís Carlos Prestes, prêso há cêrca de nove anos, como "um dos maiores brasileiros", e fazendo afirmações peremptórias: "É graças aos comunistas que hoje apodrecem na cadeias que a realização do sonho socialista se aproxima"; a "nossa ordem social baseia-se na miséria"; "O que a Rússia fêz nesta guerra, e o que está fazendo na ciência, na educação e em todos os setôres da vida humana é o maior dos milagres modernos e essa vitória da experiência russa, meu caro, não pode mais ser oculta aos olhos de todos os países, está aí a crise do mundo." O jornal teve de reimprimir a edição em que saiu a entrevista, uma semana depois, tal o interêsse que despertou. A 2 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida concedeu ao *Correio da Manhã* entrevista que abriu o problema eleitoral. No mesmo dia, o repórter Edgard da Mata Machado, de *O Globo,* conseguiu saber e divulgar que o candidato da oposição — que começava a mostrar-se ostensivamente — seria o brigadeiro Eduardo Gomes.

A 6 de dezembro dêsse ano, o *Estado de São Paulo* era restituido a Júlio de Mesquita Filho, que partilharia a direção com Plínio Barreto. Mantivera-se êste como colaborador do *Diário de São Paulo,* desde 1940. Com o fim do Estado Nôvo, abria-se outro horizonte para a imprensa; sinal dos tempos seria a constituição de sociedade anônima que empresaria o diário *Hoje,* em S. Paulo, agora como órgão do Partido Comunista, aproveitando, assim, o título da revista mensal fundada, em 1938, por Otávio Mendes Cajado. No Rio, o Partido Comunista começava a fazer circular também o seu órgão oficial. O *Diário Carioca* capitaneava, em 1946, a campanha do candidato Eduardo Gomes, agasalhando a sistemática difamação do candidato Iedo Fiuza, desenvolvida por conhecido foliculário; já não era aquêle jornal vibrante, em cujo grupo de fundadores estavam, saidos do *Imparcial,* que se tornara bernardista desde a sua compra por Henrique Laje, jornalistas como Osório Borba, Paulo Mota Lima, Andres Guevara e Mauro de Almeida, êste o inventor da história do mineiro que comprou um bonde. Os jornais do Rio passaram — os grandes matutinos, natuaralmente — a vender a 500 réis o exemplar, nos dias úteis, e 1.000 réis nos domingos.

O processo de redemocratização do país, iniciado sob excelentes auspícios, com o clima da liberdade reinante, seria violentamente truncado com o golpe militar de 29 de outubro de 1945, que depôs Getúlio Vargas. Após o intervalo em que governou o juiz José Linhares, assumiu a presidência o condestável do Estado Nôvo, general Eurico Gaspar Dutra, cujo govêrno, cheio de violências, foi o prolongamento natural da ditadura. Foi sob a pressão imperialista que se votou a Constituição de 1946, em que seria adrede inserido o dispositivo que representaria daí por diante e por muito tempo, impedimento formal a qualquer projeto de reforma agrária, uma vez que determinava que as desapropriações só poderiam ser feitas mediante indenização prévia, em dinheiro e pelo justo valor. Poucos foram os novos jornais aparecidos na quinta decada do século: em S. Paulo, desde 1931, as *Fôlhas da Noite* e *Fôlha da Manhã* passaram por reforma empresarial, abrindo-se para êsses diários nova fase; em 1948, aparecia ali o *Jornal de São Paulo*, dirigido por Guilherme de Almeida, que desapareceu nesse mesmo ano, para ressurgir em 1950. A Associação Brasileira de Imprensa, que constituíra valioso patrimônio material à época do Estado Nôvo, não conseguia manter sequer o pequeno jornal de circulação interna. *O Asabi*, dirigido por Amador Cisneiros em sua curtíssima existência, em 1949.

Acentuando-se desde os terceiro e quarto decênios do século, a concentração da imprensa era tão marcante, em sua segunda metade que, tendo desaparecido numerosos jornais e revistas, uns poucos novos apareceram. As revistas que haviam marcado sua posição, algumas desde o início do século, desapareceram tôdas: *Careta*, *Fon-Fon*, *Ilustração Brasileira*, *O Malho*, *O Tico-Tico*, *Eu Sei Tudo*, *Revista da Semana*, e mesmo as posteriores, como *A Noite Ilustrada*, *Carioca*, *Vamos Ler*, *Vida Nova*. Mantinha-se *O Cruzeiro*, que começara a circular em 1928 e seria incorporada à emprêsa dos *Diários Associados*. Uma grande revista apenas apareceu nessa fase de concentração: *Manchete*, em 1953. Os jornais desaparecidos no início da segunda metade do século foram dezenas. Dois novos surgiram, e justamente vespertinos, *Última Hora* e *Tribuna de Imprensa*, dirigidos por Samuel Wainer e Carlos Lacerda, respectivamente. A concentração tomaria aspectos ainda mais acentuados com o desenvolvimento do rádio e da televisão: a tendência às grandes corporações, de que os *Diários Associados* constituem o primeiro exemplo, agravar-se-ia com a constituição

de corporações complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e de televisão. Se não atingíramos ainda a etapa do jornal nacional, já chegáramos à da revista ilustrada nacional, que passaria a encontrar, assim, centenas de milhares de leitores. As revistas brasileiras eram, antes, lidas no centro-sul; hoje são lidas em todo o país, e isso influi nelas de tal sorte que antecipam suas datas, para permanecerem atuais em todo o território. Os jornais não alcançaram essa dimensão, mas completam-se com suas estações de rádio e de televisão, que exploram a informação instantânea e têm extraordinária fôrça de penetração, pelo uso do som, ou dêste e da imagem, superando a barreira, ainda muito grande, do público analfabeto.

É fácil constatar, assim, o poder de que dispõem as emprêsas que lidam com o jornal, a revista, o rádio, a televisão. A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos, Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impem notoriedades, derrubam governos. A concentração, implacàvelmente, reduziu as possibilidades de multiplicação de jornais, como das emissôras de rádio e de televisão, além do que, no caso destas, há ainda limitações técnicas, pelo número restrito de canais disponíveis. A emprêsa jornalística, mesmo tomada isoladamente, tem já dimensões e complexidades tais que o capital para montá-la está ao alcance de poucos. No Brasil, por isso, desapareceu a pequena imprensa; só a grande existe. Não há novos jornais; o que há, e raramente, é a compra dos já existentes; o que acontece, na normalidade dos casos, nem é a compra do jornal, mas a da sua opinião. Não seria fácil, hoje, *fazer* um nôvo jornal: as relações capitalistas, nesse campo, estão acabadas, amplas, imperiosas, dominadoras. As emprêsas existentes, por sua vez, ampliam-se, incorporam revistas, emissôras de rádio e de televisão. Em alguns casos, transcendem o campo específico e integram indústrias as mais diversas. Essas emprêsas visceradas de gigantismo são, entretanto, dependentes — não da opinião, embora ainda tenham de considerá-la em parte — mas de outras emprêsas ainda mais gigantescas e, além de tudo, estrangeiras. Porque a imprensa brasileira atingiu, realmente, essa etapa empresarial de enormes dimensões guardando estranha vulnerabilidade, ligada à situação do país, ao seu nível de desenvolvimento.

Dependem de papel, importado em grande escala, e isso é o menos: escravizaram-se a duas fôrças não nacionais, e quase sem-

pre antinacionais: as agências de notícias e, principalmente, as agências de publicidade. Enquanto não afetam o que interessa a tais fôrças — intimamente associadas, hoje, ao capitalismo monopolista de Estado que deu conteúdo nôvo ao imperialismo — são dependentes apenas da vontade dos proprietários. É um gigantismo estranho, pois: as emprêsas jornalísticas, na maioria esmagadora dos casos, são fechadas, pertencem a poucos, quando não a famílias ou a indivíduos. Não se trata sequer do simulacro de sociedades anônimas, comum na indústria brasileira. São falsas sociedades anônimas, quando o são. E suas possibilidades derivam, em grande parte, de serem assim *há longo tempo*. Tal como a importância de alguns latifundiários brasileiros deriva do fato de serem herdeiros de grandes extensões de terras — não teriam a mais mínima possibilidade de constituir propriedades territoriais extensas, dessas dimensões, hoje, por compra — a importância da maioria das emprêsas jornalísticas deriva do fato de terem sido herdadas: os seus proprietários atuais não teriam também a mais mínima possibilidade de montá-las, hoje, por investimento. Convém examinar de perto, na intimidade, essas singulares emprêsas, êsses colossos de pés de barro,

A CRISE DA IMPRENSA

Condições gerais

As grandes transformações operadas no Brasil, desde os fins do século XIX, marcadas inclusive por alterações institucionais importantes — o fim de escravismo, o advento da República principalmente — corresponderam ao avanço das relações capitalistas em nosso país e, conseqüentemente, à progressiva ascenção da burguesia. No amplo quadro daquelas transforformações é que se deve situar, aqui, a passagem da imprensa artesanal à imprensa industrial, da pequena à grande imprensa. Essa passagem está plenamente realizada ao aproximar-se do fim a primeira metade do século. São ostensivos, desde então, os traços de nova etapa no processo de desenvolvimento da imprensa. Essa etapa está ainda sendo vivida pela imprensa brasileira, e em função de transformações que se operam no quadro de conjunto e que também não se definiram plenamente. As transformações, que

se aceleram extraordinàriamente na segunda metade do século XX, são de alcance e profundidade muito maiores do que aquelas iniciadas nos fins do século XIX. Diz-se de qualquer fenômeno ou processo que atravessa uma crise quando as formas antigas já não satisfazem ou não correspondem ao nôvo conteúdo, e vão sendo quebradas, sem que se tenham definido ainda plenamente as novas formas; as crises são, assim, próprias das fases de transição. O Brasil vai rompendo velhas estruturas, velhas relações de produção, e é adequado, e até já consagrado, falar em Revolução Brasileira. No quadro de desenvolvimento de Revolução Brasileira, quadro de crise estrutural, situa-se a nova etapa da história da imprensa no Brasil, iniciada como crise.

Há, evidentemente, uma crise de imprensa em todo o mundo capitalista e o assunto comporta já vastíssima bibliografia. Mas a crise da imprensa no Brasil está para a crise da imprensa no mundo capitalista como a Revolução Brasileira está para a grande revolução que se processa naquele mundo; há diferenças, peculialidades que não podem ser esquecidas na análise do caso particular brasileiro. No conjunto, e de forma esquemática, o Brasil atravessa uma fase de expansão capitalista, quando o capitalismo entra em acelerada decadência nas áreas em que mais cedo se instalou e se desenvolveu. Essa defasagem é que gera situações peculiares, oriundas também de outras condições. A crise da imprensa brasileira, assim, tem identidades com a crise da imprensa capitalista no mundo, mas diferencia-se dela em alguns aspectos importantes. Como não cabe aqui a análise da crise geral do capitalismo, nem a da crise de sua imprensa, pressupõe-se o conhecimento de seus traços essenciais, para situar apenas o que diz respeito à crise da imprensa no Brasil. Em tôdas as áreas regidas pelas relações capitalistas, a imprensa atingiu a etapa de emprêsa, a etapa industrial. A indústria do jornal ou da revista — como, de resto, a da rádio-difusão e a da televisão — por tôdas aquelas áreas atingiu dimensões muito grandes, gigantescas em alguns casos. O problema do papel de imprensa é grave, em tôdas aquelas áreas, pela falta crescente de matéria-prima, destruição acelerada das florestas, economia predatória que se descuida do replantio, tornando aquêle produto cada vez mais caro e mais difícil. No Brasil isso também acontece mas — e aqui vai um dos traços específicos do nosso caso — acrescido de particularidade muito importante: o papel de imprensa, na maior parte das necessidades do consumo,

é importado, entra na pauta dos artigos atingidos pela política de comércio exterior e de câmbio. As máquinas necessárias à produção do jornal ou da revista tornaram-se complexas, pela exigência das grandes tiragens em tempo muito curto, para atender à instantaneidade das comunicações, a unidade do mundo, o crescimento do número de leitores e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento das técnicas de impressão e multiplicação. No Brasil isso também acontece, mas a particularidade está em que, como o papel, tais máquinas são importadas. A divisão do trabalho em um jornal ou uma revista, pela variedade das atividades, exige um exército sempre maior e mais qualificado de trabalhadores intelectuais e físicos, capazes em quase todos os campos do conhecimento aquêles, operários especializados êstes, todos trabalhando para um público cuja sêde de saber e de se informar se amplia cada vez mais, e êsse exército de trabalhadores deve ser remunerado de forma compatível. No Brasil isso também acontece, mas o recrutamento dessa fôrça de trabalho torna-se cada vez mais difícil, e os antagonismos repontam a cada passo. Por tôda a parte, no mundo capitalista, as necessidades materiais — capital fixo — e as necessidades em fôrça de trabalho — salários — demandam grandes recursos, vultosos capitais. No Brasil, êsses grandes capitais são ainda escassos.

Um grande jornal é, realmente, emprêsa de dimensões fora do comum. Para ilustração, apenas, vejamos o resultado do trabalho dessa gigantesca fábrica, em um jornal que caracteriza o capitalismo em sua última fase: "Do ponto de vista material, o *New York Times* é isto, numa edição de domingo: uma primeira seção de 32 páginas, contendo especialmente noticiário telegráfico; uma segunda, de 10 páginas — notícias sociais (na imprensa do nosso país, *notícias sociais* ocupa uma coluna); uma terceira, notícias financeiras, com 8 páginas; uma quarta, de editoriais, com 10 páginas de comentários, tópicos, artigos; uma quinta, de esportes, com 12 páginas; uma sexta, a revista de livros, ou o *Book Review*, 40 páginas em rotogravura; uma sétima, magazine de variedades, 28 páginas também em rotogravura; uma oitava, 6 páginas em rotogravura — fotos de acontecimentos; uma nona, com 12 páginas — dansa, arte, rádio; uma décima e última seção, recreação — noticiário filatélico, bridge, fotografias, 8 páginas. Ao todo, uma edição do *New York Times*, no domingo, contém 166 páginas, das quais 92 em rotativa comum e 74 em rotogravura. Não existe jornal que possa apresentar isso. Materialmente, já seria alguma

coisa de extraordinário, como trabalho condensado e como esfôrço realizado. Mas tècnicamente, digamos *intrìnsecamente,* o que está aqui dentro é muito mais importante. Tendes, neste jornal, não apenas o noticiário de *um dia do mundo e dos Estados Unidos,* mas também opiniões, comentários, interpretações, crítica, estudo, análise, em suma, uma *universidade impressa.* Um grande jornal, como o *New York Times* é uma universidade impressa. Não pode êle ser avaliado, pelo menos por mim, em dinheiro, no seu *quantum.* Entretanto, quando morreu o velho Adolf Ochs, em 1935, no seu inventário os bens relativos ao *New York* — título do jornal, edifícios, máquinas, patente de fonofoto, participação na *Press Wireless* e na *Northamerican Newspaper Alliance* — foram estimados em sessenta milhões de dólares. São um milhão e duzentos mil contos. Releva notar que, nos Estados Unidos, a taxa de transmissão sôbre herança chega a 75%, de onde se pode concluir que as avaliações de inventários sejam propositalmente rebaixadas. Pode-se presumir, assim, que os sessenta milhões de dólares estejam aquém da realidade."[328] Convém notar que há também no Brasil jornais com edições domingueiras com 166 páginas; se compararmos o desenvolvimento dos Estados Unidos e do Brasil, é fácil constatar que há qualquer coisa de errado nisso; mas só no número de páginas, naturalmente, êsses jornais se parecem.

O desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado, como não podia deixar de ser, ao desenvolvimento do país. Há, entretanto, algo de universal, que pode aparecer mesmo em áreas diferentes daquelas em que surge por fôrça de condições originais: técnicas de imprensa, por exemplo, no que diz respeito à forma de divulgar, ligadas à apresentação da notícia. Nesse sentido, o jornal avançou muito, entre nós, particularmente desde o início da segunda metade do século XX. O jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o *lead,* cujos princípios se fundaram na regra dos cinco *W* e um *H;* qualquer *foca* americano sabe que tôda notícia deve conter, obrigatòriamente, os seguintes elementos: *who,* quem; *what,* que; *when,* quando; *where,* onde; *why,* porque; e *how,* como. Qualquer jornalista sabe, por outro lado, estabelecer a distinção entre o que é notícia e o que não interessa, dentro daquela malícia de Charles Dana que, para ensinar a alguém, essa

[328] Nóbrega da Cunha: *A Imprensa Americana e seus Reflexos no Brasil,* Rio, 1943, pág. 14.

diferença elementar, contou: se um homem vai andando pela rua e um cão o morde, isso não é notícia, a não ser que êsse homem tenha projeção política, social, financeira, notoriedade por qualquer motivo; mas se um homem morde um cão, isso é notícia. Outro profissional experimentado forneceu a receita seguinte que, como se verá, é bem menos rigorosa: "Se alguém morreu, fugiu, casou, divorciou-se, partiu da cidade, deu um desfalque, foi vítima de um incêndio, teve uma criança, quebrou uma perna, deu uma festa, vendeu uma fazenda, deu à luz gêmeos, teve reumatismo, ficou rico, foi prêso, veio à cidade, comprou uma casa, roubou uma vaca, roubou a mulher do vizinho, suicidou-se, caiu de um aeroplano, comprou um automóvel, fugiu com um belo homem — *isso* é notícia. E, então, telefone para a redação." Essa técnica jornalística está, hoje, plenamente incorporada à imprensa brasileira. É possível apontar, como esfôrço pioneiro de reforma na técnica de apresentação de notícias, entre nós, o que foi realizado no *Diário Carioca*, em 1951, quando da fase iniciada na nova sede, à Avenida Rio Branco 25 e rua São Bento 19, vendida a velha sede da avenida Presidente Vargas à *Última Hora,* quando o jornal tinha Danton Jobim na direção e Pompeu de Sousa na chefia da redação; a reforma foi devida a Luís Paulistano, chefe da reportagem, e o jornal chegou a vender 45.000 exemplares nos dias úteis e 70.000 aos domingos. Ao *lead* norte-americano, Luís Paulistano acrescentou o brasileiríssimo sub-*lead*. Em 1956, o *Jornal do Brasil* iniciou reforma também ampla, ajudada pela sólida estrutura empresarial dêsse diário, condição de que o *Diário Carioca* não dispunha. Com um grupo de excelentes profissionais, entre os quais se destacavam Reinaldo Jardim e Ferreira Gullar, Jânio de Freitas revolucionou o jornal, dando apresentação inteiramente nova à matéria, em tarefa que só se completou em 1959. Não é possível esquecer, também, as inovações introduzidas em jornal por Samuel Wainer, cuja aprendizagem, em *Diretrizes,* durante a ditadura, permitiram-lhe, ao fundar o vespertino *Última Hora,* em 1951, apresentar uma fôlha vibrante, gràficamente modelar, revolucionária em seus métodos de informar e até de opinar. Mas é evidente que tais reformas, válidas sem dúvida em têrmos de imprensa, excluídas outras condições, apresentam apenas o lado externo do problema, pois um jornal é procurado também, e principalmente, pelo que expressa, pela sua opinião, pela sua posição. O próprio fato do esfôrço na reforma gráfica generalizar-se, marcando a concorrên-

cia, explica as limitações a que os jornais se submetem, no essencial: a posição diante dos problemas.

A concentração da imprensa seguia seu curso inexorável; tornava-se cada vez mais difícil lançar jornal nôvo; o número dos que desapareciam era crescente. Finda a Guerra Mundial, abria-se amplo horizonte à liberdade de pensamento; cada vez mais se verificava, na prática, que tal liberdade era meramente teórica: só grandes capitais poderiam montar grandes emprêsas, como os jornais. Havia, entretanto, enorme interêsse em tôrno dos problemas nacionais e o clima das discussões políticas aquecia-se constantemente. Com freqüência, antes do Estado Nôvo, vira-se as grandes emprêsas jornalísticas empenhadas em campanhas de destruição: havia como que palavra de ordem, e tôdas começavam o côro, concentrando as suas baterias até demolir o objetivo que visavam. O exemplo anterior à Guerra fôra a Aliança Nacional Libertadora: a unanimidade da grande imprensa caracterizara essa frente, que agrupava fôrças heterogêneas, como organização comunista, financiada por Moscou e só por isso importante; logo depois, com o movimento de novembro, esmagado em horas, a imprensa empenhara-se em demonstrar que o levante fôra comunista, que os comunistas eram bandidos por definição e que, portanto, tudo se justificava contra êles. Essa imprensa ajudara, pois, a criar o clima que tornara possível tôdas as violências e arbitrariedades, o estado de sítio, o estado de guerra, o Estado Nôvo como coroamento. E êsse monstro, que ela embalara, voltara-se contra jornais e revistas, fechara muitos, impedira a circulação de novos, cerceara a todos; com o DIP, aviltara o mister de informar e proibira o de discutir e opinar: a imprensa fôra uma das grandes vítimas da ditadura estadonovista. Tudo isso, entretanto, pertencia à época do nazismo ascencional, quando Salazar, Mussolini, Hitler, Franco, Tojo eram senhores do mundo, financiados pelo imperialismo apavorado com a consolidação do poder soviético em vasta extensão da Europa e da Ásia, a antiga Rússia. Depois da Guerra, em que soviéticos, franceses, inglêses, americanos, brasileiros haviam combatido juntos o inimigo comum, isso parecia impossível. A bomba de Hiroshima, a terrível repressão na Grécia, entretanto, anunciavam divergências insanáveis. Churchill, no discurso de Fulton, liquidou a unidade anti-nazista e abriu a "guerra-fria". No âmbito desta, a luta pelo contrôle da opinião teria destacado relêvo.

O desenvolvimento democrático, no Brasil, frustrado pelo golpe militar de outubro de 1945, trazendo ao poder o general Eurico Gaspar Dutra, pilar do Estado Nôvo, transformar-se-ia em simples continuação da ditadura, agora com uma fachada legal. Em 1946, sob clima de terror policial, foi elaborada nova Constituição. No que diz respeito à imprensa, determinava que as emprêsas jornalísticas deviam ser nacionais, ficando estrangeiros proibidos de mantê-las. O artigo 160 era claro, nesse sentido: "É vedada a propriedade de emprêsas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de rádio-difusão, às sociedades anônimas ao portador ou a estrangeiros. Nem êsses, nem pessoas jurídica, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas emprêsas. A brasileiros (art. 129, números I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa." O dispositivo constitucional era propositadamente inócuo. Em nada possibilitou resguardar o caráter nacional das emprêsas jornalísticas. No seu formalismo, adrede constituído em essência do problema, colocava-se na amplitude e na ambiguidade que, no terreno empresarial, situava e definia emprêsa nacional como aquela constituída em nosso território. Era evidente a inocuidade: "As administrações dos jornais estão entregues a brasileiros natos, mas êsses não poderiam sobreviver sem as substanciais contribuições proporcionadas pela propaganda comercial fornecida pelas grandes emprêsas estrangeiras."[329] O dispositivo começava por deixar fora as agências de notícias, tôdas estrangeiros. A êsse respeito, o jornalista R. Magalhães Júnior observaria: "De um modo rigoroso, as agências telegráficas seriam alcançadas, porque são *emprêsas jornalísticas,* políticas e noticiosas, e influem na opinião do nosso povo, pois que através delas, segundo suas tendências, é que os brasileiros se apercebem do que se passa no mundo. Essas informações já vêem preparadas segundo as inclinações peculiares a essas agências."[330]

O imperialismo, por outro lado, não se limitava a burlar um dispositivo de lei adrede preparado para a burla; simplesmente não

329 Osny Duarte Pereira: *Ante-Projeto de uma Lei de Libertação da Imprensa*, Rio, 1954, pág. 9.

330 R. Magalhães Júnior: "Estrangeiros na imprensa e imprensa de estrangeiros", *in Diário de Notícias*, Rio, 6 de maio de 1954.

tomava conhecimento da lei, quando lhe convinha. Pois revistas dirigidas por estrangeiros, de propriedade de estrangeiros e até impressas no estrangeiro começavam a circular em nosso país, ferindo frontalmente o dispositivo constitucional: "Há, porém, casos inequívocos de propriedade de emprêsas jornalísticas por organizações estrangeiras, sem a menor dissimulação, como *Seleções do Reader's Digest*, que anuncia em seu próprio expediente o seu caráter de publicação norte-americana, e como *Visão*, que é também uma organização dos Estados Unidos que procura solapar nossa imprensa e fincar pé no Brasil, para orientar o nosso povo num sentido político que pode, por vêzes, coincidir com os rumos que nós mesmos tomamos, mas não deixa de ser uma intromissão estrangeira em nossa imprensa. Não é segrêdo para ninguém que a política editorial de *Seleções do Reader's Digest* é ditada dos Estados Unidos, do mesmo modo que a da revista *Visão*. São americanos os que orientam intelectualmente ambas as publicações. Na primeira, os brasileiros são meros tradutores. Na segunda, é um *boss* vindo de U.S.A. quem dá a palavra decisiva sôbre tôda a matéria editorial. Um inquérito parlamentar sôbre o assunto demonstrará tudo isso exuberantemente. O artigo 160 da Constituição deve valer contra todos. E não deve admitir simulações, através de testas-de-ferro, coisa de que fazem profissão alguns dos nossos homens públicos, ou de disfarces outros, que não conseguirão mascarar a realidade de que essas publicações pertencem a grupos norte-americanos. Tiremos os estrangeiros da imprensa e acabemos também com essa imprensa de estrangeiros, se é que a Constituição foi feita para realmente ser cumprida."[331]

Nos últimos anos da primeira metade do século, surgiu no palco grave problema nacional: o da exploração petrolífera. A propaganda imperialista se fizera, até bem pouco, em tôrno da tecla: o Brasil não tem petróleo. Após a exploração dos poços de Lobato, êsse refrão teve de ser ràpidamente substituído; a tecla, agora, girava em tôrno de recursos: o Brasil não tem capitais. Assim, enquanto a polícia do govêrno Dutra, nos velhos moldes estadonovistas, espancava os que defendiam a tese da exploração estatal dos nossos recursos petrolíferos, a imprensa se unia para sustentar as teses antinacionais de entrega dêsses recursos à exploração estrangeira. Êsse clima de maciça mistificação, em que concorreram

[331] R. Magalhães Júnior: artigo cit.

enormes recursos publicitários, permitiria novas arbitrariedades: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, o Partido Comunista foi colocado fora da lei. Foi esta a segunda campanha de mobilização da imprensa: viria pôr a nu não apenas a inocuidade do dispositivo constitucional que proibia estrangeiros na imprensa, mas o absoluto contrôle que as agências estrangeiras de publicidade exerciam sôbre a imprensa.

O mandato de Dutra aproximava-se do fim e as possibilidades de um golpe continuísta era reduzidas; verificava-se, por outro lado, que o Govêrno não dispunha de condições para fazer o sucessor de Dutra; logo surgiu a candidatura de Getúlio Vargas. Em sua campanha eleitoral, apesar da prudência de suas posições, Vargas esposou a tese da exploração estatal do petróleo; líder da burguesia, entendeu claramente a capacidade de mobilização de que a tese nacionalista era capaz, a aguda sensibilidade popular a essa colocação; demais, para a burguesia, o problema do petróleo brasileiro representava aspectos importantes: permitia-lhe aliar-se a outras camadas e classes, mais profundamente tocadas pela tese nacionalista, e limitava o choque com o imperialismo porque não se tratava de riqueza já explorada por estrangeiros, forçando a solução de desalojá-los, mas de riqueza potencial; tratava-se de prevenir, não de remediar, e prevenir, ainda nesse caso, era muito mais fácil. Como os impostores acabam quase sempre admitindo como verdadeiras as suas próprias imposturas, a maioria dos elementos burgueses empenhados na luta pela exploração estatal do petróleo brasileiro tinha, no íntimo, sérias dúvidas de que, realmente, adotada tal solução, chegássemos à autosuficiência no suprimento de combustíveis ao mercado interno: haveria sempre campo para a ação dos capitais estrangeiros que operavam em petróleo, no nosso país, — pelo menos no fornecimento e na distribuição. Vargas foi eleito e conseguiu ser empossado.

Os antagonismos políticos tornavam-se agudos e refletiam-se claramente na imprensa. Vargas não tinha condições, pela mudança dos tempos, para subornar a grande imprensa, como se fizera antes no Brasil, e Campos Sales confessara com tanta simplicidade. Mas era já rotina a abertura de generosos créditos a emprêsas jornalísticas, nos estabelecimentos bancários e previdenciários do Estado. Vargas julgou que êsse caminho, largamente batido, lhe permitiria ter pelo menos um órgão oficioso, de base popular,

capaz de permitir-lhe enfrentar a maciça frente dos jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade. Foi assim que vultosos e rápidos créditos possibilitaram, em 1951, a Samuel Wainer fundar o vespertino *Última Hora,* que logo conquistou lugar de destaque na imprensa carioca e brasileira. No quadro político, duas questões avultariam, então, ambas ligadas ao acentuado aumento da pressão imperialista: internamente, a do petróleo, com o problema em andamento no Congresso; externamente, a da agressão norte-americana à Coréia e suas implicações no conjunto da "guerra fria". O imperialismo cedo entendeu que era imprescindível liquidar a parcela nacionalista da política de Vargas. Para isso, montou, à base das agências de publicidade, gigantesca e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do problema do petróleo.

A experiência brasileira, nesse terreno, era pequena. Antes do advento e da rápida preponderância de capitais americanos aqui, conhecíamos apenas o que se ligava aos métodos peculiares, por condições da época, ao imperialismo inglês, aqui atuante, de velhos tempos, particularmente no campo dos serviços públicos: transporte ferroviário e marítimo; serviços urbanos de transporte, gás, luz, telefone, água; energia hidrelétrica (produção e distribuição). O imperialismo inglês, nos últimos tempos de seu predomínio, sofria séria concorrência de outros, o francês, o italiano, mas principalmente o alemão e o norte-americano. No que se refere à imprensa, a *Light* e as emprêsas em que, depois, ardilosamente, se desdobrou, merecia esporádicas campanhas contrárias, gerando-se o *slogan* do "polvo canadense", geralmente desenvolvidas por jornais médios ou pequenos, campanhas de duvidoso conteúdo quase sempre. Tais jornais, atacando-a, faziam jus a um quinhão, logo concedido, de suas subvenções, relativamente avultadas para a época: a ação da *Light* sôbre a imprensa sempre passou despercebida ao grande público. E, nessa época, as agências de publicidade não haviam assumido o papel absoluto que depois tiveram e que se tornou ostensivo na segunda metade do Século XX. Os interêsses da *Light* estavam sòlidamente implantados e apenas de quando em quando surgiam áreas de atrito com representantes do poder público dotados de veleidades de probidade, como, por exemplo, Anhaia Melo, em S. Paulo, José Américo de Almeida e Juarez Távora, no Rio, êstes em funções federais. Em 1940, a Prefeitura paulista divulgara estudo do engenheiro Anhaia Melo

em que êste, citando o livro de Jack Levin *Power Ethics*, concluía: "Êste é o testemunho e a evidência documental das atividades das emprêsas de serviços públicos nos Estados Unidos. É um *record* da tentativa de arrastar a opinião pública americana para o ponto de vista particular, em assuntos controversos de ordem pública. É um *record*, porém, de informações erradas, adulteradas, de pseudo-fatos disfarçados em fatos imparciais. É um *record* de tentativa de perversão do espírito da mocidade, de degradação das instituições de ensino superior, de contaminação dos editoriais da imprensa. É um *record* de ludíbrio do povo americano, numa escala sem precedentes na história nacional. Dispondo de somas fabulosas, êsses Comitês constituem um perigo para os governos, porque tornam impossível a disseminação honesta de informações oficiais sôbre problemas de interêsse público, que precisam ser resolvidos, a bem de uma política social sã e da própria existência de um govêrno livre."[332] Anhaia Melo vira-se a braços, na Prefeitura, com problema idêntico àqueles que, nos Estados Unidos, assumiam proporções extraordinárias, como os que foram objeto de inquérito realizado pela *Federal Trade Comission*, com quase 15.000 páginas, denunciando o contrôle exercido pelas grandes emprêsas sôbre a imprensa, "indo até mesmo aos simples livros escolares", como aprecia William Albig.[333] Antes disso, quando pretendia que a Central do Brasil, ferrovia cuja eletrificação estava em planejamento, tivesse usina própria, para suprir-se de energia, o Govêrno suportou terrível campanha, comandada por Assis Chateaubriand, nos *Diários Associados*, para pagar energia à *Light*, que financiou aquela campanha, afinal vitoriosa: a Central tornou-se cliente da concessionária estrangeira e a expansão de sua eletrificação estagnou logo adiante.

Em confronto com essa experiência, porém, o que acontecia, agora, com o problema do petróleo, era nôvo, pelas proporções realmente extraordinárias da campanha da imprensa. Tratava-se de demonstrar que os defensores da solução estatal eram comunistas e, sendo os comunistas bandidos depravados não deviam ter direito a exteriorizar suas opiniões, antes deviam ser rigorosamente punidos por isso. Assim, o patriotismo mobilizado para a defesa da

[332] L. Anhaia Melo: *O Problema Econômico dos Serviços de Utilidade Pública*, S. Paulo, 1940, pág. 179.
[333] William Albig: *Public Opinion*, New York, 1939.

riqueza nacional, em caso concreto, passava a ser encarado como crime. Tendo o Clube Militar tomado posição na abertura dos debates sôbre o problema repelido das ruas pela fúria policial — e, logo depois, adotado, pela sua Diretoria e pela sua *Revista,* a solução estatal, a imprensa mobilizada pelas agências de publicidade norte-americanas concentrou ali os seus fogos: dezenas de militares tiveram suas carreiras cortadas, foram presos, processados, condenados, e alguns torpemente torturados: era, no fim de contas, uma imprensa mobilizada pelos trustes para acabar com um órgão da imprensa, a *Revista do Clube Militar*. Entre editoriais, notas, entrevistas, tópicos, notícias, contra o Clube Militar e sua Diretoria, contavam-se por centenas, diàriamente, os ataques. Mas, no Congresso, a Petrobrás tornava-se lei, em 1953; só havia, agora, um caminho para destruí-la, o interno, o administrativo. Para isso foi nomeado seu primeiro presidente um de seus inimigos, Juraci Magalhães, cuja providência inicial e característica foi contratar nos Estados Unidos, para chefe da prospecção, Mr. Link, o geólogo mais bem pago do mundo encarregado de "provar" que, fora dos reduzidos campos baianos, o Brasil não tinha petróleo.

Apesar da política de conciliação e das concessões feitas ao imperialismo por Vargas — particularmente sua omissão quando da liquidação policial do grupo nacionalista militar — tornava-se urgente debilitá-lo para que cedesse tudo ou, em último caso, fôsse destituído do govêrno. A campanha de 1951 e 1952 visara o grupo militar; tratava-se agora de liquidar a imprensa que o apoiara, representada quase que tão sòmente pelo vespertino oficioso *Última Hora*. Tôda a imprensa concentrou-se, então, em demonstrar o óbvio: que êsse jornal só se tornara possível pela concessão de grandes empréstimos nos estabelecimentos oficiais de crédito. Foi a "operação" que ocupou a grande imprensa em 1953 e que se arrastaria por alguns meses: era necessário pôr a descoberto os empréstimos levantados pelo vespertino oficioso, esquecendo aquêles levantados, nas mesmas condições, ou piores, pelos outros jornais.[334] Rafael Correia de Oliveira, em sua coluna do

[334] A 17 de outubro de 1950, Vargas eleito mas ainda não empossado, *O Globo* levantara empréstimo no Banco do Brasil, no valor de 31.770 dólares, isto é os cruzeiros destinados à cobertura da importação de máquina impressora tipo *off-set*, modêlo *Roland-Ultra RZU V*, alemã, para imprimir *O Globo Juvenil*, *Gibi* e outras revistas dêsse tipo, lançadas pela emprêsa, escritura registrada a fôlhas 59 a 61 do

Diário de Notícias, mostrava como não era possível, quando menos por coerência, atitudes diversas ante fatos iguais, e acusava os *Diários Associados* de se terem aproveitado mais dos estabelecimentos oficiais de crédito do que a *Última Hora*, posta sòzinha no pelourinho. Mas o fato é que a campanha penetrou fundo no espírito dos leitores, mobilizou a opinião, abalou o Govêrno. E, entretanto, o que *Última Hora* fizera era comum, normal, rotineiro: naquele momento, enquanto sua emprêsa levantara cêrca de 156 milhões de cruzeiros, as organizações comandadas por Assis Chateaubriand deviam mais de 162 milhões ao Banco do Brasil e todos sabiam que deviam também às Caixas Econômicas e aos

livro n.º 354 do 15.º Ofício de Notas, do tabelião Hugo Ramos, em que *O Globo* aparecia como "sociedade irregular ou de fato", cujos sócios eram Francisca Pisani Marinho e seus filhos Heloísa Marinho Velho da Silva, Nilda Marinho Medrado Dias, Roberto Marinho, Ricardo Marinho e Rogério Marinho; *O Globo* dava, como garantia, penhor mercantil da própria máquina a importar e sua velha impressora *Goss;* entraria com 20% sôbre o valor em dólares, mas em cruzeiros, e amortizaria o resto em três anos, em prestações mensais de 20.000 cruzeiros. Um mês depois, apenas, voltava *O Globo* ao Banco do Brasil, levantando o correspondente a 31.776 dólares, para importar três máquinas, uma dobradeira, uma impressora tipográfica e uma grampeadeira, tôdas alemãs, escritura registrada a fôlhas 86 a 88 do livro n.º 355 daquele mesmo cartório, com as mesmas condições de pagamento, sendo as prestações mensais de 19.800 cruzeiros, e garantia dada ainda pelas máquinas a importar, mais a mesma e velha rotativa *Goss*, embora já hipotecada. Pouco depois, voltava *O Globo* ao Banco do Brasil para nôvo empréstimo, agora dos cruzeiros correspondentes a 50.000 dólares, destinados à importação de máquina de impressão *off-set*, modêlo *Roland Ultra RZU V*, alemã, para imprimir a duas côres, escritura registrada a fôlhas 22 a 24 do livro n.º 418 daquele mesmo cartório, sob as mesmas condições de pagamento, prestações de 33.000 cruzeiros mensais e, como refôrço de garantia, pela terceira vez, a mesma velha rotativa *Goss*. A 26 de dezembro de 1952, voltava *O Globo* ao Banco do Brasil, tomando cobertura para 200.000 dólares, destinados à compra de rotativa *off-set*, a quatro côres, agora nos Estados Unidos, escritura registrada a fôlhas 64 verso a 67 do livro n.º 445 mesmo cartório, com as mesmas condições de pagamento e as mesmas garantias, entrando outra vez nisso a velha rotativa *Goss*. Já a 26 de agôsto de 1952, *O Globo* conseguia do Banco do Brasil a importância correspondente a 708.665 dólares, escritura registrada a fôlhas 1 a 5 do livro n.º 445 do mesmo cartório, destinada à compra de moderníssima rotativa *Hoe*, nas mesmas condições de pagamento, prestações mensais de 442.000 cruzeiros, e as mesmas garantias, isto é, a máquina a importar e mais a velha rotativa *Goss;* o beneficiário, porém, não era mais a Viúva Irineu Marinho & Filhos, mas a "Em-

Institutos de Previdência. O curioso, pois, não estava na acusação em côro, mas no fato de os membros do côro serem passíveis da mesma acusação. É preciso lembrar ainda, a êsse respeito, que as emprêsas jornalísticas usavam três caminhos para conseguir recursos: a tomada a particulares, por processos os mais variados, (caminho largamente palmilhado por Assis Chateaubriand para constituir o seu império jornalístico); a tomada a cofres públicos, em empréstimos de concessão e privilégio; e a recebida pela publicidade. Das três, esta era a pior, conquanto "legal", isenta de constituir-se em alvo de campanhas pretensamente moralistas, visto como não infringia e nem mesmo arranhava qualquer lei. Isso não retira, entretanto, o seu traço essencial, quanto ao processo de desenvolvimento da imprensa burguesa em nosso país. Contra êsse traço essencial, contra o conteúdo do problema não se levantava nenhuma voz. A campanha, por outro lado, dava a entender, o que servia ainda mais para ludibriar a opinião, que a emprêsa jornalística devia, por sua natureza, permanecer distante do crédito, e ainda do crédito oficial, e principalmente dêste, o que constituiria injustificada discriminação. O que se podia, e se devia criticar, apurar e punir, não eram os empréstimos, em si mesmos, mas a forma de obtê-los, os processos utilizados para isso, e as condições privilegiadas que os cercavam.

O processo de *Última Hora* não foi organizado, com o côro de escândalo que o marcou, apenas como meio de liquidar o concorrente afortunado e eficiente, mas como meio, e nisso estava a sua essência, de debilitar o Govêrno, de levá-lo à capitulação, — pela necessidade de serem concedidas — não às emprêsas jornalísticas, que continuavam, apesar de fazerem cerrada oposição, a receber favores dos estabelecimentos oficiais de crédito e a receber

prêsa Jornalística Brasileira S.A.", proprietária de *O Globo*, tendo assinado a escritura Roberto Marinho e Herbert Moses, presidente e vice-presidente, respectivamente, da citada emprêsa e, como intervenientes fiadores, Stela Marinho e Leonor Sbreca Marinho. Claro que, enquanto levantava, assim, em dois anos, no Banco do Brasil, empréstimos correspondentes a mais de um milhão de dólares, *O Globo* combatia ferozmente os "favoritismos do Banco do Brasil", participava ativamente da campanha contra os empréstimos feitos à *Última Hora* e formava na vanguarda da "Aliança Popular Contra o Roubo e o Golpe", que se propunha combater a "corrupção do Govêrno".

concessões de tôda ordem — facilidades para o desenvolvimento dos negócios dos monopólios, em nosso país. As emprêsas jornalísticas, nesse comportamento aparentemente contraditório, não defendiam os seus interêsses, mas os interêsses dos referidos monopólios, para os quais eram pressionadas pelas agências de publicidade, que funcionavam como procuradoras daqueles monopólios, visto que eram as distribuidoras de sua propaganda, quando menos. Ainda nisso, Vargas pecou por omissão: "Mas, no Itamarati, o sr. Vicente Rao, ligado em S. Paulo ao sr. Júlio de Mesquita Filho, não se dispunha apenas a interromper e a dificultar os contatos do ministro da Fazenda. Por pressão de Rao, o presidente da República foi ainda induzido a transferir ao *Estado de São Paulo* a concessão do canal da Rádio Eldorado que, uma vez montada, aliou-se à Rádio Globo na propaganda do golpe. Ao mesmo tempo em que combatia os empréstimos do Banco do Brasil à *Última Hora,* a U.D.N. não só obtinha do Govêrno canais radiofônicos para servirem à sua deposição, conforme já vimos, mas igualmente silenciava em tôrno da corrupção norte-americana canalizada especialmente para os meios de comunicação a serviço do golpismo. Na Comissão Parlamentar de Inquérito, não foram consideradas as denúncias das dívidas dos srs. Chateaubriand e Roberto Marinho, nunca saldadas, no Banco do Brasil nem nas Caixas Econômicas de S. Paulo. Naquele ano, 1953, quando as emendas nacionalistas da Petrobrás eram votadas, sob regime de urgência, na Câmara, o total da publicidade paga e distribuída por companhias americanas nos jornais, no rádio e outros veículos de propaganda oposicionista, foi de 3 bilhões 506 milhões e 200 mil cruzeiros. Dêsse total, um bilhão e 197 milhões foram dados aos jornais e 869 milhões às emissôras radiofônicas. Excetuando a *Shell,* que é inglêsa, e dispendeu, durante aquêle ano, 18 milhões, foram as seguintes as emprêsas sediadas nos Estados Unidos que mais contribuíram para a imprensa entreguista do Brasil: *Esso Standard do Brasil*: 28 milhões; *The Sidney Ross*: 25 milhões; *Coca-Cola*: 15 milhões; *The Johnson & Johnson*: 13,5 milhões; *Atlantic*: 13 milhões; *Gillette*: 13 milhões; *Colgate-Palmolive*: 12 milhões; *The Eno Scott*: 12 milhões."[335] Os dados apresentados à Comissão

[335] Plínio de Abreu Ramos: *Brasil, 11 de Novembro,* S. Paulo, 1960, págs. 102-103.

Parlamentar de Inquérito foram sonegados ao conhecimento do público.[330]

Atingida sèriamente a emprêsa que editava o vespertino *Última Hora* — que apoiava a campanha pela solução estatal da exploração petrolífera, em andamento no Congresso naquele ano — com a prisão preventiva de Samuel Wainer, a "operação" seria, agora, outra: a da liquidação do govêrno de Vargas, que tivera a audácia de pôr o dedo na questão da remessa de lucros de emprêsas estrangeiras, levantando a ponta do véu que encobria, inclusive, o escandaloso e corrupto negócio do sub e do super-faturamento. Depois de preliminares, marcadas, especialmente na área militar, pelo chamado *Manifesto dos Coronéis*, irrompeu a campanha concentrada de televisão, rádio e imprensa no curso da qual

[330] "A deserção unânime da imprensa, do rádio e da televisão, até mesmo de suas obrigações funcionais de divulgar, ao menos, a ocorrência do inquérito está concluída no relatório da Comissão, de autoria do deputado Dagoberto Sales. Aponta o relator, apoiado em dados fornecidos pelo presidente da agência de publicidade *MacCann Erickson do Brasil*, sr. Armando Morais Sarmento, as variações dos preços de propaganda pagos aos principais jornais nos anos de 1956/57, tomando como base o 'coeficiente obtido pela divisão da verba anual recebida pelo número relativo à circulação diária, que retrata fielmente, em cruzeiros por exemplar, as preferências relativas'. Verifica-se que os maiores índices de aumento das dotações orçamentárias de publicidade do truste atingiram exatamente, sem o menor mistério ou coincidência, o *Correio da Manhã*, o *Estado de São Paulo* e *O Globo*, conforme iremos discriminar:

	1956	*1957*
Correio da Manhã	3,00	5,70
Estado de São Paulo	3,40	3,60
O Globo	3,00	4,30

Como o *Correio*, em 1956, retificasse o seu apoio ao Movimento de 11 de Novembro, em decorrência, como já dissemos, da denúncia dos acordos atômicos, sua cotação ultrapassou ligeiramente à do *Estado*. Entretanto, como se pode comprovar pelo comprovante das quantias assinaladas, o órgão bandeirante do sr. Júlio de Mesquita Filho se achava, já naquele ano, consideràvelmente à frente do matutino carioca dirigido pelo sr. Paulo Bittencourt. É preciso ressalvar que essas inversões publicitárias referem-se, exclusivamente, à *Esso* e à *Shell*. Não se incluem nelas, portanto, as ofertas promocionais da *Light, Bond and Share, Firestone, Gillette, Sidney Ross, Johnson* e *Ford*, estampadas, freqüentemente em largos espaços, nos principais veículos de opinião do país." (Plínio de Abreu Ramos: op. cit., págs. 140-141.)

conhecido espolêta sofreu o atentado que serviria à *blitz* publicitária de agôsto de 1954: em 20 dias, de 5 de agôsto, quando ocorreu aquêle atentado, a 24, quando Vargas se suicidou, a referida *biltz* publicitária abalou o país, entorpeceu a opinião, acordada, súbita e furiosamente, pelo dramático gesto do presidente e pelo conteúdo de libelo terrível de sua carta testamento.

É possível afirmar, sem nenhum risco de êrro, que as ofensivas publicitárias, de 1951-1952, contra o Clube Militar, sua *Revista* e a ala nacionalista das Fôrças Armadas; de 1953, contra a emprêsa *Última Hora;* e de 1954, contra o govêrno de Vargas, com o seu *climax* de agôsto dêste último ano, foram rigorosamente planejadas e desenvolvidas, e que a elas se devem os atentados cometidos contra a liberdade, inclusive a de expressão do pensamento, e a tragédia final, que levou o presidente da República ao suicídio, para escapar à desmoralização a que vinha sendo submetido. Nesse ano de 1954, quando ocorria o golpe de Estado, aparecia, por coincidência, interessante estudo sôbre o negócio de publicidade, em revista de economia de caráter eminentemente conservador. Embora superficial, êsse estudo alinhava alguns dados importantes a respeito do contrôle que as agências de publicidade exerciam sôbre os meios de comunicação do pensamento em nosso país. Valorizando a publicidade como negócio e mostrando as proporções a que atingira no Brasil, permitia verificar-lhe as gigantescas dimensões e aferir-lhe o poder de influência.[337] Em dados globais, a indústria e o comércio haviam gasto, através das agências de publicidade, em 1947, cêrca de 750 milhões de cruzeiros, ascendendo para 3.500 milhões, em 1953. A lista das firmas que mais dispendiam indicava: *Cia. Antártica Paulista* (cervejas e refrigerantes): 70 milhões; *Esso Stardard do Brasil* (gasolina e lubrificantes): 28 milhões; *Cia. Industrial Gessy* (sabonetes e perfumes): 27 milhões; *The Sidney Ross Co.* (drogas e perfumes): 25 milhões; *S.A. Irmãos Lever* (sabonetes e perfumes): 20 milhões; *The Shell-Brazil Limited* (gasolina e lubrificantes): 18 milhões: *The Coca-Cola Export Co.* (refrigerantes): 15 milhões; *Cia. Cervejaria Brahma* (cervejas e refrigerantes): 14 milhões; *The Johnson & Johnson* (drogas): 13,5 milhões; *Atlantic Refining Company* (gasolina e lubrificantes): 13 milhões; *The Gillette Safety Razor*

[337] Melo Lima: "O negócio de publicidade no Brasil", *in O Observador Econômico e Financeiro,* Rio, n.º 221, julho de 1954.

Co. 12,5 milhões; *The Colgate-Palmolive Pest Co.*: 12 milhões; *The Eno Scott Bowne & Cia.* (drogas): 12 milhões; *Cia. Cigarros Souza Cruz* (cigarros): 12 milhões; *Companhia Nestlé* (leite em pó): 10 milhões; seguindo-se mais cêrca de oitenta emprêsas, dispendendo, cada uma, de 9 milhões até 1,2 milhões. O importante, entretanto, e isso não estava mencionado, é que a esmagadora maioria dessas firmas era estrangeira, como estrangeiras eram as agências de publicidade que canalizavam para jornais, revistas, emissôras de rádio e de televisão essas enormes quantias, e que essa canalização obedecia a uma política e, pelo seu vulto e origem, como pelos processos, era, pràticamente, o sistema de financiamento das emprêsas de jornais, revistas, emissôras de rádio e de televisão, porque as mantinha e lhes permitia realizar lucros, logo, as condicionava. Aos jornais, em 1953, foram destinados, pelas agências estrangeiras de publicidade, do total de 3.500 milhões dispendidos pelos anunciantes, cêrca de 1.200 milhões; às emissôras de rádio ,cêrca de 870 milhões; às revistas, cêrca de 480 milhões de cruzeiros.

É evidente que não havia, como não há, originalidade nenhuma nessa distribuição de dinheiro; na existência de emprêsas que manipulam a opinião; na existência de outras emprêsas, as de publicidade, que se especializam na propaganda e servem às primeiras. A particularidade, no caso, consistia em que as emprêsas industriais e comerciais que dispendiam a quase totalidade da importância de 3.500 milhões de cruzeiros, e as emprêsas de publicidade que serviam de intermediárias, eram, na quase totalidade, estrangeiras; finalmente, as emprêsas que assim manipulavam, e continuam a manipular, a opinião, jornais, revistas, emissôras de rádio e de televisão, acabavam por ser financiadas, mantidas, sustentadas, orientadas por aquelas, e por refletir e defender os seus interêsses, que não eram, e não são, os nacionais. A inocuidade do dispositivo constitucional que reservava a brasileiros a exploração da imprensa ficava comprovada. As pesquisas da UNESCO, àquele tempo, mostravam a distribuição da matéria, na imprensa de Paris, quanto à percentagem de espaço concedido: informações gerais: 9,9; política interna: 8,9; informações do interior: 8,8; matéria opinativa: 15,6; esportes: 14,7; ilustrações: 11,4; e publicidade: 21,8. Mas, nos Estados Unidos, os dados eram muito diferentes: "Nos Estados Unidos, a publicidade atinge geralmente índices superiores a 50% das matérias publicadas em jornais e revistas, e, em alguns casos

particulares, eleva-se a 75%, ou seja 3/4 partes de tôda a matéria publicada. Aliás, os jornais podem livremente recusar noticiário, idéias e opiniões, mas, sòmente em circunstâncias especialíssimas recusam publicidade. Ocorre, ainda, que é a publicidade que pràticamente determina o preço do espaço por centímetro de coluna, pois o maior ou menor volume de matéria paga está em relação direta com a tiragem do jornal, isto é, com o maior ou menor número de exemplares postos diàriamente em circulação e com vendagem comprovada por pesquisas idôneas."[338] A imprensa brasileira, pelo número de páginas dos jornais e pela percentagem de espaço ocupado pela publicidade, está próxima do modêlo norte-americano, gerando o paradoxo de manter um país de capitalismo ainda em início de crescimento uma imprensa que busca imitar e, em alguns casos consegue, o modêlo de país super-desenvolvido.

O suicídio de Vargas, em 1954, e o libelo contido em sua carta de despedida, representaram alarma profundo ante a situação do país, cujos destinos o imperialismo tentava conduzir. O golpe de Estado frustrou-se; foram realizadas eleições; foi escolhido o candidato Juscelino Kubitschek; foi êste empossado, por fôrça do Movimento de 11 de Novembro de 1955; por ter assegurado a manutenção das instituições, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, moveu cêrca de sessenta processos por crime de injúria e calúnia contra jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade, todos sem resultado. Em 1957, realizou-se a primeira tentativa de levar ao Congresso o problema do contrôle estrangeiro exercido sôbre a imprensa brasileira; a documentação relativa à Comissão Parlamentar de Inquérito então instalada e destinada a apurar a pressão exercida pelas agências estrangeiras de publicidade, no caso particular do petróleo, constitui preciosa fonte de informações sôbre a imprensa. Ficou comprovada, então, a ligação íntima e causal entre aquelas agências, a serviço dos trustes internacionais, e a campanha da imprensa brasileira contra a solução estatal adotada em 1953.[339]

[338] Luís Ferreira Lima: *Imprensa e Desenvolvimento Econômico*, Santos, 1961, págs. 16-17.

[339] "Convém lembrar alguma coisa sôbre a *McCann Erickson* e seu atual presidente, que estiveram em grande evidência, em novembro de 1957, por ocasião do inquérito parlamentar realizado para apurar as atividades antinacionis dos trustes do petróleo no Brsil. Naquela época, a emprêsa de publicidade que mantém sede em Nova Iorque,

O esfôrço das campanhas pela "liberdade de imprensa" que, periòdicamente, surgem, e não apenas nos jornais e revistas — uma curiossidade: aparecem numerosas organizações e fôrças estranhas à imprensa nessas campanhas — visa sempre, e tão sòmente, a exclusão do poder governamental, a interferência do poder público. O obstáculo à liberdade de imprensa é, nessas campanhas, o Estado, particularmente através da censura. Trata-se, evidentemente, de concepção liberal, peculiar à fase ascencional da burguesia. Em tal fase, as limitações à imprensa só podiam partir dos detentores do poder; o capitalismo de concorrência estava interessado em que a imprensa fôsse livre, não se visse limitada pela violência ou pela censura da autoridade pública, mas nisso esgotava o seu conceito de liberdade de imprensa. Tudo mudou, entretanto, com o capitalismo monopolista, com o imperialismo: a luta contra a censura e tôdas as formas de cerceamento impostas pela autoridade passou a ser aspecto parcial da luta pela liberdade de imprensa e, algumas vêzes, aspecto menor. A transformação da imprensa em negócio de grandes proporções, em emprêsa, e, parelalamente, o desenvolvimento, complexidade e encarecimento de suas técnicas, demandando grandes investimentos e acompanhando o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do público, mostra como a proteção contra a censura perdeu o interêsse antigo, embora não tenha êste desaparecido; as grandes emprêsas jornalísticas, no essencial, se auto-censuram. Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários.[340]

onde estão 60% de suas ações, distribuía anualmente 300 milhões de cruzeiros na propaganda de diversas firmas norte-americanas aqui instaladas. Sua principal cliente era a *Standard Oil Company*, que passou a chamar-se em nossa terra *Esso Standard do Brasil*. O atual presidente da *McCann Erickson*, Emil Farhat, era então assistente imediato de Armando de Morais Sarmento, que dirigia a emprêsa. Chamados a depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, viram-se os dois personagens atrapalhados para explicar a distribuição da publicidade da *Esso*, dirigida apenas aos órgãos de imprensa contrários ao monopólio estatal do petróleo, subôrno e corrupção que, gaguejantes e confusos, acabaram por confessar." (*Novos Rumos*, Rio, 7 de setembro de de 1962.)

[340] Um grupo de professôres de Harvard realizou, em 1958, o estudo *A Free and Responsible Press*, constatando que a sociedade norte-americana tornava-se semi-totalitária, pela concentração capitalista dos

A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a emprêsa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade. Isso se tornou claro, no Brasil, desde a segunda metade do século XX. De tal sorte que os assuntos de interêsse nacional só encontraram possibilidade de estudo em revistas especializadas, e as correntes de opinião divergentes das fôrças dominantes tiveram a capacidade reduzida apenas à possibilidade de manter semanários, — o jornal diário já colocado fora de seu alcance. Ao lado do *Observador Econômico e Financeiro* e do *Digesto Econômico,* apareceram revistas de economia como *Conjuntura Econômica* e *Desenvolvimento e Conjuntura;* como o *Digesto Econômico,* eram ligadas a organizações mantenedoras, cujos interêsses e opiniões passaram a veicular; assim também apareceram a *Revista do Conselho Nacional de Economia,* a *Carta Mensal* da Confederação Nacional do Comércio, e outras publicações do gênero. Os comunistas mantiveram, por alguns anos, a revista *Problemas.* Sucedendo à revista *Literatura,* dirigida por Astrojildo Pereira, que a fundou, apareceram outras publicações, como a *Revista Brasiliense,* fundada por Caio Prado Júnior, em S. Paulo, e *Estudos Sociais,* fundada e dirigida por Astrojildo Pereira, em 1958, e que circulou trimestralmente até 1964, quando a ditadura impediu a sua continuação, tal como aconteceu com a *Revista Brasiliense.*[341] PN, abre-

meios de comunicação do pensamento. A revista brasileira de economia *Desenvolvimento e Conjuntura,* em seu número de maio de 1961, publicou dados sôbre essa concentração: 88% das comunidades, ali, possuem apenas um jornal; quando possuem mais de um, pertencem ao mesmo proprietário; metade da circulação dominical e 2/5 da circulação diária são controlados por cadeias de jornais; três grandes agências de notícias monopolizam êsse setor e estão ligadas às grandes emprêsas jornalísticas; cinco em cada grupo de nove estações de televisão estão sob domínio dos mesmos grupos que controlam os jornais. Na massa informativa fornecida, tão grande que não é passível de assimilação, "o leitor perde as grandes linhas, o conteúdo, o sentido dos acontecimentos, confundido pelos aspectos circunstanciais e episódicos", conforme observou Luciano Martins, em artigo de *O Semanário,* Rio, de 14 de julho de 1963.

[341] Astrojildo Pereira (1890-1965) nasceu em Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro e ainda muito jovem ingressou no movimento operário: em 1910, atuou no Centro de Resistência Operária, participou de vários congressos sindicais, foi prêso pela primeira vez em 1918, quando da greve dos trabalhadores da Cantareira. Fundou, em 1921, com alguns companheiros, o grupo comunista do Rio de Janeiro e,

viatura de *Publicidade e Negócios,* fundada e dirigida por Genival Rabelo, teve duas fases, apresentando-se, na segunda, como veículo de posições nacionalistas, inclusive excelentes estudos sôbre a desnacionalização da imprensa em nosso país; desapareceu também com a implantação da ditadura, em março de 1964. Numerosas revistas e jornais estudantis circularam, na época, quase sempre com existência curta, algumas vêzes com excelente conteúdo, — também foram tragados pela ditadura. Os comunistas sustentaram, de 1958 até 1964, o semanário *Novos Rumos;* os nacionalistas encontraram no *Semanário,* fundado e dirigido por Osvaldo Costa, em 1955, veículo para os seus estudos. Êsses dois semanários desapareceram igualmente em março de 1964.

A tentativa de golpe de Estado ocorrida em agôsto de 1961, quando os ministros militares procuraram impedir pela fôrça a posse do vice-presidente João Goulart, então em viagem oficial ao Oriente, em seguida à renúncia do presidente Jânio Quadros, motivou o desencadeamento de feroz censura à imprensa, saindo jornais com espaços em branco, forma de resistência e de denúncia que mostrou, desde logo, o caráter daquele golpe, frustrado em seguida, e para cuja frustração a imprensa muito contribuiu, não cedendo à pressão dos detentores da autoridade militar. Tratava-se de mero ensaio para o golpe de abril de 1964: vencido em 1961, o movimento antinacional e antidemocrático retraiu-se, organizou-se e preparou, longa e meticulosamente a investida que lhe permitiria a vitória. Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciava as ações militares: tôda a grande imprensa, articulada em côro, participou dessa preparação psicológica, como

em 1922, o Partido Comunista de que foi secretário geral até 1930. Redigiu e dirigiu numerosos jornais e revistas, como *O Combate, Movimento Socialista, Literatura e Estudos Sociais,* participando da direção ou da redação da *Classe Operária, Tribuna Popular* e *Novos Rumos.* Escritor primoroso, crítico invulgar, deixou trabalhos literários de importância essencial, como *Interpretações* (1944) e *Crítica Impura* (1963). Além de ser um dos maiores escritores brasileiros, Astrojildo Pereira, que se casara, em 1918, com a filha de Everardo Dias, Inês Dias Pereira, constituiu exemplo dignificante, com a sua nobre existência. Coube-lhe estabelecer contato com Luís Carlos Prestes, quando estava êste exilado na Bolívia, de que resultou sua adesão ao Partido Comunista. Prêso, em 1964, teve os seus males agravados, vindo a falecer em novembro de 1965, aos 75 anos de idade.

o rádio e a televisão. Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março, — aqui à guisa de exemplo — foram esclarecedores até nos títulos: "Basta!" e "Fora!", indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fôra êle, não o mandatário do povo, mas empregado relapso. Foi a última "operação" montada pela imprensa empresarial em nosso país.

O contrôle da imprensa

O VI Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Belo Horizonte, em 1955, colocou em discussão, sob vários aspectos, o problema do contrôle da imprensa, — um dêsses aspectos foi o que se relaciona com o papel. O representante da Guanabara Orlando Bonfim Júnior apresentou importante estudo a êsse respeito, "A liberdade de imprensa e a política econômico e financeira do Govêrno", detendo-se na apreciação dos requisitos materiais que condicionam a liberdade de imprensa, com destaque para o do papel. Mostrou como, no último lustro, verificava-se, no Brasil, "uma tendência no sentido de tornar inaccessível aos jornais mais pobres êsse elemento essencial", pela elevação de seus preços, conseqüente da alteração das taxas cambiais para sua importação. Como reflexo de "tão brusca e brutal elevação", inúmeros jornais haviam desaparecido; outros haviam comprimido as despesas, reduzindo o número de páginas e dispensando empregados e colaboradores; terceiros continuaram a circular, mas com enormes dificuldades. Cinco anos depois, a situação se agravara muito. As dificuldades estavam vinculadas ao "Programa de Estabilização Monetária", do ministro da Fazenda, Lucas Lopes. Fernando Segismundo, no Congresso de Jornalistas, acusaria: "A supressão dos preços diferenciais do papel favorece a concentração da atividade industrial jornalística, age no sentido de criar nôvo e odioso privilégio, qual seja o de limitar a liberdade de imprensa àqueles que têm bastante dinheiro. O fortalecimento do monopólio de informações e de opinião restringe, automàticamente, o campo de escolha de diferentes setores sociais e econômicos: leitores, anunciantes e profissionaos de imprensa que vêm a lei da oferta e da procura sofrer assustadora modificação a seu desfavor. (...) Ressente-se a imprensa brasileira de perma-

nente escassez de papel. Um ou outro período de abastecimento satisfatório não garante o desejado desafôgo. No ano corrente, a situação atingiu verdadeira crise. Contra 126.300 toneladas métricas consumidas em 1954, temos à nossa disposição, em 1955, apenas 82.000 toneladas métricas, isto é, sòmente 68% em relação àquela quantidade. (...) O Govêrno, só êle, é responsável pela iminente paralização de inúmeras emprêsas jornalísticas difundidas pelo país inteiro, com prejuízos que abrangerão desde a economia dêsses estabelecimentos até à propagação da cultura e o resguardo das instituições democráticas. Ùltimamente, não vêm sendo concedidas divisas suficientes para a importação de papel, contràriamente ao disposto na lei n.º 1.386, de 1951, que assegura prioridade de importação e obtenção de cambiais para papel de imprensa."[342]

Num período de cinco anos e cinco meses, de fevereiro de 1958 a julho de 1963, a alta do preço do papel importado para a imprensa foi de mais de 3.294%; de mais de 5.744%, se fôr considerado período mais largo, dois decênios, de 1943 a 1963. A ascenção do preço do dólar para tal importação foi vertiginosa: até 14 de fevereiro de 1958, custava 18,82 cruzeiros; daí até 10 de junho dêsse mesmo ano, passou a 51,32; daí até 14 de fevereiro de 1959, passou a 58,38; daí até 13 de março de 1961, passou a 100 cruzeiros, por fôrça da famigerada Instrução 204 da SUMOC; daí até 30 de junho dêsse mesmo ano passou a 200 cruzeiros (dobrou em três meses); daí até 28 de dezembro dêsse mesmo ano passou a 263 e 310 cruzeiros, por fôrça da extinção do câmbio preferencial pela Instrução 208 da SUMOC; daí até 17 de maio de 1962, passou a 318; daí até 6 de julho dêsse mesmo ano passou a 359; daí até 14 de agôsto dêsse mesmo ano passou a 365; daí até 5 de setembro dêsse mesmo ano passou a 417; daí até 23 de abril de 1963 passou a 475; daí até 14 de agôsto dêsse mesmo ano passou a 620 cruzeiros. A 18 de setembro de 1964, em editorial, o *Correio da Manhã*, do Rio, mostrava outro ramo da curva ascencional: "Em abril de 1964, a taxa de câmbio para a importação de papel de imprensa era de Cr$ 620 por dólar. Passou a Cr$ 1.200, logo reajustada para Cr$ 1.255. Contra êste reajustamento não lutamos; pelo contrário, defendemos a medida. Aceitamos e compreendemos que a eliminação do subsídio era o preço

342 Fernando Segismundo: op. cit, págs. 39-41.

da luta contra a inflação. Aceitamos o ônus e passamos à luta quotidiana na qual estávamos irmanados todos. Neste mês de setembro, a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil passou a cotar o dólar-imprensa a Cr$ 1.480. No dia 11 último, vendia-o a Cr$ 1.690. Isto, em percentuais, significa: aumento de 34,7% com relação a agôsto, de 172,6% com referência a abril; de 1.590% em comparação com fevereiro de 1961 e 8.880% com relação às taxas para importação de papel de imprensa em janeiro de 1958. Êste o preço que pagamos pela liberdade de opinar."[343]

[343] Outros trechos dêsse editorial merecem ser retidos: "Em fins de 1963, foram violentamente reduzidas as quotas de importação das emprêsas jornalísticas. A Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951, assegura prioridade nas remessas das divisas necessárias aos pagamentos das compras de papel no exterior. Mas, há muitos meses que essas remessas estão paralisadas nos escaninhos da Carteira de Câmbio. (...) O sistema cambial de importação de papel permitia que, no fechamento do câmbio, as emprêsas depositassem no Banco do Brasil 10% do valor da operação, recolhendo o saldo em 120 ou 180 dias, tempo entre a encomenda e a chegada do produto. Mas, se os créditos no exterior forem suspensos, as emprêsas jornalísticas terão de recorrer aos bancos particulares para abertura de cartas de crédito. Até há pouco, essas cartas de créditos podiam ser efetivadas mediante depósito de 50% do seu valor. Agora, o Banco do Brasil, por determinação das autoridades monetárias, obriga o depósito integral da operação. Os jornais são, pois, obrigados a imobilizar recursos, nesta época de crédito escasso, para atender adiantadamente suas necessidades de meses. Nôvo e pesado encargo. Não foi o último. Outra exigência: embarque do papel de imprensa nos navios do Lóide Nacional. Mas o Lóide não atinge os portos exportadores de papel. Com isto, essas importações sofrem duplo ônus: têm de pagar o transporte e o transbordo das zonas de produção aos portos em que tocam os navios do Lóide e sujeitam-se às pesadas avarias das operações de descarga e carga em pontos de transbordo. Para todos êstes encargos crescentes e asfixiantes, o govêrno acena com um empréstimo no valor de 30% das compras de papel dos jornais. Mas, o que dá com uma das mãos, tira com a outra. O aumento da taxa de importação do papel de imprensa, sòmente em setembro, foi de 34,7%. E se nos referirmos ao comêço do ano, a diferença é de quase 200%. Com isto, e com tudo o que apontamos anteriormente, Klabin-Lafer terão preços que, num lance, açambarcarão todos os benefícios que o projeto pretendia dar à imprensa. Ao monopólio do papel Klabin-Lafer, aliam-se de fato os advogados do monopólio de opinião, representados pelo govêrno. E, nesta junção, institucionaliza-se a campanha contra a liberdade de imprensa no Brasil." (*Correio da Manhã*, Rio, 18 de setembro de 1964.)

Assim, o preço do quilo de papel de imprensa importado, que era de 2,35 cruzeiros, em 1943, passou a 4,82, em fevereiro de 1958, e 135 cruzeiros, em agôsto de 1963. Em 1962, gastamos 17.507.850 dólares em papel de imprensa importado; e os jornais gastaram 5.733.468 cruzeiros na compra de papel nacional cuja produção, monopolizada pelas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A., acarretava um preço de 3,60 cruzeiros por quilo, compreendido o lucro do distribuidor, em 1950, passando a 112 cruzeiros, em setembro de 1963, com alta de 2.926% nesses treze anos. A ascenção do preço do papel nacional acompanhava a do papel estrangeiro: o quilo, que custava 3,60, em 1950, passou a custar 4,63, em janeiro de 1958; 8,90, em dezembro dêsse mesmo ano; atingindo os 112, em setembro de 1963, por fôrça, além de outros fatores, das Instruções 175, 204, 218, 222, 227, 228, 229, 230 e 239 da SUMOC, tôdas em busca da "verdade cambial". Assim, enquanto o dólar para importação de papel passava de 100 para 620, o quilo de papel nacional passava de 8,90 para 112 cruzeiros. O subsídio à fabricação de papel nacional consumiu, de agôsto de 1957 a setembro de 1958, nada menos do que um bilhão de cruzeiros; mais de 2,5 bilhões, até dezembro de 1959, cabendo quase 80% à firma Klabin. Extinto êsse subsídio, a 1.º de julho de 1961, quando da abolição do câmbio preferencial para importação de papel, correspondera, para os cofres públicos, a um dispêndio de cêrca de 5,3 bilhões de cruzeiros, cinco vêzes maior que todo o ativo fixo da emprêsa Klabin em 1957.

Essa rápida e brutal ascenção dos preços — conseqüente de política econômico-financeira vesânica, profunda e essencialmente contrária aos interêsses brasileiros, porque contrária aos interêsses do nosso povo — arrasou a pequena imprensa, reduziu a circulação dos jornais, entregou-os integralmente ao contrôle das agências estrangeiras de publicidade. Um exemplo ilustra as suas conseqüências: em 1950, surgira, em S. Paulo, a revista de cultura *Anhembi*; em 1962, cessou de circular. Seu fundador e diretor, Paulo Duarte, explicou assim essa decisão aos leitores: "Desde o aviso 204 do sr. Jânio Quadros, que recebemos com coragem por se tratar de um primeiro passo para o saneamento da moeda, até o presente momento, em que tudo ruiu, São Paulo ruiu e o próprio Brasil vai ruindo, fragorosamente, o aumento das nossas despesas foi de 800 por cento. A desvalorização vertiginosa do cruzeiro, a abolição das regalias concedidas para a importação de papel, os

aumentos sucessivos do salário mínimo, cada um dêsses fatores determinou a cadeia sinistra da elevação de tudo, não em grau razoável, mas em proporção geométrica. Basta lembrar que o preço do papel que consumimos subiu, em oito meses apenas, de 6 para cêrca de 150 cruzeiros o quilo." Assim, a política econômico-financeira arrasava as ilusões mesmo daqueles que haviam recebido bem a Instrução 204 e acreditavam na impostura de que os aumentos de salários são causa do aumento dos preços, até do papel importado.

Para acudir à crise da imprensa, dois projetos foram apresentados ao Congresso, em 1963. O primeiro, do deputado Maurício Goulart, em agôsto, fundava-se na tese de que "não há democracia representativa sem liberdade de imprensa e não há liberdade de imprensa onde as emprêsas jornalísticas não tenham estabilidade econômica". Propunha a isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel de imprensa, mencionando, ainda, o perigo do desaparecimento de muitos jornais, "principalmente no interior, onde a receita publicitária é diminuta, pela carência de grandes parques industriais ou importantes mercados de negócios". O projeto visava, assim, romper o monopólio estabelecido pela emprêsa Klablin na produção de papel nacional, contra o qual, na justificação, fazia severas críticas. Mostrava, por outro lado, a forma como o autor encarava o problema da liberdade de imprensa: havendo papel, a publicidade resolveria tudo. O segundo projeto foi apresentado pelo senador José Ermírio de Morais, em novembro; o autor justificou-o, como de praxe, e levou essa justificação ao público e aos jornais, em entrevista coletiva, na ABI. Explicou que o Brasil gastara, em 1962, com a importação de papel de imprensa, a câmbio altamente favorecido, cêrca de oito bilhões de cruzeiros (exatamente Cr$ 7.644.615.313). O projeto visava limitar o número de páginas dos jornais a 20, nos dias úteis, e 50, aos domingos. Os nossos grandes jornais, em edições da ordem de 150 páginas, dedicavam 110 a anúncios: mais de 80% do espaço era consumido em publicidade. Exemplificou com os jornais europeus, para mostrar o absurdo dessa situação: *Il Messaggero*, de Roma, o maior diário italiano, aparecia com 14 páginas apenas, e não publicava um só anúncio de página inteira; *Il Tempo*, também romano, saía com 12 páginas; o londrino *Daily Express*, na edição principal, às segundas feiras, atingindo tiragem de 4.282.000

exemplares, circulava com 16 páginas; o circunspecto *The Observer*, fundado em 1791, aparecia aos domingos com 36 páginas; o prestigioso *News of the World*, circulando apenas nos dias úteis e tirando 6.250.000 exemplares, tinha 20 páginas; na U.R.S.S., *Pravda* e *Isveztia* não excediam de 10 páginas. Só os argentinos, *La Prensa*, *La Nación*, *La Razón*, como os nossos, imitavam os copiosos jornais norte-americanos. Além disso, argumentava o senador José Ermírio de Morais: "Com as novas linhas que certamente adotarão as emprêsas, possìvelmente terá melhor acolhida, nos órgãos de imprensa, o noticiário nacional, muitas vêzes relegado a plano secundário por jornais que dedicam as suas primeiras páginas exclusivamente ao material fornecido pelas agências estrangeiras. Na verdade, há jornais, no Brasil, cuja primeira página é inteiramente desnacionalizada, mais parecendo um órgão da O.N.U."

O sentido do projeto do senador José Ermírio de Morais era, pois, completamente diverso do sentido do projeto do deputado Maurício Goulart: pretendia reduzir o tamanho dos jornais, para poupar divisas ao país; achava escandaloso que, na situação de carência de divisas, continuássemos a gastar tantas comprando papel de imprensa no estrangeiro. Estava implícita, na justificação, a idéia de que, com aquêle crescente dispêndio, os cofres públicos estavam beneficiando apenas os cofres particulares dos proprietários de grandes jornais que lançavam edições volumosas para atender à publicidade. Na justificação aparecia mesmo, e com o cálculo numérico, como era subsidiada a publicidade — proprietários de emprêsas jornalísticas, proprietários de emprêsas anunciantes e proprietários de emprêsas de publicidade, portanto — sem nenhuma vantagem para o público. Essa colocação fêz com que o senador José Ermírio de Morais sofresse terrível campanha, da parte da grande imprensa; sua entrevista na ABI foi silenciada pela ausência de noticiário; dos grandes jornais, um apenas deu dela informação sumaríssima e deformada. É evidente que nenhum dêsses projetos teve andamento. Já em 1961, com a malícia de que usava de vez em quando, o presidente Jânio Quadros sopesara, em entrevista televisionada, o volumoso número domingueiro do *Estado de São Paulo*, verdadeiro catálogo de publicidade em grande formato, mostrando o absurdo de subsidiar o Estado os lucros assim auferidos por pessoas. O fato é que, na medida de seu potencial financeiro, os grandes jornais continuam a circular em edições

volumosas, o que não os obriga, de forma alguma, a informar muito e, ainda menos, a informar bem.

Na justificação de seu gorado projeto, o senador José Ermírio de Morais tocara no ponto sensível da desnacionalização da imprensa, ali apenas aflorado, e sob o restrito aspecto do destaque do noticiário vindo do exterior. Ora, uma outra forma do contrôle da imprensa é, sem dúvida, o do contrôle do noticiário, exercido pelas agências, tôdas estrangeiras, distribuidoras de informações. Os que conhecem a imprensa, sabem que tais agências, em cuja área se operou também o processo de concentração, sendo as norte-americanas, que dominam a informação em nossa imprensa, hoje, apenas duas, a *Associated Press* e a *United Press Internacional*, ligadas não apenas aos grandes consórcios da imprensa daquele país — que abrange ainda o rádio e a televisão, nesta sendo notório o predomínio absoluto das cadeias da NBC e da CBS — mas aos grandes trustes e monopólios industriais peculiares à etapa imperialista. Em última análise, tudo isto significa, simplesmente que o imperialismo controla a informação, na área em que exerce o seu domínio. Qualquer leitor, ainda o mais desatento, verifica que o noticiário estrangeiro é o mesmo em todos os nossos grandes joriais, cabendo a cada um apenas o maior ou menor aproveitamento do material informativo que recebe das agências estrangeiras e a margem de engenho na titulação, diagramação e seleção das manchetes. O aparecimento e a concentração dessas agências, aliás, resultou do desenvolvimento capitalista e do conseqüente desenvolvimento da imprensa, refletindo-se em divisão do trabalho: as agências surgiram das necessidades ascencionais da imprensa industrial, tornaram-se possíveis nas áreas em que se haviam criado as condições para isso.

A imprensa brasileira, refletindo uma capitalização ainda na infância, não teve as condições para criar tais agências, devendo aproveitar, pois, o serviço das existentes. Em seu estudo, sob muitos aspectos interessante, sôbre a influência da imprensa norte-americana sôbre a imprensa brasileira, Nobrega da Cunha, que trabalhou muito tempo na *Associated Press*, situou o fato: "Uma segunda influência, de maior importância no sentido técnico, está no serviço telegráfico. A imprensa latino-americana, especialmente a brasileira, só pode contar com o serviço telegráfico, intenso e extenso, em virtude da imprensa norte-americana sustentar aquelas grandes organizações, para suprir a própria necessidade

exemplares, circulava com 16 páginas; o circunspecto *The Observer,* fundado em 1791, aparecia aos domingos com 36 páginas; o prestigioso *News of the World,* circulando apenas nos dias úteis e tirando 6.250.000 exemplares, tinha 20 páginas; na U.R.S.S., *Pravda* e *Isveztia* não excediam de 10 páginas. Só os argentinos, *La Prensa, La Nación, La Razón,* como os nossos, imitavam os copiosos jornais norte-americanos. Além disso, argumentava o senador José Ermírio de Morais: "Com as novas linhas que certamente adotarão as emprêsas, possìvelmente terá melhor acolhida, nos órgãos de imprensa, o noticiário nacional, muitas vêzes relegado a plano secundário por jornais que dedicam as suas primeiras páginas exclusivamente ao material fornecido pelas agências estrangeiras. Na verdade, há jornais, no Brasil, cuja primeira página é inteiramente desnacionalizada, mais parecendo um órgão da O.N.U."

O sentido do projeto do senador José Ermírio de Morais era, pois, completamente diverso do sentido do projeto do deputado Maurício Goulart: pretendia reduzir o tamanho dos jornais, para poupar divisas ao país; achava escandaloso que, na situação de carência de divisas, continuássemos a gastar tantas comprando papel de imprensa no estrangeiro. Estava implícita, na justificação, a idéia de que, com aquêle crescente dispêndio, os cofres públicos estavam beneficiando apenas os cofres particulares dos proprietários de grandes jornais que lançavam edições volumosas para atender à publicidade. Na justificação aparecia mesmo, e com o cálculo numérico, como era subsidiada a publicidade — proprietários de emprêsas jornalísticas, proprietários de emprêsas anunciantes e proprietários de emprêsas de publicidade, portanto — sem nenhuma vantagem para o público. Essa colocação fêz com que o senador José Ermírio de Morais sofresse terrível campanha, da parte da grande imprensa; sua entrevista na ABI foi silenciada pela ausência de noticiário; dos grandes jornais, um apenas deu dela informação sumaríssima e deformada. É evidente que nenhum dêsses projetos teve andamento. Já em 1961, com a malícia de que usava de vez em quando, o presidente Jânio Quadros sopesara, em entrevista televisionada, o volumoso número domingueiro do *Estado de São Paulo,* verdadeiro catálogo de publicidade em grande formato, mostrando o absurdo de subsidiar o Estado os lucros assim auferidos por pessoas. O fato é que, na medida de seu potencial financeiro, os grandes jornais continuam a circular em edições

volumosas, o que não os obriga, de forma alguma, a informar muito e, ainda menos, a informar bem.

Na justificação de seu gorado projeto, o senador José Ermírio de Morais tocara no ponto sensível da desnacionalização da imprensa, ali apenas aflorado, e sob o restrito aspecto do destaque do noticiário vindo do exterior. Ora, uma outra forma do contrôle da imprensa é, sem dúvida, o do contrôle do noticiário, exercido pelas agências, tôdas estrangeiras, distribuidoras de informações. Os que conhecem a imprensa, sabem que tais agências, em cuja área se operou também o processo de concentração, sendo as norte-americanas, que dominam a informação em nossa imprensa, hoje, apenas duas, a *Associated Press* e a *United Press International*, ligadas não apenas aos grandes consórcios da imprensa daquele país — que abrange ainda o rádio e a televisão, nesta sendo notório o predomínio absoluto das cadeias da NBC e da CBS — mas aos grandes trustes e monopólios industriais peculiares à etapa imperialista. Em última análise, tudo isto significa, simplesmente, que o imperialismo controla a informação, na área em que exerce o seu domínio. Qualquer leitor, ainda o mais desatento, verifica que o noticiário estrangeiro é o mesmo em todos os nossos grandes joriais, cabendo a cada um apenas o maior ou menor aproveitamento do material informativo que recebe das agências estrangeiras e a margem de engenho na titulação, diagramação e seleção das manchetes. O aparecimento e a concentração dessas agências, aliás, resultou do desenvolvimento capitalista e do conseqüente desenvolvimento da imprensa, refletindo-se em divisão do trabalho: as agências surgiram das necessidades ascencionais da imprensa industrial, tornaram-se possíveis nas áreas em que se haviam criado as condições para isso.

A imprensa brasileira, refletindo uma capitalização ainda na infância, não teve as condições para criar tais agências, devendo aproveitar, pois, o serviço das existentes. Em seu estudo, sob muitos aspectos interessante, sôbre a influência da imprensa norte-americana sôbre a imprensa brasileira, Nóbrega da Cunha, que trabalhou muito tempo na *Associated Press*, situou o fato: "Uma segunda influência, de maior importância no sentido técnico, está no serviço telegráfico. A imprensa latino-americana, especialmente a brasileira, só pode contar com o serviço telegráfico, intenso e extenso, em virtude da imprensa norte-americana sustentar aquelas grandes organizações, para suprir a própria necessidade. E

porque para os jornais norte-americanos existem *Associated, United, International News Service* e outras organizações, é que nós podemos, na América do Sul também ter o mesmo serviço e de idêntica qualidade. Êle é pago pela imprensa norte-americana. Aquilo com que podemos concorrer para o custeio, a nossa contribuição, não compensaria o serviço, não corresponderia ao valor da transmissão. Recebem-se, no Brasil, no momento, mais de 50.000 palavras diárias e, de acôrdo com as taxas telegráficas, não estaríamos em condições de atender ao elevado encargo que isso representa. Se temos, pois, o serviço mais acessível ainda é porque, também para servir aos jornais norte-americanos, existe nos Estados Unidos a *Press Wireless*, cooperativa de jornais para transmissão pelo rádio, que realiza, por preço insignificante, o serviço de tráfego sem fio das agências noticiosas."[344] Não é inteiramente exata a conclusão do jornalista que coloca o serviço da *Associated Press* e da *United Press* — que adotou a sigla UPI depois que incorporou o *International News Service* — como favor feito à imprensa latino-americana. Êsse serviço tem pequeno preço, relativamente, em moeda, embora pago em dólares, mas tem preço altíssimo, em valores não redutíveis a moeda: o contrôle da informação internacional fornecida à nossa imprensa. Seria possível, entre nós, certamente, a existência de organização nacional para coleta e distribuição de notícias do exterior — para êsse fim, operando no interior, já temos tais organizações — desde que coubesse ao Estado a maior parte dos encargos, despesas e, portanto, a parcela de influência que disso decorreria, e essa solução a nossa grande imprensa não aceita: prefere depender de organizações estrangeiras do que de uma organização nacional de que participe o Estado.[345] A tentativa iniciada, para isso, no govêrno Jânio Quadros, foi convenientemente arquivada.

É evidente que, dentro de certos limites, os jornais são aqui controlados pelos seus proprietários; como se contam pelos dedos

344 Nóbrega da Cunha: op. cit., pág. 17.

345 Fernando Segismundo mostra como, às vêzes, a grande imprensa sofre e protesta contra êsse contrôle da informação: "Ainda recentemente, clamando contra a sonegação de notícias e a falta de objetividade por parte das agências telegráficas, eram a *Associated Press*, a *United Press* e a *France Press* denunciadas pelo *Jornal do Brasil*. Ao passo que pronunciamentos contrários a Cuba vinham narrados na íntegra, por aquelas agências, notícias referentes ao futuro da ONU, ao

os grandes jornais, contam-se pelos dedos êsses proprietários: Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Bittencourt, Nascimento Brito e uns poucos mais. E, aqui, convém lembrar que a imprensa industrial da fase capitalista é bem diversa da imprensa artesanal que a antecedeu; nela, a divisão do trabalho ampliou-se consideràvelmente, e a divisão em classes tornou-se clara. Numa emprêsa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia; os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia; e os operários, que pertencem à classe operária, ao proletariado. Êsses elementos são, pois, diferentes, por origem de classe, e têm interêsses contraditórios. Embora assalariados, os elementos intelectuais não têm situação proletária e sofrem as injunções e vacilações de sua posição intermediária, que se presta à ambiguidade. Disse bem o jurista: "Em face dos preceitos das Constituições do Mundo Ocidental, de plena proteção ao direito de propriedade, o conteúdo das colunas de um jornal é espaço tão submetido ao domínio privado como a terra."[346] Disse bem o jornalista: "Assim como aos camponeses não pertence a terra, nem aos operários as fábricas, nem aos assalariados em geral os meios de produção, — lavram os homens de imprensa em seara alheia. Dêles não são os veículos informativos: o jornal, o rádio, as agências telegráficas, a televisão e o cinema."[347] Outro jornalista escreveria, com absoluta franqueza: "Eu resolvi me emancipar porque cheguei à seguinte conclusão: no Brasil, nunca houve, na realidade, liberdade de imprensa. O que existe e sempre existiu é a opinião do dono do jornal. Ora, a minha opinião nem sempre coincidia com a do meu patrão e eu era despedido. Então eu resolvi ser rico, para poder ter opinião como jornalista. No jornalismo como vocês sabem, só se faz fortuna sendo picarêta ou então alugando a opinião".[348]

movimento sindical africano e aos esforços de paz desenvolvidos no Vietnã do Sul eram totalmente omitidos. Terminava o *Jornal do Brasil* pedindo providências, a fim de que os povos não percam de todo, a confiança nos órgãos de informação pública." (Fernando Segismundo: op. cit., pág. 10.)

[346] Osny Duarte Pereira: op. cit., pág. 19.

[347] Fernando Segismundo: op. cit., pág. 10.

[348] Davi Nasser: entrevista a *Manchete*, Rio, n.º 704, de 15 de outubro de 1965.

As reivindicações dos jornalistas, em conseqüência, teriam de encontrar resistência da parte dos proprietários de jornais; tais reivindicações não ultrapassaram o nível salarial; por largo tempo, satisfeitas, no todo ou em parte, escondiam o antagonismo inerente à situação de classe. Em 1944, o salário de um redator era cinco vêzes o salário mínimo; em 1957, era 2,6 vêzes êsse mínimo; resultava êsse rebaixamento em declínio do nível intelectual do pessoal de redação, a transformação dessa atividade em "bico", o desvio dos melhores valores para outras atividades. Submetidos, sem liberdade de opinião, mal remunerados, os jornalistas começaram a sofrer pressões insuportáveis, acompanhando, aliás, a situação geral do país, cujas contradições se agravavam a cada passo e se tornavam agudas. Precedendo os acontecimentos de outubro, quando os jornalistas tiveram de recorrer à greve contra os patrões, os proprietários, por vontade própria e por pressão das fôrças que os controlam, decidiram por uma limpeza nas redações, proibindo que publicassem alguns colunistas, de posição liberal, as suas opiniões, demitindo-os, se necessário. A revista *Manchete* estava em máquina, trazendo reportagem de seu redator-chefe sôbre a União Soviética, que viera da visitar: brutal intimação de órgão de publicidade forçou a retirada do papel das máquinas: a revista era àsperamente compelida a suprimir aquela reportagem sob pena de perder grande parcela da publicidade que lhe era distribuída. Obedeceu, tranqüilamente, e tudo continuou como dantes.

Em agôsto de 1962, o colunista de *Última Hora,* Arapuã, que mantinha seção em que apareciam críticas humorísticas aos Estados Unidos, seção de público numeroso, foi intimado a suprimir tais críticas. Preferiu abandonar o jornal. A carta que divulgou, então, é triste característica do contrôle estrangeiro sôbre a imprensa brasileira, documento que constitui o epitáfio de uma época: "Aos companheiros de U.H. — Nesta data deixo êste jornal. Sempre disse que não escreveria sem o mínimo de liberdade indispensável à dignidade profissional do palhaço aqui. Não culpo e espero que não culpem U.H. Manteve-se até onde pôde. O cêrco do poder econômico, porém, cada vez se torna mais implacável. E foram êles — e não U.H., afinal de contas uma emprêsa capitalista e que precisa sobreviver — foram êles os autores remotos desta despedida. Sou grato a todos os companheiros. Aqui passei os melhores anos de minha vida de jornalista, participando humildemente desta equipe corajosa. Sou grato, também, à própria di-

reção do jornal: até onde pôde, manteve-me. Quando não resistiu mais, pediu-me o sacrifício de uma parcela daquela liberdade que sempre exigi para minha coluna. Não houve alternativa. Entre ceder naquilo que para mim é intocável e continuar — preferi sair. Se minha saída servir para qualquer idéia de luta, que não seja contra o jornal — afinal de contas o último que ainda noticia uma greve ou dá cobertura a uma reivindicação operária. A luta é contra o IPES, a canalha do poder econômico e, justamente por isso, saio — para poder manter minha cabeça erguida. Erguida para continuar lutando. Até breve, companheiro. Êles vão apertando em todos os locais de trabalho. Iremos pulando de um para outro — até cair atrás de uma barricada, onde êles ouvirão a última sentença. Obrigado a todos." Em 1959 ainda, o vespertino *O Globo*, do Rio, distribuía, com uma de suas edições, suplemento especial de várias páginas, organizado para difamar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), matéria paga, visìvelmente, e muito cara, considerando apenas o papel consumido. Quem o teria pago?

Em outubro, reunidos em assembléia, os jornalistas decidiram conceder plenos podêres à Diretoria e à Comissão de Salários de seu Sindicato para determinar a greve da classe, se necessário, a fim de conseguir o aumento de salários na base de 70%, a partir de 1.º de novembro, e a reintegração de 80 jornalistas demitidos ilegalmente pelas emprêsas, em conseqüência da solidariedade que haviam emprestado à greve dos gráficos. Alguns dêsses jornalistas haviam já conquistado a estabilidade; outro desempenhava mandato sindical. Tais condições legais foram desrespeitadas pelos proprietários de emprêsas. Decidiam-se os jornalistas denunciar "a prepotência de Roberto Marinho, Nascimento Brito, Chagas Freitas, Zé Portinho e Cia". Os patrões recusaram-se a comparecer a cinco mesas redondas convocadas pelo Departamento Nacional do Trabalho; mobilizaram-se os gráficos para a greve de solidariedade, conforme pacto de unidade de ação firmado pelas duas classes em luta. Os jornalistas mostravam-se dispostos a denunciar como as emprêsas "formaram o império econômico que hoje representam, à custa de favores dos bancos oficiais, calote nas instituições de Previdência Social e no Fundo Sindical e propinas de grupos econômicos estrangeiros, para defesa de interêsses antinacionais em suas colunas". Acrescentavam estar de posse "dos documentos autenticados sôbre os mais recentes assaltos consumado pela dupla

Roberto Marinho-Nascimento Brito contra a Caixa Econômica Federal do Estado da Guanabara"; o primeiro teria levantado ali 180 milhões de cruzeiros de empréstimo, 100 milhões o segundo, "em circunstâncias escabrosas"; o diretor do *Jornal do Brasil* chegara a "demitir um dos editorialistas do jornal, seu amigo íntimo, porque êste se recusara, como procurador da Caixa, a opinar a favor da concessão do empréstimo". Mais adiante, os jornalistas ameaçavam dedicar "capítulo especial" ao deputado Chagas Freitas, para contar ao povo como se tornara êle proprietário de *O Dia* e *A Notícia*, lesando seu antigo patrão, o sr. Ademar de Barros, que, naquele momento, o acionava na 1.ª Vara Civel da Guanabara, para reaver os bens que o presidente do Sindicato das Emprêsas lhe usurpara. A história seria simples: "Ademar colocou suas ações na emprêsa em nome de Chagas, que era seu advogado, e êste acabou por convencer-se de que era realmente dono das duas emprêsas, ficando com tudo." Os jornalistas denunciavam ainda "a mesquinhez das emprêsas e o clima de terror por elas instaurado nas redações e nas oficinas, com o objetivo de intimidar gráficos e jornalistas". Davam um exemplo: "No *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito chegou a proibir que se fizessem listas de solidariedade aos demitidos, mesmo as destinadas a arrecadar os recursos financeiros"; o mesmo acontecia na *Tribuna de Imprensa*, "onde o sr. Nascimento Brito também é diretor e que há mais de dois meses não paga o salário da maioria de seus empregados da redação e revisão."[349]

Na segunda quinzena de novembro, os jornalistas em luta por melhores salários procuravam divulgar o manifesto em que apresentavam as suas razões; nenhum dos grandes jornais o publicou; estavam êles na situação do "pedreiro Valdemar" do samba conhecido, que passava a vida a construir palácios para os outros, "sem casa para morar". Só a pequena imprensa nacionalista acolheu o manifesto "Os jornalistas ao povo", que começava esclarecendo: "Não temos imprensa para divulgar nossas reivindicações, para defender nossa causa, para esclarecer a opinião pública e para pedir a solidariedade dos trabalhadores." Descreviam a intransigência patronal e a omissão do Ministério do Trabalho. Acusavam: "Talvez poucos saibam que um repórter auxiliar, um repórter

[349] Reportagem de Otávio Rangel, em *O Semanário*, Rio, de 16 de novembro de 1962.

de setor, um arquivista de jornal ganha apenas Cr$ 20.374,00; que um ilustrador (desenhista), um repórter fotográfico, um repórter (como os que perdem a vida trabalhando para os jornais), ganha apenas Cr$ 23.659,10; que um revisor ganha Cr$ 23.430,40," estando nessas categorias enquadrados cêrca de 70% dos profissionais militantes na imprensa carioca. Com a adoção da nova tabela de salário mínimo, em vias de concretizar-se, passariam aquêles a receber menos que um trabalhador não qualificado. Os proprietários de jornais, que se recusavam sequer a discutir as reivindicações dos jornalistas, "haviam aumentado, sem consulta de qualquer espécie e a quem quer que fôsse, as suas tabelas de venda avulsa e as suas tabelas de anúncios". Os aumentos destas estavam na percentagem seguinte: *Jornal do Brasil, O Jornal, O Globo*: 143%; *Correio da Manhã*: 124%; *Diário de Notícias*: 77%; *Última Hora*: 67%. O libelo prosseguia: "Os donos dos jornais alegam 'dificuldades financeiras', corrigidas pelas providências acima citadas, perante jornalistas cujos salários estão em terrível processo de deterioração desde 1944. Entretanto, nos últimos 15 anos, nem um único dos jornais em circulação — nem um único — deixou de ampliar suas sedes e oficinas, realizando custosas aquisições de prédios e máquinas, beneficiando-se de favores fiscais e elevados empréstimos do Banco do Brasil. Apesar das 'dificuldades financeiras', todos os proprietários de jornais são milionários, possuem fortunas pessoais feitas com a utilização dos jornais. As últimas eleições carrearam para os cofres dos jornais e seus proprietários fabulosa quantidade de dinheiro, quer com a propaganda ostensiva dos candidatos e partidos, quer na larga subvenção proporcionada por entidades como o IBAD, o IPES e outras 'caixinhas' de origens nem sempre confessáveis. Isto para não falar das matérias pagas de objetivos políticos fornecidas pelos governos ou daqueles proprietários de jornais que conquistam cargos eletivos e vantagens pessoais através de campanhas ora demagógicas, ora antipopulares, mas sempre vantajosas". Concluía: "A alegação dos empregadores para negar é a mesma de todos os anos: falta de recursos, as emprêsas não deixam lucro, afirmam. Se verdadeira essa afirmativa, onde arrancaram dinheiro para comprar o que hoje possuem? Por exemplo: *A Notícia*, do deputado Chagas Freitas, presidente do Sindicato dos Jornais, começou apenas com o título, imprimindo em oficinas de outras emprêsas. Hoje possui valioso patrimônio, com oficinas próprias. Ainda recentemente o sr. Chagas

Freitas arrematou, em leilão, por 30 milhões de cruzeiros, pagamento à vista, um prédio na rua do Riachuelo, e não gastará menos de 10 milhões de cruzeiros, a fim de adaptá-lo para sede própria de *O Dia,* jornal que começou, também, apenas com o título, quando era impresso nas oficinas já adquiridas pela *A Notícia.*"

Cêrca de 80 jornalistas foram demitidos, em conseqüência do movimento reivindicativo da classe, inclusive o secretário da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, com mandato sindical portanto, Carlos Alberto da Costa Pinto; em *O Globo,* o próprio tio do sr. Roberto Marinho, modesto arquivista com 37 anos de casa e fundador do jornal, foi despedido; o *Jornal do Brasil* iniciou as represálias, dispensando 15 empregados, entre redatores, revisores, repórteres e colunistas; *O Globo* dispensou também 15, incluindo todo o pessoal do arquivo; os *Diários Associados* demitiram mais de 30, na Agência Meridional permaneceram apenas 3 ou 4 elementos; *O Dia* e *A Notícia* demitiram 6 redatores, repórteres e fotógrafos; tôdas essas emprêsas procuraram escapar à obrigação de indenizar os demitidos, alegando 'justa causa.'' Os profissionais retornaram à carga: "O movimento dos jornalistas não cessará com a reintegração dos profissionais demitidos e a obtenção de 70%; êles continuarão a lutar contra os privilégios concedidos aos donos de jornais, que são devedores relapsos da Previdência Social e do Impôsto Sindical e não pagam os empréstimos que contraem em estabelecimentos públicos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, onde o sr. Roberto Marinho recentemente levantou Cr$ 180 milhões. Ainda agora os donos de jornais vêm pressionando o Govêrno para que lhes conceda o financiamento de 30% para a importação de papel, a fim de que êles possam continuar a circular com volumosas edições, de mais de 100 páginas, e a defender os interêsses mais perniciosos ao país."[350] O tratamento dispensado aos jornalistas pelos proprietários de emprêsas é senhorial: negam-lhes o direito de opinião e ainda pagam mal os seus serviços.[351]

[350] *O Semanário,* Rio, de 29 de novembro de 1962.

[351] "Nessa matéria, a crônica do DC (*Diário Carioca*) não é das mais edificantes. Basta a lembrança do caso de um de seus redatores, o mais brilhante da equipe, que há cêrca de três ou quatro anos tivera o problema do nascimento da primeira filha. Ao meio-dia, com a mulher na maternidade, o gerente prometeu-lhe um adiantamento, por conta das muitas quinzenas atrasadas. Às 6 da tarde, o vale de emer-

Os processos pelos quais as grandes emprêsas jornalísticas conseguiram o patrimônio que ostentam daria uma enciclopédia; o problema começou a tornar-se público com a ofensiva contra *Última Hora*. Em fevereiro de 1961, o senador Jefferson de Aguiar cometeu a ousadia de requerer informações sôbre os devedores ao Banco do Brasil de importâncias superiores a 100 milhões de cruzeiros. *O Globo* combateu violentamente êsse sacrilégio: "Não vemos porque a situação econômica e financeira de firmas respeitabilíssimas deva ser levada ao conhecimento público sem a aquiescência dessas firmas." A curiosidade do senador, aduzia, "nada tem de vanjatosa para o Banco do Brasil." E rematava: "O Banco é uma sociedade anônima cujo principal acionista é a União, mas esta particularidade não pode levá-lo a práticas contrárias às normas bancárias e comerciais aplicáveis a todos os órgãos creditícios." Em fins de 1961, a revista PN, do Rio, começou a longa campanha a respeito do contrôle exercido sôbre a imprensa pelas agências estrangeiras de publicidade: rasgavam-se as fantasias. O problema específico da imprensa iniciava o seu enquadramento no largo e tenebroso painel da corrupção exercida pelo imperialismo em nosso país. Nas eleições parlamentares, essa corrupção atingira dimensões inauditas.

PN reuniu farto material a respeito dessa gigantesca intervenção em nossos problemas internos: "Eleições realizadas, superada a crise da dúvida (...) *o Congresso deve voltar suas atenções para o problema da infiltração estrangeira na imprensa do País.* (...) O Congresso não perderia tempo, essa é a verdade, em procurar saber como funcionam *e de onde obtêm suas fabulosas verbas certas entidades de duas caras cuja função real é de pressionar ou subornar a imprensa, visando a influir em sua linha de opinião.* Muitos fatos estarrecedores viriam à tona. Quanto a isso não há dúvida. Na verdade, dinheiro de procedência estrangeira rola em quantidade generosa por êsse Brasil. E não é mandado para cá como auxílio econômico. *Chega, farto, quando eleições se aproximam.* Mas está sempre comparecendo, na sua missãozinha de

gência não saíra. Quando maior era a angústia do redator, passou Horácio de Carvalho Júnior, proprietário do DC. O pai calouro ameaçou de expor o problema ao manda-chuva. A reação do gerente foi inesperada. Gritou êle ao contínuo: — Fulano, chama a rádio-patrulha!" (Maurício Azêdo, *in Fôlha da Semana*, Rio, 6. de janeiro de 1966.)

fazer os brasileiros adotarem um certo *way of life*. (...) Dinheiro dessa procedência aluga jornais. Financia eleições de centros acadêmicos. Corre generoso quando se trata de eleger um deputado ou senador que por si só nada representa. *Mas que diz ufano: 'sou anti-comunista!'* E não sabe nem o que está falando. Dinheiro dessa procedência, também, financia uma fabulosa indústria no País, a do anticomunismo. E safadíssima, pois que é decalcada na premissa de que o Brasil já está pràticamente comunizado. Por isso os dólares vêm. E os relatórios vão. *Para inglês ver? Não, americano.* No caso da imprensa, o trabalho dêsses maus brasileiros e *maus panamericanistas* (ora!) é facilitado pela crise financeira em que a totalidade dos nossos jornais e revistas se debate. *Crise, essa sim, que é perigosamente comprometedora para a democracia.* (...) *Que pode fazer a agência, entretanto, quando certas verbas de publicidade de importantes clientes estrangeiros são manipuladas fora do Brasil? Que pode fazer, quando certos anunciantes resolvem preterir determinados órgãos, dando as mais diversas explicações para isso?* (...) Boletins fartamente distribuidos, horários em emissoras de todos os Estados do País, livros e livretos, isso todo mundo já conhece. *Tema: anticomunismo.* (...) O segundo caso é mais complicado. Funciona na concorrência a revistas brasileiras — em geral editadas por emprêsas médias, que se dedicam ao ramo de publicações especializadas, dirigidas para os executivos, os homens de negócios, etc. Emprêsas que lutam com falta de recursos, que enfrentam o problema do papel caro, etc. *Com as revistas 'Made in Brazil' o negócio é diferente.* Elas têm dólares. Têm programações de anuncios *determinadas fora do Brasil* — e ainda são copiosamente auxiliadas por emprêsas industriais estrangeiras em operação no nosso País. *São uma arma política.* (...) No que toca à chamada grande imprensa — jornais e revistas não especializados, de apreciável volume de circulação — a técnica é diferente. *Consiste em colocar ou não no index.* Em fazer com que uma bem bolada supressão da publicidade leve o jornal ou revista a entrar em colapso. *A questão é obedecer ou morrer.* Grandes auxiliadores dessa técnica são certos políticos, homens públicos e de negócios (êstes últimos fazendo politicagem em órgãos de classe), que para viver à base da maior indústria que ùltimamente nos exportaram, a do anticomunismo, *são a vanguarda dos interêsses antinacionais em suas pressões contra a verdadeira imprensa brasileira.* (...) Bem, a história está contada.

que os brasileiros *mesmo* tomem providências. Que o Govêrno não deixe a imprensa nacional, sem os recursos da estrangeira, a braços com a crise do papel. Que o Congresso acabe com a orgia de certas verbas suspeitíssimas que nos querem fazer ver branco o que é prêto (uma CPI esclarecerá muita coisa). E, principalmente, que nós mesmos acordemos para a realidade."[352]

Falando na Câmara, o deputado Gabriel Passos advertia: "Há um fato, Sr. Presidente, que, muitas vêzes, a opinião pública não percebe, e mesmo desconhece: as 'nossas' agências de publicidade, por sinal as mais importantes, são filiais de organismos americanos e, de certo modo, controlam a caixa de muitos órgãos de publicidade. (...) O domínio da opinião pública nem sempre se faz por meio dos jornalistas, isto é, daqueles que escrevem as notícias, os tópicos, as crônicas. Tôda a manifestação da opinião se encaminha artavés dos serviços administrativos dos órgãos de publicidade, pois a orientação dos jornais, a não ser naqueles em que a direção tem uma própria, identificada com os sentimentos gerais, é feita segundo interêsses de grupos com que se identifica tal ou qual jornal. (...) Em geral, os plutocratas dos órgãos de publicidade o que olham são os negócios rendosos e, como a sua fonte está com os estrangeiros, a êles se unem estreitamente."[353] Apertando o deputado Gabriel Passos, o seu colega Fernando Santana informava: "O *Diário de Notícias* desta capital, em 10 do corrente, na seção 'Momento Publicitário', apresenta dados interessantíssimos sôbre essas agências de publicidade com atividade no País. A publicação norte-americana *Advertising Age* relacionou as dez emprêsas americanas que mais faturaram, em 1958, em seus negócios nesse ramo. Entre elas está, em primeiro lugar, *J. Walter Thompson* que, também com agência no Brasil, contribui, aqui, com 85 milhões de dólares para o balanço geral dessas emprêsas nos Estados Unidos."[354] Gabriel Passos havia fundado a Liga Nacionalista, de cujo programa, no item XVIII, constava: "Proibição de funcionamento no País de emprêsas de publicidade estrangeiras, ou de suas filiais ou tributárias."[355] Fernando Segismundo, de sua parte, faz referência à campanha desenvolvida por PN, que indicava,

[352] PN, Rio, 25 de outubro de 1962. Os grifos são do original.
[353] Gabriel Passos: *Nacionalismo,* S. Paulo, 1962, págs. 71-73.
[354] Gabriel Passos: op. cit., pág. 183.
[355] Gabriel Passos: op. cit., págs. 173-174.

agora, episódio da disputa de órgãos destinados a influir e mobilizar a opinião na América Latina, episódio que envolveu uma das revistas da cadeia dos *Diários Associados*s "Denúncia expressiva a respeito da ingerência do Departamento de Estado norte-americano na orientação de publicações brasileiras, fê-la minuciosamente o sr. Genival Rabelo, diretor da revista PN-*Política e Negócios*, ao explicar como se sustenta o *Dirigente Industrial* e que se distribui grátis, e ao contar a luta em que se empenharam *O Cruzeiro Internacional* e *Life Internacional*. A despeito de se haver comprometido com o Departamento de Estado a divulgar, na América Latina, a excelência do *american way of life*, em troca do seu apoio junto aos capitalistas estadunidenses, *O Cruzeiro Internacional* não obteve os anúncios desejados, porque *Life* ameaçou desencadear campanha contra o próprio Departamento..."[856] Fêz sucesso, realmente, entre os leitores, a reportagem de *O Cruzeiro* sôbre as faveals de New York, desvendando, aliás, o óbvio, isto é, que há miséria também nos Estados Unidos.

Ao assumir a presidência do Sindicato dos Jornailstas de Brasília, ainda em 1962, Aristeu Aquiles tocaria na corda sensível: "Havereis de convir que, quando uma grande emprêsa jornalística confessa, em relatório, que 80% de suas rendas advêm do balcão de publicidade, essa emprêsa tem absoluto desprêzo pelos seus leitores, pelos que compram notícias e informações e as têm, por isso mesmo, distorcidas e falseadas. Havereis, igualmente, de convir que, sendo a publicidade comercial monopolizada por algumas poucas emprêsas estrangeiras, êsses jornais estarão a serviço de interêsses estrangeiros e não brasileiros. E vão, assim, defendendo uma suposta civilização ocidental e cristã, que não é a inspirada pelo humanismo do doce Nazareno, da exploração dos povos subdesenvolvidos, da miséria, da fome, da mortalidade infantil, dos ódios selvagens, das guerras para conquista de mercados e zonas de influência, das classes exploradoras no seu desejo de eternizarem-se no mando da coisa pública".

Em fins de 1962, realizava-se, em Buenos Aires, o II Congresso Latino-Americano de Publicidade, a que compareceria, como delegado-representante da Associação Brasileira de Agências de Propaganda, o sr. Caio Aurélio Domingues, apresentando interessantíssima tese, que a grande imprensa brasileira logo consagrou. Depois

[856] Fernando Segismundo: op. cit., pág. 11.

de procurar caracterizar a situação econômica dos países latino-americanos, e do Brasil em particular, o autor mostrava a fase crítica com que se defrontavam então: "Do embate então travado, entre patrões e empregados, de um lado — e de outro os estadistas que debatiam os problemas financeiros do Estado, nasceriam os antagonismos que, em curto prazo, viriam dividir em facções extremadas as agremiações políticas e, em conseqüência, as classes patronais e trabalhadoras, estas também participantes das exacerbadas campanhas promovidas pelos grupos de direita, do centro e da esquerda. O papel desempenhado pela imprensa latino-americana nesta delicada conjuntura econômica e política tem sido dos mais relevantes. Cônscia de sua responsabilidade na orientação da opinião pública, nossa imprensa tem-se mantido na primeira linha dos debates, traçando, com vigor e sólido bom senso, as linhas mestras do nosso comportamento em face de acontecimentos que, sem seu corajoso apoio cívico, sem seu desprendimento e irrecusável autoridade moral poderiam conduzir-nos a atitudes de garvíssimas conseqüências para a execução dos programas de recuperação em que neste momento todos nos empenhamos. Acontece, entretanto, que êsse elemento insubstituível na manutenção de nossas instituições democráticas e na moderação dos excessos que às vêzes a luta política ou as crises econômicas ensejam, foi dos mais atingidos pela desvalorização cambial e pelas conseqüências inevitáveis da infiltração. Seus custos de produção experimentaram aumento de tal sorte que, sem embargo das medidas urgentemente tomadas para protelar qualquer nôvo investimento e para reduzir ao mínimo qualquer despesa supérflua, ainda assim a imprensa latino-americana atravessa uma fase de agudos embaraços financeiros, para cujo alívio não têm bastado nem mesmo a redução do número de suas páginas, ou a compressão de tôda matéria impressa. Sem descer a detalhes estatísticos, porque não há quem desconheça as proporções verdadeiramente alarmantes do que aqui se relata, o fato é que nossos jornais e revistas tentaram compensar parte dos seus prejuízos com contínuas elevações do preço da venda avulsa e das tabelas de anúncios".

Convém traduzir e dar forma clara a êsse raciocínio naturalmente sinuoso: o autor preocupava-se em mostrar a gravidade da crise da imprensa na América Latina; mostrava os reflexos nos custos de produção dos jornais da política cambial e conseqüente desvalorização da moeda; não qualificava tal política nem entrava no mérito da referida desvalorização; preocupava-se, fundamental-

mente, em provar o enorme papel da imprensa na tarefa de servir aos interêsses dominantes, agora sèriamente ameaçados; alinhava os "sacrifícios" dessa imprensa, mencionando redução no número de páginas e compressão da matéria impressa (coisa que absolutamente não ocorreu no Brasil), e acentuando a gravidade dêsse "transcendente fenômeno". O "transcendente fenômeno" era a redução do espaço para anuncios numa imprensa que vinha servindo tão bem aos interêsses dos anunciantes "na moderação dos excessos que às vêzes a luta política ou as crises econômicas ensejam", combatendo-os "com vigor e sólido bom senso", com "corajoso apoio cívico", "desprendimento e irrecusável autoridade moral", tudo no sentido de evitar "gravíssimas conseqüências", isto é, prejuízos para os interêsses dominantes, os dos anunciantes, isto é, os dos monopólios estrangeiros, isto é, os do imperialismo.

Continuava o autor da tese: "O resultado é que, muito embora a circulação, no seu conjunto, não tenha experimentado declínio de vulto, não se pode deixar de encarar com pessimismo a redução da centimetragem ocupada outrora pelos anunciantes tradicionais, cujas verbas de propaganda, embora aumentadas consideràvelmente, ainda assim não acompanharam as elevações de todos os custos de produção, sobretudo os que exigem importação em moedas fortes, como o papel, a tinta e inúmeros acessórios do trabalho gráfico. Os grandes órgãos da imprensa latino-americana enfrentam esta situação anormal arcando com prejuízos de vulto, que dia a dia depauperam as suas reservas. Mas a pequena imprensa, a imprensa que opera em regiões de modestos recursos publicitários, e cuja circulação está longe de cobrir o investimento diário a que está obrigada, essa pequena imprensa, muito mais do que a dos grandes centros, está condenada ao paulatino desaparecimento, pela total impossibilidade de sobrevivência econômica". Importa abrir aqui um parênteses: é falso que a circulação dos jornais não tenha caído: caiu, e muito, com a elevação do preço da venda avulsa e a desmoralização da autoridade dêsses jornais. Os grandes jornais eram vendidos, e só a partir de 14 de março, de 1962, a 8 e 15 cruzeiros o exemplar, nos dias úteis e nos domingos, respectivamente; em 1965, êsses preços eram já de 100 e 200 cruzeiros, também respectivamente, — haverá descompasso mais eloqüente? O autor da tese centraliza as suas preocupações na redução da centimetragem ocupada pelos anuncios, isto é, quer mais papel, para aumento

dessa centimetragem, quer os jornais de 150 a 200 páginas que, aliás, continuavam mais ou menos assim. Os prejuízos dos grandes jornais eram muito relativos: há alguma diferença entre perder e deixar de ganhar, e nem era bem êsse o caso. Nossa imprensa tem, por outro lado, especial predileção por parcelas não contabilizáveis — salvo exceções, naturalmente. O fato é que nenhum dos proprietários de grande jornal, no nosso País, arruinou-se no ramo, de muitos lustros a esta parte, e continuam os mesmos.

Retomemos a tese: "O que realmente importa fixar aqui é o justo temor de que, enquanto essa reabilitação (da América Latina) não se processe, a imprensa latino-americana não resista ao risco de ser alienada e interêsses alheios aos seus nobres objetivos. É esta a ameaça que precisa ser afastada. O que todos tememos é que, desprovida de recursos, empobrecida em meio à luta sem tréguas pela preservação de sua independência, a grande trincheira democrática seja destroçada, aqui e ali, pelos que pretendem manipular a opinião pública a seu talante, no mais afrontoso desgarramento dos altos propósitos que até agora têm sido galardão de nossa imprensa, bastião de nossas convicções políticas, sociais e religiosas. Ora, o dia em que ruírem essas fortalezas de nossa democracia, seja pela intervenção estatal ou privada, seja pelos interêsses embuçados dos que tramam contra a estabilidade de nossos regimes políticos, ou, até mesmo, pelos que pretendem transformar o jornal apenas numa indústria de gordos rendimentos, através do faturamento de idéias em letra de fôrma, nesse dia nossas comunidades estarão à mercê de quem as queira dominar. Pouco importa a forma de que se revista essa dominação — porque tôdas conduzirão à perda irremediável de nossas franquias democráticas. Os homens de imprensa raramente se dão conta dêsse transcendente fenômeno."

Os eufemismos vão se tornando diáfanos, começam a descerrar-se os véus de sinuosidades. O autor da tese, arredondando tranqüilamente consagrados chavões, compreende o profundo sentido político "dêsse transcendente fenômeno". O que êle mais teme é, justamente, que a imprensa se liberte, que seja prêsa dos "interêsses alheios aos seus nobres objetivos", isto é, que deixe de defender os trustes e monopólios estrangeiros, por coincidência os grandes anunciantes; que não ceda à pressão para "o mais afrontoso

mente, em provar o enorme papel da imprensa na tarefa de servir aos interêsses dominantes, agora sèriamente ameaçados; alinhava os "sacrifícios" dessa imprensa, mencionando redução no número de páginas e compressão da matéria impressa (coisa que absolutamente não ocorreu no Brasil), e acentuando a gravidade dêsse "transcendente fenômeno". O "transcendente fenômeno" era a redução do espaço para anuncios numa imprensa que vinha servindo tão bem aos interêsses dos anunciantes "na moderação dos excessos que às vêzes a luta política ou as crises econômicas ensejam", combatendo-os "com vigor e sólido bom senso", com "corajoso apoio cívico", "desprendimento e irrecusável autoridade moral", tudo no sentido de evitar "gravíssimas conseqüências", isto é, prejuízos para os interêsses dominantes, os dos anunciantes, isto é, os dos monopólios estrangeiros, isto é, os do imperialismo.

Continuava o autor da tese: "O resultado é que, muito embora a circulação, no seu conjunto, não tenha experimentado declínio de vulto, não se pode deixar de encarar com pessimismo a redução da centimetragem ocupada outrora pelos anunciantes tradicionais, cujas verbas de propaganda, embora aumentadas consideràvelmente, ainda assim não acompanharam as elevações de todos os custos de produção, sobretudo os que exigem importação em moedas fortes, como o papel, a tinta e inúmeros acessórios do trabalho gráfico. Os grandes órgãos da imprensa latino-americana enfrentam esta situação anormal arcando com prejuízos de vulto, que dia a dia depauperam as suas reservas. Mas a pequena imprensa, a imprensa que opera em regiões de modestos recursos publicitários, e cuja circulação está longe de cobrir o investimento diário a que está obrigada, essa pequena imprensa, muito mais do que a dos grandes centros, está condenada ao paulatino desaparecimento, pela total impossibilidade de sobrevivência econômica". Importa abrir aqui um parênteses: é falso que a circulação dos jornais não tenha caído: caiu, e muito, com a elevação do preço da venda avulsa e a desmoralização da autoridade dêsses jornais. Os grandes jornais eram vendidos, e só a partir de 14 de março, de 1962, a 8 e 15 cruzeiros o exemplar, nos dias úteis e nos domingos, respectivamente; em 1965, êsses preços eram já de 100 e 200 cruzeiros, também respectivamente, — haverá descompasso mais eloqüente? O autor da tese centraliza as suas preocupações na redução da centimetragem ocupada pelos anuncios, isto é, quer mais papel, para aumento

dessa centimetragem, quer os jornais de 150 a 200 páginas que, aliás, continuavam mais ou menos assim. Os prejuízos dos grandes jornais eram muito relativos: há alguma diferença entre perder e deixar de ganhar, e nem era bem êsse o caso. Nossa imprensa tem, por outro lado, especial predileção por parcelas não contabilizáveis — salvo exceções, naturalmente. O fato é que nenhum dos proprietários de grande jornal, no nosso País, arruinou-se no ramo, de muitos lustros a esta parte, e continuam os mesmos.

Retomemos a tese: "O que realmente importa fixar aqui é o justo temor de que, enquanto essa reabilitação (da América Latina) não se processe, a imprensa latino-americana não resista ao risco de ser alienada e interêsses alheios aos seus nobres objetivos. É esta a ameaça que precisa ser afastada. O que todos tememos é que, desprovida de recursos, empobrecida em meio à luta sem tréguas pela preservação de sua independência, a grande trincheira democrática seja destroçada, aqui e ali, pelos que pretendem manipular a opinião pública a seu talante, no mais afrontoso desgarramento dos altos propósitos que até agora têm sido galardão de nossa imprensa, bastião de nossas convicções políticas, sociais e religiosas. Ora, o dia em que ruírem essas fortalezas de nossa democracia, seja pela intervenção estatal ou privada, seja pelos interêsses embuçados dos que tramam contra a estabilidade de nossos regimes políticos, ou, até mesmo, pelos que pretendem transformar o jornal apenas numa indústria de gordos rendimentos, através do faturamento de idéias em letra de fôrma, nesse dia nossas comunidades estarão à mercê de quem as queira dominar. Pouco importa a forma de que se revista essa dominação — porque tôdas conduzirão à perda irremediável de nossas franquias democráticas. Os homens de imprensa raramente se dão conta dêsse transcendente fenômeno."

Os eufemismos vão se tornando diáfanos, começam a descerrar-se os véus de sinuosidades. O autor da tese, arredondando tranqüilamente consagrados chavões, compreende o profundo sentido político "dêsse transcendente fenômeno". O que êle mais teme é, justamente, que a imprensa se liberte, que seja prêsa dos "interêsses alheios aos seus nobres objetivos", isto é, que deixe de defender os trustes e monopólios estrangeiros, por coincidência os grandes anunciantes; que não ceda à pressão para "o mais afrontoso

desgarramento dos altos propósitos que até agora têm sido o galardão" dêsse "bastião de nossas convicções políticas, sociais e religiosas", isto é, que, em conseqüência dos altos custos de produção e do abandono em que a deixam os anunciantes, a nossa imprensa venha a aceitar "os interêsses embuçados dos que tramam contra a estabilidade de nossos regimes políticos", isto é, dos que pregam reformas e desejam uma imprensa livre do contrôle das agências estrangeiras de publicidade.

Qual a saída para a crise da imprensa, segundo o porta-voz dessas agências? Êle agora diz claramente o que pensa: "Mas *a não ser que as classes produtoras se compenetrem de que a imprensa é o quarto poder dos regimes democráticos, e que sua independência está intimamente ligada à compreensão dos anunciantes, que possibilitam sua existência, a imprensa latino-americana irá perdendo sua liberdade de movimentos, e, com ela, seu prestígio perante a opinião pública. Êste é o relevante papel esclarecedor que as Agências de Propaganda precisam desempenhar junto aos seus clientes, sobretudo perante aquêles que ainda não se convenceram do sentido subjetivo da propaganda.* O anunciante, de um modo geral, desconhece o que se passa no recesso das redações, o embate cívico que ali é travado entre fôrças que se entrechocam. Êle quase sempre ignora o que existe de renúncia e de perseverança, de altruismo e inteligência para que o veículo de suas mensagens publicitárias realize as tarefas que lhe são superiormente impostas pelo interêsse público. Êle dificilmente concebe o que custa ao jornal a informação segura, a imparcialidade de comentário crítico, o desarmamento dos espíritos. Êste papel esclarecedor pode ser hoje desempenhado pelas Agências de Propaganda com uma oportunidade que justifica plenamente a elevação de nossos propósitos." Não é possível saber se isto é fruto de audacioso cinismo ou de desatinada ingenuidade: essa forma ostensiva, clara, brutal de colocar o problema, achando que são os anunciantes "que possibilitam sua existência" (a da imprensa); que, sem a ajuda dos anunciantes, a imprensa perderia a sua independência; que as agências de publicidade poderiam e deveriam desempenhar êsse "papel esclarecedor": o de convencer os anunciantes de que a imprensa latino-americana, sem êles, deixaria de ser o que é, com o "combate cívico" nas redações, o" milagre de renúncia e de perseverança, de altruísmo e de inteligência" que é

a atividade dêsses padrões de dignidade, êsses varões de Plutarco que são os proprietários de nossas grandes emprêsas jornalísticas.

A tese concluia — face ao fato de que a imprensa latino-americana "corre o risco iminente de não resistir à luta de interêsses que se fere à sua volta, e deliberadamente ou não ameaça a sua independência", e como "constitui o baluarte do regime democrático das nações latino-americanas, e qualquer cerceamento à sua liberdade redundaria na inevitável deformação da opinião pública" — por "recomendar às Agências de Propaganda latino-americanas que envidemos os melhores esforços no sentido de transmitir a seus clientes a gravidade da crise que ora atravessa a imprensa dêste continente, crise esta que só poderá ser contornada mediante o incremento das mensagens publicitárias na Imprensa em geral, e em particular nos jornais diários. Dêste modo, agências e clientes estarão assumindo a responsabilidade que lhes cabe na defesa permanente dos postulados democráticos e na preservação de nossas franquias constitucionais".[357] Haverá confissão mais clara, mais desesperada, mais cínica?

[357] Um bom resumo dessa curiosa tese foi publicado em *Última Hora*, Rio, de 3 de dezembro de 1962; os grifos são do original. A tese, aliás, não era nova. Quando do I Congresso Latino-Americano de Publicidade, realizado em São Paulo, o *Correio da Manhã*, do Rio, se manifestara de maneira idêntica: "Se as relações entre a imprensa e seus anunciantes se mantivessem exclusivamente condicionadas aos fatôres que costumam nortear as relações entre as emprêsas de comércio, neste caso, da falência que hoje ameaça o jornal brasileiro, apenas escapará um punhado de órgãos de economia mais estável, capazes de resistir à fúria do vendaval que vai desenganando tôdas as esperanças de sobrevivência da média e da pequena imprensa. Esta derrocada seria fatal também à estabilidade da democracia em nossa terra, cujo povo correria o risco de viver sob o guante de opiniões pré-fabricadas veiculadas por uma imprensa impossibilitada de transmitir opiniões próprias, com perfeito sentido de sua responsabilidade perante a Nação." Concluindo, depois de situar a responsabilidade das Agências de Propaganda: "Nós passámos a viver em mundo onde ninguém se salvará isoladamente. Ou nos damos as mãos e juntos enfrentamos decisivamente o inimigo comum — e só assim o venceremos — ou afundamos coletivamente, porque da luta econômica e política passaremos à luta de classes, capaz, como acredita Toynbee, de desagregar irremediàvelmente as socieddaes contemporâneas." Assim, para evitar a luta de classes, um grande jornal brasileiro propunha a entrega de nossa imprensa às Agências de Propaganda, que lhe salvaria a "independência", e o regime "democrático" no País, carreando a ajuda dos trustes e monopólios estrangeiros.

No segundo semestre de 1963, quando a campanha de esclarecimento sôbre a desnacionalização de nossa imprensa tinha já dois anos de duração, o deputado João Dória, sob o tremendo escândalo das revelações da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre o IBAD, propôs a constituição de outra CPI, agora para apurar o problema das revistas estrangeiras editadas em português no Brasil. Convém, pois, reconstituir, antes, sumàriamente, o caso do IBAD. As eleições de 1962, particularmente no que se refere a alguns governos estaduais, em que as fôrças democráticas tinham amplas possibilidades de vitória, e à renovação da Câmara e do têrço do Senado, como das Assembléias Legislativas estaduais, mostravam que fôrças econômicas e financeiras muito poderosas haviam empenhado enormes recursos em corrupção elitoral, com o fim de liquidar correntes, partidos e candidatos de esquerda, supostamente de esquerda ou simplesmente comprometidos com a democracia representativa e com a defesa dos interêsses nacionais. O emprêgo de recursos materiais em eleições não era, evidentemente, uma novidade; no pleito presidencial de 1960 atingira proporções muito grandes. Tratava-se, agora, entretanto, de coisa muito mais grave: havia indícios da organização e atividade de entidade especialmente destinada ao financiamento de candidatos; pelo vulto dos recursos mobilizados e aplicados, tal entidade estava sendo suprida do exterior. Constituida a Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pressão da opinião pública, escandalizada com as denúncias, ouvia, em julho de 1963, do tesoureiro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Artur Oscar Junqueira, ex-diretor da Caixa Econômica Federal do Estado da Guanabara, no govêrno Jânio Quadros, a espantosa confissão de que o IBAD financiara a campanha de 250 deputados ou candidatos a detados, nas eleições de 1962, gastando nisso mais de cinco bilhões de cruzeiro.[358] O IBAD editava um boletim, sob o título *Ação Democrática*, impresso na oficina que confeccionava as Listas Telefônicas da *Light*, para distribuição gratuita: era bem impresso,

[358] A 27 de agôsto de 1962, o vespertino carioca *Tribuna de Imprensa* publicava: "Entre os candidatos da Guanabara que não precisam fazer despesas com a campanha eleitoral, pois tudo é pago pela Ação Democrática, destacam-se os seguintes, todos considerados líderes anticomunistas e que contribuirão para uma efetiva renovação do Parlamento brasileiro: Juraci Magalhães, Menezes Côrtes, Maurício Joppert, Lopo Coelho, Amaral Neto, Eurípedes Cardoso de Menezes,

em papel acetinado e tiragem apregoada de 210.000 exemplares. Êsse boletim acusava: "O poder econômico que é preciso destruir é, antes de mais nada, o que se encontra em mãos do Govêrno, através dos Institutos de Previdência, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica Nacional." Levava ao pelourinho os poucos jornais que apoiavam os candidatos populares, como *Última Hora*, publicando a lista de nomes das firmas que ainda ousavam anunciar nesses jornais, sob o título: "As classes produtoras e o financiamento do comunismo". Com verbas geridas por Dario de Almeida Magalhães e Artur Oscar Junqueira, e utilizando como testa-de-ferro e Ivã Hasslocher, o IBAD organizou frotas de automóveis, montou rêdes de rádio e de televisão, comprou a opinião de jornais, financiou centenas de candidatos, achincalhou reputações, fêz intimidação e chantagem e chegou ao cúmulo de instalar sistema próprio de gravações no Congresso Nacional.[359] O escândalo ibadiano ganhou novos aspectos quando o deputado Leonel Brizola, que vinha fazendo, pelo rádio, campanha sôbre os emprêstimos de instituições oficiais de crédito a jornais, revistas, emissôras de rádio e de televisão, exibiu fotocópia de contrato celebrado entre o vespertino *A Noite* e a *Sociedade Incrementadora de Vendas Promotion*, em que esta comprava a opinião daquele jornal por cinco milhões de cruzeiros, para que êste se empenhasse na campanha dos candidatos da Ação Democrática Parlamentar: *Promotion* controlaria a matéria política, faria os editoriais, prepararia a primeira página; à redação pertencia a tarefa anticomunista, proibido o jornal de publicar, mesmo como matéria paga, qualquer coisa que fugisse à linha da ADP. Nessa mesma linha, mas um campo de ação de amplitude muito maior, vinha operando, com sede em S. Paulo, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), a cuja direção pertencia Leopoldo de Figueiredo, ex-diretor do Banco do Brasil, no govêrno Jânio Quadros; ao IPES pertencia a tarefa "cultural", constituindo-se os seus quadros de militares e de homens de emprêsa. A engrenagem do IBAD era complexa e seus fios levavam a muitos endereços, mas o problema

Danilo Nunes, Raul Brunini, Gabriel Chaves de Melo, Raimundo de Brito, entre outros." O depoimento do governador de Pernambuco, Miguel Arrais, foi impressionante, pelas provas apresentadas, em diversos volumes.

359 Reportagem de Edmar Morel em *O Semanário*, Rio, 11 de julho de 1963.

principal, para a CPI, estava em apurar a fonte das vultosíssimas verbas geridas e distribuídas pela sinistra organização.[360]

A pressão da opinião pública permitia prosseguir na tarefa dificílima de apurar as ações do IBAD, que apresentavam muitos aspectos, desenvolviam-se em diversos planos e envolviam pessoas de grande notoridade, para não falar na embaixada dos Estados Unidos ou em órgãos do tipo CIA. Osvaldo Costa, em seu jornal, refletia a opinião popular quando apreciava assim o quadro: "O sensacional documento que publicamos, sôbre *O Globo*, provando que suas campanhas contra o Nacionalismo, contra os sindicatos operários, contra as ligas camponesas, contra a UNE, contra Cuba, etc., não passavam de matéria paga pelos americanos, com a pitoresca recomendação de ser publicada sem essa característica, confirma inteiramente o que disse Aristeu Aquiles. (...) O discurso de Aristeu Aquiles iniciou o processo dessa imprensa traidora. Esperamos que a Comissão Parlamentar de Inquérito constituida na Câmara, por iniciativa do deputado Elói Dutra, para investigar o escândalo do IBAD, saiba cumprir o seu dever e levar até as últimas e lógicas conseqüências a sua tarefa saneadora.[361]

A CPI requerida pelo deputado João Dória vinha na seqüência da que abalava o País com as espantosasa revelações a respeito do IBAD. Na justificação do requerimento de que resultou essa nova CPI, aquêle parlamentar escrevia: "O que se pretende inves-

[360] "Nessa altura, Junqueira interveio, querendo saber a procedência do dinheiro e Hasslocher respondeu que era de 60 firmas brasileiras, do Rio e de São Paulo, mais de São Paulo do que do Rio, cujos nomes não dava logo porque estava completando a relação. Explicou aí o sr. Leopoldo que era um desejo de quantos trabalhavam na ADEP o de conhecer o origem dêsses recursos. Disse mais que, a partir de junho de 1962, a curiosidade foi crescendo e as cobranças da lista de nomes eram feitas constantemente pelo sr. Artur Junqueira, até mesmo pelo telefone. E que a preocupação chegou a tal ponto que, após uma reunião na casa do sr. Castilho Cabral, o sr. Artur Junqueira interpelou o general Gentil João Barbato sôbre o assunto, manifestando a preocupação de que o dinheiro fôsse estrangeiro. O general Gentil João Barbato respondeu que não lhe importava se o dinheiro era estrangeiro ou não, ainda que americano ou russo, desde que estava sendo bem empregado em defesa da democracia. Encerrou afinal suas considerações sôbre êste aspecto, dizendo que ainda hoje restam dúvidas sôbre a origem do dinheiro." (*Última Hora*, Rio, 11 de outubro de 1963.)

[361] *O Semanário*, Rio, 11 de julho de 1963.

tigar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito (sôbre imprensa estrangeira no Brasil) é mais um capitulo dos abusos do poder econômico que se praticam neste país em favor da perpetuação de privilégios e contra a consciência livre de um povo. Ao longo dos trabalhos, não apenas a transgressão de um dispositivo constitucional virá à tona, mas a constatação de um dos poderosos mecanismos de que se utilizam grupos finanaceiros internacionais para exercitar no mundo moderno uma nova forma de colonialismo: aquela que domina as fontes de informação e os meios de exploração de riquezas com outras armas que não a da ocupação militar e dá aos povos colonizados a falsa e por isso cruel impressão de senhores do seu destino." Mostrava, também, como o dispositivo constitucional "não previne quanto aos meios de que se utiliza para alcançar êsses e outros fins não citados, como o contrôle da máquina administrativa do Estado, a manipulação dos três podêres da República e o domínio da opinião pública, através dos subornos eleitoral, governamental, legislativo, judiciário e publicitário, a fim de prevalecer, sôbre o interêsse coletivo, a ganância de interêsses privatistas que deformam, na sua essência, o regime democrático." Era a que se propunha o IBAD, segundo ainda a justificação do deputado João Dória: *Primeiro*: alienação da consciência nacional pela propaganda dirigida. Abrangia uma, série de operações: corrupção da imprensa, do rádio e da televisão; discriminação publicitária contra publicações indenpendentes ou não alinhadas; invasão de publicações estrangeiras editadas em português no Brasil. *Segundo;* intervenção na política interna do País, pela corrupção e o contrôle do processo eleitoral e da ação parlamentar. *Terceiro*: golpe militar para a conquista do poder." Sabemos agora, por amarga experiência, como êsse plano foi rigorosamente desenvolvido, até a última etapa.

A justificação apreciava, em seguida, a concentração dos recursos publicitários no Brasil: "Das trezentas agências de publicidade em funcionamento no Brasil, oito apenas — e tôdas estrangeiras ou representantes de grupos estrangeiros — faturam nada menos de 35 bilhões de cruzeiros (isso em 1963), anuais, de um total de 120 bilhões gastos em publicidade, dos quais 80 bilhões por intermédio de agências. Ora, menos de 3 por cento das agências de publicidade controla quase 45 por cento do total. Cabe, portanto, apurara até que ponto a concentração, em escala compacta, de imensos recursos publicitários em poucas mãos influi e

controla a opinião da imprensa falada e escrita e, conseqüentemente, a opinião pública; discrimina contra publicações que defendem pontos de vista ou posições contrárias aos interêsses ocultos dos seus clientes: responde pelo suporte financeiro de organizações clandestinas para fins políticos; ou, ainda, sustenta publicações estrangeiras editadas no Brasil em português, sem tiragem nem circulação justificantes de sua sobrevivência e do sucesso de sua receita publicitária, a não ser como órgãos auxiliares de penetração política de países estrangeiros."

Assim, dez anos depois da "operação" publicitária para impedir a solução do monopólio estatal do petróleo, surgia, em nível muitíssimo mais avançado, a penetração organizada e massiça de recursos materais para alcançar e manter o contrôle da opinião pública. Um decênio antes, o deputado Euzébio Rocha, após mostrar como a comercialização dos nossos produto principais de exportação estava em mãos de trustes estrangeiros, contava: "Pois bem: êsse poder econômico, interligado e estruturado no país, criou uma cadeia de interêsses de tal ordem que ameaça a segurança nacional, porque o jornal que contrariar, em qualquer sentido, os interêsses da *Light* passará a não ter anúncios. Qualquer emprêsa que atacar a *Standard Oil* não contará com a sua grande publicidade. Em suma, qualquer emprêsa que combater os interêsses dêsses grupos sofrerá o boicote. Êsses fatos são responsáveis pelo doloroso e vergonhoso espetáculo a que assistimos, quando debatemos aqui a questão do petróleo. Certos setôres da imprensa não davam uma nota sequer que contrariasse o interêsse dêsses grupos econômicos, ou, então, quando nesta Casa se discutiu o projeto de energia elétrica, a fim de transformar a *Light* em uma sociedade de economia mista, a imprensa por ela subsidiada silenciou e ninguém soube de tal intenção, porque essa mesma imprensa nada divulga contra os interêsses dêsse grupo econômico. O estrangulamento da Nação, através da deturpação da opinião pública, jamais poderá passar despercebido ao parlamento." Em outro trecho de seu discurso, pronunciado na Câmara em 1953, revelou o mesmo deputado: "Há pouco mais de um ano, a *Standard Oil Company* do Brasil mobilizou todos os seus recursoso de propaganda e desencadeou forte campanha no sentido de obter para si a exploração das nossas reservas de petróleo. O *Diário de Notícias*, porque repudiasse em editoriais e em artigos de colaboradores

aquelas pretensões antinacionais, foi sumàriamente suprimido da programação de publicidade daquela importante emprêsa".[362]

Os acontecimentos de 1963, com as duas CPI, a do IBAD e a da imprensa estrangeira, a vigorosa campanha radiofônica do deputado Leonel Brizola a respeito dos emprêstimos privilegiados de instituições oficiais de crédito a jornais, particularmente aos *Diários Associados* e suas emissoras, e a *O Globo*, o avanço democrático a que o país assistia, então, com a parcial derrota da tentativa de empolgar o Congresso, eliminando dêle, pela corrupção eleitoral, os representantes nacionalistas, a vitória de muitos candidatos populares, inclusive com a conquista de executivos estaduais, exigiria do imperialismo uma decisão drástica: liquidar o regime brasileiro por um golpe militar, estabelecendo o único regime em que desaparecem as resistências legais aos seus interêsses e em que se torna extremamente difícil esclarecer e mobilizar o povo: a ditadura. Foram reforçados todos os dispositivos para chegar àquele fim. Pareceu aos planejadores externos insuficiente a pressão através das agências da publicidade sôbre as grandes emprêsas de jornais, rádios e televisão; foi preciso instalar, aqui, a própria imprensa estrangeira. Assim, revistas estrangeiras já em circulação em nosso país, como *Seleções* e *Visão*, cujo sentido político e cuja missão não podiam passar despercebidas a ninguém, foram reforçadas por uma série de outras, cada uma orientada para um setor de opinião — médicos, engenheiros, dirigentes industriais, proprietários agrícolas, químicos, etc. Primorosamente impressas, oferecendo, do ponto de vista material, gráfico, o que podia haver de melhor, eram e são distribuídas gratuitamente a listas selecionadas de pessoas que jamais as solicitaram. Instalou-se no Brasil, assim, ao lado da grande imprensa mantida pelas agências estrangeiras de publicidade, uma outra imprensa, estrangeira mes-

[362] "A *Standard Oil of New Jersey* — *Esso Brasileira de Petróleo*, no Brasil — é aquela mesma emprêsa que, àquela altura dos acontecimentos, reunia as autoridades brasileiras, conforme denunciou o jornalista Joel Silveira no *Jornal de Debates* (desaparecido), para dizer-lhes: 1) que não estava de acôrdo com a política do monopólio estatal do petróleo, no Brasil; 2) que, se as autoridades insistissem na idéia, a companhia faria uma campanha de propaganda no montante de cinco milhões de dólares; 3) que, caso a campanha não surtisse efeito, deporia o Govêrno." (Genival Rabelo, *in Brasil Semanal*, São Paulo, 2.ª semana de fevereiro de 1966.) O Govêrno foi, realmente, deposto, a 24 de agôsto de 1954.

mo — embora acatando, através de testas-de-ferro, o dispositivo da Constituição. Não havia como competir com tais publicações, tal a superioridade material com que se apresentaram e a gratuidade de sua distribuição. Era afrontosa, ousada e inédita operação de contrôle da opinião, que logo se ampliaria a editôras de livros, generosamente subsidiadas, de forma que as suas edições fôssem colocadas no mercado a preços tão baixos que tornavam a concorrência impossível, — felizmente que só do ponto de vista material porque, quanto ao conteúdo, eram de franciscana indigência, quase sempre. Foi contra essa operação de domínio absoluto que se levantou a campanha do jornalista Genival Rabelo, de que surgiu a CPI requerida pelo deputado João Dória.

As CPI do IBAD e da imprensa estrangeira foram tragadas pelo golpe militar de abril de 1964, com a instalação da ditadura. Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: *Última Hora* foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; intaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados; os parlamentares que tiveram qualquer participação nas referidas CPI perderam os seus mandatos; os eleitos pelo IBAD ganharam o merecido destaque, tornaram-se os árbitros da situação, feitos ministros, porta-vozes da ditadura, líderes no congresso. Nessa emergência, o *Correio da Manhã* teve a sua fase gloriosa, tornando-se, em 1964 e 1965, o baluarte das liberdades individuais, no protesto e na denúncia das torturas, das arbitrariedades que passaram a constituir o quotidiano da vida brasileira. A represália não se fêz esperar: as agências estrangeiras cortaram-lhe a publicidade; extraordinàriamente prestigiado entre os leitores, com as suas edições eesgotadas, começou a debilitar-se financeiramente; foi compelido a aceitar como interventor pessoa ligada àquelas agências e perante elas fiadora da progressiva mudança de posição do jornal, que poderia continuar a fazer oposição à ditadura, desde que não atacasse os interêsses norte-americanos. A mudança começaria pela gradual dispensa de redatores e colaboradores que vinham fazendo qualquer espécie de reserva àqueles interêsses, a começar pelo cronista Carlos Heitor Cony. A condenação a êste cronista tornou-se irremissível desde que publicada

em sua seção o artigo "Ato Institucional II"[363] Cony dirigiu ao redator-chefe do *Correio da Manhã*, em conseqüência, a carta seguinte: "Illo. Sr. Dr. Antônio Callado. Conhecedor de uma situação embaraçosa para o meu chefe e amigo, venho, por meio desta, pedir demissão do cargo de redator que ocupo no *Correio da Manhã* Esta é a quarta vez que peço demissão do jornal — sou um reincidente incurável. Das vêzes anteriores o fiz por motivos pessoais. Desta vez, porém, o faço para facilitar a solução de uma crise em que, honestamente, não me considero envolvido. A crônica de hoje, no meu entender, em nada poderia provocar ou influir em uma crise interna entre a administração e a redação. Mas a crise houve — e não quero que ela se prolongue à custa de um mal-estar em que, involuntàriamente, coloquei um amigo que admiro e respeito. O fato de, no momento, estar sendo processado por uma autoridade, com julgamento marcado para março-abril, não é motivo para poupar-me, sacrificando um amigo. Sei me defender sòzinho — e o venho fazendo até aqui. Fique certo, Callado, de minha estima, e receba o meu abraço. (a) Carlos Heitor Cony".[364] Alguns meses adiante, Otto Maria Carpeaux, que vinha fazendo a crônica internacional, via essa seção suprimida e ficava proibido de assinar qualquer matéria no jornal. E, assim, a "liberdade de imprensa", em nosso país, ficava, mais uma vez, documentalmente, caracterizada. Seus restos eram representados pela *Revista Civilização Brasileira*, bi-mestral, dirigida por Ênio Silveira, em circulação desde março de 1965, e pelos semanários *Brasil Semanal*, de S. Paulo, dirigido por Euzébio Rocha, e *Fôlha da Semana*, do Rio, dirigida por Artur José Poener, aquela revista e êstes jornais na curiosa situação de não poder circular, entretanto, em alguns Estados, como Rio Grande do Sul e Pernambuco, por fôrça de determinação e apreensões das autoridades militares locais.

Enquanto isso ocorria com a imprensa brasileira, mutiplicavam-se, aqui, as primorosas revistas estrangeiras, como *O Médico Moderno, o Dirigente Rural, o Engenheiro Moderno, Química e Deriva-*

[363] Nessa crônica, Cony mencionava que, em seu artigo 1.º, o Ato determinaria: "A partir da publicação dêste Ato, os Estados Unidos do Brasil passam a denominar-se Brasil dos Estados Unidos." Diante disso, manter Cony na redação, era perder a publicidade.
[364] Carlos Heitor Cony: *Pôsto Seis*, Rio, 1965, pág. 226.

dos, Quatro Rodas, Capricho, Manequim, Ilusão, O Pato Donald, Intervalo, Mickey, Direção, e outras, fora as anunciadas para aparecimento próximo, além das antigas, *Seleções, Visão* e outras, já com o seu lugar garantido, na maior parte distribuídas gratuitamente, enquanto as publicações brasileiras congêneres soçobravam face aos elevados e crescentes custos de produção. Êsse *dumping* ostensivo vertiginoso e imoral, rasgava os últimos véus de cerimônia, aquêles véus que vinham disfarçando o contrôle exercido sôbre a imprensa brasileira pelas agências de publicidade, e os já diáfanos que encobriam a tarefa desempenhada por revistas como *Seleções* e *Visão*: a substituição de uma imprensa controlada do exterior por uma genuína imprensa estrangeira, sem mais disfarce algum. O episódio da liquidação do *Cruzeiro Internacional* fôra já pálido exemplo do que ocorreria agora. Não ficavam as empresas brasileiras proibidas de tentar o mercado externo — no caso, o da América Latina — mas proibidas de circular em nosso próprio território. Genival Rabelo denunciava, a tal propósito: "Convém não esquecer que *Vision Inc.* publica, mensalmente, anúncio na revista *Propaganda* (agora sob o contrôle editorial dos funcionários da *J. W. Thompson,* agência que também tem matriz em New York), afirmando se ter constituido, no Brasil, na única fonte atualizada de consulta sôbre a economia brasileira. O anúncio referido é assinado por *Direção* — integrada agora no grupo *Visão,* como está assinalado pela própria revista. E ainda acrescenta que *Direção* se tornou leitura obrigatória para 20.000 homens que comandam os negócios no Brasil!"[365] *Química & Derivados,* aliás, também fazia constar, em suas primeiras páginas, que era "revista brasileira de química industrial", enviada grátis e mensalmente a 20.000 homens-chaves dêsse setor, em todo o País". Por aí se confessava o plano, muito bem elaborado, com a meticulosidade publicitária, de controlar sempre os poucos milhares de pessoas que "comandam os negócios no Brasil" ou que são os "homens-chaves dêsse setor", tomado cada setor separadamente, recobrindo a generalidade dos setôres, naturalmente, com orientação geral, fornecida por *Visão,* e por alimento "cultural" fornecido por *Seleções...* Paul Thompson, porta-voz de *The Reader's Digest,* tinha o cinismo de informar que "a Constituição se aplica apenas a

[365] *Brasil Semanal,* S. Paulo, 1.ª semana de fevereiro de 1966.

revistas que expressam uma opinião editorial", como se a matéria publicada em *Seleções* não fôsse opinativa e política, — isso depois de ter essa revista estrangeira, como prova escandalosa, divulgado, e multiplicado em separata, um dos mais suspeitos, sujos e parciais relatos já escritos sôbre os acontecimentos que levaram à ditadura no país, em 1964.[366]

Como esclareceu o senador norte-americano Murray, em depoimento na Comissão de Assuntos Bancários e Monetários daquela casa do Congresso de seu país, "os grandes jornais e revistas dos Estados Unidos são subvencionados por poderosos consórcios dedicados à indústria de armamentos bélicos. O custo dessa publicidade é deduzido do Impôsto de Renda. Em outras palavras, o dinheiro gasto por êsses consórcios na publicidade é facilitado pelo próprio Govêrno dos Estados Unidos. Os grandes jornais e revistas recebem subsídios das poderosa companhias, mas as pequenas publicações rurais, que não participam das programações anuais daquelas companhias lutam com dificuldade para sobreviver." Assim, na medida em que os monopólios norte-americanos se instalam e se expandem no Brasil, têm a necessidade, também, de estabelecer aqui, o contrôle da opinião: *êsse contrôle deriva da penetração daqueles monopólios*. O imperialismo, depois de dominar o mercado de coisas materiais, procura dominar o mercado da opinião e, assim, depois que se instala, instala a *sua* imprensa. E começa essa imprensa a difundir, principalmente, que "a solução dos nossos problemas está nos Estados Unidos". Genival Rabelo, a êsse propósito, anotou muito bem: "Mesmo devidamente dublados — e ainda bem que o sejam — meça-se até

[366] "Se o grupo, no momento, não mantém qualquer acôrdo com revistas brasileiras, como afirma o sr. Thompson, dificilmente poderia negar que se empenhou a fundo, tempos atrás, em lançar no Brasil, como o fêz na Argentina, Itália, etc., a revista *Panorama*, de atualidades e grande público, no estilo de *Life*. O nome, de fato, é um achado, pois se escreve da mesma maneira em todos os países da língua latina — e também em outros idiomas, como o inglês, por exemplo. Êle manteve, no Brasil, entendimentos avançados com o grupo da Editôra Abril, comandado pelo ex-funcionário de *Time-Life*, o cidadão ítalo-americano Victor Civita. O lançamento não se efetivou porque havia, com sede em Curitiba, Paraná, uma revista com o mesmo título, fundada pelo sr. Adolfo Soethe e dirigida pelo sr. Oscar Schappe Sobrinho." (*In Brasil Semanal*, S. Paulo, 1.ª semana de fevereiro de 1966.)

onde convém ao País essa enxurrada de filmes americanos, sôbre os costumes americanos, os heróis americanos, a vida americana, o povo americano, a paisagem americana, a história americana. Como as histórias em quadrinhos, repetidas diàriamente em grandes jornais brasileiros, as revistas estrangeiras e outros meios de manipulação da opinião pública e formação da mentalidade, sobretudo da infância e da juventude, não farão parte, êsses filmes do grande complexo armado pelos americanos para que não tenhamos outro caminho senão concluir — a princípio, relutantes, mas, a longo prazo, convictos — que *a solução está nos Estados Unidos?*"[367]

Trata-se, realmente, de "somatório de meio e processos de alienação da consciência brasileira, conduzindo nosso povo a admitir que 'a solução está nos Estados Unidos'. A arma principal dêsse processo é a discriminaço publicitária que compromete a grande imprensa brasileira, tôda ela constituida de jornais que baseiam mais de 80% de sua receita na publicidade".[368] Em depoimento numa cadeia de televisão e rádio, o deputado João Calmon revelou que, "de fevereiro até novembro de 1965, o Grupo *Time-Life* tinha remetido ao Grupo Roberto Marinho (TV-Globo) nada menos que 2.838.613,28 dólares, correspondendo, em moeda bra-

[367] "Agora, o grupo da Editôra Abril está anunciando seu 19.º lançamento: *Realidade*, que surgirá em março próximo, com 200.000 exemplares de tiragem, impressa em papel *Timavo* para rotogravura ("o melhor papel — explica o ítalo-americano Civita — já usado na imprensa brasileira")." (*Idem, idem.*) Outro exemplo de maneira de conduzir a opinião: "Está em curso, há algum tempo, nos Estados Unidos, capitaneada pelo grupo *Time-Life*, uma campanha de esclarecimento para fazer que a opinião pública pressione o govêrno no sentido de participar ou mesmo patrocinar — um movimento mundial para conter a explosão demográfica, sobretudo nos países subdesenvolvidos. (...) As baterias da imprensa norte-americana voltaram-se contra o 'Crescei e multiplicai-vos'. E alcançou, inclusive, a própria Igreja Católica, que declara admitir a limitação dos filhos, estando indecisa, apenas, sôbre o método a ser adotado. Aqui no Rio, nas duas cerimônias de casamento a que assisti, ùltimamente, ouvi do padre conselhos favoráveis à limitação dos filhos." (*Idem, idem.*) Como se sabe, a campanha contra a "explosão demográfica" dos outros é uma das ações características do imperialismo, define-lhe a essência, e é aqui desenvolvida, de algum tempo a esta parte, pelos seus melhores quadros nacionais.

[368] Genival Rabelo, *in Brasil Semanal*, S. Paulo, 1.ª semana de março de 1966.

sileira, a, aproximadamente, 6 bilhões e 145 milhões de cruzeiros! Uma média de quase 700 milhões por mês!" Revelou, mais: "Ante a demora do Govêrno em dar solução aos acordos *Globo-Time-Life*, o sr. Nascimento Brito procurou fazer coisa idêntica com o grupo radiofônico da ABC, ou da CBS, tenho a impressão de que com o ABC, norte-americano. A nossa campanha constitui-se, para o sr. Nascimento Brito, um desastre, e daí o fato de ter-se aliado, de imediato, ao Grupo *Globo* contra nós. A verdade é que êsse último estava atolado num mar de dólares, e o primero preparava-se para mergulhar no mesmo mar." Em outro trecho: "Disse-me, ao telefone, o sr. Brito que os coronéis invadiriam os escritórios dos jornais, resolveriam os livros de contabilidade, pesquisariam a escrita. Eu lhe respondi que quem não tem podres não tinha por que se apavorar. Êle declarou que não tinha podres e eu adiantei que então não tinha por que temer a devassa". Uma delícia, como se vê. Pois o *Jornal do Brasil* levara a sua adesão ao problema da instalação de imprensa genuinamente estrangeira aqui ao limite de escrever que "se o *New York Times* resolvesse imprimir no Rio de Janeiro, para distribuição gratuita, uma edição em português com os anuncios autorizados em Nova Iorque", sua resposta seria: "Quem tem eficiência pode competir em qualidade. Que venha o *New York Times*." Presunção, ignorância ou cinismo?

Aludia o deputado João Calmon, também, à forma como o capital da TV-Globo fôra integralizado :"Inicialmente, êsse capital foi de 500 milhões e passou, depois, a 650 milhões. A quota inicial do sr. Marinho era de 300 milhões, que êle integralizou de forma um tanto pitoresca, para não dizer escandalosa: um equipamento completo de estação de TV, RCA Victor, no valor de 160 milhões de cruzeiros, especificado na licença de importação n.º DG|60-7.484|18.056. Êsse equipamento fôra adquirido com câmbio privilegiado, pagando apenas 1|3 da cotação do dólar concedida às demais estações de TV. Roberto Marinho deu, como parte da sua quota, um bem que não era seu, mas sim da Rádio Globo S.A. E continua não sendo dêle porque continua sendo da Rádio Globo S.A., conforme se vê no *Diário Oficial* de 5-5-65, que publicou a isenção de imposto para importação dêsse material da TV-Globo. E a relação do material está encimada por êste sub-título: 'Relação do material e ser importado pela Rádio Globo S.A.' Essa proeza do sr. Marinho não foi superada, até hoje, por ninguém. Mas

eu vou, como deputado, pedir informações sôbre êsse caso. Aliás, Marinho integralizou sua quota de capital com valôres curiosos, como 150 toneladas de ferro, 3 mil sacos de cimento, 2.500 tábuas, 400 m3 de pedras, 400 m3 de areia, 500 kg de arame prêto, 660 de pregos, 2 betoneiras e 10 *martelos a 700 cruzeiros cada um...*"[369] Repetia-se, pois, o caso da velha rotativa *Goss*...

O caso das ligações de *O Globo* com o consórcio norte-americano *Time-Life,* que motivou a campanha comandada pelo deputado João Calmon vinha coroar situação que se iniciara, entretanto, muito antes, nos fins de 1965, quando começaram a transpirar as compras de jornais, emissoras de rádio, oficinas de impressão, estações de televisão, por grupos estrangeiros. Em S. Paulo, antigo criador de aves e ovos, Otávio Frias de Oliveira, tornava-se, por singular passe de mágica, proprietário da emprêsa jornalística *Fôlha de S. Paulo,* que mantinha três diários dos mais importantes da capital paulista. As operações em tôrno das emissôras de televisão e de rádio — rêdes inteiras passando, da noite para o dia, às mãos de testas-de-ferro de grupos econômicos estrangeiros, já não eram mantidas em segrêdo. Mas a penetração não se limitava à imprensa periódica, ao rádio e à televisão: estendia-se, também, a oficinas gráficas e a emprêsas editoras de livros, alguns compradas, outras fartamente subsidiadas, terceiras objeto de sedutoras ofertas e, ao mesmo tempo, de veladas ameaças de irresistível concorrência. Tratava-se, evidentemente, de grave ameaça à cultura brasileira, numa fase em que vinha ela atravessando séria crise, por fôrça das condições esterilizadoras criadas pela ditadura.

Nos fins de janeiro de 1966, tornava-se público que as autoridades decidiam-se a promover rigorosa investigação a respeito das denúncias sôbre a infiltração de grupos estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão, em nosso País, considerando tais denúncias como "matériais grave", exigindo "investigação severa para apurar tudo o que existe sôbre a infiltração denunciada". Afirmava o detentor da pasta de Justiça que, "apurada a participação de capitais estrangeiros em emprêsas jornalísticas, de rádio

[369] A entrevista do deputado João Calmon foi reduzida a texto e divulgada pelo *O Cruzeiro,* Rio, de 2 de abril de 1966, de onde foram extraídos os trechos citados.

ou de TV, serão tomadas as medidas legais e de outra natureza, que forem necessárias." O *Correio da Manhã* mencionava mesmo que as autoridades haviam sido pressionadas "por grupos militares para que apurasse os fatos;" O detentor da pasta de justiça declarava que as denúncias abrangiam a compra por grupos estrangeiros do jornal porto-alegrense *Zero Hora*. O deputado João Calmon, em suas primeiras intervenções na televisão, denunciava o grupo *Visão* que, além dessa revista publicava outras, como *Dirigente Industrial, Dirigente Rural, Dirigente Construtor, Direção* e *Brasil*-66; apontava também como estrangeira a Editôra Abril, que mantinha numerosas revistas, afirmando ser associada a *Time-Life;* mostrava as ligações de *Time-Life* com a TV-Globo; referia-se à compra, por organização religiosa norte-americana da Rêde Piratininga, cadeia de mais de trinta emissoras de rádio no Estado de São Paulo.[370] No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* divulgava correspondência de S. Paulo, a respeito da polêmica irrompida ali na imprensa, com mútuas acusações de ligação com capitais estrangeiros, de um lado o *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, edição vespertina daquele, recentemente iniciada, e, de outro lado, a *Fôlha de São Paulo*, com as suas três edições diárias, *Última Hora* e *Notícias Populares;* o caso começara com a publicação, na edição de 19 de janeiro do *Jornal da Tarde*, de consulta de leitor, ou pretenso leitor, que indagava: "É verdade que as seguintees emprêsas brasileiras estariam sob contrôle acionário dos seguintes grupos estrangeiros: Rockfeller: *Fôlha, Última Hora, Notícias Populares, Diário Carioca, TV Excelsior, Correio da Manhã* (arrendado por cinco anos); *Time-Life*: *O Globo, TV Paulista, Editôra Abril Limitada;* Mormons: *Rádio Piratininga, Rádio* e *TV Bandeirantes* (em negociações)?" A resposta da redação manifestava desconfiança de que o consulente fôsse "um dêsses *esquerdinhas*, que alimentam os seus espíritos pouco cultivados com *slogans* enlatados também no estrangeiro"; mas informava que o deputado João Calmon denunciara, havia pouco, "a existência de emprêsas jornalísticas financiadas por capital estrangeiro"; que êle "se referiu também à Comissão Parlamentar de Inquérito que foi formada mas que até hoje não fêz nada"; que o *Estado* e a *Fôlha da Tarde*, em editoriais de uma semana antes,

[370] *Correio da Manhã*, Rio, 22 de janeiro de 1966.

tomavam posição a respeito.[371] Os jornais paulistas acusados haviam respondido em violentos editoriais. a *Fôlha de São Paulo* afirmava serem caluniosas as acusações "sôbre a existência de capital estrangeiro na imprensa; acrescentava: "Mais uma vez somos obrigados, por isso, a declarar que a *Fôlha de São Paulo* não possui nem sombra de capital estrangeiro e que esta desvinculação existe não apenas quanto a grupos estrangeiros, mas também quanto a quaisquer outros, nacionais, de natureza política ou econômica"; terminava, depois de afirmar que tudo se devia à concorrência dos que "perdem circulação a ponto de tentarem, para reconquistá-la, verdadeiros *dumpings* contra outras emprêsas": "Nossa moeda é o trabalho. Outros, pelo que se vê, preferem a do ódio ou a do ócio." A *Última Hora*, por sua vez, contestara o *Estado de São Paulo* da meneira seguinte: "Está ficando gagá o venerando órgão da imprensa paulista. Já não sabe mais o que fazer, ao verificar que êle, que antes liderava os jornais paulistas.

[371] "Os jornais de 15 de outubro do ano passado publicaram comunicado de Brasília, segundo o qual 'a constituição de uma CPI para apurar as ligações entre *O Globo* e *Time-Life* movimentou os corredores e o plenário da Câmara Federal, com a denúncia do deputado Eurico de Oliveira sôbre a existência de grupos de pressão que não querem a apuração dos fatos'. Dizia ainda o comunicado que 'o parlamentar pediu providências da Mesa da Câmara contra as dificuldades que estão sendo criadas à sua ação no sentido de cumprir o seu dever, pedindo a formação imediata de uma CPI para apurar os fatos relacionados com *O Globo* e *Time-Life*, conforme denúncias feitas pelas autoridades da Guanabara' (. . .) Confessava, então, o sr. Eurico de Oliveira: — "A pressão é tão grande que alguns deputados que assinaram o documento me procuraram para retirar suas assinaturas. (. . .) O noticiário de imprensa — dias depois, 20 de outubro do ano passado — informava que 'com a assinatura de 143 parlamentares, foi formalizada a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para o fim de investigar a transação e apurar os fatos relacionados com *O Globo* e *Time-Life*. (. . .) Parecia que tudo seria, enfim, esclarecido. Mas, desgraçadamente, nada aconteceu. Nenhum outro registro houve na imprensa. As agências noticiosas silenciaram sôbre a CPI do deputado Eurico de Oliveira. Voltara a acontecer, exatamente, o que acontecera antes, em fins de 1963, com a CPI proposta pelo então deputado João Dória sôbre revistas estrangeiras editadas em português no Brasil." (*Brasil Semanal*, S. Paulo, 2.º semana de fevereiro de 1966.) Note-se que a CPI requerida pelo deputado João Dória, em época anterior ao golpe militar e implantação da ditadura no Brasil, acarretou, para as figuras principais nela envolvidas, a cassação de seus mandatos. O imperialismo não esquece e não perdoa.

quanto à circulação, prestígio e defesa das boas causas, não passa agora de um órgão que tenta aumentar sua circulação aviltando o próprio preço e tentando até, por vezes alijar, pela fôrça econômica que ainda possui (esta é uma outra história), concorrentes que honestamente lhe disputam o mercado, onde vem dia a dia naufragando." *Notícias Populares*, de sua parte, depois de afirmar que, em sua emprêsa, "não existe um tostãozinho sequer de capital estrangeiro, seja de Rockefeller, seja lá de quem fôr", concluía: "A verdade é que o *Estadão* vai perdendo as estribeiras à medida que perde circulação e verifica que quase ninguém mais lhe dá importância. E por que haveria de dar, se êle vive do ódio, e o brasileiro não é de ódios? Se êle vive hoje de tentativas de, com o poder econômico que ainda lhe resta, tentar asfixiar outros órgãos da imprensa, pelo artifício de vender mais barato os seus exemplares que todo mundo vai rejeitando apesar dessas *vantagens?*" Nos dias seguintes os jornais paulistas continuavam a abrir manchetes em tôrno do assunto.[372]

Mas nesse mesmo dia, surpreendemente, a imprensa do Rio transcrevia "Manifesto à Nação", assinado por Júlio de Mesquita Filho, pelo *Estado de São Paulo*, Otávio Frias de Oliveira, pela *Fôlha de São Paulo*, Edmundo Monteiro, pelo *Diário de São Paulo*, João Francisco Ferreira, pela *A Gazeta*, Carlos Joel Nelly pela *A Gazeta Esportiva*, Armando de Oliveira, pelo *Diário da Noite*, Rodrigo Soares Júnior, pelo *Diário Popular*, Rui Mesquita, pelo *Jornal da Tarde*, Carlos Caldeira Filho, pela *Última Hora*, o mesmo, por *Notícias Populares*, Giusfredo Santini, pela *A Tribuna de Santos*, Álvaro Troppmair, por *Notícias Alemãs* e mais Edmundo Monteiro, pelo Sindicato dos Proprietários dos jornais e Revistas do Estado de São Paulo, Paulo Machado de Carvalho, pela Associação das Emissoras de São Paulo, e José P. Cavalvanti, pelo Sindicato das Emprêsas de Rádio-Difusão do Estado de São Paulo. O manifesto começava assim: "Não se pode dizer que a opinião pública brasileira tenha sido inteiramente surpreendida pelas últimas divulgações de fatos relacionados com a infiltração de capitais estrangeiros na indústria jornalísticas nacional, bem como na exploração de concessões de rádio e televisão. Circulam, com efeito, por aí, numerosas publicações — revistas principalmente — que não escondem a origem dos capitais que as sustentam e não

[372] *Jornal do Brasil*, Rio, 23 de janeiro de 1966.

disfarçam a origem extra-nacional do seu pensamento, dos seus sentimentos e, portanto, dos seus interêsses também. O que pouco se conhecia era a extensão dêsse mal, cuja avaliação passou a tornar-se possível mercê de várias denúncias, com revelações sôbre o interêsse de determinados capitais estrangeiros não só pela exploração de emprêsas jornalísticas brasileiras, mas pela construção também de vastas rêles nacionais e regionais de rádio e televisão. E nova contribuição acaba de se trazer à elucidação dêste problema, com revelações tanto sôbre o vulto dos empreendimentos levados já a cabo neste terreno por capitais de fora, quanto sôbre esta outra ilegalidade, consistente na entrega da direção de jornais, revistas emprêsas de rádio-difusão a estrangeiros ou a "testa-de-ferro' seus". Acusava o manifesto, depois, "a indiferença até agora demonstrada pela autoridades e órgãos públicos", contra a qual proteestavam os signatários, que se confessavam "entre os mais constantes propugnadores da adoção de medldas suscetíveis de incentivar o afluxo de capitais de fora desejosos de auxiliar a expansão econômica do País". Não era, pois, contra a entrada de capitais estrangeiras, mas contra "interêsses espúrios", "aplicações de capitais ao arrepio das leis do País", — a entrada e aplicação dêsses capitais na imprensa, no rádio e na televisão. O dispositivo constitucional que proibia essa aplicação visava "assegurar à imprensa a legitimidade do seu papel de reflexo da opinião pública nacional, de intérprete das aspirações brasileiras e de orientadora do pensamento do povo de conformidade com os mais altos interêsses da comunhão a que pertencemos. E o que se diz da imprensa se diz, igualmente, da televisão e do rádio." Terminava o manifesto por afirmar que "vêm sendo fraudados êstes sabios dispositivos legais" e, entretanto, permaneciam impassíveis as autoridades; daí a necessidade de "prevenir a opinião pública quanto à significação das aludidas ilegalidades, ao mesmo tempo que eram advertidas as autoridades "sôbre as imensas responsabilidades que assumem perante os destinos do Brasil, com a indiferença até agora demonstrada em face de tão relevante questão".[373] Os que, na vésperas, acusavam-se mùtuamente, estavam irmanados, agora, nesse manifesto.

[373] *Correio da Manhã*, Rio, 23 de janeiro de 1966. A portaria criando a comissão investigadora foi publicada, na íntegra, pelo mesmo jornal, a 25 de janeiro de 1966.

A portaria ministerial constituindo a comissão destinada a investigar as denúncias foi baixada a 24 de janeiro de 1966; a 28, o *Correio da Manhã* informava que o proprietário de *O Globo* e da TV-Globo estivera com o detentor da porta da Justiça, discutindo o problema; concedia aquêle diretor de emprêsa jornalística, ao *Jornal do Brasil*, entrevista sôbre o assunto, acusando o deputado João Calmon de "agitar vários problemas ligados à inversão dos capitais estrangeiros na imprensa brasileira, mas sem citar, até agora, um único caso do envio de francos, de pesetas ou rublos, mostrando-se interessado apenas em deter a entrada de dólares"; agiria aquêle deputado, segundo o entrevistado, "como diretor de uma organização de jornais, de rádio de revistas e de de televisões em notórias dificuldades financeiras e que procuraria apenas, com os seus ruidosos pronunciamentos, uma maneira de eliminar ou criar embaraços aos seus mais fortes concorrentes." Aduzia que era necessário firmar doutrina para que as demais emprêsas de televisão pudessem firmar acordos como os que a TV-Globo firmara com *Time-Life*, com uma ressalva, porém: "só estarão na situação de fazer acordos semelhantes as emprêsas que tiverem realmente idoneidade moral e material. Que tenham, até então, honrado os seus compromissos, aqui e no estrangeiro, que paguem em dia os seus impostos e obrigações sociais, etc., e cujo passado de patriotismo e de devoção à causa pública assegure tranqüilidade aos que velam pelos destinos da nossa Pátria." Finalizava, argumentando que o deputado João Calmon estava "no dever moral de terçar armas contra qualquer outro monopólio feito por emprêsa privada nas telecomunicações", pois, do contrário, "os espíritos maliciosos poderiam supor que os jornalistas e empresários de rádios e televisões são contra o monopólio... dos outros, mas desejam manter os seus próprios monopólios..." Em suma: o proprietário das emprêsas *O Globo* acusava um dos diretores da emprêsa dos *Diários Associados* de manter um monopólio, de descumprir obrigações financeiras e de estar em situação difícil, sendo êste o motivo da campanha contra a infiltração de capitais estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão brasileiras. Apontava às emprêsas que chamava "idôneas" o caminho que êle escolhera: fazer bons acordos com grupos estarngeiros...[374]

[374] *Jornal do Brasil*, Rio, 30 de janeiro de 1966.

Nesse mesmo dia, o mesmo *Jornal do Brasil* — coisa curiosa um diretor de jornal defender-se em entrevista a outro jornal — publicava editorial contra a decisão tomada pelas autoridades de investigar as denúncias de infiltração de capitais estrangeiros na imprensa, rádio e televisão brasileiras; êsse editorial, intitulado "Farsa e arbítrio", começava por afirmar que "o Govêrno não tinha autoridade legal, nem moral, para transmitir à comissão recém-nomeada podêres de investigação sôbre os órgãos de imprensa do País." Essa iniciativa devia "ser repelida liminarmente pelas emprêsas organizadas em bases legítimas". Confessava a existência, entre nós, de "uma imprensa parasitária e mesmo fraudulenta", exercendo "lesivas atividades". Mas "seriam as autoridades do Govêrno as únicas sem condições de argüir a exceção de ignorância para furtar-se à corresponsabilidade no escândalo", porque "a fonte de tôdas as irregularidades, de todos os erros que têm gerado uma imprensa relapsa e falida encontra-se instalada no seio da máquina administrativa federal", uma vez que "só o Govêrno, e ninguém mais do que o Govêrno, é que detém o contrôle das concessões, das operações de financiamento, de cobrança de contribuições previdenciárias e dos impostos, dos inúmeros canais, enfim, por onde fluem o favoritismo e a corrupção". Todos os erros e transgressões legais derivariam, assim e em última análise, da "cumplicidade ou complacência dos órgãos do poder público: os que concedem, os que autorizam, os que fiscalizam". Nessa área é que deveria processar-se a investigação, e só nela: "não haveria razão plausível para estendê-la além dêsse limite." Mas era o contrário o que acontecia: "o Govêrno desperta, sùbitamente, ao simples toque de interêsses grupais e pessoais, que sempre extraíram a sua seiva precisamente das fontes do favoritismo oficial ou dos recursos de exploração marginal que a *liberalidade* do Govêrno permitia, e vem permitindo, segundo as melhores regras do tráfico de influências." Vinha o Govêrno de cometer "êrro fantástico", ao não demarcar o campo das sindicâncias, incidindo nisso ao "discriminar contra a imprensa responsável", aquela que "nunca viveu de favores do Banco do Brasil", "sempre pagou corretamente os seus impostos e contribuições", sem "dívida vencida no País ou no exterior", a imprensa "que não descumpre as decisões da Justiça do Trabalho, que traz a sua escrita em dia, que se sustenta exclusivamente da publicidade e da circulação". Pois essa imprensa via-se "de repente lançada à mesma classificação dos órgãos corrompidos, como se

estivesse patinhando na mesma lama de interêsses escusos". Finalizava assim: "Fala-se em infiltração de capitais estrangeiros, mas o que existe, antes de tudo, é a infiltração corruptora e corrosiva do poder público na imprensa. Em nada nos assusta a presença de publicações estrangeiras no País, pois quem tem eficiência pode competir em qualidade. Iníqua é a interferência do poder público através dos tempos protegendo e alentando artificialmente os ineficientes e inescrupulosos." Até então, havia faltado ao Govêrno coragem para "estancar as fontes de favoritismo que alimentam em suas entranhas com o dinheiro público". O Govêrno devia "antes de investir contra a liberdade de informação e contra a vida das emprêsas", "expurgar-se dos seus próprios pecados" porque o contrário disso seria preferir ao "caminho da lei e da responsabilidade", o "do arbítrio e da farsa".[375]

O editorial do *Correio da Manhã*, dias depois, tinha cunho muito diferente: criticava apenas a ausência de prazo para o trabalho da comissão de investigação, e aduzia, com propriedade, que aquêle trabalho não deveria ser sigiloso, argumentando: "A comissão existe justamente para quebrar sigilos."[376] O editorial de *O Globo*, no dia seguinte ao do *Jornal do Brasil*, explicava que as denúncias do acôrdo com *Time-Life* estavam ligadas, originàriamente, a "motivos puramente políticos"; que a operação era do conhecimento das autoridades desde 5 de fevereiro de 1965; que a denúncia era retomada, agora, por ser a TV-Globo, embora a mais nova, a que tinha maior audiência na Guanabara, enquanto a do denunciante vinha em penúltimo lugar; que a êsse motivo pessoal, o do concorrente comercial alijado, somava-se outro, "o demagógico, o de tentar fazer crer ao povo que esteja em defesa de um princípio nacionalista, êle que faz parte de um grupo jornalístico que recebeu em todos os tempos o mais sólido apoio financeiro de capitais estrangeiros e que se extremou sempre em sua defesa irrestrita e intransigente"; que o dispositivo constitucional vedaria a propriedade de emprêsas por estrangeiros, não que "sejam elas financiadas, no País ou no exterior, desde que o financiamento não envolva cessão, alienação ou gravame de ações ou quotas".[377]

375 *Jornal do Brasil*, Rio, 30 de janeiro de 1966.
376 *Correio da Manhã*, Rio, 5 de fevereiro de 1966.
377 *O Globo*, Rio, 6 de fevereiro de 1966.

Nesse ínterim, o deputado João Calmon prosseguia em sua campanha: voltava à televisão, a 15 de fevereiro, declarando preferir o monopólio estatal do rádio e da televisão, caso fôsse essa a única fórmula capaz de "preservar a soberania do País e de defender a formação da opinião pública por setores nacionais"; denunciava a próxima alienação de outras emprêsas nacionais de rádio: "outros grupos estrangeiros estão pleiteando o mesmo tratamento dispensado à *Time-Life,* citando a cadeia da *American Broadcasting Company* e a *National Broadcasting Company*, de propriedade da RCA, que também desejam celebrar acordos com emissôras brasileiras nos mesmos têrmos dos contratos entre a TV-Globo e a *Time-Life*." A sua campanha só cessaria, insistiu, quando fôsse adotada uma das seguintes soluções: "Rescisão do contrato entre o grupo *Time-Life* e o grupo de *O Globo;* celebração de acordos semelhantes pelas demais emissôras, com a conseqüente desnacionalização da televisão e do rádio; ou, então, a decretação do monopólio estatal do rádio e da televisão." Revelou, nessa oportunidade, que as fôlhas do livro do cartório em que fôra registrado o contrato entre a TV-Globo e *Time-Life* haviam sido rasgadas; mencionou ainda o fato de serem pagos em New York e em dólares os serviços de técnicos de *Time-Life* à TV-Globo.

A polêmica entre as partes a respeito da infiltração de capitais estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão brasileiras proporcionaria ao público a oportunidade de conhecer os bastidores e alguns dos segrêdos das emprêsas dedicadas a tais atividades, e corresponderia, evidentemente, a um aspecto da crise dêsses meios de comunicação do pensamento. A originalidade estava, apenas, em que, agora, eram as comadres que diziam as sujas verdades. E não as diziam tôdas, evidentemente: no decorrer da áspera polêmica, não houve, da parte de acusadores como da parte de acusados, a mais mínima referência ao contrôle exercido pelas agências estrangeiras de publicidade sôbre aquelas emprêsas de imprensa, de rádio e de televisão; os dois lados enfatizavam sempre, também, a posição geral de apoio aos investimentos estrangeiros no Brasil, e essa ressalva era constante da parte dos que acusavam a infiltração dêsses capitais na imprensa, no rádio e na televisão: eram contra isso, apenas porque era vedado pela Constituição; desejavam apenas igualdade de condições para fazer o mesmo. É claro que sem a apreciação de todos os dados do problema êste não tinha condições de elucidação. Era preciso examinar, além de acordos

firmados com emprêsas estrangeiras congêneres, aspectos outros, entre os quais se destacava, naturalmente, o do poder exercido pelas agências estrangeiras de publicidade. Mas não apenas êsse aspecto; outros mereceriam acurado exame: o da influência e papel das instituições oficiais de crédito; o da importância dos fornecimentos de papel; o dos podêres dos proprietários de emprêsas; o das concessões de canais de rádio e de televisão, com o histórico dos já efetivados e em vigência, etc., etc.

Jornais e revistas — para só examinar o caso da imprensa — são submetidos a condicionamentos os mais diversos: ao poder público, no que diz respeito aos fornecimentos de papel e outros produtos importados, como as máquinas em particular, sem falar no que diz respeito aos empréstimos, aos financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais, etc., etc. — e sem mencionar o problema da censura; aos próprios proprietários das emprêsas, particularmente as brasileiras do tipo familiar, de jornais herdados, com as ligações pessoais dêsses proprietários no mundo dos negócios e no mundo político, além daquilo que caracteriza tais chefes de emprêsa como situação de classe; às agências de notícias, tôdas estrangeiras, de que dependem inteiramente para a informação do exterior; às agências de publicidade, também estrangeiras, que distribuem a propaganda dos grandes monopólios, também estrangeiros, que operam no País.[378] A liberdade de imprensa, "como de resto qualquer outra concepção — escreveria um ensaísta — requer uma adaptação contínua às necessidades sociais emergentes, sob pena de se transformar na negação de si mesma e numa simples ideologia de dominação".[379] A imprensa, realmente, torna-se o contrário do que era, e particularmente do que deveria ser, na medida em que se desenvolve, na sociedade capitalista. O jornal é menos livre quanto maior como emprêsa. O escândalo da infiltração de capitais estrangeiros em nossa imprensa carece em si mesmo de significação se não fôr inserido no longo e tortuoso

[378] Délio Matos, diretor responsável do *Diário Carioca*, que desapareceu em 31 de dezembro de 1965, publicando edição retrospectiva, ao mesmo tempo que negava ter sido o jornal vendido ao grupo *Time-Life*, explicava que o jornal fôra fundado e funcionara sempre dentro de uma concepção romântica de jornalismo, e não poderia sobreviver, em têrmos de emprêsa industrialmente organizada.

[379] Luciano Martins: "O problema da liberdade de imprensa", *in O Semanário*, Rio, 16 de novembro de 1963.

processo de desnacionalização a que estamos sendo submetidos — é simples aspecto da crise da imprensa aqui. E só poderá ser claramente entendido quando situado no amplo quadro em que o imperialismo desenvolve as suas ações — como aspecto parcial e setorial delas, numa fase em que se sente obrigado a complementar o contrôle indireto da imprensa dos países dependentes com a montagem, nêles, de sua própria imprensa.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, I — *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, 6 vols., Bahia, 1919.

ALBUQUERQUE, Mateus de — *Sensações e Reflexões*, 2.ª ed., Lisboa, s/d.

ALBUQUERQUE, Medeiros e — *Minha Vida*, 2 vols., 2.ª ed., Rio, 1934.

ALENCAR, José de — *Como e Porque Sou Romancista*, Rio, 1863.

ALMEIDA, Aluísio de — *A Revolução Liberal de 1842*, Rio, 1944.

ALVARUS — *Daumier e Pedro I*, Rio, 1961.

AMADO, Gilberto — *Minha Formação no Recife*, Rio, 1964.

AMADO, Gilberto — *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*, Rio, 1956.

AMADO, Gilberto — *Presença na Política*, Rio, 1968.

AMARAL, F. P. do — *Escavações. Fatos da História de Pernambuco*, Recife, 1884.

— *A Malagueta*. (Coleção fac-similar de jornais antigos), Rio, 1945.

ANHAIA MELO, L. — *O Problema Econômico dos Serviços de Utilidade Pública,* S. Paulo, 1940.
ARANHA, Vitor Hugo — *A Imprensa Nacional à Luz dos Fatos,* Rio, 1908.
ARÃO, Manuel — *História da Maçonaria no Brasil,* Recife, 1926.
ARMITAGE, J. — *História do Brasil,* S. Paulo, 1914.
— *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira,* 8 vols., Rio, 1938.
AZEVEDO, Fernando de — *A Cultura Brasileira,* Rio, 1943.
AZEVEDO, Moreira de — *Apontamentos Histórico,* Rio, 1881.
AZEVEDO, Moreira de — *História Pátria. O Brasil de 1831 a 1840,* Rio, 1884.
AZEVEDO, Moreira de — *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro,* Rio, 1865.
BAHIA, Juarez — *Três Fases da Imprensa Brasileira,* Santos, 1960.
BARBOSA, Francisco de Assis — *Alguns Aspectos da Influência Francesa no Brasil,* Rio, 1963.
BARBOSA, Francisco de Assis — *A Vida de Lima Barreto,* Rio, 1952.
BARBOSA, Rui — *A Imprensa e o Dever da Verdade,* Bahia, 1920.
BARRETO, Lima — *Numa e a Ninfa,* S. Paulo, 1950.
BARRETO, Lima — *Recordações do Escrivão Isaías Caminha,* S. Paulo, 1950.
BARRETO, Paulo — *O Momento Literário,* Rio, 1910.
BARRETO, Plínio — *Páginas Avulsas,* Rio, 1958.
BARROS, Jaime de — *Evolución del Periodismo en el Brasil,* Buenos Aires, 1942.
BELLI, Natale — *Giornalismo Italiano in Brasile,* S. Paulo, 1923.
BELO, Luís Alves de Oliveira — *Imprensa Nacional. 1808-1908. Apontamentos Históricos,* Rio, 1908.
BESSA, Alberto — *O Jornalismo,* Lisboa, 1904.
BLAKE, Sacramento — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro,* 7 vols., Rio, 1883.
BORGES DA FONSECA, Antônio — *Manifesto Político,* Recife, 1867.
BRAGA, Teófilo — *Bocage,* Pôrto, 1902.
BRAGA, Teófilo — *História da Universidade de Coimbra,* 4 vols., Lisboa, 1892.
BRANDÃO, Ulisses — *A Confederação do Equador,* Recife, 1924.
BRITO, Lemos — *No Congresso da Imprensa,* Rio, 1918.

BROCA, Brito — *A Vida Literária no Brasil.* 1900, Rio, 1965.
BRUNO, Ernani da Silva — *História e Tradições da Cidade de São Paulo,* 3 vols., Rio, 1953.
CABRAL, Alfredo Vale — *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822,* Rio, 1881.
CALÓGERAS, J. Pandiá — *Formação Histórica do Brasil,* Rio, 1930.
CAMPOS, Humberto de — *Crítica,* 2.ª série, 2.ª ed., Rio, 1935.
CARDOSO, Vicente Licínio — *À Margem da História do Brasil,* 2.ª ed., S. Paulo, 1938.
CARNEIRO, Edison — *A Insurreição Praieira,* Rio, 1960.
CARVALHO, Alfredo de — *Anais da Imprensa da Bahia — 1.º Centenário* — 1811 *a* 1911, Bahia, 1911.
CARVALHO, Alfredo de — *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908,* Recife, 1908.
CARVALHO, Alfredo de — *Diário de Pernambuco. 1825-1908,* Recife, 1908.
CARVALHO, Maria Amália Vaz de — *Páginas Escolhidas,* Lisboa, 1920.
CASCUDO, Luís da Câmara — *Histórias que o Tempo Leva,* S. Paulo, 1924.
CASCUDO, Luís da Câmara — *O Doutor Barata. Político, Democrata e Jornalista,* Bahia, 1938.
— *Catálogo da Exposição de História do Brasil,* Rio, 1881.
CAVALHEIRO, Edgard — *Monteiro Lobato. Vida e Obra,* 2 vols., S. Paulo, 1955.
CAVALHEIRO, Edgard — *Testamento de Uma Geração,* Pôrto Alegre, 1944.
CELSO, Afonso — *Visconde de Ouro Prêto,* Pôrto Alegre, 1935.
— *Centenário de Júlio de Mesquita,* S. Paulo, 1958.
CHACON, Vamireh — *História das Idéias Socialistas no Brasil,* Rio, 1965.
CHAVES, Benedito — *O Jornal por Dentro e por Fora,* S. Paulo, 1946.
CÍCERO, Antônio — *A Imprensa, Ontem e Hoje, no Brasil, na América, Europa, Ásia, África e Oceania,* Rio, 1938.
CÍCERO, Manuel — *Conferências, Discursos, Comunicações,* Rio, 1938.
COARACI, Vivaldo — *Todos Contam Sua Vida. Memórias de Infância e Adolescência,* Rio, 1959.

COELHO NETO, H. — *A Bico de Pena*, 2.ª ed., Pôrto, 1919.
COELHO NETO, H. — *A Conquista*, 2.ª ed., Pôrto, 1913.
COELHO NETO, H. — *Fogo Fátuo*, Pôrto, 1929.
— *Coleção de Leis do Brasil, Decretos, Cartas e Alvarás, 1821*, Rio 1889.
CONSTANTINO, Antônio — *O Espírito de Nacionalidade na Fundação dos Cursos Jurídicos e da Faculdades de Direito de S. Paulo*, S. Paulo, 1940.
CONY, Carlos Heitor — *Pôsto Seis*, Rio, 1965.
CORUJA, Antônio Álvares Pereira — *Antigualhas*, Pôrto Alegre, 1881.
COSTA, Licurgo, e VIDAL, Barros — *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, Rio.
CRULS, Gastão — *Antônio Tôrres e Seus Amigos*, S. Paulo, 1960.
CUNHA, Alfredo da — *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguêsa*, Lisboa, 1941.
CUNHA, Nóbrega da — *A Imprensa Americana e Seus Reflexos no Brasil*, Rio, 1943.
DELGADO, Luís — *Lopes Gama*, Rio 1949.
DIAS, Everardo — *História das Lutas Sociais no Brasil*, S. Paulo 1962.
— *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 2 vols., Rio, 1922.
— *Discursos Acadêmicos*, 1897-1906, Rio, 1934.
— *Discursos Acadêmicos, 1907-1913 e 1914-1918*, Rio, 1935.
DORNAS FILHO, J. — *Silva Jardim*, S. Paulo, 1936.
DOURADO, Mecenas — *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, 2 vols., Rio, 1957.
DUQUE, Gonzaga — *A Arte Brasileira*, Rio, 1888.
DUQUE ESTRADA, Osório — *A Abolição. Esbôço Histórico. 1831-1888*, Rio, 1918.
DUQUE ESTRADA, Osório — *Crítica e Polêmica*, Rio, 1924.
DUTRA, José Soares — *Cairú*, Rio, 1964.
EDMUNDO, Luís — *De Um Livro de Memórias*, 5 vols., Rio, 1958.
EDMUNDO, Luís — *O Rio de Janeiro de Meu Tempo*, 3 vols., Rio, 1938.
ERICKSEN, Nestor — *A Origem da Imprensa no Rio Grande do Sul*, Pôrto Alegre, 1941.

— *Estatística da Imprensa Periódica no Brasil (1929-1930)*, Rio, 1931.
FERNANDES, Aníbal — *Influências Francesas em Pernambuco no Século XIX*, Recife, 1956.
FERREIRA, Atos Damasceno — *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX*, Pôrto Alegre, 1962.
FERREIRA, Atos Damasceno — *Jornais Críticos e Humorísticos de Pôrto Alegre no Século XIX*, Pôrto Alegre, 1944.
FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano — *Crônica da Rebelião Praieira entre 1848 e 1849*, Rio, 1850.
FIGUEIREDO, Antônio — *Memórias de um Jornalista*, S. Paulo, 1933.
FLEIUSS, Max — *Páginas de História*, 2.ª ed., Rio, 1930.
FONSECA, Gondin da — *Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1809)*, Rio, 1941.
FONSECA, Gondin da — *Santos Dumont*, Rio, 1940.
FONSECA, José Eduardo da — *O Patriarca da Imprensa*, Rio, 1920.
FREITAS, Afonso A. de — *A Imprensa Periódica de São Paulo desde Seus Primórdios em 1823 até 1814*, S. Paulo, 1915.
FREITAS, Afonso A. de — *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, S. Paulo, 1921.
FRIEIRO, Eduardo — *O Diabo na Livraria do Cônego*, Belo Horizonte, 1957.
— *Gênese e Progresso da Imprensa Periódica no Brasil*, Rio, 1908.
GOETA, Augusto — *Líbero Badaró*, S. Paulo, 1944.
GONDIN, Eunice Ribeiro — *Vida e Obra de Paula Brito*, Rio, 1965.
GONZAGA, Alcides — *Homens e Coisas de Jornal*, Pôrto Alegre, s/d.
GRIECO, Agripino — *Vivos e Mortos*, Rio, 1948.
HADDOCK LÔBO, R. — *História Econômica e Administrativa do Brasil*, S. Paulo, 1949.
HORA, Mário — *48 Anos de Jornalismo*, Rio, 1959.
IGNOTUS — *A Imprensa no Maranhão. Sessenta Anos de Jornalismo, 1820 a 1880*, Rio, 1883.
KOSERITZ, Carl von — *Imagens do Brasil*, S. Paulo, 1943.
LAET, Carlos de — *A Imprensa*, in *A Década Republicana*, II, Rio, 1899.

LAET, Carlos — *Em Minas*, Rio, 1894.
LEAL, José — *A Imprensa na Paraíba*, J. Pessoa, 1941.
LEÃO, Múcio — *Salvador de Mendonça. Ensaio Biográfico*, Rio, 1952.
LECLERC, Max — *Cartas do Brasil*, S. Paulo, 1942.
LIMA, Herman — *História da Caricatura no Brasil*, 4 vols., Rio, 1963.
LIMA, Luís Ferreira — *Imprensa e Desenvolvimento Econômico*, Santos, 1961.
LINS, Ivã — *O Positivismo no Brasil*, Rio, 1959.
LISBOA, Baltasar da Silva — *Anais do Rio de Janeiro*, 7 vols., Rio, 1834.
LISBOA, João Francisco — *Obras*, 2 vols., Lisboa, 1901.
— *Livro do Centenário (1500-1900)*, 2 vols., Rio, 1901.
LOBATO, Monteiro — *Idéias de Jeca Tatu*, S. Paulo, 1926.
MACEDO, J. Manuel de — *Memórias da Rua do Ouvidor*, Rio, 1952.
MACHADO, A. de Alcântara — *Cavaquinho e Saxofone*, Rio, 1940.
MAGALHÃES, Basílio de — *Estudos de História do Brasil*, S. Paulo, 1940.
MAGALHÃES, Basílio de — *Os Jornalistas da Independência*, Rio, 1917.
MAGALHÃES JÚNIOR, R. — *Artur Azevedo e Sua Época*, 2.ª ed., S. Paulo, 1955.
MAGALHÃES JÚNIOR, R. — *Deodoro. A Espada Contra o Império*, 2 vols., S. Paulo, 1956.
MAGALHÃES JÚNIOR, R. — *José do Patrocínio*, S. Paulo, 1952.
MAGALHÃES JÚNIOR, R. — *Machado de Assis Desconhecido*, Rio, 1955.
MAGALHÃES JÚNIOR, R. — *Rui, o Homem e o Mito*, Rio, 1964.
MAGALHÃES JÚNIOR, R. — *Três Panfletários do Segundo Reinado*, Rio, 1956.
MAGALHÃES SOBRINHO, J. V. Couto de — *Carteira de um Jornalista*, S. Paulo, 1906.
MANGABEIRA, João — *Rui, o Estadista da República*, 2.ª ed., S. Paulo, 1946.

MARTINS, Antônio Egídio — *São Paulo Antigo (1554-1910)*, 2 vols., S. Paulo, 1911.
MASCARENHAS, Nelson Laje — *Um Jornalista do Império*, S. Paulo, 1961.
MELO, Antônio Joaquim de — *Obras Políticas e Literárias de Frei Caneca*, 2 vols., Recife, 1875.
MELO FRANCO, Afonso Arinos — *A Alma do Tempo*, Rio, 1961.
MELO FRANCO, Afonso Arinos — *Um Estadista da República. Afrânio de Melo Franco*, 3 vols., Rio, 1955.
MELO FRANCO, Virgílio — *Outubro, 1930*, Rio, 1931.
MELO MORAIS, A. J. de — *Apontamentos Biográficos do Barão de Cairu*, Rio, 1863.
MELO MORAIS, A. J. de — *Brasil Histórico*, Rio, 1867.
MELO MORAIS, A. J. de — *Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*, 2 vols., Rio, 1863.
MELO MORAIS, A. J. de — *História do Brasil Reino e do Brasil Império*, 2 vols., Rio.
MENDONÇA, Carlos Sussekind de — *Salvador de Mendonça. Democrata do Império e da República*, Rio, 1960.
MENEZES, Raimundo — *A Vida Boêmia de Paula Ney*, 3.ª ed., S. Paulo, 1957.
MENEZES, Raimundo — *Emílio de Menezes, o Último Boêmio*, 4.ª ed., S. Paulo, 1960.
MENEZES, Raimundo — *Guimarães Passos e Sua Época Boêmia*, S. Paulo, 1952.
MENUCCI, Sud — *História do Diário Oficial*, S. Paulo, 1934.
MENUCCI, Sud — *O Precursor do Abolicionismo no Brasil. Luís Gama*, S. Paulo, 1938.
MIRANDA, Francisco Gonçalves — *Memória Histórica da Imprensa Nacional*, Rio, 1922.
MIRANDA, Veiga — *O Panfletário do Primeiro Reinado*, Rio, 1936.
MONTEIRO, Tobias — *História do Império. A Elaboração da Independência*, Rio, 1927.
MONTEIRO, Tobias — *Pesquisas e Depoimentos para a História*, Rio, 1913.
MORAIS, Evaristo de — *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, Rio, 1924.

MORAIS, Evaristo de — *Reminiscências de um Rábula Criminalista,* Rio, 1922.

MOREL, Edmar — *A Revolta da Chibata,* 2.ª ed., Rio, 1963.

MUNIZ TAVARES, Francisco — *História da Revolução de Pernambuco de 1817,* 3.ª ed., Recife, 1917.

NABUCO, Joaquim — *Minha Formação,* 2.ª ed., S. Paulo, 1934.

NABUCO, Joaquim — *Um Estadista do Império,* 2.ª ed., 2 vols., S .Paulo, 1936.

NABUCO DE ARAÚJO, J. T. — *Justa Apreciação do Predomínio do Partido Praieiro,* Recife, 1847.

NEVES, Fernão — *A Academia Brasileira de Letras,* Rio, 1940

NOBRE, Freitas — *História da Imprensa de São Paulo,* S. Paulo, 1950.

NOGUEIRA, J. L. de Almeira — *A Academia de São Paulo. Tradições e Reminiscências,* 9 vols., S. Paulo, 1907.

OLINTO, Antônio — *Jornalismo e Literatura,* Rio, 1955.

OLIVEIRA LIMA, M. — *Dom João VI no Brasil,* 2.ª ed., 3 vols., Rio, 1945.

— *O Progresso,* Recife, 1950.

ORICO, Oswaldo — *O Tigre da Abolição,* S. Paulo, 1931.

OTÁVIO, Rodrigo — *Minhas Memórias dos Outros,* Nova série, Rio, 1935.

— *O Tamoyo* (Coleção fac-similar de jornais antigos), Rio, 1944.

PACHECO, Félix — *O Publicista da Regência,* 2.ª ed., Rio, 1937.

PAIVA, Tancredo de Barros — *Achêgas a um Dicionário de Pseudônimos,* Rio, 1929.

PASSOS, Alexandre — *A Imprensa no Período Colonial,* Rio, 1952.

PASSOS, Gabriel — *Nacionalismo,* S. Paulo, 1962.

PEIXOTO, Silveira — *Falam os Escritores,* S. Paulo, 1940.

PEREIRA, Astrojildo — *Crítica Impura,* Rio, 1963.

PEREIRA, Astrojildo — *Interpretações,* Rio, 1944.

PEREIRA, Lúcia Miguel — *Machado de Assis,* 4.ª ed., S. Paulo, 1949.

PEREIRA, Osny Duarte — *Ante-Projeto de uma Lei de Libertação da Imprensa,* Rio, 1954.

PEREIRA DA SILVA, J. M. — *Memórias do Meu Tempo,* 2 vols., Rio, 1895-1896.

PÉRICLES — *O Amigo da Onça,* Rio, 1946.

PINTO, Estêvão — *Pernambuco no Século XIX,* Recife, 1922.

PIRES BRANDÃO, P. J. — *Vultos do Meu Caminho*, S. Paulo, 1935.
PIZARRO — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 9 vols., Rio, 1920.
PONTES, Elói — *A Vida Contraditória de Machado de Assis*, Rio, 1939.
PONTES, Elói — *A Vida Exuberante de Olavo Bilac*, 2 vols., Rio, 1944.
PONTES, Elói — *A Vida Inquieta de Raul Pompéia*, Rio, 1935.
PÔRTO, Aurélio — *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*, Pôrto Alegre, 1934.
PRADO, Eduardo — *A Ilusão Americana*, S. Paulo, 1897.
PRADO, Eduardo — *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, 3.ª ed., Rio, 1890.
PRADO JÚNIOR, Caio — *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 2.ª ed., S. Paulo, 1957.
QUEIROZ, Maurício Vinhas de — *Uma Garganta e Alguns Níqueis*, Rio, 1947.
QUINTAS, Amaro — *Notícias e Anúncios de Jornal*, Recife, 1953.
QUINTAS, Amaro — *O Padre Lopes Gama Político*, Recife, 1958.
RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa — *Epitácio Pessoa (1865-1942)*, 2 vols., Rio, 1951.
RAMOS, Graciliano — *Memórias do Cárcere*, 4 vols., Rio, 1954.
RAMOS, Plínio de Abreu — *Brasil. 11 de Novembro*, S. Paulo, 1960.
RAUL — *Cenas da Vida Carioca*. Primeiro Álbum, Rio, 1924.
RAUL — *Cenas da Vida Carioca*. Segundo Álbum, Rio, 1935.
REVELLO, José Tôrre — *Origines de la Imprenta en España y su Desarrollo en America Española*, Buenos Aires, 1940.
REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de — *Minhas Recordações*, Rio, 1944.
RIBEIRO, José Silvestre — *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, 18 vols., Lisboa, 1871.
RIZZINI, Carlos — *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil. 1500-1822*, Rio, 1945.
ROCHA, Justiniano José da — *Ação; Reação; Transação. Duas Palavras Acêrca da Atualidade Política do Brasil*, Rio, 1901.
RODRIGUES, José Carlos — *Biblioteca Brasiliense*, Rio, 1907.

ROMERO, Sílvio — *História da Literatura Brasileira*, 5.ª ed., 5 vols., 1943.
ROSA, Otelo — *Júlio de Castilhos*, Pôrto Alegre, 1928.
ROTELLINI, Vitalino — *The Press of State of S. Paulo. 1827-1904*, S. Paulo, 1904.
RUBENS, Carlos — *Pequena História das Artes Plásticas no Brasil*, S. Paulo, 1941.
RUI, Afonso — *A Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*, S. Paulo, 1942.
SALAMONDE, Eduardo — *Bordalo Pinheiro*, Rio, 1899.
SALES, Campos — *Da Propaganda à Presidência*, S. Paulo, 1908.
SANTOS, Tito Lívio dos — *Nacionalismo e Imprensa*, Ribeirão Prêto, 1927.
SARMENTO, José Joaquim de Morais — *Reforma Eleitoral. Eleição Direta*, Recife, 1862.
SEGISMUNDO, Fernando — *Imprensa Brasileira. Vultos e Problemas*, Rio, 1962.
SEGISMUNDO, Fernando — *Imprensa e Democracia*, Rio, 1962.
SENA, Ernesto — *Notas de um Repórter*, Rio, 1895.
SENA, Ernesto — *O Velho Comércio do Rio de Janeiro*, Rio, s/d.
SENA, Ernesto — *Rascunhos e Perfis*, Rio, 1909.
SERRA, Astolfo — *A Balaiada*, Rio, 1946.
SILVA Ciro — *Quintino Bocaiúva*, S. Paulo, 1961.
SILVA, Hélio — *1926. A Grande Marcha*, Rio, 1965.
SILVA, Hélio — *1930. A Revolução Traída*, Rio, 1966.
SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português*, 22 vols., Lisboa, 1858.
SILVA, Manuel Cícero Peregrino da — *O Patriarca dos Jornalistas Brasileiros*, Rio, 1923.
SILVA, Manuel Cícero Peregrino da — *Pernambuco e a Confederação do Equador*, Rio, 1924.
SILVA, Oswaldo P. da — *Gravura e Gravadores em Madeira. Origem, Evolução e Técnica da Xilogravura*, Rio, 1941.
SILVA BASTOS, José Timóteo da — *História da Censura Intelectual em Portugal*, Coimbra, 1926.
SILVA LISBOA, José da — *Memórias dos Benefícios Políticos do Govêrno de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, Rio, 1818.
SILVEIRA, Dionísio — *Revolução Contra a Imprensa*, Cataguazes, 1932.

SINZIG, Pedro — *A Caricatura na Imprensa Brasileira,* Petrópolis, 1911.
SODRÉ, Nelson Werneck — *As Razões da Independência,* Rio, 1965.
SODRÉ, Nelson Werneck — *Formação Histórica do Brasil,* 3.ª ed., S. Paulo, 1964.
SODRÉ, Nelson Werneck — *História da Literatura Brasileira,* 4.ª ed., Rio, 1964.
SODRÉ, Nelson Werneck — *História Militar do Brasil,* Rio, 1965.
SOUSA, Alberto — *Memória Histórica sôbre o Correio Paulistano,* S. Paulo, 1904.
SOUSA, José Antônio Soares de — *A Vida do Visconde do Uruguai,* S. Paulo, 1944.
SOUSA, Octávio Tarquínio de — *A Vida de D. Pedro I,* 3.ª ed., 3 vols., Rio, 1957.
SOUSA, Octávio Tarquínio — *Evaristo da Veiga,* 2.ª ed., Rio, 1957.
SOUSA, Octávio Tarquínio — *Fatos e Personagens em Tôrno de um Regime,* Rio, 1957.
SOUSA, Octávio Tarquínio de — *José Bonifácio,* 2.ª ed., Rio, 1957.
SURIGUÉ, Sebastião Fábregas — *Almanaque Geral do Império do Brasil, Rio,* 1836.
TAUNAY, Visconde de — *Reminiscências,* 2.ª ed., S. Paulo, 1923.
THEO — *A Bola do Dia,* Rio, 1945.
TOLLENARE, L. F. de — *Notas Dominicais, 1816, 1817, 1818,* Recife, 1906.
TÔRRES, Antônio — *Pasquinadas Cariocas,* Rio, 1921.
TÔRRES, Antônio — *Prós e Contras,* Rio, 1922.
TÔRRES, Antônio — *Verdades Indiscretas,* Rio, 1920.
VAMPRÉ, Spencer — *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* S. Paulo, 1924.
VARNHAGEN, F. A. — *História Geral do Brasil,* 3.ª ed., 5 vols., S. Paulo, s/d.
VAZ, Léo — *Páginas Vadias,* Rio ,1957.
VEIGA, J. P. Xavier — *A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897),* Ouro Prêto, 1898.
VELHO SOBRINHO — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro,* 2 vols., 1938-1940.

VERÍSSIMO, José — *Estudos Brasileiros*, Pará 1889.
VERÍSSIMO, José — *Estudos de Literatura Brasileira*, 6 vols., Rio, 1910.
VIANA, Hélio — *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, Rio, 1945.
VIANA FILHO, Luís — *A Vida de Rui Barbosa*, S. Paulo.
VIANA FILHO, Luís — *A Sabinada*, Rio, 1938.
ZALUAR, Augusto Emílio — *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*, S. Paulo, 1953.

ÍNDICE DOS JORNAIS CITADOS

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

S

T

U

V

W

Z

U

V

W

Z

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

B

C

D

G

M

P

Q

R

S

T

Índice

A Sociologia ainda não descobriu a imprensa brasileira. A Historiografia, por sua vez, preocupou-se dela apenas tomando-a por partes isoladas e inconjugáveis: certas firguras que nela se destacaram em períodos já remotos, fases històricamente determinadas, a inserção da imprensa entre os elementos motores de alguns movimentos políticos ou sociais do passado.

E, no entanto, está na imprensa, ao que sou levado a confirmar pela fôrça de uma experiência pessoal e direta, o fator interno que, entre todos, se equipara à compressão do imperialismo na restrição ao desenvolvimento da consciência nacional. Sendo, também, arma do imperialismo, a imprensa moderna é o instrumento primordial das fôrças nacionais de reação: é nela que os diversos interêsses conservadores se encontram e se coordenam, para obter, pelo sistema de pressões e pela manipulação da opinião pública, o contrôle perfeito do Estado e a permanência da Nação nos estreitos limites dos seus interêsses de classe.

Dever-se-á a ausência de estudos sociológicos e históricos sôbre a imprensa na sociedade brasileira, talvez, à falta de compreensão de que "a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista". A Nelson Werneck Sodré, ao contrário, a questão se ofereceu com clareza — a clareza demonstrada na síntese acima transcrita. E, por isso, é dêle que nos vem, ainda uma vez, o preenchimento do vazio.

Sem intimidação ante as dificuldades de levantar os negócios atuais dos donos da imprensa, assim como os recentes e ainda

vivos episódios técnicos e políticos que movimentaram o jornalismo brasileiro, de fato Nelson Werneck Sodré compôs, com esta *História da Imprensa no Brasil*, o primeiro quadro geral, o primeiro levantamento global de que se passa a dispor para iniciar a avaliação da imprensa brasileira, em seus diversos aspectos. Ou seja, como fator de estímulo ou de contenção do desenvolvimento econômico, como selecionadora dos grupos da elite econômica que entre si disputam o poder político, como fornecedora de material para o estudo da crise brasileira ou falsificadora de informações e, por conseqüência, de conceitos, e daí por diante.

Ao mesmo tempo, à medida em que vai penetrando na participação política da imprensa, através do percurso histórico, Nelson Werneck Sodré vai implantando a consciência, tão pouco difundida, da necessidade de lutarmos — todos os brasileiros de alma brasileira, como leitores e como jornalistas — por uma imprensa que fale ao povo sem o trair, e que viva, não dêle, mas para êle. Porque é do conhecimento da sujeição que provém a vontade de independência; e do conhecimento da miséria que provém o desejo de justiça; e do conhecimento das amarras que provém o desejo de libertação.

Êste livro, enfim, é mais uma demonstração — de resto, desnecessária — de que Nelson Werneck Sodré é dos poucos que têm compreendido a missão do intelectual no país em luta pela constituição da nacionalidade, pela emancipação e pelo desenvolvimento. Missão que não se pode perder em vaidades nem ambições de prestígio, que não se pode exercer pela sedução adjetiva do nosso intelectual, mas que se define no esfôrço, honesto e límpido, de compreender e fazer compreender. Porque é do conhecimento que virá a nossa liberdade.

JANIO DE FREITAS

Neste estudo sério, rigoroso como método e informação documentada,

figura de primeira plana da inteligência nacional, expõe e analisa criticamente a evolução da imprensa em nosso País, desde às suas primeiras manifestações até os problemas que apresenta na atualidade, examinando, inclusive, a interferência estrangeira em nossos meios de divulgação.

é, na verdade, o primeiro levantamento global realizado entre nós que demonstra que a "história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista."